

FERNANDO FRANCO NETTO

**POPULAÇÃO, ESCRAVIDÃO E FAMÍLIA EM GUARAPUAVA NO SÉCULO
XIX**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em História, Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros
Lima.

CURITIBA

2005

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela sua infinita bondade e amor por seus filhos. Sem a esperança de poder contar com sua sabedoria e proteção seria difícil perseverar os últimos quatro anos de minha vida em cima dessa pesquisa.

À minha maravilhosa família. Sem vocês como poderia pensar em alcançar esse objetivo. À minha esposa Keila, que com sua paciência e amor sem limites dedico esse trabalho. Aos meus filhos, pela beleza incomparável de poder tê-los comigo, Rodrigo, Raphael e Marina.

Ao mestre Carlos Alberto Medeiros Lima. Acontecem coisas em nossas vidas que é difícil explicar e escrever. Com certeza que esses anos de construção e de inúmeras conversas fizeram com que aprendesse a entender mais e mais da vida e de boas amizades. Obrigado, professor Carlos Lima.

Aos colegas e amigos da UNICENTRO pelo companheirismo e de uma certa forma pelas orientações em diversos momentos na elaboração desse trabalho.

Aos professores Sérgio Odilon Nadalin e Ana Maria Burmester pelas orientações e sugestões quando da análise desse trabalho de pesquisa na Banca de Qualificação.

Aos diversos colegas que nesse tempo todo passaram de uma forma ou de outra dando sua contribuição para a elaboração dessa tese.

Aos colegas e professores do DECON pelas maravilhosas horas de bate-papo e de incentivo para que esse trabalho chegasse ao fim. Muitos de vocês sabem disso.

Aos funcionários do Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, que tanto me ajudaram a desenvolver as pesquisas necessárias para o desenvolvimento do trabalho. O que vocês possuem de acervo servirão com certeza para futuras pesquisas tão importantes para o desenvolvimento de nossa sociedade. À Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, do Arquivo Histórico do Município de Guarapuava, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Guarapuava. Ao pessoal do Arquivo Público do Estado de São Paulo que quando estive por lá foram extremamente acessíveis e educados.

Não poderia deixar de agradecer a Luci e Doris, colegas do setor de Pós-Graduação de História da UFPR, pelo incentivo e dedicação com que me atenderam nesse tempo todo.

Aos nossos historiadores e amigos que nessa caminhada entenderam muitas vezes as nossas dúvidas e nos ajudaram a desenvolver mais ainda esse trabalho.

À minha mãe pela dom da vida e de poder acreditar nesse projeto.

Ao meu cunhado Paulo que sabe o porque de estar lhe agradecendo.

Aos meus irmãos que mesmo distantes estiveram torcendo muito pelo sucesso desse trabalho. A você Henrique, um agradecimento especial, pela sua força e coragem de entender nossas dificuldades e de apostar no resultado final dessa pesquisa, o meu muito obrigado.

**POPULAÇÃO, ESCRAVIDÃO E FAMÍLIA EM GUARAPUAVA NO
SÉCULO XIX**

FERNANDO FRANCO NETTO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
(Presidente)

Prof. Dra. Ana Maria Oliveira Burmester

Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin

Prof. Dr. Renato Leite Marcondes

Prof. Dr. Antonio Carlos Jucá de Sampaio

SUMÁRIO

RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
Introdução.....	01
Capítulo I: Guarapuava – população (século XIX).....	21
Introdução.....	21
I. Política de povoamento de Guarapuava.....	21
I.1. População de Guarapuava – primeira metade do século XIX..	29
I.2. Condição Social.....	33
I.3. Sexo e Idade.....	44
I.4. Cor da população.....	74
I.5. Estado Conjugal.....	84
I.6. Ocupação.....	96
I.7. Famílias e Domicílios.....	101
I.8. População de Guarapuava – segunda metade do século XIX..	113
Conclusão.....	123
Capítulo II: População escrava no século XIX.....	129
Introdução.....	129
II.1. Alguns momentos da historiografia da demografia escrava	129
II.2. População escrava – primeira metade do século XIX.....	139
II.3. Estrutura Etária.....	141
II.3.1. Plantel com 10 escravos.....	158
II.3.2. Plantel com 5 a 9 escravos.....	163
II.3.3. Plantel com 1 a 4 escravos.....	169
II.4. Origem dos escravos.....	176
II.5. Estado conjugal dos escravos.....	185
II.6. Os escravos e sua cor.....	188
II.7. Razão de sexo.....	194
II.8. Taxa de Dependência.....	200
II.9. População escrava – segunda metade do século XIX.....	203
Conclusão.....	208
Capítulo III: A propriedade de escravos e a estrutura de posse.....	212
Introdução.....	212
III.1. Observações sobre a historiografia da estrutura de posse de	

escravos.....	212
III.2.Os proprietários de escravos.....	222
III.3.Idade média, domicílio e ocupação dos proprietários de escravos.....	228
III.4.Estrutura de posse de escravos – primeira metade do XIX...	251
III.5.Estrutura de posse – segunda metade do século XIX.....	257
III.6.A propriedade.....	260
Conclusão	265
Capítulo IV: As relações entre senhores e escravos e a família escrava	269
Introdução	269
IV.1.Casamento de escravos.....	271
IV.2.Batismo de escravos e ingênuos.....	290
IV.3.Razão criança/mulher.....	312
IV.4.Preço dos escravos.....	316
IV.5.Óbitos de escravos.....	318
Conclusão	325
Considerações Finais	331
Fontes e Referências Bibliográficas	335
Apêndice	353

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Condição social e crescimento populacional em Guarapuava entre os anos de 1828, 1835 e 1840.....	36
Tabela 2 – Participação por grandes faixas etárias, população masculina – escravos e agregados.....	39
Tabela 3 – Participação total por sexo e a razão de sexo – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	47
Tabela 4 – Quantidade de homens e mulheres livres e razão de sexo – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	53
Tabela 5 – Quantidade de homens e mulheres livres e a razão de sexo (grandes faixas etárias) – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840.....	55
Tabela 6 – Distribuição dos chefes de domicílios por faixas etárias: Freguesia de São Pedro (Bahia), Curitiba e Guarapuava – anos selecionados.....	62
Tabela 7 – Distribuição dos agregados por faixa etária e a razão de sexo. Guarapuava – 1828, 1835 e 1840.....	63
Tabela 8 – Algumas características dos degredados – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840.....	67
Tabela 9 – Quantidade de homens e mulheres escravas e a razão de sexo – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	70
Tabela 10 – Distribuição da cor dos indivíduos livres – Guarapuava 1828.....	76
Tabela 11 – Distribuição da população livre por cor – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	80
Tabela 12 – Distribuição da população livre por cor em algumas localidades do Paraná – 1835.....	82
Tabela 13 – Distribuição (%) da população livre, por sexo e por estado conjugal acima de 15 anos – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	85
Tabela 14 – Chefes de domicílios e o estado conjugal (em %) – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	90
Tabela 15 – Número de mulheres casadas da população livre por faixa etária, Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	93

Tabela 16 – Relação (%) entre mulheres casadas e o total de mulheres livres por faixa etária – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	95
Tabela 17 – Número absoluto das ocupações e participação % - Guarapuava 1835.....	98
Tabela 18 – Número absoluto das ocupações e participação % - Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	100
Tabela 19 – Tipos de domicílios – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	102
Tabela 20 – Distribuição dos filhos livres de chefes de domicílios que residem com Os pais, por sexo e faixas etárias – Guarapuava 1828, 1835 e 1840.....	109
Tabela 21 – Número absoluto das ocupações e participação % - Paraná, Guarapuava e Palmas - 1872.....	120
Tabela 22 – Movimentação da escravidão entre os anos de 1828, 1835 e 1840 a partir das listas nominativas de habitantes – Guarapuava.....	147
Tabela 23 – Distribuição da escravidão por tamanho do plantel e por faixas etárias Guarapuava – anos selecionados.....	194
Tabela 24 – Número absoluto e percentual dos proprietários de escravos por faixa etária – Guarapuava – anos selecionados.....	230
Tabela 25 – Algumas características das propriedades com cativos a partir dos inventários. Guarapuava – segunda metade do século XIX.....	248
Tabela 26 – Características do patrimônio a partir do tamanho do plantel (valor nominal) – Guarapuava – segunda metade do século XIX.....	249
Tabela 27 – Características dos omissos no livro de registro de casamento de escravos Guarapuava 1813/1886.....	273
Tabela 28 – Escravos casados por quinquênio. Guarapuava – século XIX.....	274
Tabela 29 – Quantidade e percentual de escravos acima de 15 anos, segundo o estado conjugal – Guarapuava 1835 e 1840.....	276
Tabela 30 – Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1813/1886.....	278
Tabela 31 – Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1813/1849.....	281
Tabela 32 - Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1850/1870.....	282
Tabela 33 - Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1871/1886.....	283

Tabela 34 – Distribuição dos bens inventariados. Guarapuava – segunda metade do século XIX.....	289
Tabela 35 – Números absolutos e porcentual de legitimidade dos batizados Guarapuava 1810-1888.....	292
Tabela 36 – Condição dos padrinhos e madrinhas e número de batismos.....	304

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alianças matrimoniais e cor dos indivíduos casados na Freguesia de Guarapuava – 1828.....	76
Quadro 2 – Alianças matrimoniais e cor dos indivíduos casados na Freguesia de Guarapuava – 1835.....	79
Quadro 3 – Relação criança/mulher – anos selecionados.....	140
Quadro 4 – Algumas características dos plantéis com africanos – Guarapuava 1835.....	179
Quadro 5 – Tamanho das posses e cor dos escravos – população crioula. Guarapuava 1835.....	191
Quadro 6 – Tamanho das posses e cor dos escravos – Guarapuava 1840.....	194
Quadro 7 – Quantidade de homens e mulheres e razão de sexo – Guarapuava – segunda metade do século XIX.....	204
Quadro 8 – Características dos proprietários de escravos – Guarapuava – anos selecionados.....	223
Quadro 9 – Idade média, domicílios e ocupação dos proprietários de escravos....	228
Quadro 10 – Idade média dos escravistas por tamanho do plantel.....	234
Quadro 11 – Atividades, produção agropecuária e área plantada dos proprietários de escravos.....	239
Quadro 12 – Registro de terras – Guarapuava – segunda metade do século XIX..	244
Quadro 13 – Distribuição da escravaria por proprietário – Guarapuava – anos Selecionados.....	253
Quadro 14 – Tamanho dos plantéis e a estrutura de posse de escravos – Guarapuava Anos selecionados.....	254
Quadro 15 – Perfil da escravaria por faixa etária dos proprietários.....	255
Quadro 16 – Estrutura de posse - Guarapuava – século XIX.....	257
Quadro 17 – Tamanho dos plantéis e estrutura de posse – Guarapuava – segunda metade do XIX.....	259
Quadro 18 – Composição dos bens de raiz e semoventes, valor nominal e deflacionado (em réis) de acordo com a faixa de tamanho dos plantéis – Guarapuava 1850/80.	261
Quadro 19 – Composição dos bens de raiz e semoventes em (%) de acordo com a faixa de tamanho dos plantéis – Guarapuava 1850/1880.....	263

Quadro 20 – Algumas características dos proprietários e das propriedades com escravos casados. Guarapuava – segunda metade do século XIX.....	287
Quadro 21 – Condição jurídica dos padrinhos/madrinhas – Guarapuava 1810/49.	295
Quadro 22 – Condição jurídica dos padrinhos/madrinhas – Guarapuava 1850/69.	296
Quadro 23 – Condição jurídica dos padrinhos/madrinhas – Guarapuava 1870/88.	297
Quadro 24 – Condição jurídica dos padrinhos de escravos e ingênuos no período 1810/1888.....	299
Quadro 25 - Condição jurídica das madrinhas de escravos e ingênuos no período 1810/1888.....	299
Quadro 26 – Número de batismos e a condição jurídica dos padrinhos – período 1810/1888.....	300
Quadro 27 - Número de batismos e a condição jurídica das madrinhas – período 1810/1888.....	301
Quadro 28 – Pertinência do padrinho e da madrinha ao plantel do batizando – período 1810/1888.....	302
Quadro 29 – Relação entre a frequência de batismos e o nº de proprietários – Guarapuava 1810/1888.....	306
Quadro 30 – Padrinhos e madrinhas de escravos com a condição de forros – Curitiba e Guarapuava – século XVIII e XIX.....	308
Quadro 31 – Relação criança/mulher – anos selecionados.....	314
Quadro 32 – Razão criança/mulher a partir dos inventários das décadas de 1850 , 1860 e 1870, do recenseamento geral do ano de 1872 e de alguns proprietários de cativos. Guarapuava.....	316

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Rota de expedição de conquista de Guarapuava.....	26
Gráfico 1 - Pirâmide etária – população livre – Guarapuava 1828.....	45
Gráfico 2 - Pirâmide etária – população livre – Guarapuava 1835.....	45
Gráfico 3 - Pirâmide etária – população livre – Guarapuava 1840.....	46
Gráfico 4 - Pirâmide etária –chefes de domicílios – Guarapuava 1828.....	58
Gráfico 5 - Pirâmide etária –chefes de domicílios – Guarapuava 1835.....	58
Gráfico 6 - Pirâmide etária –chefes de domicílios – Guarapuava 1840.....	59
Gráfico 7 - Evolução populacional – Guarapuava – anos selecionados.....	114
Gráfico 8 - Participação % - população livre e escrava – anos selecionados.....	115
Gráfico 9 - Evolução da população livre e escrava por faixas etárias – Guarapuava anos selecionados.....	116
Gráfico 10 - População e cor – Guarapuava – anos selecionados.....	117
Gráfico 11 - Pirâmide etária – população escrava – 1828.....	142
Gráfico 12 - Pirâmide etária – população escrava – 1835.....	142
Gráfico 13 - Pirâmide etária – população escrava – 1840.....	143
Gráfico 14 - Pirâmide etária – plantel com 10 ou + escravos – 1828.....	160
Gráfico 15 - Pirâmide etária – plantel com 10 ou + escravos – 1835.....	161
Gráfico 16 - Pirâmide etária – plantel com 10 ou + escravos – 1840.....	161
Gráfico 17 - Pirâmide etária – plantel com 5 a 9 escravos – 1828.....	164
Gráfico 18 - Pirâmide etária – plantel com 5 a 9 escravos – 1835.....	164
Gráfico 19 - Pirâmide etária – plantel com 5 a 9 escravos – 1840.....	165
Gráfico 20 - Pirâmide etária – plantel com 1 a 4 escravos – 1828.....	170
Gráfico 21 - Pirâmide etária – plantel com 1 a 4 escravos – 1835.....	171
Gráfico 22 - Pirâmide etária – plantel com 1 a 4 escravos – 1840.....	171
Gráfico 23 - Pirâmide etária – crioulos – 1835.....	180
Gráfico 24 - Pirâmide etária – africanos – 1835.....	180
Gráfico 25 – Pirâmide etária – crioulos – 1840.....	181
Gráfico 26 – Pirâmide etária – africanos – 1840.....	181
Gráfico 27 – Evolução da escravaria – homens por faixa etária.....	206
Gráfico 28 - Evolução da escravaria – mulheres por faixa etária.....	207
Gráfico 29 - Óbitos de escravos por quinquênio, séc.XIX, faixa etária 15 ou +.	258

Gráfico 30 - Batismos de escravos e ingênuos por quinquênio. Guarapuava 1810-1888.....	291
Gráfico 31 - Preço homens x mulheres (mil réis), anos selecionados.....	317
Gráfico 32 - % óbitos de escravos e ingênuos por faixa etária.....	319
Gráfico 33 - % óbitos de escravos e ingênuos por grandes faixas etárias.....	319
Gráfico 34 - Evolução dos óbitos e batismos de escravos e ingênuos, 1810/88..	320
Gráfico 35 - Óbitos de escravos por quinquênio, séc.XIX, faixa etária 15 ou +.	323
Gráfico 36 - Óbitos de escravos por quinquênio, século XIX, faixa etária 0/14.	323

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa procura avaliar as relações entre população, família e escravidão em Guarapuava durante boa parte do século XIX. Para se chegar aos resultados esperados o estudo abordou características da população de Guarapuava desde o início de seu povoamento, procurando assim, determinar algumas peculiaridades quanto à população como um todo. As fontes utilizadas são as Listas Nominativas de Habitantes de 1828, 1835 e 1840, documentos que possuem uma riqueza de informações sobre os domicílios e de sua população livre e escrava. Acrescente-se a esses documentos os Relatórios dos Presidentes de Província do Paraná a partir da segunda metade do século XIX que informam sobre o estado geral da província e algumas estatísticas populacionais para o Paraná. Também fizemos uso de alguns dados contidos no Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1872, especificamente para o Paraná e Guarapuava. O recenseamento apresenta dados interessantes quanto às características da população de uma forma geral. Incluímos nos estudos alguns dados inseridos nos Relatórios da Câmara Municipal de Guarapuava, que produzem informações sobre as condições mais gerais da localidade e do estado de sua população. A consulta ao Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém em Guarapuava também fez parte da pesquisa, analisando os dados de assentos de casamentos, batismos e óbitos dos escravos e dos ingênuos. Esses documentos estão em ótimo estado de conservação e são muito ricos no sentido de dar-nos pistas sobre as condições sociais dos cativos. Os Inventários *post mortem* também foram consultados a fim de enriquecermos o trabalho de pesquisa, haja vista que nesse tipo de documento percebe-se as características da propriedade de cativos, a distribuição de seus bens e a escravaria. Os resultados da pesquisa procuram trazer novas luzes sobre as possibilidades de sociabilização e de formação de famílias pelos escravos. Como se deram esses arranjos num ambiente bastante adverso quanto ao mercado de mão-de-obra escrava, ao mesmo tempo em que a população cativa crescia permanente numa área de fronteira e com suas atividades voltadas para o abastecimento interno. As peculiaridades de povoamento, com uma população livre não branca elevada, a veracidade da fronteira, as altas taxas de masculinização e os pequenos plantéis determinaram especificidades para os cativos em Guarapuava. Fatores como o crescimento endógeno não foi o único que fez com que sua reprodução fosse possível, mas as fortes migrações também influenciaram na formação das escravarias. Ao mesmo tempo, as relações entre os proprietários com os cativos determinaram o que podemos chamar de um “paternalismo indireto” nas propriedades.

Palavras-chave: população, família, escravidão, economia.

ABSTRACT

The present work of research seeks to evaluate the relations among population, family and slavery in Guarapuava during certain period of the 19th century. To achieve the expected results the study dealt with the characteristics of Guarapuava's population since the beginning of the populating process, thus, trying to identify some peculiarities related to the population as a whole. The sources for such research were the nominative lists of inhabitants in 1828, 1835 and 1840, documents which have rich information about the dwellings as well as the free and slave population. Besides these documents the Reports of the Presidents of Paraná Province since the second half of the 19th Century provide information about the general state of the Province and some population statistics about Paraná. We also made use of some data contained in the General Census of Brazil of 1872, specifically in Paraná and Guarapuava. The census presents interesting data about the characteristics of the population in a general view. Some data were included in the study from the Reports of Municipal Council of Guarapuava, where more information about the general condition of the locality and the state of the population were produced. The research in the files of Nossa Senhora de Belém Parish in Guarapuava was also part of the study, analyzing the marriage agreements, baptisms and deaths of the slaves and sons of slaves who were born after becoming independent. These documents are in good state of conservation and are very rich related to the fact of providing clues about the social conditions of the captives. The Post Mortem Inventories were also consulted in order to enrich the research work, since in this kind of document the characteristics of the captives property, the distribution of their assets and slavery are noticed. The results of the research seeks new light over the possibility of sociabilization and family formation by the slaves. How these arrangements in an adverse environment concerning the slave work force market took place, while concurrently the captive population grew in a permanent basis in a border area and their activities were related to the internal supply. The populating peculiarities with a high number of non-white free population, tension of the border and the high rate of masculinization and the little breeding stock determined specificities for the captives in Guarapuava. Factors such as the endogenous growth was not the only one which made the reproduction possible, but the high migration also influenced in the slavery formation. At the same time, the relation between the proprietors with the captives determined what we can call as "indirect paternalism" in the properties.

Key words: Population, Family, Slavery, Economy.

INTRODUÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 1859, na fazenda denominada Reserva em Guarapuava, foi aberto o processo de inventário de José de Siqueira Cortes, sendo inventariante sua mulher, Maximiliana Ferreira dos Santos. Nesse processo foi arrolado um plantel de 17 escravos, discriminando o nome do escravo, a origem de alguns, a idade da maioria e a avaliação em réis. Os dados apresentados com relação aos cativos não relacionam nenhum tipo de parentesco entre eles, o que só foi possível estabelecer através de cruzamento de fontes paroquiais, como os assentos de batismos, casamento e, por vezes, de óbito. No apêndice (Gráficos 1A, 1B, 1C), apresentamos a composição dessa família considerando separadamente os laços de consangüinidade, a propriedade e os laços de compadrio.

José de Siqueira Cortes, no censo de 1835, tem registrada como atividade principal a produção de cavalar, muares e vacuum e como segunda atividade a produção de milho e feijão. Já no censo de 1840, aparece como Guarda Nacional, com aproximadamente 36 anos e um filho chamado Izaías. Seu domicílio possuía 5 indivíduos, pois tinha também 2 escravos homens: Benedito, com 28 anos, e Pedro, com 20 anos, ambos solteiros.

Os registros de terras feitos pelo vigário local lhe atribuem a propriedade de duas posses nos anos de 1856 e 1857, sendo uma delas denominada Reserva, com 1.800 alqueires, adquirida por posse e cultura, e a outra localizada no Pinhão, sem medida identificada, adquirida por compra e posse.

A estrutura de posse de cativos da propriedade de José Siqueira Cortes, quando de seu falecimento, apresenta 9 escravos homens e 8 mulheres, demonstrando, assim, certo equilíbrio entre os sexos. Entretanto, seu plantel possuía 9 infantes na faixa etária de 0 a 14 anos; 6 escravos na faixa etária de 15 a 49 e 2 na faixa etária a partir de 50. Percebe-se que o percentual de crianças no plantel é elevado, representando quase 53% da escravaria, o que já nos traz alguns questionamentos com relação ao perfil e às possibilidades de constituição da família escrava no plantel, bem como à possibilidade de crescimento endógeno da mesma.

Ao verificarmos a distribuição por sexo e por faixa etária, percebe-se certo equilíbrio, principalmente na faixa etária dos infantes e naquela considerada de maior produtividade, enquanto que na faixa etária a partir de 50 anos encontramos apenas 2 escravos do sexo masculino, o que nos faz levantar a hipótese de que, para essa faixa, os padrões normalmente apresentados pela escravidão brasileira de desequilíbrio entre os sexos eram predominantes também nesse plantel. Porém, para comprová-la, devemos procurar mais informações quanto à sua evolução e às peculiaridades do plantel.

A razão de sexo para a faixa etária dos infantes é de 80, o que significa que, para cada grupo de 100 homens, existem 125 mulheres. Quanto à faixa etária de 15 a 49, a razão de sexo é de 100, demonstrando equilíbrio entre os sexos.

Os escravos na faixa etária a partir de 50 anos são de origem tanto crioula como africana: Benedito, de 50 anos, é de origem crioula, enquanto Miguel, de 60 anos, é de origem africana. É necessário entendermos como se dá a estrutura da posse nessa faixa etária, pois, considerando suas idades, entendemos que se trata de escravos que foram adquiridos ou negociados num período anterior à ocupação de Guarapuava, no início do século XIX, quando o tráfico de escravos era intenso.

Para a faixa etária produtiva, ou seja, de 15 a 49 anos, encontramos distribuição equilibrada entre os sexos, sendo 3 escravos homens e 3 mulheres. Aqui cabe observar que a escrava arrolada, Florinda, não possui registro de idade, mas, pelas características que apresenta e por sua condição de mãe, inferimos que se encontra nessa faixa. Assim, podemos resgatar os dados referentes à distribuição do plantel em tal faixa. Ao enfocarmos o plantel masculino, verifica-se que os homens possuíam a idade média de 23 anos, o que significa que eram mais jovens do que as mulheres, pois, considerando a peculiaridade de Florinda, poderíamos supor que sua idade estava na faixa dos 30 anos, mesmo porque, ao verificarmos a avaliação quanto ao seu preço, que foi de 1:600\$000, percebemos proximidade do preço estipulado para a escrava Basília, que foi de 1:500\$000. Assim, a idade média das escravas deveria se situar em 33 anos.

Quanto à origem dos escravos, todos os homens são crioulos, enquanto que dentre as escravas, duas eram de origem crioula e uma, Basília, africana. Ao enfocarmos o fator origem dos escravos nas faixas etárias produtiva e a partir de 50 anos, verificamos que o plantel de José Siqueira Cortes era formado predominantemente por escravos de origem crioula, que representavam 75% do plantel.

Do plantel avaliado e arrolado em 1859, os escravos Benedito e Basília eram casados oficialmente, ele crioulo e ela africana, com a união sancionada pela Igreja

Católica na data de 15 de junho de 1843 e possuíam 6 filhos. O casal teve seu primeiro filho no ano de 1844 e seu nome era José, conforme registro de batismos arquivado na Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Entretanto, este não aparece quando da avaliação dos escravos, como também não existe registro de óbito do mesmo, o que sugere que tenha sido negociado.

Primeiramente, o perfil da escravaria é caracterizado por somente 3 escravas. Como uma, Rosa, era doente, conforme descrito nos autos de inventário, e outra, Florinda, provavelmente era muito jovem para se casar à época, resta a hipótese de que não havia no plantel outra possibilidade de união que não com Basília. Por ser um plantel diferenciado daqueles normalmente estudados e pequeno, a disensão entre crioulos e africanos porventura se amainava a fim de promover sua convivência.

Além disso, é importante considerarmos a diferença de idade entre o casal, aproximadamente 20 anos, sugerindo que o homem escravo se casava muito mais velho do que a mulher escrava, conseqüentemente tinha filhos mais tarde – quando do nascimento de seu primeiro filho, em 1844, Basília tinha 15 anos.

Dos 6 filhos do casal, 5 eram mulheres e apenas 1 era homem. Essa família escrava nuclear e com laços primários de consangüinidade se estenderia por outras gerações a partir do momento em que passa a ser posse da esposa de José Siqueira Cortes, Dona Maximiliana Ferreira dos Santos, que viu nascer nela mais 4 filhas: Victoriana, Tereza, Antonia e Ignês. Portanto, o casal Benedito e Basília teve, no total, 10 filhos. Todos foram encaminhados à pia batismal por orientação de seus proprietários ou mesmo por iniciativa de seus pais, pois o casal era oficialmente casado perante as normas gerais aceitas pela sociedade.

A relação de compadrio apresentada por eles é interessante, visto que a maioria dos padrinhos/madrinhas se fez com muita intensidade com os chamados “padrinhos externos” aos laços diretos relacionados a eles – dos 6 filhos, 2 tiveram como padrinho um escravo e como madrinha uma liberta, enquanto os demais tiveram como padrinho/madrinha pessoas livres e normalmente fora dos laços mais próximos tanto dos escravos como dos proprietários. Já os filhos que nasceram na propriedade de Maximiliana Ferreira dos Santos, uma teve como padrinho/madrinha pessoas livres e parentes dos proprietários e, as outras três, pessoas livres e fora de seus laços mais próximos. Resumindo, a família escrava de Benedito e Basília procurava, de alguma forma, relacionar-se com um leque maior de pessoas livres e que pudessem talvez representar novas estratégias de ação entre eles.

Posteriormente, uma das filhas do casal, a escrava Josefa, solteira, gerou 3 filhos, todos com pai desconhecido: Benedicta, Maria e Ricardo. É importante frisar que, conforme os registros e tal como sua mãe, Josefa teve sua primeira filha com a idade de 15 anos, mantendo-se, portanto, a tendência de a mãe de iniciar a geração de filhos muito cedo.

Para reforçar essa constatação, temos o caso de Mariana, outra filha do casal, que teve sua primeira filha – Ifigênia, nascida em 1866, de pai desconhecido –, com aproximadamente 13 anos de idade. A relação de compadrio revela que Ifigênia teve como padrinho o avô escravo, Benedito, e como madrinha Ana Balbina da Silva, livre. Sua outra filha, Benedicta, teve como padrinho também o avô Benedito e como madrinha a escrava Benedita, pertencente a Maria Lustosa de Siqueira, parente direta de Maximiliana Ferreira dos Santos.

Resumindo o caso dessa família escrava, Benedito e Basília tiveram 10 filhos, o último nascido em 1869, portanto o casal permaneceu junto pelo menos por 26 anos. Dos filhos, sucederam 16 netos e uma bisneta. Apenas uma filha se casou oficialmente, com o escravo Adão, quando eram escravos de Manoel Félix Siqueira – genro de Maximiliana Ferreira dos Santos.

Sete de suas filhas foram mães pela primeira vez com idade entre 13 e 15 anos – apenas Joana, casada com Adão, tem a idade de 25 anos ao registrar seu primeiro filho. As filhas não casadas oficialmente tiveram, em média, mais filhos do que a filha casada, enquanto Basília, africana, teve mais filhos do que suas filhas, que eram crioulas.

A partir desses dados, notamos que a escolha dos nomes dos netos demonstrava os laços de afeição entre os escravos, pois a filha da escrava Josefa foi batizada com o nome de Benedicta, provavelmente para homenagear o avô. Da mesma forma, o filho de Maria, também foi batizado com o nome de Benedicta.

Com relação ao intervalo de procriação, os escravos Benedito e Basília tiveram 3 filhos na década de 40, com intervalo de dois anos entre um e outro; 4 filhos na década de 50, com intervalo médio de 2,5 anos, e 3 filhos na década de 60, com intervalo médio de 3,3 anos.

A reprodução natural nesse plantel é muito forte, pois a grande maioria da escravaria é formada por crianças. Assim, a razão criança/mulher no plantel é elevada – considerando a faixa de 0 a 4 anos para as crianças e de 15 a 39 para as mulheres, o indicador foi de 1000, enquanto na faixa de 0 a 9 para as crianças, e mesma faixa para as mulheres, o indicador foi de 2500.

Finalmente, observamos que essa família se forma a partir da metade da década de 1840, período em que o tráfico de escravos ainda era forte, bem como a expansão da economia local. Apesar das separações do plantel quando do falecimento do Jose Siqueira Cortes, ela mantém seus laços em função da proximidade entre seus proprietários. O tamanho desse plantel e a exigüidade demográfica induziram a maximização das possibilidades reprodutivas, estimulando as relações em família e a estrutura familiar nuclear.

Família de Florinda. (Gráficos 2A, 2B, 2C)

Não há nos registros de casamentos nenhuma informação de que a escrava Florinda tenha se unido em laços matrimoniais. Escrava de José de Siqueira Cortes, ela teve 8 filhos. É uma família que se caracteriza por ser matrifocal, pois só aparece o registro da mãe. São 6 mulheres e 2 homens, sendo que o primeiro filho nasceu no ano de 1857 e o último filho no ano de 1866. Portanto um intervalo de aproximadamente 9 anos, o que permite inferirmos que a média de filhos foi de 1,1/ano. Dos filhos apenas dois tiveram netos, a escrava Julia que pariu as crianças Victorina no ano de 1881 e Juvêncio no ano de 1884. Já a escrava Francisca teve como filhos Manoel no ano de 1879, Onofre no ano de 1882 e finalmente Idalina no ano de 1885.

Pelos registros pode-se concluir que as escravas Júlia e Francisca tiveram o primeiro filho bastante jovens, pois o registro de nascimento de Júlia é no ano de 1865, enquanto que sua filha Victorina nasceu no ano de 1881, portanto ela tinha aproximadamente 16 anos. Um pouco mais velha foi o caso da escrava Francisca que teve seu primeiro filho, Manoel, no ano de 1879 com 18 anos de idade. Considerando o intervalo entre o registro de batismos dos filhos, Júlia pariu num intervalo próximo de 2,4 anos, enquanto que a escrava Francisca pariu entre o primeiro e o segundo filho num intervalo de 2,3 anos e para o terceiro filho num intervalo de 2,2 anos.

Com relação a manutenção ou não dessa família na propriedade após o falecimento de José de Siqueira Cortes, observa-se que os filhos de Florinda não se separam após a partilha, permanecendo com a proprietária Maximiliana Ferreira dos Santos, esposa de José de Siqueira Cortes. Os filhos de Julia e Francisca fazem parte da propriedade de Elias de Siqueira Cortes casado com Maria Clara de Siqueira que é filha de Maximiliana Ferreira dos Santos, recebendo por partilha amigável em vida.

A maioria dos cativos e ingênuos tiveram como padrinhos pessoas livres. Dos 13 indivíduos com o registro de batismo, 9 deles foram batizados por livres. Apenas um dos cativos teve como padrinhos escravos, é o caso de Francisca. Dois deles tiveram como padrinho um indivíduo liberto e como madrinha a condição de escrava. Finalmente, o caso do Marcelina que nasceu no ano de 1864 e teve como padrinho o Vigário local e como madrinha a Virgem Nossa Senhora de Belém.

Família de Verônica. (Gráfico 3A)

Verônica era escrava de Jacinto Mendes de Araújo e pelos registros de batismos não se uniu em laços matrimoniais. Apesar disso, teve 5 filhos, sendo 4 mulheres e 1 homem. O período considerado é a primeira metade do XIX e num momento em que Guarapuava ainda sofria toda a sorte dos movimentos migratórios. O primeiro filho nasceu no ano de 1820 e o último filho em 1828, portanto são 8 anos de intervalo. Considerando que Verônica teve 5 filhos, o intervalo entre eles ficou por volta de 1,6 anos. Verônica também teve netos, filhos de Mafalda. Foram Francisca que nasceu no ano de 1842 e Manoel nascido em 1846. Portanto, Mafalda tinha a idade de 16 anos quando teve sua primeira filha. Ao cruzarmos com a lista nominativa de habitantes do ano de 1828, vamos encontrar Verônica com a idade de 20 anos. Se considerarmos como correta essa informação, a idade de Verônica quando teve seu primeiro filho foi de 12 anos, pois sua filha Ignacia nasceu no ano de 1820.

Na maioria dos casos os padrinhos são livres, mas encontram-se casos onde o padrinho é livre e a madrinha é escrava, como é o caso de José. Também encontra-se os casos de Mafalda e Leocádia que tiveram como padrinhos proprietários de escravos. Aqui se mostra, por exemplo, a interferência mais direta do proprietário desses escravos quanto às escolhas dos padrinhos.

Família de Benedito e Josepha, de Alexandrina e de Vittalina. (Gráfico 4A)

O casal de cativos é de propriedade de João Simão Gonçalves de Andrade e, apesar dos registros de batismos informarem que os dois são os pais das

crianças, não há informações quanto ao registro de casamento deles. O casal teve 4 filhos, sendo 2 homens e duas mulheres. O intervalo da procriação desses filhos foi de 7 anos aproximadamente e considerando que o casal teve quatro filhos, o intervalo foi de 1,75 anos, visto que o primeiro filho nasceu no ano de 1871 e o último filho registrado no ano de 1878.

Quando ao compadrio, observa-se que os escravos e os senhores tiveram diversas estratégias para os arranjos fictícios, pois encontra-se padrinho escravo, livre e proprietário de escravos e o próprio senhor. Quanto as madrinhas, verifica-se que duas delas eram libertas, uma era a própria mulher do senhor, portanto proprietária de escravos e finalmente a outra foi a Virgem Nossa Senhora de Belém.

Quanto à família de Alexandrina, encontram-se três filhos e ela como mãe solteira. Dos três filhos, dois são homens e uma mulher. O primeiro filho tem o registro de batismo no ano de 1871 e o último filho no ano de 1878, portanto são 7 anos de intervalo, o que perfaz um lapso de procriação de 2,3 anos. Quanto aos padrinhos, a tendência foi de arranjos onde os escravos/ingênuos tivessem mais próximos de seu passado escravo, pois dois dos filhos tiveram como padrinhos escravos e libertos, enquanto o outro teve como padrinhos indivíduos livres.

A família de Vittalina era composta por 5 filhos, com três homens e duas mulheres. O intervalo de procriação foi de aproximadamente 1,8 anos entre eles, pois o primeiro filho está registrado no ano de 1871 e o último filho no ano de 1880, portanto 9 anos de intervalo entre o primeiro e o último filho. Com relação aos padrinhos, O passado escravo parece ter sido menos influente do que na família de Alexandrina, pois apenas 2 desses filhos tiveram como padrinhos os libertos, enquanto os demais foram pessoas livres, bem como proprietários de escravos.

Família de Joana e de Felizberto e Felícia. (Gráfico 5A)

Estas são duas famílias de propriedade de Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Famílias essas na propriedade no início do século XIX, pois ele era o comandante da expedição de conquista de Guarapuava. Joana teve três filhos, sendo todos homens. Manoel e Lucio são gêmeos, pois a data do registro de batismo é do ano de 1814, enquanto que Manuel nasceu no ano de 1817. Portanto, o intervalo de procriação foi por volta de 3 anos. No caso dos padrinhos, não há registro deles para o escravo Manoel, enquanto que os padrinhos de Lucio e Manuel são livres.

Felizberto e Felícia são os pais de três escravos. Porém, não há o registro de casamento deles. O primeiro filho nasceu no ano de 1810 e o último no ano de 1813, portanto o intervalo de procriação foi de aproximadamente de 1 ano. Quanto aos padrinhos, não há o registro para o escravo Romano, enquanto que os outros dois escravos tiveram como padrinhos e madrinhas pessoas livres, sendo que o padrinho era proprietário de escravos.

Família de Joaquina. (Gráfico 6A)

Joaquina era escrava de Manoel Batista Bello, e nos registros de batismos encontra-se 11 filhos. É uma família numerosa considerando as especificidades de Joaquina, pois pelos dados ela não se uniu em laços matrimoniais. O primeiro filho foi registrado em 1844, enquanto que o último filho foi registrado em 1866, portanto com intervalo de procriação de 22 anos, entre o primeiro e o último filho. Considerando que ela teve 11 filhos, podemos inferir que o intervalo entre um filho e outro foi de aproximadamente de 2 anos. Entretanto, se excluirmos do cálculo um dos filhos gêmeos ocorridos na frequência de três, temos, no total, 8 filhos no intervalo de 22 anos, o que perfaz um intervalo de procriação de 2,75 anos. São 6 homens e 5 mulheres na família.

Uma das filhas, Joana, teve netos e sem registro de que se uniu em laços matrimoniais. Foram 4 filhos no total, sendo que 3 mulheres e um homem. A primeira filha foi registrada no ano de 1878 e o último filho no ano de 1886. São 8 anos de intervalo o que perfaz um intervalo de procriação de 2 anos. Verificando a data do registro do primeiro filho da escrava Joana no ano de 1878, e comparando com a data de seu registro de batismo que foi no ano de 1864, percebe-se que sua idade ao ter essa filha foi de aproximadamente 14 anos.

Com relação aos padrinhos e madrinhas, verifica-se que grande parte da escravaria tinha como arranjos fictícios indivíduos livres, pois são 8 nessa condição. Não encontramos nenhum cativo ou ingênuo que tivessem como padrinhos algum escravos, apenas Maria, filha de Joana que teve como padrinho um liberto. Como proprietários de escravos encontra-se 3 casais que eram senhores de outros escravos.

Família de Onofre e Ana.(Gráfico 7A)

Onofre e Ana casaram-se na data de 15 de novembro de 1852 conforme os registros de casamento e como propriedade de Norberto Mendes Cordeiro. No total

tiveram 11 filhos, sendo 9 homens e 2 mulheres. O primeiro filho está registrado no ano de 1853, enquanto que o último filho no ano de 1879. O intervalo entre o primeiro filho e o último foi de 26 anos, como o casal teve 11 filhos, o intervalo de procriação foi de 2,3 anos.

Nessa família numerosa encontra-se apenas o escravo Sebastião tendo como padrinhos outros escravos. Os demais cativos tiveram como padrinhos pessoas livres, bem como proprietários de escravos. Por falar em proprietários de escravos, observa-se que foram entre padrinhos e madrinhas, 6 indivíduos nessas condições. Isso representa quase 30% dos padrinhos desses escravos.

Assim, a presente pesquisa pretende abordar tanto os movimentos populacionais que ocorreram durante as primeiras décadas do século XIX quanto o estudo da população escrava, que, apesar de muito pequena, foi fundamental para as relações sociais e econômicas numa área periférica, com suas atividades voltadas para o abastecimento interno do Império e com muito pouco estudo voltado para a sua população como um todo. O pano de fundo é Guarapuava, área localizada na região Central do Paraná e que, no início do século XIX, foi palco de movimentos migratórios, apesar de sua população permanecer pequena ao longo de todo o referido século. Entre os anos de 1828 e 1872, sua população cresce a taxas anuais geométricas de 7,92%.

A curiosidade em estudar a população escrava de Guarapuava vem desde as primeiras leituras sobre escravidão no Brasil, quando tive a oportunidade de ingressar no programa de mestrado na Universidade Estadual Paulista. Essa curiosidade se tornou mais factível a partir do instante em que meu projeto de pesquisa foi aprovado. Naquele instante, não estava bem claro ainda o tema central da pesquisa, entretanto, ficava cada vez mais clara a necessidade de compreender melhor o papel desses indivíduos numa área ainda bastante nova em termos de ocupação.

A partir dos trabalhos pioneiros sobre escravidão, realizados em Guarapuava pelas historiadoras Gracita Gruber Marcondes¹ e Alcioly Gruber de Abreu², pude entrar um pouco mais na vida dessas pessoas e compreender a importância que tiveram na formação da localidade. Desde então, o interesse na pesquisa foi crescendo, a ponto de definir meu objeto de estudo abordando os padrões de riqueza em Guarapuava no período de 1850 a 1880.

¹ MARCONDES, Gracita G. & ABREU, Alcioly T.G. *“Escravidão e trabalho”*. Guarapuava, UNICENTRO, 1991.

² ABREU, Alcioly T. G. *“A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava”*. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

No decorrer da pesquisa, me deparei com alguns questionamentos sobre as particularidades de Guarapuava. Em uma área voltada para o mercado interno, de que forma poderia estar a população escrava crescendo num período quando o mercado de escravos estava em crise? Ao mesmo tempo, sua população era basicamente formada por escravos crioulos e com forte participação dos homens nos plantéis. Como isso se dava numa província em que os padrões eram de que haveria equilíbrio entre os sexos?

Uma outra questão fundamental é tentarmos compreender a estrutura familiar escrava num momento posterior ao fim do tráfico internacional de cativos, quando a crise de oferta atingia fortemente esse mercado, mas que mostrava sinais de dinamismo inesperado em Guarapuava, refletindo na sociabilidade dos escravos.

Falar de Guarapuava no século XIX implica entendermos um pouco mais as áreas voltadas para o mercado interno. Alguns estudos surgiram a partir da década de 1990, abordando áreas voltadas para a economia interna. Suas especificidades nos remetem a compreender a dinâmica de sua população, tanto livre como escrava. A forte participação masculina é característica de Guarapuava, tanto em se tratando da população livre como da população escrava.

As especificidades de área de fronteira caracterizaram a evolução de sua população durante boa parte do século. Além disso, sua escravaria sempre foi muito pequena e, não só isso, a própria população escrava foi também muito pequena.

Ao mesmo tempo, percebem-se fortes movimentos migratórios dos senhores para a localidade, às vezes trazendo parte de seus escravos e às vezes trazendo apenas seus escravos, isto é, os proprietários não se instalavam definitivamente na localidade (absenteístas).

Por estar na fronteira, Guarapuava é uma dessas áreas que, no início do século XIX, teve importante papel face ao interesse do Governo Imperial em defender seu território de possíveis investidas dos espanhóis e em expandir as fronteiras agrárias. Por isto, o processo migratório para a formação de seu povoamento foi fundamental para essa localidade. As características básicas de sua população estavam relacionadas com o tripé grande propriedade de terra, mas não devemos esquecer que havia as pequenas propriedades também, o senhor e o escravo, e, por um determinado tempo, a participação da população indígena local, que não conhecemos tanto quanto seria desejável.

O movimento populacional foi intenso para a localidade, tanto na primeira metade do século XIX como na segunda. O estudo irá demonstrar que, ao separarmos

por condição social, o comportamento da população livre, dos agregados, dos escravos e dos índios foi bastante diferente e o processo migratório foi uma constante, principalmente nas primeiras décadas do século XIX. Os dados das listas nominativas de habitantes são claros nesse sentido, pois vamos observar que, no período 1828/1840, foi forte esse processo, com muitos indivíduos chegando a Guarapuava a fim de se estabelecerem.

Os efeitos de uma economia fortemente marcada pela criação, e o transporte de animais, se fizeram sentir na localidade. A região foi uma das mais importantes do Paraná no fornecimento de gado vacum, e muares para a praça de Sorocaba. Seus campos serviram para a invernagem de animais que vinham do Sul, além de produzir uma categoria de comerciantes fundamental para o período, os tropeiros. Em função das dificuldades de transporte para dar cabo ao escoamento das safras, a utilização do gado muar foi fundamental para transportar as mercadorias por todo o interior do país. Como descrito por Maria Sylvia de Carvalho Franco *“é no ponto de articulação desses dois caracteres – tecnologia rudimentar e grande empreendimento mercantil – que se pode situar a figura do tropeiro”*.³

Além disso, Maria Thereza Shorer Petrone ao estudar sobre a vida do Barão de Iguape, informa que os campos situados ao Sul do Brasil serviram de invernadas *“onde o gado, quando tem que percorrer grandes distâncias até alcançar os centros consumidores, encontra pastos para descansar, engordar ou simplesmente esperar à época favorável à continuação da marcha”*.⁴

Essas são características fundamentais para entender a posição de Guarapuava no contexto nacional, visto que o perfil de fronteira agrícola caracterizava a dinâmica populacional.

Outra questão fundamental tem relação com o mercado escravo durante o século XIX. No início do século, observa-se um forte crescimento do tráfico e da população escrava em geral; em seguida, uma primeira desarticulação da oferta em função da tentativa de se pôr fim ao tráfico, no início da década de 30, e, posteriormente, a crise de oferta a partir de 1850. Esses movimentos tenderam à redução do tamanho das posses de escravos em função do tráfico interno, principalmente para áreas não-cafeeiras, mas, ainda assim, de forma diferenciada.

³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *“Homens livres na ordem escravocrata”*. 4ª Edição. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 67.

⁴ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *“O Barão de Iguape: um empresário da época da independência”*. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INI, 1976, p. 14.

A escravidão, apesar de muito pequena, cresce permanentemente durante grande parte do século XIX. Guarapuava só foi sentir o reflexo do tráfico interno mais tarde, por volta do final da década de 1870 e início da década de 1880, isto é, já no final da escravidão. O movimento da escravidão entre os anos de 1873 e 1883, conforme dados de Sebastião Ferrarini, mostra que Guarapuava teve, entre as entradas de cativos e as saídas, o saldo positivo de 67 almas. Soma-se a isso o registro de 55 óbitos e de 106 libertos, seja através do Fundo de Emancipação (5) ou por particulares (101). Isto significa que Guarapuava resistia aos processos de perda de mão-de-obra para as regiões cafeeiras. Entretanto, esses dados devem ser lidos com cuidado, pois o autor não identifica sua fonte.⁵

As áreas não-cafeeiras foram afetadas de forma diferente, face às especificidades de cada localidade. É o caso de Magé, no Rio de Janeiro, que apresenta estrutura de posse bastante concentrada, próxima de regiões agroexportadoras e não de áreas voltadas para o abastecimento interno. Antonio Carlos Jucá de Sampaio sugere que isto se deu muito mais em função das formas de inserção de cada região nos circuitos mercantis, devido ao perfil produtivo. O problema não seria o baixo grau de mercantilização, mas a baixa lucratividade do negócio, isto é, menor do que aquela encontrada nos produtos exportáveis, e pelas dificuldades de transporte.

As mudanças na estrutura de posse, em Magé, após a segunda metade do XIX, dão-se principalmente pela decadência econômica local, bem como pela crise geral da escravidão. O regime demográfico mudou de um padrão típico de *plantation*, isto é, fortemente exógeno, baseado no tráfico internacional e/ou interno, para aquele baseado no crescimento endógeno. Ao mesmo tempo, sua população passa de 6.930, em 1850, para 7.418, em 1872. Em termos percentuais, isto indica um crescimento de 7,04%, o que, para o autor, não é insignificante, pois a maioria das regiões ligadas à produção de alimentos passava por forte evasão de mão-de-obra cativa.⁶

⁵ FERRARINI, Sebastião. “A escravidão negra na Província do Paraná”. Curitiba, Ed. Lítero-Técnica, 1971, P. 72.

⁶ JUCÁ, Antonio Carlos. “Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos – 1850/1888”. Rio de Janeiro. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, LIPHIS, 1995, P. 27 a 34.

Ao observarmos os números para Guarapuava, a população cativa cresceu, entre os anos de 1854 a 1872, de 537 indivíduos para 849, o que representa 58,1%, uma porcentagem bem superior aos valores apresentados por Magé, em termos relativos.⁷

Capivary, localizada nos sertões do município de Cabo Frio, também no Rio de Janeiro, presenciou, no início do século XIX, uma febre cafeeira, juntamente com o comércio de madeira-de-lei. Entretanto, por sua qualidade inferior, em comparação com as áreas mais ricas produtoras de café, devido a seu clima, voltava-se para o mercado interno. Ao mesmo tempo, dedicava-se à produção em larga escala de farinha de mandioca. A população escrava se reduz significativamente entre os anos de 1850 e 1872 – de 5.999 para 3.903 almas, ou seja, aproximadamente 35,0%. Em Capivary os reflexos da crise no mercado de escravos, aliada à dinâmica local, tiveram como consequência o esvaziamento de braços cativos.⁸

Renato Leite Marcondes, a partir de seus estudos sobre estrutura de posse no Paraná e em Minas Gerais para o ano de 1872/1875, avalia as características mais gerais do processo relacionado com a dinâmica populacional e as atividades econômicas locais. Ele também estuda as diferenças entre a estrutura demográfica da população escrava e da posse de cativos em sete localidades paranaenses e seis mineiras - áreas que conservaram uma significativa população de escravos até os últimos anos do escravismo, apesar de suas atividades voltadas para o mercado interno.⁹

Suas conclusões demonstram que as duas áreas apresentaram posses de dimensões bastante pequenas, mas as de Minas Gerais eram maiores que as do Paraná. As atividades dos escravos nas áreas mineiras eram mais diversificadas, enquanto que, no Paraná, estavam voltadas mais para a pecuária e os serviços domésticos. A razão de sexo em Minas Gerais era superior àquela encontrada no Paraná, ao mesmo tempo, o número de crianças e velhos também era superior em Minas.

Pelos dados das listas de classificação dos escravos, o autor chega à conclusão de que o planalto paranaense possuía uma média superior ao restante da província, com relação ao tamanho médio das propriedades, apresentando 3,8 escravos. Castro era a área que possuía a maior média, com 4,2; também possuía a maior concentração na posse de escravos. O litoral e Curitiba apresentaram as menores médias de cativos.

⁷ Para o ano de 1854, foram utilizados os dados contidos no relatório do Presidente da Província do Paraná do ano de 1854, e para os dados do ano de 1872 foram utilizados os dados do Recenseamento Geral do Império. IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, V. 9.

⁸ CASTRO, Hebe M. Mattos de. *“Ao sul da história”*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

⁹ MARCONDES, Renato Leite. *“Estrutura da posse de cativos no Paraná e em Minas Gerais (1872-1875)”*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais, 2004.

Para Minas Gerais, o tamanho médio das posses foi de 3,7. Após as descobertas de ouro e início das atividades de mineração, a despeito da decadência econômica, Minas manteve o maior contingente populacional do Império. Suas atividades se diversificaram com a indústria têxtil, siderurgia, metalurgia, mineração, agricultura, pecuária, artesanato, e manufaturas. A partir da segunda metade do século XIX, o café se torna o principal produto de exportação.

Outro trabalho interessante é o de Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Oliveira, que, estudando a riqueza no agreste e no sertão pernambucano entre 1777/1887, debruçaram-se sobre estrutura de posse de escravos. A dinâmica econômica do nordeste se relacionou com a expansão do cultivo do açúcar na zona da mata. No interior, principalmente o sertão, foi ocupado por grandes propriedades dedicadas à criação de gado. No agreste, o desenvolvimento foi de culturas alimentares, além de gado. Na segunda metade do XVIII, desenvolve-se a cultura do algodão, fundamental para o acesso ao mercado exportador. Portanto, no agreste havia maior diversificação, com a produção de algodão, alimentos e gado, enquanto que, no sertão, as atividades estavam voltadas mais para a criação e, na zona da mata, para a lavoura de cana.¹⁰

A estrutura de posse, a partir dos inventários, mostra que, no agreste, a média de escravos por proprietário era de 8,1, enquanto que, no sertão, foi de 6,8. Mais da metade possuía no máximo 5 escravos. Importante é o dado de que aproximadamente 73% dos inventários arrolados no agreste e 83% dos arrolados no sertão apresentavam escravos. O estudo considera dois períodos distintos, 1770/1849 e 1850/1888. No agreste, durante o período anterior ao fim do tráfico, os homens eram maioria nos plantéis. No período posterior, a porcentagem se reduz, havendo o envelhecimento de sua população. Isso era justificado tanto pela falta de reposição como pela venda de escravos para fora da província.

O indicador de razão de sexo foi de 162, antes de 1850, e de 123, depois. A razão de sexo entre os escravos crioulos era muito inferior à apresentada entre os escravos africanos. Isto sugere que a prevalência de homens seria um fenômeno mais associado à oferta do que à procura. Grande predominância de escravos africanos, antes de 1850, era resultado das importações. A proporção de africanos decresce pós 1850, mas permanece alta para os homens maiores de 40 anos.

¹⁰ VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José R. Oliveira. *“Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887”*. Brasília, UNB, Deptº Economia, Séries Textos para Discussão, texto nº 231, agosto/2002.

Para o sertão, no período pós 1850, observa-se importante queda na participação dos homens devido à estiagem que ocorreu na época. A razão de sexo foi alta antes de 1850, valor de 137 para as faixas etárias produtivas e maior para os africanos (168) do que para os crioulos (128). Dada a preferência maior para os escravos homens do que no agreste, o movimento seria de demanda maior que de oferta, pois a atividade da pecuária seria a questão principal. No sertão havia ampla predominância de crioulos – aproximadamente 74%, antes de 1850, e muito maior, depois. Havia também possibilidades de que as taxas de natalidade superassem a de mortalidade.

Considerando os inventários no agreste, no período 1770/1849, os escravos passam de 1.348 para 656 indivíduos. Redução absoluta de 692 almas e relativa de 51,3%. Para o sertão, a população de escravos passa de 817 almas para 210, ou seja, houve redução de 74,3%.

Desta forma, Guarapuava aparece, no contexto, com sua própria identidade e especificidades, não demonstrando em nenhum momento, no período analisado, corresponder a um modelo pré-estabelecido a partir de outros estudos já consagrados na historiografia. Assim, contribui com novos elementos para o estudo da escravidão, não seguindo nenhum modelo rígido de interpretação nem mesmo no que tange às áreas de fronteira.

É importante contextualizar o problema da fronteira, pois Guarapuava é parte integrante daquelas atividades voltadas para o mercado interno, não se inserindo, portanto, e de uma forma direta na dinâmica agroexportadora ou de plantation. Diversas são as pesquisas que demonstram padrões diferenciados daqueles que encontram-se nas *plantations* escravistas, isto é, menos concentrada.¹¹ Hebe Mattos ao escrever sobre isso, esclarece a existência de pequenos senhores que possuíam poucos escravos, ao

¹¹ KARASCH, Mary C. “*A vida dos escravos no Rio de Janeiro 91808-1850*”. Tradução Pedro M. Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. SCHWARTZ, Stuart. “*Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1855*”. Tradução Laura T. Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. LIBBY, Douglas C. “*Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*”. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988. MOTTA, José F. “*Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*”. São Paulo. FAPESP. Annablume, 1999. VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José R. Oliveira. “*Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887*”. Brasília, UNB, Deptº Economia, Séries textos para discussão, texto nº 231, agosto/2002. MARTINS, Roberto B. “*Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*”. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 13, n. 1, p.181-209, jan/abr, 1983. BARICKMAN, B. J. “*Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*”. Tradução de Maria L. X. de a Borges. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. LUNA, Francisco V. & CANO, Wilson. “*Economia escravista em Minas Gerais*”. Cadernos IFCH, UNICAMP, São Paulo, outubro de 1883. SLENES, Robert. W. “*Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. GUTIERREZ, Horácio. “*Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1986.

mesmo tempo em que percebe a difusão da propriedade escrava para além da agroexportação. Guarapuava se inseria nessas condições, pois sua organização não estava relacionada como aquelas áreas voltadas para a plantation. Homens livres pobres provavelmente possuíam escravos na localidade, haja vista o que encontramos nos levantamentos populacionais na região. Como descrito pela autora, encontram-se diversos exemplos de áreas que não contaram com um determinado produto exclusivo de exportação, e apesar disso, tiveram um crescimento de sua população escrava durante o século XIX.

*“A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 redimensionou o mercado interno do Centro-Sul, incrementando não só o comércio de cabotagem como as áreas interioranas do Sudeste, que passaram a manter relações comerciais crescentes com a Corte.(...) O fornecimento de escravos só se fazia em grande escala onde houvesse demanda capaz de justificar um fluxo regulador do comércio de cativos”.*¹²

Para a autora, *“A agroexportação pode ter constituído o centro dinâmico da economia, (...) mas gerou efeitos multiplicadores diversos no tempo e no espaço, engendrando outras possibilidades de investimento também baseadas na força de trabalho cativa”.*¹³ Um determinado proprietário, com 10 ou mais escravos em Guarapuava, era considerado um indivíduo de posses e provavelmente com poder político.

Com relação aos estudos referentes a outras localidades no Paraná, Guarapuava é diferente, no século XIX, pelo menos quando se observa a distribuição por sexo de sua população. Da mesma forma, a proporção de crianças se mostra menor do que aquela encontrada na maioria das outras localidades do Paraná, tanto no planalto como no litoral.¹⁴ Porém, apesar do tamanho de posse pequena, aproxima-se das dimensões da região de Castro, isto é, no período, os plantéis em Guarapuava crescem. Também não é

¹² MATTOS, Hebe M. M. de Castro. *“A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras”*. IN *“Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas”*. CARDOSO, Ciro F. (Org.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1988. p. 36 e 38.

¹³ Ibid. p. 39.

¹⁴ Horácio Gutierrez, em seu estudo sobre os escravos no Paraná nas primeiras décadas do século XIX, mostra que o percentual de crianças escravas ficou entre 40,5% a 37,0% no intervalo de 1798 a 1836. GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná 1800-1830”*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1986, P.116. Apesar de ser importante o percentual de crianças escravas nos plantéis de Guarapuava no ano de 1828 (aproximadamente 49,0%), ele se reduz para aproximadamente 30,0% em 1835 e 26,0% em 1840.

diferente com relação à naturalidade dos escravos, pois a grande maioria é formada por crioulos.

No caso de Castro, existem alguns estudos que demonstram o crescimento no tamanho das posses de escravos. Carlos Lima demonstra que o tamanho médio das escravarias salta de 6,1, em 1824, para 6,8, em 1835.¹⁵ Já Kátia Vieira de Melo aponta que o número médio de escravos, a partir de algumas faixas etárias dos senhores, evoluiu ao longo do tempo em Castro. A autora revela que os proprietários na faixa etária entre 20 e 29 anos possuíam 2,4 escravos no ano de 1824, enquanto que, no ano de 1835, essa mesma faixa etária possuía uma média de 3,6 escravos. O mesmo acontece nas demais faixas etárias de proprietários.¹⁶

Guarapuava também apresentou crescimento no tamanho das posses, haja vista que, em 1828, o tamanho médio foi de 2,7 escravos, enquanto que, em 1840, passa a ser de 3,8. Ao analisarmos os inventários, a partir da década de 1850, esses números saltam para 5,4, na década de 1850, e para 6,2, na década de 1870.

Ao analisarmos algumas localidades de Minas Gerais, encontram-se similaridades com relação à naturalidade dos escravos, pois eram predominantemente crioulos. Além disso, a estrutura de posse também é de pequenos plantéis e com forte participação de crianças, maior do que a encontrada para Guarapuava. Entretanto, a economia local passa por uma maior diversificação e sua população escrava continua crescendo, mesmo com a crise de oferta de mão-de-obra.

Nas duas localidades do Rio de Janeiro, observa-se que, apesar de, em Magé, a população escrava apresentar crescimento após o período de 1850, este crescimento é menor do que o da população escrava de Guarapuava. Ao mesmo tempo, Capivary sofre muito com a crise de mão-de-obra, reduzindo significativamente sua participação. E não somente isso, as duas localidades estão sentindo os efeitos do esvaziamento e da decadência das atividades econômicas. Mas, apesar disso, pelo menos em Magé a população escrava muda bastante suas características, visto que, se antes de 1850 o caráter de reprodução era exógena, a partir da segunda metade, passa a ser endógena.

¹⁵ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *"Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas"*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE, Caxambu, Minas Gerais, 2003. CD-ROM.

¹⁶ MELO, Kátia Andréia Vieira de. *"Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes"*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, UFPR, 2004. P, 88.

Já para Pernambuco são verificados movimentos distintos ao considerarmos as localidades do sertão e do agreste. Para o sertão, as atividades principais estavam voltadas para a pecuária, com pequenas posses de escravos; havia forte participação de homens nos plantéis, maior do que no agreste, mas com redução após 1850, e maior participação dos escravos crioulos. Mas sua população escrava decresce bastante após a crise de 1850. No agreste, havia maior diversificação de atividades e as posses eram pequenas, porém maiores do que no sertão. Antes da crise de 1850, havia maior quantidade de homens e africanos, posteriormente, constata-se importante redução e envelhecimento de sua população; muitos escravos foram vendidos para as regiões mais dinâmicas.

Guarapuava parece uma mescla de todas essas áreas, embora mantivesse suas especificidades. Por ser uma área nova e de fronteira, nas primeiras décadas do XIX sofre um enorme crescimento a partir das migrações de sua população livre. Apesar das semelhanças com as áreas especificadas acima com relação às atividades voltadas para o mercado interno, a população escrava era basicamente formada por crioulos e com forte predominância de homens, muito diferente, portanto das características apresentadas pelas outras áreas. Somente em comparação com localidades no Paraná podemos afirmar que existiam semelhanças, porém nestas outras havia equilíbrio entre os sexos.

Da mesma forma, o percentual de crianças não permite afirmar que sua população poderia crescer apenas a partir do crescimento natural dos plantéis. Guarapuava também sofre os efeitos da crise no mercado de mão-de-obra após 1850, como ocorreu nas áreas do Rio de Janeiro, Pernambuco e mesmo em outras localidades do Paraná, principalmente após a decadência de suas atividades ligadas à criação e comercialização de animais e devido à própria crise por que passou a instituição escravidão no Império.

Outra questão importante é com relação a Palmas que surge de forma discriminada a partir do ano de 1872. Essa localidade foi, por alguns anos, durante o século XIX, distrito de Guarapuava, num momento em que sua população estava buscando expandir suas fronteiras. Movimento esse que se inicia por volta do ano de 1833 a partir de expedições comandadas por Pedro Siqueira Cortes. Entretanto, somente em 1839 é que definitivamente os Campos de Palmas foram ocupados. Portanto, somente a partir do levantamento do ano de 1854, é que foram registrados os primeiros

dados da população de Palmas a partir do Relatório do Presidente da Província do Paraná.¹⁷

A partir do relato de uma comissão nomeada pelo Presidente da Província do Paraná no ano de 1867, pode-se ter uma idéia da importância que os “Campos de Guarapuava” e os “Campos de Palmas” tinham para a Província.

*“A última comarca da província é, a nosso ver, a mais interessante de todos os pontos de vista, já por ser limitrophe com paizes estrangeiros, já por suas condições naturaes favoráveis a agricultura. Pelo lado político Guarapuava tem de ser sempre um ponto de attracção para as vistas do governo do paiz, attendendo-se que é fronteira com a província Argentina de Corrientes e com a república do Paraguay. (...) O gênero de vida adaptado pelos habitantes da comarca é principalmente a criação do gado vaccum, cavallar e suíno, por serem os campos apropiadíssimos para isso, (...) os povoados desta comarca são somente dois: villa de Guarapuava e freguezia de Palmas”.*¹⁸

Para realizar nosso objetivo, debruçamo-nos em fontes como as listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840; os assentos de casamentos de escravos a partir do ano de 1810 até o ano de 1886; os assentos de batismos de escravos a partir do ano de 1810 até o ano de 1888 e assentos de óbitos de escravos a partir do ano de 1818 até o ano de 1886. Também foram consultados os Relatórios e Atas da Câmara Municipal de Guarapuava, bem como os Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná da segunda metade do XIX, assim como os inventários *post mortem* entre os anos de 1852 e 1882. Finalmente, consultamos o Recenseamento Geral do Brasil no ano de 1872.

Assim, a pesquisa é dividida em quatro capítulos que procura observar e compreender a movimentação de sua população como um todo e como aspecto fundamental as relações sociais dos cativos em Guarapuava. A partir dessas análises procura-se empreender estudos referentes aos escravos e seus proprietários. De como esses indivíduos se relacionavam num ambiente muitas vezes difícil e contraditório. Na

¹⁷ Trabalhos como de WACHOWICZ, Rui C. “Paraná, sudoeste: ocupação e colonização”. Curitiba, Lítero-Técnica, 1985, ajudam a entender um pouco mais sobre a conquista e o povoamento de Palmas. Também podemos acrescentar o trabalho de KRUGER, Nivaldo. “Palmas; paisagem e memória”. Curitiba, Editora Costábile Romano, 2002.

¹⁸ Fragmentos do Relatório apresentado pela comissão nomeada pelo Presidente da Província do Paraná no ano de 1867, extraído do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense – cópia autêntica do original; IN, KRUGER, Nivaldo. “Palmas; paisagem e memória”. Curitiba, Editora Costábile Romano, 2002.

verdade entender um pouco mais essas relações no cativeiro e as possibilidades de convívio entre eles ajuda-nos a compreender como os cativos determinavam maiores possibilidades de se unirem e constituírem famílias.

CAPÍTULO I: GUARAPUAVA - POPULAÇÃO (SÉCULO XIX)

INTRODUÇÃO

I. Política de povoamento de Guarapuava

A partir da análise dos dados censitários, procuraremos avaliar alguns traços da população de Guarapuava no século XIX. Evidentemente que não estudaremos por completo suas características, mas abordaremos algumas informações a fim de compreendermos melhor o comportamento demográfico de sua população. Os censos ora trabalhados em nenhum momento foram explorados pela historiografia, o que demonstra sua importância para a história de Guarapuava. Certamente as fontes apresentam diversos problemas com relação à sua interpretação, porém, ao criticá-las, oferecemos suporte para a confiabilidade de seus dados.¹⁹

As listas nominativas de habitantes, ou “mapas da população”, são datadas dos anos de 1828, 1835 e 1840. As listas dos anos de 1828 e 1835 foram consultadas a partir de cópias microfilmadas pertencentes ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – a documentação original se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Os dados da lista de 1840 foram copiados do original, que se encontra no Museu do Tropeiro em Castro. Quanto aos dados do ano de 1854, foram utilizados aqueles constantes do relatório do Presidente da Província do Paraná e, finalmente, os dados do recenseamento geral do ano de 1872.²⁰

Para o conjunto dos dados referentes às listas nominativas de habitantes, o modelo apresenta as seguintes características: 1) numeração dos quarteirões; 2) numeração dos domicílios; 3) habitantes; 4) idade; 5) sexo; 6) estado conjugal; 7) naturalidade; 8) cor; 9) ocupação e 10) condição jurídica. A partir desses registros,

¹⁹ Kátia Mattoso, estudando a população baiana no século XIX, demonstra o cuidado que o pesquisador deve ter ao estudar o material dos recenseamentos e das avaliações referentes à população como um todo. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1978. Ao analisar a população de Minas Gerais no século XIX, Douglas C. Libby também faz um ótimo estudo sobre as fontes censitárias baseado nos “mapas de população”. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988. Estudando uma determinada família em Curitiba no século XVIII, Sérgio Nadalin também aborda o problema que o pesquisador encontra ao se debruçar sobre as fontes censitárias. NADALIN, Sérgio Odilon. *Demografia numa perspectiva histórica*. ABEP, São Paulo, 1994.

²⁰ IBGE. “Recenseamento Geral do Brasil 1872”. V. 9.

elaboramos um banco de dados para os domicílios. Os registros foram separados considerando o dono do fogo; o cônjuge, quando pertinente; os filhos; os agregados; os escravos, bem como as características gerais dos indivíduos.

Os problemas de interpretação começam quando avaliamos os donos de fogos, pois não podemos inferir que todos eles seriam proprietários do domicílio. Isto acontece, por exemplo, quando se encontram indivíduos classificados como “degredados” com a chefia de algum tipo de domicílio. Portanto, quando da análise dos dados, faremos a devida observação desses registros. O mesmo problema se repete com relação aos domicílios de “absenteístas”, ou seja, aqueles indivíduos que possuíam dois domicílios na localidade, estando um na área rural e outro na área urbana ou estando um dos dois em outra região.

Da mesma forma, quando se analisa a idade dos indivíduos, nem todos os censos apresentam informações completas. Isso acontece principalmente com os indivíduos “absenteístas”, com os cônjuges, em alguns casos, e com os “degredados” na lista de 1840. Na maioria dos casos dos “absenteístas”, supõe-se que, por eles não estarem no domicílio no momento do recenseamento, o recenseador não pôde registrar suas idades. No caso dos cônjuges, alguns registros não são muito completos, haja vista que não é só a idade que não aparece registrada. Encontram-se registros mesmo quando não aparece o nome do cônjuge, apesar de se informar que o chefe do domicílio é casado.

Além disso, alguns outros indivíduos não possuem o registro de seu estado conjugal – este é o caso dos “absenteístas” e de alguns poucos indivíduos na lista de 1835 e dos “degredados” na lista de 1840. Da mesma forma, a característica “cor” também não aparece para alguns indivíduos das listas, além dos cônjuges. Nos anos de 1828 e 1835, o mesmo acontece para os “absenteístas” e, no caso dos registros de 1840, acontece tanto para essa classe de indivíduos como para os “degredados”.

Finalmente, no caso das ocupações, o problema parece maior, visto que, no ano de 1828, não há qualquer referência a esse item. Já para o ano de 1835, os registros se mostram completos, pois aparecem até três dos indivíduos. Em 1840, também se encontram alguns indivíduos sem registro de ocupações, mas nada comparado à falta do mesmo que acontece no ano de 1828. Para completar tais campos, cruzamos as informações quando necessário à melhor interpretação dos dados.

De qualquer forma, verifica-se pelas atividades desenvolvidas por sua população, que Guarapuava, durante a maior parte do século XIX, voltava-se para a lavoura de alimentos e a criação e comercialização de animais, baseada numa economia

interna que promovia o suporte necessário para outras áreas voltadas para o comércio externo. Por isso, a escravidão na localidade, apesar de pequena, deu o suporte necessário para o desenvolvimento de suas atividades em parceria com o trabalho familiar.

A partir da segunda metade do século XVIII, a defesa da fronteira sul do país foi uma preocupação constante do Governo, em função das ameaças dos espanhóis. Estava claro que, para o estabelecimento de uma população mais estável nessa área, seria fundamental a exploração territorial e a conquista de novas áreas, a fim de se expandir os domínios portugueses. O plano era de manobra diversionista, o qual levaria os portugueses a se estabelecer no Iguatemi – as áreas principais seriam o próprio Iguatemi, o Tibagi e os Campos de Guarapuava.

Os aspectos militares dessas expedições eram importantes para definir a autonomia dessas áreas a partir de estratégias do Governo em relação aos seus domínios a fim de promover sua política econômica, pois não só as questões militares eram essenciais, mas o desenvolvimento de sua economia também.²¹

Reforçando a idéia de que havia um projeto do Governo para a expansão territorial, encontramos o seguinte relato de Daniel Pedro Muller:

*“Pelo tempo de D. Luiz é que se fizeram as expedições de Iguatemy, Yvaí, Tibagi, e Guarapuava, em consequência das recomendações do Márquez de Pombal, por contar que os descobertos dos Certões do Yvaí, e Tibagi, e Serras de Apucarana, Amambay, ou Maracaju, além dos interesses que promettião ao Estado facilitando-nos o commercio com o Paraguay, e suas adjacências, servirião de barreiras aos nossos visinhos, difficultando suas conquistas, facilitando as nossas, e que nos entregaria a navegação de vários rios”.*²²

²¹ Com esse intuito, foi promulgada a Carta Régia de 1º de abril de 1809, que estabeleceu os procedimentos de povoamento dos campos de Guarapuava. Nesta carta, o Príncipe Regente determinou não só o povoamento, como também diversas orientações quanto à civilização dos índios; os limites geográficos da localidade; as características das casas a serem erigidas e as formas de posse de terras, não só com referência àqueles que tivessem condições, mas também para os povoadores pobres. Há preocupação com a abertura de estradas transitáveis, a criação de tributo exclusivo para cobrir os gastos com a expedição de Conquista, os indivíduos que poderiam fazer parte da expedição, isenção de tributos para as pessoas que quisessem povoar os Campos e, finalmente, com a ordenação de que os criminosos e criminosas sentenciados a degredo fossem remetidos para Guarapuava (*Collecção das Leis do Brasil. Bibliotheca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. Índice das Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias. P. 36 a 39. [www. Câmara.gov.Br/internet/infdoc/legislação](http://www.Câmara.gov.Br/internet/infdoc/legislação).*)

²² MULLER, Daniel Pedro. *“Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo”*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838. p. 7.

O grande mentor dessa política foi D. Luiz Antônio Mourão, o “Morgado de Mateus”, que, através das ordens emanadas da corte, promoveria efetivamente a ocupação de grande parte das áreas meridionais do país. Sua preocupação estava diretamente relacionada com o estado da economia, pois, para ele, apenas uma economia forte e que pudesse trazer algum retorno seria suficiente para estabelecer o homem no campo. Ou seja, estava claro que havia uma política fomentadora de povoamento e de produção agrária na época do Morgado de Mateus.

Por isso, as milícias deveriam ser formadas não apenas por pessoas de posse, mas por quem pudesse desempenhar bem suas funções na lavoura e na criação de gado e, em possíveis confrontos, pudesse impor armas para a defesa territorial. Assim, a família era um elemento fundamental nesse processo, pois, sem a formação de núcleos familiares, seria praticamente impossível a formação desses núcleos populacionais, bem como a consolidação e permanência de tropas para tal fim. Então, não se tratava apenas de criar fortificações. Era necessária a figura do soldado-povoador.

Por fim, devemos entender que a política adotada pelo Governo foi de expansão de fronteiras, baseada em expedições militares de defesa, sem dúvida, para incrementar sua política econômica e social, baseadas nas transformações agrícola e populacional, visando, assim, o desenvolvimento daquelas áreas relativamente vazias. Portanto, o processo de ocupação e povoamento de Guarapuava não foi espontâneo. Como já descrito acima, foi um processo oficial determinado pelo Governo, através não só de concessão de sesmarias, como, posteriormente, a posse de extensas áreas de terras.

Como escreve Brasil Pinheiro Machado, “*com os capitães-generais, não há mais o bandeirismo, há expedições militares e povoadoras, organizadas, planejadas e comandadas para atingir uma finalidade: o povoamento, a ocupação continuada e fixa do território – a fronteira, enfim*”.²³ Assim, consolida-se a estratégia de ocupação e povoamento da fronteira de Guarapuava no início do século XIX.

A partir de alguns mapas produzidos por Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen, percebe-se o movimento definitivo das tropas comandadas por Diogo Pinto de Azevedo Portugal para a conquista de Guarapuava - definitivo porque existiram expedições de conquistas anteriores, principalmente durante a segunda metade

²³ MACHADO, Brasil Pinheiro. “*Esboço de uma sinopse de história regional do Paraná*”. História: Questões e Debates, Curitiba, p.177-205, jul-dez, 1987.

do século XVIII,²⁴ que percorreram os Campos de Guarapuava, como já foi visto. Além disso, Heloísa Liberalli Belotto defende que o estabelecimento no Iguatemi seria fundamental para a consolidação da fronteira, pois “*representaria a hipótese da diversão pelo Oeste, que seria sua maneira de procurar diminuir a pressão espanhola no Sul*”.²⁵ Segundo ele, a região do Tibagi e dos Campos de Guarapuava já era conhecida pelos portugueses e pelos espanhóis, pois havia a hipótese de encontrarem muitas riquezas minerais. Por fim, o plano do Governo para os sertões incluía estabelecimentos nos Campos de Guarapuava a fim de se alargar a fronteira e resistir ao avanço dos espanhóis.

Acrescentando algumas questões sobre as motivações da conquista de Guarapuava, pode-se, a partir de um livro publicado pelo Padre Aires de Casal em 1817, inferir algumas idéias mais pontuais com referência a este assunto.

*“Castro he Villa ainda pequena, e bem situada no lugar, onde o Rio Hyapó atravessa a estrada real; e ornada com uma Igreja Matriz da Invocação de Santo Amaro. Nos arredores acham-se pedras das mais preciosas: e cultivam-se mantimentos. Ao depois de subjugados os Selvagens de Guarapuava, ella deve crescer; e seus extensos contornos passarão a ser sementeados de grande número de aldeas, cujos moradores livres deste flagelo poderão criar muito gado, e fazer florescer a Agricultura”.*²⁶

O excerto acima, sobretudo em seu final, mostra que também circulava a idéia de que a conquista de Guarapuava poderia eliminar certos gargalos ao crescimento da agricultura e da pecuária de Castro. Nota-se que a consideração de abertura de fronteira se superpõe a questões militares (no início do século XIX elas não mais eram

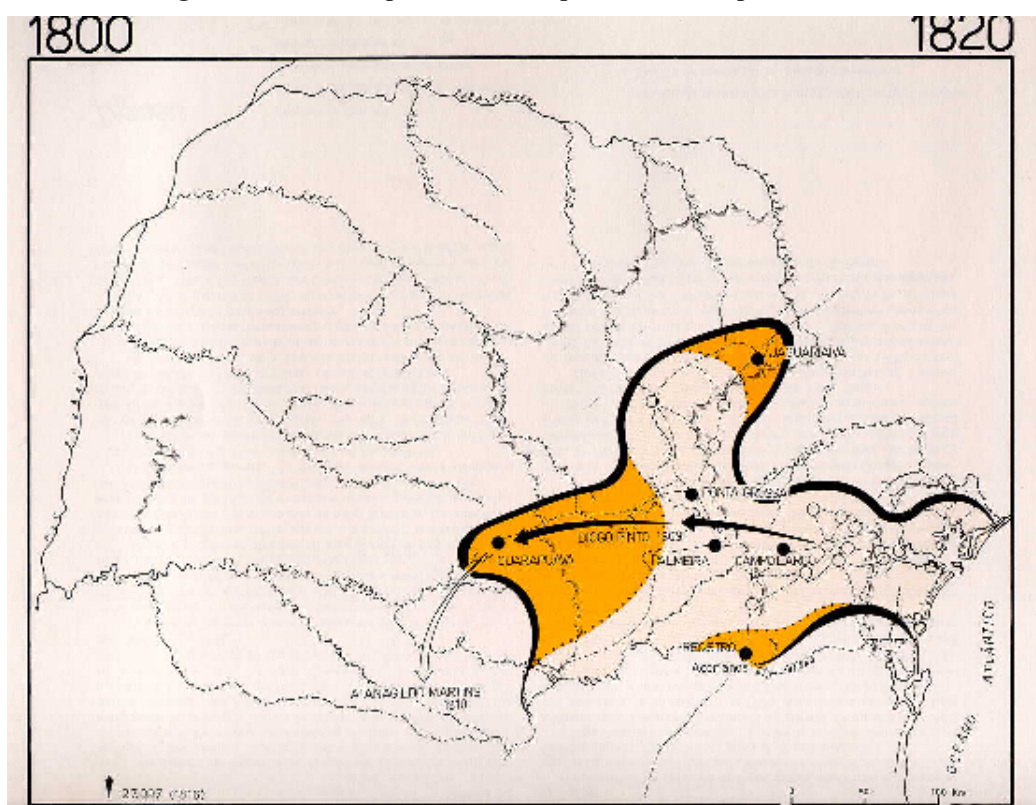
²⁴ Heloísa Liberalli Bellotto, em seu trabalho sobre o governo do Morgado de Mateus, descreve o interesse da Metrópole em dilatar os seus domínios com a exploração territorial e a conquista de novos sertões. Dessa forma, as áreas visadas seriam a do Iguatemi, a do Tibagi e a dos Campos de Guarapuava. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *“Autoridade e conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo 1765/1775”*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. Outros trabalhos também descrevem as primeiras expedições de conquistas de Guarapuava. É o caso do livro *“Do Contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII”*, de Ana Maria de Moraes Beluzzo, Marta Rosa Amoroso, Nicolau Sevcenko e Valéria Piccoli. São Paulo, BNP Paribas, 2003. Arthur Martins Franco, descrevendo a vida de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, trata das primeiras expedições para os Campos de Guarapuava. *“Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava”*. Curitiba, 1943. F. R. Azevedo Macedo, descrevendo a conquista de Guarapuava, também escreve sobre as primeiras expedições para a região. *“Conquista Pacífica de Guarapuava”*. Curitiba, Ed. Gerpa, 1951.

²⁵ BELOTTO, Heloísa Liberalli. *“Autoridade e conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo 1765/1775”*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. 122.

²⁶ CASAL, Padre Aires de. *“Corografia Brasilica”*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945 (1ª ed., 1817) p. 229.

importantes, pois o teatro das guerras do Prata se deslocaria para o sul daquela região). Também podemos inferir que a questão não estava presa, aos olhos das pessoas da época, à abertura de novo caminho para as mulas do Rio Grande – que sequer é mencionado –, tal que a agricultura de abastecimento e a pecuária local parecem estar dominando os projetos em relação a Guarapuava. O caminho das Missões, que apareceria posteriormente, ainda não estava no centro das preocupações nessa época.

Figura 1. Rota da expedição de conquista de Guarapuava



Fonte: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná, 2.ed. ampl. Curitiba, Livraria do Chain, Editora, 1986.

O mapa mostra que a expedição saiu de Curitiba, passou por Campo Largo, depois por Palmeira e, subindo a Serra da Esperança, chegou aos Campos de Guarapuava em 1809. A partir dessa expedição, inicia-se definitivamente a ocupação e o povoamento de Guarapuava. A expedição era formada, conforme relato do Padre Francisco das Chagas Lima por uma “(...) *tropa de duzentos soldados/ sem contar o*

*Estado maior/; cuja bagagem trazia hum numerozo concurso de Praças, que dizião avulsas; vindo por este modo a conter a Expedição toda perto de trezentas pessoas”.*²⁷

Assim, o capítulo se divide em duas grandes partes. A primeira estuda a população de Guarapuava na primeira metade do século XIX, e a segunda a população na segunda metade do XIX. Inicialmente procura-se abordar algumas questões relacionadas com as fontes de pesquisa, haja vista suas características e especificidades, além de um breve histórico situando Guarapuava no contexto do Paraná.

O capítulo se divide em nove seções. Na primeira seção foram desenvolvidos aspectos mais gerais quanto ao povoamento de Guarapuava. A segunda se dedica aos aspectos mais gerais da população de Guarapuava, além de algumas observações quanto às fontes de pesquisa utilizadas. Na terceira seção, abordam-se questões quanto aos aspectos jurídicos e sociais da população de Guarapuava na primeira metade do século XIX. O forte crescimento populacional atrelado ao dinamismo econômico da localidade. A atividade de criação e comercialização de animais era sem dúvida a que trazia maiores riquezas para Guarapuava. Isso pode ser visto a partir dos relatos dos presidentes da Província do Paraná e daqueles produzidos pelos presidentes da Câmara Municipal de Guarapuava. Procura-se apresentar as características da população levando em conta a condição social dos indivíduos como dos livres, agregados, escravos e índios, elementos esses que foram fundamentais no processo de ocupação e de povoamento de Guarapuava.

Na quarta seção estudam-se características como sexo e idade. A partir da construção de pirâmides etárias, analisam-se algumas especificidades considerando a condição social da população. Procura-se avaliar as razões de sexo e como ela se modificou no tempo em função do crescimento importante das mulheres no conjunto de sua população em função da consolidação das atividades econômicas. Essas alterações também se verificam na população dos escravos, mas mesmo assim, sua principal característica era de apresentar maioria de homens. O estudo por faixas etárias também faz parte da seção, onde se procura avaliar aspectos importantes quanto as modificações com relação a razão de sexo, crescimento populacional, bem como quanto a maior ou menor juventude da população. O perfil dos chefes de domicílios também é abordado.

²⁷ Relato de Francisco das Chagas Lima cumprindo ordem do Governo Provisório da Província de São Paulo apresentando o estado atual da conquista de Guarapuava no ano de 1821. FRANCO, Arthur Martins. *“Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava”*. Curitiba, 1943. p. 259.

Assim, verifica-se não só a questão sexo, mas a distribuição por faixa etária dos chefes de domicílios.

Na quinta seção estudam-se os aspectos relacionados à cor da população. Dessa forma, a partir da distribuição por condição social percebem-se algumas particularidades que podem estar relacionadas com a definição de lugar social, a partir dos estudos de Hebe Maria Mattos. Acrescente-se a isso que Guarapuava era área de fronteira e por isso apresentava especificidades quanto à condição social das pessoas, bem como o problema da cor.

O estado conjugal é apresentado na sexta seção do capítulo. A distribuição da população acima de 15 anos de idade, por condição social e por sexo é observada. Os chefes de domicílios são estudados a parte a fim de caracterizarmos com mais detalhes as condições em que eles estavam formando seus domicílios. Além disso, procura-se observar o comportamento das mulheres casadas em Guarapuava, a fim de perceber como estava evoluindo a tendência à formação de casais e de domicílios.

Com relação à ocupação dos indivíduos em Guarapuava, na sétima seção procura-se abordar essa questão principalmente com relação aos chefes de domicílios, pois são eles(as) que são discriminados nas listas. Observa-se que as atividades voltadas para a criação e comercialização de animais é predominante na localidade, porém é fundamental também a participação da ocupação “jornaleiro” e “lavrador”. Verifica-se que aquelas ocupações mais especializadas vão crescendo no período 1828/1840, determinando assim o dinamismo econômico por que passava Guarapuava.

A estrutura dos domicílios é abordada na oitava seção. Os domicílios caracterizados como simples são maioria no período. Entretanto, é relevante a participação dos domicílios “absenteístas”, em Guarapuava, principalmente no ano de 1835. As pessoas casadas com ou sem filhos predominam nos domicílios. Além disso, os agregados e escravos aumentam sua participação no total dos domicílios entre 1828 e 1840. A consolidação de suas atividades estava com certeza promovendo o fortalecimento dos domicílios simples.

Na última seção avalia-se a população de Guarapuava na segunda metade do XIX. Da mesma forma que abordamos algumas características da população de Guarapuava na primeira metade do século, adotamos a mesma metodologia para os dados para a segunda metade do período, apesar das especificidades quanto às fontes de pesquisa.

I.1 População de Guarapuava – primeira metade do século XIX

Antes de estudarmos algumas características da população de Guarapuava na primeira metade do século XIX, é necessário tecermos alguns comentários sobre as fontes de pesquisa utilizadas nesta parte do trabalho, as listas nominativas de habitantes referentes aos anos de 1828, 1835 e 1840.

Guarapuava, durante o referido período, pertencia à Vila de Castro, como Distrito, o que significa que Guarapuava pertencia à divisão administrativa da Vila de Castro, localizada no 6º Quarteirão dessa Vila, como sendo um bairro daquela localidade²⁸. Daniel Pedro Muller em seus levantamentos estatísticos sobre a Província de São Paulo, declara que Castro possuía seis comarcas e que;

*“Guarapuava fazia parte da 5ª comarca tendo como cabeça do termo Castro. Esta povoação teve antigamente o nome de Yapó, por se ter fundado na margem do rio da mesma denominação. Foi fundada no anno de 1788 e depois erecta em Villa em 1798. O seu districto abarca um extenso território (...) D’ella se formou um só termo em razão do muito terreno que abrange. Comprehende quatro Freguezias, a saber: (...) Jaguaraíba; (...) Ponta Grossa: (...) Tibagi: (...) N. Sr. Do Belém em Guarapuava”.*²⁹

Diversas foram as finalidades dos levantamentos da população no século XVIII. Primeiramente, a vinculação ao recrutamento para o serviço de armas ou mesmo para os trabalhos públicos. Em segundo lugar, as preocupações fiscais e, muito vagamente, as preocupações a respeito dos costumes da população³⁰. O controle por parte do Estado também era fundamental, pois, a partir dos levantamentos populacionais, o poder central

²⁸ Para Maria Silvia de Carvalho Franco, “Na região paulista, cujo povoamento foi bastante disperso e que por longo período teve reduzida importância no processo de formação da sociedade brasileira, persistiram esses pequenos núcleos de população – os bairros -, onde a adaptação ecológica, a vida econômica, a cultura e a organização social integraram-se em termos de mínimos vitais, mas de modo a permitir seu funcionamento econômico”. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “Homens livres na ordem escravocrata”. São Paulo, UNESP, 1997. P. 98.

²⁹ MULLER, Daniel Pedro. “Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo”. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838. p. 72.

³⁰ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. “Estado e População: o século XVIII em questão”. In: Revista Portuguesa de História. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Econômica e Social, Coimbra, t. 33. 1999.

exercia o controle sobre a população – controle esse que tinha por objetivo conhecer toda a população, bem como recrutar homens para as guerras. Para isso, conforme Ana Maria de Oliveira Burmester, recrutavam-se “*pela cor, após, pela moralidade e, finalmente, pelo estado civil e pela possibilidade de ser filho único, arrimo de mãe viúva*”.³¹

Sérgio Nadalin também se refere aos levantamentos censitários como fundamentais para entendermos o comportamento e a estrutura da população no passado brasileiro, embora afirme que

*“Esses antigos censos populacionais resultaram de uma tentativa de modernização da administração da colônia, a partir do projeto de um 'déspota esclarecido' português, o Marquês de Pombal. Entretanto, havia outras razões ditadas pelas circunstâncias particulares da época. Era necessário conhecer a composição da população afim de melhor arrecadar os impostos. Além disso, sobretudo no Brasil Meridional, e em função das querelas de fronteiras com a Espanha, visava-se conhecer as potencialidades militares da população”.*³²

Estas listas contêm, de forma criteriosa, as características de cada domicílio a partir do que se pode afirmar cabeça do domicílio. Além disso, apreende-se da leitura das listas a constituição dos domicílios, informando-nos o nome de cada integrante do fogo, seu sexo, idade, estado conjugal, número de filhos, ocupação e quantidade de os agregados que trabalhavam para o dono da propriedade, com informações sobre nome, idade, estado conjugal, cor e, freqüentemente, ocupação dos mesmos. Finalmente, havia a descrição dos escravos que faziam parte da propriedade, com o nome, idade, sexo, cor, estado conjugal e origem.

Ao utilizarmos as listas nominativas de habitantes, pretendemos abordar algumas questões relacionadas às características mais gerais de sua população com o intuito de apreendermos o comportamento desta e sua relação com as possibilidades que se criaram para os escravos se sociabilizarem. Assim, na primeira parte do trabalho, avaliamos o estado da população de Guarapuava, bem como os movimentos migratórios que foram essenciais para sua consolidação.

³¹ Ibid. P. 138.

³² NADALIN, Sérgio Odilon. “*Demografia numa perspectiva histórica*”. ABEP, São Paulo, 1994. p. 35.

Ressaltamos que, durante a análise, encontramos algumas dificuldades comuns nos registros, pois em diversos momentos não identificamos certas características do domicílio ou não encontramos alguns registros relacionados às definições das pessoas que estão inseridas nas listas. Entretanto, na medida do possível, verificamos tais lacunas e fizemos as observações necessárias para o entendimento dos dados.

Outras observações importantes são os registros referentes aos índios nas listas nominativas. Como só existem aldeamentos nas listas de 1835 e 1840, não havendo qualquer referência a eles na lista de 1828, supomos a existência de problemas no recenseamento, pois encontramos o registro de apenas 5 indivíduos indígenas na localidade, o que é improvável³³. Assim, nossa análise não leva em conta a população indígena dos aldeamentos a fim de não prejudicar a avaliação dos dados. Portanto, quando necessário avaliar a população indígena, fazemo-lo à parte.

Outra questão importante diz respeito aos indivíduos caracterizados como “degredados”. Na Carta Régia de 1º de abril de 1809, o Príncipe Regente determina que *“igualmente vos ordeno que façais remeter para os Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados a degredo. Assim o cumprireis e fareis executar”*.³⁴ Quanto aos crimes passíveis de degredo no Brasil, teve grande influência para o Código Criminal do Império o Livro V das Ordenações Filipinas, que trata dos crimes e castigos. Como afirma Geraldo Pieroni, os crimes passíveis de degredo eram:

“Cito apenas alguns (crimes) passíveis de degredo: quebrar ou violar de qualquer modo a segurança real; matar, ferir ou ofender reféns em poder do rei, sabendo que o eram, e sem justa razão, ou ajuda-los a fugir desse poder; ajudar preso acusado de traição e dar-lhe fuga; tirar do cárcere algum preso condenado ou confesso para evitar que se fizesse justiça; matar ou ferir, por vingança, inimigo que esteja preso em prisão régia para se dele fazer cumprimento de justiça; matar ou ferir juiz ou oficial de justiça por fato relativo ao exercício de suas funções (...) As Ordenações Filipinas, na realidade, apresentam cerca de 90 tipos de

³³ Na própria Carta Régia, o Príncipe Regente determina que *“que no primeiro encontro que tiver com os bugres ou outros quaisquer índios, faça toda a diligência por aprisionar alguns, os quais tratará bem e vestirá com camisas e outros vestuário e fazendo-lhes persuadir pelos línguas que se lhes não quer fazer mal e antes se deseja viver em paz com eles defendendo-lhes de seus inimigos”*. Por estes atos, entende-se que no ano de 1828 provavelmente havia um número razoável de índios fazendo parte da população geral de Guarapuava. *Collecção das Leis do Brasil. Bibliotheca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. Índice das Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias. p. 36 a 39. www. Câmara.gov.Br/internet/infdoc/legislação.*

³⁴ Ibid.

*crimes punidos com o degredo no Brasil, punição escolhida pela justiça portuguesa para os crimes mais graves”.*³⁵

Há nos registros informações sobre 13 indivíduos na condição de degredo vivendo em Guarapuava em 1828 – 8 no ano de 1835 e 10 no ano de 1840, incluindo-se mulheres, residindo provavelmente em domicílio complexo, ou seja, domicílio onde várias pessoas formam o núcleo principal.

Utilizamos aqui as definições de Louis Henry, segundo as quais o domicílio pode compreender vários grupos de pessoas ou núcleos: “*o núcleo principal não acompanhado de núcleos secundários é chamado de núcleo único e o domicílio correspondente é qualificado de simples, enquanto que os domicílios de vários núcleos são qualificados de múltiplos*”.³⁶ Posteriormente, ao analisarmos a estrutura dos domicílios em Guarapuava, utilizamos a tipologia de Iraci Del Nero da Costa, com alguns acréscimos.³⁷

Como já percebido por Louis Henry, é necessário verificar as especificidades locais, uma vez que a caracterização dos domicílios é menos precisa a partir das listas nominativas de habitantes. Logo, não existem regras absolutas na classificação dos domicílios.

Outro tipo de domicílio que acrescentamos ao trabalho é aquele relacionado com as propriedades de “absenteístas”.³⁸ Isto porque, nas tipologias normalmente empregadas para definir e caracterizar os domicílios de uma certa localidade, não se encontra esse tipo de domicílio, bastante peculiar às áreas de criação de gado no Brasil. Para todas as listas, em maior ou menor grau, encontram-se propriedades formadas por essa categoria.

Para melhor exemplificar esse tipo de domicílio, apresentamos o relato do Padre Francisco das Chagas Lima sobre a situação do povoamento em Guarapuava no ano de 1821: “*Porem os creadores de gados, que tendo seus domicílios nos mesmos Campos-*

³⁵ PIERONI, Geraldo. “Os excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia”. Brasília: Editora UnB, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; IN:JUNIOR, Francisco Ferreira. “*A prisão sem muros: Guarapuava e seus degredados no século XIX*”. Monografia de conclusão de curso de especialização em Ensino e História do Brasil, Guarapuava, UNICENTRO, 2004. P. 18 e 19.

³⁶ HENRY, Louis. “*Técnicas de análise em Demografia Histórica*”. Tradução de Altiya Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977. p. 32.

³⁷ COSTA, Iraci Del Nero da. “*Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*”. São Paulo. IPE/USP, Ensaios Econômicos, 1981.

³⁸ Característica de proprietários que não residem na propriedade, deixando aos cuidados de capatazes, agregados e/ou escravos.

*Gerais de Corytyba, apenas assistem em Guarapuava hum ou dous mezes em cada anno, se para si fizerão alguma utilidade; ao publico muito pouca tem feito”.*³⁹

De qualquer forma, as características e a evolução de sua população durante grande parte do século XIX fortaleceram o processo de sociabilização escrava na localidade, visto que, apesar de ser uma comunidade muito pequena, ela se desenvolve paralelamente ao crescimento populacional. Não é por acaso que alguns proprietários apresentam, durante o ciclo de vida, particularidades, tais como crescimento da posse de escravos durante o período analisado – e isso tudo acontece numa área de fronteira nova e no século XIX, quando o mercado de escravos passa por transformações profundas, em função da crise no tráfico atlântico de escravos e a demanda expressiva a partir das áreas cafeeiras.

I.2 Condição Social

A partir das estratégias do Governo Imperial quanto à ocupação definitiva dos Campos de Guarapuava, a localidade apresenta particularidades no que tange a sua população. Os dados das listas nominativas demonstram que a região sofreu intensa movimentação de indivíduos, consequência não só das políticas de povoamento adotadas pelo Governo Imperial, mas também da expansão das atividades econômicas⁴⁰. Expansão essa que pode ser confirmada ao analisarmos passagens contidas nos Relatórios dos Presidentes de Província e Relatórios da Câmara Municipal de Guarapuava.

Daniel Pedro Muller em seu *“Ensaio estatístico sobre a Província de São Paulo”* demonstra que a região de Castro no ano de 1835 (Guarapuava pertencia a Castro nesse período), comparativamente às outras localidades que faziam parte da Província de São Paulo, em termos de valor anual da produção, foi inferior apenas em relação as localidades de Jacarehy, São Carlos e Mogi-Mirim.⁴¹

³⁹ FRANCO, Arthur Martins. *“Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava”*. Curitiba, 1943. p. 264.

⁴⁰ É importante destacar que os Relatórios dos Presidentes da Província, bem como os Relatórios e Atas da Câmara Municipal da Villa de Guarapuava, a partir da segunda metade do século XIX, abordam essas questões.

⁴¹ MULLER, Daniel Pedro. *“Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo”*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838. p. 125, 126, 128. Ressaltamos os dados apresentados pelo autor; para Castro o valor da produção foi de 247:550\$812; Jacarehy de 301:185\$600; São Carlos de 308:325\$620 e para Mogi-Mirim de 308:089\$580.

Em 1859, apesar de o Presidente da Província reclamar da situação da indústria e do comércio da Província do Paraná, bem como da agricultura, muito influenciada pela falta de braços e pelas más condições das vias de transporte, o presidente informa que na Província existiam aproximadamente 227.922 cabeças de gado, sendo que 112.880 delas estavam em Guarapuava e Palmas, o que representava 49,5% de todo o gado do Paraná. Além disso, o número de fazendas dedicadas à criação era de 156, das quais 72 (46,1%) se encontravam nessas duas áreas. A criação de animais era tão fundamental na Província que o orçamento realizado no ano de 1858 demonstra que a atividade relacionada com a comercialização de animais foi muito importante para seu desenvolvimento, pois apenas o “imposto sobre animais” e a “renda das barreiras” participavam com 69,3% do total arrecadado.⁴²

Da mesma forma, o Relatório apresentado à Câmara Municipal de Guarapuava em outubro de 1859 mostra que a indústria e o comércio do município consistem, à época, na criação e exportação de animais para outros pontos. Além disso, “*é bastante importante o comércio de animais que da província do Rio Grande importa-se pela estrada que passa por esta vila*”.⁴³

Em 1862, a Câmara Municipal de Guarapuava apresentou, em relatório, o quadro geral do município, que, ao avaliar a situação do comércio e da indústria, apresenta os principais ramos de negócios da localidade, que consistem “*nas vendas de gado vaccum, cavallar e muar, e bem assim as fazendas seccas e molhadas*”.⁴⁴ Ao mesmo tempo, apresenta um quadro descrevendo os produtos de exportação, que eram os “*bois, cavallos mansos, poltros, éguas e mullas, (...) e exporta-se desse município para a província do Rio Grande, herva matte, fumo, assucar, aguardente e algumas fazendas*”.⁴⁵

Verifica-se, pelos relatos dos Presidentes de Província, que as atividades de criação estavam sendo incrementadas no Paraná. No ano de 1865, o Presidente André Augusto de Pádua Fleury, a partir das informações das Câmaras Municipais, informa que a região de Guarapuava produziu 127.372 cabeças de gado no ano de 1862, o que representou 73,8% da produção total da Província.

⁴² Relatório do Presidente da Província do Paraná. Francisco Liberato de Mattos, 07 de janeiro de 1859. Curityba, Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes.

⁴³ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava em 31 de outubro de 1859. Livro de Registro de Expediente da Câmara Municipal de Guarapuava, p. 59-62.

⁴⁴ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava em 08 de janeiro de 1862. Livro de Registro de Expediente da Câmara Municipal de Guarapuava, p. 83-87.

⁴⁵ Ibid.

Em 1864, essa produção atingiu o número de 160.946 cabeças, o que significou um crescimento de 28,4% em relação ao ano de 1862. Com relação à produção da Província, a participação de Guarapuava cresceu para 75,5%.⁴⁶

Já em 1866, o Presidente afirma que, *“sendo a principal fonte de renda o imposto que recae sobre os animaes muares e cavallares vindos do Sul e exportados dos campos desta província, com destino à venda na feira de Sorocaba, é evidente que sua arrecadação e fiscalização merecem detido exame e multiplicadas cautelas”*,⁴⁷ tanto que o orçamento para o exercício 1866-1867 destinou o percentual de 54% para o imposto de animais e de barreiras.

Em 29 de março de 1869, a Câmara Municipal de Guarapuava, cumprindo determinação do Governo da Província, envia relatório sobre as necessidades do município. Neste relatório, a Câmara relata a situação do comércio e a indústria, prejudicados pelas más condições das estradas. Em face disto, *“milhares de arrobas de algodão colhidos (...) deixão de ser transportados ao mercado”*. Ademais, o relatório apresenta os bons resultados de algumas culturas, tais como cana, fumo, café e trigo, porém a indústria pastoril ainda é a mais importante atividade, pois *“continua com o seu desenvolvimento fornecendo a exportação mais de vinte mil cabeças de animaes”*.⁴⁸

Já no relatório da Câmara Municipal do ano de 1870, o número de animais que estavam sendo transportados para a Província de São Paulo chegava a trinta mil. Além disso, a situação da agricultura é descrita como lisonjeira, pois *“cultiva-se com bons resultados no Valle do Ivahy, Igassu e Goio-Em a cana de assucar, algodão e outras plantas”*.⁴⁹

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná em 1870, o Presidente Antonio Luis Afonso de Carvalho relata algumas notícias sobre a comarca de Guarapuava. Especificamente sobre as atividades econômicas locais, descreve que a população

⁴⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná. André Augusto de Pádua Fleury, 21 de março de 1865. Curitiba, Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes.

⁴⁷ Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura em 13 de fevereiro de 1866, pelo Presidente André Augusto de Pádua Fleury. Curitiba, Typographia de Candido Martins Lopes.

⁴⁸ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava em 29 de março de 1869. Livro de Registro de Expediente da Câmara Municipal de Guarapuava.

⁴⁹ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava em 30 de dezembro de 1870. Livro de Registro de Expediente da Câmara Municipal de Guarapuava. p. 194 e 195.

“emprega-se quase geralmente na criação do gado vaccum e em menor escala na do lanígero e muar, constituindo com o preparo da herva mate os únicos objetos de comercio do logar. Cultivam-se em maior escala o milho e o feijão. O terreno é de uma fertilidade espantosa e presta-se perfeitamente a todos os gêneros da agricultura europea, bem como de alguns peculiares aos climas temperados. Na colônia Thereza, o terreno as margens do rio Ivahy produz trigo, café, centeio, canna de assucar, algodão e arroz de que se abastece em grande quantidade Guarapuava e a comarca de Castro”.⁵⁰

Percebe-se, pois, que a atividade econômica predominante em Guarapuava era a criação de gado. Entretanto, ao analisarmos mais detidamente o que o Presidente da Província escreve, verifica-se que a agricultura de alimentos tem importante participação no processo de desenvolvimento local, dadas as condições apresentadas pelas terras e pela produção da colônia Thereza, que abastecia tanto Guarapuava como Castro. Desta forma, as atividades econômicas se desenvolviam em Guarapuava, apesar dos problemas relacionados com o transporte e a mão-de-obra.

Como o fator mão-de-obra está relacionado à categoria social, avaliaremos o crescimento populacional de Guarapuava nos anos de 1828, 1835 e 1840, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1. Condição social e Crescimento Populacional em Guarapuava entre os anos de 1828, 1835 e 1840

População	1828		1835		1840		Taxa Geométrica Anual (%)		
	Abs.	Part. %	Abs.	Part. %	Abs.	Part. %	28/35	28/40	35/40
Livre	219	74,0%	463	65,0%	541	68,0%	11,3%	7,8%	3,1%
Agregado	29	9,8%	92	12,9%	119	15,0%	17,9%	12,5%	5,3%
Índios	5	1,7%	75	10,5%	40	5,0%	-	-	-
Escravos	43	14,5%	82	11,5%	95	12,0%	9,7%	6,8%	3,0%
Total	296	100,0%	712	100,0%	795	100,0%	13,3%	8,6%	2,2%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Optamos por desagregar algumas características de sua população a fim de mostrar a importância de cada uma delas no processo de consolidação dessa população.

⁵⁰ Relatório do Presidente da Província do Paraná. Antonio Luis Afonso de Carvalho em 13 de fevereiro de 1870. Curityba. Typographia de Candido Martins Lopes.

Assim, separamos não só os escravos, mas também os agregados e os índios⁵¹. Observamos que a população cresce no período a uma taxa anual geométrica de 8,6% entre os anos de 1828/1840. Ao compararmos esses números com os apresentados pelo Paraná em períodos próximos, verifica-se que esse crescimento foi significativo – entre os anos de 1824 e 1836, a população do Paraná cresceu na ordem de 2,2% ao ano, conforme estudos de Cecília Maria Westphalen.⁵²

Percebe-se que as especificidades de área de fronteira nova estavam promovendo deslocamentos expressivos de indivíduos para Guarapuava, o que não tinha reflexos apenas para a população livre, mas também para os agregados e os escravos, tanto que, em termos percentuais, a população por condição social apresenta crescimento permanente durante os períodos. Dados apresentados pelo Padre Francisco das Chagas Lima no ano de 1821 mostram que a população de Guarapuava era de 118 indivíduos, além de 3 portugueses, casados com índios, totalizando 121 pessoas.⁵³ Portanto, houve um crescimento em relação ao ano de 1828 compatível com a evolução de sua população no período 1828/1835, pois, neste período, sua população cresceu na ordem de 13,3% ao ano, enquanto que, no período 1821/1828, o crescimento foi de 13,6%.

Ao individualizarmos o crescimento de sua população no período 1828/1835 por condição social, verifica-se que os livres crescem em termos anuais a taxas de 7,8%; os agregados crescem 12,5% e os escravos, 6,8%, o que reforça a idéia de migração de sua população. Chamamos atenção para o crescimento da população de agregados⁵⁴, pois

⁵¹ Fazemos isso em função das especificidades que cada elemento desse tem na estrutura populacional de Guarapuava. Os escravos em função da estrutura social vigente na época e que estaremos estudando a parte em capítulos posteriores. Os agregados pela importância absoluta e relativa no conjunto de sua população, haja vista o crescimento importante que têm nos anos selecionados, e a população de índios que optamos em considerar apenas aqueles que efetivamente integravam a população livre, sejam como cônjuges, sejam como agregados em certo domicílio, excluindo desses números a população indígena dos aldeamentos.

⁵² Em seu estudo sobre o Paraná, a autora também mostra a evolução de sua população a partir de sua localização geográfica, isto é, o litoral, o planalto e os Campos Gerais. Assim, essas áreas tiveram crescimento populacional anual de 2,3%, 3,3% e 2,1% respectivamente. WESTPHALEN, Cecília Maria. “*Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná ?*”. Revista da SBPH, Curitiba, 1997.

⁵³ FRANCO, Arthur Martins. “*Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*”. Curitiba, 1943. P. 205.

⁵⁴ Maria Sylvia de Carvalho Franco em seu trabalho “*Homens livres na ordem escravocrata*”. 4ª ed. São Paulo. Fundação editora da UNESP, 1997, aborda a questão desses elementos na sociedade. Para ela são moradores em terra alheia, visto que vivem por sua própria conta e risco, porém com esquemas próprios de dependência entre o proprietário e o morador agregado. Kátia de Queirós Mattoso define o agregado como “Um parente ou um amigo pobre ou ainda um escravo alforriado”. MATTOSO, Kátia de Queiroz. “*Família e sociedade na Bahia do século XIX*”; tradução do original francês por James Amado. São Paulo, Corrupio, CNPq, 1988. p. 65. Iraci Del Nero da Costa define os agregados como “os indivíduos que se incorporassem a domicílios já constituídos e que, por via de consequência, passassem a manter com os chefes de tais domicílios um relacionamento de caráter pessoal que assumiu historicamente as mais diversas formas, excluídas a subordinação absoluta (escravismo) ou condicional (feudalismo) e, evidentemente, o assalariamento puro e simples. Também podiam passar a ser considerados agregados os

parece que sua mão-de-obra poderia estar sendo bastante valorizada em áreas como a de Guarapuava, havendo também possibilidade de que esse tipo de indivíduo poderia ser importante nas economias de subsistência - hipótese que não foi ainda totalmente matizada, visto que faltam estudos mais aprofundados para compreendermos melhor essas questões. Entretanto, não deixa de ser importante verificar a composição por faixa etária dessa população, a fim de observarmos se era uma população jovem e, mais do que isso, se o fator juventude implicava maior ou menor possibilidade de mão-de-obra escrava na localidade. A questão é se haveria alguma estratégia, por parte dos senhores de escravos, quanto à substituição da mão-de-obra cativa pela de agregados.

Para respondê-la, elaboramos a tabela 2, mostrando a participação por faixas etárias da população masculina, tanto dos agregados como dos escravos. Percebe-se que a faixa etária dos infantes é muito mais significativa para os agregados. Somente no ano de 1828 essa participação é menor, entretanto, sua população era inferior à dos escravos. Por esses números, torna-se difícil sustentar que os proprietários poderiam estar usando estratégias que pudessem substituir a mão-de-obra cativa pela dos agregados. A preferência pela mão-de-obra na faixa etária produtiva o demonstra, pois os escravos do sexo masculino possuem participação mais significativa.

que, embora já integrantes do domicílio, viessem a experimentar importante mudança de status; tomado, este último termo, em sua mais larga acepção”. Percebe-se que a definição de Iraci é abrangente, faltando como o próprio autor afirma “estudos que corroborem ou qualifiquem a definição ora proposta”. COSTA, Iraci Del Nero. *“Por uma definição abrangente da categoria Agregado”*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994. Outros estudos abordam o agregado como extensão da mão-de-obra familiar ou escrava. É o caso do trabalho de CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *“Os agregados no tempo dos capitães-generais: o exemplo da cidade de São Paulo”*. Dissertação de mestrado, USP, 1978. Mimeografado. O outro caso é de SAMARA, Eni de Mesquita. *“O papel do agregado na região de Itu (1780/1930)”*. Coleção Museu Paulista, São Paulo, USP, 1977. B. J. Barickman ao estudar a escravidão no Recôncavo baiano aborda os agregados exemplificando alguns casos que parecem encobrir apenas outros tipos de relações, pois o autor escreve que “em todo o Recôncavo, as desigualdades na distribuição da riqueza haviam criado uma considerável população de homens e mulheres livres que, para sobreviver, se agregavam a um “fogo” (unidade doméstica) (...) portanto, seria razoável argumentar que os agregados e domésticos serviam para aumentar o “fundo comum” de mão-de-obra familiar disponível na unidade doméstica”. BARICKMAN, B. J. *“Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860”*. Tradução de Maria Luiza X. de A Borges, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. p. 219 e 221.

Tabela 2. Participação por grandes faixas etárias, população masculina – Escravos e Agregados

Faixas Etárias	Escravos			Agregados		
	1828	1835	1840	1828	1835	1840
0 a 14	44,8%	34,6%	28,3%	31,8%	45,3%	42,4%
15 a 39	51,7%	63,3%	66,7%	68,2%	46,7%	48,5%
40 ou +	3,5%	2,1%	5,0%	-	8,0%	9,1%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

O crescimento apresentado pela população de Guarapuava, nos anos selecionados, é explicado, como já enfatizado, pelos movimentos migratórios. Os fatores que poderiam ter estimulado esses deslocamentos expressivos para a localidade estão relacionados com as especificidades de área de fronteira, que ofereciam condições para que a população tivesse novas oportunidades para desenvolver suas atividades e criavam as condições mínimas de infra-estrutura, mesmo considerando os poucos recursos do Governo.

Esse crescimento se reflete no número de domicílios em Guarapuava, que passa de 55 em 1828 para 143 em 1840 – portanto, um crescimento da ordem de 160%. Cabe registrar que estamos considerando para efeitos de análise “o conjunto de pessoas coabitantes que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob a autoridade do chefe do domicílio”,⁵⁵ isto é, apenas os cabeças de domicílios, não importando se eles tinham mais de um domicílio. Encontramos nessa condição 1 indivíduo para o ano de 1828 e 5 indivíduos para o ano de 1835, cada qual possuindo dois domicílios. Além disso, a lista de 1835 registra um domicílio caracterizado como “aldeamento”.

Com relação a aldeamento, encontramos na lista o chefe de domicílio Atanásio Lopes – que está registrado no endereço descrito como “1º quarteirão”, que é o mesmo endereço do aldeamento –, caracterizado como “feitor dos índios”, o que nos leva a concluir que esse indivíduo era o cabeça do domicílio. Portanto, dos 153 fogos registrados em 1835 e excluindo os indivíduos que possuíam 2 domicílios, a localidade possuía 148 domicílios. Destes, contando os cônjuges, filhos e filhas, demais parentes,

⁵⁵ Essa caracterização do domicílio se encontra no trabalho de José Flávio Motta a partir da definição utilizada por Iraci Del Nero da Costa. MOTA, José Flávio. “Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. p. 396.

agregados, índios e escravos, o total de habitantes na localidade, no ano de 1835, era de 712 indivíduos.

Para o ano de 1840, são 145 registros de domicílios, porém um desses registros se refere ao aldeamento e 2 se referem a domicílios de Antonio da Rocha Loures, um deles na área do rocio e o outro caracterizado como estância. Portanto, efetivamente são 143 domicílios. A população total da localidade, contando cônjuges, filhos, demais parentes, agregados, índios e escravos era de 795 almas.

Dos 55 chefes de domicílios registrados em 1828, somente 36 estavam registrados em 1835, portanto, dos 148 domicílios que aparecem nos registros dessa lista, podemos supor que 111 são formados por “novos habitantes”, o que significa aproximadamente 75% da população local. Colocamos essa constatação como suposição porque não devemos descartar outras possibilidades – por exemplo, a chefia de alguns domicílios poderia ser de indivíduos que já estavam morando na localidade em 1828, mas não possuíam domicílio próprio.

A população livre, que era de 74%, passa para 68% em 1840. Com relação à população escrava, também há uma redução de 14,5% para 12%. Apesar da queda em sua participação na população total, as populações livre e escrava tiveram crescimento absoluto entre os anos estudados, donde se conclui que os agregados evoluíram bastante no período, conforme comprovam os números: a participação de 9,8% em 1828 sobe para 15,0% em 1840, pois os movimentos migratórios estavam estimulando a chegada de agregados à localidade. Talvez os proprietários de terras tinham interesse em possuir agregados em suas propriedades a fim de dinamizar suas atividades com a ajuda de braços que pudessem produzir também para o próprio sustento.

Na contagem da população livre, no ano de 1828 encontramos sete registros sem referência ao nome do cônjuge, todas mulheres. A despeito dessa falta de registro, para efeito de totalização da população livre em Guarapuava, consideramos os sete cônjuges. Pela tabela, verifica-se que a população livre era maioria na composição da população total, com participação de 74,0%. Ao considerarmos a condição de agregados como inserida na população de condição livre, esse percentual cresce para 83,8%⁵⁶.

Para a lista de 1835, existem 10 registros sem a identificação do cônjuge, entretanto, na leitura da lista, observa-se que esses indivíduos, chefes de domicílios, eram casados. Cruzando essas informações com a lista de 1828, identificamos nesta

⁵⁶ O agregado na sociedade da época também era considerado um indivíduo livre. Só o abordamos separadamente devido à importância que ele assume no período em Guarapuava.

somente um deles, que detinha a condição de degredado⁵⁷ e era solteiro; provavelmente se casou no decorrer dos anos. Os demais indivíduos provavelmente migraram para a região. Para esses, não há qualquer referência sobre cônjuges – nome, idade, ocupação, condição jurídica. Entretanto, estamos supondo que todos eles eram de condição livre e que, por algum motivo, o recenseador esqueceu de registrá-los.

Pelas especificidades de área de fronteira de que Guarapuava gozava no século XIX, observa-se uma população escrava que acompanha as características mais gerais dos cativos no Paraná⁵⁸, o que não quer dizer, simplesmente, que a população escrava não tinha importância na localidade, considerando-se suas peculiaridades tanto no aspecto econômico quanto na política de apresamento existente no período em face dos movimentos de demanda/oferta de mão-de-obra escrava nos mercados internacional e interno de escravos⁵⁹. O estudo sobre as características da mão-de-obra escrava faz parte dos capítulos II, III e IV.

Ao analisarmos a participação tanto dos agregados como dos escravos no conjunto geral da população, verificamos que a população escrava teve uma participação maior apenas no ano de 1828, demonstrando-se, assim, que os domicílios estavam direcionando sua força de trabalho para a mão-de-obra cativa, em detrimento da força de trabalho dos agregados.

De qualquer forma, essa tendência não significa que a força de trabalho dos cativos fosse determinar uma prioridade fundamental para os domicílios, pois, apesar da evolução permanente na aquisição de escravos durante o século XIX, esta não superou a condição de agregado, pelo menos até a primeira metade do período, visto que a população escrava na lista nominativa de 1835 salta para 82 indivíduos, enquanto os

⁵⁷ Conforme Carta Régia de 1º de abril de 1809, Guarapuava se torna local para receber indivíduos degredados. Pelo menos nas listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840 se encontram esses elementos. São 13 em 1828, 8 em 1835 e 10 em 1840. Sobre degredados em Guarapuava, pode-se consultar a monografia de conclusão de curso produzida por JUNIOR, Francisco Ferreira. *“A prisão sem muros: Guarapuava e seus degredados no século XIX”*. Monografia de conclusão de curso de especialização em Ensino de História do Brasil. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. 2004.

⁵⁸ Características essas relacionadas com a origem dos mesmos, isto é, a maioria deles crioulos e com participação pequena na população como um todo. Sua população não chega a ter 20% de participação no conjunto populacional. Isso pode ser confirmado pelos trabalhos de WESTPHALEN, Cecília Maria. *“Afim, existiu ou não, regime escravo no Paraná?”*. Revista da SBPH. Curitiba, nº 13, P. 25-63, 1997 e de GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”*. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 1986.

⁵⁹ Os movimentos de compra e venda de escravos na primeira metade do XIX confirmam a tendência de um mercado bastante dinâmico. Manolo Florentino estima que entre 1790-1830 o volume de escravos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro foi de aproximadamente de 697.945 almas. MANOLO, Florentino. *“Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX”*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p. 51.

agregados evoluíram para 92. Já em 1840, os agregados são em número de 119 e os escravos somam 95 almas.

Mesmo com a queda relativa da população livre em relação à população total de Guarapuava, ela ainda representava a maioria. Não deixa de ser significativa, porém, a participação de agregados e escravos no conjunto populacional, pois, no período 1828/1835, participam com 24%, enquanto que, em 1840, sua participação é de aproximadamente 27%.

A partir dos dados de 1840, percebe-se que a população continua crescendo, embora num ritmo menor do que o apresentado no período anterior. Entre 1835 e 1840, em termos absolutos, a população de Guarapuava evoluiu de 712 para 795 almas, o que perfaz um crescimento anual de 2,2%. Apesar de bem inferior àquele apresentado no intervalo 1828/1835, se analisarmos o período como um todo, isto é, 1828/1840, sua população cresce na ordem de 141%, com taxa de crescimento anual de 8,6%, que se deve ao fato de ser essa uma área de fronteira, ao dinamismo econômico da localidade e às migrações.

Evidentemente, temos aqui dois períodos bem distintos com relação às taxas de crescimento populacional. Como já vimos, no período de 1828/1835, a população cresce a uma taxa anual de 13,3%, enquanto que, no período de 1835/1840, a taxa de crescimento anual é de 2,2%. A partir desses dados, podemos inferir que as migrações populacionais no período 1835/1840, apesar de menores do que no período 1828/1835, continuam ocorrendo, pois tais taxas não poderiam se dever unicamente ao crescimento natural.⁶⁰

Cecília Maria Westphalen ao estudar sobre os escravos no Paraná observou que a população livre do Paraná entre os anos de 1804 a 1836 cresceu a taxas anuais geométricas por volta de 1,6%.⁶¹ No caso da população de Salvador, a partir dos estudos de Kátia Matoso, o crescimento anual no período 1805 a 1840 foi de aproximadamente 1,3%.⁶² Ao considerarmos os dados referentes às estimativas da população do Brasil no

⁶⁰ Conforme trabalho de Alfred Sauvy sobre demografia, “uma população natural pode ter na prática taxas de: 40 a 50 mil para a natalidade e de 35 a 40 mil para a mortalidade (não acidental). Donde um crescimento pode variar de 0 a 1,5%, mais freqüentemente 0,5 ou 1% por ano”. SAUVY, Alfred. *Elementos de demografia*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979, p. 137. O autor também sugere que uma população natural é uma população “que não sabe agir, de maneira eficaz, nem sobre a mortalidade nem sobre a reprodução” e “cuja técnicas não variam ou variam muito lentamente”. Ibid, p.133.

⁶¹ WESTPHALEN, Cecília Maria. “*Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná?*”. Revista da SBPH, Curitiba, n.13, p.25-63, 1997.

⁶² MATOSO, Kátia de Queirós. “*A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*”. São Paulo, Hucitec; Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 138.

período 1805 a 1840 o crescimento anual foi de 1,3%.⁶³ Estudando os aspectos demográficos da população brasileira, uma equipe de professores do CEDEPLAR da Universidade de Minas Gerais, procura apresentar as estimativas da população. Por exemplo, para Pernambuco a população cresce entre os anos de 1808 e 1830 a taxas de 4,2% ao ano. No caso da população da Bahia o crescimento foi de 2,3%. Em Minas Gerais a evolução de sua população foi de 4,5%. Para o Rio de Janeiro sua população cresceu a taxas anuais de 4,3%. São Paulo teve um incremento populacional de aproximadamente 5,1%, incluindo nessas estimativas o Paraná.⁶⁴ A partir desses dados, pode-se concluir que a população de Guarapuava não poderia estar crescendo apenas de uma forma natural e que outros fatores estavam estimulando aquelas taxas de crescimento.

Quanto à população escrava, percebe-se também um constante crescimento. No grande período 1828/1840, seu crescimento anual é da ordem de 7,0%. Se considerarmos o período 1828/1835, a taxa anual de crescimento é de 9,7%, e, no período 1835/1840, é de 3,0%, portanto, da mesma forma que acontece com os outros indivíduos, esse incremento populacional ocorre principalmente no período 1828/1835. Tais migrações certamente apresentam relação com os deslocamentos dos proprietários de cativos, que estariam trazendo seus escravos para suas propriedades.

Considerando que Guarapuava é região de fronteira, o que implica certas especificidades; que apresenta economia voltada basicamente para a pecuária e a lavoura de alimentos, atividades estas direcionadas para o mercado interno, e que o mercado de escravos passa por crises de oferta⁶⁵, é relevante o crescimento de sua população escrava, mesmo permanecendo muito pequena.

A população livre de Guarapuava, apesar de seu crescimento relativo quanto à população total entre os anos de 1835 e 1840, não consegue chegar próxima da posição que ocupava na lista de 1828, pois ocorre um incremento importante dos agregados nos anos de 1835 e 1840. Quanto à população de escravos, verificamos que sua participação

⁶³IBGE; Estimativas da População 1550-1870. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870. Os dados são de MORTARA, Giorgio. “Sobre a utilização do Censo Demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil”, 1941, p.43.

⁶⁴ PAIVA, Clotilde Andrade; CARVALHO, José Alberto Magno de; LEITE, Valéria as Motta. “Demografia”. Minas Gerais, CEDEPLAR/ UFMG, p. 29.

⁶⁵ Em seu trabalho sobre o tráfico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, Manolo Florentino demonstra que a partir do ano de 1829 houve redução significativa de desembarques de africanos, face à pressão inglesa para o fim do tráfico. MANOLO, Florentino. “Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX”. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

relativa é menor do que aquela registrada em 1828, entretanto, superior à do ano de 1835, com crescimento absoluto permanente no período.

Se considerarmos as populações dos escravos e agregados, percebemos que a participação relativa, nos períodos, sofre oscilações diferentes para cada uma delas. Os agregados crescem, em termos absolutos, de 29 para 119 indivíduos, enquanto que a população escrava cresce, nos mesmos termos, de 43 para 95 escravos. Em termos percentuais, o resultado é uma variação de 310% para os agregados e de 121% para a população escrava. Obviamente, isso se reflete na participação de cada grupo no total da população – a população escrava, em 1828, tinha uma participação maior do que a dos agregados, entretanto, com o crescimento mais acelerado dos agregados nos dois períodos seguintes, sua participação se reduz.

I. 3 Sexo e idade

A pirâmide etária da população de Guarapuava nos anos selecionados sugere algumas considerações no tocante à idade da população em geral e dos chefes de domicílios.

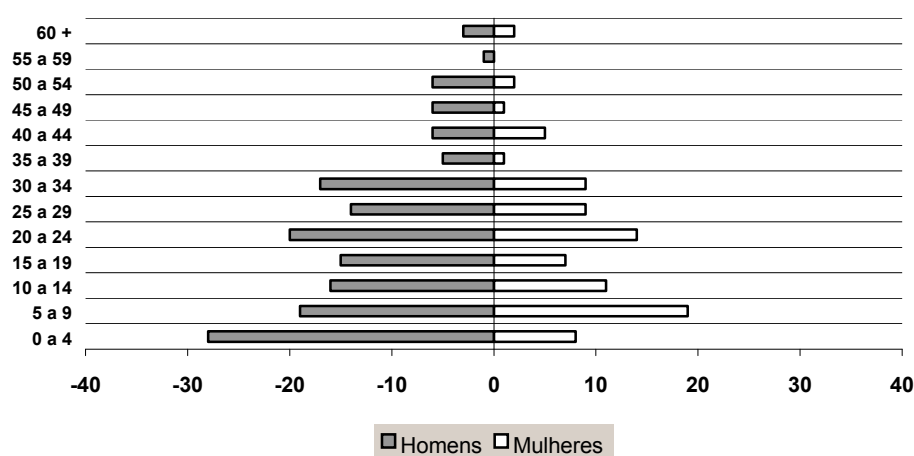
A distribuição de sua população nos anos de 1828, 1835 e 1840 demonstra que os homens possuíam a maior participação no total.⁶⁶ Para a população livre, no ano de 1828, essa distribuição ficava em torno de 59,2% para os homens e de 40,8% para as mulheres, com uma razão de sexo de 145. Para os indivíduos na situação de agregados, a distribuição ficou em torno de 75,9% e 24,1%, respectivamente, e a razão de sexo era de 314.⁶⁷ Quanto aos degredados, os homens participam com 76,9% e as mulheres com 23,1%, apresentando razão de sexo de 333. Finalmente, para a população escrava, a participação dos homens era de 67,4%, enquanto que, para as mulheres, foi de 32,6%, apresentando uma razão de sexo de 207. Percebe-se que os homens estavam sendo privilegiados, caracterizando-se, assim, as especificidades de fronteira de Guarapuava.

⁶⁶ Hebe Mattos, em seu estudo sobre escravos no Rio de Janeiro, demonstra que essa era uma das características de áreas de fronteira. MATTOS, Hebe Maria. *“Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX”*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988.

⁶⁷ É necessário informar que não estamos considerando como agregados somente aqueles que foram classificados como agregados nas listas. Incluímos também os parentes do cabeça do domicílio que não fossem seus filhos ou cônjuge (por exemplo, a mãe, o pai do chefe do fogo, seus netos, genros e noras, seus irmãos, sobrinhos, afilhados e expostos). São pessoas que, apesar de parentes do chefe do domicílio, não tinham conseguido se estabelecer por si, de modo que seu caso era parecido com o dos agregados. Quanto a esse tema, consultar o trabalho de LIMA, Carlos A M. *“Vida social e hierarquia em duas vilas do Paraná no primeiro terço do século XIX”*. In: SANTOS; BARROS; FALCCI (org.) *Espacialidades*. Vassouras: LESC, 2004.

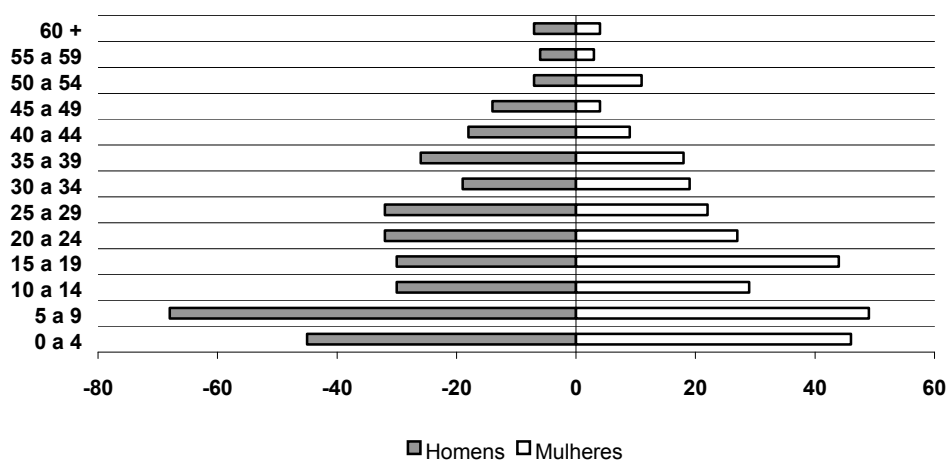
Ao incluirmos na condição de população livre os agregados e os degredados, os números se alteram para 62,1%, para os homens, e 37,9%, para as mulheres, com razão de sexo de 163 – abaixo, portanto, daquela apresentada pela população escrava; mesmo assim, significa um indicador elevado para as condições da população livre. O indicador de razão de sexo para a população na condição de agregado é apresentado posteriormente.

Gráfico 1 - Pirâmide Etária - População Livre - Guarapuava 1828



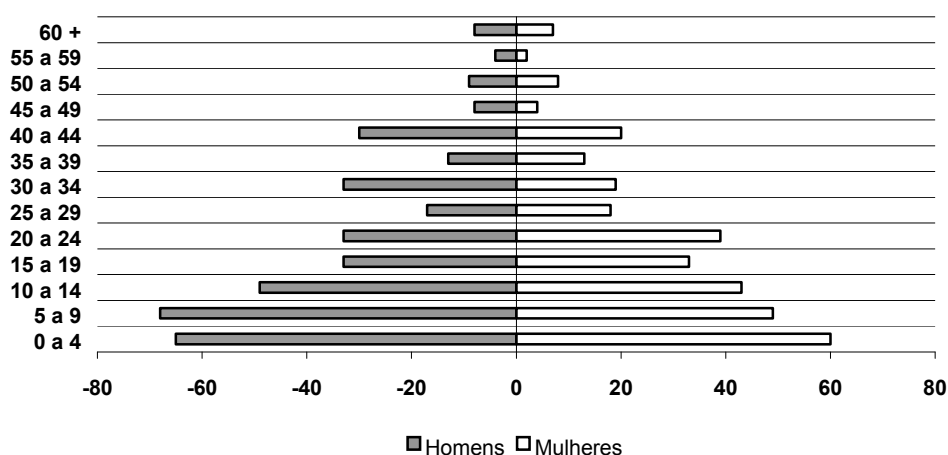
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 2 - Pirâmide Etária - População livre - Guarapuava 1835



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 3 - Pirâmide Etária - População livre - Guarapuava 1840



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Para efeito de análise, consideramos a população livre total de Guarapuava, ou seja, incluímos a população de agregados, degredados e índios que faziam parte da população geral da localidade – excluimos o aldeamento. Os gráficos demonstram que sua população é jovem, representada pela participação da grande faixa etária de 0 a 14 anos, principalmente para os anos de 1835 e 1840.

Os registros de 1828 confirmam que a população livre de Guarapuava era jovem, concentrando sua participação na faixa etária até 34 anos (84,4%) e, ao separarmos por sexo, encontramos o percentual de 52,9% para os homens e 31,5% para as mulheres. Isso significa que o movimento migratório que concorria para a ocupação da região estava se concentrando, ao menos no início de seu povoamento, naquelas faixas etárias consideradas mais jovens da população, como também privilegiava os homens.

A participação da população de crianças é de 41,4% para a faixa etária de 0 a 14. As crianças do sexo masculino, nessa faixa, participavam com 25,8% do total da população e, as do sexo feminino, com 15,6%, demonstrando, assim, que as configurações dos domicílios estavam sendo muito influenciadas pelo processo migratório e, num segundo momento, pelo crescimento endógeno. Além disso, havia mais meninos do que meninas na faixa etária de 0 a 9, reforçando que havia maior participação dos homens nos plantéis.

As faixas etárias a partir de 40 anos, normalmente consideradas dos mais velhos, participam com apenas 6,5% para os homens e 4,1% para as mulheres, o que fortalece a hipótese de que a população livre estava chegando em Guarapuava a partir de uma lógica demográfica favorável àqueles que precisavam se instalar, criando

condições para que os jovens acreditassem em seu projeto. O que está implícito no processo é que as migrações fortaleciam os deslocamentos dos indivíduos mais jovens da população.

Ao distribuímos a população por sexo, para o ano de 1835, os homens são maioria dentro do conjunto. Essa maioria tem a influência dos chefes de domicílios, dos filhos livres, dos agregados e da população escrava, enquanto que a população indígena, em sua maioria, é representada pela população feminina.

No caso dos chefes de domicílios, dos 148 chefes de domicílios, 134 são do sexo masculino, o que representa 90,5%. Quanto aos filhos livres, sua população total é de 245 almas, sendo que 142 (58%) são do sexo masculino. Com 83 escravos na localidade, essa população possuía 49 homens e 33 mulheres, o que representa uma participação masculina de 59,8%.

Com relação aos agregados, o sexo feminino participa com 51%. Para isso, construímos a tabela 3 que mostra, em valores percentuais, o número de homens e mulheres referente às listas nominativas de habitantes de 1828, 1835 e 1840, por categoria social, além da participação de cada sexo na população total e sua razão de sexo.

Tabela 3. Participação total por sexo e a razão de sexo – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

População	1828			1835			1840		
	%		RM	%		RM	%		RM
	H	M		H	M		H	M	
Livre	45,6%	28,4%	151	38,5%	26,5%	144	36,6%	31,3%	117
Agregada	7,4%	2,4%	314	7,6%	5,3%	142	8,4%	6,5%	124
Índia	-	1,7%	-	3,2%	7,3%	44	2,0%	2,8%	72
Escrava	9,8%	4,7%	207	6,7%	4,6%	148	7,5%	4,4%	171
Total	62,8%	37,2%	169	56,2%	43,8%	128	54,5%	45,5%	119

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

A queda de participação da população livre está basicamente relacionada com a redução dos homens na população e com a pequena redução que ocorre na participação das mulheres no ano de 1835, embora ela volte a crescer no ano de 1840. Isso pode ser visto pela participação relativa quanto à população total, considerando-se que, no ano de 1828, era de aproximadamente 46%, passando a 36,6% em 1840.

Com relação às mulheres, há uma ligeira redução entre os anos de 1828/1835, visto que sua participação, que era de aproximadamente 28%, reduz-se para 26% no ano de 1835. No entanto, para o período 1835/1840, verifica-se crescimento, tanto absoluto como relativo, da população, pois nesse período sua participação foi de aproximadamente 31%. Ao analisarmos a evolução absoluta e percentual de cada sexo, percebe-se que o crescimento populacional das mulheres foi superior ao dos homens. Enquanto para os homens foi de 102%, as mulheres tiveram um crescimento de 125%. Esses números alteraram o indicador de razão de sexo de sua população, pois era de 151 em 1828 e passa a 144 em 1835 e 117 em 1840.

Para os agregados, percebem-se algumas modificações entre os dois anos analisados com relação à participação do grupo no conjunto da população total. A participação percentual dos homens permanece praticamente constante no período, enquanto se observa o crescimento da participação da população feminina de 2,4% para 5,3%, isto é, mais do que o dobro entre um ano e outro.

O valor absoluto para cada período demonstra o forte incremento da população, pois, enquanto para os homens a variação percentual foi de 145%, para as mulheres atingiu 443%. Esse movimento também influenciou fortemente o indicador de razão de sexo da população, que, de 314 em 1828, despenca para 142 em 1835.

Já para a população indígena, as mudanças são significativas entre os dois períodos, principalmente ao avaliarmos o ano de 1835. A participação desse grupo é importante no conjunto da população total, haja vista que participa com 10%. As mulheres são significativas nesse processo, pois participam com 7%, contra os 3% da participação masculina. Por isso, a razão de sexo da população demonstra a superioridade das mulheres (44).

No caso da população escrava, também acontece o fenômeno de crescimento maior no número de mulheres do que no de homens. A quantidade de mulheres crescera aproximadamente 136%, enquanto a de homens cresce aproximadamente 69%. Por isto, a razão de sexo de sua população se reduz de um ano para o outro, decaindo de 207 para 148. Ainda assim, sua população apresenta, em 1835, a maior razão homem/mulher entre os grupos estudados. A participação relativa também se altera, pois os homens reduzem essa participação em detrimento das mulheres. Posteriormente, no capítulo II, estudaremos mais detidamente essas especificidades relacionadas à população escrava, mesmo porque é este o principal objetivo da pesquisa.

No geral, o que se percebe no período de 1828/1835 é uma profunda mudança no perfil distributivo dos sexos da população. Os homens, que perfaziam quase 63% da população em 1828, reduzem sua participação para 56% em 1835. Os reflexos são imediatos se verificarmos o que acontece com as mulheres, pois, de uma participação relativa de 37% em 1828, passam a ter 44% em 1835. Isso se explica, principalmente, pela redução significativa da posição relativa dos homens livres e do crescimento importante, não só absoluto, mas também relativo, da população feminina em geral pelos diversos grupos.

Uma das hipóteses para compreendermos esse novo perfil demográfico da população de Guarapuava é a consolidação de suas atividades econômicas, promovendo a estabilidade das famílias e conseqüentemente a segurança para que novos habitantes se deslocassem definitivamente para lá, inclusive mulheres e filhos. Sérgio Nadalin percebe essas relações entre mobilidade e estabilidade a partir do momento em que a família e o domicílio se desenvolvem no planalto, com o lento estabelecimento da população fundada numa economia voltada para a pecuária e comércio de tropas, sustentada por uma agricultura de subsistência. Estudando um determinado casal na segunda metade do século XIX em Curitiba, ele percebe que a história da família estava diretamente relacionada com a solidez de seus domicílios, pois

*“É evidente que o estabelecimento da família estava relacionado às próprias possibilidades de sobrevivência dos seus membros. Deviam ter – ou viviam de – um pequeno sítio, obtido ou pela posse, ou em função de um contrato de obrigações com seu proprietário. Além da mandioca obtida do litoral, viviam principalmente do milho e do feijão, plantados por eles, tendo em vista as especificidades da região, a família, sazonalmente, dedicava-se à colheita da congonha (erva-mate). (...) Criavam galinhas e pequenos animais e, por que não, talvez alguns novilhos, originados do desgarre de alguma manada que passasse pela região. (...) Todas essas possibilidades, que não deveriam naturalmente enriquecer ninguém, poderiam também explicar o entusiasmo do casal em gerar um filho atrás do outro, cuidando deles de maneira adequada”.*⁶⁸

⁶⁸ NADALIN, Sérgio Odilon. “A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade”. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2004, Volume 4, número 7, jul-dez, 2003, p. 222-275.

Em 1840, os homens também são maioria no conjunto da população. A distribuição por sexo demonstra que essa maioria é composta principalmente pelos chefes de domicílios, filhos livres e agregados não índios. Os domicílios chefiados por homens eram 133 (93%), contra apenas 10 chefiados por mulheres (7%). Quanto aos filhos livres não índios, sua população total é de 290 almas, apresentando distribuição por sexo de 169 homens (58,3%) e 121 mulheres (41,7%). A distribuição por sexo para a população dos agregados não índios se modifica se comparada àquela apresentada no ano de 1835. Os homens participam com 55,5% e as mulheres com 44,5%. Finalmente, temos a população escrava com 95 almas, sendo que, destas, 60 eram homens (63,2%) e 35 eram mulheres (36,8%). No caso dos cônjuges, eram 108 mulheres e 2 homens, o que perfaz 98,2%. Nesta amostra, consideramos também os cônjuges formados pelas índias – três, no total.

Considerando essa distribuição, há alguns pontos que devem ser destacados com relação à população indígena: no caso dos filhos, sua população são 15 mulheres (62,5%) e 9 homens (37,5%); para os índios agregados, há equilíbrio entre os sexos – 7 para cada lado e, por fim, há ampla predominância do sexo feminino no aldeamento, pois, das 23 almas ali registradas, 18 eram mulheres (78,3%).

A partir da tabela 3, percebe-se, no conjunto, que a população de Guarapuava estava mantendo sua tendência de crescimento mais intenso da população feminina do que daquele apresentada pela população masculina. Sua participação no total da população passa de 37% em 1828 para 45% nos anos seguintes. O crescimento percentual de sua população foi de 235% entre os anos de 1828/1840, enquanto que os homens tiveram crescimento de 141% na mesma época. Isso se reflete no indicador de razão de sexo da população, que foi de 169 no ano de 1828 e passa a ser de 119 em 1840.

Se avaliarmos por condição social, verifica-se que a população livre apresenta um crescimento maior na população feminina, que cresce aproximadamente 181% entre 1828/1840, enquanto o crescimento da população masculina é de aproximadamente 124%. Portanto, o indicador de razão de sexo se reduz no período, passando de 151 para 117 –reflexo, principalmente, do maior incremento da população de crianças do sexo feminino na localidade.

Percebe-se, também, o aumento na proporção de indivíduos casados, pois, se a população casada era de 68,5% em 1828, foi de 71,7% em 1840 (tabela 13), o que veio a aumentar naturalmente o número de mulheres e, finalmente, o número de chefes de

domicílios do sexo feminino. Embora esse aumento não pudesse interferir significativamente na sua participação na população livre, no conjunto, ajuda a incrementar a população feminina de Guarapuava.

Para os agregados, é bastante significativo o incremento da população feminina. Entre os anos de 1828 e 1840, sua população total cresce aproximadamente 310%. A população feminina evoluiu na ordem de 657%, enquanto que a masculina cresceu 200%. Compreendermos essa movimentação da população de agregados na localidade é fundamental, pois sua razão de sexo, que era de 314 em 1828, decaiu para 124 em 1840.

Observando a composição por sexo da população em comparação com a população escrava, percebe-se que o número de agregados do sexo masculino é muito próximo daquele apresentado pelos homens escravos. Em 1828, para cada agregado, a localidade possuía 1,3 escravo. Em 1835, essa relação se modifica, pois a localidade apresenta 54 agregados, contra 49 escravos, o que resulta numa proporção de 0,9 escravo para cada agregado. Finalmente, no ano de 1840, Guarapuava possui o registro de 66 agregados, contra 60 escravos, o que mantém a relação apresentada no ano de 1835. No caso das mulheres, os resultados são mais significativos, visto que, para os anos de 1828, 1835 e 1840, a relação escrava/agregada foi de 2,0, 0,87 e 0,66, respectivamente. Pelos indicadores, percebe-se que o número de mulheres agregadas foi superior àquele apresentado pelos homens, pelo menos com relação aos escravos, o que também explica o incremento dos agregados do sexo feminino em Guarapuava.

Também entre a população escrava, as mulheres crescem mais do que os homens, mas de uma forma diferente daquela apresentada pelas outras categorias, pois, se a razão de sexo em 1828 era de 207, passa a ser de 148 em 1835 e, finalmente, em 1840, o indicador é de 171. Portanto, para a população escrava de Guarapuava, a distribuição por sexo não apresentou o mesmo comportamento apresentado pela população livre e dos agregados. Se, para aquelas populações, o indicador de razão de sexo foi reduzindo a cada lista, no caso da população escrava as oscilações são mais evidentes. A redução significativa que acontece entre os anos 1828/1835 se dá em função do forte crescimento da população feminina, que evoluiu em aproximadamente 136%, enquanto que, para os homens, o crescimento foi de 69,0%. Entretanto, no período 1835/1840, a população do sexo masculino cresce mais rapidamente do que a feminina: de 49 homens em 1835, eles são, em 1840, em número de 60, com variação pouco maior do que 22%. E, no caso das mulheres, elas, que eram em número de 33 em 1835, passam a ser em número de 35 em 1840 (6%).

A população de Guarapuava, de uma forma geral, apresentou significativas mudanças nos períodos analisados. Se na lista de 1828 os homens perfaziam por volta de 63% de sua população, em 1840 eles reduzem sua participação para algo em torno de 55%. Embora esse percentual seja próximo daquele apresentado para o ano de 1835, o motivo de tal redução é diferente. Naquele momento, as explicações estavam relacionadas com o crescimento significativo da população feminina. Entretanto, no período 1835/1840, esse crescimento estanca um pouco, principalmente no caso das populações indígena e escrava. Posteriormente, avaliamos a questão etária de sua população, buscando, assim, motivos que expliquem o movimento de sua população por faixas etárias.

Assim como sugerimos que esse perfil demográfico da população de Guarapuava era resultado da consolidação de suas atividades econômicas e que promovia, com isso, a constituição de famílias, sugerimos também que a localidade já pertencia nesse momento a um fluxo interno de produção e de comercialização fundamental para as pretensões do Governo Imperial no que tange ao comércio de animais bem como à abertura de fronteiras na parte meridional do país. A configuração da localidade já permitia tais acomodações, visto que, além dos fatos acima expostos, a localidade já possuía um certo comércio, mesmo considerado precário.

De qualquer forma, a pirâmide etária da população livre de Guarapuava para os períodos selecionados mostra que, apesar de algumas importantes modificações em seu perfil distributivo, sua população continua bastante jovem.

Tentaremos demonstrar essa distribuição por períodos, isto é, considerando o intervalo 1828/1835 e o intervalo 1835/1840, a fim de percebermos como sua população estava se modificando ao longo do tempo. O movimento de sua população, por faixas etárias quinquenais, pode ser visualizado ao compararmos por períodos. Para isso elaboramos a tabela 4 que mostra a distribuição da população por faixas etárias quinquenais, a participação por sexo dessas faixas etárias e finalmente a razão de sexo para cada faixa etária.

No período 1828/1835, houve crescimento no número de mulheres, principalmente em algumas faixas etárias. A faixa de 0 a 4 cresce, em termos absolutos, de 8 para 50 almas, o que representa uma variação de 525% em sua participação nessa faixa etária, passando de 3,3% para quase 8%. Entretanto, o crescimento populacional dos homens na mesma faixa foi de 75%, bem inferior, portanto, ao registrado para as mulheres. Isto fez com que a participação dos homens reduzisse de 11,6% para 7,5%.

Obviamente, podemos estar diante de sub-registros para essa faixa etária, o que não era incomum no período.⁶⁹

A faixa etária de 15 a 19 também cresce significativamente no período. Em 1828, existiam apenas 7 mulheres nessa faixa, enquanto que, em 1835, passa a ter 44, isto é, houve um crescimento da ordem de 528,0%. Assim, sua participação sobe de 3% para aproximadamente 7% em 1835.

Um outro fator importante se dá nas faixas etárias de 20 a 24 e de 30 a 34, para os homens. Como o crescimento absoluto foi menor em relação às outras faixas etárias, 60% e 12%, respectivamente, a participação masculina nessas faixas despenca de 8% para aproximadamente 5%, na faixa etária de 20 a 24, e de 7% para 3%, na faixa etária de 30 a 34.

Tabela 4. Quantidade de homens e mulheres livres e razão de sexo – Guarapuava 1828,1835 e 1840

Faixa Etária	Homens						Mulheres						RM		
	1828	%	1835	%	1840	%	1828	%	1835	%	1840	%	1828	1835	1840
0 - 4	28	11,6%	45	7,6%	65	9,9%	8	3,3%	46	7,7%	60	9,2%	350	98	108
5 - 9	19	7,8%	68	11,4%	68	10,4%	19	7,8%	49	8,2%	49	7,5%	100	139	139
10 - 14	16	6,6%	30	5,0%	49	7,5%	11	4,5%	29	4,9%	43	6,6%	145	103	114
15 - 19	15	6,2%	30	5,0%	33	5,0%	7	2,9%	34	5,7%	20	3,0%	214	88	165
20 - 24	20	8,3%	32	5,4%	33	5,0%	13	5,4%	22	3,7%	36	5,5%	154	145	92
25 - 29	14	5,8%	32	5,4%	17	2,6%	9	3,7%	21	3,5%	15	2,3%	155	152	113
30 - 34	17	7,0%	19	3,2%	33	5,0%	8	3,3%	16	2,7%	17	2,6%	212	118	194
35 - 39	5	2,1%	26	4,4%	13	2,0%	1	0,4%	16	2,7%	12	1,8%	500	162	108
40 - 44	6	2,5%	18	3,0%	30	4,6%	5	2,0%	10	1,7%	16	2,4%	120	180	187
45 - 49	6	2,5%	14	2,3%	8	1,2%	1	0,4%	5	0,8%	4	0,6%	600	280	200
50 - 54	6	2,5%	7	1,2%	9	1,4%	2	0,8%	8	1,3%	6	0,9%	300	87	150
55 - 59	1	0,4%	6	1,0%	4	0,6%	-	-	1	0,2%	2	0,3%	-	600	200
60 +	3	1,2%	7	1,2%	8	1,2%	2	0,8%	4	0,7%	5	0,8%	150	175	160
Total	156	64,5%	334	56,1%	370	56,5%	86	35,5%	261	43,9%	285	43,5%	181	128	130

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Quanto à razão de sexo, por faixas etárias, verifica-se que praticamente em todas as faixas há a predominância de homens na população. Apenas na faixa etária de 5 a 9 encontramos equilíbrio entre os sexos. Não há nenhuma faixa em que possa existir a

⁶⁹ Termo usado para esclarecer possíveis problemas nos levantamentos populacionais da época. Isto é, provavelmente o recenseador poderia se equivocar em seus levantamentos sobre certas características de sua população, entre as quais, o número exato de indivíduos por faixa etária.

superioridade das mulheres sobre os homens. Por grandes faixas etárias, encontramos a seguinte razão de sexo: 166 na faixa de 0 a 14; 187 na faixa de 15 a 39; 237 na faixa de 40 a 59 e, finalmente, 150 a partir de 60 anos.

Entretanto, no período 1828/1835, confirma-se a grande movimentação de mulheres para a localidade. O indicador de razão de sexo é claro nesse sentido. Para todas as faixas etárias, ele se altera bastante se comparado ao ano de 1828, quando todas as faixas apresentaram razão de sexo superior a 100, apenas a faixa de 5 a 9 possuía equilíbrio entre os sexos.

Em 1835, essa configuração muda significativamente, pois, apesar de encontrarmos razão de sexo superior a 100, esse indicador é bastante diferente daquele apresentado anteriormente, visto que, na maioria das faixas, ele é bem inferior. Além disso, em três faixas vamos encontrar razões de sexo inferior a 100, significando que o número de mulheres superava o número de homens. Isto acontece na faixa etária de 0 a 4, que passa de uma razão de sexo de 350 para 98; na faixa de 15 a 19, que passa de uma razão de 214 para 88 e, finalmente, na faixa etária de 50 a 54, que passa de uma razão de 300 para 87. Somente para as faixas etárias de 5 a 9, de 40 a 44 e a partir de 60 anos é que a razão de sexo é superior àquela encontrada no ano de 1828.

Em termos de participação percentual no total da população, verifica-se que a grande maioria das faixas etárias quinquenais reduz sua participação – apenas três aumentam sua participação com relação ao ano de 1828: a faixa etária de 35 a 39 (3,7%); a faixa de 40 a 44 (7,1%) e a faixa de 55 a 59 (0,9%).

A razão de sexo, nos anos selecionados, também ajuda a entender as transformações que ocorriam na localidade com relação à distribuição de sua população. O reflexo da maior movimentação das mulheres para a localidade ajuda a explicar isso. Ao compararmos os dados da tabela 4, que procura demonstrar por faixas etárias quinquenais essa distribuição, verificam-se esses reflexos na população. No total, percebe-se que é significativa a redução no indicador de razão de sexo – 181 em 1828 e 128 e 130 em 1835 e 1840, respectivamente.

Ao analisarmos por faixas etárias quinquenais, observa-se que, em 1828, apenas duas faixas etárias (as de 5 a 9 e de 40 a 44) possuíam razão de sexo inferior aos dois anos seguintes. As demais faixas tinham razão de sexo bem superior. Merece destaque também a movimentação nos anos de 1835 e 1840, que apresentam oscilações em algumas faixas etárias, sendo o indicador menor no ano de 1835 do que no ano de 1840.

Ao analisarmos por grandes faixas etárias, a partir da tabela 5, observa-se que a participação da faixa etária de 0 a 14 é a que mais cresceu em relação a outras grandes faixas etárias. Seu crescimento foi de 164,4%, enquanto que a faixa etária de 15 a 39 cresceu 127,5% e a faixa a partir de 40 anos cresceu 150%. Com isso, a participação de cada faixa se alterou ao longo do tempo, sendo que a faixa de infantes passa de 41,7% para aproximadamente 45%; a faixa de 15 a 39 reduz sua participação de 45% para 41,7% e a faixa a partir de 40 anos praticamente permanece a mesma, passando de 13,2% para 13,5%.

Tabela 5. Quantidade de homens e mulheres livres e a razão de sexo (grandes faixas etárias) – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	1828				1835				1840				RM		
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%	1828	1835	1840
0 – 14	63	26,0%	38	15,7%	143	24,0%	124	20,8%	182	27,8%	152	23,2%	166	115	120
15 – 39	71	29,3%	38	15,7%	139	23,4%	109	18,3%	129	19,7%	100	15,3%	187	127	129
40 – 59	19	7,8%	8	3,3%	45	7,6%	24	4,0%	51	7,8%	28	4,3%	237	187	182
60 ou +	3	1,2%	2	0,8%	7	1,2%	4	0,7%	8	1,2%	5	0,8%	150	175	160
Total	156	64,5%	86	35,5%	334	56,1%	261	43,9%	370	56,5%	285	43,5%	181	128	130

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Para o ano de 1828, por grandes faixas etárias, os homens participam com 26% na faixa de 0 a 14 e as mulheres com 15,7%, na mesma faixa. Esses números são influenciados, no caso dos homens, pela faixa de 0 a 4, enquanto, no caso das mulheres, pela faixa de 5 a 9. Parece-nos que o sub-registro poderia estar ocorrendo com mais intensidade na faixa de 0 a 4, principalmente para as mulheres. Na faixa etária de 15 a 39, a participação dos homens é de 29,3%, enquanto que a de mulheres é de 15,7%. Acima dessa faixa etária, o percentual é de 9% para os homens e de 4,1% para as mulheres.

Quanto à razão de sexo, por faixas etárias, verifica-se que praticamente em todas as faixas a predominância é de homens na população. Apenas na faixa etária 5 a 9 anos encontramos equilíbrio entre os sexos. Não há nenhuma faixa onde possa existir a superioridade das mulheres sobre os homens, pelo menos para o ano de 1828, pois nos anos seguintes essa distribuição se modifica. Por grandes faixas etárias encontramos a seguinte razão de sexo; 0 a 14 anos a razão é de 166, a faixa 15 a 39 anos apresenta

razão de 187, a partir dos 40 até os 59 anos o indicador de razão de sexo é de 237 e finalmente a partir dos 60 anos é de 150.

Para o ano de 1840, a população livre de Guarapuava continua muito jovem. Sua pirâmide etária (gráfico 3) o comprova, pois apresenta uma base extremamente larga que vai se afunilando com o passar da idade. No geral, a grande faixa etária de 0 a 14 é a que predomina, com exceção do ano de 1828, quando é a grande faixa etária de 15 a 39 que participa com a maior parcela da população livre. Outro fator que contribui para demonstrar que sua população é muito jovem é a predominância da grande faixa etária de 0 a 24 em todos os períodos, com participação média de 66%.

A grande faixa etária de 0 a 14, que, em 1828, possuía participação no conjunto da população de aproximadamente 41%, salta para algo em torno de 45% em 1835 e, no ano de 1840, chega a ser de quase 50%, o que significa que os infantes possuem uma participação fundamental no processo de crescimento da população livre na localidade entre referidos anos. Ao separarmos por faixas quinquenais, os anos de 1828 e 1835 apresentam a faixa etária de 5 a 9 como predominante, porém, em 1840, essa distribuição se altera um pouco, pois é a faixa etária de 0 a 4 que possui a maior parcela da população livre, com 19%.

Pelos dados, compreende-se que a população infante poderia também estar nascendo em Guarapuava, o que só pode ser confirmado ao analisarmos outras fontes, tais como os registros de batismos e de óbitos, o que não é o objetivo deste trabalho. A grande faixa etária de 15 a 39 participa com 45% em 1828, quase 42% em 1835 e com 35% em 1840. Essas oscilações são o reflexo do que está acontecendo com a faixa etária dos infantes, bem como com relação às possibilidades de redução das migrações.

Já o crescimento nominal da população de Guarapuava foi muito significativo. A grande faixa etária de 0 a 14 salta de 101 para 334 almas, com variação de 231%. Por sexo, encontramos, para os homens, 182 indivíduos em 1840, contra 63 em 1828 (189%). Para as mulheres, o incremento é ainda maior, pois encontramos 38 almas em 1828 e, em 1840, esse número é de 152 (300%).

Para a grande faixa etária de 15 a 39, os números são os seguintes: a população cresce de 109 indivíduos para 229 (110%), sendo que os homens saltam de 71 para 129 almas (82%), enquanto as mulheres crescem mais significativamente, de 38 para 100 almas (163%). A grande faixa etária de 40 a 59 também apresenta as mulheres crescendo mais do que os homens – na ordem de 250%, contra 168%, respectivamente.

Finalmente, para a faixa etária a partir de 60 anos, apesar de sua pequena participação no conjunto da população, pois nos anos de 1828 e 1840 foi de 2%, as mulheres cresceram 150% e os homens 167%. Confirma-se, portanto, que a população feminina estava crescendo mais significativamente entre os períodos 1828/1840, mudando totalmente o perfil da população.

Entretanto, ao analisarmos por grandes faixas etárias, encontramos razão de sexo inferior ao ano de 1840 para as grandes faixas de 0 a 14 e de 15 a 39, sugerindo que o papel dos homens continuava a ser predominante em Guarapuava, pois em 1835 ele foi de 115 na faixa etária 0 a 14, enquanto que no ano de 1840 pulou para 120. No caso da grande faixa 15 a 39 o indicador foi de 127 e 129 respectivamente.

Isso também é confirmado ao analisarmos a participação percentual de cada sexo, por faixas etárias, no conjunto da população. As mulheres, que possuíam participação na grande faixa etária de 0 a 14 de pouco mais do que 15% em 1828, passam a quase 21% e, em 1840, para aproximadamente 23%. Com relação à faixa etária 15 a 39 anos a distribuição percentual que era por volta de 16% em 1828 reduz para 15% em 1840.

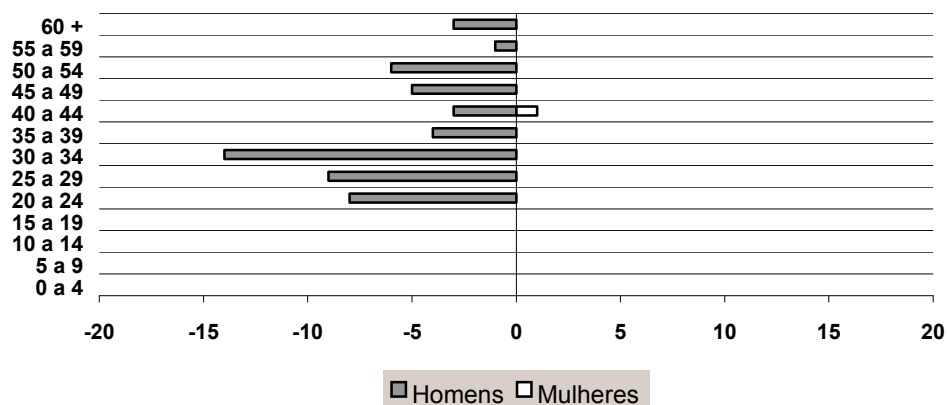
Os homens, que participavam com aproximadamente 26% em 1828, reduzem sua participação para 24% em 1835 e, em 1840, sua participação volta a crescer, passando para 27%. A faixa etária 15 a 39 anos que tinha participação de 29,3% em 1828, reduz para 19,7% em 1840. Pelos dados da tabela, conclui-se que as mulheres têm crescimento bastante significativo entre os anos de 1828 e 1835, pois é nesse período que sua participação percentual no total da população chega próxima daquela apresentada pelos homens. Portanto, ficam evidentes as transformações que estavam ocorrendo entre um período e outro com relação à participação das mulheres no conjunto da população.

Quanto à distribuição da população, considerando apenas os chefes de domicílios, a predominância é do sexo masculino. Entretanto, notamos um crescimento significativo do sexo feminino como cabeças de domicílios no período de 1828/1835: se havia apenas um domicílio chefiado por mulher em 1828, a lista de 1835 passa a contar com 11 mulheres chefiando algum tipo de domicílio. Desta forma, os domicílios chefiados pelos homens, que em 1828 perfaziam 98%, reduzem sua participação na lista seguinte para 92%. Mesmo assim, nota-se que a participação de mulheres entre os chefes de domicílios é ínfima. Claro que isso se refere ao caráter de fronteira de Guarapuava e ao fato de que os cabeças de domicílios eram jovens (poucas viúvas). As

pirâmides etárias dos chefes de domicílios demonstram essas transformações que estavam ocorrendo na localidade entre uma lista e outra. A partir delas podemos desenvolver algumas questões sobre a distribuição de sua população.

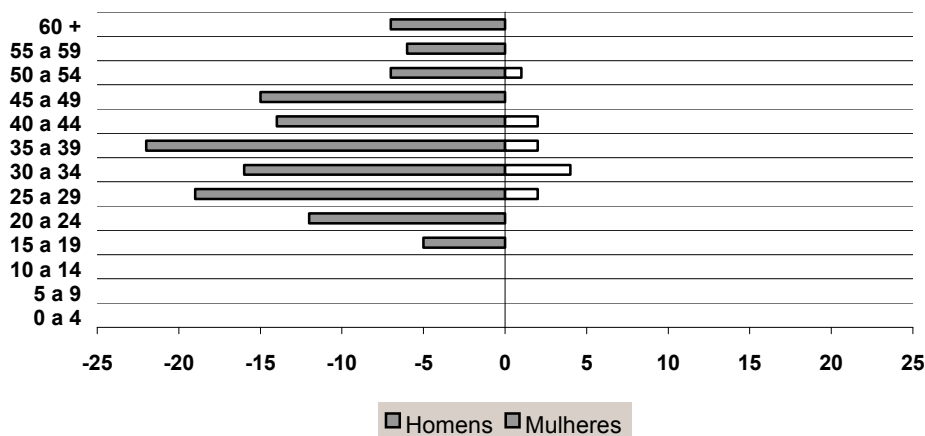
As pirâmides etárias dos chefes de domicílios demonstram essas transformações que estavam ocorrendo na localidade entre uma lista e outra. A partir delas, podemos desenvolver algumas questões sobre a distribuição da população.

Gráfico 4 - Pirâmide Etária - Chefes de Domicílios - Guarapuava 1828



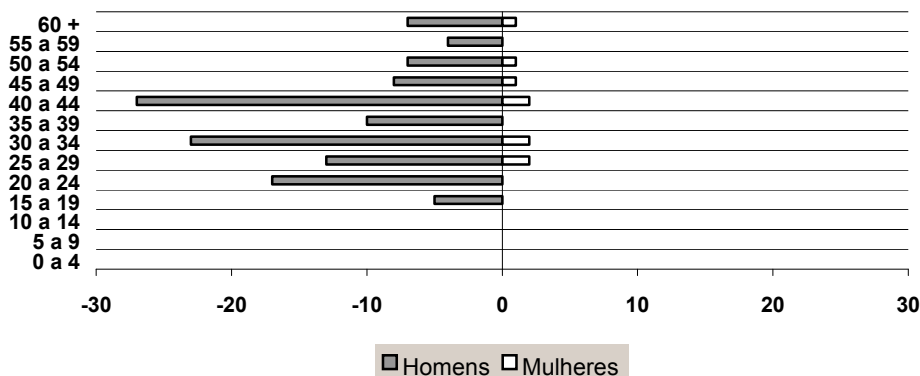
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 5 - Pirâmide Etária - Chefes de Domicílios - Guarapuava 1835



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Gráfico 6 - Pirâmide Etária - Chefes de Domicílios - Guarapuava
1840**



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro – Castro, PR.

A concentração da população feminina, no ano de 1835, encontra-se na grande faixa etária de 25 a 39, com 75%. O restante está distribuído pelas faixas etárias de 40 a 44 e de 50 a 54. De qualquer forma, trata-se de uma população jovem, com idade média de 34,4 anos, inferior à idade média dos homens, que foi de 37,6 anos para o ano de 1835. A idade média geral dos chefes de domicílios ficou em 37,3 anos. Talvez tais dados demonstrem certas especificidades locais, caracterizando uma população extremamente jovem que busca oportunidades de trabalho e de aquisição de posses de terra para o desenvolvimento de suas atividades.

Para todas as faixas etárias a partir de 15 anos de idade, houve crescimento absoluto da população, mas não é o que acontece quando falamos de crescimento relativo. Já explicamos o comportamento das mulheres nos dois anos estudados, portanto vamos nos ater neste momento ao comportamento dos homens.

Em 1828, não existiam chefes de domicílios na faixa etária de 15 a 19, enquanto que, em 1835, há registro de 5 deles. A grande faixa etária de 20 a 34 reduz sua participação relativa de 60% para 35%, enquanto que, na faixa etária de 35 a 49, salta de 20% para 37% no mesmo período, como resultado do crescimento absoluto, que se comportou de forma desigual entre as grandes faixas etárias. Para a faixa de 20 a 34, o crescimento foi de 35 para 47 indivíduos (34%), enquanto que, para a faixa de 35 a 49, o incremento populacional foi de 39 almas, significando um crescimento da ordem de 325%. Conseqüentemente, a idade média de sua população, que era de 35,9 anos em 1828, passa a 37,3 anos em 1835.

Também para as grandes faixas etárias de 15 a 39 e a partir de 40 anos notamos alterações importantes em suas participações no conjunto da população. Em 1828, a

grande faixa etária de 15 a 39 tinha participação de 67%, enquanto que, em 1835, passa a ter 61%. Já para a grande faixa etária a partir de 40 anos, a participação, que era de 33%, passa para 39% no mesmo período. Quanto à idade dos chefes de domicílios, esta apresentava concentração nas faixas etárias consideradas mais jovens, mas com um percentual importante deles na faixa etária de 30 a 39.

O perfil de cada domicílio quanto ao sexo dos chefes era predominantemente masculino, tanto que, dos 55 domicílios com registro em 1828, apenas uma mulher era cabeça do domicílio - trata-se de Senhorinha de Jesus, branca, 43 anos, viúva e mãe de três filhos homens. Encontramos registro de possivelmente um de seus filhos na lista de 1835: Eduardo José da Silva, que tinha 14 anos nos registros de 1828. Nos registros na lista nominativa de 1835, Eduardo aparece com a idade de 23 anos; ocupação de jornaleiro, ao mesmo tempo em que se dedicava à plantação de milho e feijão; casado e com domicílio apresentando um agregado (a própria mãe).

Em 1835, a distribuição quanto ao sexo dos chefes de domicílio se altera, pois, dos 148 domicílios, 11 eram chefiados por mulheres. Entretanto, no ano de 1840, além da redução no número de domicílios de 148 para 143, houve também redução nos domicílios chefiados por mulheres, que decaíram para nove. Portanto, se em 1828 a participação percentual das mulheres chefiando algum tipo de domicílio era de apenas 2%, em 1835 e 1840, altera-se para 7% e 6%, respectivamente. Esse movimento das mulheres cabeças de domicílios não deixa de ser um incremento importante, mas ainda assim mostra o caráter de fronteira de Guarapuava.

A pirâmide etária da população com chefia de domicílio nos anos selecionados não deixa dúvida quanto à juventude desses proprietários. Em 1828, a população tinha idade média de 35,9 anos; em 1835, salta para 37,3 anos e, finalmente, em 1840, sua idade média é de 37,1 anos. Pela distribuição apresentada pela população, esse parece ser o momento de consolidação das atividades de criação e da lavoura de alimentos.

A distribuição por grandes faixas etárias, como percebido anteriormente na análise dos anos de 1828 e 1835, sofre alterações importantes, o que continua a acontecer no ano de 1840. A faixa etária de 15 a 39 reduz sua participação para 55% nesse ano, portanto, sua população, em princípio, estava ficando mais velha. Sabe-se que essa participação era de 67% em 1828 e que, em 1835, tinha se reduzido para 61%. Ainda assim, essa é a faixa de idade predominante em todos os períodos. Quanto às demais faixas etárias, é importante ressaltarmos o que acontece com a faixa de 40 a 44:

esta é a faixa que mais cresce em termos absolutos e relativos, pois possuía participação de 5% em 1828 e, em 1840, passa a ter 22%.

Isso é mais evidente quando verificamos o que acontece com as mulheres. Vamos comentar apenas a distribuição para os anos de 1835 e 1840, pois, como se sabe, a população de chefes de domicílios possuía apenas uma mulher em 1828. Pois bem, no ano de 1835, havia oito mulheres na grande faixa etária de 15 a 39 (72,7%). Em 1840, esse número se reduz para 4 mulheres (44,4%). Assim, a idade média das mulheres se eleva bastante de um ano para o outro – de 34,4 para 43,3 anos. No caso dos homens, o percentual da grande faixa etária de 15 a 39 também se altera no decorrer dos anos. De 68% em 1828 ele se reduz para 56% em 1840.

Ao mesmo tempo, a faixa etária de 40 a 44, que participava com apenas 5% em 1828, passa a ter uma participação porcentual de aproximadamente 21% em 1840. O resultado disso, evidentemente, é uma idade média superior àquela encontrada na lista de 1828. Ainda assim, pode-se dizer que a população é muito jovem.

Fica evidente que essa é uma pirâmide um pouco diferente daquela apresentada para a população total da localidade, visto que os chefes de domicílios apresentam idades superiores às da faixa etária de 15 a 19. Pela distribuição das faixas etárias, verifica-se, portanto, que os donos de domicílios eram também bastante jovens. A grande faixa etária de 20 a 34 participa com 58,5% de sua população, com forte incremento na faixa etária de 30 a 34 (26,4%). Percebe-se, como já descrito, que se trata de uma população formada essencialmente por homens.

Se compararmos esses dados com alguns outros estudos que abordaram a faixa etária dos chefes de domicílios, como, por exemplo, o realizado para a Freguesia de São Pedro, na cidade da Bahia, no ano de 1775 e Curitiba, no ano de 1797, percebe-se que os domicílios eram realmente formados por pessoas jovens, considerando que essas áreas poderiam ser caracterizadas também como de fronteira, haja vista a época em que estão sendo estudadas. A tabela 6 procura demonstrar essas características, considerando as três áreas pesquisadas.

Tabela 6. Distribuição dos chefes de domicílios por faixas etárias: Freguesia de São Pedro (Bahia), Curitiba e Guarapuava – anos selecionados

Faixa Etária	Freguesia São Pedro (Bahia)		Curitiba		Guarapuava (*)					
	1775		1797		1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10-19	3	2,8%	3	0,9%	-	-	5	3,7%	5	3,8%
20-29	16	14,9%	52	15,2%	18	32,7%	33	24,6%	32	24,6%
30-39	19	17,8%	80	23,4%	18	32,7%	44	32,8%	35	26,9%
40-49	22	20,5%	78	22,8%	9	16,4%	31	23,1%	38	29,2%
50-59	25	23,4%	58	17,0%	7	12,7%	14	10,4%	12	9,2%
60-69	11	10,3%	39	11,4%	3	5,5%	7	5,2%	8	6,1%
70 ou +	11	10,3%	32	9,4%	-	-	-	-	-	-
Total	107	100%	342	100%	55	100%	134	100%	130	100%

Fonte: Para os dados referentes a Freguesia de São Pedro na Bahia e Curitiba consultar LIMA, Carlos A. M. “*O patriarcalismo dos sítios volantes. Co-residência, autonomia e dependência pessoal entre livres de cor em Castro e Guaratuba (1800-1835)*”. Curitiba, Relatório parcial de pesquisa, 2002, a partir de transcrição de lista de habitantes inserida em COSTA, P. Avelino de Jesus da Costa. *População da cidade da Bahia em 1775*. In: “*V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*”. Coimbra, 1964, v. 1. No caso de Guarapuava, os dados são os que constam das Listas Nominativas de Habitantes dos anos selecionados.

(*) Os números de domicílios não são iguais àqueles apresentados anteriormente para os anos de 1835 e 1840, visto que não temos registrado a idade do chefe do domicílio naquelas listas. São 14 para o ano de 1835 e 13 para o ano de 1840.

Pela distribuição dos chefes de domicílios por faixas etárias, confirma-se o que dissemos anteriormente quanto à característica dos domicílios em Guarapuava estar sendo formada por pessoas muito jovens, determinando, assim, mais uma especificidade de área de fronteira. Pelos dados, observa-se que, na faixa etária de 20 a 29, os domicílios em Guarapuava possuíam participação maior do que nas duas outras localidades. Isto acontece também na faixa etária de 30 a 39.

A concentração de chefes de domicílio nas faixas etárias jovens e mediana é significativa, pois somente a faixa etária de 30 a 39 participa com aproximadamente 33% da população total nos anos de 1828 e 1835 e com aproximadamente 27% no ano de 1840. Enquanto isso, a faixa etária de 20 a 29 tem participação, no total da população, de 31% em 1828 e de 24% nos anos de 1835 e 1840.

Por fim, algumas considerações são importantes para compreendermos um pouco essa dinâmica da população da localidade. Fica evidente que há um forte incremento de mulheres em sua população, ao mesmo tempo em que a idade média geral da população evolui entre um período e outro. Se o crescimento da população,

como um todo, foi de 168%, no caso dos chefes de domicílios, ele foi de 160%. Ao verificarmos por sexo, vemos que as mulheres tiveram um crescimento mais significativo do que o dos homens.

Conclui-se que a população de Guarapuava, nos anos selecionados, estava sendo fortemente marcada pela inserção das mulheres, de uma forma geral. A participação feminina evoluiu de 36,1% em 1828 para aproximadamente 46% em 1840, enquanto os homens reduziram sua participação de 64% para 54%, respectivamente. Sugere-se que a localidade estava mais madura em termos de estrutura econômica e social. Além disso, a faixa etária dos infantes cresceu de forma acelerada no período, pois, se em 1828 sua participação foi de 41,4%, em 1840 saltou para 48,8%, fato que sugere maior estabilidade das famílias na região. A idade média da população se reduz em função do incremento dos infantes, provavelmente, em face das melhores condições oferecidas pela sociedade local, o que resultou maior estabilidade dos indivíduos, que deixaram de se movimentar de um lado para outro.

Quanto aos agregados, sua população era composta por 29 pessoas, sendo 16 chefes de domicílios, o que dá, em média 1,8, agregados/domicílio. Isso já nos dá uma idéia mais geral de que essa mão-de-obra era pequena no conjunto da população local, pelo menos com relação à lista nominativa de 1828, o que não deixa de ser equivalente, em princípio, às pesquisas sobre a mão-de-obra escrava no Paraná, que, também em termos quantitativos, era pequena, característica provável de sua dinâmica econômica. A tabela 7 mostra os números referentes aos agregados para os anos de 1828, 1835 e 1840.

Tabela 7. Distribuição dos Agregados por faixa etária e a Razão de sexo. Guarapuava – 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	1828			1835			1840		
	H	M	RM	H	M	RM	H	M	RM
0 - 4	1	-	-	6	4	150	4	9	44
5 - 9	1	3	33	9	8	112	10	7	143
10 - 14	5	-	-	10	5	200	15	12	125
15 - 19	8	-	-	5	8	62	10	4	250
20 - 24	7	3	233	8	3	267	8	6	133
25 - 29	-	-	-	6	3	200	2	1	200
30 - 34	-	-	-	1	3	33	9	4	225
35 - 39	-	-	-	4	1	400	2	2	100
40 - 44	-	-	-	4	1	400	3	3	100

45 – 49	-	-	-	1	-	-	-	1	-
50 – 54	-	-	-	-	1	-	2	2	100
55 – 59	-	-	-	-	-	-	-	1	-
60 +	-	-	-	-	1	-	1	1	100
Total	22	7	314	54	38	142	66	53	124

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

A relação de sexo era predominantemente masculina, pois existiam 22 homens e 7 mulheres, com um indicador de 314, bastante superior àquela apresentada pela população livre local. Daqui se infere que essa mão-de-obra estava provavelmente voltada para as atividades mais pesadas, ao mesmo tempo em que sua configuração nos remete a uma distribuição de sua mão-de-obra diferente daquela normalmente considerada como padrão (equilíbrio entre os sexos) nas localidades com atividades voltadas para a economia de abastecimento interno.

Se verificarmos a distribuição por faixas etárias, observa-se que, no geral, a concentração se dá nas faixas de 0 a 24 (96,5% da população), o que também indica uma população muito jovem, acrescentando que, na faixa etária de 15 a 24, o percentual é de 62,1%. Se avaliarmos por sexo, a faixa etária de 15 a 24, para os homens, participa com 68,2% de sua população, enquanto que, para as mulheres, esse percentual é de 42,3%.

A população formada pelos agregados também sofre grandes transformações se considerarmos os períodos analisados. Na lista de 1835, encontram-se 88 agregados de origem indígena que não estarão sendo levados em consideração. Como vimos pelos dados da tabela 1, seu crescimento populacional foi de 217%, o maior dentre os grupos estudados, o que perfaz aproximadamente 18% ao ano.

Além disso, a participação porcentual, no total geral da população, passou de 9,8% para 12,9%, conforme pode ser verificado na tabela 1. A população de homens, que era em número de 22 em 1828, cresceu para 54 em 1835, com variação percentual de 145%, enquanto a população de mulheres aumentou de 7 para 38 almas, com crescimento de 443%. Por isso, sua razão de sexo, que era de 314, passa a ser de 142.

De qualquer forma, está havendo algum tipo de estratégia pelos donos de domicílios quanto à necessidade de possuírem pessoas agregadas em suas propriedades e, apesar da superioridade masculina no grupo, existe um forte incremento no sexo

feminino entre os dois períodos. Isto se confirma ao considerarmos o número de domicílios com agregados entre os dois períodos – desconsiderando a população indígena, que se insere nos registros de domicílio qualificado como “aldeamento”, com 49 indivíduos. Se, em 1828, havia 16 domicílios com 29 agregados, no ano de 1835, há 63 domicílios, com 131 agregados. Portanto, o número médio de agregados por domicílio sobe de 1,8 para 2,1.

A faixa etária dos infantes participa com 45,6% da população, índice superior ao índice encontrado em 1828, que foi de 34,5%. Sua razão de sexo é de 147, portanto, bem inferior àquela que encontramos anteriormente (233). A faixa etária de 15 a 39 participa com 45,6%, com razão de sexo de 161, também bem inferior à razão encontrada em 1828, que era de 500. Portanto, a concentração da população também estava distribuída pela população jovem, pois a grande faixa etária de 0 a 39 participa com 91,3%.

Comparando com o que já foi pesquisado para a lista de 1828, a faixa etária de 0 a 24 anos, que naquele ano perfazia 96,5% da população, passa a 71,7% em 1835, donde se conclui que estava havendo maior distribuição pelas demais faixas. Tanto isso é verdade que, se em 1828 não encontramos nenhum indivíduo na faixa acima dos 25 anos de idade, em 1835 há 26.

Os agregados continuam sendo a categoria social que mais cresce no período 1835/1840, pois, se no período 1828/1835 sua população evolui na ordem de 217%, no período 1835/1840 ela cresce aproximadamente 30%. Consideramos para efeito de contagem a mesma metodologia empregada anteriormente no que se refere à população indígena, isto é, encontramos nos registros 14 índios classificados como agregados que não estamos considerando. Em termos relativos, sua população também aumenta, visto que a participação no total da população livre de Guarapuava, que foi de 9,8% em 1828, salta para 15% em 1840.

Trata-se de uma população muito jovem, haja vista que a grande faixa etária de 0 a 14 participa com 47,9% da população. Essa mesma faixa participava com 34,5% e 45,6% nos anos de 1828 e 1835, respectivamente. A grande faixa etária de 15 a 39 participa com 40,3%; a grande faixa de 40 a 59, com 10% e a faixa a partir de 60 anos, com 1,8% em 1840. Isso significa que a grande faixa etária de 0 a 39 participa com 88,2%, número esse bem próximo daquele verificado para o ano de 1835, que foi de 91,7%.

Com relação ao indicador de razão de sexo, percebe-se para 1840 que há um maior equilíbrio entre os sexos, pois a faixa etária de 0 a 14 está em equilíbrio (103). No caso da faixa etária de 40 a 59, a razão de sexo é de 71, portanto havia nesse intervalo um número maior de mulheres do que de homens. Finalmente, a faixa de 15 a 39 é a única que possui razão de sexo elevada, com 182.

Percebe-se que o indicador de razão de sexo para a faixa de 0 a 14 salta de um desequilíbrio (233, em 1828) para um maior equilíbrio (103 em 1840). Já no caso da faixa etária de 15 a 39, encontram-se maiores oscilações, visto que, se em 1828 a razão de sexo era de 500, em 1835 se reduz significativamente para 161 e volta a subir para 182 no ano de 1840. Como essa é uma faixa etária considerada produtiva para os padrões sociais e econômicos da época, fica a sugestão de que os chefes de domicílios priorizavam, neste momento, o trabalho realizado pelos homens em suas propriedades, provavelmente em função de tais atividades serem mais propícias a eles. A estratégia por parte dos chefes de domicílios quanto a terem em suas propriedades um número importante de agregados continuava existindo da mesma que nos anos anteriores, pois, como já demonstrado, sua população é aquela que mais evoluiu em todos os períodos.

Quanto ao número médio de agregados por domicílio, o período 1835/1840 se apresenta estável, pois o valor foi de 2,1. Portanto, no período, apesar do incremento de sua população, não houve em Guarapuava acréscimo do número médio de agregados por domicílio.

Com relação aos degredados, a região de Guarapuava foi escolhida como um dos locais para distribuir pequenas porções de terras para esses indivíduos, função também da política determinada pelo Governo. Dos 13 indivíduos classificados como “degredados” na lista de 1828, apenas 5 estão registrados na lista de 1835 – desconhecemos o destino dos demais. Além disso, a lista de 1835 apresenta três novos registros. A descrição dos registros informa que a maioria deles é de origem brasileira, apenas um é de origem portuguesa e que todos residem no 1º quarteirão da Freguesia, sendo seis homens e duas mulheres.

Tabela 8. Algumas características dos degredados – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840

Discriminação	1828		1835	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Faixa Etária:				
. 0 – 14	-	-	-	-
. 15 – 39	6	3	1	2
. 40 – 59	4	-	5	-
. 60 ou +	-	-	-	-
Estado Conjugal:				
. Solteiro	5	2	-	2
. Casado	4	-	6	-
. Viúvo	1	1	-	-
Cor:				
. Branca	4	2	-	-
. Negra	2	1	2	-
. Parda	4	-	2	2
. Índia	-	-	2	-

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Obs: Para a lista do ano de 1840 não encontramos registros dessas características para os degredados. Apenas informam o nome dos 10 indivíduos que fazem parte do “Rol dos Degradados”. Todos eles homens.

Pelos dados da tabela 8 verifica-se que os degredados tinham concentração na faixa etária 15 a 39 anos, pelo menos no ano de 1828. Em 1835, a grande maioria já estava concentrada na faixa etária 40 a 59 anos, ao mesmo tempo em que predomina os homens. Ao compararmos com as idades no ano de 1828, verifica-se que ela está ficando mais velha, não só pelos indivíduos que já estavam vivendo na região, como também pela idade dos novos degredados que migraram no período.

É o caso, por exemplo, de Maria Inácia que aparece registrada nas duas listas, mas com idade de 31 anos em 1835, brasileira, moradora no 1º quarteirão, de cor parda, atividade voltada para a criação ou com o cuidado de animais. O outro indivíduo é Constantino Antonio, idade de 45 anos, ocupação de jornaleiro. Também está registrado Felisberto Campelo com a idade de 49 anos e ocupação de carpinteiro. Outro dado interessante para esse indivíduo é com relação às possibilidades de algum tipo de roça própria, pois aparece nos registros que o mesmo produziu no ano de 1835 12 alqueires de milho. É o caso também de Atanasio Lopes, idade de 41 anos que produziu 20

alqueires de milho e 20 de feijão. Finalmente, temos o registro de Félix Pereira, idade de 39 anos e a ocupação de jornaleiro.

Os três novos degredados entre uma lista e outra são; Joaquina, idade de 31 anos sem registro de sua ocupação, Antonio Luz com a idade de 51 anos e ocupação de jornaleiro e João José Rodriguez com a idade de 46 anos. Dessa forma, as idades dos indivíduos degredados em Guarapuava em 1835 eram mais avançadas do que aquela registrada no ano de 1828

Percebe-se, a partir desses dados, que esses indivíduos promoviam estratégias para se inserirem na sociedade local a partir não só de arranjos matrimoniais, pois todos os homens em 1835 estavam casados, mas também da ocupação a que se dedicam, pois nenhum deles era agregado e todos praticavam atividades assalariadas e, de uma certa forma, com alguma qualificação. Observa-se que no ano de 1828, no caso dos homens, uma pequena maioria era de casados e viúvos, enquanto que duas mulheres degredadas eram solteiras e uma viúva.

Encontramos na lista de 1840 o registro de 10 indivíduos degredados. A lista os identifica como parte do “rol de degredados” da localidade. Todos são do sexo masculino e apenas seis deles estavam na lista de 1835. Os outros quatro indivíduos “degredados” provavelmente migraram para a região entre 1835 e 1840. A lista não traz informações complementares sobre esses indivíduos, apenas seu nome, o quarteirão onde residem e a ocupação caracterizada como “degredado”, assim como acontece no registro de 1828. Cruzando essa lista com a de 1835, mais completa, encontramos o registro de seis deles, todos moradores do 1º quarteirão da freguesia; cinco então casados e um viúvo; quatro ocupados com a atividade de “jornaleiro”, um feitor dos índios e o último, o Sr. João José Rodriguez, não possuía registro de ocupação.

Da mesma forma que acontece na lista de 1828, a lista de 1840 não identifica as atividades desses indivíduos. Entretanto, ao cruzarmos as informações com a lista de 1835, pode-se perceber que todos eles possuíam algum tipo de atividade, embora não encontremos a ocupação de alguns deles, em função dos mesmos estarem registrados apenas no ano em que não houve descrição das atividades, como no caso de 1828 e 1840.

Com relação à cor dos indivíduos caracterizados como degredados parece que as informações referentes ao ano de 1828 poderiam estar com problemas, visto que dos treze degredados listados, 6 ou 46,1% estavam registrados com a cor branca e o demais como não brancos. Ao mesmo tempo, no ano de 1835 todos os indivíduos aparecem

registrados como não brancos. Não temos como identificar tais diferenças, visto que todos aqueles que estavam registrados no ano de 1828 como brancos não aparecem mais na lista de 1835, dificultando uma análise mais apurada.

Antes de analisarmos a população escrava, cabe ressaltarmos alguns pontos importantes e que fazem parte do estudo populacional de Guarapuava no período. Muitos dos escravos migraram juntamente com seus proprietários e, por isso, algumas informações, pelo menos na lista de 1828, estão incompletas, provavelmente pela falta de informação tanto por parte das pessoas que moravam nos domicílios como também por quem era responsável pelo levantamento dos dados.

Dos 55 fogos em 1828, encontramos 16 deles com escravos, o que perfaz 29,1% das propriedades. Ao avaliarmos essas propriedades com escravos e distribuindo-os por faixas etárias, temos as seguintes características: a grande faixa etária de 20 a 34 participa com 73,3%, percentual este bastante significativo, pois é maior do que aquele encontrado para a população como um todo, considerando que são proprietários muito jovens, demonstrando, assim, as especificidades de fronteira da localidade. Avaliamos isso num capítulo posterior, ao abordarmos mais especificamente a propriedade escrava (capítulo III).

Considerando os anos de 1828 e 1835, percebe-se que modificações importantes estavam ocorrendo na composição da população, pois ela também está crescendo entre os referidos anos. Em termos absolutos, de 43, salta para 82 escravos em 1835, um crescimento em torno de 90%, o que representa, considerando o intervalo de sete anos, quase 10% de crescimento anual. Os dados referentes a essa população já são mais completos do que aqueles apresentados no ano de 1828, para o qual não possuímos a origem dos escravos.

Dos 148 domicílios, vamos encontrar 30 deles com escravos (20,3%), portanto, tratava-se de uma população concentrada em poucos proprietários. Apesar disso, o crescimento dos domicílios com a posse de escravos cresce por volta de 94% no referido período, pois, em 1828, eram 16 domicílios. Isto resulta numa queda de participação relativa dos domicílios com escravos em relação ao total de domicílios, pois, se era de aproximadamente 29% em 1828, passa a ser de algo em torno de 20% em 1835.

A grande faixa etária de 15 a 39 participa com mais de 63%, enquanto que a grande faixa de 0 a 14 participa com 29%. Isto significa que a grande faixa de 0 a 39

representa a maioria da população (aproximadamente 93%). Esses números não são diferentes daqueles apresentados pela população em 1828.

Naquele ano, a grande faixa etária de 0 a 39 também participava com 93% de sua população, porém encontramos grandes diferenças na distribuição pelas faixas etárias dos infantes e daquela que vai de 15 a 39. A faixa dos infantes, por exemplo, possuía participação de quase 49% na população, portanto, bastante elevada para os padrões, mesmo considerando os estudos referentes à população escrava no Paraná⁷⁰.

Já para a grande faixa etária de 15 a 39, os reflexos são imediatos, pois sua participação foi de 44% no referido período. Essas modificações são analisadas detidamente no capítulo II, quando abordarmos a população escrava na localidade. Apenas para que sejam melhor visualizadas, a tabela 9 nos traz a quantidade de homens e mulheres cativos, por faixa etária quinquenal, a participação de cada um no total da população e a razão de sexo.

Tabela 9 – Quantidade de homens e mulheres escravas e a razão de sexo – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	1828					1835					1840				
	H	%	M	%	RM	H	%	M	%	RM	H	%	M	%	RM
0 – 4	2	4,6%	2	4,6%	100	6	7,4%	4	4,9%	150	9	9,5%	5	5,3%	180
5 – 9	3	7,0%	3	7,0%	100	4	4,9%	1	1,2%	400	3	3,2%	1	1,0%	300
10 – 14	8	18,6%	3	7,0%	266	7	8,6%	2	2,4%	350	5	5,3%	1	1,0%	500
15 – 19	3	7,0%	-	-	-	12	14,6%	10	12,2%	120	8	8,4%	7	7,4%	114
20 – 24	9	21,0%	2	4,6%	450	10	12,2%	2	2,4%	500	19	20,0%	9	9,5%	211
25 – 29	-	-	-	-	-	6	7,3%	6	7,4%	100	7	7,4%	3	3,2%	233
30 – 34	2	4,6%	1	2,3%	200	1	1,2%	1	1,2%	100	6	6,3%	4	4,2%	150
35 – 39	1	2,3%	1	2,3%	100	2	2,4%	2	2,4%	100	-	-	-	-	-
40 – 44	1	2,3%	1	2,3%	100	-	-	2	2,4%	-	1	1,0%	-	-	-
45 – 49	-	-	-	-	-	-	-	3	3,7%	-	2	2,1%	2	2,1%	100
50 – 54	-	-	-	-	-	1	1,2%	-	-	-	-	-	2	2,1%	-
55 – 59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60 +	-	-	1	2,3%	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,0%	-
Total	29	67,4%	14	32,6%	207	49	59,8%	33	40,2%	148	60	63,2%	35	36,8%	171

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

⁷⁰ Horácio Gutierrez, ao estudar a distribuição da população escrava em algumas localidades no Paraná entre os anos de 1798 a 1836, chegou a um percentual de crianças na faixa etária de 0 a 15 anos de aproximadamente 39%. Somente no ano de 1836 o percentual se reduz para 37%. GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP. 1986. P. 116. Carlos Lima, ao estudar a posse de cativos em Castro nas primeiras décadas do século XIX, chega a números próximos daqueles encontrados por Gutierrez, apesar de Lima encontrar o percentual de 43,3% para as posses entre 3 a 4 escravos no ano de 1824. Acrescento essa observação porque em Guarapuava o tamanho médio das posses se aproxima desses números. LIMA, Carlos A M. *“Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativa.”* Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu. MG. 2003.

Há uma concentração importante nas faixas etárias mais jovens da população no ano de 1828, com 86,1% para as faixas de 0 a 24, para os homens, e de 71,6%, para as mulheres. Considerando a população total, esse percentual chega a 81,4%. A participação de crianças também é significativa, pois apresenta o valor de 48,8%, se considerarmos as faixas etárias de 0 a 14. Sua razão de sexo também é alta, dando-nos a interpretação de padrões diferenciados na região, se os compararmos com os de outras áreas voltadas para o abastecimento interno, considerando, inclusive, o Paraná, conforme estudos já realizados.

Provavelmente, a movimentação dos senhores e de seus escravos permitiu um certo tipo de dinâmica diferente na composição de seus plantéis, considerando também as peculiaridades da economia local. Pelos registros, não conseguimos definir a origem dos escravos, se eram africanos ou crioulos, porém há fortes indícios de que a população era marcadamente crioula, considerando-se os dados da lista nominativa de habitantes de 1835, que possui registros mais precisos quanto à origem dos cativos.

Essa é uma questão importante na análise da população escrava na região, visto que esse também foi um padrão peculiar não só da localidade, mas também nos estudos sobre a população escrava no Paraná e em algumas áreas de produção para o mercado interno.⁷¹

Uma das hipóteses que pode ser avaliada está relacionada às condições pelas quais a área estava sendo ocupada, com indivíduos desbravando os campos de Guarapuava, região esta totalmente desconhecida, e utilizando mão-de-obra que pudesse ser reposta no próprio mercado interno, visto o custo do escravo de origem africana, mesmo porque estamos ainda num período em que a mão-de-obra africana era fundamental para as atividades econômicas do Império, pois eram intensos os desembarques de africanos no Brasil. Entretanto, uma outra característica local é a baixa condição dos proprietários para aquisição de escravos de origem africana.

⁷¹ GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1986. JUCÁ, Antonio Carlos. *“Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos – 1850/1888”*. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, Departamento de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1995. CASTRO, Hebe M. Mattos de. *“Ao sul da história”*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José R. Oliveira. *“Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887”*. Brasília, UNB, Deptº Economia, Séries textos para discussão, texto nº 231, agosto/2002.

Para a grande faixa etária de 0 a 14, percebe-se a redução de sua população ao verificarmos os números absolutos e relativos. Os homens, que tinham 30% de participação em 1828, representam 18% em 1840. No caso das mulheres, esse percentual, que era de quase 19%, passa a 7% no mesmo período. Essa redução já se faz sentir nos dados da lista de 1835.

O fator determinante dessa distribuição durante os anos é a maior participação da grande faixa etária de 15 a 39. Por sexo, verifica-se que a participação das mulheres cresce mais significativamente do que a dos homens, pois, se elas possuíam participação de apenas 9% em 1828, passam a ter mais do que 25% em 1835 e, em 1840, reduzem-na um pouco (24%). Entretanto, a participação dos homens salta de 35% para 42% no mesmo período, representando, portanto, uma evolução percentual inferior àquela apresentada pelas mulheres.

No caso da grande faixa etária de 40 a 59, percebe-se um certo incremento populacional a partir da lista de 1835, pois sua população, que tinha 4,6% de participação em 1828, nos anos de 1835 e 1840, salta para 7,3%, principalmente em função do crescimento importante no número de mulheres nos plantéis. Já na faixa a partir de 60 anos, verifica-se que é muito pequena sua participação no total da população, não chegando a 3%.

Ao analisarmos os dados referentes ao ano de 1835, verifica-se que os homens possuem forte participação na grande faixa etária de 0 a 14, pois, dos 24 escravos registrados nessa faixa, 17 são do sexo masculino (70,8%). Na grande faixa etária de 15 a 39, o perfil se modifica, pois, dos 52 escravos registrados, 31 são homens, o que perfaz 60% da população. Com isso, sua razão de sexo se mostra significativamente mais alta nas faixas etárias dos infantes e, apesar de elevada na faixa de 15 a 39, reflexo da faixa quinquenal de 20 a 24, que apresenta razão de sexo de 500, as outras faixas etárias nesse grande intervalo apresentam equilíbrio aproximado entre os sexos.

Ao compararmos com o ano de 1828, percebem-se alterações no perfil da população. Primeiramente, devemos comentar a forte participação das crianças nessa população em 1828 (49%) e, já em 1835, a forte queda da mesma em termos relativos (28%). Diante disso, percebem-se mudanças relativas na participação das outras faixas etárias, visto que a grande faixa etária de 15 a 39, que participava com 44%, passa a representar quase 65% de sua população em 1835. Por traz disso está a forte migração dessa população junto com os seus proprietários, o que abordaremos posteriormente (capítulos II e III).

Com relação às faixas etárias após os 40 anos, verifica-se que, apesar do crescimento absoluto no referido período, sua participação relativa praticamente se mantém em torno de 7%.

A razão de sexo também se altera profundamente nos dois períodos. Para os infantes, se esse indicador foi de 162 em 1828, ele salta para 242 para 1835 – reflexo do crescimento absoluto dos homens em todas as faixas etárias quinquenais. Na faixa etária de 15 a 39 ocorre o inverso, pois, se a razão de sexo foi de 300 em 1828, esta decai para 147 em 1835, demonstrando ainda assim a preferência pelos homens. A partir de análises mais específicas, face ao que já percebemos com relação à migração para a localidade, é possível afirmar que a população está se modificando.

A população escrava de Guarapuava continuava a crescer quando do levantamento referente à lista de 1840. De 82 escravos em 1835, sua população passa a 95 em 1840, apresentando, portanto, um crescimento de 15,8%. Se considerarmos o período desde o ano de 1828, sua população cresce por volta de 121%, o que representa um crescimento anual de 6,8%, enquanto que seu crescimento anual foi de aproximadamente 3% no período 1835/1840. A lista informa a maioria dos dados referentes aos escravos, entretanto, quanto à origem, encontramos referências apenas quando são naturais da África.

Na época, há 26 domicílios com escravos, o que representa 18,2% do total de domicílios na localidade. A posse de escravos estava concentrada em poucas mãos, tanto que, nas demais listas, encontra-se o percentual de 29% para o ano de 1828 e de 20% no ano de 1835 para os domicílios com escravos. Se entendermos que os dados referentes à lista de 1840 estão corretos, os domicílios com escravos, assim como ocorre com o total de domicílios nesse ano, reduzem-se, pois eram 30 em 1835 e agora são 26.

A distribuição por faixas etárias demonstra que a população escrava estava concentrada na grande faixa de 15 a 39, ou seja, sua concentração não é muito diferente da apresentada nas listas anteriores. Em 1840, essa grande faixa representa 66% da população, enquanto que, nos anos de 1828 e 1835, a participação foi de 44% e 63%, respectivamente.

No caso dos infantes, percebem-se alterações importantes nos plantéis, pois, se essa faixa etária participava com 49% no ano de 1828, nos anos de 1835 e 1840, ela se reduz significativamente para 29% e 25%, respectivamente. Desta forma, a distribuição de sua população sofre mudanças com relação às outras faixas etárias, principalmente quando se considerada a faixa produtiva, no intervalo 15 a 39 anos.

Finalmente, é importante ressaltar as alterações no indicador de razão de sexo da população. É claro que a distribuição diferenciada pelos anos selecionados afeta esse indicador. Apesar dessas modificações, esse indicador é elevado para os padrões já estabelecidos para o Paraná com relação à população escrava. Os homens se encontram predominantes nos plantéis, o que se percebe para todas as grandes faixas etárias; apenas na faixa a partir de 40 anos é que se verifica equilíbrio entre os sexos. É interessante a alta razão de sexo no caso dos infantes, que salta de 162 para 243. Apesar da redução significativa no indicador no período 1828/1835, em função da participação da faixa etária de 15 a 19 e de seu maior equilíbrio entre os sexos, o indicador volta a subir no ano de 1840, face à maior participação dos homens nos plantéis.⁷²

I. 4 Cor da população

Antes de abordarmos especificamente a questão da cor da população de Guarapuava nas primeiras décadas do século XIX, achamos prudente inserir em nossos estudos algumas considerações sobre essa questão abordadas pela historiografia, mesmo porque ela suscita muitos questionamentos. Como base, utilizamos os estudos de Hebe Mattos, que, pesquisando sobre os escravos no Rio de Janeiro no século XIX, procurou sintetizar esse fenômeno. Estudando um determinado processo-crime no ano de 1850, a autora evidencia que, na maioria dos processos dessa natureza, no momento da qualificação das testemunhas, a questão cor era generalizada. Expressões como “negro” e “preto” eram comuns à condição escrava. Os homens nascidos livres eram descritos como brancos ou pardos até a primeira metade do XIX.

Na segunda metade, as coisas se modificam, pois o crescimento demográfico altera o perfil da população. Negros e mestiços livres respondiam por 43% da população no ano de 1872, percentual recrudescido pelas compras de alforrias. O problema do tráfico atlântico e a conseqüente alta nos preços dos escravos “*não apenas inviabilizaram a aquisição de novos cativos para muitos antigos senhores, como*

⁷² Com relação às altas taxas de masculinidade da população escrava, durante muito tempo se disse que a população era sempre muito masculina. É o caso, por exemplo, de GORENDER, Jacob. “*O escravismo colonial*”. São Paulo, Editora Ática, 1992.. CONRAD, Robert. “*Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*”. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Por outro lado, Horácio Gutierrez equacionou, em relação ao Paraná, pouco recurso ao tráfico com razões de sexo baixas, tendendo à igualdade. GUTIERREZ, Horácio. “*Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1986.

*freqüentemente os levaram a deles se desfazer no quadro de intensificação do tráfico interno que sucedeu ao tráfico atlântico”.*⁷³ Assim, a propriedade escrava se torna mais difícil e concentrada, o que resulta num número cada vez maior de brancos empobrecidos, portanto, *“a identidade branca entre os homens livres, como senhores de escravos de fato ou em potencial, torna-se, assim, progressivamente fragilizada”.*⁷⁴

A qualificação profissional se torna elemento de *status* social, ao mesmo tempo em que perde importância a cor branca como critério de diferenciação social. Na primeira metade do XIX, as pessoas eram definidas pela sua cor – o branco era essencialmente condição de liberdade, enquanto que a cor negra continuava a ser utilizada como marca do escravo ou do liberto. Para a pesquisadora, *“o crescimento demográfico de negros e mestiços livres e também de brancos empobrecidos, no conjunto das áreas analisadas, tendeu a esvaziar os significados da cor branca como designador isolado de status social”.*⁷⁵ Outra questão importante analisada por Mattos é a relação entre a cor e a posição social dos indivíduos. Como hipótese, ela sugere que *“a noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”.*⁷⁶

No caso de Guarapuava, a política de ocupação que transferia pessoas livres de outras regiões para lá também influenciava na condição social das mesmas, o que podemos distinguir quando verificamos a cor da população livre, considerando também os agregados e os degredados. Por isso estaremos abordando essas questões nessa sessão.

Como metodologia e na tentativa de avaliar as estratégias dos indivíduos com relação às alianças matrimoniais elaboramos o quadro 1 que apresenta o cruzamento dos casais com filhos a partir de uma matriz em que o vetor linha é definido como sendo a cor das mulheres casadas e o vetor coluna a cor dos homens casados.

⁷³MATTOS, Hebe Maria. “Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 94.

⁷⁴Ibid, p. 95.

⁷⁵Ibid, p. 98.

⁷⁶Ibid, p. 98 e 99.

Quadro 1. Alianças Matrimoniais e Cor dos indivíduos casados na Freguesia de Guarapuava – 1828

Mulheres	Homens			
	Branca	Parda	Negra	Total
Branca	20	1	-	21
Parda	-	10	1	11
Negra	-	-	-	-
Total	20	11	1	32

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Observa-se que a maioria das uniões é formada por casais em que ambos são de cor branca (62,5%), entretanto, não é desprezível a miscigenação da população casada, com 37,5% constituída por não brancos. É importante registrar o número de mulheres e de homens brancos em Guarapuava em pleno início do século XIX numa área de fronteira. Por isso temos que ter cuidado com alguns dados registrados nas listas, pois se sabe das dificuldades quanto à elaboração pelos recenseadores de algumas características da população.

A tabela 10 traz essas informações para o ano de 1828, separando as categorias de indivíduos livres, indivíduos na condição de agregados e aqueles na condição de degredados. Também incluímos na tabela a população indígena da localidade.

Tabela 10. Distribuição da cor dos indivíduos livres – Guarapuava 1828

Cor	Livre		Agregado		Degredado		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Branca	129	62,3%	14	48,3%	6	46,1%	149	59,8%
Parda	72	34,8%	15	51,7%	4	30,8%	91	36,6%
Negra	1	0,5%	-	-	3	23,1%	4	1,6%
Índia	5	2,4%	-	-	-	-	5	2,0%
Total	207	100,0%	29	100,0%	13	100,0%	249	100,0%

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com relação à população livre como um todo, observa-se que a população branca é maioria, com quase 60%. Entretanto, ao separarmos por condição, verificam-se alguns índices interessantes. Quanto à condição livre, percebe-se que os indivíduos de cor branca possuem uma participação até maior do que aquela apresentada pela população como um todo (62,3%), enquanto que os demais indivíduos não brancos participam com 37,7%. Se olharmos para os indivíduos na condição de agregados, o perfil muda inteiramente, pois sua população apresenta equilíbrio aproximado entre as cores branca e parda, com ligeira predominância da cor parda.

Os livres de cor são predominantes para os indivíduos na condição de degredados (53,9%). Talvez aqui possamos inferir a característica da hierarquização na sociedade local com relação não só à cor dos indivíduos, mas também em função de sua condição social.

Ao analisarmos essa mesma característica para os chefes de domicílios, 34 deles foram registrados como brancos, o que representa 61,7% do total dos cabeças de domicílios; 20 deles possuíam a cor registrada como parda, o que representa 36,4%, e, finalmente, apenas um chefe de domicílio tinha a cor registrada como preta.

Ressaltamos que um dos cabeças de domicílio, o Capitão Domingos Ignácio de Araújo, não possuía registro de sua cor e, pelas características de sua propriedade, era “absenteísta”, mesmo porque, pelos registros, ele possuía 3 escravos e 1 agregado, não tendo nenhum outro registro pessoal, como, por exemplo, idade, estado civil e ocupação. O Capitão reaparece na lista de 1835 e, nos registros desse ano, fica claro que ele possuía fazendas na região, ao mesmo tempo em que estava classificado como “absenteísta”.

Esses números indicam que na composição dos domicílios na região, os brancos sempre predominaram, em se tratando de hierarquias, *status* social e poder político e econômico. O que é significativo em Guarapuava é a participação dos indivíduos de cor parda, dada sua posição na sociedade local e regional, que indica que havia na lista nominativa de habitantes de 1828 um importante fluxo de pessoas livres miscigenadas pertencentes ao grupo de chefes de domicílios, inseridas na sociedade de Guarapuava já no início de sua ocupação.

Encontramos apenas um negro registrado como cabeça de domicílio e suas características confirmam o processo migratório para a localidade, pois tinha 60 anos de idade e era casado com Maria Francisca, com a idade de 20 anos, parda e com registro de um filho, de nome Tobias, com 14 anos, o que nos leva a crer que não era filho de Maria Francisca, visto que, no ano de seu nascimento, ela deveria ter seis anos de idade.

Com relação à distribuição por cor da população de agregados, 15 foram registrados como pardos e 14 como brancos. De certa forma, há equilíbrio quando falamos sobre a cor dos agregados. Isso poderia estar significando que essa população era caracterizada por uma mistura inerente ao processo de sua formação ou mesmo de escolha por parte do chefe de domicílio, pois temos que entender esse processo de arregimentar agregados em suas propriedades em função das especificidades de cada

domicílio ou mesmo de cada chefe de domicílio, dadas suas pretensões quanto à utilização dessa mão-de-obra.

Ao mesmo tempo, ela era sensível com relação às migrações e oportunidades de trabalho. Não devemos esquecer que alguns desses agregados faziam parte da família do próprio chefe do domicílio, sendo, muitas vezes, os pais, irmãos e parentes, o que determinava uma outra configuração para a composição da estrutura e formação da população agregada.

A população de degredados era composta de três negros, quatro pardos e seis brancos. Se considerarmos somente os homens, dois eram negros, quatro eram pardos e quatro eram brancos, enquanto que, entre as mulheres, havia uma negra e duas brancas. Os registros de cor demonstram que a população de degredados era miscigenada, com distribuição mais homogênea.

Os escravos estavam distribuídos entre as cores negra e parda, com 46,5% de negros e 53,5% de pardos. Essa configuração da população escrava nos remete para a questão de suas origens. Considerando que o levantamento dos dados está correto quanto aos registros de cor, é de se supor que a cor negra poderia ser atribuída tanto aos escravos de origem crioula como aos de origem africana, enquanto que a cor parda se restringia aos de origem crioula.

Da mesma forma que acontece com o dados da lista de 1828, os registros dos indivíduos livres de 1835 não permitem definir a cor dos indivíduos considerados como filhos. Portanto, mantivemos para o ano de 1835 a mesma metodologia já utilizada para estabelecer os arranjos matrimoniais, considerando a cor dos indivíduos casados.

Da mesma forma que trabalhamos com alguns dados da lista de 1828, estaremos adotando a mesma metodologia para os registros do ano de 1835, quanto aos arranjos matrimoniais a partir das cores dos indivíduos casados. Assim, elaboramos o quadro 2 que permite avaliar esses arranjos a partir dos casamentos das pessoas livres. Como desenvolvido anteriormente para os dados da lista de 1828, o quadro é uma matriz onde o vetor linha define a cor das mulheres casadas e o vetor coluna a cor dos homens casados.

Quadro2. Alianças matrimoniais e cor dos indivíduos casados na Freguesia de Guarapuava – 1835

	Homens					
	Branca	Parda	Negra	Índia	Omissa	Total
Branca	29	1	-	-	1	31
Parda	5	11	1	-	1	18
Índia	1	28	-	3	-	32
Omissa	10	12	3	-	-	25
Total	45	52	4	3	2	106

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A partir dos 106 registros de casamentos, percebe-se grande miscigenação na população. Se desconsiderarmos a característica de cor definida como “omissa”, visto que esse registro significa a falta de informação quanto à cor, vamos encontrar 29 casais compostos por indivíduos de cor branca, o que representa aproximadamente 36% da amostra dos indivíduos casados. Portanto, os restantes 64% são formados por indivíduos não brancos.

Também é alta a participação de casais formados por ao menos um indivíduo de origem indígena – há 32 casais nessas condições, sendo que, em 1 deles a mulher é casada com indivíduo de cor branca; em três, ambos os cônjuges são índios e, nos 28 restantes, ambos os cônjuges são de cor parda ou de origem indígena. Desse total, 58 tiveram filhos, o que perfaz 55% dos casais. Do total de 165 filhos, 77 são frutos de casais formados por ambos os cônjuges brancos e o restante (88) são filhos de casais formados pela mistura de cor. Dessa forma, observamos que 47% deles são filhos com a cor “branca”, o que é bastante diferente dos números apresentados na lista de 1828, em que encontramos 64% dos filhos brancos. Isso efetivamente reflete na cor dos outros filhos, pois os não brancos representam agora mais da metade da população, com 53%.

A partir desses dados, observa-se a velocidade com que os arranjos aconteciam em relação ao ano de 1828. As mudanças foram muito grandes para um intervalo tão pequeno, o que sugere que esses movimentos podem estar relacionados com a movimentação de fronteira e suas implicações nos processos de domínios sobre grupos diferenciados etnicamente, por exemplo, o casamento de pardos com índias. Além disso, os problemas relacionados à deficiência das fontes devem ser colocados, dadas as grandes diferenças entre as listas.

Com referência à cor dos indivíduos livres de Guarapuava em 1840, os registros são mais completos do que aqueles referentes às listas de 1828 e 1835. Com relação à

população como um todo, excluindo os escravos, não há o registro da cor para 2 chefes de domicílios “absenteístas”, os 10 degredados também não possuem o registro de sua cor. No caso dos cônjuges não encontramos 11 registros, e finalmente para a população dos agregados são 6 os registros sem a definição de cor. Portanto, são 29 indivíduos que não possuem o registro de cor nos levantamentos, perfazendo então 671 pessoas livres com o registro de sua cor.

Pelos registros de 1840, 381 são brancos, o que perfaz 56,8% da população. Se incluirmos os 95 escravos nessa amostra, esse percentual se altera para 48%. Na tabela 11, procura-se mostrar a distribuição da população entre livres e agregados, a partir de sua cor, tanto em termos absolutos como considerando a participação da cor em relação à população total.

Tabela 11 – Distribuição da população livre por cor – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Cor	Livre						Agregado						Total					
	1828		1835		1840		1828		1835		1840		1828		1835		1840	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Branca	135	61,4	163	43,8	346	63,5	14	48,3	39	30,9	35	27,8	149	59,8	202	40,5	381	56,8
Parda	76	34,5	168	45,0	84	15,4	15	51,7	39	30,9	46	36,5	91	36,6	207	41,6	130	19,4
Negra	4	1,8	5	1,3	7	1,3	-	-	6	4,8	2	1,6	4	1,6	11	2,2	9	1,3
Mulata	-	-	-	-	82	15,0	-	-	3	2,4	29	23,0	-	-	3	0,6	111	16,5
Índia	5	2,3	36	9,7	26	4,8	-	-	39	30,9	14	11,1	5	2,0	75	15,1	40	6,0
Total	220	100,0	372	100,0	545	100,0	29	100,0	126	100,0	126	100,0	249	100,0	498	100,0	671	100,0

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Com relação à população total da localidade, o ano de 1828 é aquele em que há a predominância da população branca, que atinge quase 62% do total. Em seguida, é a população parda que prevalece, com aproximadamente 34%. A população negra e índia participam com aproximadamente 2% cada uma. Entretanto, mudanças significativas ocorrem no ano seguinte, isto é, em 1835.

Em relação à população livre como um todo, observa-se que a população branca para o ano de 1835 é um pouco inferior à população parda da localidade, mas, ao incluirmos a população “parda”, “negra”, “mulata” e os “índios”, verifica-se que a distribuição da população, a partir da cor, tem o predomínio dos não brancos.

Nessa lista, a população branca reduz bastante sua participação na população total, com aproximadamente 44%. Portanto, a população mestiça é predominante nesse

período. Ela é composta principalmente pelos pardos e índios, que, juntos, perfazem 54,7% da população. O que mais influenciou essa distribuição, entre um período e outro, foi o incremento dos agregados não brancos e a população de índios da localidade.

Tratamos sobre essa política de ocupação na localidade no início desse capítulo, quando analisamos o movimento da população indígena. A população parda, apesar de um pequeno incremento, não significou mudanças que pudessem alterar o quadro inicial apresentado em 1828.

Com relação aos agregados, a situação é diferente daquela apresentada pela população livre, em função do peso da população indígena no conjunto da população. Eles representam nada mais nada menos do que 30,9% dos agregados. Se considerarmos a população não branca como um todo, ela é predominante, com 69,0% da população em geral, demonstrando, assim, a forte tendência para o processo de exogamia da população.

Para os chefes de domicílios, a situação não é diferente, pois, dos 132 registros que especificam a cor do indivíduo, 76 se referem a não brancos (57,6%), enquanto 56 se referem a “brancos”. Como pode ser apreendido desses números, a maioria dos chefes de domicílios era composta por indivíduos não brancos, perfil esse completamente diferente daquele que vimos para o ano de 1828. Naquele ano, a população dos chefes de domicílios era predominantemente branca, com quase 62%, mas, de qualquer maneira, é fato que a população não branca estava se consolidando na região a partir de políticas específicas, como, por exemplo, aquela direcionada para a população indígena, bem como a abertura de possibilidades para indivíduos mais pobres se instalarem na região.

A fim de enriquecer esses dados e com a intenção de compara-los com a população de algumas localidades do Paraná, demonstramos na tabela abaixo a distribuição, por cor, da população do Paraná, a partir da estatística realizada por Daniel Pedro Muller para a Província de São Paulo.

Tabela 12. Distribuição da população livre por cor em algumas localidades do Paraná – 1835

Cor	Castro		Curitiba		Nova Príncipe		Guaratuba		Paranaguá		Antonina	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Branca	3.478	75,7	9.806	69,0	2.053	62,7	520	49,6	4.898	67,5	3.140	67,8
Parda	1.011	22,0	4.119	29,0	892	27,2	402	38,3	2.309	44,2	1.402	30,3
Preto	26	0,6	289	2,0	328	10,0	127	12,1	45	0,6	87	1,9
Índio	82	1,8	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.597	100,0	14.216	100,0	3.274	100,0	1.049	100,0	7.252	100,0	4.629	100,0

Fonte: MULLER, Daniel Pedro. *“Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo”*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo, typographia de Costa Silveira, 1838. p. 164,165,166,169.

Primeiramente, é necessário informar que Guarapuava está incluída nos dados de Castro. Pela tabela, observa-se que a maioria das localidades possui a população branca como sendo a grande maioria de sua população. Somente na localidade de Guaratuba percebe-se um equilíbrio entre a cor branca e os não brancos. Ao compararmos com os números de Guarapuava, observa-se que essa localidade apresenta um importante número de não brancos em sua população. Parece que a fronteira estava trazendo seus reflexos para a distribuição de sua população, pelo menos com relação à cor. A população livre e pobre estava se deslocando com maior intensidade para Guarapuava, ao mesmo tempo em que esse deslocamento era realizado, com maior intensidade, pelos não brancos, haja vista o número de livres e agregados que chegaram na localidade entre os anos de 1828 e 1835. Para os livres, a população dos não brancos, excluindo os índios, o crescimento foi de 116%, enquanto que para os agregados foi de 220%.

Os dados da lista de 1840 já se modificam bastante com relação àqueles apresentados na lista de 1835, pois a população indígena local reduz sua participação na população, decaindo para 6%. Obviamente, essas alterações merecem ser pesquisadas, mesmo porque muito pouco foi estudado sobre essa questão em Guarapuava.

Com relação à população parda, parece-nos que ela está se misturando mais. Isto é, há claramente uma maior distribuição entre as cores parda e mulata, pois a população parda, que, nas listas anteriores, variava entre 36% e 42%, participa com apenas 19,4% em 1840, enquanto que a população de cor mulata, que praticamente não tinha

participação nos anos anteriores, participa com 16,5% em 1840. Essa população, em conjunto, possui participação de 35,9% no ano de 1840.

Por categoria social, isto é, os livres e agregados, percebem-se diferenças importantes. A população livre, no geral, é predominantemente branca. Ela participa com mais de 60% nos anos de 1828 e 1840. Somente para o ano de 1835 é que essa percentagem se altera significativamente, devido não só à inclusão de uma parcela da população indígena, mas também ao incremento da população parda, que cresce na ordem de 7,8% em termos percentuais. Com relação aos agregados, a distribuição da população já é diferente. A predominância é dos indivíduos mestiços. Da mesma forma que acontece com a população livre, os registros de índios altera significativamente a distribuição por cor da população em 1835. A população indígena participa com significantes 30,9%. Ao avaliar os números de 1828 e 1840, conclui-se que a população parda (em 1828 e parte de 1840) era maioria. A percepção de que havia mulatos nessa população é confirmada pela lista de 1840. Encontramos 29 registros de indivíduos com essa cor, perfazendo 23% da população.

O perfil apresentado pelos chefes de domicílios é diferente daquele que apreendemos para o ano de 1835. Ele se aproxima bastante do perfil da população para o ano de 1828. Dos 143 domicílios, 10 pertencem aos indivíduos degredados. Destes, como descrito acima, pudemos identificar a cor de apenas 6 através do cruzamento das listas – 2 deles são chefes de domicílios “absenteístas”, não sendo possível identificar sua cor por falta de informações. Portanto, são 137 chefes de domicílios com registro de cor. Os registros informam que são 86 brancos, 22 pardos, 21 mulatos, 4 negros e 4 índios. Isso representa, em termos percentuais, que a população branca possui participação de 62,7%. Ou seja, considerando a cor dos indivíduos, percebe-se que a mobilidade foi a tônica dos chefes de domicílios durante esses períodos.

Mudanças significativas ocorreram nos registros quanto à cor dos escravos. Se em 1828, dos 43 escravos registrados, 53,5% são pardos e 46,5% negros, o mesmo não acontece na lista de 1835, em que 62% dos escravos estão registrados como negros; 18% como pardos; 15% como mulatos e, finalmente, 5% como pretos. Por sexo, as mulheres negras participam com 57% e os homens negros participam com 65%. Talvez isso possa ser explicado pelo incremento de africanos na população, que ocorre entre um período e outro. Esses africanos perfazem 22% da população masculina local de escravos, o que não deixa de ser importante, dadas as especificidades locais de maioria crioula.

Já na lista de 1840, são quase 68% de escravos registrados com a cor parda, aproximadamente 26% de mulatos e somente 6,5% de negros. Apesar das fortes migrações que estavam ocorrendo nos períodos analisados, elas não justificam essas importantes mudanças nos registros de cor. Parece-nos que ou o recenseador encontrou problemas nessa questão no momento de definir as cores, ou a sociedade local estava identificando com maior interesse essas características, dadas as possíveis diferenças e estratégias quanto à mobilidade social desses homens e mulheres.⁷⁷

I. 5 Estado Conjugal

Ao avaliar o estado conjugal da população livre, consideramos primeiramente a amostra relativa a todos os indivíduos da localidade na idade de se casarem. Num segundo momento, avaliamos por condição social dos indivíduos, a fim de observarmos possíveis relações entre essa característica e as possibilidades de uniões formais. Acrescentamos que os registros não informam o estado civil dos domicílios que possuíam filhos, apesar de alguns apresentarem idade suficiente para uniões.

A metodologia adotada para o levantamento do estado civil dos indivíduos considera aqueles com idade a partir de 15 anos. Para tal, resumimos na tabela 13 essas características da população livre, por sexo, considerando os solteiros, os casados e os viúvos, tanto em termos absolutos como relativos.

⁷⁷ Quanto a essas discussões com relação à cor dos escravos é importante consultar LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *"Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas"*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE, Caxambu, Minas Gerais, 2003. CD-ROM. Outros trabalhos do autor também enfatizam a importância da cor não só com relação aos escravos como também aos não-brancos livres. LIMA, Carlos A. M. *"Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844)"*. In: Lócus – Revista de História. Juiz de Fora, v.6, n.2, 2000, pp 99-110 e LIMA, Carlos A. M. *"O Patriarcalismo dos sítios-volantes: co-residência, autonomia e dependência pessoal entre livres de cor em Castro e Guaratuba (1832-1835)"*. Relatório de Pesquisa, UFPR, Departamento de História, ago/2002.

Tabela 13. Distribuição (%) da população livre, por sexo e por estado conjugal, acima de 15 anos – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Estado Civil	Homens			Mulheres			Total		
	1828	1835	1840	1828	1835	1840	1828	1835	1840
Solteiros	39,1%	30,5%	31,1%	8,5%	13,1%	15,8%	27,7%	22,8%	23,4%
Casados	58,5%	66,1%	68,3%	85,1%	80,3%	77,4%	68,5%	72,4%	71,7%
Viúvos	2,4%	3,4%	0,6%	6,4%	6,6%	6,8%	3,8%	4,8%	4,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Percebe-se que a população livre de Guarapuava era majoritariamente casada. Se os indivíduos casados eram em torno de 68% em 1828, esse percentual passa a ser de 72% em 1840. Se separarmos por sexo, verifica-se que entre as mulheres havia um maior percentual de casadas do que entre os homens, o que nos leva a sugerir que grande parte delas estavam migrando com os seus maridos. No caso das mulheres viúvas, também se percebe um percentual bem superior ao encontrado para os homens, o que se reflete naturalmente no percentual de mulheres solteiras.

Para os homens, o perfil é diferente daquele apresentado pelas mulheres livres. Apesar de a maioria deles ser composta por homens casados, o percentual de solteiros é importante, ao mesmo tempo em que o número de viúvos é muito menor do que aquele encontrado para as mulheres. O que também se percebe no período é que a quantidade de homens casados está crescendo ao mesmo tempo em que a de mulheres casadas está reduzindo sua participação no conjunto da população.

Para o ano de 1835, de uma população constituída de 712 almas, excluindo dessa contagem os 82 escravos, a localidade possuía 630 indivíduos livres. Dessa população, temos o registro de 329 pessoas acima de 15 anos de idade com o estado conjugal identificado. Como os registros desse ano são mais completos, encontramos também o estado conjugal para alguns filhos. A metodologia aqui empregada segue aquela desenvolvida com referência à lista de 1828, ou seja, consideramos a amostra de todos os indivíduos da localidade na idade de se casarem, ao mesmo tempo em que os apresentamos separadamente, por condição social.

Ao analisarmos por sexo, parece que os homens estão deixando de ser solteiros com mais intensidade do que as mulheres, visto que sua participação relativa na população masculina decresce nos dois períodos, enquanto que, no caso da população feminina, acontece o inverso – a população solteira cresce em termos relativos por volta de 4%.

Isso tudo é confirmado ao analisarmos a condição de casados. Para os homens, observa-se que está havendo incremento da condição de casados na população, ao mesmo tempo em que, para as mulheres, há um decréscimo relativo de sua população como um todo.

Para os viúvos, percebe-se que há um acréscimo tanto absoluto como relativo importante no intervalo dos dois anos. De uma participação relativa de 3,8% em 1828 pula para 4,8% em 1835. Isto tem uma influência grande da população feminina nessa condição, pois sua participação relativa, se mantém por volta de 6% para os períodos analisados. Para os homens, apesar do crescimento entre os anos, sua participação relativa passa de 2,4% para 3,4%.

A população livre com o registro de seu estado civil para o ano de 1840, a partir dos 15 anos de idade, é de 324 almas. O censo não registra se os filhos são ou não casados. Portanto, estamos com uma amostra que engloba os chefes de domicílios, os cônjuges e os agregados. 232 indivíduos se encontram casados, o que perfaz 71,7% de sua população – 23,4% são solteiros e 4,9% são viúvos. Se distribuirmos por condição social, considerando os livres e agregados, os casados na população livre são em número de 220, participando com 84,6%; os solteiros participam com 10,4% e os viúvos com 5%. No caso dos agregados, a distribuição é a seguinte: os solteiros são maioria, com 81,2%; os casados participam com 12,5% e os viúvos com 6,3%.

Observando a tendência da população ao longo dos anos, percebe-se que os indivíduos casados e viúvos perfazem em torno de 77% da população. No geral, verifica-se que a população solteira possuía a maior participação (27,7%) em 1828. Sugere-se que nesse ano o movimento populacional estava sendo marcado por uma população muito jovem que tentava primeiramente se situar na localidade, não sabendo muito ao certo se essa política poderia ou não dar resultado. Isso também pode ser verificado ao compararmos os percentuais dos homens solteiros e casados.

Ao avaliarmos por sexo, diferenças na distribuição da população com relação ao estado civil são percebidas de uma forma mais significativa. Os homens solteiros são quase 40% em 1828, ao passo que as mulheres solteiras não chegam a 10%.

Pelos números, pode-se inferir que a população feminina, num primeiro momento, era majoritariamente constituída por cônjuges, visto que a participação das mulheres casadas e viúvas era de aproximadamente 92% em 1828. Essa distribuição começa a se modificar a partir dos anos seguintes, principalmente em função do incremento dos agregados. Percebe-se não só um aumento significativo da participação das mulheres solteiras como também da condição de viúvas, o que vem a alterar a participação das mulheres casadas no total da população.

No caso dos homens, verifica-se que as possibilidades de uniões matrimoniais se fortalecem, haja vista que o número dos registrados como casados cresce de uma forma permanente e progressiva no período – de uma participação dos casados e dos viúvos de aproximadamente 61% em 1828, há um salto para quase 70% em 1835, reduzindo-se um pouco no ano de 1840.

Tais modificações têm como consequência da redução no percentual dos indivíduos solteiros. Essa redução, que ocorre no ano de 1840, é reflexo não da queda percentual dos homens casados, mas sim, e principalmente, da significativa queda daqueles que estavam na condição de viúvo, apesar dos números pequenos.

No caso dos indivíduos viúvos, percebe-se que há diferenças importantes ao analisarmos por sexo. Os homens, em todos os períodos, participam com um número menor de indivíduos do que as mulheres. Os viúvos não chegam a 3,5% da população, enquanto que, para as mulheres, esse percentual é de 7%.

No caso dos homens, verifica-se uma redução importante em sua participação no ano de 1840, pois, se eles tinham participação de 2,4% em 1828, chegando a 3,4% em 1835, em 1840, reduzem significativamente essa participação para 0,6%. Como já visto, isso é decorrência do incremento dos homens casados na localidade. Obviamente, outras variáveis poderiam estar ocorrendo, como, por exemplo, o falecimento daqueles que estavam registrados em 1835, possíveis migrações no período, bem como novos casamentos.

Já para as mulheres, verifica-se um importante incremento de viúvas na localidade entre os referidos períodos, fato marcado pela importante redução das mulheres casadas, cuja participação passa de 85% em 1828 para 77% em 1840.

Com relação aos agregados, apesar dos registros só informarem 15 indivíduos com essa condição no ano de 1828, pois temos que excluir as crianças, bem como alguns registros que não informam o estado conjugal, a maioria era solteiro com 86,7%, um era casado e um viúvo. Diferentemente do que mostramos para o ano de 1828

quanto aos agregados, e apesar da maioria ainda ser constituída de solteiros, o quadro se modifica bastante no ano de 1835, pois a população livre, sem contar os agregados, os índios e os filhos são em número de 236 indivíduos, o que perfaz aproximadamente 72% da população em condições de se casar. Destes, 130 são chefes de domicílios (55%). Os agregados são em número de 75 indivíduos, mas se excluirmos dessa contagem os índios nessas condições, sua população se reduz para 50 almas (21%). 28 deles estão na condição de solteiros (56%), 17 são casados (34%) e 5 são viúvos (10%). Já os índios agregados são em número de 25, o que perfaz 10% da população total em condições de se casarem.

Com relação aos 25 índios na condição de agregados, vamos encontrar 13 deles registrados como solteiros, o que perfaz 52%; 8 viúvos (32%) e 4 casados (16%). A maioria, portanto, era composta por solteiros. Se somarmos a esses números os demais agregados, vamos encontrar as seguintes características: 41 solteiros (55%); 21 casados (28%) e 13 viúvos (17%), portanto, não nos deparamos com modificações importantes que possam afetar as análises já realizadas para essa população.

Já para o ano de 1840, os agregados são majoritariamente solteiros. Há 64 registros de pessoas com idade acima de 15 anos, das quais 81,2% são solteiras; 12,5% casadas e 6,3% viúvas. Percebem-se, no período, mudanças importantes na distribuição da população a partir dessas características relacionadas ao estado conjugal.

A participação dos solteiros, que era de quase 87% em 1828, reduz-se significativamente para 56% em 1835 e, na lista de 1840, salta para a faixa de 80%. Que estratégias poderiam estar sendo usadas pelos donos de domicílios para que tais mudanças pudessem estar ocorrendo com essa frequência em Guarapuava? Uma das hipóteses pode estar relacionada ao *boom* populacional que ocorre no período 1828/1835 e que mudou o perfil demográfico da população sem a interferência mais direta dos chefes de domicílios.

Após esse movimento, eles poderiam estar promovendo algum tipo de ajustamento no interior das propriedades, pois, na análise de 1828, sugerimos a possibilidade de que os proprietários pudessem estar usando as mesmas estratégias relacionadas à posse de escravos, isto é, poucas uniões formais no interior dos plantéis. Isto parece se reduzir no ano de 1835 e volta a crescer no ano de 1840.

Quanto à população escrava, em 1828, a maioria dos cativos era composta por indivíduos solteiros, com 90,9%, e os casados participavam com 9,1%, o que demonstra outra característica geral da população escrava – poucos escravos se uniam

matrimonialmente através da sanção da Igreja; excetuando-se algumas poucas situações mais específicas de casamentos de escravos no Brasil, a maioria deles se unia de forma não legal ou mesmo à revelia da Igreja.

A população escrava no ano de 1835 continuava a ser formada majoritariamente por solteiros. Eles perfaziam aproximadamente 74% dessa população, enquanto os casados e viúvos somavam 26%. Assim, estamos diante daquilo que normalmente estava estabelecido para os escravos com relação às condições sociais do período. Não havia, naquele momento, estímulos para que eles se unissem em matrimônio.

Apesar disso, se olharmos para o estado conjugal dos escravos no ano de 1828, verifica-se que o percentual de escravos casados aumenta no período, pois, naquele ano, era de 9%, enquanto se situa em torno de 26%, em 1835. Portanto, apesar de relativamente baixo, o acréscimo percentual de escravos casados é significativo de um ano para o outro. Será que os estímulos e condicionantes da sociedade local estavam revertendo de alguma maneira os padrões já consagrados na historiografia quanto às uniões formais por parte dos escravos? Procuraremos responder a essa indagação no capítulo II e IV, quando abordarmos a questão da população escrava e a formação de suas famílias.

Com relação à população escrava no ano de 1840, sua distribuição por estado conjugal acompanha o que normalmente é padrão para essa população em Guarapuava. A grande maioria é formada por solteiros, perfazendo mais de 90%. Se analisarmos cada lista, verifica-se que o ano de 1840 é o que apresenta menor quantidade de indivíduos casados para essa população.

Mudanças importantes estavam acontecendo na distribuição da escravaria no referido período, gerando conseqüente modificação no perfil dos plantéis com relação ao estado conjugal, mesmo porque, se voltarmos ao ano de 1835, percebe-se que a população casada e viúva tinham participação de 26%, enquanto que esse percentual é de aproximadamente 10% na lista de 1840. Esses números se aproximam bastante do perfil apresentado por sua população para o ano de 1828. Como houve muita migração de escravos para a localidade naquele período, sugere-se que isso poderia estar influenciando na composição dos plantéis.

Com relação aos degredados, a distribuição quanto ao estado conjugal era de 7 solteiros, 4 casados e 2 viúvos, sendo que 3 cônjuges mulheres estavam registradas como índias, não havendo nenhum registro quanto à ocupação de qualquer um deles nem quanto a filhos, escravos e agregados. Para o ano de 1835 dos 8 registros referentes

aos degredados, seis eram homens e todos casados, enquanto que as mulheres eram em número de dois e com a condição de solteiras. Portanto, o perfil desses indivíduos era predominantemente formado por casados. Já em 1840 não há registro do estado conjugal para os degredados.

Outro fator importante é que a maioria dos chefes de domicílios era composta por indivíduos casados, o que sugere que poderia haver uma forte relação entre casamento e a chefia de domicílio, ou seja, parece que as possibilidades de possuir algum tipo de domicílio seriam influenciadas pelo estado conjugal. Para reforçar essa análise, verificaremos o estado conjugal da população livre, procurando confirmar essa relação. Para isso, elaboramos a tabela 14, que mostra a quantidade percentual de domicílios chefiada por pessoas casadas, solteiras e viúvas.

Tabela 14. Chefes de Domicílios e o estado conjugal (em %) – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Característica	1828			1835			1840		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
. Casado	48	-	48	103	2	105	109	1	110
. %	71,6%	-	71,6%	79,8%	1,6%	81,4%	76,8%	0,7%	77,5%
. Solteiro	15	-	15	14	2	16	25	1	26
. %	22,4%	-	22,4%	10,8%	1,6%	12,4%	17,6%	0,7%	18,3%
. Viúvo	3	1	4	3	5	8	-	6	6
. %	4,5%	1,5%	6,0%	2,3%	3,9%	6,2%	-	4,2%	4,2%
. Total	66	1	67	120	9	129	134	8	142
. %	98,5%	1,5%	100%	92,9%	7,1%	100%	94,4%	5,6%	100%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Observa-se que aqueles que eram casados constituem a grande maioria daqueles que possuíam algum tipo de domicílio. Essa participação aumenta a cada ano, chegando a 77% no ano de 1840. Se considerarmos a análise por sexo, verifica-se que os chefes de domicílios constituídos somente por homens eram a grande maioria, o que nos faz concluir que grande parcela dos homens livres acima de 15 anos tinha algum tipo de propriedade em 1828. Enquanto isso, a principal característica daqueles que não possuíam a chefia de domicílios era a condição de solteiro, mas isso se altera ao longo do tempo, pois, durante os períodos selecionados, o perfil da população em Guarapuava foi de incremento populacional, sem a premissa de que os homens ou as mulheres possuísem algum tipo de domicílio.

Quanto às mulheres, a grande maioria estava casada com chefes de domicílios, ou seja, elas também poderiam ser consideradas como chefes. Em resumo, através dos dados da tabela 14, confirma-se que a grande maioria dos indivíduos que possuíam a chefia de algum domicílio era composta por casados. As possibilidades ou as movimentações do povoamento para a localidade privilegiaram, de alguma forma, não só os proprietários do sexo masculino como também a condição de casado.

Para o ano de 1835, considerando os indivíduos em idade de se casarem, verifica-se que os homens com a chefia de algum tipo de domicílio são maioria, com aproximadamente 67%, enquanto que aqueles que não possuíam nenhum domicílio perfazem 33%. Com relação às mulheres, é evidente o crescimento daquelas registradas como cabeça de domicílio, apesar de ainda assim ser muito pequena sua participação no conjunto dos chefes de domicílios, pois se em 1828 apenas uma era cabeça do domicílio, em 1835 pula para onze mulheres cabeças de domicílios.

Os homens casados são maioria quando avaliamos apenas os chefes de domicílios. Dos 120 chefes de domicílios, os casados participam com 85,8%, enquanto os solteiros são 11,7% e os viúvos 2,5%. Quanto àqueles sem a chefia de domicílios, os homens casados participam com apenas 22%, enquanto os solteiros são maioria, com 72%, e os viúvos representam 6%.

No caso das mulheres, a maioria delas são viúvas quando analisamos como cabeças de domicílio com 55,6%. As solteiras e as casadas possuem a mesma participação com 22,2%. Para a população feminina sem a chefia de domicílio, a distribuição, considerando o estado civil é a seguinte; 82% são casadas, 11% solteiras e 7% são viúvas. De qualquer maneira, percebe-se que os domicílios onde as mulheres são o cabeça, as viúvas são a maioria, levantando a hipótese de que a posição que elas ocupavam, o modo como estavam organizados seus domicílios derivava do desempenho de seus maridos antes de morrerem.

No total são 129 indivíduos, entre homens e mulheres que possuíam a chefia de domicílio, excluindo aqui os domicílios dos “absenteístas”, pois nesses domicílios não há informação sobre o estado conjugal dos indivíduos. Destes, 81,4% eram casados, 12,4% solteiros e 6,2% viúvos. No caso daqueles que não possuíam a chefia de domicílio, 65% são casados, 28% são solteiros e 7% viúvos. Disso se infere que os indivíduos que possuíam algum tipo de domicílio, na grande maioria dos casos, eram formados por casais, o que é diferente quando estudamos os indivíduos sem a chefia de

domicílio, pois, neste caso, apesar da maioria serem casados, encontramos um percentual significativo de solteiros nessa categoria.

No comparativo para o período, verifica-se que a população livre sem a chefia de domicílio cresce mais do que aquela que possui algum tipo de domicílio. Isso pode ser confirmado a partir do percentual de um ano para o outro dos indivíduos com a chefia de domicílio, que cai de 42% para 39% – se a participação percentual dos chefes de domicílios do sexo masculino foi de 70% em 1828, em 1835, sua participação se reduz para 67%. Para as mulheres, acontece o contrário, pois, de uma participação percentual de 2%, passa a apresentar participação de 7% em 1835. Apesar disso, como a população feminina é muito inferior à dos homens, esses resultados pouco afetam o resultado quanto à participação dos indivíduos com alguma chefia de domicílio.

Para o ano de 1840, o perfil dos chefes de domicílios era predominantemente masculino e de indivíduos casados. Dos 142 domicílios, há o registro do estado conjugal para 129 deles. É essa amostra que avaliamos para o ano de 1840, comparativamente aos outros períodos. Para isso, é necessário consultar a tabela 14 a fim de mostrar as características de sua população averiguando se a posse de algum tipo de domicílio era ou não importante para fortalecer as uniões matrimoniais, assim como fizemos anteriormente, quando analisamos essas condições para a população de 1828 e 1835.

Pelos totais apurados, percebe-se claramente que a população livre a partir de 15 anos, em sua maioria, não possui a chefia de qualquer tipo de domicílio. Percebe-se também que ela cresce entre os anos de 1835 e 1840. Evidentemente que, apesar do incremento de domicílios nos períodos, o que está ocorrendo na localidade é o aumento da quantidade de pessoas casadas sem a chefia de domicílio e de agregados. Observa-se que a quantidade de indivíduos casados e com a chefia de algum domicílio reduz no período, pois, se sua participação era de 81,4% em 1828, em 1840 já é de 77,5%. Finalmente, nota-se que tanto os indivíduos solteiros como viúvos reduzem sua participação ao longo do tempo.

Com relação àqueles indivíduos que não possuíam nenhum tipo de domicílio, a distribuição ao longo do tempo é um pouco diferente. Percebe-se que a participação dos indivíduos solteiros e viúvos cresce no período, enquanto se reduz a participação dos casados, o que pode ser visualizado quando se observa o comportamento por sexo. A maioria da população masculina possui a chefia de algum domicílio – são aproximadamente 71% contra apenas 29% sem a chefia de domicílio. Para aqueles com a chefia de domicílio, a grande maioria é formada por homens casados e sua

participação cresce permanentemente nos períodos analisados. No caso dos indivíduos sem a chefia de domicílio, a distribuição por estado civil é diferente. Eles são majoritariamente solteiros, com os casados e viúvos reduzindo significativamente sua participação entre os períodos. Ou seja, aqueles que possuem algum tipo de domicílio são, em sua maioria, casados e a predominância entre os que não possuem nenhum tipo de domicílio é de solteiros, sobretudo dos solteiros agregados.

Além disso, a participação das viúvas no conjunto da população evolui significativamente, pois possuíam participação pouco superior a 3% em 1828, a qual salta para mais do que 6% em 1840. Para os quase 10% de mulheres com a chefia de domicílio, a maioria é formada por viúvas. Percebe-se, nesse quadro, que a chefia de domicílio composta por mulheres é consequência basicamente de propriedades onde os homens eram o cabeça e que, após sua morte, naturalmente a propriedade era transferida ao seu cônjuge. As mulheres pouco tinham acesso à propriedade, que era praticamente exclusividade dos homens.

A idade das mulheres casadas é demonstrada abaixo, como forma de visualizarmos com mais detalhes a distribuição de sua freqüência e a estratégia dos chefes de domicílios ou mesmo das famílias para realizarem seus casamentos.

Tabela 15. Número de mulheres casadas da população livre por faixa etária – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	Absoluto			% S/Total de mulheres casadas		
	1828	1835	1840	1828	1835	1840
15 a 19	6	25	18	15,0%	22,7%	17,5%
20 a 24	11	21	30	27,5%	19,1%	29,1%
25 a 29	7	19	13	17,5%	17,3%	12,6%
30 a 34	7	11	11	17,5%	10,0%	10,7%
35 a 39	1	13	10	2,5%	9,1%	9,7%
40 a 44	3	8	11	7,5%	10,0%	10,7%
45 a 49	1	3	3	2,5%	2,7%	2,9%
50 a 54	2	7	3	5,0%	2,7%	2,9%
55 a 59	-	1	1	-	0,9%	1,0%
60 +	2	2	3	5,0%	2,7%	2,9%
Total	40	110	103	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Observa-se que no ano de 1828, o perfil dos casamentos em relação à idade dos cônjuges concentra-se na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos com aproximadamente 42%. No ano de 1835, ao avaliarmos a idade das mulheres casadas nessa faixa de idade o porcentual também é de 42%. Porém, verifica-se que a faixa etária quinquenal 15 a 19 anos é a que concentra o maior número de mulheres casadas com quase 23% de sua população. Em seguida, a faixa etária 20 a 24 anos com 19%. Se inserirmos na análise as faixas etárias por decênio, observa-se que a grande faixa 20 a 29 anos participa com 36%, a faixa etária 30 a 39 anos com 19%, a faixa 40 a 49 com 13% e a partir dos 50 anos participa com 7%.

A concentração das mulheres casadas está na grande faixa etária de 15 a 29, com 59%, o que demonstra que a população feminina na localidade também era formada por jovens e que a tendência das uniões conjugais era de privilegiar essa faixa de idade.

Se fizermos um comparativo com o ano de 1828, verifica-se que essa faixa etária não se comporta de maneira diferente, pois naquele ano possuía também participação de 59%. Entretanto, algumas modificações acontecem no período, haja vista que a faixa etária de 15 a 19 cresce 7% na participação total das mulheres casadas.

Enquanto isso, a faixa etária 20 a 24 anos decresce um pouco mais do que 6%. O que está ocorrendo entre os dois anos, é que as mulheres na grande faixa etária 15 a 29 anos, possuem a mesma participação no conjunto da população de mulheres casadas. A partir dos 30 anos a distribuição é um pouco mais intensa com relação as faixas etárias 30 a 34 anos e 35 a 39 anos. Para a faixa 30 a 34 anos o porcentual reduz de aproximadamente 17% para 10%, enquanto que na faixa 35 a 39 anos ocorre o inverso, isto é, as mulheres casadas crescem de um porcentual de 2,5% para 9%.

Comparando os anos selecionados, verifica-se que a grande faixa etária 15 a 29 anos é a predominante em todos os períodos. A faixa etária 15 a 29 anos participa com quase 60% de sua população. Algumas oscilações por faixas quinquenais são encontradas ao avaliarmos cada ano individualmente. Em relação ao ano de 1828, as faixas etárias que aumentam sua participação, no conjunto, são as faixas 15 a 19 anos que participava com 15% e em 1840 pula para 17%, a faixa 20 a 24 anos que passa de 27% para 29%, e finalmente a faixa etária 35 a 39 anos que apresenta o maior incremento no período, passando de uma participação de 2,5% para 9%. No intervalo desses dois anos, percebem-se que em 1835 as faixas etárias 15 a 19 e 25 a 29 anos possuíam peso relativo superior ao ano de 1840.

Já a grande faixa etária a partir dos 40 anos sofre um pequeno acréscimo relativo no período. Se em 1828 ela participava com 20%, em 1840 aumenta sua participação para 21%. Observa-se que apenas a faixa etária 40 a 44 anos aumenta sua participação, passando de 7% em 1828 para 11% em 1840.

Mesmo assim, isso não significa que a população das mulheres casadas era mais jovem do que aquela para o ano de 1828, pois se analisarmos as faixas etárias por decênio, verifica-se que em 1828 a população feminina era a mais jovem. A faixa etária 15 a 24 anos e a faixa 25 a 34 anos, em conjunto, participavam com 76%. Em 1835 essas duas faixas participam com 69%, voltando a crescer em 1840, com participação de aproximadamente 70%.

Podemos fazer isso elaborando uma outra tabela, cruzando os dados da tabela 4 com a tabela 15. Assim, pode-se ter algumas indicações sobre como estava evoluindo a tendência à formação de casais e de domicílios.

Tabela 16. Relação(%) entre mulheres casadas e o total de mulheres livres por faixa etária – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	1828			1835			1840		
	Total de mulheres	Casadas	%	Total de mulheres	Casadas	%	Total de mulheres	Casadas	%
15/19	7	6	85,7%	34	25	73,5%	20	18	90,0%
20/24	13	11	84,6%	22	21	95,4%	36	30	83,3%
25/29	9	7	77,8%	21	19	90,5%	15	13	86,7%
30/34	8	7	87,5%	16	11	68,7%	17	11	64,7%
35/39	1	1	100%	16	13	81,3%	12	10	83,3%
40/44	5	3	60,0%	10	8	80,0%	16	11	68,7%
45/49	1	1	100%	5	3	60,0%	4	3	75,0%
50/54	2	2	100%	8	7	87,5%	6	3	50,0%
55/59	-	-	-	1	1	100%	2	1	50,0%
60 ou +	2	2	100%	4	2	50,0%	5	3	60,0%
Total	47	40	85,1%	137	110	80,3%	133	103	77,4%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Os números mostram, por exemplo, que na faixa etária 15 a 19 anos, estavam registradas 7 mulheres para o ano de 1828. Dessas, 6 estavam casadas, portanto, um percentual alto. Considerando essa mesma faixa etária nos anos seguintes, a relação se altera, pois nos anos de 1835 e 1840 o percentual reduz para próximo de 73% e em

seguida atinge por volta de 90%. Isso acontece, em parte, com as outras faixas etárias também, pois a tendência nos períodos analisados foram de movimentos diferentes com relação ao número de mulheres casadas com relação ao número total de mulheres. Já para a faixa 20 a 24 anos percebem-se oscilações durante os anos, visto que no ano de 1835 as mulheres casadas perfaziam por volta de 95% da população de mulheres, enquanto que no ano de 1840 ela reduz para próximos 83%.

Na faixa etária 25 a 29 anos o perfil foi de crescimento da participação das mulheres casadas, com relação ao ano de 1828. Com relação a faixa etária 30 a 34 anos, percebe-se que o perfil das mulheres casadas foi de redução da sua participação. Na realidade, para a maioria das faixas etárias a tendência foi de redução no número de mulheres casadas com relação ao total de mulheres em Guarapuava. Entretanto, nas faixas 15 a 19 anos, 25 a 24 anos e 35 a 39 anos, observa-se a tendência de crescimento no percentual de mulheres casadas.

Portanto, a partir desses dados pode-se sugerir que as mulheres em Guarapuava estavam casando cedo, principalmente se analisarmos as faixas etárias mais jovens. As tendências para a formação de casais e de domicílios parecem se reduzir entre os períodos. Isso está relacionado com a forte migração de agregadas para Guarapuava, principalmente entre os anos de 1828/1835 e pelo incremento das índias na população livre na localidade. A maioria delas solteiras. Na tabela 19 percebem-se que os domicílios formados por casais com agregados crescem, em termos percentuais, significativamente, corroborando com a idéia acima de que as mulheres agregadas solteiras estão crescendo muito em Guarapuava.

I. 6 Ocupação

Com relação à ocupação das pessoas registradas pelas listas nos anos selecionados, é importante destacar que os registros no ano de 1828 não informam a profissão ou ocupação não só dos chefes de domicílios, mas também da população em geral. Apenas três registros informam alguma coisa sobre a ocupação de chefes de domicílios. Temos o registro de dois capitães, Antonio da Rocha Loures e Domingos Ignácio de Araújo, e de um alferes, Manoel Mendes de Araújo. Os demais chefes de domicílios não possuem registros referentes à ocupação nem sobre algum tipo de atividade.

O que verificamos, além desses três registros, são qualificações mais específicas e que se relacionam com a condição social do indivíduo, como escravo, agregado e degredado. De qualquer forma, a maioria dos chefes de domicílios tinha atividades voltadas para a criação de animais e/ou produção mercantil de alimentos, conforme poderá ser verificado nos registros referentes à lista nominativa de habitantes de 1835, mais completa e detalhada quanto às atividades de cada chefe de domicílio.

É isso que demonstraremos ao cruzarmos os dados dos chefes de domicílios registrados na lista de 1828 e na lista de 1835. Dos 55 chefes de domicílios registrados em 1828, pudemos encontrar 39 deles registrados na lista de 1835. As ocupações estavam distribuídas da seguinte forma: 15 estavam registrados como criadores e praticantes de lavoura, basicamente de milho e feijão, (37,5%); outros 15 eram jornaleiros (37,5%); 5 eram apenas lavradores (8,6%); 2 eram carpinteiros (5,0%); 1 tinha loja de secos e molhados e 1 era feitor dos índios.

Primeiramente, é importante destacarmos que, de todos os chefes de domicílios registrados no ano de 1828, praticamente a maioria deles, em princípio, mantiveram-se na localidade, pois só identificamos 40 deles nos registros de 1835, o que representa 72,8% dos chefes de domicílios do ano de 1828. Portanto, 27,3% dos chefes de domicílios registrados em 1828 poderiam estar se deslocando para outras localidades.

Pelos dados de ocupação referentes ao ano de 1835, observa-se que havia uma preponderância para aqueles que se voltavam para a criação e a pecuária (41,3%). Mas é importante a participação daqueles que viviam do trabalho de jornaleiro, pois, representava 35% das ocupações. No agregado, essas duas ocupações perfaziam a grande maioria das atividades da população livre local. É importante destacar também que na lista de 1835, na maioria dos casos, os registros quanto à ocupação dos chefes de domicílios apresentam até três atividades, pois muitos deles praticavam a lavoura de alimentos ou mesmo a atividade militar. É o caso, por exemplo, dos criadores, que normalmente estavam voltados para a atividade da lavoura de alimentos. Não é diferente no caso dos jornaleiros, que também possuíam essa chamada “segunda atividade”. Ou seja, a população como um todo estava com suas atividades basicamente voltadas para a criação e a lavoura de alimentos, com poucos indivíduos com alguma especialização, como é o caso dos dois carpinteiros, sendo que um deles possuía loja de secos e molhados.

A lista de 1835 nos parece mais completa com relação à ocupação dos chefes de domicílios. Ali aparece registrada mais de uma atividade realizada pelos proprietários.

Além disso, essa lista nos fornece a produção realizada pela grande maioria dos chefes de domicílios, produção essa relacionada com a agricultura de alimentos, bem como a quantidade de cabeças de animais que tinham.

Os registros de domicílios são em número de 153, dentre os quais 5 são domicílios duplicados, ou seja, tinham um mesmo proprietário; outros 4 domicílios não informam sobre a atividade de seus ocupantes e 1 deles se refere a aldeamento. Finalmente, encontra-se o registro de um indivíduo que vivia de esmolas – esse não foi considerado para efeito de análise das ocupações. Na maioria dos casos, observa-se que os indivíduos possuíam mais de uma ocupação, pois, dos 143 indivíduos pesquisados, 126 apresentam essa característica.

Para melhor visualização, elaboramos a tabela 17, que discrimina as ocupações dos chefes de domicílios, a quantidade de cada ocupação e a participação de cada uma delas no total das ocupações.

Tabela 17. Número absoluto das ocupações e participação % - Guarapuava 1835		
Discriminação	Ocupação	
	Nº de ocupados	%
Carpinteiro	4	2,8%
Seleiro	1	0,7%
Comerciante	1	0,7%
Criador	59	41,5%
Cirurgião	1	0,7%
Escrivão	1	0,7%
Ferreiro	2	1,4%
Jornaleiro	50	35,2%
Lavrador/Lavoura	14	9,9%
Militar	5	3,5%
Negociante	1	0,7%
Secos e Molhados	1	0,7%
Telheiro	1	0,7%
Vive Agências	1	0,7%
Total	142	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Pela tabela, fica evidente que a ocupação de criador é a predominante na localidade, mas se verifica também importante número de jornaleiros, com participação de 35% da população. A outra atividade que podemos considerar como fundamental

para a localidade é a relacionada com a lavoura, pois estamos definindo essa atividade como sendo dos indivíduos que, nos registros, estão caracterizados como plantadores de milho e feijão, por exemplo.

Encontramos também algumas ocupações com maior grau de especialização, como é o caso dos carpinteiros, ferreiros, telheiros, de um seleiro e do cirurgião. A lista nos informa que havia também alguns comerciantes na praça de Guarapuava caracterizados como proprietários de mercados de “secos e molhados” e negociantes – havia 1 indivíduo que vivia de suas agências. Com relação às outras atividades desenvolvidas pelos chefes de domicílios, verifica-se que aquelas relacionadas com a criação e a lavoura são predominantes, mas, ao incluirmos em nossas análises as várias atividades em que os chefes de domicílios estavam envolvidos, as ocupações voltadas para a criação, jornaleiro e lavoura de alimentos são as principais atividades da localidade. A participação dessas três atividades na localidade chega a ser de 86%. É necessário também esclarecer que os indivíduos que estavam registrados como jornaleiros freqüentemente tinham a característica de possuírem algum pedaço de terra, haja vista que, na maioria das vezes, os registros informam que eles possuíam lavoura de milho e/ou feijão.

Com relação ao ano de 1840, os dados referentes à ocupação e/ou atividades dos chefes de domicílios não são tão completos como aqueles que se observam para o ano de 1835. Como já foi verificado, são 167 domicílios registrados, sendo que 23 indivíduos estão no endereço denominado de aldeamento e um dono de fogo possui dois domicílios na localidade. Portanto, ao excluirmos esses indivíduos, a localidade possui 142 domicílios. Não encontramos na lista 29 registros de ocupação, porém alguns desses chefes de domicílios aparecem nas listas anteriores. É preciso fazer o cruzamento dessas listas a fim de definirmos suas atividades.

Também encontramos 10 indivíduos caracterizados como “degredados” e sem o registro de suas ocupações, alguns dos quais aparecem na lista de 1835. Da mesma forma que sugerimos acima, é necessário cruzarmos as listas para verificarmos suas atividades. Encontramos outros 16 registros com a ocupação “Guarda Nacional”. Como se referem à patente, entendemos que esses indivíduos possuíam outra atividade como ocupação principal. Da mesma forma que ocorre com alguns registros, se cruzarmos as informações com a lista de 1835, vamos encontrar alguns deles com suas atividades registradas.

Na tabela 18, procuramos sintetizar os dados referentes às ocupações dos chefes de domicílios que possuíam seus registros nas três listas, as ocupações, o número absoluto de cada uma delas e a participação percentual no total das ocupações na localidade.

Tabela 18. Número absoluto das ocupações e participação % - Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Discriminação	1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Arrieiro	-	-	-	-	1	1,1%
Comerciante	-	-	1	0,7%	-	-
Escrivão	-	-	1	0,7%	-	-
Capataz	-	-	-	-	2	2,3%
Carpinteiro	2	5,1%	4	2,8%	1	1,1%
Seleiro	-	-	1	0,7%	-	-
Criador	15	38,5%	59	41,5%	10	11,4%
Cirurgião	-	-	1	0,7%	-	-
Empregado Público	-	-	-	-	1	1,1%
Feitor	1	2,6%	-	-	1	1,1%
Ferreiro	-	-	2	1,4%	1	1,1%
Inspetor	-	-	-	-	2	2,3%
Jornaleiro	15	38,5%	50	35,2%	7	7,9%
Lavrador/Lavoura	5	12,8%	14	9,9%	50	56,8%
Militar	-	-	5	3,5%	-	-
Negociante	-	-	1	0,7%	5	5,7%
Oficial Justiça	-	-	-	-	1	1,1%
Oleiro	-	-	-	-	2	2,3%
Padre	-	-	-	-	1	1,1%
Pedreiro	-	-	-	-	1	1,1%
Sapateiro	-	-	-	-	2	2,3%
Secos e Molhados	1	2,6%	1	0,7%	-	-
Telheiro	-	-	1	0,7%	-	-
Vive Agências	-	-	1	0,7%	-	-
Total	39	100,0%	142	100,0%	88	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

É importante ressaltar que, para a lista de 1828, conforme descrito no início dessa seção, os registros são aqueles referentes ao cruzamento das informações com a lista de 1835, pois não há qualquer informação sobre as atividades de seus proprietários. Quanto à lista de 1835, procuramos incluir os dados relacionados com a principal atividade, pois, como se sabe, nessa lista os proprietários possuíam mais de uma

ocupação. Quanto à lista de 1840, estamos incluindo os registros somente daqueles proprietários que efetivamente possuíam a discriminação de suas ocupações.

Percebe-se claramente que as atividades de criação e lavoura são predominantes na localidade para todos os períodos, mas não podemos deixar de destacar a participação da ocupação de jornaleiro, principalmente nos anos de 1828 e 1835. Também se verifica que, entre os referidos períodos, a localidade diversificou suas atividades, que, direta ou indiretamente, estavam relacionadas com as principais ocupações. As ocupações com alguma especialização vão se inserindo paulatinamente na sociedade local, pois se percebe uma maior distribuição delas nos anos de 1835 e 1840.

Ressaltamos que no caso da ocupação “militar” e relativas à Guarda Nacional, isto é, encontramos 16 registros onde os chefes de domicílios estavam caracterizados dessa forma, é necessário certo cuidado na análise, haja vista que a maioria de seus praticantes possuía algum tipo de propriedade de terra e estavam envolvidos com a criação e/ou lavoura. Como essa caracterização estava relacionada com a prestação de serviços na área militar, esses indivíduos normalmente recebiam títulos em contrapartida, portanto, apesar de os inserirmos nessas ocupações, não é incoerente afirmarmos que a grande maioria deles estava envolvida com as atividades de criação e lavoura.

I. 7 Famílias e Domicílios

Tanto a família como a estrutura dos domicílios é importante a fim de distinguirmos melhor a composição da população livre de Guarapuava. Começando pelos domicílios, definimos sua composição a partir de algumas classificações: domicílios singulares, domicílios simples e domicílios múltiplos. A tabela 19 demonstra a distribuição por tipo de domicílio nos períodos selecionados, bem como a participação de cada um deles no total dos domicílios.

Tabela 19. Tipos de Domicílios – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Tipo de Domicílio	Absoluto			% por tipo de domicílio		
	1828	1835	1840	1828	1835	1840
Domicílios singulares	9	16	16	12,3%	10,8%	11,1%
. Viúvos Solitários	1	2	-	1,4%	1,3%	-
. Solteiros Sós	1	7	7	1,4%	4,7%	4,9%
. Solteiros sós com filhos	-	-	1			0,7%
. Solteiros Sós com escravos	1	-	1	1,4%	-	0,7%
. Solteiros Sós com agregados	3	5	2	4,1%	3,4%	1,4%
. Solteiros Sós com escravos e agregados	3	2	5	4,1%	1,3%	3,5%
Domicílios Simples	45	105	116	61,6%	70,9%	80,5%
. Casais	8	15	12	10,9%	10,1%	8,3%
. Casais com escravos	1	2	2	1,4%	1,3%	1,4%
. Casais com agregados	2	8	12	2,7%	5,4%	8,3%
. Casais com escravos e agregados	2	2	-	2,7%	1,3%	-
. Casais com filhos	21	39	45	28,8%	26,3%	31,2%
. Casais com filhos e com escravos	5	5	4	6,8%	3,4%	2,8%
. Casais com filhos e com agregados	2	19	23	2,7%	12,8%	16,0%
. Casais com filhos, com escravos e agregados	3	9	12	4,1%	6,1%	8,3%
. Viúvos com filhos sem prole	1	2	4	1,4%	1,3%	2,8%
. Viúvos com filhos sem prole e com agregados	-	3	1	-	2,0%	0,7%
. Viúvos sem filhos com agregados	-	1	1	-	0,7%	0,7%
Domicílio Absenteísta	1	19	2	1,4%	12,8%	1,4%
. Sós	-	3	-	-	2,0%	-
. Com escravos	-	5	1	-	3,4%	0,7%
. Com agregados	-	6	-	-	4,0%	-
. Com escravos e agregados	1	5	1	1,4%	3,4%	0,7%
Domicílio Degredados	13	8	10	17,8%	5,4%	6,9%
. Casais	4	5	-	5,5%	3,4%	-
. Casais com filhos	-	1	-	-	0,7%	-
. Solteiros Sós	7	2	10	9,6%	1,3%	6,9%
. Viúvos Sós	2	-	-	1,3%	-	-
Total de Domicílios	73(1)	148	144(2)	-	-	-

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

- (1) A diferença no número total de domicílios aqui empregada com aquela descrita anteriormente (55) é porque não tínhamos considerado alguns domicílios duplos, isto é, domicílios onde o chefe tinha duas propriedades, como também àqueles domicílios ocupados pelos degredados.
- (2) O número total de 144 domicílios não é o mesmo apresentado anteriormente, conforme descrito anteriormente (143), visto que não tínhamos considerado a presença de um domicílio duplo.

Usamos como metodologia quanto aos tipos de domicílios a mesma empregada em trabalhos já consagrados na historiografia⁷⁸.

É necessário fazermos alguns comentários sobre dois tipos de domicílios aqui incluídos: os domicílios dos “degredados” e “absenteístas”. Separamos o domicílio dos degredados, visto que para nós ele poderia distorcer os dados aqui apresentados, em face das especificidades deste tipo de domicílio. Quanto ao domicílio caracterizado como “absenteísta”, é importante destacá-lo, primeiramente, porque é um tipo que não se enquadra nas características metodológicas desenvolvidas por Iraci Del Nero. Segundo, porque é um tipo peculiar e bastante interessante para ser estudado, pois é característico de regiões como a de Guarapuava no século XIX.

A participação de cada categoria para o ano de 1828, excluindo os domicílios dos degredados, mostra-nos que o domicílio simples é o tipo predominante (61,6%); em seguida aparece o domicílio singular (12,3%) e, finalmente, apenas um domicílio “absenteísta”. A subcategoria “casais com filhos” predomina, com 28,8% do total de domicílios; em seguida vem a subcategoria “casais” com, 10,9%, e, posteriormente, a subcategoria “solteiros sós” com agregados e “solteiros sós” com agregados e escravos, com 4,1% cada um deles. Essas subcategorias, em conjunto, perfizeram 47,9% do total dos domicílios, enquanto que as outras subcategorias participaram com 52,1%.

Entretanto, não podemos deixar de analisar as subcategorias que possuíam escravos e agregados, visto que tinham participação significativa no conjunto dos domicílios. No agregado, essas subcategorias participavam com 31,4%, sendo que o domicílio singular, com escravos e agregados, participa com 9,6%; o domicílio simples com 20,4% e o único domicílio “absenteísta”.

Se analisarmos individualmente cada tipo de domicílio, os resultados são um pouco diferentes no que tange à participação de escravos e agregados. No caso do domicílio singular, a subcategoria “solteiros sós com agregados” e “solteiros sós com escravos e agregados” participam, em conjunto, com 66,7%. Portanto, podemos afirmar

⁷⁸ COSTA, Iraci Del Nero da. *“Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX”*. São Paulo, IPE/USP, Ensaios Econômicos, nº 7, 1981. MOTTA, José Flávio. *“Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”*. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. HENRY, Louis. *“Técnicas de análise em demografia histórica”*. Tradução de Altiva P. Balhana e Jayme A. Cardoso. Curitiba, UFPR, 1977.

que esse tipo de domicílio predominava em relação àqueles que não possuíam escravos e agregados.

Para o domicílio simples, temos duas grandes subcategorias, quais sejam, aqueles formados pelos casais e aqueles formados por casais com filhos. Os casais com filhos são maioria, com participação de 28,8%; em seguida vêm os casais sem filhos, com 10,9%; os casais com filhos e com escravos, com 6,8%; os casais com filhos, escravos e agregados, com 4,1%, e, finalmente, as outras subcategorias, com 10,9%.

Usando o mesmo raciocínio com relação às subcategorias de domicílios utilizadas para os domicílios singulares quanto à participação tanto de escravos como de agregados, os domicílios que possuíam esses indivíduos perfaziam, em conjunto, 9,6%, sendo em quantidade inferior somente em relação à subcategoria de domicílios “casais” e “casais com filhos”. Quanto à categoria domicílio “absenteísta”, não há muito que acrescentar, pois, como já se sabe, era constituída por apenas um domicílio, com escravos e agregados na propriedade.

A estrutura dos domicílios em Guarapuava demonstra que, na maioria deles, predominavam pessoas casadas com ou sem filhos, fossem eles solteiros ou viúvos, sem a presença de escravos e agregados (61,5%). Porém, não devemos esquecer que 31,4% dos domicílios possuíam escravos e/ou agregados em sua estrutura e que a grande maioria dos domicílios pertencentes aos indivíduos considerados de posse, com influência social e política na localidade, tinham esses elementos em suas propriedades.

As informações sobre como os domicílios estavam estruturados permite avaliar sua complexidade e, através disso, definir a composição das famílias que porventura fazem parte desses arranjos domésticos.

Seguindo a mesma metodologia que fez parte dos estudos dos domicílios em 1828, no ano de 1835 encontramos a predominância dos domicílios simples. Esses domicílios são aqueles formados por casais com ou sem filhos, além disso, podemos perceber se os domicílios desses casais tinham a participação de escravos e agregados.

Por fim, ainda temos participando dessa estrutura de domicílio os viúvos, com ou sem filhos, além da participação de escravos e agregados. Nessa lista, é interessante observarmos que o número de domicílios “absenteístas” é bem superior ao que encontramos na lista anterior. Além disso, observamos que os domicílios simples são predominantes, com 104 domicílios (70,9%); em seguida, temos os domicílios constituídos pelos “absenteístas”, com 19 domicílios (12,8%); os domicílios singulares,

com participação de 10,8%, e, finalmente, os domicílios constituídos pela população de degredados, com 5,4%.

Comparativamente à lista de 1828, pode-se observar mudanças importantes na estrutura dos domicílios, pois o do tipo “simples” se torna o mais comum, visto seu crescimento no período, com um incremento de 60 domicílios, o que significa uma variação de 133% em relação aos 45 domicílios registrados nessas condições para o ano de 1828.

Em seguida, destacamos o incremento muito forte dos domicílios caracterizados como “absenteístas”, pois são 19 no ano de 1835 contra apenas 1 em 1828. Essa foi, pelo menos nos primeiros momentos de ocupação dos campos de Guarapuava, a tônica de alguns proprietários que, com o intuito de expandirem suas terras, promoviam sua ocupação através da posse, deixando a propriedade aos cuidados de seus escravos e/ou agregados.

Apesar do crescimento absoluto dos domicílios “singulares”, observa-se a redução de sua participação no total dos domicílios de 12,3% para 10,8%, face ao incremento mais significativo dos domicílios “simples” e “absenteístas”. Isso também acontece com os domicílios dos “degredados”, que, além de redução em sua participação no conjunto dos domicílios, apresenta redução em seu número absoluto.

Os domicílios singulares são, em sua grande maioria, constituídos pela subcategoria “solteiros sós”. Verifica-se que essa subcategoria cresce muito entre os dois períodos, pois, se havia apenas 1 domicílio desse tipo em 1828, em 1835, há 7. Seu crescimento é acompanhado pelo da subcategoria “solteiros sós com agregados”, simultâneo à redução da participação da subcategoria “solteiros sós com escravos e agregados”. Além disso, apesar de no ano de 1828 aparecer somente 1 registro de “solteiros sós com escravos”, na lista de 1835 não temos nenhum registro para essa subcategoria.

Isso significa que apesar da predominância dos domicílios constituídos por solteiros que moram sozinhos, eles estão agregando mais intensamente novos personagens em seus domicílios, principalmente os agregados.

Quanto aos domicílios simples, a subcategoria “casais com filhos” é a predominante. Observa-se que, no conjunto, algumas outras subcategorias crescem bastante em relação ao levantamento anterior. É o caso da subcategoria “casais com filhos e agregados”, que participava com apenas 2,7% em 1828 e, na lista de 1835, salta para 12,8%. O mesmo acontece com a participação dos domicílios onde moram os

indivíduos “viúvos”. Em 1828, há o registro de apenas 1 domicílio desse tipo, enquanto que, em 1835, existem 6. Os casais com filhos, incluindo nessa subcategoria aqueles que possuíam escravos e/ou agregados, perfazem quase 68,5% dos domicílios simples, o que não difere muito do que aconteceu em 1828, pois naquele ano o percentual foi de 68,9%. Porém, como acontece nos domicílios singulares, é expressivo o incremento da população de agregados nesses domicílios. O mesmo ocorre, embora com menor intensidade, com a subcategoria “casais com filhos, escravos e agregados”, que, em termos absolutos, cresce de 3 para 9 domicílios.

A importância dos domicílios “absenteístas” pode ser mensurada ao verificarmos os números desse tipo de domicílio para cada ano. Essa categoria cresce consideravelmente, tanto que representa o segundo domicílio em termos relativos no conjunto total de domicílios para o ano de 1835. Como já descrito anteriormente, esse tipo de domicílio se caracteriza pela ausência de seu proprietário. Observa-se também, que em sua maioria, ele é administrado por escravos e/ou agregados, pois, ao considerarmos as subcategorias como um todo, perfazem 84% desse tipo de domicílio.

Entretanto, encontramos 3 domicílios caracterizados como pertencentes a “absenteístas” onde, além do próprio proprietário ou administrador, não há qualquer outro indivíduo registrado. É o caso, por exemplo, da propriedade de “Atanagildo José Mendes”, pois aparece nos registros apenas o nome do proprietário caracterizando sua propriedade como “Fazenda absenteísta”. Também é o que acontece com a propriedade de “Joaquim Mendes de Souza”. Entretanto, encontramos outro domicílio pertencente a esse proprietário localizado no rocio da cidade. Tal domicílio era ocupado por sua esposa e por uma agregada, o mesmo não tinha filhos. Da mesma forma, sugere-se que o proprietário poderia estar presente na hora do recenseamento, ou que no seu domicílio no rocio pudesse informar sobre essa propriedade ao recenseador. Finalmente uma propriedade com a observação de que estava sob a responsabilidade do “Administrador” registrado como o “Pai do capataz”.

Os domicílios ocupados pelos degredados se reduzem de um período para o outro. Além disso, sua estrutura se modifica ao longo do tempo, pois se percebe que a condição de casado supera a condição de solteiro, diferentemente do que se apresenta na lista de 1828. Provavelmente, a condição de casado ajudava quem buscava oportunidades de sociabilização.

De qualquer forma, entendemos que as modificações que estavam acontecendo na localidade, entre os períodos analisados, fortaleciam a categoria de domicílios

simples, com ênfase naqueles domicílios com estrutura formada por casais com filhos. Além disso, a população de agregados estava se inserindo cada vez mais na política de ocupação promovida pela população livre, fazendo parte dos domicílios de forma concreta. Não podemos deixar de inserir nessa análise o fato de que a população escrava também fazia parte das estratégias de ocupação empreendidas por alguns proprietários, principalmente se observarmos os domicílios “absenteístas”.

Seguindo a metodologia já empregada quando analisamos a composição das famílias e dos domicílios para os anos de 1828 e 1835, em 1840 os domicílios simples são a grande maioria, da mesma forma como o que acontece nas listas anteriores. Nessa lista observa-se a significativa redução dos domicílios que caracterizamos como “absenteístas” ao compararmos com 1835. Provavelmente, nesse período, os proprietários já estavam consolidando suas propriedades, e por isso, estavam residindo definitivamente nelas. Os domicílios formados por casais com filhos predominam, seguidos desses mesmos domicílios, mas com agregados. Voltamos a inserir, a parte, os domicílios constituídos pelos degredados, com o intuito de não descaracterizar os outros domicílios.

Em termos gerais, observa-se que os domicílios singulares mantêm o mesmo número absoluto de domicílios. Entretanto, sua participação no conjunto dos domicílios reduz. Se em 1828 era de 12,3%, em 1840 passa a ser de 11,1%, muito próximo daquele que encontramos para o ano de 1835. Ao verificarmos por sub-categorias, percebe-se que os “solteiros sós” é maioria com participação em torno de 44%.

Em seguida temos duas sub-categorias que variam no tempo; são elas as dos “solteiros sós com agregados” e dos “solteiros sós com agregados e escravos”. Em 1828 as duas sub-categorias possuem a mesma participação (4,1%). Já em 1835 a sub-categoria “solteiros sós” pula para 4,7%, enquanto que a sub-categoria “solteiros sós com agregados e escravos” reduz sua participação para 1,3%. Finalmente, em 1840 a situação inverte, pois os “solteiros sós com agregados e escravos” aumentam sua participação para 3,5%, enquanto que os “solteiros sós com agregados” reduzem para 1,4%. Se considerarmos aqueles domicílios que possuíam escravos e agregados em suas propriedades, verifica-se que do ano de 1828 para o ano de 1840 sua participação cresce de 31,5% para 45,1%. Apesar de um número absoluto pequeno, é significativo esse aumento dos domicílios com escravos e agregados.

No caso dos domicílios simples eles são predominantes para todos os períodos analisados. Sua participação no ano de 1840 chega a ser acima de 80% de todos os

domicílios. A sub-categoria “casais com filhos” é aquela que possui a maior participação, apesar da queda verificada nos anos de 1835 e 1840, em função do aumento significativo da sub-categoria “casais com filhos e agregados”, como também do aumento menos significativo da sub-categoria “casais com agregados” e dos “casais com filhos, com escravos e agregados”.

Com relação aos domicílios com a posse de escravos, observa-se que, no período, sua participação vem decrescendo; em 1828 tinha participação de 21,9%, em 1835 reduz para 20,3% e finalmente em 1840 com 18,1%. Apesar disso, em termos absolutos verifica-se que esses domicílios crescem entre os anos, isto é, se em 1828 eram 16 domicílios, em 1840 são 26. Enquanto isso, os domicílios com a participação dos agregados evoluiu significativamente, pois se em 1828 tinha participação de aproximadamente 12,2%, em 1840 cresce para mais do que 32%.

Os números demonstram que os domicílios representados pelos “absenteístas” se modificam bastante. Se em 1835 esses domicílios eram fundamentais para compreendermos um pouco as transformações que estavam acontecendo em Guarapuava com relação à propriedade de terras, bem como a distribuição demográfica, em 1840 ela se altera significativamente, pois de 19 domicílios que estavam registrados como “absenteístas”, neste ano, somente 2 aparecem com essa característica. Isso tudo demonstra que as mudanças entre as listas servem para dar uma imagem muito viva da mobilidade geográfica que afetava a vida social em Guarapuava.

Quanto ao domicílio dos degredados, observa-se que todos eles estão registrados, no ano de 1840, na sub-categoria “solteiros sós”, o que não deixa de ser estranho, visto que nos anos anteriores encontram-se as sub-categorias “casais” e “casais com filhos”. Mais uma vez sugere-se que o recenseador pudesse estar equivocado em seus levantamentos, mesmo porque, como percebido anteriormente, no cruzamento das listas, encontram-se alguns deles registrados na lista de 1835. Desses, 3 sendo da sub-categoria “casais”, 1 da sub-categoria “casais com filhos”, 1 da sub-categoria “casais com agregados” e finalmente 1 “viúvo só”.

Conclui-se que a movimentação demográfica em Guarapuava estava fortalecendo aqueles domicílios caracterizados como “domicílios simples”. Esses domicílios crescem em termos percentuais de aproximadamente 62% para mais do que 80% em 1840. Além disso, a sub-categoria “casais com filhos”, possuindo ou não escravos e agregados em suas propriedades, perfazem a grande maioria dos domicílios.

A inserção da população de agregados é fundamental para compreendermos algumas características dos domicílios, pois é a partir dessa inserção que pode ser observado o peso dos domicílios com a participação dos agregados na localidade. Observa-se também que os domicílios que possuíam escravos, se tornavam mais significativos quando ali se encontravam também os agregados, isto é, o número de domicílios com escravos e agregados foi sempre superior aos domicílios somente com escravos. Isso só não ocorre para o ano de 1828 nos domicílios “casais com filhos e escravos” e para o ano de 1840 no domicílio “casais com escravos”.

Ao observarmos as condições de cada domicílio com relação às características dos filhos, eles representam, no período, 40,7% da população livre da localidade, demonstrando, assim, o perfil de jovens na comunidade. Os filhos com idade na faixa etária de 0 a 4 representam 34% dessa população, enquanto que a faixa etária de 5 a 9 participa com 33%.

Ao acrescentarmos a esses números o percentual de 19,4% referente à faixa etária de 10 a 14, a participação da grande faixa de 0 a 14 na população de filhos livres é de 86,4%. Na distribuição por faixas etárias, encontramos filhos já com idade acima dos 30 anos, com participação no total da população de filhos de 2,9%. Na tabela abaixo, procuramos demonstrar a distribuição por sexo e faixa etária dessa população.

Tabela 20. Distribuição dos filhos livres de chefes de domicílios que residem com os pais, por sexo e faixas etárias – Guarapuava 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	Homem			Mulher			Total						RM		
	1828	1835	1840	1828	1835	1840	Abs.			%			1828	1835	1840
							28	35	40	28	35	40			
0 / 4	27	37	63	8	39	52	35	76	115	34,0	31,0	36,6	337	95	121
5 / 9	18	57	59	16	33	44	34	90	103	33,0	36,7	32,8	112	173	134
10/ 14	10	19	32	10	23	29	20	32	61	19,4	17,2	19,4	100	83	110
15/ 19	6	17	17	1	6	9	7	23	26	6,8	9,4	8,3	600	283	189
20/ 24	2	8	5	1	2	2	3	10	7	2,9	4,1	2,2	200	400	250
25/ 29	1	2	2	-	-	-	1	2	2	1,0	0,8	0,6	-	-	-
30/ 34	2	1	-	1	-	-	3	1	-	2,9	0,4	-	200	-	-
35/ 39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40/ 44	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	0,4	-	-	-	-
Total	66	142	178	37	103	136	103	245	314	100,0	100,0	100,0	178	138	131

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Ao verificarmos o indicador de razão de sexo dessa população para o ano de 1828, encontramos equilíbrio entre os sexos apenas na faixa de 10 a 14 e diferenças

muito expressivas nas outras faixas etárias. Isso se reflete, naturalmente, no índice geral da população de filhos livres, pois sua razão de sexo é de 178. Se considerarmos que os filhos registrados na lista são legítimos, das mães também ali registradas, os números são os seguintes: 31 mulheres livres, que tiveram 103 filhos, o que perfaz, em média, 3,3 filhos por mãe.

A razão criança/mulher, considerando a faixa etária de 0 a 4 para as crianças e a faixa etária de 15 a 49 para as mulheres, é de 814, não incluindo nesse cálculo 8 mulheres para as quais não há registro de idade. Se incluirmos essas mulheres no cálculo – o que para nós não seria despropositado, pois, ao cruzarmos os registros, verificamos que eram casadas e os esposos possuíam idade na faixa etária de 15 a 49 –, a razão criança/mulher é de 686.

A população de filhos dos chefes de domicílios representa 36,2% da população livre total de Guarapuava no ano de 1835. Apesar de menor do que aquela apresentada no ano de 1828 (40,7%), ainda assim podemos afirmar que esse indicador demonstra que sua população, como um todo, era jovem.

A distribuição por sexo mostra que os homens perfazem a maioria, pois, de um total de 245 filhos, 142 são do sexo masculino, o que permite inferir que sua razão de sexo é de 138 – relativamente alta, se entendermos que normalmente existe um certo equilíbrio entre os sexos para a população livre. Pela tabela 20 podemos argumentar que nos nascimentos, mas não entre os filhos que residem com seus pais, a razão é próxima de 100, porém isso é só aparência, pois, mesmo a razão sendo de 100 nos nascimentos, os filhos que residem com seus pais não apresentam distribuição equitativa entre os sexos. Isso ocorre porque muitos já são grandes e as mulheres casam mais cedo do que os homens, assim, saem do domicílio paterno mais cedo do que os homens, de modo que a razão de sexo dos filhos residentes com seus pais não é 100.

Os dados demonstram que a faixa etária de 5 a 9 é a que possui o predomínio no número de crianças para o ano de 1835. Ao compararmos com o perfil dos filhos da lista de 1828, percebe-se que a grande faixa etária de 0 a 9 permanece praticamente inalterada com relação à participação no total da população de filhos livres. Apenas a distribuição por faixa etária quinquenal é que se modifica, isto é, a faixa etária de 0 a 4, que tinha participação de 34% em 1828, passa a ter participação de 31% em 1835.

Da mesma forma, mas em sentido inverso, a faixa etária de 5 a 9, que tinha 33%, passa a ter participação de 36,7%. Já a participação na grande faixa etária de 0 a 14, que

é de 86,4% em 1828, reduz-se levemente para 84,9% em 1835 como reflexo do aumento que verificamos principalmente nas faixas etárias de 15 a 19 e 20 a 24.

Os reflexos são mais intensos ao verificarmos o indicador de razão de sexo. Em todas as faixas etárias, percebem-se alterações significativas. O resultado final é uma redução na razão de sexo de 178 para 138. Se, em 1828, esse indicador mostrava a predominância dos homens para todas as faixas etárias, em 1835, ela se modifica bastante, principalmente para as faixas etárias de 0 a 4 e de 10 a 14, pois essas duas apresentam indicador abaixo de 100, o que significa que as mulheres eram maioria. Percebemos também crescimento na razão de sexo nas faixas etárias de 5 a 9 e de 20 a 24.

A evolução por sexo confirma essas modificações que estavam ocorrendo na população. As crianças do sexo feminino cresceram 178% no período, enquanto que o crescimento das crianças de sexo masculino foi de 115%, consequência basicamente do crescimento elevado dos nascimentos de meninas na faixa etária de 0 a 4, que evoluiu de um ano para o outro de 8 para 39 crianças, com crescimento de 387%, enquanto que os meninos passam de 27 para 37 (37%).

Se acrescentarmos a essa análise a grande faixa etária de 0 a 14, que possui a maior participação no conjunto, com quase 88%, percebemos que as mulheres tiveram um incremento em sua população em termos percentuais (226%) bem superior ao dos homens (126%).

A razão criança/mulher referente aos dados da lista de 1835 indica que a população livre está tendo uma taxa de fecundidade superior àquela que encontramos para os dados da lista de 1828. Nesta lista, o indicador mostrou que a razão foi de 814, não considerando as 8 mulheres que não possuíam o registro de suas idades. Para os dados da lista de 1835, esse indicador é de 894.

Da mesma forma que aconteceu na lista anterior, em 1835 não há o registro de idade para 10 mulheres. Ao acrescenta-las no cálculo da razão criança/mulher, o indicador é 717, portanto, superior ao apresentado no ano de 1828, que foi de 686, contabilizando-se as 8 mulheres. Quanto ao número médio de filhos, se foi de 3,3 em 1828, em 1835, reduz-se para 2,7.

Ao analisarmos a distribuição e a composição da população de filhos livres para os três anos selecionados, encontramos 40,7% em 1828; 36,2% em 1835 e 38,4% em 1840. Portanto, sua distribuição apresenta uma população, no geral, bastante jovem, em função também da idade média da população adulta.

Em termos de razão de sexo, apesar da redução que se verifica a partir do ano de 1828, encontra-se para o ano de 1840 um indicador de 131, visto que a população de homens é de 178 indivíduos, enquanto a população feminina é de 136.

Verifica-se, também, que a grande faixa etária de 0 a 9 é a que predomina entre os filhos livres, com participação de aproximadamente 68%, em média, para os anos selecionados. A faixa etária de 0 a 4 é majoritária, apesar da pequena oscilação que essa faixa sofre no ano de 1835. A faixa de 10 a 14 mantém sua participação em torno de 19% da população, enquanto a participação da faixa etária de 15 a 19 aumenta, saindo de 6,8% em 1828 para 8,3% em 1840.

A razão de sexo, apesar de indicar que estava ocorrendo um maior equilíbrio entre os sexos no período, demonstra que os homens são maioria na população. Mais significativa é a razão de sexo na grande faixa etária de 15 a 24 para todos os anos, pois, apesar de sua redução, a razão foi de 200 no ano de 1840. Significativa também é a redução, nesse indicador, para as outras faixas etárias, principalmente para a faixa de 0 a 4, que possuía razão de sexo de 337 em 1828 e decaiu para 121 em 1840. Apesar disso, percebe-se uma elevação na razão de sexo para a faixa de 5 a 9 no ano de 1835, reduzindo-se no ano de 1840. Já a faixa de 10 a 14 apresenta um maior equilíbrio entre os sexos nos anos selecionados. A evolução por sexo demonstra claramente essas alterações em sua população e as conseqüentes modificações no indicador de razão de sexo.

No geral, a população feminina cresce na ordem de 267%, enquanto que a população masculina cresce aproximadamente 170%. Por faixas etárias, é expressiva a diferença no aumento populacional para os dois sexos. Se para os homens a faixa etária de 0 a 4 cresce por volta de 133%, para as mulheres esse crescimento foi de 550%. Maior ainda é a variação percentual para a faixa etária de 15 a 19: os homens evoluem 185%, enquanto as mulheres evoluem 800%. Apesar do número absoluto menor, é óbvio que essas diferenças percentuais provocariam alterações importantes na distribuição populacional dos filhos livres. Mais uma vez não se descarta a possibilidade de sub-registros, visto a grande diferença encontrada entre os sexos, principalmente para o ano de 1828.

Com relação ao indicador criança/mulher, percebe-se que a população feminina livre de Guarapuava, na idade fértil, estava tendo uma taxa de fecundidade crescente, haja vista que o indicador foi de 814 em 1828; 894 em 1835 e, finalmente, salta para 1165 em 1840. Da mesma forma que acontece para os outros anos, em 1840 não há o

registro de idade para 9 mulheres, que, se consideradas na amostra, provocam redução no indicador criança/mulher, que passa para 1060.

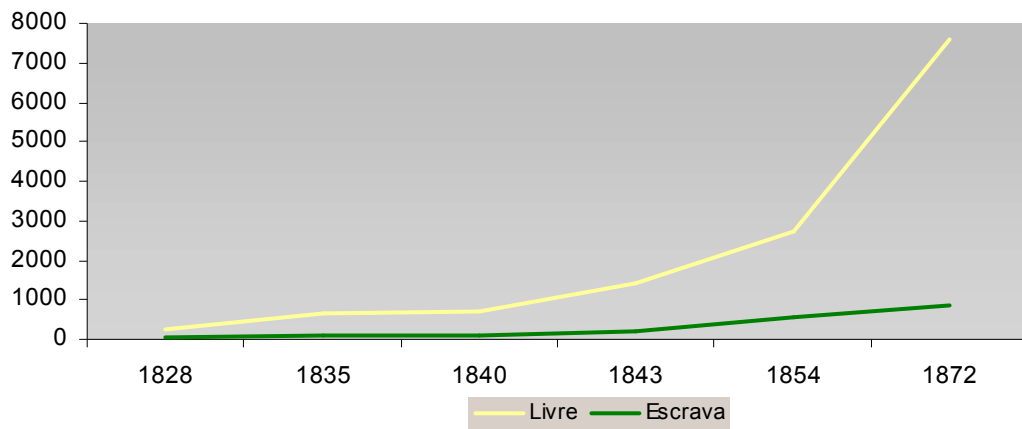
Quanto ao número médio de filhos, observa-se que é no ano de 1828 que sua população possui a média mais elevada, com 3,3 filhos. Em 1835, essa média cai para 2,7 e, em 1840, eleva-se um pouco, passando para 3,2.

I. 8 População de Guarapuava – segunda metade do século XIX

A partir da segunda metade do XIX, as fontes pesquisadas são os dados do Relatório do Presidente da Província do Paraná do ano de 1854, pois ali se encontram os mapas gerais da população, e o Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1872. Quanto aos dados do relatório, vamos encontrar diferenças com relação àqueles que se obtém nas listas. O fato é que os dados populacionais são menos criteriosos nos relatórios, onde se observam características como sexo, cor, condição jurídica e idade a partir de três grandes faixas etárias. Quanto ao censo, as informações são mais completas, dando-nos um perfil bastante amplo com relação ao estado da população. É importante acrescentar que os sub-registros e as imprecisões eram freqüentes também no censo.

Os dados sobre a evolução da população livre e escrava em Guarapuava mostram um forte incremento de sua população durante o século XIX. O gráfico abaixo demonstra essa evolução em períodos selecionados. O crescimento populacional, como um todo, foi de 7,9% ao ano, em termos geométricos. Para a população livre, o crescimento anual foi de 8,0% e, para a população escrava, de 7,0%.

Gráfico 7: Evolução Populacional - Guarapuava - Anos Seleccionados



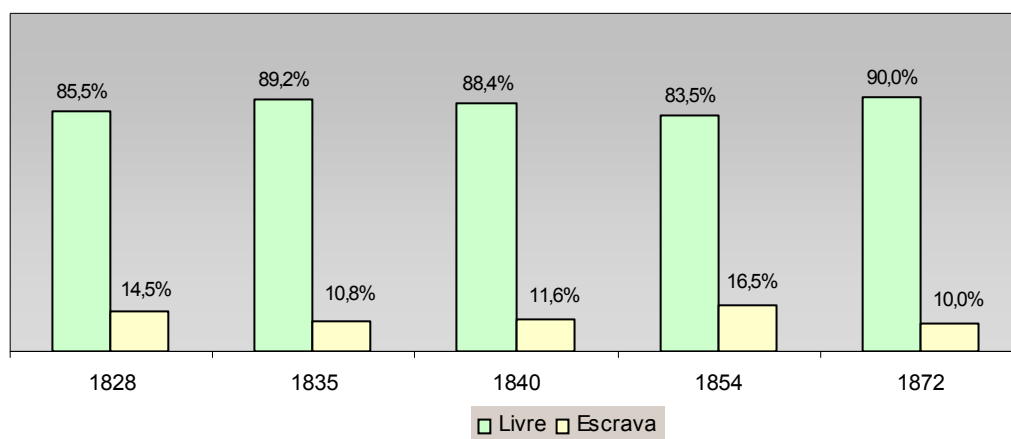
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro – Castro, PR. Relatório do Presidente da Província do Paraná em 1854 e IBGE - Recenseamento Geral do Brasil de 1872. v. 9.

Na primeira metade do século XIX, isto é, no intervalo entre 1828 e 1854, a população cresce na ordem de 9,7% ao ano, com a população livre crescendo 9,5% e a população escrava 10,2%. No período de 1854 a 1872, verifica-se a continuidade de um forte crescimento populacional, apesar de menor que no período anterior. A população livre evoluiu a taxas anuais de 5,9%, enquanto que a população escrava cresceu na ordem de 2,6%. Como reflexo desses números, a população, como um todo, cresceu por volta de 5,4% ao ano.

A evolução da população escrava acompanha a evolução da população livre local, chegando a ultrapassá-la em alguns momentos, principalmente na primeira metade do século. Na segunda metade, os efeitos do fim do tráfico, dos problemas de oferta de escravos e a forte demanda do Sudeste, em função do café, poderiam estar influenciando na aquisição de escravos, mesmo assim, essa população ainda apresenta crescimento. Entretanto, isso não invalida a hipótese de perda de escravos para o tráfico interno, visto que este só se intensificou durante a década de 1870.

O percentual de escravos no total da população de Guarapuava sempre foi muito pequeno, apesar do crescimento permanente nos anos posteriores a 1835 – atingindo o percentual de 16,5% no ano de 1854. É necessário observar que, a partir de 1835 até meados dos anos 40, a população local foi fortemente influenciada pela inserção da população indígena local. Já para o ano de 1872, percebe-se os efeitos do mercado de escravos, como também da redução na atividade econômica da localidade.

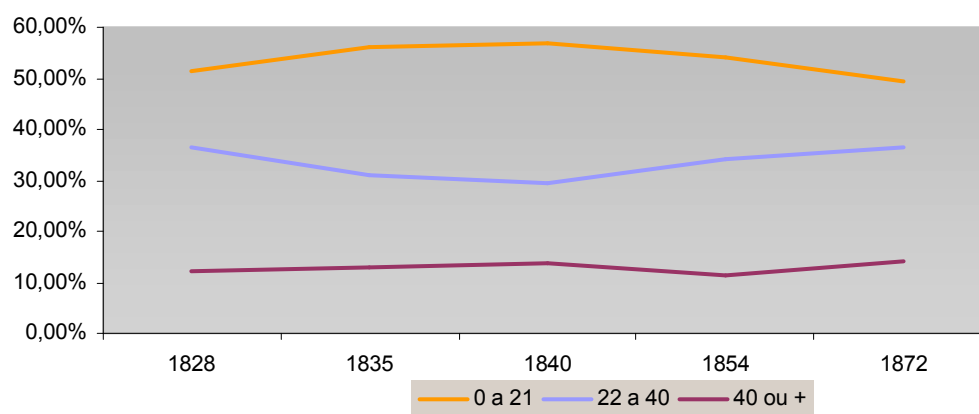
Gráfico 8: Participação % - População livre e escrava - Anos Selecionados



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro – Castro, PR. Relatório do Presidente da Província do Paraná em 1854 e IBGE - Recenseamento Geral do Brasil de 1872. v. 9.

Verificando a população por faixas etárias, observa-se uma população muito jovem, principalmente na primeira metade do XIX, quando 57% da população se concentram na faixa etária de 0 a 21. A tendência de crescimento nessa faixa etária é acentuada até pelo menos os anos de 1840. Inversamente, a curva referente à faixa etária de 22 a 40 tende a decrescer. Na segunda metade, observa-se tendência ao envelhecimento da população. A curva que mostra a faixa etária até os 20 anos apresenta tendência à queda, enquanto que a curva que demonstra a faixa etária de 22 a 40 está crescendo. Se considerarmos o ano de 1854, verifica-se que isso é reflexo da maior participação da faixa etária até 40 anos. Já para 1872, percebe-se uma distribuição mais intensa para a faixa a partir dos 40 anos.

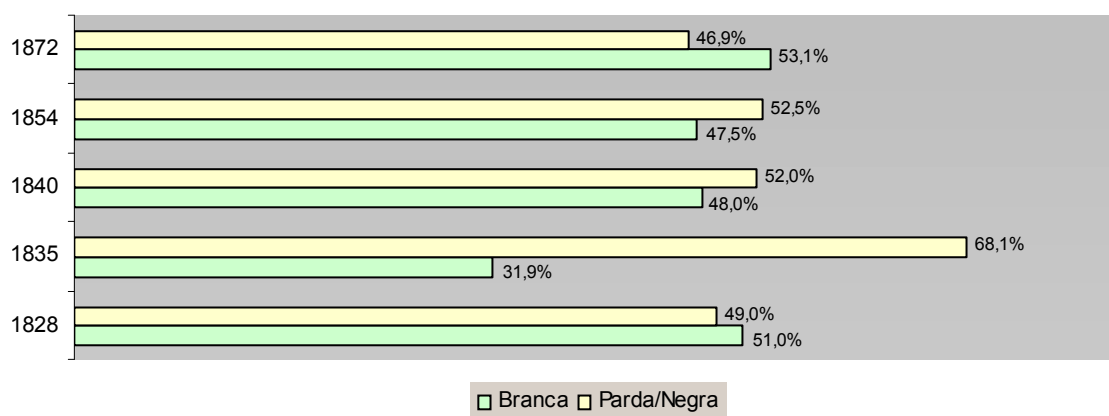
Gráfico 9: Evolução da População Livre e Escrava por faixas etárias - Guarapuava - Anos Selecionados



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro – Castro, PR. Relatório do Presidente da Província do Paraná em 1854 e IBGE - Recenseamento Geral do Brasil de 1872. v. 9.

A forte miscigenação esteve presente em Guarapuava, pois, apesar de sua população ser predominantemente branca nos anos de 1828 e 1872, a participação dos não brancos é expressiva na localidade – a proximidade com a fronteira se refletia também no fator cor da população. É possível que as outras áreas estavam estimulando os homens livres pobres a se deslocarem para Guarapuava. A forte migração que estava ocorrendo para a localidade promovia a entrada de pessoas pobres de “cor”. Outro fator importante para a miscigenação é a participação da população indígena, que foi bastante representativa, principalmente nos anos de 1835 e 1840. As uniões com a população livre e branca fortaleceram a miscigenação.

Gráfico 10: População e cor - Guarapuava - Anos Seleccionados



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro – Castro, PR. Relatório do Presidente da Província do Paraná em 1854 e IBGE - Recenseamento Geral do Brasil de 1872. v. 9.

Os dados censitários posteriores a 1840 a que pudemos ter acesso são aqueles que fazem parte dos Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná e os apresentados pelo primeiro censo completo realizado pelo Império no ano de 1872. Em 1854, foi realizado o levantamento populacional do Paraná, cujos registros estão contidos no Relatório do Presidente da Província do ano de 1854. No total, a população livre e escrava de Guarapuava e de seu distrito – Palmas – era de 3.254 indivíduos. Portanto, se comparada com o ano de 1840, sua população cresce em termos absolutos em 2.435 almas, o que representa um percentual de 10,4% ao ano.

Sua população estava composta por 2.717 pessoas livres e 537 escravos (16,5% da população total). Da população livre, 55,2% eram homens, o que implica uma razão de sexo de 123. Quanto à população escrava, não foi possível averiguarmos a razão de sexo, pois o levantamento não a distribui entre homens e mulheres. Portanto, ao compararmos tais indicadores para a população livre, verifica-se que a razão de sexo cresce um pouco com relação aos anos de 1835 e 1840, pois nesses anos o indicador foi de 117.

Com relação à idade da população, os dados do relatório informam apenas três faixas etárias: 54,3% se encontram na faixa até 21 anos; 34,3% na faixa de 22 a 40 e 11,4% na faixa acima de 40 anos. A lógica de fronteira continuava atuante, com menos crianças e menos velhos em Guarapuava que no Paraná como um todo. Ao avaliarmos o que estava ocorrendo com a população no ano de 1840, percebe-se que o perfil por faixas etárias estava se modificando, pois mesmo considerando como indicador a faixa

etária 0 a 19 anos para 1840, o percentual foi de 58,4%. Ao considerarmos a faixa etária 20 a 39 anos o percentual foi de 27,0%, enquanto que a faixa etária a partir dos 40 anos teve como percentual o valor de 14,6%. Portanto, além de mostrar um maior número de homens em sua população, a idade era de indivíduos jovens em Guarapuava.

Com relação ao estado conjugal, os números são os seguintes: 2.291 solteiros (70,4%); 860 casados (26,4%) e 103 viúvos (3,2%). Portanto, verifica-se que a população de Guarapuava no período, além de jovem, era caracterizada pela maioria de solteiros. Esses números contrastam com aqueles apresentados por Guarapuava na primeira metade do XIX, pois naquele período os números indicam que a população era predominantemente formada por pessoas casadas. Parece que além das modificações quanto ao perfil de idade da população, os movimentos estavam direcionados para aquelas pessoas com a condição de solteiros.

Finalmente, com relação à cor, 47,5% eram brancos; 34,7% mulatos e 17,8% pretos. Portanto, nessa região a população não branca era maioria, com 52,5%. Ao compararmos com a distribuição que ocorreu na primeira metade do século XIX, vamos verificar que a população “de cor” está crescendo em Guarapuava, pois no ano de 1840 a participação percentual foi de 50,3%.

Já o quadro que se apresenta no ano de 1872 é bastante diferente em função do primeiro levantamento oficial da população brasileira a partir do Recenseamento Geral do Brasil realizado pelo Governo.⁷⁹ Utilizamos nessa parte do trabalho a mesma metodologia que utilizada na análise das listas nominativas de habitantes de 1828, 1835 e 1840.

A população total da Província do Paraná em 1872 é de 126.722 indivíduos, sendo que 116.162 (91,7%) são livres e 10.560 (8,3%) são escravos. Da população livre, os homens perfazem 51,0%, enquanto as mulheres participam com 49,0%. Portanto, a razão de sexo é próxima de 100. Com relação à população escrava da Província, os números apresentam um total de 5.506 homens para 5.054 mulheres, com razão de sexo de 109.

Considerando toda a população, os solteiros participam com 65,3%, os casados 29,6% e os viúvos com 5,0%, portanto, números semelhantes aos das estatísticas apresentadas para a população do Paraná no Relatório do Presidente da Província do ano de 1854.

⁷⁹ IBGE - Recenseamento Geral do Brasil em 1872. V. 9.

A grande faixa etária 0 a 20 anos possui 61.650 indivíduos, o que perfaz 48,6% de sua população. A outra grande faixa etária dos 21 a 40 anos possui 42.857 almas perfazendo 33,8% e finalmente a faixa etária acima dos 40 anos possui 22.215 indivíduos com 17,5% de participação. Ao considerarmos a faixa etária que vai até os 40 anos, sua população é de 104.507 o que representa 82,4% do total populacional, portanto, próximo daquilo que já vimos nos levantamentos anteriores.

Quanto à cor, percebe-se que a população do Paraná é fortemente marcada pela miscigenação. Nesse período, isto é, no ano de 1872, apesar das imigrações acentuadas, a população “de cor” era fundamental no processo sócio-econômico no Paraná. A população branca era de 69.698 almas (55,0%), enquanto que os pardos, pretos e caboclos eram em número de 57.024, participando, portanto, com 45,0%. Se separarmos por cor, encontram-se os seguintes percentuais: 55,0% brancos; 27,4% pardos; 10,4% pretos e 7,2% caboclos.

Quanto aos números apresentados para Guarapuava e Palmas, diferem um pouco dos apresentados para a Província como um todo. A população total de Guarapuava é de 8.462 almas no ano de 1872, sendo que, destes, 7.613 são livres (90,0%) e 849 são escravos (10,0%). Da população de livres, 53,3% são do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino. Logo, a razão de sexo é de 114. Quanto à população escrava, 426 são homens (50,2%), enquanto que 423 são mulheres (49,8%), portanto, a razão de sexo da população escrava tende ao equilíbrio (101).

Quanto ao estado conjugal, Guarapuava apresenta 68,7% de indivíduos solteiros, 27,8% de casados e finalmente 3,4% de viúvos. Dessa forma, a localidade ainda apresentava uma população não só jovem, mas com a característica de serem a grande maioria formada por indivíduos solteiros. No ano do levantamento de 1854, como visto anteriormente, a população de solteiros foi de 70,4%, enquanto que na primeira metade do XIX a grande maioria era formada por pessoas casadas.

Com relação à estrutura etária, Guarapuava apresenta as seguintes características ao considerarmos por grandes faixas etárias; a grande faixa etária 0 a 20 anos possui 4.199 indivíduos perfazendo 50% de sua população. A outra grande faixa etária 21 a 40 anos possui 3.006 almas com 35,8% de participação e finalmente a faixa etária acima dos 40 anos possui 1.192 indivíduos (14,2%). Seguindo aquilo que já foi abordado para o Paraná como um todo, sua população é constituída por indivíduos jovens, sendo que a grande faixa 0 a 40 anos participa com 85,8% de sua população.

Da mesma forma, os dados sobre cor evidenciam que a população tinha um importante contingente de indivíduos miscigenados, pois aproximadamente 47% deles eram de pardos, pretos ou mesmo caboclos. Os de cor branca perfaziam 53% da população, portanto, eram maioria, mas nada que possa demonstrar uma possibilidade de branqueamento populacional.

Com relação à ocupação, o censo apresenta com detalhes as características da população. A partir da tabela 21 e com base nesses levantamentos, procura-se mostrar a distribuição da população a partir de suas ocupações, tentando, assim, avaliar as modificações ao longo do tempo das atividades econômicas e das possíveis especializações em que a população se inseria.

Tabela 21. Número absoluto das ocupações e participação % - Paraná, Guarapuava e Palmas – 1872

Profissão	Paraná		Guarapuava		Palmas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Religiosos Seculares	30	0,02	1	0,02	2	0,06
Advogados	11	0,01	-	-	-	-
Juizes	13	0,01	4	0,08	-	-
Notários e Escrivães	15	0,01	-	-	-	-
Procuradores	4	-	-	-	-	-
Oficiais de Justiça	12	0,01	1	0,02	-	-
Médicos	23	0,02	2	0,04	-	-
Farmacêuticos	8	-	-	-	-	-
Parteiros	12	0,01	1	0,02	2	0,06
Professores	112	0,09	1	0,02	2	0,06
Empregados Públicos	242	0,2	8	0,2	1	0,03
Artistas	365	0,3	12	0,2	-	-
Militares	249	0,2	-	-	-	-
Marítimos	529	0,4	-	-	-	-
Pescadores	31	0,02	-	-	-	-
Capitalistas e Proprietários	44	0,03	-	-	-	-
Manufatureiros	60	0,05	3	0,06	-	-
Comerciantes, Guarda-Livro	2641	2,1	137	2,6	59	1,7
Costureiras	2038	1,6	192	3,7	52	1,6
Metais	247	0,2	18	0,3	-	-
Madeira	548	0,4	30	0,6	-	-
Edificações	286	0,2	6	0,1	7	0,2

Couro	55	0,04	-	-	-	-
Vestuário	156	0,1	-	-	-	-
Chapéu	2	-	-	-	-	-
Calçados	315	0,03	18	0,3	7	0,2
Lavradores	41545	32,7	1229	23,8	533	16,1
Criadores	80	0,06	51	1,0	1	0,03
Jornaleiros	6178	4,9	115	2,2	439	13,3
Serviços Domésticos	15166	12,0	1012	19,6	713	21,6
Sem profissão	55705	44,0	2320	45,0	1480	45,0
Total	126722	100,0	5161	100,0	3301	100,0

Fonte: IBGE - Recenseamento Geral do Brasil 1872, V.9.

Observam-se alguns dados com relação às ocupações dos indivíduos tanto para Guarapuava e Palmas como para a Província do Paraná. As modificações ao longo do tempo são claras quando comparamos com os levantamentos referentes às listas nominativas de habitantes de Guarapuava. Percebe-se uma maior especialização de sua população, apesar da concentração em algumas atividades clássicas para as características econômicas da localidade – aquelas relacionadas com a lavoura de alimentos.

O que se sobressai nos dados é o elevado percentual de indivíduos registrados como “sem profissão”, mas isso não ocorre apenas em Guarapuava, pois tanto para Palmas como para o Paraná o percentual é muito parecido. Isso implica que esses indivíduos poderiam não possuir ocupação definida ou, naquele momento, não estavam ocupados com nenhum tipo de trabalho, o que deve ser improvável, visto que, além de ser um número elevado de pessoas, seria muito difícil para elas qualquer tipo de sobrevivência nessas condições.

No geral, verifica-se que a distribuição das ocupações é muito parecida nas diversas regiões, principalmente naquelas que possuem um maior número de indivíduos. Isso se dá nas atividades do comércio, na ocupação de costureira, lavrador e jornaleiro e nos serviços domésticos.

Se desconsiderarmos os indivíduos sem registro de qualquer tipo de ocupação, pode-se observar que a ocupação de lavrador é a que mais possui pessoas envolvidas, com aproximadamente 33%, no caso da Província, e 24% no caso de Guarapuava. Já

para a região de Palmas, a principal ocupação, considerando pelo número de indivíduos envolvidos, é o de serviços domésticos, com 21%.

A ocupação de serviços domésticos é fundamental também nas outras áreas, visto que essa atividade, tanto no caso da Província do Paraná como em Guarapuava, é a segunda em número absoluto, o que se reflete em termos relativos. Entretanto, Guarapuava supera o Paraná como um todo ao verificarmos a participação dessa ocupação no total das ocupações. Ou seja, os indivíduos que se ocupavam nos serviços de casa faziam parte de um processo fundamental de integração social, provavelmente, reflexo das características sócio-econômicas do período, em razão das atividades relacionadas com a criação e lavoura de alimentos.

No caso de Guarapuava, apesar da pequena participação no conjunto de sua população (1%), é muito importante a análise da atividade de criação, pois Guarapuava possuía 51 indivíduos relacionados com essa atividade, enquanto que o Paraná tinha 80. Ou seja, 63,7% das pessoas da Província do Paraná que se ocupavam com essa atividade estavam localizadas em Guarapuava. Portanto, é fundamental compreendermos que a região, naquele momento, era o ponto central da atividade criatória e que se expandia nas atividades do tropeirismo, bem como nas outras atividades.

CONCLUSÃO – CAPÍTULO I

Percebe-se que Guarapuava é uma daquelas regiões que fizeram parte da política de povoamento do governo a partir do interesse maior de defesa territorial e do desenvolvimento econômico. Dessa forma, consolidam-se as fronteiras da região pelo estímulo que se volta para a atividade da pecuária. A criação e comercialização de animais foram as principais atividades da localidade, juntamente com a lavoura de alimentos.

As características básicas de sua população estavam relacionadas com a propriedade de terras, senhor, escravo, agregados e, por um determinado tempo, há participação da população indígena local. Além disso, sua formação esteve fortemente ligada por um processo de miscigenação.

A população de Guarapuava, no início de seu povoamento, foi marcada por intensos movimentos migratórios, não só em função das políticas implementadas pelo Governo, como também pela expansão de suas atividades econômicas. Os números quanto à produção de animais e de estabelecimentos voltados para a pecuária demonstram essa dinâmica em Guarapuava. Os Relatórios do Presidente da Província, bem como àqueles apresentados à Câmara Municipal de Guarapuava, confirma o forte incremento das atividades de criação e comercialização de animais na localidade.

O crescimento populacional em Guarapuava na primeira metade do século XIX foi importante, haja vista que em termos geométricos a população cresceu à taxa de 8,6% ao ano entre os anos de 1828/1840. As especificidades de área de fronteira estavam, com certeza, trazendo seus reflexos para o deslocamento de indivíduos para Guarapuava. Todas as categorias sociais tiveram crescimento no período, entretanto verifica-se que os agregados tiveram uma evolução maior do que aquela apresentada pelas outras categorias. Essa mão-de-obra também foi fundamental no processo de desenvolvimento em Guarapuava, visto que sua utilização poderia estar sendo mais valorizada nessas áreas, com suas atividades voltadas para o abastecimento interno e para uma economia de subsistência.

O crescimento da população em Guarapuava reflete no número de domicílios, pois se em 1828 eram 55, para o ano de 1840 os domicílios são em número de 143,

portanto um crescimento de 160%. Apesar de um crescimento menos intenso a partir do ano de 1835, mesmo assim a população como um todo continua a apresentar taxas elevadas de crescimento, pois ao compararmos com outros estudos tanto para o Paraná como do Brasil percebe-se que a população de Guarapuava não poderia estar crescendo apenas de uma forma natural e que outros fatores estavam estimulando aquelas taxas de crescimento.

A distribuição da população em Guarapuava demonstra que os homens tinham a maior participação no total de sua população. As razões de sexo, considerando por categoria social, demonstram que havia um número mais significativo de homens do que de mulheres refletindo assim o caráter de fronteira de Guarapuava. Além disso, quando falamos de agregados e escravos a participação dos homens é ainda maior. As estratégias tanto dos proprietários de escravos como daqueles que tinham agregados em suas propriedades era de privilegiar os homens nos domicílios. Com o tempo, e em função da maior estabilidade de suas atividades, as mulheres crescem significativamente, pois se em 1828 a razão de sexo foi de 151 reduz para 117 no caso dos livres. Quanto aos agregados a razão de sexo que foi de 314 em 1828 reduz significativamente para 124 em 1840, enquanto que para os escravos o indicador foi de 207 reduz para 171. Portanto, apesar da predominância dos homens em todas as categorias percebe-se uma redução importante na participação dos homens. Apenas os escravos ainda tinham um percentual de homens significativo nos plantéis.

A população livre de Guarapuava na primeira metade do século XIX sempre foi muito jovem, visto que em 1828 na faixa etária 0 a 34 anos a população possuía participação de aproximadamente de 84%. As crianças tinham um importante percentual de participação com 41,4%. Já para o ano de 1840 a faixa etária 0 a 34 anos possuía participação de 89,0%, com os infantes participando com 51,0%. Ao mesmo tempo verifica-se que no período 1828/1840 o perfil distributivo quanto aos sexos se altera, visto que os homens que perfaziam por volta de 63% da população, reduzem para 56%. Sugere-se que a consolidação das suas atividades econômicas estavam promovendo a estabilidade de famílias e, portanto, a segurança para que novos habitantes se deslocassem definitivamente para Guarapuava. Além disso, Guarapuava já pertencia a um fluxo interno de produção e de comercialização que era fundamental para as pretensões do governo.

O estudo da população considerando por faixas etárias quinquenais durante os anos de 1828 a 1840, confirmam essas mudanças no perfil populacional, pois se em

1828 a maioria das faixas etárias era predominantemente masculina, nos anos seguintes percebem-se alterações no perfil de cada faixa, com as mulheres crescendo significativamente na maioria das faixas de idade. Assim, se a razão de sexo continua superior a 100, ele é bastante diferente pois é bem inferior ao apresentado em 1828, e em alguns casos o indicador é inferior a 100, significando que as mulheres eram em maior número do que os homens.

Os chefes de domicílios em Guarapuava eram predominantemente masculinos. Apesar de um certo incremento das mulheres como cabeças de domicílios, principalmente no ano de 1835, percebe-se que os homens eram maioria. Nada disso é surpresa, haja vista que mostra o caráter de fronteira de Guarapuava e ao fato também apurado de que os domicílios eram chefiados por pessoas jovens, isto é, poucas viúvas. A idade média dos chefes de domicílios confirma que essa era uma população jovem. Se no ano de 1828 a idade média foi de 35,9 anos em 1840 reduz para 37,1 anos, portanto mais jovem do que a idade apresentada no ano de 1828. Alguns estudos foram realizados a fim de demonstrar a distribuição por faixas etárias dos chefes de domicílios. Comparando os dados desses estudos, verificamos que os chefes de domicílios em Guarapuava apresentaram idade média inferior àquelas apresentadas pelos domicílios na Bahia e em Curitiba.

Os agregados tiveram um importante papel na formação da população de Guarapuava. Se em 1828 os agregados eram em número de 29 indivíduos, em 1840 pula para 119 pessoas, isto é, uma variação de 310%. Além disso, a participação porcentual pula de 9,8% para 15%. A razão de sexo mostra que os homens eram a grande maioria na população. Porém, essa distribuição se altera durante os anos, visto que as mulheres crescem bastante no período 1828/1840. Se em 1828 o indicador foi de 314, em 1840 passa a ser de 124, portanto reduzindo significativamente entre os anos. Mesmo assim, os homens continuam a ser maioria, principalmente na faixa etária 15 a 34 anos. As estratégias dos chefes de domicílios, com agregados, estavam direcionadas para terem mais homens na faixa etária considerada mais produtiva. Os agregados também eram indivíduos muito jovens.

Outra questão é com relação aos degredados em Guarapuava. Por ser área escolhida para receber esses indivíduos e distribuir pequenas porções de terra a fim de cumprirem penas de degredo encontram-se alguns desses indivíduos nas 3 listas. A maioria era do sexo masculino, e provavelmente eles promoviam estratégias para poderem se inserir na sociedade seja a partir de arranjos matrimoniais, seja por suas

ocupações, visto que nenhum deles era agregado ou escravo, praticando atividades assalariadas e algumas vezes com alguma qualificação.

Na população dos livres, os brancos são a grande maioria, pelo menos quando verificamos os dados de 1828. Entretanto, alterações importantes surgem a partir do ano de 1835 com relação à cor dos indivíduos livres. Com o incremento populacional dos agregados e dos índios, a participação dos indivíduos brancos se reduz significativamente, enquanto que os filhos não-brancos representam mais de 50% da população. Os padrões de casamento também se alteram em função de um número importante de uniões entre pessoas livres e índios.

Já em 1840 os indivíduos brancos somam 54,5% da população total, excluindo-se os escravos. Se os incluirmos, os brancos passam a representar 48%. Portanto, a maioria da população era formada por indivíduos não brancos. Em 1854, vamos encontrar a mesma configuração ao analisarmos a população como um todo. Guarapuava possuía 52,4% de não brancos e 47,5% de brancos. A partir do censo de 1872, essa distribuição se altera, visto que 53,1% eram brancos e 46,9% eram não-brancos.

Ao avaliarmos a ocupação dos proprietários de domicílio, verifica-se a importância das atividades voltadas para a pecuária e para a lavoura de alimentos, mas se encontra também um número expressivo de jornaleiros na localidade, fato comprovado quando se percebe o número deles no ano de 1835, e poucas atividades mais especializadas. Considerando a primeira metade do século XIX, o que se percebe é essa predominância das atividades da pecuária e da lavoura. Com o decorrer dos anos, observa-se uma certa tendência de diversificação das atividades, voltadas não só para atender as necessidades relacionadas com as atividades da pecuária e da lavoura como também algumas áreas mais especializadas.

No censo de 1872, porém, percebem-se modificações no perfil de ocupação dos indivíduos. Uma maior especialização pode ser verificada nos registros, com um maior número de comerciantes, costureiras, lavradores, jornaleiros e pessoas dedicadas a serviços domésticos, porém as atividades clássicas continuam sendo a pecuária e a lavoura. A importância da atividade de criação na localidade pode ser comprovada pelo alto percentual de indivíduos voltados para tal ocupação em Guarapuava – dos 80 indivíduos que se dedicavam à criação na Província do Paraná, 51 residiam em Guarapuava e Palmas, portanto 63,7%. Ainda quanto à ocupação, há um elevado

número de pessoas sem registro de profissão, o que pode resultar da desqualificação do recenseador ou da não ocupação dos indivíduos no momento do recenseamento.

Os índios se tornam fundamentais na formação da população, sobretudo, a partir de 1835. Esses indivíduos se inserem no processo social e econômico, participando ativamente das atividades. A maioria era formada por mulheres e crianças, pois parece que as possibilidades de apresamento e catequese estavam mais direcionadas para esses indivíduos, provavelmente devido à maior dificuldade de se adotar tal política para os do sexo masculino.

Com relação à população escrava, também se verifica evolução tanto em termos absolutos como em termos relativos. Nos registros de 1854, porém, os escravos representam 16,5% da população, com um crescimento absoluto de 442 almas em relação aos dados de 1840. Isso representa uma variação percentual de 365%, com crescimento anual de 11,6%, maior do que aquele apresentado pela população livre. Em 1872 a população de escravos era de 849 indivíduos, crescendo em média 2,65% ao ano.

Os escravos estavam inseridos no processo de migração realizado por seus proprietários. Trata-se de uma população muito jovem, com maioria crioula e forte participação de infantes nos plantéis em 1828 – caso peculiar para os padrões de uma região voltada para o abastecimento interno. Trata-se, também, de uma população formada, em sua maioria, por solteiros. Entretanto, quando se verificam os registros dos escravos de 1835, percebe-se um aumento significativo de indivíduos casados – isso acontece somente em 1835, pois no ano de 1840 encontramos o menor índice de casados para esses indivíduos.

O incremento da população feminina é importante no período, mudando a composição por sexo, o que acontece tanto para a população livre como para a população escrava, apesar de se refletir com muito mais atraso na população escrava, visto que somente no censo de 1872 é que se percebe um maior equilíbrio entre os sexos. Conclui-se que a população de Guarapuava, nos anos selecionados, estava sendo fortemente marcada pela inserção das mulheres de uma forma geral, o que sugere que a localidade estava mais madura em termos de estrutura econômica e social. Além disso, a faixa etária dos infantes crescia de forma acelerada no período, fato que comprova a estabilidade das famílias na região. A idade média de sua população evoluiu em face das melhores condições oferecidas pela sociedade local, o que resulta numa maior estabilidade dos indivíduos, deixando de se movimentarem de um lado para outro. Isso

pode ser verificado pelo indicador de razão de sexo que evidencia um maior equilíbrio entre os sexos durante os anos.

Quanto ao perfil dos domicílios em Guarapuava, percebe-se que os domicílios simples, ou seja, aqueles formados principalmente por casais com ou sem filhos, são maioria. Há um forte incremento dos domicílios com agregados no período 1828/1835, ao mesmo tempo em que há o crescimento dos domicílios com viúvos. No período outro fator importante é quanto a participação dos domicílios formado por “absenteístas”, ou seja, domicílios onde o proprietário não residia oficialmente, ocupados principalmente por agregados e escravos.

De qualquer forma, entende-se que as modificações que estavam acontecendo na localidade não só estavam fortalecendo os tipos de domicílios simples, mas, sobretudo, aqueles com sua estrutura formada por casais com filhos. Além disso, a população de agregados estava cada vez mais se inserindo na política de ocupação, ao mesmo tempo em que os escravos faziam parte das estratégias de alguns proprietários, principalmente os “absenteístas”.

Assim como sugerimos que esse perfil demográfico da população era resultado da consolidação das atividades econômicas, o que promovia a constituição de famílias, a localidade pertencia a um fluxo interno de produção e de comercialização fundamental para as pretensões do Governo Imperial no que tange ao comércio de animais e à abertura de fronteiras na parte meridional do país.

CAPÍTULO II: POPULAÇÃO ESCRAVA NO SÉCULO XIX.

INTRODUÇÃO

II.1 Alguns momentos da historiografia da demografia escrava

Estudos sobre demografia escrava no Paraná foram o tema da pesquisa de Horácio Gutierrez, intitulada “*Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*”.⁸⁰ O autor se baseia em antigos recenseamentos e nas listas nominativas de habitantes, localizadas no Arquivo do Estado de São Paulo. Ele demonstra que o equilíbrio entre os sexos foi predominante para a população escrava nessa região do país, ao mesmo tempo em que os escravos eram muito jovens, com elevada participação de crianças, concluindo que essa população se assemelhava à população livre.

A pesquisa foi dividida em sessões onde o autor procurou sintetizar as principais características da população escrava no Paraná. Assim, ao analisar as razões de sexo de sua população, chega à conclusão de que ela tende ao equilíbrio, visto que a população de homens é ligeiramente superior à população de mulheres – a taxa de masculinidade, outro indicador importante para demonstrar a relação entre a população masculina e feminina, apresenta-se por volta de 51%.

Da mesma forma, quando separa por região, isto é, o litoral e o planalto, a situação não se modifica muito. Como descrito pelo autor, “*Da análise destas cifras pode se deduzir que no Paraná as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina como em outras partes*”.⁸¹

O autor avança no estudo com relação à faixa etária dos escravos e relaciona isso com a razão de sexo. Na historiografia sobre os padrões de sexo da população escrava, o padrão é de uma quantidade bem superior de homens em relação às mulheres, principalmente se considerarmos certas faixas de idade. Assim, o autor trabalha também com as faixas etárias a fim de demonstrar que a população escrava no Paraná também

⁸⁰ GUTIERREZ, Horácio. “*Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830.*” Estudos Econômicos, São Paulo, V. 17, Nº 2, p. 297-314, maio/ago, 1987.

⁸¹ Ibid. p. 299.

apresentava equilíbrio entre os sexos na faixa de 15 a 40, considerada a mais produtiva. Em muitos casos, as mulheres superavam os homens.

Com relação à idade dos escravos, a pesquisa demonstra que sua população é bastante jovem e com elevado percentual de crianças. A idade média dos escravos não chega a 20 anos. Assim, ao verificar a pirâmide etária de sua população, chega à conclusão de que ela possui um formato que *“indicaria a existência de alta natalidade, alta mortalidade e baixa idade mediana da população”*.⁸²

Logo, a razão criança/mulher indica um grau importante de fecundidade em sua população, mesmo porque, o autor compara essas relações com a população livre – para o ano de 1804 e considerando a faixa etária de 0 a 9 para as crianças e de 10 a 49 para as mulheres, o indicador entre a população livre foi de 122 crianças para cada grupo de 100 mulheres, enquanto que, para a população escrava, foi de 103.

Por fim, o autor conclui que os padrões clássicos atribuídos principalmente à grande lavoura de exportação não se aplicam ao Paraná com relação às características das populações escravas. O grande contingente de homens para aquelas regiões é fruto das especificidades de seu processo produtivo, enquanto que para as regiões onde as atividades estavam voltadas para a lavoura de subsistência e para o mercado interno, caso do Paraná, a população escrava permitiu um certo equilíbrio entre os sexos. Assim, as condições demográficas da população escrava apresentam-se diferenciadas daquelas que normalmente fizeram parte dos estudos sobre a escravidão no Brasil, voltadas mais diretamente para as áreas agroexportadoras.

Entretanto, isso acontece no período que compreende os primeiros decênios do século XIX, pois Carlos Lima, em seu trabalho sobre as Irmandades Negras em Curitiba⁸³, a partir dos dados de óbitos dos escravos no período referente à segunda metade do XVIII, mostra que os homens eram maioria, visto que foram 67 óbitos de homens contra 38 óbitos de mulheres. O que significa que Curitiba, no século XVIII, ainda era área de fronteira, assim como Guarapuava no século XIX. Em outro trabalho, ao estudar as posses de escravos em Castro no período 1824/1835, o autor mostra que a

⁸² Ibid. p. 308.

⁸³ MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos A. M. *“Devoção e Incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa.”* Curitiba: Ed. Peregrina, 2002. p. 132.

razão de sexo no período pós 1830 tendeu a ser maior que 100, pois a escavaria apresentou índice de 122 no ano de 1835.⁸⁴

Da mesma forma, Patrícia Ogura,⁸⁵ ao pesquisar as estratégias dos escravos ao buscarem a manumissão em Castro, no ano de 1875, mostra que os homens eram maioria nos plantéis, principalmente nas idades mais férteis e produtivas. Assim, mesmo com o tráfico interno crescendo, os senhores de Castro estavam retendo os homens nos plantéis.

Estudando a demografia escrava em Campinas e para algumas áreas do Sudeste, Robert Slenes procura definir a região em seus aspectos econômicos e demográficos, analisando os padrões de nupcialidade dos escravos, bem como a estabilidade da família conjugal em Campinas.⁸⁶ A partir desses dados, procuramos desenvolver algumas idéias do autor com relação à demografia dos escravos, sem nos ater à questão relativa à formação da família escrava, à qual dedicamos um item específico no capítulo IV.

Bastante significativa foi a população escrava de Campinas a partir do final do século XVIII, pois, se até aquele momento a região estava voltada essencialmente para a lavoura de subsistência, a partir do levante dos escravos em Saint Domingue, sua população cativa cresce de forma vertiginosa – efeito da transformação que ocorreria em Campinas em consequência do incremento na produção de açúcar.

A população escrava passa a representar a maioria na localidade, resultado também do tráfico de escravos, visto que os cativos africanos acima de 15 anos constituíam mais do que 70% de sua população. Apesar do término do tráfico em 1850, a população escrava em Campinas continuava a crescer, sendo abastecida pelos escravos de outras regiões ou mesmo municípios do Sudeste.

Mesmo com as mudanças no rumo de sua produção em meados do século XIX, dando-se preferência ao cultivo do café, em detrimento do sistema de *plantation*, não se altera o quadro quanto à população escrava. Com o passar do tempo, porém, essa mesma população sofre mudanças em decorrência do fim do tráfico internacional e,

⁸⁴ LIMA, Carlos A. M. “Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativa.” Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu. MG. 2003.

⁸⁵ OGURA, Patrícia Borges. “Viver na Fronteira: Uma análise estrutural da família, das ocupações e estratégias cativas em busca da manumissão, a partir da Lista de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Castro (1875)” Monografia de conclusão de curso. Curitiba. UFPR, 2004. p. 35.

⁸⁶ SLENES, Robert W. “Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX.” Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

como afirma Slenes, a partir da matrícula geral de 1872, “*era, agora, uma população predominantemente crioula, isto é, nascida no Brasil*”.⁸⁷

O autor sugere três hipóteses fundamentais para compreendermos o processo de formação da família escrava em Campinas. Primeiramente, a forte concentração na posse de escravos que ocorre na região, em função da expansão da economia de *plantation*; em segundo lugar, essa população de cativos era predominantemente formada por escravos africanos, pelo menos na primeira metade do século e, em terceiro, os efeitos do tráfico e do comércio interno modificariam substancialmente a estrutura da população escrava, visto que, se em 1801 a razão de sexo entre os escravos adultos em Campinas era de 192, sendo que nos fogos com mais de 10 cativos esta atingia 231, em 1829 essa estrutura se modificaria bastante, pois, para os escravos acima de 15 anos, era de 286, enquanto que, nos fogos acima de 10 escravos, era de 309. Mesmo no censo de 1872, a população escrava mantinha sua estrutura de desequilíbrio entre os sexos, portanto “*Após a abolição do tráfico de africanos os senhores de escravos de Campinas continuavam a comprar mais homens do que mulheres*”.⁸⁸

Estudando os engenhos e os escravos na sociedade colonial baiana, Stuart Schwartz demonstrou que os escravos foram a base fundamental de sua sociedade.⁸⁹ E não só isso, a grande maioria deles era de origem africana. O tráfico de escravos era o alicerce pelo qual a sociedade baiana se reproduzia. Efeito principal disso tudo era o regime demográfico adverso, que não permitia taxas de crescimento positivas em sua população.

Outra característica importante da demografia escrava foi o desequilíbrio entre os sexos, função da característica principal do tráfico que era de adquirir um maior número de homens do que de mulheres. Algumas hipóteses são interessantes a fim de entendermos essas possibilidades: primeiramente, a necessidade dos senhores de engenho de dar preferência ao braço “homem” e a pouca importância da capacidade reprodutiva das mulheres e, em segundo lugar, a idéia ainda em gestação de que havia pouco interesse dos africanos em colocar as mulheres à disposição dos traficantes.

Como percentual de crianças era muito baixo, manteve-se a lógica do tráfico. Assim, a taxa de masculinidade era elevada, ou seja, a desproporção era claramente em favor dos homens. Analisando seis engenhos baianos, o autor chega à conclusão de que

⁸⁷ Ibid. p. 71.

⁸⁸ Ibid. P. 73.

⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart B. “*Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.*” Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

sua razão de sexo era de 275, com as crianças participando com apenas 14% dos cativos. Da mesma forma, estudando alguns inventários para Salvador e dados referentes a engenhos e fazendas de cana, a razão de sexo se mostrou bastante elevada. Para o autor, “*quanto maior a presença africana, menor a dependência com relação ao crescimento natural e maior a razão de masculinidade*”.⁹⁰

Ao mesmo tempo, o autor procura fazer uma análise daquelas regiões com menor envolvimento no mercado externo, ou mesmo, com menor acesso ao tráfico atlântico. A população escrava nessas regiões tenderia a possuir menos africanos, maior número de crioulos e uma maior quantidade de mulheres e de crianças. É o que acontece com a Capitania de Sergipe, onde, após levantamento de dados, o autor verifica que a razão de sexo era de 119. Além disso, o número expressivo de cativos nascidos no Brasil ajuda a entender esse equilíbrio maior entre os sexos.

Além de fazer referência, de uma forma geral, a estudos sobre os problemas quanto aos reflexos do tráfico sobre a estrutura etária de sua população – preferência pelas mulheres ao se definir a alforria e os altos níveis de mortalidade infantil como sendo os principais fatores da taxa negativa de crescimento natural de sua população –, o autor não deixa de apresentar outros fatores que poderiam influenciar essas taxas negativas de crescimento natural, como a proibição de uniões sancionadas pela Igreja, tendo como consequência altas taxas de ilegitimidade.

A razão de dependência e a razão criança/mulher também fazem parte dos estudos de Schwartz para a população escrava na Bahia. Esses dados ajudam a entender um pouco mais a incapacidade reprodutiva de sua população – a razão de dependência foi a mais baixa encontrada para a população como um todo, indicando que deveria haver uma alta taxa de mortalidade e baixa expectativa de vida. Além disso, através de estudo metódico de várias alternativas e modelos comparativos, o autor procura algumas hipóteses alternativas para explicar as baixas taxas de fecundidade de sua população, além das normalmente aventadas, como, por exemplo, a questão cultural das africanas de prolongamento da lactação.

O trabalho de Francisco Vidal Luna sobre a demografia escrava em São Paulo entre o final do século XVIII e o início do século XIX também faz parte desses trabalhos clássicos sobre o tema.⁹¹ Utilizando-se das listas nominativas de habitantes, o

⁹⁰ Ibid. p. 288.

⁹¹ LUNA, Francisco Vidal. “*Características demográficas dos escravos em São Paulo.*” Estudos Econômicos, São Paulo, V. 22, Nº 3, p. 443-483, set-dez. 1992.

autor analisa 25 localidades distribuídas pela região de São Paulo entre os anos de 1777 e 1829. A região tinha como base de suas atividades a agricultura de subsistência, sendo a principal renda dos produtores a venda de excedentes. O café ainda passava por uma fase inicial de produção; ele se achava consolidado somente em algumas poucas áreas.

A idéia central do trabalho foi analisar a população escrava e suas características demográficas, bem como a situação matrimonial dos escravos. Sua população, no primeiro levantamento, apresentava um relativo equilíbrio entre os sexos, entretanto, nos anos seguintes, essa população cresce substancialmente e com clara predominância do sexo masculino. Essas alterações são reflexos das mudanças nas atividades econômicas da região, fruto da produção de açúcar e, posteriormente, do café. Como exemplo, temos a localidade de Areias, que, com a implantação da cultura do café, tinha participação de escravos que alcançava 45% de sua população. Além disso, as propriedades que estavam voltadas para essa cultura possuíam 80% dos escravos da localidade.

Quando se fala em crescimento populacional dos escravos representado principalmente pelos homens, é necessário acrescentar que isso se deve ao peso dos escravos africanos nas localidades estudadas, que afetou consideravelmente a proporção entre os sexos de sua população, e esse aumento se dá com maior intensidade nas faixas etárias mais adultas, face às necessidades relacionadas com a expansão das atividades econômicas.

O autor também avalia os padrões de casamento entre os escravos e chega a algumas conclusões nesse sentido. Os centros mais dinâmicos apresentavam maior proporção de escravos casados, explicada, em parte, pela relação entre o tamanho do plantel e as oportunidades de casamento. Nas outras regiões com menor dinâmica, a proporção de escravos casados era menor. Apesar dessas diferenças, os casados e os viúvos permaneceram estáveis ao longo do tempo.

A importância da capacidade reprodutiva natural por parte dos escravos, segundo ele, estaria relacionada com uma certa estabilidade da população cativa, fazendo parte de estudos que indicam essa ocorrência. Entretanto, pelos levantamentos realizados pelo autor, as áreas dedicadas à economia voltada para a subsistência apresentavam razão criança/mulher maior do que a apresentada pelas regiões voltadas para a atividade exportadora. A própria participação das crianças nos plantéis se altera com a entrada de novos escravos, via tráfico, visto que a tendência geral era de aquisição de escravos africanos adultos. A participação de crianças, quando se considera

sua origem e a de seus pais, também reflete a tendência geral de concentração entre aquelas que são de origem brasileira, com baixa proporção das de origem africana.

Manolo Florentino, em seu estudo sobre o tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, analisa a lógica que permitia a entrada de enormes contingentes de africanos a partir do entendimento não só do contexto histórico da época, com base na relação metrópole/colônia, mas com a introdução de novos conceitos relacionados com a origem desses indivíduos, ou seja, o continente africano.⁹²

A característica principal do tráfico, considerando os aspectos demográficos, era de um enorme desequilíbrio entre os sexos, o que promovia baixos índices de reprodução e de relações parentais. Além disso, a questão étnica afetava em muito a distribuição da escravaria, visto que, quando eram menores os níveis de desembarque, a população africana praticamente se equivalia à de crioulos. Porém, quando os níveis de desembarque cresciam, a proporção de africanos nos plantéis era maior do que a de crioulos. Essas variáveis são identificadas pelo indicador de razão de sexo, que, para a população africana é muito elevado, enquanto que, para a população crioula, apontava equilíbrio aproximado entre os sexos. Para o autor, *“A simples comparação destes índices é suficiente para demonstrar terem sido os africanos os principais responsáveis pelos desequilíbrios estruturais”*.⁹³ Além disso, a estrutura etária dos africanos demonstra o grande desequilíbrio pelas faixas etárias. Por exemplo, as crianças na faixa etária com menos de dez anos não chegavam a 4% de sua população.

O perfil demográfico dos escravos estava diretamente atrelado aos movimentos do tráfico negreiro, que influenciava diretamente na estrutura populacional – *“grosso modo, as taxas de africanidade, masculinidade e de adultos entre os cativos tendiam a variar de forma diretamente proporcional às flutuações do tráfico negreiro”*.⁹⁴

O estudo sobre a população escrava em Guarapuava é importante porque seu crescimento durante todo o século XIX foi contínuo. Além disso, os escravos se inserem durante todo esse período na formação e consolidação das estruturas sociais, políticas e econômicas da região. Ao mesmo tempo, eles possuem algumas características mais específicas, diferentes dos padrões estabelecidos e consagrados na historiografia do Paraná.

⁹² FLORENTINO, Manolo. *“Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro; séculos XVIII e XIX.”* São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁹³ Ibid. p. 58.

⁹⁴ Ibid. p. 59.

Vamos observar, por exemplo, que, apesar de uma população predominantemente masculina em todo o período analisado – somente em 1872 há equilíbrio entre os sexos –, as mulheres crescem de uma forma mais intensa do que os homens. Por isso, o indicador de razão de sexo sofre variações expressivas durante os anos selecionados. Há também o processo migratório intenso para Guarapuava e a questão da fronteira, que estavam produzindo efeitos na distribuição da escravaria.

Existiu uma forte relação entre a idade do escravo e a questão da força de trabalho, visto que os escravos são muito jovens e com algumas características particulares quanto à participação dos infantes nos plantéis. No início do século XIX, constata-se uma forte presença dos infantes, mas que vai se modificando com o correr do tempo. Ao se observar essas mesmas características com relação ao tamanho dos plantéis, vamos encontrar especificidades que alimentam para alguns deles a idéia de crescimento endógeno de sua população, ao mesmo tempo em que outras estratégias também faziam parte da propriedade para a reprodução da escravaria.

Tratamos também dos efeitos das migrações e do tráfico interno, que poderiam estar transformando as características da população local. Além disso, vamos mostrar que os nascimentos de escravos parecem que estancaram no período 1828/1840, demonstrando, assim, que o crescimento endógeno não foi a única possibilidade encontrada pelos proprietários de escravos para aumentar sua população.

Em uma área voltada para o abastecimento interno, os escravos, em sua maioria, eram de origem crioula, havendo poucos escravos africanos nos plantéis. Mas não podemos ignorar que, em alguns casos, os proprietários possuíam um importante número de africanos nos plantéis e que suas características eram diferentes daquelas apresentadas pela população de crioulos. Além disso, vamos ver que justamente os plantéis menores possuíam um número mais expressivo de africanos. Tudo isso dependendo das possibilidades da propriedade e da inserção ou não no mercado de escravos.

Outra questão importante se refere à cor dos escravos. Sabemos que existem estudos que abordam essa questão como fator de ascensão social e, ao verificar os registros dos escravos, vamos observar que essa característica é fundamental no processo de mobilidade social dos escravos, haja vista que os diversos plantéis utilizaram estratégias específicas para definirem a cor desses indivíduos.

Dessa forma, o capítulo está dividido em nove seções que procuram abordar algumas características da população escrava. A primeira seção, já vista, aborda alguns

momentos da historiografia da demografia escrava. A segunda seção analisa aspectos relacionados com o crescimento populacional dos cativos na primeira metade do século XIX. A população cresce permanentemente durante esse período, demonstrando assim o dinamismo por que passava a localidade. O perfil da população mostra que Guarapuava era área de demanda por escravos crioulos, particularizando assim as áreas de fronteira voltadas para o abastecimento interno e àquelas áreas voltadas para a *plantation*.

Na terceira seção, procuramos abordar a estrutura etária de sua população a fim de perceber as estratégias adotadas pelos proprietários quanto à aquisição dos cativos, haja vista que na maioria dos casos eles preferiam àqueles em idade produtiva. Além disso, verifica-se que os homens eram fundamentais para o perfil dos plantéis, apesar do crescimento importante que as mulheres tiveram entre os anos de 1828 a 1840. Também abordam-se questões relacionadas com a participação das crianças nas propriedades, demonstrando que o crescimento endógeno da população não foi apenas o único fator de crescimento populacional. Verifica-se que o processo migratório estava essencialmente trazendo seus reflexos para as propriedades de cativos para Guarapuava, pois muitos deles estavam chegando na localidade juntamente com os seus proprietários. Nessa seção estuda-se também a estrutura etária considerando por tamanho do plantel, isto é, como Guarapuava possuía escravarias pequenas, os plantéis foram divididos em três grandes tamanhos, aqueles com 10 ou mais escravos, os com 5 a 9 escravos e finalmente os plantéis com 1 a 4 escravos.

A origem dos escravos é abordada na quarta seção. Verifica-se que a população escrava era formada em sua grande maioria por crioulos. Algumas hipóteses são colocadas na seção a fim de explicar tal particularidade. Ao mesmo tempo, pesquisa-se algumas questões com relação às especificidades daqueles plantéis que possuíam africanos na propriedade.

Na quinta seção estudamos o estado conjugal dos cativos. Observa-se que a maioria era solteira, com poucos escravos casados e viúvos. Entretanto, para o ano de 1835, encontramos um número expressivo de casados/viúvos, o que demonstra que certos padrões não podem ser tidos como definitivos. As diferenças entre os crioulos e os africanos são colocadas na seção, pois verifica-se que os de origem africana normalmente todos eles eram solteiros.

A cor dos cativos é abordada na sexta seção. O problema da cor sempre foi questionada na sociedade colonial. Na realidade, os não brancos era sinônimo de inferioridade, demonstrando que os negros normalmente eram definidos como escravos.

Isso tudo ocorre principalmente na primeira metade do século XIX. As diferenças também aparecem quando verificamos a origem dos cativos, pois os crioulos eram socialmente mais bem definidos com relação à sua posição nos plantéis do que os africanos. Isto é, hierarquicamente parece que eles tinham maiores possibilidades de ascensão social do que os africanos quando olhamos apenas a questão da cor. Avançamos também com relação à cor quando comparamos por tamanho do plantel, sugerindo que os cativos nos plantéis menores tinham menos possibilidades de ascensão do que aqueles nas propriedades maiores.

A forte participação dos homens nos plantéis de escravos em Guarapuava pode ser vista a partir do indicador de razão de sexo. Assim, na sétima seção estudamos esse indicador levando em conta diversos aspectos, como a distribuição das escravarias por tamanho do plantel. Percebe-se que no período 1828/1840 algumas mudanças estavam ocorrendo em Guarapuava quanto às estratégias dos proprietários, visto que a razão de sexo se altera significativamente entre os anos. Os movimentos migratórios explicam em parte essas alterações. Entretanto, a distribuição das crianças por sexo, bem como as faixas etárias mais produtivas determinaram também mudanças no perfil da escravaria durante os anos.

A fim de entender mais sobre as especificidades dos plantéis, bem como as estratégias das propriedades quanto à aquisição de cativos, procura-se na oitava seção avaliar o indicador de dependência entre os escravos. Esse indicador permite avaliar se a dinâmica escrava era dependente do tráfico, ou do crescimento endógeno ou mesmo do tráfico interno. Por suas especificidades, a população escrava de Guarapuava tinha como dinâmica a reposição via migrações como pelo tráfico interno. Verifica-se esse comportamento a partir do tamanho dos plantéis, observando diferenças no indicador de dependência para os maiores plantéis com relação aos menores. De qualquer forma, os indicadores mostram que em função das altas taxas de masculinidade, o perfil da população cativa é muito parecido com os apresentados pelos plantéis formados em sua maioria por africanos.

Na última seção a população escrava é analisada a partir da segunda metade do século XIX. As características abordadas quando se estudaram os cativos na primeira metade do século XIX são também avaliadas nessa seção. Como as fontes de pesquisa são diferentes, isto é, trabalhou-se com os inventários *post mortem*, bem como os dados do Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1872, a metodologia empregada para

alguns dados foram modificadas com relação ao período da primeira metade do século XIX.

II.2 População escrava – primeira metade do século XIX

A população escrava em Guarapuava cresceu de forma contínua durante a maior parte do século XIX. Ao nos debruçarmos sobre as listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840, percebe-se que, apesar de problemas com os registros, principalmente com relação à população escrava, eles mostram as fortes migrações que estavam ocorrendo para a localidade. Pelas listas, observam-se características mais específicas com relação aos escravos, como seu nome, sua idade, sua cor, a origem e a quem pertenciam. O objetivo nessa parte do trabalho é analisar as principais características da população escrava nesses anos selecionados.

A população escrava em Guarapuava no ano de 1828 estava composta de 43 indivíduos. Destes, 29 eram homens e 14 eram mulheres. Já para o ano de 1835, sua população era de 82 indivíduos, sendo 49 homens e 33 mulheres. Portanto, houve um crescimento nominal de 90,7%, com taxa anual geométrica de 9,7%. Esse crescimento se distribui mais intensamente para as mulheres, que evoluem, no período, por volta de 135%, enquanto os homens evoluem 69%. Finalmente, no ano de 1840, os escravos são em número de 95, com 60 homens e 35 mulheres. No período 1828/1840, sua população cresce na ordem de 114%, com taxas anuais geométricas de 6,5%.

Isso demonstra que Guarapuava era área de demanda de escravos crioulos, o que reduzia em muito as suas taxas de mortalidade, se comparadas com as taxas encontradas, por exemplo, nas áreas de *plantation*, visto que, por serem localidades fortemente marcadas pelo abastecimento via tráfico externo, os escravos africanos passavam mais intensamente por altas taxas de mortalidade em função do choque microbiano, pelo menos antes da segunda metade do XIX. Desta forma, particularizamos as áreas de fronteira voltadas para o abastecimento interno, como Guarapuava, frente às áreas de fronteira plantacionistas. Com certeza eram fronteiras diferentes no que tocava às suas populações escravas.⁹⁵

⁹⁵ LIMA, Carlos A. M. “Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas”. Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica, Caxambu, MG, 2003. CD-ROM.

Como demonstrar que a imigração forçada de escravos para Guarapuava não aumentava a mortalidade dos cativos? Isso pode ser mostrado a partir das razões criança/mulher, pois, com tal indicador, se a mortalidade fosse tão alta quanto ela era nas áreas de *plantation*, não haveria tantas crianças sobreviventes.

Quadro 3. Relação Criança/Mulher – Anos Selecionados

Localidade/Ano	Crianças		Mães		Razão			
	0-4	0-9	15-39	15-49	0-4/15-39	0-4/15-49	0-9/15-39	0-9/15-49
Guarapuava:								
. 1828	4	10	4	5	1000	800	2500	2000
. 1835	9	15	21	26	430	346	714	577
. 1840	14	18	23	25	610	560	783	720

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

O indicador criança/mulher é o resultado da divisão do número de crianças pelo número de mulheres, multiplicado por mil. Isso quer dizer o seguinte; para um universo de mil mulheres qual seria o número de crianças vivas. Pelos dados da tabela, verifica-se que a população cativa em Guarapuava apresentou uma relação criança/mulher importante para os padrões das primeiras décadas no Brasil. Algumas localidades de São Paulo, por exemplo, estiveram abaixo dos indicadores apresentados por Guarapuava. As regiões onde o tráfico era intenso, a razão criança/mulher tendia a ser baixa. Minas Gerais, por exemplo, apresentou indicadores elevados, pois o crescimento endógeno foi um dos fortes fatores de aumento de sua população.⁹⁶

Analisaremos, também, a estrutura etária dessa população a fim de entendermos melhor as modificações que estavam ocorrendo na localidade com relação à população escrava, além de outras variáveis importantes, como, por exemplo, a estrutura etária por

⁹⁶ Mais adiante, especificamente no capítulo IV, estaremos abordando essas questões com mais intensidade. Entretanto, alguns estudos são importantes para demonstrarem esses padrões na razão criança/mulher. LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert. “Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX. São Paulo em 1829”. Estudos Econômicos, São Paulo, 20(3), p. 349-379, set-dez, 1990. MOTTA, José Flávio. “Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. ALMEIDA, Carla Maria C. “Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana (1750-1850)”. População e família, São Paulo, vol.1, nº 1, p. 235-260, jan/jun, 1998. NERO, Iraci Del & GUTIERREZ, Horácio. “Paraná – Mapas de Habitantes 1800-1830”. São Paulo, IPE, 1985. SCHWARTZ, Stuart. “Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835”. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

tamanho do plantel, a origem dos escravos, o estado conjugal, a cor, a razão de sexo e as taxas de dependência. A localidade ainda estava recebendo muitos homens livres de outras áreas trazendo seus escravos, fortalecendo, assim, a idéia de que sua fronteira estava se alargando e que a política imperial ainda estava provocando seus reflexos na região.

II. 3 Estrutura Etária

A população escrava em Guarapuava cresce permanentemente e de forma contínua durante a primeira metade do Século XIX, principalmente ao verificarmos os dados referentes às listas nominativas de habitantes para os anos de 1828, 1835 e 1840. Tais listas, apesar de revelarem, muitas vezes, informações relevantes quanto à caracterização da escravaria, apresentam certas lacunas, visto que no período havia muitos sub-registros face às dificuldades e despreparo de quem as produzia, principalmente com a população escrava⁹⁷.

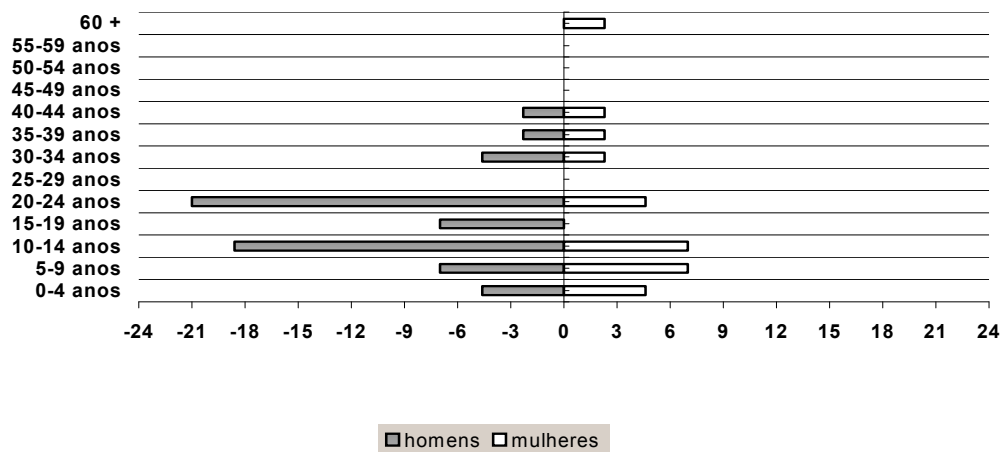
Pelas listas nominativas, pode-se averiguar dados como o nome do escravo, sua idade, cor, estado conjugal, procedência, principalmente nos registros de 1835, e a propriedade a quem pertencia. O objetivo, nessa parte do trabalho, é analisar os principais dados referentes à população escrava em Guarapuava a partir dessas listas nominativas de habitantes, percebendo como ela estava se compondo a partir das estratégias dos proprietários.

A escravaria, em 1828, era composta de 29 homens e 14 mulheres em seus plantéis. Assim, sua razão de sexo era de 207, bastante elevada para os padrões estudados para o Paraná, pois havia já no início do século estudos informando que existia equilíbrio entre os sexos na região⁹⁸. Mais adiante, na seção II.7, analisamos detidamente esses números, comparando-os com aqueles pesquisados para o Paraná. A estrutura etária da população escrava, nos anos selecionados, pode ser verificada a partir da construção das pirâmides etárias abaixo.

⁹⁷ Por exemplo, na lista do ano de 1828 não há registro da origem dos escravos. Da mesma forma, no ano de 1835, apesar de mais completa, não há registro do estado conjugal dos escravos e, finalmente, para o ano de 1840, não encontramos registrada a origem da maioria dos escravos.

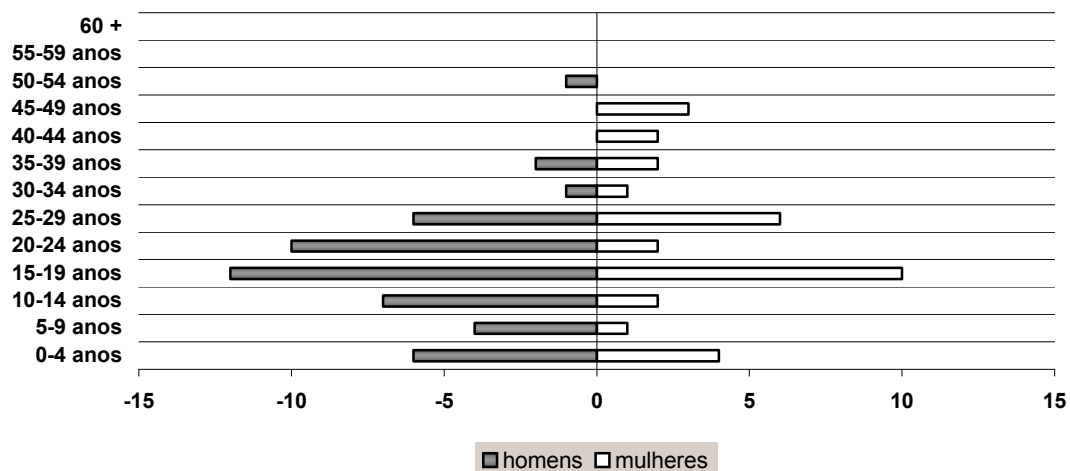
⁹⁸ Gutierrez, em seu estudo sobre escravidão no Paraná no início do século XIX, conclui que a razão de masculinidade de sua população foi de 105, em média, considerando tanto as áreas voltadas para o litoral como para o planalto. GUTIERREZ, Horácio. *“Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830.”* Estudos Econômicos, São Paulo, V. 17, Nº 2, p. 297-314, maio/ago, 1987.

Gráfico 11: Pirâmide Etária - População Escrava - 1828



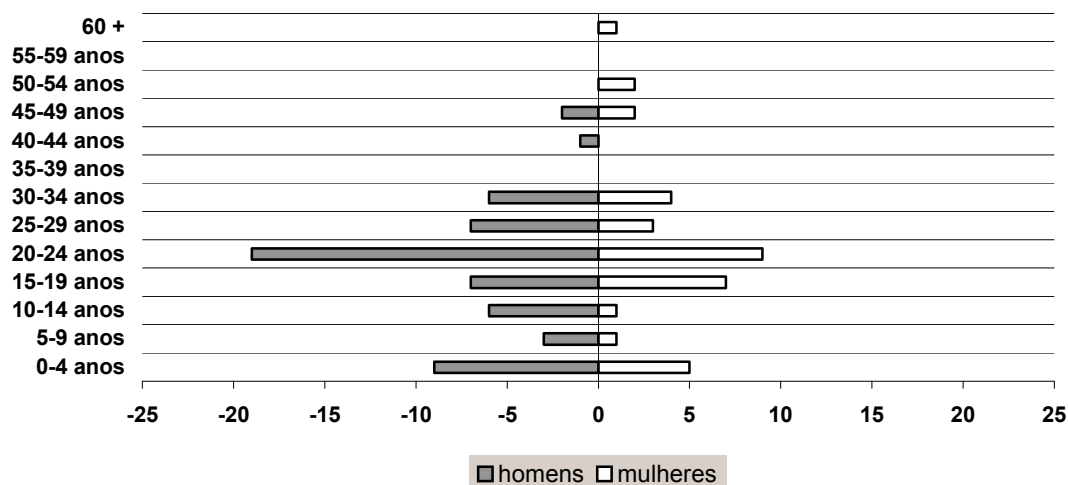
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 12: Pirâmide Etária - População Escrava - 1835



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 13: Pirâmide Etária -População Escrava- 1840



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro – Castro, PR.

Observando a estrutura etária de sua população, verifica-se que a distribuição de sua população privilegia os escravos em idade produtiva, fortalecendo, assim, a hipótese de que o processo migratório que estava ocorrendo no período é fundamental para compreendermos a estrutura de sua população. A questão da concentração em idade produtiva poder ser confirmada ao avaliarmos o número de escravos na grande faixa etária de 0 a 39, com 92,4% de participação, considerando média simples⁹⁹. Assim, a estrutura da escravaria permite informar que a estratégia dos proprietários estava sendo determinada para aquelas faixas etárias que normalmente são consideradas mais produtivas, o que não é nenhuma novidade, considerando-se o perfil dos escravos no Brasil em todas as localidades estudadas. Isso demonstra que a relação idade do escravo e força produtiva era fundamental para a aquisição e/ou formação da estrutura etária de sua população e importante também para o processo econômico das propriedades, pois, conforme se dava a aquisição dos mesmos, era necessária a sua utilização de uma forma compulsória e permanente durante os melhores anos de suas vidas, ou seja, naquele

⁹⁹ Para esse cálculo, consideramos os escravos na faixa etária de 0 a 39 separadamente pelas listas nominativas. Dessa forma, procedemos ao cálculo da participação dessa grande faixa etária no total de sua população. Posteriormente, calculamos o somatório de cada ano e o dividimos por três. Assim, no ano de 1828 são 40 escravos nessa faixa etária para uma população total de 43 cativos, o que perfaz 93,0%. Para o ano de 1835 são 76 escravos num total de 82 cativos, o que, em termos percentuais, significa 92,7% e, finalmente, para o ano de 1840 são 87 escravos para uma população total 95 cativos, perfazendo 91,6%. Calculando a média simples para os três anos, o resultado final é de um percentual de 92,4%.

momento em que a força de trabalho estava apta a desenvolver intensamente os trabalhos necessários para a atividade econômica de seus proprietários.

Outra questão importante que pode ser verificada na pirâmide etária da escravidão é a maior participação dos homens nos plantéis. Apesar do pequeno número de escravos – talvez em função não só de ser área de fronteira nova, de povoamento recente, mas também face às especificidades de suas atividades econômicas, voltadas para a pecuária, a criação e a lavoura de alimentos –, as migrações continuavam a privilegiar os homens. Isso é relevante face às características da população escrava no Paraná, principalmente nas primeiras décadas do XIX, quando havia um certo equilíbrio entre os sexos.

Horácio Gutierrez, ao estudar os escravos no Paraná nas primeiras décadas do século XIX a partir das listas nominativas de habitantes, considerando localidades tanto no Litoral como no Planalto, apresenta resultados interessantes com relação às razões de sexo, pois se verifica o relativo equilíbrio entre os sexos.¹⁰⁰ Para o autor, as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina como em outras partes. Isso acontecia tanto para o Litoral, produtor de alimentos, como para o planalto, com suas atividades voltadas para a pecuária e a agricultura de alimentos.

Ao estudar o perfil da população escrava em Curitiba, a partir dos dados do *“Livro de classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação”* do ano de 1875, Eduardo Spiller Pena também verifica o equilíbrio entre os sexos.¹⁰¹ Entretanto, o autor observa que a razão de sexo aumenta na medida em que cresce o tamanho das posses. Algumas questões poderiam estar produzindo essas características nos plantéis e uma delas está relacionada com a atividade econômica, pois os homens eram maioria naqueles plantéis onde a atividade estava relacionada com os engenhos de beneficiamento de mate, enquanto que a predominância das mulheres se dava na área mais urbana, onde os serviços domésticos eram maioria.

Entretanto, Carlos Lima, estudando os escravos em Castro no período 1824-1835, a partir de uma análise das listas nominativas de habitantes, observa que a razão de sexo se altera significativamente a partir de 1830, isto é, os homens se tornam

¹⁰⁰ GUTIERREZ, Horácio. *“Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830.”* Estudos Econômicos, v. 17 (2): 297-314, maio/ago 1987.

¹⁰¹ PENA, Eduardo Spiller. *“O jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e a Lei na Curitiba provincial.”* Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999, p. 362.

maioria, tanto para os pequenos como para os grandes plantéis.¹⁰² Essa alteração nas razões de sexo é consequência não só das transformações das condições de oferta de cativos, pela expansão das compras de africanos, bem como pela reprodução endógena da escravidão e, finalmente, pela migração interna de senhores e seus escravos, marcada pela masculinização.

Um outro estudo sobre Castro, produzido por Patrícia Ogura, abordando a distribuição cativa pelas diferentes faixas das escravarias, com base na lista de classificação de escravos, observa que, em 1875, a razão de sexo de sua população foi de 108.¹⁰³

Da mesma forma, ao estudar as Irmandades Negras em Curitiba no período 1765-1777 e analisando os óbitos de escravos, Lima percebe que os escravos do sexo masculino superavam as cativas em todas as faixas etárias e, de uma forma até surpreendente, pois os homens chegavam a quase o dobro das mulheres.¹⁰⁴

Mary Karasch estudando a vida dos escravos no Rio de Janeiro, observando os escravos que foram enterrados pela Santa Casa da Misericórdia no ano de 1849 chegou ao número de 492 escravos contra 213, portanto com razão de sexo de 230.¹⁰⁵

A fim de reforçar o caráter de fronteira de Guarapuava, os dados quanto aos óbitos de escravos permitem inferir outras questões que fortalecem o processo de ocupação de Guarapuava, pois os óbitos de africanos foi em número de 35, enquanto que as mulheres africanas foram 11, portanto com razão de sexo de 318, padrões até mesmo elevados para a população africana se comparada com outras localidades onde era predominante a participação dos africanos nos plantéis.

Assim, pode-se afirmar que os estudos sobre os escravos realizados por Gutierrez só valem efetivamente para aquele período, isto é, o equilíbrio entre os sexos observado pelo autor somente é válido para os primeiros decênios do século XIX. Além disso, Guarapuava se mostra diferenciada das outras áreas estudadas por Gutierrez, dada sua especificidade de área de fronteira.

¹⁰² LIMA, Carlos A M. “*Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de Listas Nominativas.*” V Congresso de História Econômica e VI Seminário Internacional de História de Empresas – Anais, Caxambu, MG; ABPHE, 2003.

¹⁰³ OGURA, Patrícia Borges. “*Viver na Fronteira: uma análise estrutural da família, das ocupações e estratégias cativas em busca da manumissão, a partir das Listas de Classificação de escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Castro (1875).*” Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba. 2004.

¹⁰⁴ MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos A M. “*Devoção e Incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa.*” Curitiba, Peregrina, 2002.

¹⁰⁵ KARASCH, Mary. “*A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).*” Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 146.

Uma outra hipótese que poderia estar levando os proprietários de escravos a adquirir ou mesmo migrar com seus escravos para Guarapuava seria a defesa contra a população indígena da localidade, haja vista que essa era numerosa e violenta quanto à defesa de suas áreas, mesmo porque alguns estudos fazem referência aos ataques à população branca que estava povoando à região, principalmente a partir de sua efetiva ocupação no ano de 1810¹⁰⁶. Mas não parece ser essa a única explicação passível de ser defendida, visto que, durante a primeira metade do século XIX e após as leis que promoveram o estancamento da oferta de escravos para o mercado brasileiro, sua população em Guarapuava era formada, em sua maioria, por homens, apesar de algumas mudanças importantes na estrutura etária de sua população.¹⁰⁷

No ano de 1828, a faixa etária dos infantes (0 a 14) participava com quase 49% da escravaria, já no ano de 1835, sua participação se reduz para perto de 30% e, em 1840, para 26%. Essa modificação na estrutura da população ocorre em favor da faixa etária de 15 a 39, que pula de uma participação de 44%, em 1828, para mais do que 60% nos anos seguintes. Horácio Gutierrez, ao estudar a população escrava no Paraná no final do século XVIII e início do século XIX, revela que a população dos infantes tinha uma forte participação nos plantéis, aproximadamente 40%, o que determinava um forte crescimento endógeno de sua população.¹⁰⁸ Guarapuava, entretanto, não acompanha essa característica apresentada pelas outras localidades do Paraná, pois apenas no ano de 1828, e de uma forma surpreendente, a população dos infantes atinge a cifra de 49%. Nos outros anos, sua população se reduz para índices entre 30% e 26%. Não só o fator endógeno promovia o crescimento de sua população, mas as migrações eram fundamentais nesse processo.

Dos 16 proprietários que possuíam escravos em 1828, observa-se que as propriedades menores, aquelas com 1 ou 2 escravos, na sua grande maioria tinham crianças nos plantéis. Qual deveria ser a estratégia desses proprietários para possuírem somente crianças em sua propriedade? De que forma os proprietários adquiriam esses

¹⁰⁶ Referem a esses ataques durante a primeira metade do século XIX trabalhos como: Alcioly Gruber de Abreu *"A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava."* Curitiba. Biblioteca Pública do Paraná, 1986. Gracita Gruber Marcondes *"Escravidão e trabalho"* Guarapuava, UNICENTRO, 1991 e de Zeloí Aparecida Martins dos Santos *"Os Campos de Guarapuava na política indígena do Estado Provincial do Paraná (1854-1889)"* Dissertação de mestrado, UNICENTRO/UNESP, 1999.

¹⁰⁷ No caso a Lei de 1830, como também a Lei que proibiu definitivamente o tráfico internacional de escravos a partir de 1850.

¹⁰⁸ GUTIERREZ, Horácio. *Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830.* Estudos Econômicos, v. 17 (2): 297-314, maio/ago 1987.

escravos? Sugerimos que esses proprietários poderiam estar trazendo esses escravos de outros lugares.

Além disso, as duas maiores propriedades, uma com 10 e a outra com 6 escravos, tinham um percentual importante de crianças nos plantéis. Entretanto, nos anos seguintes, a estrutura etária vai se modificando, pois as propriedades menores, aquelas com 1 a 2 escravos, reduzem significativamente a participação de crianças nos plantéis. Além disso, as propriedades estão crescendo no período, visto que se encontra um número maior de propriedades com a posse de 3 ou mais escravos. Essas análises são parte integrante das seções II.3.1, II.3.2 e II.3.3, quando nos debruçamos sobre os estudos individuais com relação à pirâmide etária de cada faixa de tamanho de plantel, bem como sobre a estrutura de posse de cativos.

A movimentação da escravaria durante os anos selecionados permite inferir que sua população foi marcada por migrações e pelo tráfico interno. Assim, elaboramos a tabela 22, que mostra as características de como essa população estava se comportando de acordo com as estratégias de seus proprietários. Dos 82 escravos registrados no ano de 1835, 47 deles, ou 57,3%, foram resultados de migrações; 12 escravos, ou 14,6%, foram fruto de aquisições no mercado e os restantes 23 escravos já pertenciam aos seus proprietários em 1828. Portanto, dos escravos presentes nas propriedades em 1835, aproximadamente 72% resultam das migrações e de aquisições por parte de seus proprietários.

Tabela 22. Movimentação da escravaria entre os anos de 1828, 1835 e 1840 a partir das listas nominativas de habitantes – Guarapuava.

Faixas Etárias	Migração		Novas Aquisições		Entre Faixas		Outros*		Total	
	28/35	35/40	28/35	35/40	28/35	35/40	28/35	35/40	28/35	35/40
0 a 4 anos	6	6	-	-	-	-	4	8	10	14
5 a 9 anos	5	1	-	2	-	1	-	1	5	5
10 a 14 anos	5	4	1	1	3	-	-	1	9	6
15 a 19 anos	9	7	6	2	7	2	-	3	22	14
20 a 24 anos	7	10	1	6	4	7	-	5	12	28
21 a 29 anos	10	3	1	1	1	5	-	1	12	10
30 a 34 anos	1	5	1	2	-	3	-	-	2	10
35 a 39 anos	1	-	2	-	1	-	-	-	4	-
40 a 44 anos	1	-	-	1	1	-	-	-	2	1
45 a 49 anos	1	-	-	3	2	1	-	-	3	4

50 a 54 anos	1	-	-	1	-	1	-	-	1	2
55 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60 ou +	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	47	36	12	19	19	21	4	19	82	95

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro, PR.

(*) A condição “outros” considera os escravos que provavelmente nasceram na propriedade, bem como aqueles cativos que permaneceram na mesma faixa etária entre os períodos analisados.

Para o ano de 1840, dos 95 escravos registrados, 36 resultam das migrações, o que perfaz 37,9% da escravaria: 19 deles, ou 20%, resultam de aquisições e 40 escravos já faziam parte das propriedades em 1835. Apesar da menor intensidade, percebe-se no período 1835/1840 o impacto das migrações na estrutura etária de sua população. Ao mesmo tempo, parece que os proprietários estavam direcionando suas estratégias também para aquisições de cativos no mercado ou pelo crescimento endógeno de sua população.

Portanto, em nossa avaliação, os movimentos referentes ao tráfico interno de escravos foram intensos durante as primeiras décadas do XIX em Guarapuava. Quatro desses escravos classificados na tabela como “outros” se referem às crianças com idades entre de 0 a 4. Essas crianças, muito provavelmente, nasceram em Guarapuava, visto que seu proprietário já estava registrado na lista de 1828. Portanto, considerando o intervalo de tempo entre uma lista e outra, é forte a possibilidade de que tenham sido paridas na localidade.

Ao separarmos por faixas etárias quinquenais, observa-se que a faixa etária de 0 a 4 possui equilíbrio entre os sexos no ano de 1828, entretanto, para os anos seguintes, a participação dos homens é superior. Há um incremento na faixa etária de 0 a 4 no período, visto que em 1828 havia 4 escravos nessa faixa etária, enquanto que, em 1835, esse número é de 10 escravos. Para os 4 escravos registrados em 1828, apenas 1 deles migra para a faixa etária subsequente, enquanto 2 escravos de propriedade de Antonio da Rocha Loures, com idade de 1 ano, não aparecem mais nos registros de 1835, da mesma forma que a escrava Mafalda, com 2 anos de idade, propriedade de Jacinto Mendes de Araújo.

Dos 10 escravos registrados em 1835, na faixa etária de 0 a 4, quatro eram da mesma propriedade e eram novos no plantel se considerarmos as duas listas (a de 1828 e de a 1835). Essa propriedade era a maior do período, com um total de 11 escravos, e

seu proprietário é Antonio da Rocha Loures, com funções militares e grande proprietário de terras.

Os restantes 6 escravos eram de propriedade de 3 proprietários que estavam migrando para Guarapuava entre as listas de 1828 e 1835. Essa dinâmica pode ter alguma explicação nos movimentos que ocorriam dentro dos plantéis de escravos a partir das estratégias de seus proprietários e dos escravos. Essa explicação será retomada posteriormente, quando analisarmos os plantéis individualmente.

Observa-se um incremento na faixa etária de 0 a 4 para o ano de 1840 em relação ao ano de 1835. Naquele ano, o total de escravos, em termos absolutos, era de 10 escravos, com participação relativa de 12%. No ano de 1840, esse número sobe para 14, com participação relativa de 15%, portanto, essa faixa etária apresenta, no ano de 1840, sua maior concentração, se comparada com os anos anteriores das listas, mesmo porque no ano de 1828 essa faixa etária tinha participação relativa de 9%.

A movimentação da escravaria nessa faixa etária, a partir da lista de 1835, foi determinada da seguinte maneira: dos 10 escravos registrados em 1835 nesse intervalo de idade, 6 escravos não aparecem mais nos registros de 1840; 3 continuam pertencendo à mesma faixa etária no levantamento de 1840 – o que não deixa de ser estranho, pois deveriam estar em faixas etárias diferentes, mas, como havia sub-registros e incorreções nos levantamentos, é possível que isso estava acontecendo com a idade desses escravos – e, finalmente, 1 escravo passa para a faixa etária posterior.

Com relação aos escravos registrados nessa faixa etária em 1840, foi a seguinte a movimentação: 6 escravos estão registrados naquelas propriedades cujo proprietário estava migrando para Guarapuava, isto é, não havia registro anterior dessas propriedades, o que não quer dizer que não poderia estar havendo nascimentos dos mesmos na localidade; 5 escravos são fruto provavelmente de nascimentos no período, pois a propriedade estava registrada nas listas anteriores, e, finalmente, 3 escravos não mudaram de faixa etária. Isso significa que a maioria dos escravos de 1835, em princípio, tiveram um outro destino que não fosse pertencer à escravaria em 1840, pois, dos 10 escravos registrados, apenas 4 continuavam fazendo parte dos plantéis. Em 1840, dos 14 escravos listados nessa faixa etária, a maioria foram de novas aquisições.

Assim como acontece com a faixa etária de 0 a 4, a faixa etária de 5 a 9 também apresenta equilíbrio entre os sexos no ano de 1828. Entretanto, esse perfil se modifica nos anos seguintes. Para entendermos um pouco mais as modificações que estavam ocorrendo nos planteis a partir da faixa etária de 5 a 9, é interessante verificarmos essa

dinâmica considerando as listas a fim de observarmos essas alterações em cada uma delas. Em 1828 havia 8 escravos, distribuídos em 4 homens e 4 mulheres, o que representava em torno de 19% da escravaria total.

Já em 1835, esse número se altera para 5 escravos, sendo 4 homens e apenas 1 mulher, o que representa, em termos percentuais 6%, portanto, uma redução com relação aos valores de 1828. O que estava acontecendo no intervalo entre as duas listas é que 5 escravos listados em 1828 na faixa etária de 5 a 9, passaram a fazer parte das faixas etárias subseqüentes; 3 escravos registrados na lista de 1828 não aparecem na lista de 1835, um deles, a escrava de nome Antonia, com a idade de 9 anos, pertencente a Manoel de Souza, simplesmente não aparece registrada em nenhuma lista após 1828. A outra escrava é Maria, com 7 anos de idade, pertencente a Joaquim Batista dos Santos e paradeiro desconhecido. Finalmente, encontramos o escravo José, com 6 anos de idade e de propriedade de Atanagildo de Almeida e, da mesma forma que acontece com a escrava Antonia, de propriedade de Manoel de Souza, desaparece dos registros nas listas subseqüentes. Os 5 escravos listados em 1835 fazem parte de novas propriedades, ou seja, nesse intervalo chegaram na região com os seus proprietários. Concluimos que, a partir dos registros de 1828, parte dessa faixa etária envelheceu, já que 5 escravos estavam registrados em 1835 nas faixas etárias posteriores e 3 deles simplesmente tiveram seus destinos ignorados. Portanto, o plantel atual dessa faixa é composto por escravos novos, visto fazerem parte de novas propriedades, ou seja, o tráfico interno estava ocorrendo para essa faixa etária.

No ano de 1840, na faixa etária de 5 a 9, provavelmente há sub-registros em função do número de escravos, visto que reduz significativamente o número de escravos entre os registros de 1828 e de 1840. Dos 8 escravos registrados naquela lista, o número de infantes cai para cinco em 1840. Se analisarmos o período 1835/1840, verifica-se o seguinte: dos 5 escravos registrados nessa faixa etária em 1835, quatro deles simplesmente desaparecem no período, pois não estão mais registrados em 1840, e um deles permanece na mesma faixa. Ao avaliarmos os escravos de 1840, observa-se que 2 escravos fazem parte de aquisições de seus proprietários; 1 escravo passa de uma faixa etária para outra; um outro escravo está migrando e, finalmente, 1 escravo permanece na mesma faixa etária.

Já para a faixa etária de 10 a 14, há total predominância dos homens, apresentando razão de sexo de 267, muito próxima daquelas para as áreas agroexportadoras, apesar de ser considerada ainda como uma faixa etária de infantes.

É necessário estudarmos com mais detalhes essa composição da escravidão nessa faixa etária a fim de avaliarmos com segurança os efeitos desses indicadores. Para essa faixa etária, o número absoluto se mantém entre as listas de 1828 e 1835. Inclusive é homogêneo ao considerarmos os escravos e as escravas, pois os números totais para as duas listas são de 7 homens e 2 mulheres. Dos 9 escravos em 1828, quatro passaram a fazer parte das faixas etárias posteriores, 2 escravos do proprietário Manoel de Souza, conforme descrito quando da análise da faixa etária entre 5 a 9 anos não aparecem na lista de 1835. Dois escravos do proprietário Manuel Ferreira dos Santos também não aparecem registrados na lista de 1835 – José e Felicidade. O escravo Domingos, de propriedade de Francisco Mendes de Araújo, também não aparece registrado na lista de 1835. Portanto, dos nove escravos existentes na lista de 1828, apenas quatro estavam presentes em 1835. O restante dos escravos migrara com os seus proprietários ou foram adquiridos por outros proprietários, ou mesmo faleceram na localidade.

Dos 9 escravos pertencentes à faixa etária de 10 a 14 em 1835, três escravos são provenientes de faixas etárias anteriores e listados em 1828; um escravo é aquisição nova do proprietário Domingos Inácio de Araújo e 5 são posse de novos proprietários que estavam se estabelecendo na localidade. Ou seja, grande parte da escravidão na faixa etária de 10 a 14 em 1835 foi adquirida ou migrou de outras regiões.

Da escravidão que fazia parte da faixa etária de 10 a 14 em 1835, seis não aparecem mais nos registros de 1840; dois mudam de faixa etária e um deles permanece na mesma faixa etária quando dos registros de 1840. Enquanto isso, dos 6 escravos registrados na lista de 1840, quatro são fruto de migrações por parte de seus proprietários; um é resultado provavelmente de aquisições no mercado e o outro permanece na mesma faixa etária da lista anterior.

Na faixa etária de 15 a 19 para o ano de 1828, encontram-se apenas homens escravos nos plantéis, configurando apenas não mais uma questão de possibilidades, mas sim de uma estratégia bem clara determinada pelos proprietários quanto à necessidade de homens escravos como força de trabalho. O incremento da escravidão no ano de 1835 é substancial em relação à lista de 1828, considerando tanto os escravos como as escravas, pois, se havia apenas 3 escravos em 1828, esse número passa para 12 em 1835. Com relação às escravas, se não havia escrava nessa faixa etária em 1828, há registro de 10 escravas em 1835.

Devemos observar que, no plantel total de homens, a participação total dessa faixa etária passa de 7% para aproximadamente 15% de um período para o outro. Para

as mulheres escravas, esse percentual é de 12% em 1835. Algumas outras observações devem surgir a partir desses números, considerando que as propriedades estavam produzindo diferentes estratégias para a formação de suas escravarias, provavelmente em função das suas atividades econômicas.

Por exemplo, o incremento absoluto de escravos foi de 19 indivíduos de um período para o outro, sendo que sete escravos possuíam idades entre 10 a 14 anos no levantamento de 1828, portanto, estavam ficando mais velhos ou mesmo passando de uma faixa etária para outra na lista de 1835. Seis escravos de proprietários que também estavam na lista de 1828 são considerados como novas aquisições, seja por migração, compra, doação ou outra forma de posse de escravos. Nove escravos eram propriedade de novos proprietários que migraram para Guarapuava entre uma lista e outra e os 3 escravos listados em 1828 na faixa etária de 15 a 19, em 1835, simplesmente mudaram de faixa etária.

A faixa etária de 15 a 19 possui um total de 14 escravos em 1840, com participação percentual de 15% da população. Entretanto, essa faixa possuía na lista anterior 22 escravos, dos quais 10 não estão registrados na lista seguinte; 9 mudam de faixa etária e 3 permanecem na mesma faixa etária. Já na lista de 1840, dos 14 escravos registrados nessa faixa etária, 7 fazem parte das migrações para a localidade por parte de seus proprietários; 3 pertencem à mesma faixa etária da lista anterior; 2 estão mudando de faixa etária entre uma lista e a outra e, finalmente, 2 são novas aquisições.

Para o intervalo de 20 a 24 anos, mais uma vez é clara a estratégia dos proprietários quanto à necessidade de homens em suas atividades, visto que a participação deles é bem superior à das mulheres, com razão de sexo de 450, alto até para as regiões agroexportadoras, mas bastante diferente dos índices apresentados por Gutierrez para o Paraná, bem como por outros estudos relacionados a algumas regiões com características parecidas com as de Guarapuava¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Schwartz, em seu estudo sobre a sociedade colonial baiana, demonstra que a razão de sexo em engenhos e fazendas de cana no período 1710-1827 foi de 199 e 126 respectivamente. No caso dos africanos, a razão de sexo foi de 256 para os engenhos e de 126 para as fazendas de cana. Para os crioulos, a razão de sexo foi de 134 no caso dos engenhos e de 126 para as fazendas. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Cia das Letras, 1988. p. 287. Warren Dean, estudando a localidade de Rio Claro no período 1820-1920, mostra que a razão de sexo da população escrava foi de 267 no ano de 1822 e de 165 no ano de 1835. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 71. Manolo Florentino e José Roberto Góes, estudando o tráfico de africanos pelo Porto do Rio de Janeiro no período 1822-1833, demonstram que os escravos africanos exportados por via terrestre e marítima para outras localidades do país apresentaram razão de sexo de 318 para a população escrava total e de 347 para a faixa etária de 20 a

Se na lista de 1828 há um número absoluto de 11 escravos, o que representa quase 26% da escravaria naquele ano, para a lista de 1835 o total de escravos na faixa etária de 20 a 24 é de doze indivíduos, com participação de 15% no total da escravaria, menor, portanto, do que o total encontrado na lista de 1828.

Dos 11 escravos que pertenciam a essa faixa etária em 1828, dois foram para a faixa etária subsequente, enquanto os outros 9 não aparecem na lista de 1835, seja em função possivelmente das migrações realizadas por seus proprietários – visto que alguns deles não estão registrados nas listas de 1835 e 1840, como é o caso de Manoel de Souza e de Atanagildo José Mendes, que possuíam três escravos nessa faixa etária –, ou pelos movimentos de compra e venda por parte dos proprietários – mudando o perfil de sua escravaria – ou mesmo por morte do escravo.

Isso é comprovado no caso dos proprietários Antonio da Rocha Loures, Jacinto Mendes de Araújo, José Siqueira Cortes, Manoel Mendes de Araújo e de Domingos Inácio de Araújo, que no ano de 1828 possuíam, em seu conjunto, seis escravos naquela faixa etária e que não reaparecem na lista de 1835. Portanto, para a lista de 1835 apresentar doze escravos, pressupõe-se que estava havendo migração de faixa etária entre os escravos ou uma outra estratégia por parte dos proprietários, seja ela de migrações ou mesmo de aquisições no mercado local.

O que nos parece mais plausível, pelos dados levantados entre uma lista e a outra, é que estava havendo migração de proprietários trazendo seus escravos para a região, pois sete dos doze escravos eram propriedade de novos senhores que não estavam registrados na lista de 1828, ou seja, eram novos indivíduos se instalando na Vila de Guarapuava; quatro escravos migraram de uma faixa para a outra e apenas um escravo pode ser considerado como nova aquisição por parte de seu proprietário, pois não estava registrado na lista de 1828 e aparece em 1835 com a idade de 24 anos.

24 anos. FLORENTINO, Manolo & GOES, José R. *“A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850”*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. p. 233. Gutierrez, ao estudar algumas regiões do Paraná entre 1804 e 1830, chega ao valor próximo de 103 no indicador de razão de sexo para a população escrava. GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”*. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 1986. p. 106. Em Castro, a partir dos estudos de Carlos Lima, as razões de sexo da população escrava foram de 106 e de 122 respectivamente para os anos de 1824 e 1835. Ao separar por procedência, os escravos crioulos apresentaram razões de sexo de 98 e 112 respectivamente e a população de africanos, razões de 235 e 180.¹⁰⁹ LIMA, Carlos A. M. *“Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de Listas Nominativas.”* V Congresso de História Econômica e VI Seminário Internacional de História de Empresas – Anais, Caxambu, MG; ABPHE, 2003.

A faixa etária 20 a 24 é a mais representativa e de maior peso na população escrava em 1840, pois possui, em números absolutos, 28 escravos, com participação percentual de quase 30% de sua população. Essa movimentação é fruto de algumas especificidades locais, principalmente em função das migrações que estavam acontecendo e que são a tônica da população escrava em Guarapuava, conforme pode ser verificado nas análises principalmente das listas de 1835 e 1840.

Em 1835, a lista geral dos habitantes registrava o número de 12 escravos para essa faixa etária, dos quais sete não aparecem mais nos registros da lista seguinte, três mudam de faixa etária e dois permanecem na mesma faixa etária. Para o ano de 1840, dos 28 escravos registrados, dez estão migrando para a localidade junto com os seus proprietários; sete estão mudando de faixa etária entre uma lista e a outra; seis são novas aquisições por parte de seus proprietários e cinco permanecem na mesma faixa etária.

Isso demonstra que 57% dos escravos são indivíduos novos nas propriedades, desfazendo, em parte, a idéia, de que a maioria dos escravos nessa faixa etária poderia ser decorrência do envelhecimento daqueles escravos que estavam registrados na faixa etária de 10 a 19 em 1835 – isso ocorre com 43% dos escravos.

Para a faixa etária de 25 a 29, observam-se as transformações que estavam ocorrendo de um período para o outro, haja vista que, em 1828, não havia nenhum escravo nessa faixa etária, enquanto que, na lista de 1835, o total de escravos é de doze almas. Alguns deles são fruto da migração entre faixas etárias, como ocorre com o escravo Luciano, do plantel de Antonio da Rocha Loures, listado em 1828; um deles é consequência de novas aquisições, como é o caso da escrava Antonia, de 26 anos, propriedade também de Antonio da Rocha Loures, e os dez restantes resultam, provavelmente, das migrações que estavam ocorrendo com os proprietários e suas famílias, sendo os escravos trazidos conjuntamente.

O movimento da escravaria, a partir da lista de 1835, teve as seguintes características: seis não aparecem mais nos registros na lista de 1840; três aparentemente estão com problemas de registros, pois, em princípio, suas idades se reduzem em relação àquela registrada em 1835; dois estão mudando de faixa etária e um permanece na mesma faixa.

Em 1840, os escravos tiveram a seguinte movimentação: quatro pertenciam à faixa etária anterior e estão passando para a faixa seguinte; três estão migrando com os seus proprietários; um é nova aquisição por parte da propriedade; um permanece na mesma faixa etária quando do registro da lista de 1835 e, finalmente, um também é,

provavelmente, fruto de equívoco do recenseador, pois aparece com idade inferior à apresentada na lista anterior.

O que estava acontecendo com a população escrava nesse período em Guarapuava decorre das estratégias dos proprietários dando vazão às suas necessidades e compromissos com suas atividades, visto que estava havendo bastante mobilidade entre as pessoas livres com condições de adquirirem algum pedaço de terra ou mesmo iniciar alguma outra atividade em função da expansão da fronteira.

Tais modificações eram consequência, basicamente, dos movimentos de povoamento e de exploração por parte dos proprietários na localidade, talvez deixando de lado as formas mais aceitas de padrões de posse e de demografia que a historiografia definiu para muitas localidades, como, por exemplo, o próprio Paraná, a Região Sudeste, considerando aqui as regiões de grande lavoura; a região de Minas Gerais, com suas especificidades de economia não-exportadora, e a Região Nordeste, considerando as áreas agro-exportadoras, bem como aquelas de economia interna¹¹⁰.

Isso significa que, pelas especificidades de área de fronteira nova, provavelmente a configuração demográfica da escravaria de Guarapuava ainda estava se moldando às características de seus proprietários, não se constatando aqui qualquer tipo de pré-padrão já estabelecido e considerado como normal no estudo da escravidão.

Para a população a partir de 30 anos de idade, preferimos fazer uma análise mais geral abordando a população escrava como um todo, pois o número de escravos é muito pequeno para que nos atenhamos em faixas etárias quinquenais. Na lista de 1828, a população escrava estava distribuída da seguinte forma: 3 na faixa etária de 30 a 34; 2 na faixa etária de 35 a 39; 2 na faixa etária de 40 a 44 e 1 na faixa etária a partir de 60

¹¹⁰ Assim como mostrei alguns dados sobre razão de sexo na nota 108, acrescentamos estudos referentes ao Nordeste, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Para a região Nordeste, podemos incluir os estudos de VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José R. Oliveira. *“Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887”*. Brasília, UNB, Deptº Economia, Séries textos para discussão, texto nº 231, agosto/2002. Nesse trabalho, os autores ao estudarem sobre algumas características da população escrava tanto para o agreste como para o sertão, encontram razões de sexo, no período 1770-1849, para a população de crioulos de 98 e 114 respectivamente, enquanto que para os africanos esse indicador foi de 246 e 172. Quanto a Minas Gerais, podemos citar o trabalho de PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *“Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”*. (Org) SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. “Escritos sobre história e educação. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares”. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, FAPERJ, p. 505, 2001. Analisando a composição total da população escrava para diversas localidades em Minas Gerais, os autores demonstram que a razão de sexo foi de 159. Devemos considerar que nesses cálculos estão incluídos tanto os escravos de origem africana como os crioulos. Como Minas possuía um importante percentual de africanos nos plantéis, podemos inferir que os crioulos tendiam ao equilíbrio entre os sexos. Estudando a população escrava do Distrito de Mariana em Minas Gerais, no período 1750-1850, Carla de Almeida mostra que a razão de sexo da população crioula foi de 109, enquanto que esse indicador para os africanos ficou em 586.

anos. A tendência da população escrava é de equilíbrio entre os sexos – apesar de a faixa etária de 30 a 34 apresentar razão de sexo de 200, nas faixas etárias de 35 a 39 e de 40 a 44, o equilíbrio entre os sexos predomina. Esse número é interessante, visto que normalmente as faixas etárias mais velhas é que apresentam razão de sexo maior, decorrência de dinâmicas populacionais anteriores ao século XIX e que determinariam estrutura etária com maior volume de homens nos plantéis.

Em 1835, essa configuração se apresenta um pouco modificada, pois a faixa etária de 30 a 34 apresenta apenas 2 escravos. Isso se deve a três motivos: a) como descrito anteriormente, quando da análise da faixa etária de 25 a 29, não havia nenhum escravo nessa faixa etária nos registros referente à lista de 1828 que porventura pudesse migrar para a faixa etária subsequente; b) um dos escravos na faixa etária de 30 a 34 não mais aparece nos registros de 1835 – o escravo Lúcio, de propriedade de José Siqueira Cortes – e c) dois escravos migram para as outras faixas etárias. Portanto, os dois escravos que estão registrados em 1835 são fruto de novas aquisições, como é o caso da escrava Maria, de propriedade de Manoel Mendes de Araújo, ou estão migrando com seus proprietários para Guarapuava, como é o caso de um escravo de propriedade de Joaquim Mateus da Silva.

Na faixa etária de 35 a 39, a população escrava cresce de um período para o outro para 4 escravos. Esse movimento se justifica porque, dos dois escravos que estavam registrados em 1828, um migra para a faixa etária subsequente e o outro, Gabriel, de propriedade de Domingos Inácio de Araújo, não aparece nos registros de 1835.

Portanto, para explicar os quatros escravos registrados em 1835, temos que recorrer ao que estava acontecendo com a escravaria em 1828 nas faixas etárias anteriores, bem como às possíveis estratégias de seus proprietários. Apenas um desses escravos registrados em 1835 é fruto de migração entre as faixas, visto que, em 1828, ele estava registrado com a idade de 30 anos e, na lista de 1835, possuía 35 anos. Apesar do problema aparente de registro na idade desse escravo – pois, se ele tinha 30 anos em 1828, teria que ter 37 anos em 1835 –, ainda assim a distribuição por faixa etária não seria afetada, pois ele estaria, da mesma forma, migrando para a faixa posterior. Dois desses escravos são novas aquisições por parte de seus proprietários, como é o caso da escrava Ledubina, de propriedade de Jacó Dias de Siqueira, e do escravo Domingos, de propriedade de João Carvalho de Assunção. Finalmente, há a escrava Ana, propriedade

de Francisco Manoel da Luz, pertencia àqueles escravos que estavam migrando para a localidade.

Na faixa etária de 40 a 44, o número de escravos permanece o mesmo, considerando as duas listas nominativas. Entretanto, a distribuição por sexo se modifica, pois, enquanto havia um escravo e uma escrava em 1828, em 1835, aparece o registro de apenas duas escravas – a escrava registrada em 1828 migra para a faixa posterior, enquanto que o escravo Bento, de propriedade de Antonio da Rocha Loures, não é registrado como sua propriedade na lista de 1835.

Uma das escravas registradas em 1835, nessa faixa etária, é fruto de migração entre as faixas, enquanto que a outra é fruto da migração de seu proprietário com sua família. Já para a faixa etária de 45 a 49, só havia registro de escravos em 1835, coisa que não acontecia em 1828, consequência de dois movimentos distintos em sua escravaria. O primeiro deles atenta para a migração entre as faixas etárias. É o que acontece com as escravas Antonia e Maria, propriedades de Antonio da Rocha Loures e de Francisco Aires de Araújo, respectivamente. O outro fator, bastante presente no período, é consequência das migrações realizadas por seus proprietários, como é o caso da escrava Benedita, de propriedade de Elias José do Espírito Santo.

Finalmente, ao avaliarmos os escravos considerando a faixa etária a partir dos 50 anos, podemos concluir que a escravaria em Guarapuava, nos registros referentes às listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840, estava bastante concentrada naquelas faixas etárias mais jovens e produtivas, mesmo porque encontramos apenas uma escrava com a idade de 60 anos na lista de 1828; um escravo com a idade de 50 anos na lista de 1835 e 3 escravos na faixa acima dos 50 anos na lista de 1840.

Complementando esses dados, temos que a escrava de 60 anos em 1828 não aparece mais nos registros de 1835, ou porque teria falecido no intervalo entre as duas listas, ou porque provavelmente migrou com o seu proprietário para outra região – seu registro não aparece nas listas subsequentes. Quanto ao escravo Henrique, registrado com 50 anos em 1835, inferimos que o mesmo tenha vindo para a região juntamente com o seu proprietário. Para os três escravos registrados em 1840, a movimentação foi a seguinte: a escrava Antonia, de 50 anos e propriedade de Antonio Rocha Loures, já pertencia ao plantel; a escrava Francisca, de 50 anos, está chegando à localidade com seu proprietário e, finalmente, a escrava Benedita, de 80 anos, provavelmente já pertencia à propriedade de Elias José do Espírito Santo.

Um fator importante de se destacar entre os anos de 1835 e 1840 é a maior estabilidade dos plantéis, pois, se avaliarmos a metodologia utilizada com relação à movimentação da escravaria, os itens “entre faixas” e “outros” estão relacionados com essa questão. A migração entre faixas significa que os escravos estão se mantendo nos plantéis e passando para faixas etárias subseqüentes, enquanto que o fator “outros” inclui não só as crianças que nasceram na localidade e que somam 5 em 1840, como aqueles escravos que, por algum motivo, mantiveram-se na mesma faixa etária da lista anterior.

Assim, esses movimentos perfazem 42% de sua população, portanto, bastante modificada com relação ao perfil apresentado em 1835. Por fim, as aquisições também crescem no período, passando de um percentual de 15% nos registros de 1835 para 20% em 1840. Logo, os movimentos populacionais dos escravos em Guarapuava entre os anos de 1835 e 1840 se baseiam não só nas migrações e no tráfico interno de escravos, mas também na tendência de manutenção dos plantéis. Parece-nos que a estratégia agora é de uma certa consolidação do povoamento local e de suas atividades, concomitantemente a uma certa lógica de estrutura de posse de escravos que satisfaça tanto a rentabilidade de seu negócio como aquela ligada à estrutura de poder local.

II. 3. 1 Plantel com 10 escravos

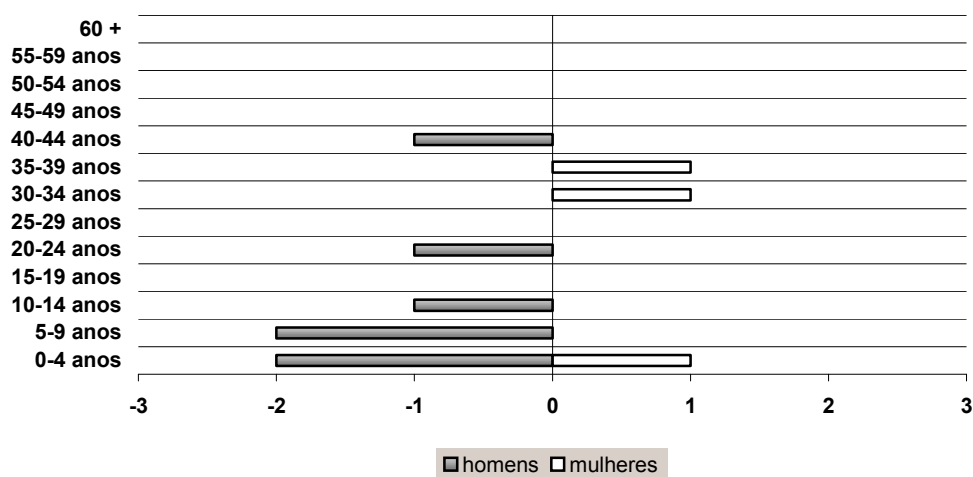
A estrutura etária para o único plantel com 10 escravos para o ano de 1828 é extremamente alargada em sua base, com forte participação dos infantes na estrutura da propriedade, pois a faixa etária de 0 a 9 participa com 50% de sua escravaria, o que sugere forte crescimento endógeno na propriedade ou mesmo migração.

Além disso, nessa faixa etária encontramos não mais equilíbrio entre os sexos e sim um forte predomínio de homens, com razão de sexo de 400. A partir da idade de 10 anos encontramos apenas homens escravos na propriedade até a faixa de 20 a 24. As mulheres só voltam a participar do plantel a partir da faixa etária de 30 a 39, o que nos remete à conclusão de que o plantel de mulheres dessa propriedade era mais velho do que o dos homens. Porém, ao considerarmos o plantel como um todo, verifica-se que a razão de sexo fica em 233, conseqüência da forte presença de homens na faixa etária dos infantes. Também devemos observar que, em função do pequeno número de

escravos estudados –havia apenas 10 escravos, todos concentrados em um único plantel, de um único proprietário –, a análise dos dados fica um tanto comprometida¹¹¹.

Mesmo assim, sugere-se que o plantel estava sendo montado a partir de uma estratégia deliberada de seu proprietário, face às especificidades de área de fronteira de Guarapuava, com fortes migrações, e ao fato de ser uma propriedade absenteísta. O proprietário Antonio da Rocha Loures possuía nos registros referentes aos anos de 1835 e 1840 domicílio no rocio da Vila, bem como outro domicílio caracterizado como “fazenda e absenteísta”.

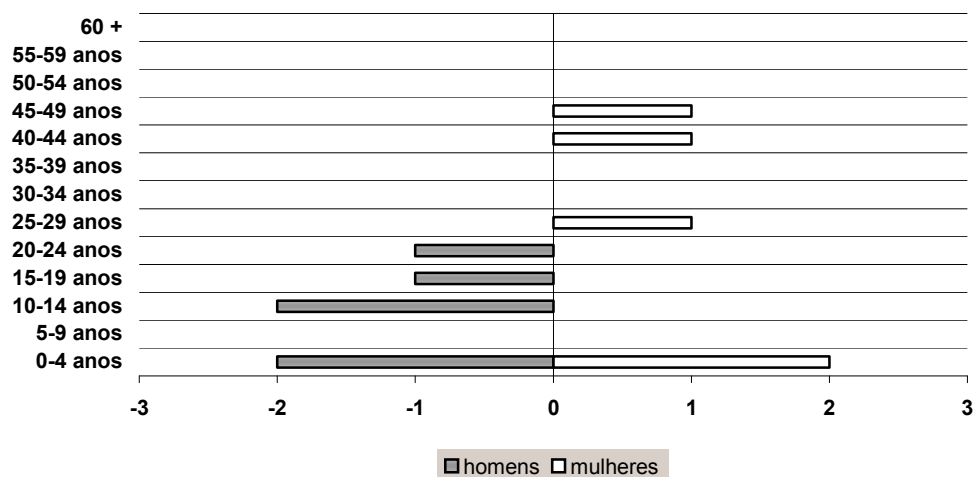
Gráfico 14: Pirâmide Etária - Plantel com 10 ou + escravos - 1828



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

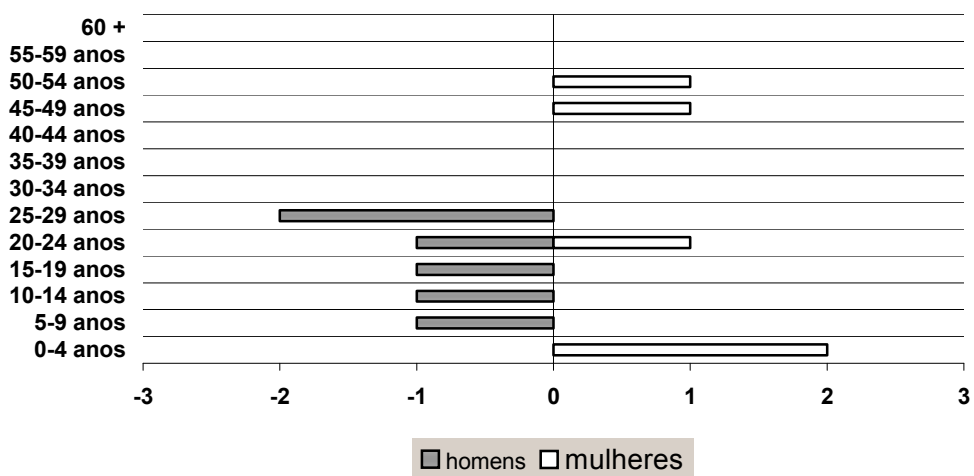
¹¹¹ Ressaltamos que, embora em vários momentos da pesquisa os números sejam muito pequenos, a elaboração de pirâmides etárias, razões e percentagens tem a finalidade de padronizar os dados.

Gráfico 15: Pirâmide Etária - Plantel de 10 ou + escravos - 1835



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 16: Pirâmide Etária - Plantel com 10 ou + escravos - 1840



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Museu do tropeiro em Castro, PR.

Para o ano de 1835, apesar da forte presença de infantes no plantel, com 54,5%, percebe-se uma maior distribuição nas faixas etárias de 15 a 39 e de 40 a 59. Ao verificarmos somente a faixa etária de 0 a 4 num plantel que possui 11 escravos no total, o número de escravos é de 4, o que representa 36%. Um outro fator interessante é que os homens são predominantes a partir de 15 anos, ou melhor, a estrutura etária na faixa

etária de 15 a 24 apresenta somente homens no plantel, levando-nos à hipótese de que a preferência por braços masculinos nesse plantel era predominante.

Não podemos deixar de verificar um outro fator na configuração dessa propriedade: a total predominância de homens na faixa etária de 10 a 14 é um caso muito particular para a distribuição da escravaria. Outro fator que deve ser destacado é o fato de que, a partir da idade de 25 anos, encontramos apenas escravas no plantel; três escravas distribuídas nas faixas etárias de 25 a 29, de 40 a 44 e de 45 a 49.

Diante disso, cabe perguntar se, a partir desse perfil demográfico, a população escrava dessa propriedade tinha forte tendência a um crescimento endógeno marcado pelas altas taxas de fecundidade de suas mulheres ou se a estratégia de seu proprietário era a de aquisição de criança com a intenção de utilização futura de sua mão-de-obra. Essas questões são abordadas no capítulo III e IV, quando falarmos sobre estrutura de posse e razão criança/mulher nos plantéis.

Passamos agora à análise de cada faixa etária desse plantel a fim de entendermos um pouco mais a dinâmica de sua escravaria e de seu proprietário.

Para a faixa etária de 0 a 4, o plantel entre as listas de 1828 e 1835 cresce de 3 para 4 escravos. Em termos líquidos, ou seja, considerando escravos novos, todos eles se inserem nessa condição, pois os quatro escravos registrados na lista de 1835 não estavam registrados na propriedade em 1828. Dos três escravos listados em 1828 nessa faixa etária, dois não mais aparecem registrados na lista seguinte, enquanto que um escravo, de nome José, migra para a outra faixa etária, visto que possuía a idade de 10 anos em 1835. Portanto, esses dados podem fortalecer a hipótese de crescimento endógeno desse plantel de escravos, visto que são novas aquisições e possivelmente fruto de alguma relação entre as escravas da propriedade no período entre as duas listas nominativas.

A faixa etária de 5 a 9 sofre as consequências de dois movimentos distintos entre as duas listas, pois havia dois escravos registrados nessa faixa em 1828, enquanto que, em 1835, não existe escravo registrado. A explicação para isso passa por dois fatos. Primeiramente, há dois escravos com idades de 9 e 5 anos, listados em 1828; esses mesmos escravos estavam com 16 e 13 anos, respectivamente, em 1835, logo, migraram para a faixa etária subsequente;. Segundo, os possíveis escravos que poderiam estar nessa faixa etária em 1835 – Francisca e Manoel, cada um com 1 ano de idade – desaparecem dos registros entre uma lista e a outra. Logo, não existe registro de escravos nessa propriedade para essa faixa etária em 1835.

Na faixa de 10 a 14, a escravaria cresce de 1 para 2 escravos, mas em termos líquidos esse crescimento é nulo, pois não houve nenhuma nova aquisição por parte do proprietário Antonio da Rocha Loures para essa faixa etária. O que houve foram migrações de uma faixa para a outra, como a do escravo Sebastião, que tinha 5 anos em 1828, e, em 1835, já estava com 13 anos. Da mesma forma, temos o escravo José, que tinha 2 anos de idade em 1828 e, em 1835, estava registrado com 10 anos.

Para a faixa etária de 15 a 19, o que se observa é o mesmo movimento que ocorre na faixa etária anterior (de 10 a 14), ou seja, migrações entre as faixas, pois há apenas um escravo, de nome Rafael, que tinha 9 anos em 1828, e, em 1835, possui a idade de 16 anos. Já para a faixa de 20 a 24, o plantel possuía também apenas um escravo em 1828, quantidade que se mantém em 1835. O que acontece é que o escravo que tinha 20 anos de idade em 1828 não mais aparece na lista da propriedade em 1835, entretanto, o escravo de nome Luciano, que estava registrado com a idade de 14 anos em 1828, aparece registrado com 21 anos em 1835, migrando, portanto, de faixa.

A propriedade não possuía escravos na faixa etária de 25 a 29 em 1828, enquanto que, no ano de 1835, aparece registrada a escrava de nome Antonia, com idade de 26 anos, o que nos leva a inferir que foi adquirida pelo proprietário no período entre as duas listas.

Quanto às faixas etárias a partir de 30 anos, verifica-se movimentos distintos para os escravos que estavam registrados na lista de 1828. A escrava Teresa, que possuía a idade de 34 anos na lista de 1828, em 1835, estava registrada com a idade de 41 anos, enquanto que a escrava Antonia, de 38 anos em 1828, estava com a idade de 46 anos em 1835. Portanto, as duas escravas migraram de faixa etária entre um período e o outro. Finalmente, o escravo Bento, que tinha a idade de 40 anos em 1828, desaparece dos registros na lista de 1835.

Concluindo, devemos inferir que, de uma população escrava de dez indivíduos registrados em 1828, seis continuaram pertencendo à propriedade quando do levantamento em 1835, embora tenham migrado de faixa etária de um período para o outro, e os demais escravos, quatro, no total, não aparecem nos registros em 1835. Como são onze escravos listados em 1835, infere-se que cinco são novos na propriedade, sendo que quatro deles se encontram na faixa etária de 0 a 4 e apenas um na faixa etária de 25 a 29.

Além disso, percebe-se que o movimento de novas aquisições privilegiou fortemente o crescimento endógeno da população com a aquisição de uma escrava em

idade fértil no plantel. Assim, a estrutura etária do único plantel com mais de 10 escravos em 1840 permanece, em termos absolutos, como na lista de 1835, ou seja, o proprietário Antonio da Rocha Loures continuava a possuir 11 escravos. A distribuição entre homens e mulheres permanece a mesma, com seis escravos e cinco escravas.

Porém, considerando a distribuição entre as faixas etárias referentes ao ano de 1835, percebemos algumas modificações: há uma maior distribuição entre as faixas etárias e a escravaria está um pouco mais velha do que se apresenta na lista anterior. Dos 11 escravos que pertenciam a essa propriedade em 1835, seis migram de faixa etária na lista de 1840; dois não aparecem mais na lista seguinte - é o caso de Maria, que tinha quatro anos de idade, e do escravo Teodoro, com dois anos - e dois permanecem na mesma faixa etária. A propriedade possuía uma escrava de nome Francisca, com idade de um ano, registrada na lista de 1828. Nos registros de 1835, essa escrava não está registrada e, em 1840, aparece registrada uma escrava de mesmo nome, mas com a idade de dois anos. É claro que, com essa idade, trata-se de uma nova aquisição, provavelmente via nascimento na propriedade. Uma outra escrava, de nome Antonia, está registrada com a idade de 26 anos na lista de 1835, enquanto que, na lista de 1840, a propriedade possui uma escrava de mesmo nome, com a idade de 22 anos. Nesse caso, é provável que seja a mesma escrava, observando-se que poderia ter havido algum engano do recenseador ao avaliar sua idade em um dos períodos. Portanto, da escravaria presente na propriedade de Antonio da Rocha Loures em 1840, nove escravos já pertenciam à propriedade e dois foram novas aquisições no período.

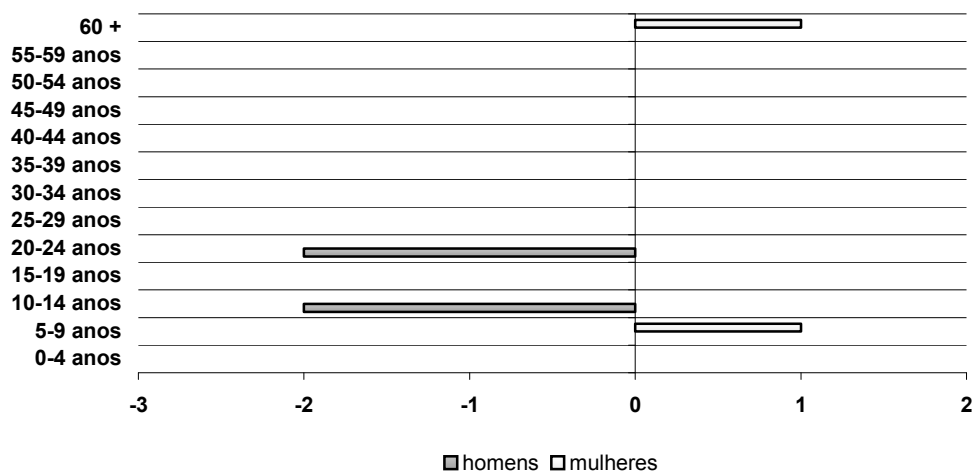
Assim, observa-se que a escravaria nessa propriedade, entre um período e outro, está se mantendo, ou melhor, há um processo de envelhecimento do plantel, face à permanência da maioria dos escravos na propriedade. Isso pode ser comprovado ao verificarmos a distribuição por grandes faixas etárias do plantel. A faixa etária de 0 a 14 participa com 36,4%; a faixa de 15 a 39 participa com 45,4% e, finalmente, a faixa a partir de 40 anos participa com 18,2%.

II. 3. 2 Plantel com 5 a 9 escravos

Na única propriedade com 6 escravos no ano de 1828 - número também significativo para os padrões de posse de escravos em Guarapuava no período, pois a posse média se situava entre 1 a 4 escravos -, observa-se diferenças importantes com

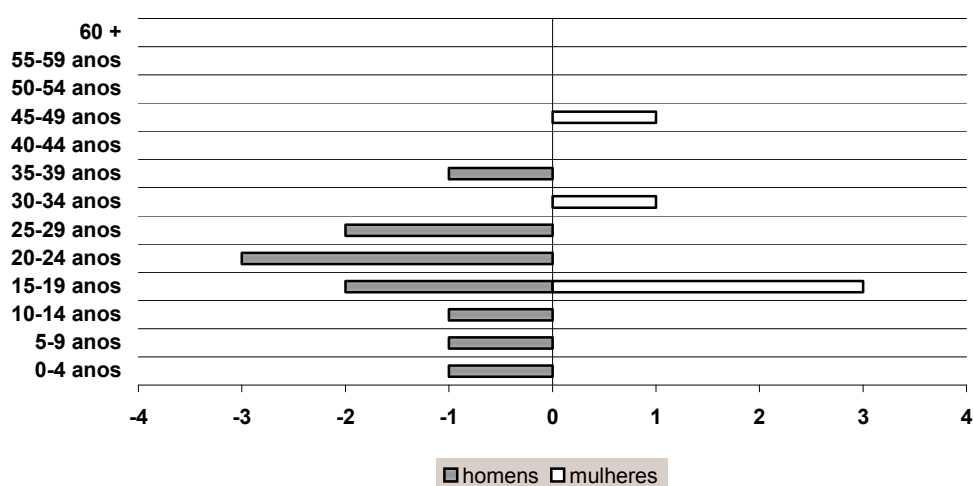
relação àquela com 10 escravos, pois, apesar de sua população ser jovem, encontramos forte concentração nas faixas etárias de 10 a 14 e de 20 a 24, não apresentando, portanto, muitos infantes na propriedade. A razão de sexo para esse plantel é de 200, efeito direto da maior concentração de homens na faixa etária de 10 a 24.

Gráfico 17: Pirâmide Etária - Plantel 5 a 9 escravos - 1828



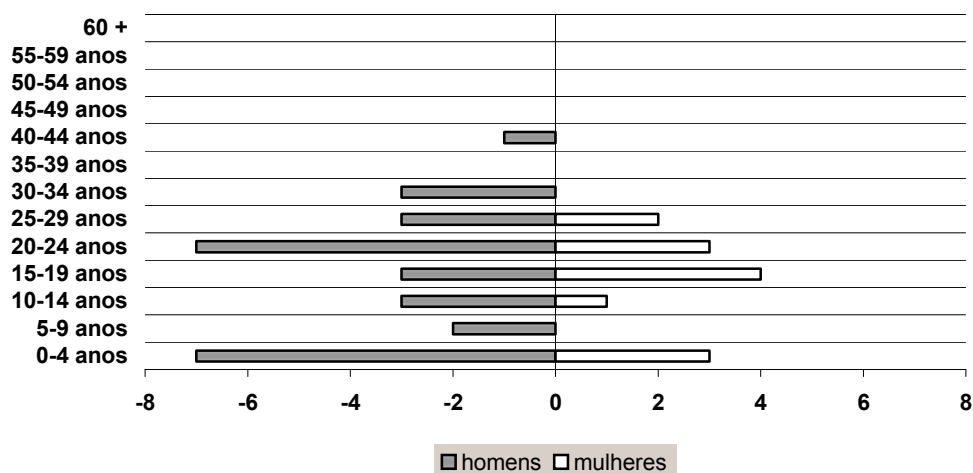
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 18: Pirâmide Etária - Plantel 5 a 9 escravos - 1835



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 19: Pirâmide Etária - Plantel 5 a 9 escravos - 1840



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Da mesma forma que ocorre com a propriedade com 10 escravos, dada a pequena amostra – apenas uma propriedade com esse número de escravos –, é difícil a análise dos dados. Entretanto, podemos sugerir que essa era uma propriedade com características bastante peculiares, pois apresenta distribuição díspar entre homens e mulheres, não havendo participação conjunta dos dois sexos em nenhuma faixa etária – quando analisamos a população por faixa etária, não encontramos, em momento algum, tanto escrava como escravo na mesma faixa etária.

Além dessa, há apenas uma outra propriedade na faixa de 5 a 9 escravos em Guarapuava em 1828, mas não sabemos o destino desses escravos e de seu proprietário, pois não encontramos registros referentes a eles após 1828. O proprietário era Manoel de Souza e também tinha a posse de seis escravos: 4 do sexo masculino, distribuídos nas faixas etárias de 10 a 14 e de 20 a 24, e 2 do sexo feminino, com idade de 8 e 60 anos.

Em 1835, entretanto, os proprietários com a posse de 5 a 9 escravos eram três, não havendo nenhuma outra propriedade com essas características de posse no intervalo acima estudado. De qualquer forma, estava havendo alterações no perfil da propriedade e na estrutura de posse de escravos devidas à migração de um proprietário para a região, que trouxe consigo seus escravos, e ao aumento das posses de duas propriedades em 1835.

Pelos dados apresentados pela pirâmide etária, a participação dos infantes é baixa nos plantéis, com 18%, e a força de trabalho estava concentrada nas faixas etárias a partir de 15 anos de idade.

Em 1828, a propriedade de Francisco Aires de Araújo, que possuía três escravos, tem sua dinâmica modificada por dois movimentos diferentes. Primeiramente, os escravos que estavam registrados naquela lista migram para as outras faixas etárias. É o caso do cativo Manoel, que tinha a idade de 22 anos em 1828 e, em 1835, estava registrado com a idade de 25 anos. A diferença de anos entre uma lista e a outra se deve, provavelmente, à precariedade e equívocos dos levantamentos censitários, conforme já observamos para outros casos. Os dois outros registros eram de escravas com a idade de 8 e 40 anos, que aparecem com 16 e 45 anos na lista de 1835. Em segundo lugar, entre uma lista e a outra, há a aquisição de dois novos escravos no mercado, com idade de 18 e 24 anos.

Já a propriedade de Manoel Mendes de Araújo possuía nos registros de 1828 quatro escravos, sendo todos eles homens na faixa etária de 15 a 30, portanto, muito jovens. O número de escravos na propriedade cresce para seis no período analisado, sendo que, dos quatro que estavam registrados na lista de 1828, apenas um, o escravo Francisco, que tinha 20 anos na ocasião, não aparece mais nos registros de 1835. Os três escravos restantes migraram para as outras faixas etárias. Logo, houve três novas aquisições, que se tratam das escravas Joana e Maria e do escravo Inácio.

Quanto à propriedade de Ponciano José de Araújo, que migrou para Guarapuava no período entre uma lista e a outra, contava com cinco escravos, todos eles homens, com três na faixa etária de 0 a 14 e os dois outros na faixa etária de 20 a 29.

Analisando essas propriedades por faixas etárias, temos algumas observações.

Considerando o plantel a partir dos registros realizados em 1828, apenas uma escrava da faixa etária de 5 a 9 migra para a faixa etária de 15 a 19 e o escravo Paulo, que estava na faixa etária de 10 a 14, migra para a faixa de 20 a 24. Considerando, ainda essa faixa de 20 a 24, encontramos três escravos com diferentes explicações para a sua movimentação. A primeira é a do escravo Manoel, de 22 anos, que aparece registrado com 25 anos em 1835, o que não deixa de ser surpreendente, visto o intervalo de tempo entre as listas. Fica a dúvida quanto a esse escravo ser o mesmo Manoel registrado em 1828 ou fruto de nova aquisição por parte do proprietário. A segunda é a de Francisco, registrado com a idade de 20 anos em 1828, que não aparece mais nos registros em 1835. A terceira se refere a outro escravo de nome Manoel, com 22 anos em 1828, que aparece na lista de 1835 com 18 anos. Na faixa posterior, encontramos o escravo Francisco, que tinha 30 anos em 1828 e, na lista de 1835, estava registrado com 37 anos,

migrando, portanto, para outra faixa etária. Finalmente, temos a escrava Maria, com 40 anos, e que, em 1835, estava registrada com 45 anos.

No caso das duas propriedades que já estavam estabelecidas em Guarapuava nos registros de 1828, são acrescentados em seus plantéis 5 novos escravos na lista de 1835: três na faixa etária de 15 a 19, um na faixa etária de 20 a 24 e uma escrava na faixa etária de 30 a 34.

No caso do proprietário que migrou no período para a localidade, um dos escravos pertencia à faixa etária de 0 a 4, um à faixa etária de 5 a 9, um à faixa etária de 10 a 14, um outro à faixa etária de 20 a 24 e o último à faixa etária de 25 a 29 anos. Portanto, para esses plantéis, a faixa etária que concentrava maior número de escravos era a de 15 a 24.

Ao avaliarmos sua movimentação como um todo, percebemos que seis escravos migraram de faixas etárias, o que representa 37% do total de escravos registrados em 1835; cinco são novas aquisições por parte dos proprietários, o que representa 31%, e cinco (31% da escravaria) resultam das migrações que estavam ocorrendo. Isso demonstra que a dinâmica da população escrava em Guarapuava estava fortemente marcada pelas migrações e pelo tráfico no mercado de escravos.

As propriedades com 5 a 9 escravos apresentam um crescimento significativo entre a lista de 1835 e a lista de 1840. Em 1835, essa faixa de plantel possuía 16 escravos, enquanto que, em 1840, passa para 42 escravos. Houve, portanto, um crescimento percentual de aproximadamente 162%.

Apesar do crescimento absoluto da população escrava entre as listas, que passou de 82 escravos para 95, o crescimento da escravaria nessa faixa de plantel foi bem superior ao registrado para a população escrava como um todo.

Essas propriedades são caracterizadas pela posse de homens superior à de mulheres. São 29 homens e 13 mulheres nos plantéis, sendo essa distribuição mais acentuada na faixa etária dos infantes, isto é, na faixa etária de 0 a 14. Entretanto, também há maioria deles nas faixas etárias subseqüentes – a única exceção ocorre na faixa etária de 15 a 19, onde o número de mulheres supera o número de homens.

As propriedades nessa faixa de plantel possuem um importante percentual de crianças, com 38% de sua população, sugerindo que as propriedades poderiam estar usando como forte estratégia o crescimento endógeno de sua população.

Quanto à faixa etária de 15 a 39, sua participação é de 59%, confirmando, assim, uma estrutura etária muito jovem de sua população. Isso pode ser verificado quando analisamos as faixas etárias a partir de 40 anos, que apresenta apenas 1 escravo.

Dos proprietários de escravos registrados em 1840, três já se encontravam na localidade nos levantamentos de 1835: Manoel Mendes de Araújo, Ponciano José de Araújo e João Lustoza de Menezes. Os demais, Francisco Antonio da Silva, Francisco Inácio de Araújo e Joaquim Mateus, estão migrando para Guarapuava no período analisado.

Isso significa que, dos 42 escravos que pertenciam a esses proprietários em 1840, 26 (62%) são indivíduos que migraram para a região com seus proprietários, na sua maioria, pois as crianças da faixa etária de 0 a 4 podem ter nascidas já na localidade.

Também traz implicações para a movimentação das escravarias das três propriedades que já estavam enraizadas na localidade em 1828.

Dos seis escravos registrados na propriedade de Manoel Mendes de Araújo em 1835, quatro permanecem na propriedade, sendo que, destes, dois mudam de faixa etária; um permanece na mesma faixa e o outro possui a idade de 16 anos. O registro da escrava Maria apresenta problemas, visto que ela possuía a idade de 31 anos em 1835 e, na lista seguinte, aparece com a idade de 26 anos – ou houve erro no registro de sua idade ou se trata de nova aquisição do período entre 1835 e 1840. Quanto ao escravo Francisco, registrado em 1835, não mais aparece na lista de 1840. Portanto, dos seis escravos registrados na propriedade em 1840, cinco já pertenciam a Manoel Mendes de Araújo e apenas um foi adquirido no período.

Dos quatro escravos registrados na propriedade de João Lustoza de Menezes em 1835, dois permanecem na propriedade, sendo que, destes, um muda de faixa etária e o outro permanece na mesma faixa, e os outros dois (Antonio e Maria) não aparecem mais na lista seguinte. Em 1840, a propriedade adquire três novos escravos, seja por nascimento, pois há um com três e outro com um ano, seja por aquisição no mercado, que deve ser o caso de Miguel, de 40 anos de idade.

Dos cinco escravos registrados na propriedade de Ponciano José de Araújo em 1835, três permanecem na propriedade, sendo que, destes, dois mudam de faixa etária e o outro permanece na mesma faixa etária, e os outros dois (Celso e Samuel) não mais aparecem na lista seguinte. Em 1840, a propriedade se mantém com cinco escravos, logo dois são frutos de novas aquisições.

Em relação à estrutura etária da população escrava das propriedades que já estavam consolidadas na região em 1840, 37% era composta pela faixa etária de 0 a 14, enquanto que as novas propriedades possuíam 38% de sua população escrava nessa faixa etária. Portanto, todas as propriedades possuíam forte tendência ao crescimento endógeno de sua população escrava.

Ao considerarmos a faixa etária de 15 a 29, as propriedades já estabelecidas apresentam participação de 50%, enquanto as outras propriedades possuem participação de 54%. Isso demonstra que as propriedades instaladas na localidade possuíam escravos com idades um pouco mais avançadas, justificadas também pela manutenção da maioria dos escravos da lista de 1835 em 1840.

II. 3. 3 Plantel com 1 a 4 escravos

A participação dos infantes também é expressiva para as propriedades com 1 a 4 escravos no ano de 1828, pois, considerando a grande faixa etária de 0 a 14, sua participação chega a 48,2%, o que também sugere a montagem deliberada por parte dos proprietários face às especificidades de Guarapuava.

Essa faixa etária também apresenta relação de equilíbrio entre os sexos, pois há 7 homens para 6 mulheres, confirmando a hipótese de tendência ao equilíbrio no plantel de crianças, com razão de sexo de 116. Na faixa etária de 15 a 19, encontramos a posse de escravos apenas do sexo masculino; na faixa etária de 20 a 24, é forte a presença de homens, pois sua razão de sexo é de 250; na faixa etária de 30 a 39, também encontramos apenas escravos do sexo masculino e, na faixa etária de 40 a 44, ao contrário, aparecem apenas escravas.

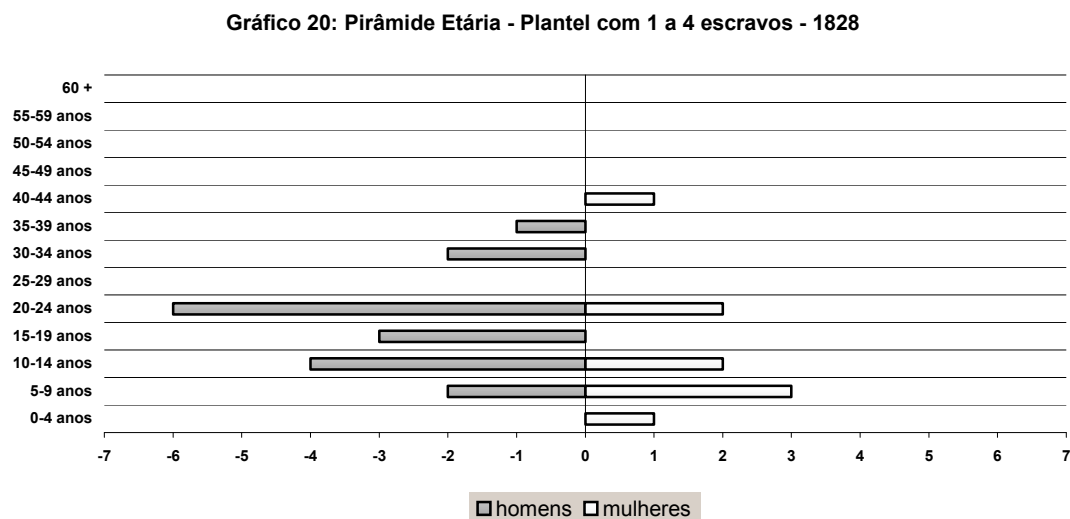
Como se percebe, quase não encontramos escravos com idade acima de 45 anos, pois apenas na propriedade com 6 escravos havia um com mais de 60 anos. Isso sugere que os escravos mais jovens estavam migrando com os proprietários e também que a estrutura etária desses plantéis acompanhava, de alguma forma, a ocupação da região, ou seja, em função da necessidade de ocupação com forte movimento populacional a partir de outras regiões, além de possíveis necessidades de proteção e defesa de seus interesses, os proprietários tinham que se precaver dessas demandas para que pudessem atingir suas propostas de alargamento de suas posses e para iniciar suas atividades econômicas. Logo, era importante absorverem pessoal capaz de levar adiante tal

iniciativa, ou seja, não poderiam contar muito com uma leva importante de mulheres, muito menos de indivíduos mais velhos.

Para o plantel como um todo, encontramos razão de sexo de 200, em face da própria distribuição de sua população, que era predominantemente constituída por homens. Ao excluirmos desse cálculo as crianças escravas, o indicador de razão de sexo, surpreendentemente, é de 366, portanto, mais elevado do que se considerarmos as crianças do plantel.

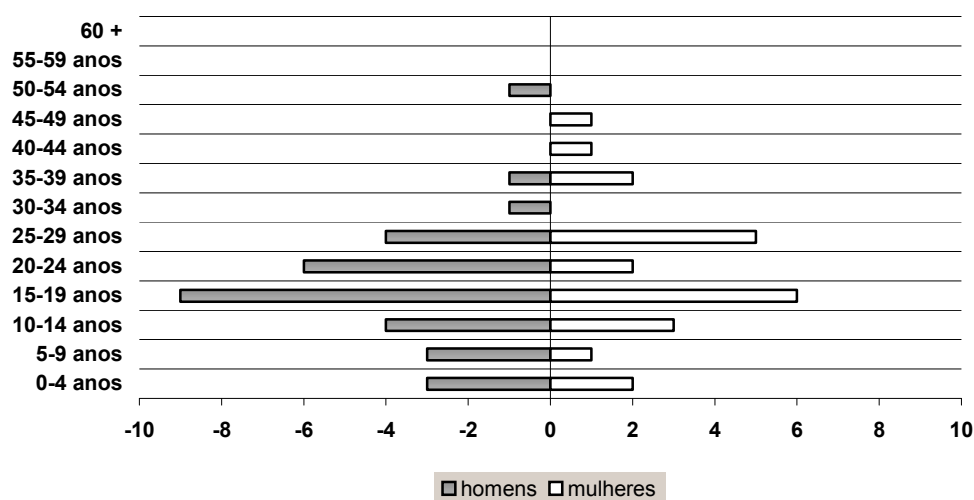
De um total de 31 propriedades, 26 delas estavam concentradas nessa faixa de plantel com 1 a 4 escravos, logo não há dúvida de que essa era a estrutura de posse predominante em Guarapuava. Além disso, dos 82 escravos registrados na lista de 1835, 55 pertenciam à posse de propriedades com 1 a 4 escravos, o que representa 67% de sua população. Esses números são analisados no capítulo III, quando estudamos detidamente a estrutura de posse de cativos, pois, no momento, estamos preocupados em desenvolver a análise da população escrava para essas propriedades.

A partir da estrutura etária de sua população, podemos inferir algumas considerações mais pertinentes com relação não só aos registros de 1828, como também às características demográficas a partir dos registros de 1835 e 1840.



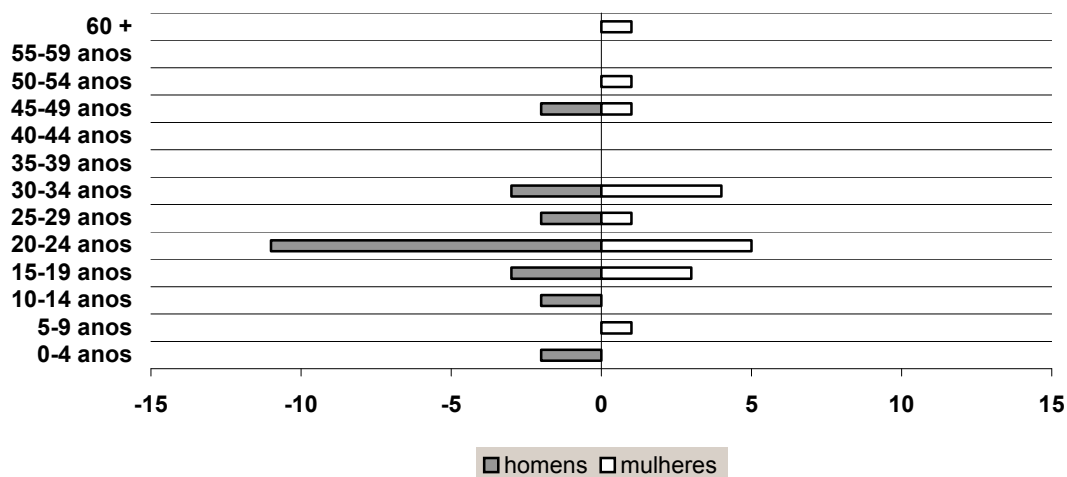
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 21: Pirâmide Etária - Propriedades 1 a 4 escravos - 1835



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 22: Pirâmide Etária - Plantel 1 a 4 escravos - 1840



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Para começar, observamos uma população jovem, com forte participação da faixa etária de 15 a 24. Quanto à participação das mulheres, percebemos as mesmas características apresentadas pelas demais propriedades, ou seja, concentração nas faixas etárias mais velhas de sua população. Os movimentos de migrações e do tráfico estavam influenciando a população escrava. Os infantes participam com 27%, o que demonstra não somente uma tendência ao crescimento endógeno da população, mas influência de outros fatores que estavam permitindo o crescimento.

Ao inserirmos no estudo, seguindo a metodologia aplicada aos outros plantéis, a análise por faixas etárias, verifica-se com mais clareza as estratégias de seus proprietários na composição da escravaria, bem como algumas outras variáveis que estavam determinando essa dinâmica da população escrava.

Começamos com a faixa etária de 0 a 4, que cresce de um para cinco escravos no período 1828/1835. A única escrava que se inseria nessa faixa etária em 1828 estava registrada com dois anos de idade e pertencia a Jacinto Mendes de Araújo. Além dela, ele só possuía escravos em outras faixas etárias: um escravo de 6 anos de idade (José) e uma escrava de 20 anos de idade (Verônica), o que sugere que a criança de 2 anos poderia ser filha desta – hipótese que é avaliada no capítulo IV, quando estudamos especificamente a família escrava. A ausência de registro para essa criança na lista de 1835 sugere algumas hipóteses, como morte ou mesmo algum tipo de negociação de escravos. Assim sendo, todos os cinco escravos listados em 1835 são frutos de novas aquisições, seja através de nascimentos na própria localidade, seja através de migração de seus proprietários – isso é o que avaliamos a seguir.

Com relação à faixa etária de 5 a 9, a lista de 1835 apresenta redução de cinco para quatro escravos em comparação com a de 1828. Assim, sua participação, que era de 18% da população escrava, cai para 7%, o que demonstra alterações importantes no perfil demográfico dessa população. Dos cinco escravos registrados em 1828, três migram para outras faixas etárias, enquanto os outros dois não aparecem mais nos registros da lista seguinte – esses dois são posse de dois proprietários que possuem movimentos distintos em seus plantéis; um deles, o proprietário Joaquim Batista dos Santos, reaparece apenas na lista nominativa de 1840, pois em 1835 não há registro de escravos em seu domicílio, e outro, Atanagildo de Almeida, de acordo com os registros, possuía escravo em somente 1828. Assim, dos quatro escravos registrados nessa faixa etária em 1835, três são frutos de migração dos proprietários e apenas um escravo é resultado de aquisição, seja através do mercado ou por nascimento, pois possuía a idade registrada de cinco anos.

Também para a faixa etária de 10 a 14, o número absoluto não se altera entre um período e outro, porém, em função do crescimento absoluto da população, a participação relativa se altera de 22% para 12%. Dos seis escravos registrados em 1828, três migraram para outras faixas etárias na lista de 1835, enquanto três não aparecem mais registrados naquela lista. Assim, dos escravos registrados em 1835, quatro resultam das migrações de seus proprietários para a localidade; um provavelmente foi

adquirido no mercado, não só por sua idade, que era de dez anos, como pelo perfil da escravaria de seu proprietário, que não permitia, pela idade de seus escravos, que o mesmo tivesse nascido em sua propriedade, e o outro foi resultado de sua migração entre faixas a partir dos registros de 1828. Ou seja, a maioria dos escravos na faixa etária de 10 a 14 anos são novos indivíduos que chegaram em Guarapuava junto com seus proprietários.

A faixa etária de 15 a 19 é que mais tem escravos na lista de 1835. O crescimento da população entre uma lista e outra é significativo, haja vista que, em termos absolutos, essa população, que tinha apenas três escravos em 1828 (11%), em 1835, passa a ter 16, com crescimento de mais de 100%, passando a ter participação de 27% na população escrava, o que é bastante representativo. Além disso, observamos que sua população, que era formada apenas por escravos em 1828, apresenta nove escravos e sete escravas em 1835. Os três escravos registrados nessa faixa etária em 1828 mudaram de faixa etária no período analisado – Benedito, que possuía a idade de 16 anos em 1828, estava registrado com a idade de 23 anos em 1835 e Paulo e Vicente, que possuíam a idade de 15 e 16 anos, respectivamente, em 1828, estavam com 21 anos na lista de 1835. Assim, dos 16 escravos registrados em 1835, nove são frutos das migrações realizadas por seus proprietários, o que fortalece a idéia de que entre um período e o outro a demografia da população estava sendo muito influenciada por movimentos internos de ocupação na localidade; quatro resultam de migrações entre faixas etárias e três advêm de novas aquisições. Ou seja, a grande maioria dos escravos na faixa etária de 15 a 19 é formada por novos indivíduos que chegaram às propriedades.

A faixa etária de 20 a 24 não se alterou em termos absolutos, o que evidentemente fez com que essa faixa reduzisse sua participação com relação à população escrava total, passando de 29% em 1828 para 14% em 1835. A explicação para essa configuração da escravaria se deve ao fato de que grande parte das estratégias das propriedades em Guarapuava foi de possuir escravos na faixa etária de 15 a 19. Uma outra explicação pode estar no fato de que a dinâmica populacional foi diferente para essa faixa, o que avaliamos em seguida.

Em primeiro lugar, dos oito escravos registrados em 1828, seis simplesmente não aparecem mais nos registros de 1835 e dois migram para faixas etárias posteriores. Dos oito escravos registrados em 1835, seis são conseqüências de migrações e dois estão migrando de faixa etária. Logo, conclui-se que os plantéis na faixa etária de 20 a

24 anos são fortemente marcados pelos movimentos migratórios da população livre e escrava.

Além disso, verificando-se cada plantel individualmente a partir da estrutura de posse de cativos, as análises fortalecem mais uma vez a idéia de que os plantéis estavam sendo influenciados pelas migrações da população.

Das oito propriedades com a posse de apenas um escravo em 1828, quatro mantiveram seus escravos quando do registro de 1835, que apenas migraram de faixa etária. Quatro delas permanecem registradas no ano de 1835, sendo que, destas, duas aumentam sua posse de cativos para dois escravos. As outras quatro simplesmente não aparecem nos registros de 1835 e apenas uma delas, de Joaquim Batista dos Santos, reaparece nos registros de 1840, com a posse de dois escravos. Em 1835, das doze propriedades registradas com a posse de um escravo, duas já estavam listadas no ano do censo de 1828, entretanto, as outras dez pertencem a proprietários novos que chegaram na localidade entre uma lista e a outra.

Com relação às propriedades com dois escravos nos registros de 1828, apenas uma possuía esse número de escravos. Essa propriedade desaparece dos registros realizados em 1835. As sete propriedades registradas neste ano com a posse de dois escravos tiveram a seguinte movimentação: a) a de Jacinto Mendes de Araújo possuía três escravos na lista de 1828, dos quais apenas um aparece na lista de 1835, enquanto o segundo pode ser considerado como nova aquisição no período, seja através de negociação no mercado, seja como fruto de nascimento, dada a idade de 5 anos; b) a de João Carvalho de Assunção possuía um escravo nos registros de 1828, que continuava na propriedade quando do levantamento realizado em 1835, porém, houve a aquisição do escravo Domingos, que estava registrado com 39 anos na lista de 1835; c) a de José de Siqueira Cortes reduz sua posse de quatro para dois escravos entre uma lista e a outra, sendo que um desses escravos já era de sua propriedade e o outro foi adquirido no período; d) a de Jacó Dias de Siqueira possuía um escravo (Luis) em 1828, que é mantido na lista de 1835, juntamente com um outro, adquirindo no mercado. As outras três são propriedades novas, o que significa que a movimentação constante e permanente de novos proprietários vinha se verificando na localidade.

Resumindo, as propriedades com dois escravos em 1835 eram no total sete, com um universo populacional de escravos de 14 indivíduos. Destes, quatro estavam registrados em 1828 e migraram para outras faixas etárias; quatro são frutos de novas aquisições dos proprietários e seis migraram para Guarapuava.

As propriedades com três escravos são três, no total, e todas elas são novas propriedades, o que significa, evidentemente, que não estavam registradas na lista de 1828.

Já as propriedades com quatro escravos são cinco, no total, sendo que uma, a de Domingos Inácio de Araújo, já estava registrada em 1828 e as demais são novas na localidade. De seus 20 escravos, apenas um estava registrado em 1828, logo, os outros dezenove migraram para Guarapuava.

A questão fundamental neste período é que estava havendo muita movimentação dos proprietários de um lado para outro, trazendo consigo suas famílias e seus escravos. Esta movimentação é resultado provavelmente das especificidades locais de abertura de fronteira e das condições propícias para a aquisição de posses de terra para a atividade da pecuária e da criação, que estimulavam em muito as novas propriedades. Entretanto, não podemos esquecer de que essas propriedades, na maioria dos casos, eram relativamente concentradas¹¹².

Em 1840, esses plantéis estão se reduzindo tanto em termos absolutos como relativos em comparação com os registros da lista de 1835. De 55 escravos listados naquela oportunidade, agora encontramos 42. O que acontece é um crescimento na estrutura de posse de escravos nas propriedades em Guarapuava no período analisado, o que abordamos posteriormente, no capítulo III, quando pesquisamos as especificidades da estrutura de posse.

Esses plantéis com 1 a 4 escravos são mais velhos do que aqueles com 5 a 9 e com 10 ou mais escravos. Observa-se isso pela pirâmide etária de sua população. Há um maior número de escravos a partir da faixa etária de 45 a 49, o que provoca um maior envelhecimento de sua população. A distribuição desses plantéis é mais diluída pelas faixas etárias, não havendo concentração maior na base da pirâmide, como acontece nos outros plantéis. Além disso, sua capacidade de crescimento endógeno é muito pequena, pois a faixa etária de 0 a 14 participa com 12%. Está havendo, pois, profundas alterações no perfil desses plantéis com relação aos períodos anteriores, haja vista que a participação dos infantes era bem superior à encontrada para essas propriedades em 1840.

¹¹² Concentradas no sentido de que foram poucos os proprietários em Guarapuava que possuíam escravos nas propriedades. Apesar disso, o tamanho da posse era pequeno, mesmo considerando que no período houve aumento no número de escravos.

Dos 55 escravos registrados em 1835, um importante número aparentemente não aparece mais na lista de 1840. São 34 escravos nessas condições, o que representa quase 62% da escravaria. Se alguns faleceram, se foram negociados para outras praças, se estão sendo adquiridos por outros proprietários na localidade, não sabemos, mas o interessante é que existiam 27 propriedades com essa característica no plantel e, destas, 16 simplesmente não possuíam mais escravos no ano de 1840 e a maioria delas, nove, no total, tinha apenas um escravo em 1835. Isso é um indicador de que as micro-propriedades de escravos estavam se desfazendo de suas posses por não poder mantê-los ou de que seus proprietários simplesmente estavam indo para outro lugar. Quanto aos demais escravos, nove mudam de faixa etária entre os períodos das listas; quatro se mantêm na mesma faixa etária; quatro, provavelmente devido a erros nos levantamentos censitários, apresentam idades inferiores às que deveriam apresentar e quatro fazem parte da propriedade de João Lustoza de Menezes, que passa para a faixa de plantel com 5 a 9 escravos em 1840. Dos escravos que faziam parte de sua propriedade em 1835, dois não aparecem mais na lista seguinte; um muda de faixa etária e o outro permanece na mesma faixa etária.

No geral, para os registros de 1840, tivemos as seguintes movimentações e características com relação à população escrava: treze foram frutos das migrações realizadas por seus proprietários; dez foram novas aquisições no período; nove mudaram de faixa etária entre uma lista e a outra; quatro se mantiveram na mesma faixa etária, enquanto que outros quatro provavelmente tiveram problemas quanto aos seus registros, pois suas idades são inferiores às aquelas apresentadas em 1835. Isso demonstra que 55% da escravaria desses plantéis em 1840 são fruto de migração e de novas aquisições, o que sugere que ainda estava havendo muita movimentação de um lado para outro tanto das propriedades como de suas escravarias.

II. 4 Origem dos escravos

A falta de registros referentes às origens dos escravos no ano de 1828 nos fez cruzar as informações com os dados da lista de 1835, mais completa nesse sentido. Assim, foi possível determinar a origem de alguns escravos. É importante ressaltar nesta etapa do trabalho que, no período analisado, houve muitas migrações para Guarapuava

por parte da população escrava, que acompanha seus proprietários – exceção feita aos infantes que nasceram na localidade e a alguns escravos adquiridos na região por diversos motivos.

Essa população era formada basicamente por crioulos, característica predominante para o Paraná e outras regiões com economia voltada para o mercado interno¹¹³. A hipótese para esse tipo de aquisição por parte dos proprietários num período em que ainda era forte a oferta de africanos pelo mercado e com preços bastante acessíveis para os compradores é de que a lógica econômica pressupunha algumas questões importantes já visualizadas pelos proprietários de escravos.

Primeiramente, as condições de inserção no mercado de escravos eram possivelmente inferiores àqueles que detinham as maiores riquezas e, portanto, condições para oferecer melhores negociações aos comerciantes de escravos. Em segundo lugar, o mercado já estava sentindo os efeitos de políticas restritivas com relação ao tráfico internacional, mesmo porque o Paraná nunca foi um entreposto importante de desembarque de escravos, o que restringia em muito seu acesso a esses indivíduos. Em terceiro, as condições financeiras desses proprietários não eram iguais às dos proprietários mais abastados, o que dificultava as aquisições de escravos, inserindo nessa análise as possíveis regalias que porventura faziam parte do comércio negreiro. Em quarto, as dificuldades de se obterem novos escravos sem o custo adicional de seu traslado facilitavam o propósito de se fomentar a produção endógena dos escravos, além disso, o tráfico interprovincial e intraprovincial de crioulos era mais viável face às perdas possíveis que poderiam ocorrer no caminho. Finalmente, havia maior facilidade de inserção do crioulo na sociedade local, uma vez que fatores como costume, língua, raça, poderiam estar fazendo parte das análises dos proprietários na aquisição dos escravos.

¹¹³ A população escrava no Paraná sempre foi determinada pela preponderância de crioulos. Ver quanto à isso os trabalhos de GUTIERREZ, Horácio. *“Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.8, nº16, p.161-188, mar/ago, 1988. Um outro trabalho é de PENA, Eduardo Spiller. *“O jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e à Lei na Curitiba provincial”*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999. Também temos o trabalho de LIMA, Carlos A. M. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *“Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas”*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE, Caxambu, Minas Gerais, 2003. CD-ROM. Estudando a região de Capivari no interior do Rio de Janeiro, Hebe Mattos também encontra esses padrões para os escravos. CASTRO, Hebe M. Mattos de. *“Ao sul da história”*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987. Esses padrões também se encontram no estudo para o agreste e o sertão de Pernambuco realizado por VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José R. Oliveira. *“Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887”*. Brasília, UNB, Deptº Economia, Séries textos para discussão, texto nº 231, agosto/2002.

Entretanto, os registros de 1835 são completos quanto à origem dos escravos (o que não ocorre com as listas de 1828 e de 1840), ou seja, todos os registros de escravos discriminam a naturalidade de cada um deles. Dos 82 registros levantados naquele ano, 70 apontam origem crioula, ou seja, escravos nascidos no Brasil, e os 12 restantes apontam origem africana. Isso quer dizer que 85% dessa população eram de origem brasileira, enquanto 15% era de origem africana. Portanto, para a lista de 1835, a população escrava era predominantemente formada por crioulos, o que demonstra as especificidades de uma área de fronteira voltada para as atividades de abastecimento interno.

Os 12 escravos de origem africana estavam distribuídos por sete propriedades e possuíam algumas características interessantes com relação a idade, sexo, razão de sexo e razão de dependência ao serem comparados com os das demais propriedades. Por exemplo, a razão de sexo dessas propriedades com africanos nos plantéis é de 260, índice mais elevado que o das propriedades formadas por crioulos. Esse indicador é importante uma vez que comprova a hipótese de que a população africana era composta, em sua maioria, por homens, o que determina razões de sexo mais altas. Estudos recentes relacionam essa característica como sendo resultado de estratégias quanto à oferta de braços por parte dos países africanos, que reteriam a principal fonte de mão-de-obra escrava, representada pelas mulheres¹¹⁴.

A distribuição das propriedades com africanos em seus plantéis, levando-se em conta o tamanho dos plantéis, o número de propriedades, a idade média da escravaria e a razão de sexo, apresenta a seguinte configuração:

¹¹⁴ Herbert Klein em seu trabalho sobre a escravidão africana na América Latina e no Caribe entende que *“o equilíbrio entre os sexos dos africanos embarcados era determinado mais pelas condições africanas de oferta que pela demanda americana. (...) As mulheres africanas, tanto as livres quanto as escravas, eram muito procuradas localmente – e esta contrademanda explica por que um número menor de mulheres ingressava no tráfico atlântico de escravos. Em algumas sociedades africanas as mulheres tinham um alto valor por serem o meio de se adquirir status de parentesco e família”*. KLEIN, Herbert. *“Escravidão africana: América Latina e Caribe”*. Tradução de José Eduardo de Mendonça. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p. 166. Já Manolo Florentino estudando sobre o tráfico de escravos para o Rio de Janeiro, demonstra que o fator empresa era determinante na demografia do tráfico isto porque ao analisar os inventários *post mortem* no meio rural do Rio de Janeiro entre os anos de 1790 e 1835 *“constata-se que os homens africanos tendiam a ser de 9% a 25% mais caros do que as africanas (...) isso significa que as empresas escravistas se beneficiavam dos baixos preços pagos pelos africanos, o que as permitia centrar suas estratégias de reprodução econômica no encurtamento do intervalo entre o dispêndio da compra do escravo e sua amortização”*. FLORENTINO, Manolo. *“Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX”*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 60.

Quadro 4. Algumas características dos plantéis com africanos – Guarapuava 1835.

Tamanho do Plantel	Número de Propriedades	Idade Média do Plantel	Razão de Sexo
1 a 4	6	18	300
5 a 9	1	23	200
10 +	-	-	
Total	7	20	260

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Verifica-se a predominância dos plantéis menores para as propriedades que possuíam escravos de origem africana, pois, das sete propriedades, seis possuíam entre 1 a 4 escravos e apenas uma apresenta posse acima de cinco escravos.

A idade média dos escravos mostra uma população muito jovem, o que é normal para uma população que se concentrava numa idade altamente produtiva face às estratégias de seus proprietários com relação às atividades econômicas.

Entretanto, existem diferenças quanto à idade média dos escravos quando verificamos o tamanho dos plantéis, pois aqueles com 1 a 4 escravos aparecem com idades mais jovens do que aquele com tamanho maior. Isso talvez seja explicado pela idade de dois escravos africanos neste plantel, Francisco, com 37 anos, e Maria, com 31 anos, que tornam a idade média desse plantel mais avançada do que a dos demais.

A razão de sexo apresentada pela população escrava desses plantéis se apresenta bastante elevada, característica predominante das populações formadas por africanos. É importante lembrarmos que nesses plantéis também havia população crioula, porém, se a retirarmos da análise e considerarmos apenas os africanos, a razão de sexo é de 1.100, visto que, dos 12 escravos africanos, apenas 1 era do sexo feminino. Encontramos apenas duas propriedades que possuíam somente africanos em seu plantel, cada qual com apenas um cativo.

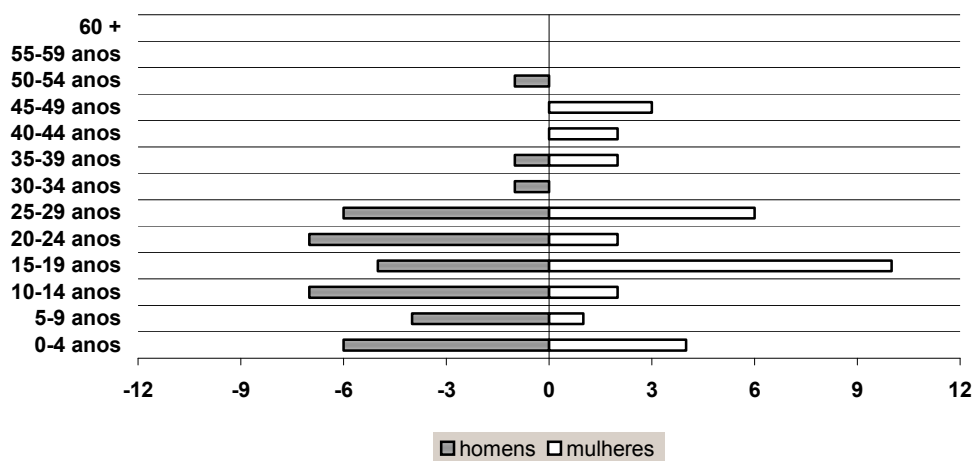
Das 30 propriedades com cativos que aparecem na lista de 1835, 29 possuíam escravos crioulos em seus plantéis, confirmando, assim, a tendência de participação majoritária dessa população nas propriedades. A razão de sexo apresentada por sua população crioula é muito inferior àquela apresentada pela população africana, mas, no total de sua população, a razão é de 118.

Se separarmos a população por faixas etárias, encontram-se os seguintes valores para cada uma delas: de 0 a 14 o valor é de 243, elevado, se considerarmos mais uma vez que tradicionalmente esse indicador para a faixa dos infantes tendia para o

equilíbrio entre os sexos; para a faixa etária de 15 a 39, o número é 100, ou seja, havia um total equilíbrio entre os sexos, seguindo os estudos já produzidos no Paraná; na faixa a partir de 40 anos, optamos por aglutinar todas as idades, pois a amostra é muito pequena para que obtenhamos uma análise mais acurada dos dados. A razão de sexo a partir dessa faixa é de 20, portanto, considerando as faixas etárias mais idosas, as mulheres tinham maioria nos plantéis.

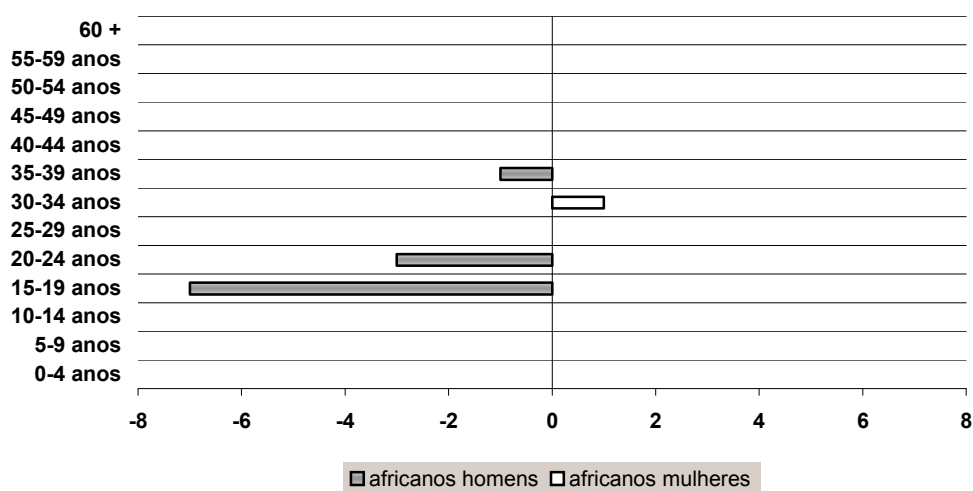
Pela pirâmide etária da população crioula e africana, podemos tirar algumas conclusões quanto às características de sua população.

Gráfico 23: Pirâmide Etária - Crioulos - 1835



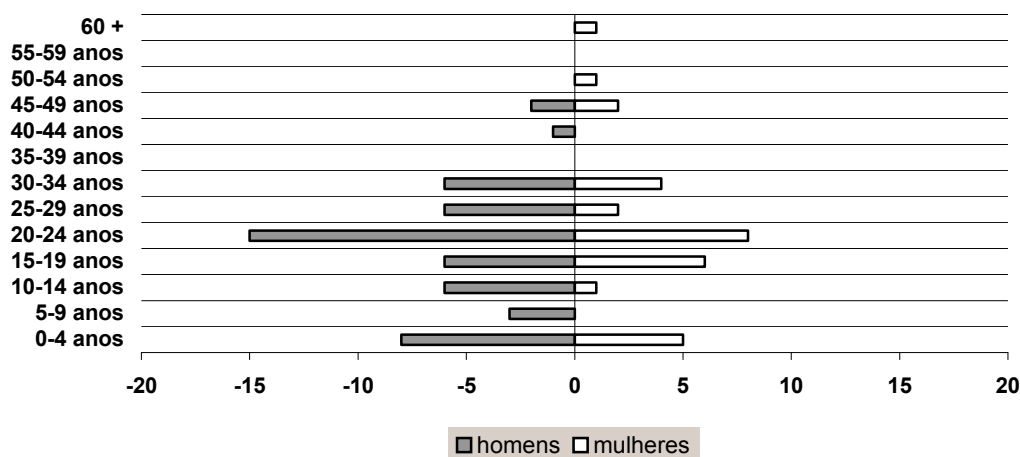
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 24: Pirâmide Etária - Africanos - 1835



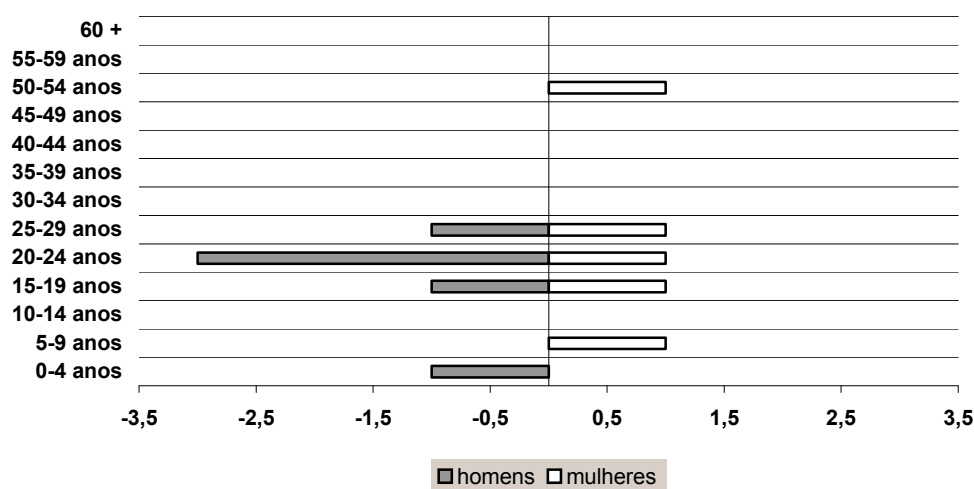
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gráfico 25: Pirâmide Etária - Plantel Crioulos - 1840



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Gráfico 26: Pirâmide Etária - Plantel Africanos - 1840



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1840. Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Quanto à população crioula, observa-se que sua base é mais alargada do que a base da população africana, pelo menos para o ano de 1835. Ao mesmo tempo, há forte incremento na faixa etária de 15 a 19 tanto para crioulos como para africanos, confirmando a tendência já levantada anteriormente de fortes migrações ocorrendo na população escrava entre a lista de 1828 e de 1835.

A população africana se concentra na faixa etária de 15 a 24 e seu plantel é formado apenas por homens. Apesar de a amostra ser pequena, não deixa de ser um indicador importante quanto às suas características demográficas, uma vez que esse era o padrão predominante no tráfico de escravos.

Com relação à população crioula, identificamos também forte preponderância na faixa etária de 15 a 29, cuja população representa 51% de sua população total, com total equilíbrio entre os sexos, pois sua razão é 100. Entretanto, é importante tecermos alguns comentários sobre essa faixa etária, pois, além de ser a faixa com a maior concentração de escravos e com forte influência das migrações de seus proprietários, tem a peculiaridade de possuir um plantel predominantemente feminino, apresentando razão de sexo de 50. Talvez tenhamos aqui possíveis variáveis que possam explicar ou mesmo nos ajudar a entender um pouco mais as possibilidades de escravos constituírem família.

Pela pirâmide etária da população crioula, observa-se também a intensa participação dos infantes em seus plantéis. Essa faixa representa 34% de sua população, o que indica possibilidades quanto ao crescimento endógeno, fortalecendo a hipótese de que a família escrava poderia estar presente nas estratégias tanto dos proprietários como para os escravos crioulos. Entretanto, considerando a pirâmide exclusivamente, não se pode falar sobre reprodução endógena das escravarias em Guarapuava, apesar da alta razão criança/mulher e da alta participação de crioulos na população.

Assim, a proporção de homens entre os africanos era muito mais alta que a vigente nos barcos negreiros e entre os africanos de populações escravas plantacionistas.¹¹⁵ Mesmo considerando que são poucos os africanos em Guarapuava, isso tudo é importante, haja vista que mostra o quanto os senhores locais estavam voltados para fazer com que suas escravarias crescessem rapidamente, mas só quanto ao número de homens. Isso tudo indicando a lógica de fronteira.

Na lista de 1840, a classificação referente à origem dos escravos não é completa. Os registros classificam apenas os escravos de origem africana novos nos plantéis, isto

¹¹⁵ Ao estudar a demografia do tráfico, Manolo Florentino chegou a uma proporção por volta de 3 homens para cada mulher para os cativos desembarcados no porto do Rio de Janeiro. O autor descreve que “*Os Cativos recém-desembarcados eram definitivamente marcados por um enorme desequilíbrio sexual e etário: cerca de 3,2 homens para cada mulher, proporção que, contados somente os adultos, chegava a 3,4/1*”. FLORENTINO, Manolo. “Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX”. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 59. A proporção de homens e mulheres cativas para os engenhos e fazendas de cana na Bahia, no período 1710 e 1827 foi de aproximadamente 2,6 e 1,3 respectivamente. SCHWARTZ, Stuart B. “*Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*”. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Cia das Letras, 1988. p. 287.

é, não registram a origem daqueles escravos que já haviam sido listados em 1835. Os novos africanos são seis, no total, os quais, somados aos escravos já existentes em 1835, totalizam doze escravos. Isso significa que, do total de escravos registrados, 12% eram africanos – número inferior em termos relativos àquele apresentado em 1835, entretanto, em termos absolutos, ele se mantém.

Esses escravos estão distribuídos por sete propriedades, sendo que três (as de José Siqueira Cortes, de Manoel Mendes de Araújo e de Jacó Dias de Siqueira) já possuíam escravos em 1835, inclusive africanos; uma (a de Joaquim Batista dos Santos) possuía escravos apenas no registro de 1828; uma (a de Elias José do Espírito Santo), que já possuía escravos em 1835, todos crioulos, adquire dois escravos africanos no período; uma outra (a de Silvério Antonio de Oliveira) também adquire dois escravos africanos no período e, finalmente, a última (de Domingos Floriano Machado) recebe dois escravos, sendo um deles de origem africana, que migram para Guarapuava com seu proprietário.

Esses resultados mostram que as propriedades, em sua maioria, já estavam fixadas em Guarapuava antes de 1840. Também mostram que, dos doze escravos africanos registrados, cinco já estavam nas propriedades na lista de 1835; seis são novas aquisições e um é resultado de migração. Ao avaliarmos o tamanho das propriedades com escravos africanos, encontramos apenas uma com o total de seis escravos no plantel, sendo que, destes, quatro eram africanos e dois eram crioulos. As demais propriedades são compostas por plantel de 1 a 4 escravos.

A maioria da população é composta por homens. Entretanto, sua configuração se altera em relação à apresentada pelos dados de 1835, pois há um incremento importante de mulheres africanas nos plantéis – como descrito acima com relação às características das propriedades, dos cinco escravos que permanecem nas propriedades, quatro são do sexo masculino e um do sexo feminino; das seis novas aquisições, duas são do sexo masculino e quatro do sexo feminino e, finalmente, há um escravo do sexo masculino que migrou com o proprietário. Não sabemos do paradeiro de cinco escravos africanos registrados em 1835, pois não aparecem mais na lista de 1840. Portanto, a razão de sexo da população escrava africana se reduz para 140, bem diferente daquela registrada em 1835.

Na propriedade com seis escravos, a razão de sexo é de 200, enquanto que a razão de sexo dos plantéis com 1 a 4 escravos é de 100. No total, os plantéis com africanos possuíam razão de sexo de 122. Como avaliamos um pequeno número de

propriedades, podemos estar enfrentando algumas dificuldades com relação a alguma configuração padrão tanto dos escravos como das propriedades, mas as configurações aqui apresentadas não deixam de ser uma tendência a ser analisada em função das possibilidades, em face das dificuldades do mercado de escravos bem como de algum tipo de estratégia futura de crescimento natural da escravaria

Com relação à população crioula de Guarapuava, das 26 propriedades registradas com escravos, apenas uma não possuía crioulos no plantel, a propriedade de Silvério Antonio de Oliveira, que tinha duas escravas de origem africana. A razão de sexo do plantel crioulo é de 183, mais elevado, portanto, do que a registrada para o plantel formado por africanos, o que é interessante e curioso, dadas as características de cada população¹¹⁶.

Ao analisarmos por faixas etárias, vamos encontrar as seguintes razões de sexo: 142 para a faixa etária de 0 a 14; 165 para a faixa etária de 15 a 39 e 75 para a faixa etária a partir de 40 anos.

A partir das análises realizadas na estrutura etária da população escrava, observamos as modificações que estavam ocorrendo dentro dos plantéis, as quais alteravam o indicador de razão de sexo, visto que a faixa etária de 15 a 39 passa a ter mais homens do que mulheres em relação à lista 1835.

A pirâmide etária dos plantéis de crioulos e africanos nos ajuda a compreender um pouco mais as características de cada população. A base da pirâmide é mais larga para a população crioula, apesar de pequenas alterações com relação à população africana, visto que encontramos nela dois escravos registrados como infantes e sem

¹¹⁶ Diversos são os estudos que demonstram que a razão de sexo da população escrava africana era maior do que da população de crioulos. Gorender mostra que em Pernambuco a partir dos Censos dos anos de 1829 e 1842, segundo Figueira de Mello, a razão de sexo dos africanos foi de 162 e 156 respectivamente, enquanto que esse indicador para os crioulos foi de 110. GORENDER, Jacob. *"O escravismo colonial"*. 6ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1992, p. 337. A razão de sexo para os engenhos e as fazendas de cana na Bahia, conforme estudos de Schwartz, apresentou indicador de 257 e 126 respectivamente para os escravos de origem africana e de 123 e 126 para os escravos crioulos. SCHWARTZ, Stuart B. *"Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835"*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Cia das Letras, 1988. p. 287. Florentino e Góes ao estudarem sobre as famílias escravas no Rio de Janeiro no período 1790 e 1850, e com base nos inventários *post mortem*, demonstra que a taxa de masculinidade entre os anos de 1826/1830 foi de 65,8% para aqueles plantéis de 1 a 9 escravos, enquanto que a taxa para os crioulos foi de 57,1%. FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *"A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro 1790-1850"*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p. 66. Carlos Lima ao pesquisar sobre as razões de masculinidade entre os escravos de artesãos na cidade do Rio de Janeiro no período 1797 a 1845 foi muito mais elevada para os africanos do que para os crioulos. LIMA, Carlos A Medeiros. *"Escravidão e famílias livres: o caso dos artesãos na cidade do Rio de Janeiro, 1797-1845"*. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, LIPHIS, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1995, p. 43-52.

referência à origem de seus pais, logo, não sabemos se eram africanos ou não. De qualquer forma, a possibilidade de que tenham sido comprados no mercado é bastante reduzida, visto que o tráfico comercializava poucos infantes.

Apesar do pequeno incremento de crianças africanas nos plantéis, a faixa etária de 0 a 14 apresenta a predominância da população crioula, com maioria masculina.

Ao analisarmos os dois períodos, verificamos que a faixa etária de 15 a 19, que era predominante em 1835, com 21%, da população crioula, reduz sua participação tanto em termos absolutos como relativos. A faixa etária que passa a predominar é a de 20 a 24, com 28% da população crioula. Para o plantel de africanos, essa faixa etária também é a predominante.

Entre a população crioula, continua a preponderância da faixa etária de 15 a 29, com 52% de sua população. A razão de sexo é de 168, portanto, diferente daquela que ocorre em 1835, demonstrando que não era padrão o equilíbrio entre os sexos nessa população, muito menos na faixa etária considerada produtiva. Se verificarmos as outras faixas etárias consideradas como padrão metodológico, ou seja, as faixas de 0 a 14, de 15 a 39 e a partir de 40 anos, vamos encontrar desequilíbrio entre os sexos, com predominância dos homens nos plantéis. A razão de sexo é de 283 na faixa etária de 0 a 14; 165 na faixa de 15 a 39 e 75 na faixa etária a partir de 40 anos.

Apesar de menor em relação aos números de 1835, a participação de crianças nos plantéis formados por crioulos é bem superior do que no plantel formado por africanos, pois, enquanto na população africana o percentual de crianças é de 16%, na população crioula esse percentual é de 28%. Entretanto, apesar de menor, ainda assim as possibilidades de crescimento endógeno da população seriam um dos fatores preponderantes de reprodução da escravaria.

II. 5 Estado conjugal dos escravos

Os dados da lista de 1828 mostram que os escravos eram em sua grande maioria solteiros. Excluindo os cativos na faixa etária de 0 a 14, encontram-se apenas uma viúva e um escravo casado num universo de 22 escravos. Isso representa 9,0% de sua população com idade de casar. O escravo Lucio, casado, era propriedade de José Siqueira Cortes e, pelos registros, não estava casado com nenhuma escrava de sua propriedade. Cruzando as informações com os registros de casamentos, não

encontramos o registro de seu casamento. Pode ser que Lúcio tenha se casado com alguma liberta ou mesmo pessoa livre.

Ao analisarmos o registro referente às características do domicílio de José Siqueira Cortes, encontramos como agregada Ana, parda, com a idade de 24 anos e casada com um certo escravo Lúcio, que pode ser o mesmo acima referido. Já a viúva Antonia era propriedade de Antonio da Rocha Loures e estava com 38 anos idade. Cruzando os dados com os registros de óbitos, também não encontramos qualquer informação sobre seu marido, nem se era escravo ou não.

Nos registros de 1835, excluindo os escravos que estavam na faixa etária de 0 a 14, que são considerados infantes, a população escrava com idade possível de estar casada oficialmente, em um universo de 82 escravos era de 58 cativos, enquanto 43 estavam registrados como solteiros; 13 como casados e 2 como viúvos. Esses números indicam que os escravos solteiros perfaziam 74,1% dessa população, enquanto que os casados participam com 22,4% e os viúvos com 3,4%. A idade média dos escravos solteiros é de 21 anos, enquanto a idade média dos escravos casados é de 33 anos. Portanto, a população escrava seguia uma certa lógica natural quanto à relação idade e estado conjugal, pois, quanto mais velho o indivíduo, maior a tendência de se casar ou ficar viúvo.

Ao analisarmos essa variável a partir do sexo dos escravos, encontramos as seguintes características: as mulheres solteiras possuíam em média a idade de 23 anos e os homens a idade média de 20 anos; para os casados, a idade média é de 33 anos para as mulheres e de 32 anos para os homens.

Todos os escravos africanos estavam registrados como solteiros, dado não muito incomum, visto que eram, na maioria, homens, o que dificulta uniões conjugais com parceiros que fossem da mesma origem. Assim, todos os escravos que estavam registrados como casados e viúvos eram de origem crioula e, por si só, pode-se concluir que eles estavam se unindo no interior de seu grupo, ou pelos casamentos chamados “endogâmicos”.

As características dos plantéis com relação aos escravos casados nos mostram particularidades, visto que na maioria deles havia cativos que estavam registrados como casados, embora não tenhamos encontrado nos registros o seu cônjuge fazendo parte da mesma propriedade. Isso é verificado ao analisarmos individualmente cada um deles na propriedade. Os poucos registros verificados demonstram que os casamentos eram

realizados seguindo a tendência da endogamia e que as uniões se davam entre casais da mesma cor.

A população escrava, em 1840, também é constituída, na maioria dos casos, por indivíduos solteiros. Excetuando-se os 25 escravos na faixa etária de 0 a 14, temos, portanto, 70 escravos com condições de formarem matrimônio. Destes, seis são casados; um é viúvo e o restante está registrado como solteiro.

Dessa forma, o perfil da escravaria em 1840, volta a ser como aquele apresentado no ano de 1828, ou seja, apresenta um percentual de solteiros bastante significativo, pois 90,0% deles se inserem nessa categoria. Assim, os números fortalecem a idéia de que a grande parte da população escrava em Guarapuava era formada por escravos solteiros.

A idade média dos escravos solteiros em 1840 é de 26 anos, portanto, acima da idade média apresentada pelos escravos solteiros na lista anterior. Isso pode representar que a movimentação dos escravos era de mudança de faixa etária no período, o que é confirmado quando analisamos a estrutura etária. A idade média tanto dos escravos casados como do único escravo viúvo é de 33 anos.

Ao analisarmos essa variável a partir do sexo dos escravos, encontramos as seguintes características: as mulheres solteiras possuíam em média a idade de 28 anos e os homens a idade média de 24 anos; para os casados, a idade média é de 34 anos para as mulheres e de 33 anos para os homens. No caso dos homens, existem apenas dois registros: o do escravo Daniel, de propriedade de Joaquim Mateus, com a idade de 26 anos, provavelmente casado com a escrava Maria, da mesma propriedade e que tinha a idade de 28 anos, e o escravo Francisco, com 45 anos, único escravo de Francisco Antonio da Rocha.

O caso do escravo Francisco é interessante, pois ele está registrado como casado, mas na propriedade não temos nenhum outro registro de escravos, o que permite inferirmos a possibilidade de esse escravo ter se casado com alguma escrava de outra propriedade ou mesmo de ter se unido em laços matrimoniais com alguma liberta ou livre. No caso das escravas casadas, encontramos não só a escrava Maria, de propriedade de Joaquim Mateus, como também outra escrava de nome Maria, com 30 anos de idade, que provavelmente estava casada com o escravo Miguel, da mesma propriedade de José Francisco. Finalmente, encontramos a escrava Vitória, de propriedade de Joaquim Batista dos Santos, com a idade de 45 anos, casada, mas, como no caso do escravo Francisco, não havia na propriedade nenhum outro escravo

registrado como casado. Para esses escravos casados, a idade das mulheres era, na maioria dos casos, maior do que a dos homens, fato esse não muito comum, visto que normalmente os homens é que tinham idade mais avançada do que as mulheres.

Da mesma forma que se verifica na lista de 1835, todos os escravos africanos estavam registrados como solteiros. Sua idade média era de 24 anos, mas, se retirarmos desse cálculo apenas uma escrava que possuía a idade de 50 anos, a idade média cai para 21 anos. Logo, os escravos de origem africana apresentam idade média inferior àquela apresentada pelos escravos crioulos.

II. 6 Os escravos e sua cor

Todos os escravos listados em 1828 apresentam registro com a atribuição de cor. Apenas duas cores são registradas nesse ano, a cor parda e a cor negra, sendo que 53,5% de sua população estão registrados como pardos e os 46,5% restantes como negros.

O que nos fez relacionar empiricamente a cor parda com os crioulos, basicamente, foi a predominância desses escravos nos plantéis, diferenciando-se, assim, dos africanos, que normalmente eram registrados com a cor negra.

É importante destacar o problema da cor como inserção na sociedade local, ou mesmo como hierarquia social, sendo que, provavelmente, os crioulos eram socialmente mais bem definidos quanto à sua posição na hierarquia dos plantéis.

Observam-se também registros de cor de um mesmo escravo diferentes nos anos das listas de 1835 e 1840, o que demonstra a dificuldade do recenseador ou mesmo a afirmação, tanto dos escravos como do responsável pelos registros, quanto ao problema da hierarquia social.

Ao avaliarmos cada uma dessas cores distribuídas pelos plantéis, considerando em conjunto cor e origem a fim de observarmos se essas duas características estavam influenciando de alguma forma no levantamento dos dados, encontramos para a população escrava africana todos os registros com a cor negra, enquanto que, para a população escrava crioula, os registros estão distribuídos em 78,6% de pardos e os 21,4% restantes como negros.

A hierarquia social estava trazendo consequências para a relação cor e origem dos escravos. As diferenças aconteciam nos plantéis de africanos e de crioulos. Não podemos esquecer que devemos fazer algumas considerações quanto a essas

características e a idade dos escravos, visto que outras possíveis variáveis poderiam estar influenciando na questão da cor dos escravos, tais como relação sexual entre estes e as pessoas livres, de cor ou brancas.

Ao considerarmos a relação sexo e cor nos plantéis, verifica-se que as mulheres escravas negras eram em número de três, o que perfazia 21,4% de sua população; as 78,6% restantes estavam registradas como pardas. Os homens escravos negros possuíam participação de 58,6%, enquanto que os 41,4% restantes estavam registrados como pardos. Portanto, grande parte dos homens escravos era negra, enquanto que, para as mulheres, ocorre o inverso, ou seja, sua população é composta, em sua maioria, por pardos. Provavelmente, a influência de africanos era maior na escravaria formada pelos homens, o que é natural, se considerarmos que existia nos plantéis um número razoável de escravos dessa origem, haja vista que em alguns deles a população africana era superior à população crioula.

Existem propriedades em 1835 que possuem predominantemente africanos em seus plantéis, como é o caso da propriedade de Manoel Mendes de Araújo, que nesse ano tinha 6 escravos, dos quais 5 eram de origem africana. Em outros 3 plantéis, apesar de não haver predominância de africanos, a distribuição era de equilíbrio entre a população africana e crioula.

Ao considerarmos os plantéis separadamente, avaliando as faixas de posse de cativos, podemos tirar importantes conclusões. Por exemplo, o plantel de 10 escravos possuía apenas 2 escravos registrados como negros e os 8 restantes eram pardos. Dessa forma, 80% de sua escravaria estavam compostos por escravos pardos. O plantel com 6 escravos era composto em sua totalidade por pardos. Já nos plantéis com 1 a 4 escravos, encontramos 33,3% de suas escravarias registrados como pardos e 66,7% como negros.

Algumas dessas propriedades apresentam todos os escravos registrados com a cor negra, características essas bastante diferenciadas daquela que normalmente vamos nos deparar na população escrava do Paraná. É necessário, portanto analisarmos com mais detalhes essas propriedades para tentarmos distinguir algumas diferenças com relação à composição de suas escravarias a fim de podermos comparar com as outras posses. Essa análise é feita mais adiante, quando estudamos a população escrava mais detalhadamente a partir da lista nominativa de 1835.

Se avaliarmos essas características abordando individualmente cada propriedade, vamos nos deparar com algumas questões importantes com relação à definição da cor na época. Como descrito acima, a única propriedade com 10 escravos possuía

predominantemente população escrava de cor parda, enquanto que, na única propriedade com 6 escravos, todos os cativos eram de cor parda. Porém, ao avaliarmos os registros das propriedades com 1 a 4 escravos, algumas considerações são importantes: 2 propriedades com a posse de 4 escravos estavam com todos os seus cativos registrados com a cor negra; 1 propriedade com 3 escravos também apresentava essa característica e, finalmente, 6 propriedades com 1 escravo apresentavam seus cativos registrados com a cor negra.

Isso é interessante para o estudo da escravidão na região de Guarapuava porque nos permite inferir que a questão da hierarquia estaria influenciando nessas propriedades, ou seja, apesar de os cruzamentos de listas nos informarem, por exemplo, que nas propriedades menores a maioria de sua população era de origem crioula, havia muitos registros de cor negra, levando-nos não só à hipótese quanto aos problemas naturais de recenseamento, como também quanto às poucas possibilidades de ascensão que porventura poderia acontecer com esses escravos, impedindo, por exemplo, a mobilidade social ao menos naquele instante.

O fato é que, ao desconsiderarmos os registros de africanos e sua cor nos plantéis para o ano de 1828, ou seja, considerando apenas a população crioula como um todo, encontramos diferenças importantes entre faixa de plantel e cor, haja vista que, para os plantéis maiores, apesar dos poucos registros apresentados, a população crioula era predominantemente parda, enquanto que, ao avaliarmos as propriedades menores, a maioria era composta por escravos negros.

A lista nominativa de habitantes de 1835 apresenta registro de cor para todos os escravos, desde que façamos das inferências. Como explicado quando das análises referentes à lista nominativa de habitantes do ano de 1828, encontramos na lista de 1835 registros somente com a letra inicial “P”, o que, considerando as especificidades da população crioula miscigenada, bem como formas hierárquicas de inserção social, leva-nos a inferir a cor “parda”. Outra forma de registro se refere à letra “N”, que consideramos como inicial de “negra”. Os demais registros são mais específicos, pois trazem a identificação completa: “mulato/a” ou “preto/a”.

Dos 82 escravos listados nesse ano, os de cor parda são 17 no total; os mulatos e mulatas são 12; os de cor negra são 51 e, finalmente, os “pretos” são apenas 2. Isso significa que a grande maioria dos escravos estava registrada com a cor negra, o que representa 62,2% de sua população.

Além disso, percebe-se que a maior parte dos escravos de origem africana está registrada com a cor negra, sendo que apenas um, de nome Benedito e de propriedade de Benjamim José Gonzaga, aparece registrado com a inicial “P”. Isso sugere duas alternativas, quer seja, ou o recenseador considerou apenas a letra “P” “como sendo referente à cor “preta” ou o mesmo se confundiu no momento do registro.

Na população crioula a miscigenação é um fator preponderante, pois encontramos registros para todas as cores. A maior parte dos crioulos está registrado como “negros” representando 57%, enquanto os de cor parda representam 23%, a cor mulata com 17% e finalmente a cor preta com 3%.

Das 30 propriedades com escravos, encontramos 24 com registro de escravos com cor “negra”. Destas, 16 aparecem com todos os seus escravos registrados com essa cor; 4 com os escravos registrados com as cores “negra” e “parda” e, finalmente, 3 com a cor “negra” e “mulata”.

A lista também apresenta algumas propriedades com todos os seus escravos registrados somente com a cor “parda”, como é o caso da propriedade de Antonio da Rocha Loures, que possuía 11 escravos; com a cor “mulata”, caso da propriedade de Francisco Aires de Araújo, com 5 escravos, ou com a cor “preta”, caso da propriedade de Jacinto Mendes de Araújo, com 2 escravos.

Algumas evidências nos mostram que, quanto maior a propriedade com escravos crioulos, maior a possibilidade de hierarquização a partir de suas cores, conforme mostramos no quadro abaixo, em que estabelecemos relação entre o tamanho da posse e a cor dos escravos.

Quadro 5. Tamanho das posses e cor dos escravos – população crioula. Guarapuava – 1835.

Tamanho do Plantel	Cor			
	Negra	Parda	Mulata	Preta
1 A 4	36	4	7	2
5 A 9	4		6	
10 +		11		
Total	40	15	13	2

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Observa-se que as posses com maior número de escravos – considerando aqui as especificidades de tamanho do plantel da região de Guarapuava, ou seja, propriedades com 5 escravos ou mais já podem ser consideradas como detentoras de tamanho de

posse acima da média local – apresentam maior possibilidade de mobilidade entre os escravos, visto que a posse com mais de 10 escravos e aquelas com mais de 5 possuem predominantemente escravos miscigenados – pardos e mulatos. Enquanto isso, as posses menores apresentam ainda forte preponderância da cor negra em seus plantéis, a qual atinge 73% de sua população. Assim, também como hipótese, parece-nos que a hierarquização tinha maiores possibilidades naquelas propriedades em que o grupo pudesse ter maior força representada pelo número de escravos na propriedade.

Na comparação com os registros de 1828 para aqueles escravos que continuam na propriedade em 1835, algumas informações são pertinentes: dos 43 escravos listados em 1828, seis tiveram alteração no registro de suas cores quando do censo de 1835 e o escravo Rafael, de propriedade de Antonio da Rocha Loures, que estava registrado com a cor “negra”, passou a ter a cor “parda” na lista de 1835.

A propriedade de Antonio da Rocha Loures, que possuía 10 escravos, tinha 8 deles registrados como “pardos” – exceção feita aos escravos Bento e Rafael. Parece-nos muito pertinente de que na lista seguinte houvesse alterações em sua cor, como acontece com Rafael, a fim de “ajustar” sua posição perante o grupo. O escravo de nome Bento não aparece mais nos registros de 1835.

Provavelmente com o mesmo objetivo, 3 escravos de propriedade de Francisco Aires de Araújo, que estavam registrados com a cor “parda” e, em 1835, passaram a ser registrados com a cor “mulata”, enquanto que o escravo José, de propriedade de Jacinto Mendes de Araújo, possuía o registro de “pardo” e, em 1835, passa a ser registrado como “preto”. Finalmente, a escrava Inácia, de propriedade de Antonio José de Souza, que estava registrada com a cor “parda”, em 1828, na lista de 1835 passa a ser considerada com a cor “negra”.

Como ocorre com a lista de 1835, os registros de 1840 também apresentam a cor dos escravos, porém algumas considerações são importantes a fim de entendermos o que porventura estava ocorrendo. No registro de 1840, muitos escravos aparecem com cor diferente daquela registrada em 1835, o que pode significar mudanças em função de equívoco do recenseador ou mesmo as possibilidades de hierarquização de sua população.

Esta segunda hipótese talvez se confirme pelos dados a seguir: dos 95 escravos registrados em 1840, os escravos de cor parda são 63; os de cor mulata são 24; os negros são 6 e, finalmente, encontramos 2 sem o registro de cor, que provavelmente seriam de cor negra, dada sua procedência africana. Pelos números, verificamos

alterações importantes com relação à última listagem. A cor parda cresce muito entre os escravos: dos 63 cativos registrados com essa cor, 19 estavam registrados como negros em 1835 e, nos registros de 1840, passam a ter a cor parda; dos 24 escravos registrados como mulatos, 8 haviam sido registrados anteriormente com a cor parda e 5 com a cor negra; dos 51 escravos registrados como negros em 1835, 26 não aparecem mais nos registros de 1840, e, como descrito acima, 19 deles passam a ter a cor parda; 5 passam para a cor mulata e apenas 1 permanece registrado com a cor negra. Além disso, dos seis escravos registrados como negros, quatro são de origem africana e apenas dois de origem crioula. Ou seja, é óbvia a mudança que ocorre nos registros de cor de um período para o outro, pois a maioria dos negros registrados em 1835 passam a ser registrados como pardos e mulatos em 1840 e os africanos registrados como negros naquela lista também estão registrados como pardos em 1840. As mudanças nos registros são evidentes e apóiam a hipótese de mobilidade social a partir da definição da cor dos escravos.

Essa hipótese também é apoiada por certas peculiaridades de algumas propriedades. Por exemplo, na propriedade de Antonio da Rocha Loures, dos 11 escravos listados em 1835 como pardos, em 1840, somente 3 permanecem com o mesmo registro, sendo que todos os outros passam a ser registrados como mulatos.

Uma outra propriedade, a de Manoel Mendes de Araújo, possuía seis escravos, 5 dos quais africanos registrados como negros e uma escrava crioula também registrada como negra. Em 1840, a propriedade permanecia com 6 escravos, sendo que apenas 1 deles era novo na propriedade; os outros eram os mesmos da lista de 1835, porém todos aparecem registrados com a cor parda, excetuando-se a escrava Joana, que aparece como mulata.

Embora tenhamos citado apenas dois exemplos do que acontece entre uma lista e outra com relação à cor dos escravos, essas alterações ocorreram na maioria das propriedades.

No quadro 6, apresentamos o tamanho das posses e a cor dos escravos a fim de compararmos esses dados com o que estava ocorrendo nas listas anteriores. O que se percebe é que todas as posses demonstram uma maior miscigenação entre os escravos, principalmente se verificarmos a cor negra registrada nas posses menores em comparação aos registros de 1835, por exemplo.

Como não encontramos nenhum registro de cor negra para as posses com mais de 5 escravos, sugerimos que poderia estar havendo algum tipo de mobilidade não só

dos escravos, mas também com relação aos proprietários. Como já demonstramos anteriormente, a questão nos parece mais pertinente para essas propriedades, pois se mantém a idéia de que é nelas que os escravos possuíam maiores condições de mobilidade social.

Quadro 6. Tamanho das posses e cor dos escravos – Guarapuava 1840

Tamanho do Plantel	Cor			
	Negra	Parda	Mulata	Preta
1 A 4	8	26	8	-
5 A 9	-	34	8	-
10 +	-	3	8	-
Total	8	63	24	-

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

II. 7 Razão de Sexo

Por faixa etária, a razão de sexo se comporta de uma forma diferenciada, conforme podemos verificar ao analisarmos cada propriedade individualmente.

A tabela abaixo procura avaliar esse indicador considerando os plantéis com 10 ou mais escravos, aquele na faixa de tamanho de plantel de 5 a 9 escravos e aqueles na faixa de 1 a 4 escravos.

Tabela 23. Distribuição da escravaria por tamanho do plantel e por faixas etárias – Guarapuava – anos selecionados.

Plantel	1828					1835					1840				
	0/14	15/39	40/59	60 +	Total	0/14	15/39	40/59	60 +	Total	0/14	15/39	40/59	60 +	Total
Todos os Domicílios:															
. Masculino	13	15	1	-	29	17	31	1	-	49	18	39	3	-	60
. Feminino	8	4	1	1	14	7	21	5	-	33	7	23	4	1	35
. RM	162	375	100	-	207	243	148	20	-	148	257	169	75	-	171
10 OU +:															
. Masculino	5	1	1	-	7	4	2	-	-	6	2	4	-	-	6
. Feminino	1	2	-	-	3	2	1	2	-	5	2	1	2	-	5
. RM	500	50	-	-	233	200	200	-	-	120	100	400	-	-	120
5 A 9:															
. Masculino	2	2	-	-	4	3	8	-	-	11	12	16	1	-	29
. Feminino	1	-	-	1	2	-	4	1	-	5	4	9	-	-	13
. RM	200	-	-	-	200	-	200	-	-	220	300	178	-	-	223

1 A 4:																
. Masculino	6	12	-	-	18	10	21	1	-	32	4	19	2	-	25	
. Feminino	6	2	1	-	9	6	15	2	-	23	1	13	2	1	17	
. RM	100	600	-	-	200	167	140	50	-	139	400	146	100	-	147	

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Tomando por base os números apresentados na tabela 23, pode-se chegar a algumas conclusões quanto à razão de sexo por plantel. Por exemplo, o plantel até 10 escravos é fortemente marcado pela presença de homens na faixa etária dos infantes, ao passo que, para a faixa produtiva, as mulheres é que possuíam a maior participação. Isso sugere, em princípio, que a possibilidade de formação da família escrava era maior nesses plantéis com mais escravos. Para as outras faixas etárias, encontramos apenas um escravo com a idade de 40 anos, não sendo possível, portanto, calcular o indicador. No total, pela influência no número de crianças no plantel, a razão de sexo é alta nessa propriedade.

Quanto aos plantéis entre 5 a 9 escravos, só foi possível calcularmos o índice para a faixa etária dos infantes, pois apresentavam apenas 2 escravos na faixa etária de 15 a 39 e uma escrava na faixa etária a partir de 60 anos. A razão de sexo de 200 para todo o plantel tem influência não só dos infantes, como também dos escravos que estão na faixa etária de 15 a 39.

Finalmente, para aqueles plantéis com até 4 escravos, observa-se equilíbrio entre os sexos na faixa etária dos infantes, enquanto que, na faixa etária de 15 a 39, é muito elevada a razão de sexo nos plantéis, apesar da redução do indicador para 200, no total. Isso se explica pelo elevado número de crianças nos plantéis (40,7%).

O que se conclui, ao avaliarmos a elevada razão de sexo para os plantéis de escravos em Guarapuava, é que a faixa etária dos infantes está influenciando para que esse indicador seja assim, ao mesmo tempo em que observam-se alguns desses plantéis com um número importante de africanos na faixa etária entre 15 a 39 anos. A razão de sexo nessa faixa etária foi de 600, por exemplo, no caso dos plantéis com 1 a 4 escravos. Dos 12 escravos registrados, nessa faixa etária, 5 eram africanos, o que dá uma participação percentual de 41,7% do total da escravaria. Um desses plantéis, o de Manoel Mendes de Araújo, possuía 4 escravos, todos eles homens, sendo que 3 eram africanos. A outra propriedade era do Capitão Domingos Inácio de Araújo com 3 escravos e um deles africano. Finalmente, a propriedade de Jacó Dias de Siqueira com apenas 1 escravo africano em seu plantel.

A razão de sexo para Guarapuava, a partir dos registros referentes à lista nominativa do ano de 1835, permanece alta para os padrões normalmente definidos para áreas de abastecimento interno. Entretanto, verificam-se alterações significativas entre uma lista e a outra quanto à movimentação e perfil dos plantéis, pois a razão de sexo foi de 207 em 1828, enquanto, em 1835, esse indicador se reduz para 148.

A partir da análise por faixas etárias, podemos inferir algumas questões importantes quanto a essas modificações que ocorreram na população escrava com relação ao indicador de razão de sexo. Observa-se, por exemplo, que a faixa etária dos infantes ajuda a entender um pouco os desequilíbrios entre os sexos, visto que, para essa faixa etária, existe normalmente equilíbrio entre os sexos. Pelos registros da lista nominativa de 1828, verifica-se que na faixa etária de 0 a 4 e de 5 a 9 existe equilíbrio entre os sexos. O que altera o índice para aquele ano são os 7 registros de escravos e apenas 2 de escravas na faixa etária de 10 a 14, resultando, portanto, numa razão de sexo de 350.

Em 1835 esse indicador é mais elevado do que aquele registrado para o ano de 1828, consequência dos desequilíbrios em todas as faixas etárias quinquenais de 0 a 14. O que influencia na redução do indicador de uma lista para a outra, porém, é a razão de sexo apresentada na faixa etária de 15 a 39. Enquanto em 1828 esse número é de 375, em 1835, reduz-se para 147. Os registros referentes ao ano de 1828 são fortemente marcados pelo número de escravos na faixa etária de 15 a 24, que apresenta razão de sexo de 600, enquanto que, em 1835, essa mesma faixa etária apresenta uma razão de 183. Além disso, a faixa etária de 25 a 39 apresenta equilíbrio entre os sexos nos registros de 1835, afetando, portanto, o indicador final de razão de sexo.

Um outro fator importante que altera significativamente o indicador de razão de sexo se refere à estratégia por parte dos proprietários na estrutura de posse. Ou seja, que houve modificações em algumas propriedades que certamente estariam influenciando nesse indicador. Por exemplo, à única propriedade com mais de 10 escravos, que possuía razão de sexo de 233 em 1828, sofre significativa alteração desse perfil nos registros de 1835, quando esse indicador se reduz para 120.

Em 1828 essa propriedade possuía 10 escravos em seu plantel, com 5 escravos na faixa etária 0 a 14 anos e apenas uma escrava nessa faixa etária. Entretanto, em 1835 essa mesma propriedade possuía 11 escravos em seu plantel com quatro escravos nessa faixa etária e duas escravas. Percebe-se no plantel que havia fortes possibilidades de constituição de famílias entre os escravos, pois, muitos desses escravos possuem

registros de batismos, conforme estaremos verificando mais adiante quando estaremos abordando a questão da formação da família escrava. Concluímos, portanto, que essa propriedade teve forte influência dos movimentos de novos nascimentos e que possibilitaram essas alterações no indicador de razão de sexo.

As propriedades com posse de 5 a 9 escravos tiveram reações diferenciadas em relação às outras propriedades. Primeiramente, devemos tecer alguns comentários sobre essa faixa de posse que, para os padrões da localidade, era muito pequena – em 1828, tínhamos o registro de apenas uma propriedade com seis escravos. Evidentemente, a amostra se torna precária em função desses números, mas nos ajuda a entender um pouco a dinâmica das propriedades que possuíam essa quantidade de escravos. Em 1835, essas propriedades são em número de três, com duas propriedades possuindo cinco escravos e apenas uma possuindo seis escravos. A razão de sexo passa de 200 para 220 no período, influenciada basicamente pela faixa etária de 20 a 29.

Uma especificidade dessas propriedades é a distribuição por origem dos escravos. Na propriedade de Manoel Mendes de Araújo, por exemplo, havia seis escravos, sendo que apenas um deles era de origem crioula e os demais eram de origem africana. Essa propriedade possuía razão de sexo de 200, portanto, seguindo aqueles padrões de propriedades que detinham a posse de um número maior de africanos em seus plantéis. Porém, as outras duas propriedades, formadas integralmente por crioulos, apresentam razão de sexo de 233, portanto, mais elevada do que aquela apresentada por um plantel formado em sua maioria por africanos.

Ao analisarmos individualmente cada uma delas, encontramos algumas diferenças importantes com relação a essa distribuição. A propriedade de Francisco Aires de Araújo possuía três escravas e dois escravos, portanto, a razão de sexo era de 66, ou seja, os homens eram em número inferior ao das mulheres. Enquanto isso, a propriedade de Ponciano José de Araújo possuía somente escravos do sexo masculino, chegando-se na totalidade dessas duas propriedades a uma razão de sexo elevada. Talvez uma das explicações para isso seja as atividades que esses proprietários realizavam na localidade, pois, pelos registros referentes aos proprietários, encontramos que elas estavam voltadas para a atividade de criação de animais e de agricultura de alimentos.

Quanto às propriedades com posse de 1 a 4 escravos, verifica-se uma forte mudança com relação à razão de sexo, tendo em vista que essa, que era de 200 em 1828, passa para 139 em 1835. Isso é reflexo principalmente da faixa etária de 15 a 19, que,

em termos absolutos, passa de três para dezesseis escravos. Os três escravos de 1828 eram todos homens, enquanto que os dezesseis escravos de 1835 estavam divididos em 9 homens e 7 mulheres, portanto, a razão de sexo era de 128. As fortes migrações que estavam ocorrendo para a localidade produziram resultados que se refletiram num maior equilíbrio entre os sexos nessas propriedades. Talvez uma abordagem mais aprofundada quanto à estrutura de posse de cativos nos ajude a esclarecer melhor essa questão da razão de sexo nos plantéis.

A população escrava como um todo apresenta razão de sexo de 171, elevando-se com relação a esse indicador no ano de 1835. Pela movimentação que ocorreu no período, demonstrada pelas análises realizadas na sessão anterior, quando falamos sobre a estrutura etária dessa população, fica mais claro o que efetivamente estava ocorrendo na localidade e as razões para uma razão de sexo alta em relação às características dessa população.

Primeiramente, sabemos que esse indicador cresce permanentemente para a faixa etária dos infantes, passando de um índice de 162 em 1828 para 257 em 1840. Esse movimento durante os anos é surpreendente, visto que normalmente essa faixa etária tenderia ao equilíbrio entre os sexos. Obviamente, essa tendência exercerá influência sobre a demografia dos escravos nos anos subseqüentes, pois sua população deverá continuar a ter uma razão de sexo importante se não houver qualquer mudança de estratégia por parte dos proprietários.

Para a faixa etária de 15 a 39, apesar de apresentar uma razão de sexo muito elevada no ano de 1828, parece-nos que durante os anos há um movimento de ajustamento para um maior equilíbrio entre os sexos, apesar de a localidade apresentar números elevados durante os anos de 1835 e principalmente 1840, embora bem inferiores àquele registrado na lista de 1828.

Com relação à faixa a partir de 40 anos, verifica-se a predominância do sexo feminino nos plantéis, fato que deve ser visto como uma característica das populações crioulas, pois se sabe, devido a diversos estudos, que a população escrava africana era predominantemente masculina, principalmente nas faixas etárias mais avançadas.

Talvez seja interessante analisarmos individualmente cada propriedade a fim de melhor entendermos o que estava acontecendo no período: a propriedade com 11 escravos possuía razão de sexo 100 para a faixa etária de 0 a 14, ou seja, total equilíbrio entre os sexos, o que é bastante diferente dos números de 1835, pois neste ano a razão de sexo foi de 200.

O que estava acontecendo eram reduções nos nascimentos de escravos, bem como mudanças de faixa etária entre eles.

Na faixa etária de 15 a 39, a razão de sexo apurada é de 400, bastante elevada considerando que todo o plantel dessa propriedade é formado por crioulos. Isso é o reflexo das mudanças de faixa etária por parte daqueles escravos que estavam na faixa dos infantes na lista anterior, bem como da aquisição de um escravo de nome Jerônimo, com idade de 27 anos. Essas movimentações se refletiram no cálculo da razão de sexo para o ano de 1840.

Já as faixas a partir de 40 anos possuem apenas duas escravas no plantel, que são as mesmas já registradas na lista de 1835.

As propriedades com 5 a 9 escravos são aquelas que mais crescem no período, pois o número absoluto da escravaria pula de 16 escravos em 1835 para 42 escravos em 1840, incremento esse de aproximadamente 162%. Tal incremento foi mais acentuado na população masculina, visto que, de 11 escravos, passa a apresentar 29, representando um acréscimo de 163% nessa população. As mulheres escravas, que eram em número de 5 em 1835, passam a ser em número de 13 em 1840, portanto, há uma variação de 160%.

As conseqüências desses números para os indicadores de razão de sexo dessa população são que: a faixa etária de 0 a 14, que possuía apenas homens nos plantéis, apesar do pequeno número (três, no total), passa a possuir 12 escravos em 1840, representando um incremento de 300%, enquanto que as escravas são em número de três. Isso significa que a população total nessa faixa etária, entre os anos de 1835 e 1840, cresce em torno de 430%. Além disso, em termos absolutos, o número de homens é muito superior ao de mulheres escravas, o que se reflete no indicador de razão de sexo, que é de 300.

Na faixa de plantel 1 a 4 escravos, em termos absolutos, ocorre o inverso do que está acontecendo com os plantéis de 5 a 9 escravos. Sua população decresce no período, passando de 55 escravos em 1835 para 42 em 1840.

A movimentação da escravaria em termos de faixa etária foi a seguinte: de 15 escravos na faixa etária de 0 a 14 em 1835, passa a ter apenas 5 escravos em 1840, ou seja, houve uma importante redução no plantel dessa faixa etária. A razão de sexo, que era de 200, passa a ser de 400, sugerindo que, apesar da forte redução do plantel no período, os escravos continuam sendo maioria.

Na faixa etária de 15 a 39, apesar da queda absoluta no número de escravos, essa queda foi bem inferior àquela apresentada pela faixa etária de 0 a 14, pois, de um total de 37 escravos em 1835, passa para 32 em 1840. Assim, a razão de sexo, que era de 131 em 1835, passa a ser de 146 em 1840. A estratégia adotada pelos proprietários nos parece bem clara: baixa razão de dependência e um forte incremento através do tráfico e/ou aquisições no mercado local.

Já a população a partir de 40 anos, que era de três escravos em 1835, em 1840 passa a ser de cinco escravos. Essa faixa foi a única que teve um incremento de escravos entre um ano e outro, face às novas aquisições por seus proprietários. A razão de sexo é de 66 para o ano de 1840, enquanto era de 50 em 1835. Portanto, a opção dos proprietários para as faixas etárias mais velhas era incrementar o número de mulheres em seus plantéis.

II. 8 Taxa de Dependência

A fim de avaliar o indicador taxa de dependência, o método utilizado foi estipular a relação entre os escravos na faixa etária de 0 a 14 e na faixa a partir de 50 anos e dividi-lo pelo número de escravos da grande faixa etária de 15 a 49. Esse indicador permite avaliar se a dinâmica escrava estava dependendo do tráfico atlântico ou do crescimento endógeno de sua população ou mesmo de reposições via tráfico interno.

Em 1828, esse indicador demonstra uma alta dependência, seja via crescimento endógeno, seja via tráfico interno, mesmo porque, tendo em vista a taxa 104, percebe-se que a reposição via tráfico atlântico não foi a tônica apresentada pelos proprietários em Guarapuava.

Já para o ano de 1835, essa taxa se reduz bastante em função do processo intenso de migrações que estava ocorrendo e que afetou bastante esse indicador, pois o resultado foi de uma taxa de 44. O tráfico interno e as migrações que ocorreram no período foram responsáveis por uma configuração populacional, no ano de 1835, bastante diferenciada daquela apresentada no ano de 1828.

Se avaliarmos separadamente as propriedades, ou seja, se distinguirmos aquelas que já estavam registradas em 1828 e continuavam com os seus registros em 1835 daquelas que somente apareceram entre um período e o outro, verifica-se que as

propriedades que já estavam na localidade apresentam taxa de dependência de 72 em 1828 e 33 em 1835, o que demonstra inegáveis mudanças na dinâmica escrava dessas propriedades. Provavelmente os escravos estavam ficando mais velhos e/ou sendo adquiridos no mercado interno via tráfico ou outra forma de aquisição. Para as propriedades que estavam se instalando em Guarapuava no decorrer desse período, a taxa de dependência foi de 48, mais elevada, portanto, do que aquela apresentada pelas propriedades que já estavam enraizadas na localidade.

As estratégias estavam sendo diferentes nesse período, pois, enquanto as propriedades que já estavam na localidade buscavam a reposição via tráfico interno – o que se verifica não só pelo indicador de taxa de dependência, mas também pelo percentual de crianças em seus plantéis, que era de 42% em 1828 e cai para 25% em 1835 –, as que lá se instalaram ao longo desse período parece que promoviam também a reposição via crescimento endógeno, pois apresentam um percentual de crianças relativamente alto (32%) e não possuem escravo na faixa etária a partir de 50 anos, o que reduz sua taxa de dependência.

Concluimos, pois, que, além da estratégia de reposição via tráfico interno, houve também forte contribuição do crescimento endógeno, cuja possibilidade era viável tendo em vista que os proprietários que estavam chegando à localidade traziam consigo escravos em idade reprodutiva e do crescimento via migrações. Ao analisarmos os dados referentes à lista de 1840, encontramos taxa de dependência de 42, inferior, portanto, à encontrada em 1835.

Essas três variáveis estavam efetivamente influenciando na dinâmica populacional escrava local, principalmente a partir dos levantamentos de 1835 e 1840.

Se analisarmos somente a população crioula, essa taxa cresce pouco (passa para 44), visto que é afetada apenas pela exclusão de dois escravos africanos registrados na faixa etária de 0 a 14.

Ao analisarmos cada propriedade a partir do tamanho dos plantéis, percebemos algumas especificidades que poderiam estar influenciando de uma forma diferenciada sobre a capacidade dos plantéis em relação às suas taxas de dependência: o plantel com 11 escravos possui taxa de dependência 45, os plantéis com 5 a 9 escravos possuem taxa de dependência de 61 e os plantéis de 1 a 4 escravos possuem taxa de dependência de 20.

Verifica-se, pois, que os plantéis maiores apresentavam, de alguma forma, condições para manter maior dependência, enquanto que os plantéis menores não

tinham essas mesmas condições, talvez pelas dificuldades não só de manter crianças e velhos, mas também de aguardar que os infantes chegassem à idade produtiva. De qualquer maneira, essa também deveria ser a estratégia das propriedades que possuíam de 1 a 4 cativos, pois elas se reduzem no período com o incremento das posses com 5 a 9 escravos.

O plantel do proprietário Antonio da Rocha Loures, classificado entre aqueles com 10 ou mais escravos, apresentou taxas de dependência bastante modificadas entre as listas apresentadas. No ano de 1828, quando a propriedade possuía dez escravos, essa taxa foi de 150, portanto, o plantel era fortemente dependente da produção daqueles escravos nas faixas etárias produtivas, e mais, as crianças é que produziam esse indicador. Já em 1835, quando tinha 11 escravos, apresentou uma taxa de dependência de 120, elevada também, mas inferior àquela registrada em 1828. A faixa etária de 0 a 4 era importante no plantel, pois somente essa faixa resultava numa taxa de dependência de 90. Em 1840, modifica-se o perfil da propriedade com relação à taxa de dependência – apesar de continuar elevada, ela se reduz com relação aos outros anos, passando para 83.

No ano de 1828, os plantéis com 5 a 9 escravos tiveram taxas de dependência muito parecidas com aquelas apresentadas pelo plantel com 10 ou mais escravos, pois foi de 200 – lembremo-nos que se trata de apenas uma propriedade. Já em 1835, ela foi de apenas 23, bastante diferente daquela apresentada na lista anterior. Isso se explica pelos movimentos migratórios que estavam ocorrendo na localidade e pelo aumento de propriedades nessa faixa de tamanho, que influenciaram no resultado final da taxa.

Em 1840, a taxa de dependência nesse tipo de plantel salta para 61, em consequência do perfil apresentado pelas propriedades, caracterizado pelo elevado número de crianças (38% de sua escravaria). Esse perfil era predominantemente formado pela faixa etária de 0 a 4, portanto, altamente dependente das populações da faixa etária a partir de 15 anos.

Já os plantéis com 1 a 4 escravos apresentam números de dependência inferiores àqueles que foram calculados para as outras faixas etárias. Em 1828, essa taxa foi de 80, seguindo, portanto, a tendência de altas taxas de dependência naquela lista, mas bem inferior aos números referentes aos apresentados por outros plantéis. Em 1835, a taxa de dependência foi de 41, bem abaixo daquela apresentada em 1828, embora superior à apresentada pelos plantéis com 5 a 9 escravos. Entretanto, a tendência desses plantéis foi de apresentar taxas de dependência inferiores à dos outros plantéis, dadas suas

especificidades de reprodução ou mesmo de aquisição de escravos. Finalmente, em 1840, essa taxa foi de 20, reduzindo-se mais ainda com relação aos números da lista anterior.

Isso demonstra, também, algumas características específicas de uma área de fronteira povoada a partir do início do século XIX: presença de uma população crioula que possui, sim, taxas de dependência em alguns momentos importantes, mas que, no geral, apresenta-se inferior à que se poderia esperar em se tratando de uma área de formação escrava essencialmente crioula, ou seja, o equilíbrio entre os sexos seria a tônica do processo, mas se apresentam, ao mesmo tempo, importantes taxas de masculinidade, refletindo, portanto, nas taxas de dependência em sua população, chegando a apresentar índices bem parecidos com os da população africana em geral.

II. 9 População Escrava - segunda metade do século XIX

A partir da segunda metade do XIX, as informações sobre a escravaria em Guarapuava foram retiradas dos inventários *post mortem*¹¹⁷. Considerando todos os inventários arrolados, há 143 homens e 101 mulheres nos plantéis. Sua razão de sexo, portanto, é de 142.

Mesmo considerando que os dados dos inventários estão incompletos, a metodologia empregada para determinar a quantidade de homens e mulheres e suas respectivas faixas etárias foi considerar os registros daqueles escravos que possuíam idade especificada. No total, são 184 registros com a identificação de suas idades. Isso pode ser confirmado ao analisarmos os dados da tabela 2C do apêndice.

Por esses registros, percebe-se que o percentual de crianças é relevante, pois representa 32,6% da escravaria, considerando aqui a faixa etária de 0 a 14. A razão de sexo pelas diversas faixas etárias mostra que os homens são maioria nos plantéis.

¹¹⁷ Os inventários trabalhados são das décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880. No total foram consultados 80 inventários, sendo que 39 possuíam cativos em suas propriedades. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

Quadro 7 . Quantidade de homens e mulheres e razão de sexo – Guarapuava – segunda metade do século XIX.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	RM
0 A 14	27	33	82
15 A 39	54	24	225
40 A 59	27	15	180
60 OU +	3	1	300
Total	111	73	152

Fonte: Processos de Inventários – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

A partir da faixa etária dos 15 anos, verifica-se também que os homens são a grande maioria de sua população. Isso é reflexo principalmente das propriedades das décadas de 1850 e 1860.

Na década de 1870, as propriedades apresentam um certo equilíbrio entre os sexos na faixa etária de 15 a 39.

Na década de 1850, os homens são maioria nos plantéis, apresentando razão de sexo de 164. A faixa etária considerada mais produtiva apresenta razão de 267. Os infantes participam com 48,3% da escravaria e a faixa de 15 a 39 com 37,9%.

Na década de 1860, os homens continuam sendo a grande maioria da população, com razão de sexo de 200. Nota-se que a faixa etária produtiva apresenta um indicador de 475, número encontrado somente para padrões de africanos nos plantéis. Os infantes apresentam razão 71, ou seja, as mulheres eram maioria nessa faixa etária, e possuem participação de 25%, enquanto que a faixa de 15 a 39 participa com 47,9%.

Na década de 1870, apesar de os homens serem maioria nos plantéis, reduz-se a razão de sexo, pois é de 120. Para a faixa dos infantes, as mulheres continuam sendo maioria, enquanto que na faixa produtiva existe um maior equilíbrio entre os sexos. Nas faixas seguintes, a predominância é dos homens. Os infantes têm participação de 31,8%, enquanto que a faixa produtiva participa com 36,4%.

Na década de 1880, cresce novamente a participação dos homens nos plantéis, com razão de sexo de 156. Isso também é decorrência do incremento na faixa etária produtiva desses elementos. Os infantes participam com 31,7%, e a faixa produtiva com 48,8%.

Quanto à naturalidade, a grande maioria é formada por escravos crioulos, pois são 94% de sua população. Se separarmos por períodos, na década de 1850 os crioulos são 88,9% da população; na década de 1860 são 91,1% e na década de 1870 são 96,9%.

Dos 108 registros referentes à cor dos escravos, 40,7% são de pretos; 35,2% de mulatos; 8,4% de pardos e 15,7% de fulas. Por década, os registros informam que, em 1850, 90,9% eram mulatos e o restante pretos; em 1860, encontra-se apenas 2 registros de escravos de cor mulata; em 1870, são 43,1% de pretos, 31,0% de mulatos, 15,5% de pardos e 10,3% de cor fula e, finalmente, na década de 1880, são 48,6% de pretos 29,7% de cor fula e 21,6% de mulatos.

Com relação aos casamentos de escravos, não foi possível identificar seu estado conjugal. Apenas em 2 inventários, o de Domingos Siqueira Cortes, com a posse de 22 escravos, e de Pedro Siqueira Cortes, com 30 escravos, foi possível identificar os casados, que eram 2 escravos. Concluímos que os casamentos eram raros na comunidade escrava de Guarapuava.

A partir dos dados do censo de 1872, observa-se que a razão de sexo geral da população apresenta equilíbrio entre os sexos, considerando aqui tanto Guarapuava como Palmas. Se analisarmos por faixas etárias, observa-se que as faixas mais velhas apresentam razão de sexo maior, enquanto que, nas faixas etárias mais jovens, a razão de sexo tende ao equilíbrio, com os infantes apresentando quantidade maior de mulheres.

Com relação à origem dos escravos, confirma-se a tendência de que a grande maioria era de procedência crioula: 91,4% são brasileiros, sendo que em Guarapuava esse percentual é de 95,3% e em Palmas os crioulos perfazem 83,2%, enquanto os africanos participam com 16,8%. Nos inventários, essa proporção foi de 94,0% para os crioulos, portanto, bastante próxima dos números encontrados no censo já analisado.

Quanto à cor, o censo que utilizamos discrimina apenas a “cor preta” e a “cor parda” para os escravos. Os “pretos” perfazem 62,8% de sua população. Para Guarapuava esse número é de 58,8% e, para Palmas, é de 71,1%. Provavelmente a população africana estava influenciando nesses números. Já para os inventários, se empregarmos a mesma metodologia adotada para analisar o censo, ou seja, considerarmos apenas “pretos” e “pardos”, o percentual de “pretos” é de 40,7% e o de “pardos” é de 59,3%.

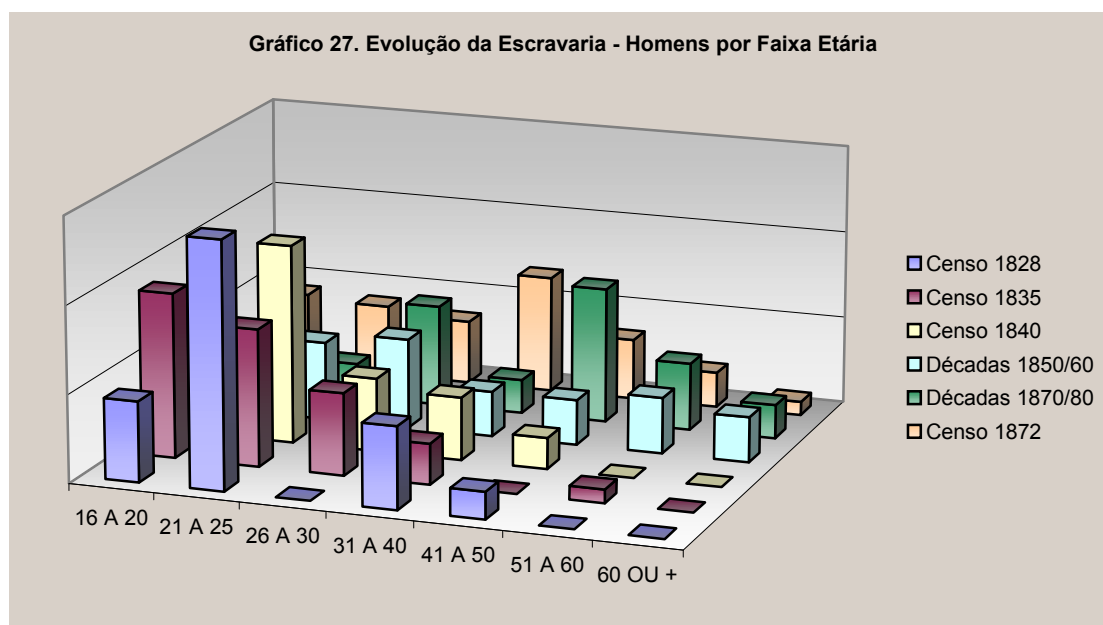
Com relação ao estado conjugal dos escravos verificados no censo, percebe-se a mesma distribuição encontrada nos registros de inventários. No geral, são 94% de escravos solteiros, sendo que Guarapuava tinha 94,6% e Palmas 92,7%.

Observamos que, na primeira metade do século XIX, a população local é mais jovem do que aquela que vemos a partir da segunda metade. Para os homens, essa

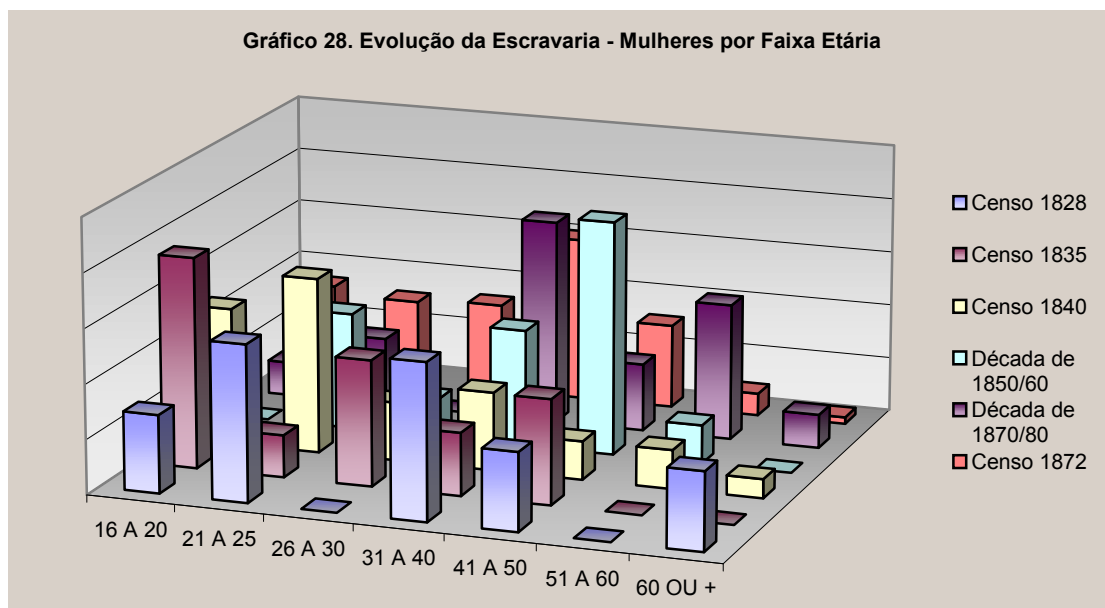
dinâmica é mais presente do que para as mulheres, pois, se no período 1828/1840, em torno de 80% de sua população estava na faixa etária de 16 a 30, para as mulheres esse percentual é de 60%, ou seja, as mulheres eram mais velhas do que os homens na primeira metade do XIX.

A partir da segunda metade do XIX, verifica-se que os homens, nessa faixa de idade, participam com 47,6% e as mulheres com 31,9%, portanto, sua população estava realmente ficando mais velha. Isso pode ser confirmado quando se observam os dados do Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1872, que apresentam 48,1% dos homens e 48,5% das mulheres na faixa etária de 16 a 30.

Os registros de ocupação demonstram que os escravos estavam envolvidos com maior intensidade na lavoura, nos serviços por jornada e nos serviços domésticos.



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro em Castro. Inventários *post mortem*, Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava. IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, v. 9.



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro em Castro. Inventários *post mortem*, Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava. IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, v. 9.

CONCLUSÃO – CAPÍTULO II

O crescimento populacional dos escravos durante todo o século XIX foi permanente e contínuo. A população cativa se insere durante todo esse período na formação e consolidação das estruturas sociais, políticas e econômicas da região e possui algumas características peculiares para os padrões estabelecidos e consagrados na historiografia do Paraná.

No período 1828/1835, essa população cresce por volta de 10% ao ano, sendo que esse crescimento é mais intenso para as mulheres, que apresentam um índice de 135%, contra 69% para os homens. Isso é um reflexo das migrações de adultos e das estratégias de seus proprietários, visto que estava ocorrendo mobilidade das pessoas livres, modificando o perfil da população escrava. O mesmo ocorreu no período 1835/1840, mas com menor intensidade.

Há forte predominância dos homens nos plantéis em todos os períodos, porém com muitas variações durante os anos. Por isso, sua razão de sexo sempre esteve alta nos anos selecionados. Apesar disso, encontram-se diferenças nesse indicador quando se analisam as propriedades por tamanho do plantel. Obviamente a característica de fronteira estava produzindo seus efeitos sobre a população escrava. As migrações foram responsáveis pela grande maioria de escravos nas propriedades em 1835, seguidas de novas aquisições. Em 1840, o perfil se modifica um pouco, mas ainda assim as migrações e as novas aquisições de escravos perfizeram 58% da escravaria.

Há concentração da população escrava na faixa etária de 10 a 24. Portanto, trata-se de uma população muito jovem. A relação entre a idade do escravo com a força de produção era fundamental para a lógica dos proprietários, determinando a dinâmica econômica. Assim, os proprietários de cativos privilegiavam a idade produtiva, com a maior participação dos homens nos plantéis, que apesar do pequeno número de escravos, Guarapuava apresentava as especificidades de área de fronteira, com suas atividades voltadas para a pecuária. O caráter de fronteira é corroborado não só pelos dados de óbitos dos africanos na localidade, a partir do indicador de razão de sexo, pois os homens são a grande maioria da população, como por outros estudos em outras regiões do Paraná – por exemplo, Castro.

A estrutura demográfica privilegiou muito os infantes nos plantéis no ano de 1828, principalmente para a única propriedade com 10 escravos e as propriedades na faixa de 1 a 4 escravos. As possibilidades de crescimento endógeno são fortes para essas propriedades. Além disso, a razão de sexo demonstra outra peculiaridade nos plantéis. Para o plantel com 10 escravos, ela foi de 233 e, para os plantéis de 1 a 4 escravos, foi de 200 – porém, se excluirmos as crianças, o resultado passa para 366.

Nos anos seguintes, a estrutura se modifica, pois os infantes reduzem significativamente sua participação nos plantéis como um todo: 29% para o ano de 1835 e 27% para o ano de 1840. Essas mudanças estão relacionadas com a manutenção e o envelhecimento dos infantes e o menor número de nascimento nos períodos, o que não ocorreu com todos os plantéis, visto que o único plantel com 11 escravos, em 1840, tinha 55% de infantes em 1828 e os plantéis na faixa de 5 a 9 escravos tinham 38% de infantes em 1840. Portanto, em Guarapuava não só o fator endógeno era fundamental para a reposição da escravaria mas as migrações também. Além disso, os plantéis estão ficando mais velhos a partir da segunda metade do período, a partir das análises por faixas etárias dos cativos. Isso permite inferir que em determinado momento as possibilidades de aquisição e reprodução via mercado estavam ficando mais difíceis para os proprietários, determinando assim que as escravarias estavam sendo preservadas.

A movimentação da escravaria mostra que o processo migratório na primeira metade do século XIX é intenso, pois entre os anos de 1828 e 1835, 57% dos cativos estão migrando e por volta de 15%, provavelmente, são aquisições no mercado. Para o período 1835/1840, aproximadamente 38% estão migrando e 20% são compras no mercado. Na realidade esses cativos estão chegando em Guarapuava junto com seus proprietários a partir dos movimentos de povoamento e de exploração, ao mesmo tempo em que se percebe uma maior estabilidade das propriedades de cativos no ano de 1840.

Apesar do grande número de crioulos nos plantéis, não é desprezível a participação dos escravos africanos, pois, através dos cruzamentos de informações das listas nominativas de 1828 e 1835, sabemos que chegava a ser de 33,3%. Além disso, encontramos propriedades onde a grande maioria dos escravos era de origem africana.

Porém, as dificuldades de aquisição da mão-de-obra escrava africana poderiam estar relacionadas não só com as possibilidades dos proprietários de inserção no mercado de escravos, mas também pelas condições financeiras desses proprietários e pela maior facilidade de inserção dos escravos crioulos na sociedade local.

Pelos registros de 1835, mais completos, os escravos de origem crioula eram 85% da população escrava, enquanto que, em 1840 – apesar da falta de registros, o que nos levou a cruzar os dados com os da lista de 1835 – a participação dos crioulos foi de 88%, destacando-se o fato de que os plantéis menores possuíam maior número de africanos. Portanto, a forte demanda por escravos crioulos em Guarapuava reduzia em muito as taxas de mortalidade dos cativos, o que pode ser visto a partir das razões criança/mulher. Se a taxa fosse alta não haveria tanta criança sobrevivente como mostra esse indicador. Essa característica também é a predominante na segunda metade do XIX.

Uma outra característica importante na distribuição da escravaria a partir da origem dos cativos é que os crioulos possuíam uma razão de sexo inferior àquela apresentada pelos escravos de origem africana. Mesmo assim, pode-se concluir que era elevada a participação dos homens com predominância de crioulos. Percebe-se o quanto os senhores estavam voltados para o crescimento da escravaria a partir da utilização dos homens, determinando assim a lógica de fronteira. Na segunda metade do XIX a razão de sexo também é elevada confirmando assim as estratégias dos proprietários de cativos em Guarapuava, o que só vem a se alterar a partir da década de 1870.

Os registros de cor para os escravos também podem revelar algumas questões importantes com relação à posição social do grupo ou dos indivíduos. Se em 1828 aparecem apenas dois registros de cor para os escravos (parda e negra), nos anos seguintes aparecem registradas também as cores mulata e preta.

No caso dos africanos, a maioria estava registrada como “negros”. Isso se altera no ano de 1840, quando aparece registro de escravos africanos com a cor “parda”. Quanto à população crioula, 78,5% estavam registrados como pardos e 21,5% como negros.

A distribuição da cor se torna mais significativa quando consideramos o sexo. As mulheres negras são 78,6% e as pardas 21,4%, enquanto que os homens negros são 58,6% e os pardos 41,4%, donde se conclui que a população africana estava produzindo efeitos. Já em 1840, a maioria dos escravos registrados com a cor negra em 1835 passa a ter o registro da cor parda.

Percebe-se que, quanto maior o plantel, maiores as possibilidades de mobilidade social em função da cor. Isso se confirma também quando excluímos desses plantéis os escravos africanos. Nos plantéis maiores, encontra-se um número maior de pardos do que negros. Para os plantéis menores, acontece o inverso, conforme exposto acima. Da

mesma forma, verifica-se que as possibilidades de formação de famílias são mais intensas nos plantéis maiores.

Com relação ao estado conjugal dos escravos, a maioria deles era composta por solteiros, seguindo à lógica de que essa era uma característica importante dessa população. Mesmo assim, encontra-se um número de casamento em torno de 22% para o ano de 1835. Esse número é aparentemente pequeno, mas, se comparado com outras localidades, indica outras estratégias seguidas pelos proprietários. Os escravos de origem africana são todos solteiros, uma vez que a maioria deles era formada por homens e havia certa dificuldade de se unirem com indivíduos da mesma etnia – a maioria dos casamentos eram endogâmicos.

Com relação à taxa de dependência da escravaria, se em 1828 ela era de 104, reduz-se para 44 em 1835 e cai para 35 em 1840. Esses dados indicam que as estratégias dos proprietários eram conjugar mais de um fator para a reprodução de suas escravarias. Além da reprodução endógena, as migrações e o tráfico interno também faziam parte do processo. Apesar de alterações no indicador de taxa de dependência, verifica-se que esse indicador mostra valores baixos, isto é, as possibilidades de reposição via tráfico interno, migrações ou aquisições era elevada. Verificam-se diferenças entre as propriedades já consolidadas na região daquelas propriedades novas. Mas, apesar dos fortes indícios para as reposições via tráfico interno, havia possibilidades de reprodução endógena. Outra questão é que os plantéis maiores possuíam melhores condições para manterem um plantel mais dependente.

As especificidades de área de fronteira, a partir do início do século XIX, marcam Guarapuava quanto à população de cativos, visto que apesar de possuir taxa de dependência importante no início do período analisado, não se mostra tão elevada em função da maioria ser crioulo, ou seja, onde o equilíbrio entre os sexos seria a tônica, mas que apresenta altas razões de sexo, refletindo, portanto nas taxas de dependência de sua população.

CAPÍTULO III - A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS E A ESTRUTURA DE POSSE

INTRODUÇÃO

III.1 Observações sobre a historiografia da estrutura de posse de escravos

Talvez um dos primeiros estudiosos sobre a estrutura de posse de escravos no Paraná tenha sido Horácio Gutierrez, que, pesquisando essa região nas primeiras décadas do século XIX procurou demonstrar as principais características das propriedades e dos escravos numa área ainda pouco explorada pelos historiadores.¹¹⁸ Outros autores procuraram abordar o tema escravidão no Paraná de uma forma mais geral, ou seja, com relação à importância ou não da população escrava na sociedade do Paraná, procurando, assim, mostrar a participação desses indivíduos no conjunto da população.

As propriedades com escravos em 1804 perfaziam 20,5% do total de domicílios, enquanto que em 1824 esse percentual ficou em 18,9%. Portanto, o Paraná não apresentava um número expressivo de domicílios com escravos, tônica presente nessa região do Brasil com suas atividades voltadas para a pecuária e a lavoura de alimentos. A média de escravos por proprietário foi de 5,6 em 1804 e de 5,0 em 1824 no Paraná, refletindo a participação de pequenos proprietários de cativos. Encontram-se médias maiores do que estas, por exemplo, em Castro (7,1 no ano de 1824).

Quanto à condição social dos escravistas, Gutierrez revela que a grande maioria dos senhores era composta por pessoas livres. Além disso, 95% dos proprietários eram brancos, o que, para o autor, representava a estrutura de poder local da época, visto que os pardos e pretos participavam com mais de 40% da população total da Província. Os homens eram maioria nos proprietários de cativos, participando com 80,2% em 1804 e 77,2% em 1824. Eram, em sua grande maioria, casados, enquanto, no caso das mulheres, a maioria era formada por viúvas.

¹¹⁸ GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1986.

Quanto à estrutura da propriedade, Gutierrez procura justificar que sua distribuição foi influenciada diretamente pelas características da ocupação local, ou seja, suas atividades não estavam ligadas ao comércio exportador e, por isso, era formada basicamente por um número importante de pequenos proprietários, sendo que mais de 60% deles possuíam entre 1 a 4 escravos e apenas 5% dos proprietários possuíam 20 ou mais escravos. Em 1824, esse percentual cresce para as propriedades menores, pois, de 60%, passa para 68%. Em termos de concentração da propriedade, verifica-se que o índice de Gini ficou entre 0,4 e 0,6, portanto, demonstrando que a propriedade escrava no Paraná não foi uma das mais concentradas. Isso pode ser corroborado ao verificarmos os dados referentes à distribuição da propriedade de escravos nos anos de 1804 e 1824, que mostram, por tamanho do plantel, que a distribuição da escravaria é mais homogênea entre as faixas.

A relação entre ocupação e tamanho da escravaria parece fundamental no trabalho de Gutierrez, tanto que o autor sugere que *“o tamanho dos plantéis e o grau de ligação com a economia monetária pareciam crescer conjuntamente”*.¹¹⁹ Da amostra realizada no ano de 1804, 52,3% informaram que estavam ligados à agricultura. Entretanto, a outra ocupação importante para a economia local foi a pecuária. ¼ dos proprietários de escravos dedicava-se a essa atividade, além disso, os donos de engenhos de cana e de arroz. Estas duas últimas ocupações, isto é, os que praticavam a pecuária e os que possuíam engenhos com certeza eram as mais importantes do ponto de vista da riqueza e da influência.

Eduardo Spiller Pena, ao estudar a estrutura de posse para a Comarca de Curitiba, a partir do livro de registro de escravos classificados para serem libertados pelo fundo de emancipação em 1875, levanta números que confirmam a predominância dos pequenos proprietários (1 a 4 escravos). A média de escravos por proprietário ficou em 3,2, portanto, menor do que aquela encontrada nas primeiras décadas do XIX para Curitiba e São José dos Pinhais. Naquele momento, Curitiba apresentava média de escravos de 5,3 e São José dos Pinhais de 3,9. O autor sugere que os maiores plantéis estavam desaparecendo progressivamente, haja vista que, se havia registros de senhores com mais de 40 escravos no início do século, em 1875 isso não ocorre, pois se encontra apenas um único proprietário com a posse de mais de 25 escravos. Daí a afirmação de

¹¹⁹ Ibid. p. 47.

Pena de que *“tanto no início dos Oitocentos, como no final de seu terceiro quartel, a predominância foi e permaneceu sendo dos senhores de pequenos plantéis”*.¹²⁰

O maior contingente de escravos se encontra na faixa de tamanho do plantel de 1 a 9 escravos. Ao mesmo tempo, verifica-se a desconcentração da posse, evidenciada pelo índice de Gini, que, para a Comarca de Curitiba, ficou em 0,40. Assim, houve tendência da distribuição da propriedade para a dispersão. O autor comenta que haveria uma certa democracia no escravismo em Curitiba baseado na *“distensão e no espalhamento do escravismo, representados por esta forte presença numérica dos pequenos senhores detentores da maior parcela dos escravos, [que] demonstram ainda um enraizamento e alargamento da base de sustentação social e, até mesmo, política do regime”*.¹²¹

Podemos acrescentar ao estudo de Spiller Pena que Guarapuava não fugia muito desse padrão de concentração, haja vista que o índice de Gini ficou em 0,362 no ano de 1835, portanto com tendência de dispersão na distribuição das propriedades.

Finalmente, ao pesquisar 266 inventários da região de Curitiba na década de 1870, Spiller Pena verificou que 70,3% deles não possuíam escravos, o que significa mais de dois terços de sua população livre, chegando à hipótese de que a posse de escravos era privilégio de poucos indivíduos.

Estudos sobre posse de escravos em São Paulo foram produzidos por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa. Os dois autores pesquisaram dez localidades paulistas para o ano de 1804. Nessa época, São Paulo passava por uma relativa euforia econômica com significativos movimentos populacionais, consequência do restabelecimento da produção de açúcar e de aguardente. Além disso, produzia em pequena escala outros produtos voltados para a lavoura de alimentos. Os autores se concentraram nessas áreas, visto que eram centros *“localizados nas distintas regiões representativas do espaço ecumênico e da economia paulista; em segundo, porque seus habitantes correspondiam a cerca de um terço da população então existente na capitania”*.¹²²

Do total de domicílios dessas localidades, 24,5% possuíam escravos em suas propriedades. Portanto, não apresentavam um percentual de domicílios que chegasse aos

¹²⁰ Pena, Eduardo Spiller. *“O jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial”*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999. p. 37.

¹²¹ Ibid. p. 40.

¹²² Luna, Francisco Vidal & Costa, Iraci Del Nero. *“Posse de Escravos em São Paulo no início do século XIX”*. S. Paulo, Estudos Econômicos, v.13, n° 1, jan/abr 1983, p. 3.

padrões das áreas exportadoras. Quanto ao sexo dos proprietários, observaram o predomínio do sexo masculino, não havendo discrepância entre as localidades estudadas, ou seja, os homens foram particularmente os indivíduos que tiveram a preferência na hora de definir o domicílio escravista.

A posse de escravos apresenta um número reduzido de indivíduos nas propriedades. Para a faixa de tamanho de 1 a 5 escravos, o percentual de proprietários foi de 70%, enquanto que, aqueles com 41 ou mais escravos, participavam com 1,5%. Ao desagregar os dados, os autores chegam à conclusão de que nas áreas onde havia a atividade açucareira a participação dos escravistas com a posse de 10 ou mais escravos era mais elevada – os proprietários com 41 ou mais escravos tinham participação de 25% em Itu e São Sebastião, 16,8% em Campinas e 10,4% em Guaratinguetá.

Como a localidade estava envolvida com as atividades predominantemente agrícolas, são essas ocupações que determinam prioritariamente o número de proprietários. Assim, duas grandes atividades predominavam na massa de domicílios escravistas; aquela relacionada com os agricultores e aquela voltada para os engenhos. A média de escravos por proprietário agrícola se situou em 5,0. Para os senhores de engenho os números são bastante diferentes, pois existe maior dispersão nos dados, haja vista que temos a média de 12,1 em Guaratinguetá e até 46,0 em Lorena. Ainda assim, a partir do indicador “moda”, verificaram que na grande maioria das propriedades a classe de maior frequência correspondeu àquela com posse de um escravo, confirmando, assim, a importante presença dos pequenos proprietários em São Paulo.

Em São Paulo, a localidade de Bananal foi tema do estudo sobre a estrutura de posse desenvolvido por José Flávio Motta. O autor se debruçou sobre as listas nominativas de habitantes nos anos de 1801, 1817 e 1829, concluindo que a ampla disseminação da cafeicultura nesse período irá determinar alterações nas características dos escravistas e dos escravos da localidade. Em 1801, dos 44 escravistas, nenhum tinha ocupação voltada para o cultivo do café. Entretanto, em 1817, 51,2% viviam em domicílios onde o café era produzido. Em 1829, esse percentual chega a 75,4%. Além disso, os homens escravistas tinham maior participação nessa cultura, pois são 51,9% em 1817 e 77,4% em 1829. Com relação à participação das mulheres como proprietárias de escravos, Bananal apresentava um número reduzido, tanto que, em 1801, sua participação foi de 15,9%; decaindo para 12,4% em 1817 e para 11,3% em 1828.

Para Motta, essa pequena participação das escravistas *“decorre, em grande medida, do fato de a posse do plantel ser, como regra geral, sempre atribuída ao*

cônjuge do sexo masculino, no caso de escravistas casados".¹²³ As mulheres somente são maioria entre os proprietários viúvos. Quanto ao estado conjugal dos escravistas, ele aponta que a grande maioria era de proprietários casados. São 94,6% em 1801; 76,4% em 1817 e 82,7% em 1829. As variáveis que poderiam estar influenciando na participação maior dos escravistas solteiros no ano de 1817 resultariam da evolução populacional e do desenvolvimento econômico da localidade nas primeiras décadas do XIX, pois afirma que *"talvez o afluxo populacional direcionado para Bananal entre os dois primeiros anos referidos privilegiasse em certa medida os elementos mais jovens"*.¹²⁴

Os indivíduos de cor branca são predominantes nos três anos estudados. A participação relativa esteve sempre por volta de 90% de sua população, enquanto que também se evidencia a supremacia dos indivíduos livres. Com relação aos domicílios dos escravistas, Bananal teve sempre o predomínio dos domicílios simples, com 86,4% em 1801; 79,4% em 1817 e 80,0% em 1829. Nos anos de 1817 e 1829, há um incremento nos domicílios singulares como consequência de uma maior participação dos viúvos e dos solteiros.

Motta também faz referência à posse de uma patente militar e ao tratamento "dona" para as mulheres, concluindo que refletiam uma posição mais favorável em termos de propriedade escrava, uma vez que, em todos os anos selecionados, os proprietários com patentes e as mulheres classificadas como "donas" apresentaram muito mais escravos do que os outros proprietários. Da mesma forma, ao avaliar a distribuição da propriedade por sexo e estado conjugal, o autor chega à conclusão de que a média de escravos das mulheres escravistas viúvas foi quatro vezes maior do que a das outras mulheres. Porém, com relação aos homens escravistas, verificou que os solteiros possuíam média de escravos superior à dos casados em 1801; os homens casados possuíam mais escravos em 1817 e, por fim, os solteiros e viúvos possuíam mais escravos do que os casados em 1829.

O autor também procurou estabelecer a relação entre a idade dos escravistas e o número de cativos, a fim de perceber o ciclo de vida do proprietário. Considerando os plantéis com 25 ou menos escravos, Motta concluiu que a média de escravos dos proprietários do sexo masculino cresceu na medida em que elevava suas idades

¹²³ Motta, José Flávio. *"Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)"*. S. Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. p. 116.

¹²⁴ Ibid. p. 118 e 119.

enquanto que, para os plantéis com 25 ou mais escravos, o comportamento dos proprietários não foi o mesmo. Para entender o que estava acontecendo, dividiu as propriedades em dois grupos – o grupo dos produtores de café e o grupo cuja atividade era voltada para a produção de mantimentos. Em 1801, verificou que a posse média de escravos cresce à medida que aumenta a idade dos proprietários. Entretanto, nos anos seguintes, em função *“do advento da cafeicultura, pois tal atividade difunde-se por todas as faixas de tamanho dos plantéis”*, a quantidade de cativos se distribui mais pelas propriedades.

Com relação à estrutura de posse de escravos em Bananal, a média dos plantéis nos anos selecionados apresentou uma posse de pequenos proprietários: média de 9,1 escravos por proprietário em 1801, reduzindo-se para 8,3 em 1817 e elevando-se para 11,7 em 1828, donde concluiu que a disseminação da cafeicultura estava tendo seus reflexos na posse média de escravos na localidade. Isso também foi confirmado pelos dados que o autor encontra para o número de proprietários de escravos com relação ao total dos domicílios: o total de domicílios com escravos perfaziam 33,9% em 1801, reduzindo-se para 26,9% em 1817 e aumentando para 45,9% em 1829.

Considerando o indicador “moda”, o resultado foi sempre de plantéis unitários, enquanto que o indicador “mediana” apresentou variação entre 4 e 5. Dessa forma, esses indicadores confirmam que as propriedades em Bananal eram majoritariamente de pequenos proprietários.

Os plantéis com 10 ou mais escravos possuíam 78,3% dos cativos em 1801. percentual que se reduz para 71,3% em 1817 e volta a crescer para 79,1% em 1829. A importância relativa desses plantéis segue a mesma tendência, pois os plantéis com 10 ou mais escravos participavam com 29,5%, 21,5% e 29,2% nos respectivos anos. Já os plantéis com 1 a 4 escravos seguem a tendência inversa à desse movimento, com participação de 52,3%, 60,3% e 49,7% nos mesmo anos.

Ao considerar por faixa de tamanho dos plantéis, Motta verificou que a posse daqueles proprietários que estavam envolvidos com a ocupação de açúcar e/ou aguardente possuíam era de 20 ou mais escravos em 1801, enquanto que aqueles envolvidos com outros gêneros agrícolas tinham menos de 20 escravos. Porém, às propriedades dos cafeicultores irão difundir a posse por todas as faixas de tamanho dos plantéis. Assim, o autor sugere que *“a lavoura cafeeira decerto representou um estímulo econômico a mais para o estabelecimento da população em uma região que,*

como a aqui analisada, localizava-se em área de povoamento relativamente recente e apresentava-se como pólo de atração demográfica em inícios do século passado".¹²⁵

Da mesma forma, o estudo demonstra que os proprietários de café se deslocaram para os maiores plantéis. O número médio de escravos possuídos pelos produtores de café subiu de 10,4 em 1817 para 13,8 em 1829. Como enfatiza o autor, *"em suma, a lavoura cafeeira, em seu desenvolvimento, cada vez mais evoluía em direção a uma agricultura de plantation"*.¹²⁶

Entre os anos de 1801 e 1817, as propriedades com 1 a 4 escravos aumentaram sua participação relativa no total de escravistas e escravos, passando de um percentual de 52,3% para 60,3%, enquanto que a escravaria pula de 9,2% para 15,1%. A hipótese aventada pelo autor é de que a *"desconcentração da propriedade cativa e o estímulo aos indivíduos com poucos recursos, observados entre os dois primeiros anos selecionados, e vinculados, ao que tudo indica, como visto, ao afluxo de população direcionado para Bananal e ao desenvolvimento da cafeicultura na região, deram-se paralelamente ao crescimento do peso relativo dos plantéis com 30 ou mais escravos"*.¹²⁷ Entretanto, no período 1817/1829 as propriedades menores reduzem sua participação para 49,7% e, nesses plantéis, a participação da escravaria cai para 8,6%.

Renato Leite Marcondes, estudando a região do Vale do Paraíba no início do século XIX, especificamente a localidade de Lorena percebeu que sua economia estava voltada para produtos de subsistência, o algodão e outros produtos de exportação, como fumo e aguardente. Já no início do século, a cultura do café começou a se desenvolver, acentuando sua produção na década de 20. Os domicílios que possuíam escravos não eram a maioria, considerando o período da pesquisa (de 1778 a 1829), pois a participação dos domicílios escravistas foi de 32,2% e de 27,9% respectivamente. A partir do índice de Gini, ele verificou que a localidade tinha uma certa dispersão na distribuição dos escravos pelas propriedades, que sempre esteve por volta de 0,50. Com relação ao tamanho do plantel, observou que aqueles que possuíam de 1 a 4 escravos sempre foram predominantes em Lorena. Apesar disso, a concentração de escravos aumentou nos anos de 1818 e 1829, pois os escravistas com a posse de 20 ou mais escravos crescem de 2,5% para 4,4%.

¹²⁵ Ibid. p. 148.

¹²⁶ Ibid. p. 151.

¹²⁷ Ibid. p. 169.

Com relação ao número de escravos, percebe também que a participação percentual vai aumentando no período, pois, se os escravos nos plantéis com 1 a 4 cativos tinham participação de 25,0% no ano de 1778, enquanto aqueles com 20 ou mais escravos possuíam 12,8% da escravaria local, em 1829, esse percentual se altera para 18,8% nos plantéis menores e para 25,6% nos maiores. Ou seja, a implantação e crescimento da produção cafeeira em Lorena trouxeram maior concentração de escravos nas propriedades. O reflexo desses movimentos se fez sentir na composição dos plantéis com escravos, visto que em 1778 a razão de sexo foi de 76 e que em 1829 esse indicador salta para 125. Como descrito pelo autor, *“as oportunidades da economia cafeeira poderiam beneficiar a aquisição de escravos, inclusive para os menos abastados, os quais prefeririam os cativos em idade propícia ao trabalho e comprovam mais africanos em virtude da sua maior disponibilidade”*.¹²⁸

Lorena não foi diferente de outras localidades quanto à predominância do sexo masculino como proprietários de cativos, pois o autor encontrou razão de sexo de 417 em 1778 e de 433 em 1829. Quanto à idade média dos proprietários, ele encontrou o índice de 49 a 46 anos. A redução na idade média. Segundo ele, teve como reflexo a participação mais significativa dos pequenos proprietários, o que também influenciou na participação dos casados e solteiros nas propriedades, pois os escravistas casados reduziram sua participação de 81% em 1778 para 70% em 1829, enquanto que os solteiros crescem sua participação de ínfimo 1% para 10%, respectivamente.

Nesse período parece que estava ocorrendo em Lorena um processo de migração de jovens proprietários. Além disso, com a introdução da cultura do café, observou que a média de escravos aumenta no período. Entretanto, os jovens proprietários possuíam menos escravos do que os proprietários com mais idade. O autor também verificou que muitos proprietários eram de fora da localidade, confirmando, assim, os deslocamentos populacionais intensos para Lorena. A ocupação agrícola era predominante para os escravistas e a posse média destes superava a dos outros proprietários.

Ao se debruçar sobre a estrutura de posse na Bahia no final do século XVIII e início do século XIX, Schwartz também apresenta uma estrutura formada por pequenos proprietários de cativos. Os padrões de posse naturalmente estavam relacionados com a ocupação da terra, portanto, áreas voltadas para a economia de subsistência ou a produção de mandioca tinham a característica de possuírem pequenos plantéis. Já as

¹²⁸ Marcondes, Renato Leite. *“A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX”*. S. Paulo, Editora Stiliano, 1998. p. 92.

áreas voltadas para a produção açucareira eram aquelas que possuíam as maiores escravarias. Essas localidades, por exemplo, *“tinham menos da metade dos proprietários arrolados (46%), e contudo esses senhores controlavam quase dois terços dos escravos listados (65,9%)”*.¹²⁹

A distribuição da propriedade escrava na Bahia, considerando o número médio por proprietário, corrobora o que o autor pesquisou nessa área do país quanto ao tamanho médio das propriedades. As localidades do Recôncavo urbano possuíam um coeficiente de Gini mais disperso e número médio de escravos de 4,0. Para as áreas que faziam parte do Recôncavo produtor de mandioca, o indicador Gini também era disperso, enquanto que a posse média foi de 4,5. Para o Sertão, produtor de gado e mandioca, o índice de Gini já foi um pouco maior e com posse média de 5,2. Nas localidades do Recôncavo que produziam um misto de açúcar e mandioca, o coeficiente de Gini já se fixou num patamar acima de 0,50 e o número médio de escravos foi de 6,6. Finalmente, para o Recôncavo produtor apenas de açúcar, o número médio de escravos foi de 11,7, enquanto que o coeficiente de Gini ficou acima de 0,60, chegando a ser maior do que 0,70, demonstrando, portanto, que a concentração na posse de escravos era predominante nessa área.

Quanto aos proprietários, a maioria deles era do sexo masculino (em 80% das propriedades). Quanto à posse média de escravos em relação à ocupação dos proprietários, verifica-se o mesmo que o autor já havia descrito quanto aos padrões da terra, ou seja, o maior número médio de escravos se encontra nas atividades primárias, visto que nessas atividades estão registrados os senhores de engenho.

Para Guarapuava embora os padrões das propriedades sejam característicos de áreas com atividades voltadas para o abastecimento interno, observa-se que essa característica se altera ao longo do tempo em função do maior dinamismo econômico, visto o incremento das atividades voltadas para a criação e a comercialização de animais.

Aliado a isso, o processo intenso de migração para a localidade promove ajustamentos nas propriedades, ao mesmo tempo em que demonstra as especificidades de área de fronteira. As movimentações de um lado para outro por parte dos chefes de domicílios demonstram isso.

¹²⁹ Schwartz, Stuart B. *“Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835”*. S. Paulo, Cia das Letras, 1988. p. 358.

O capítulo apresenta seis seções que abordam não só as características mais gerais dos proprietários de cativos, suas propriedades, bem como a estrutura de posse dessas propriedades. Assim, a primeira seção abordou algumas observações sobre a historiografia da estrutura de posse de escravos. Na segunda seção faz uma apresentação mais geral de algumas características dos proprietários tentando dessa forma verificar o perfil desses proprietários quanto ao sexo, o estado conjugal e a cor. Também analisa-se a evolução do número de propriedades na localidade considerando a primeira metade do século XIX. Percebe-se também a grande movimentação de proprietários chegando em Guarapuava.

Na terceira seção, estudam-se outras características tanto do proprietário como da propriedade em si. Isto é, como se comporta a evolução da estrutura de posse em relação à idade média dos proprietários de cativos. Além disso, as características dos domicílios são analisadas como também a ocupação de cada um deles. Da mesma forma que acontece com os chefes de domicílios como um todo e analisados no capítulo I, percebe-se que os proprietários de cativos também são jovens. A análise da idade média dos escravistas por tamanho do plantel também fazem parte dessa seção. A relação entre a propriedade de escravos e a ocupação na combinação criação/lavoura é muito forte em Guarapuava, demonstrando assim que suas atividades estavam dando o suporte as áreas agroexportadoras. Uma outra questão é com relação a algumas características das propriedades a partir dos inventários. Procuramos avaliar tanto em termos de sexo, como a origem dos cativos. Analisa-se também por faixa etária a composição da escravaria por tamanho do plantel. Uma outra característica está relacionada com o patrimônio dos proprietários a partir do tamanho do plantel. Dessa forma, verifica-se como se comportou a distribuição da riqueza pelas propriedades.

A estrutura de posse de cativos é abordada nas seções quatro e cinco. Procuramos mostrar por períodos tal estrutura visto as especificidades de cada fonte de pesquisa. Para a primeira metade do século XIX foram utilizadas as listas nominativas de habitantes, enquanto que para a segunda metade do XIX as fontes principais são os processos de inventário. Dessa forma, a partir dos dados levantados, analisa-se a distribuição da escravaria por proprietário. Além disso, procura-se avaliar a estrutura de posse por tamanho do plantel, demonstrando que Guarapuava tinha como predominante às pequenas posses. O perfil da escravaria a partir da idade dos proprietários também é estudado, a fim de percebermos como os proprietários estavam se comportando no tempo com relação às estratégias quanto à posse de cativos. Na segunda metade do XIX,

as fontes de pesquisa são os dados dos inventários *post mortem*. Com o desenvolvimento de suas atividades verifica-se que a estrutura de posse na localidade altera-se com relação à primeira metade do século XIX. O maior dinamismo econômico faz com que as propriedades tenham mais escravos.

Como Guarapuava estava apresentando um forte crescimento de suas atividades, na sexta seção avalia-se a propriedade de cativos analisando por tamanho do plantel como estava distribuído o valor dos bens inventariados naquelas propriedades que desenvolviam as atividades em conjunto da pecuária e agricultura, bem como somente pecuária ou agricultura. Acrescente-se a isso o número de animais arrolados nos inventários.

III.2 – Os proprietários de escravos

A partir dos dados das listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840, de alguns inventários *post mortem* e dos registros do Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1872, analisamos a propriedade de Guarapuava, bem como informações sobre as atividades dos escravistas e seu comportamento ao longo do tempo, abordando a composição dos plantéis dos escravistas e a distribuição de sua escravaria pela propriedade.

Na primeira metade do século XIX, observam-se fortes movimentos migratórios para a localidade em função das políticas de expansão da fronteira e de povoamento da região. Guarapuava é uma localidade com atividades voltadas para a pecuária e a criação de animais e com uma agricultura de alimentos ainda em formação.

Em 1828, essa localidade possuía 55 domicílios, com 16 deles sendo propriedades de escravistas, o que representa 29,1% das propriedades. Dessas 16, apenas uma era propriedade de absenteísta. Não conseguimos, porém, identificar as atividades em que os escravistas estavam envolvidos, pois os dados de 1828 não são completos. Só a partir dos registros da lista seguinte, a de 1835, é que conhecemos essas atividades, pois discriminam tanto a ocupação dos chefes de domicílios, como as diversas atividades em que estavam envolvidos – muitos tinham mais de uma atividade além da produção anual de suas propriedades.

Nessa lista de 1835, encontramos o registro de 148 domicílios, 19 dos quais absenteístas. Havia escravos em 9 destes e em outras 21 propriedades, o que perfaz o total de 30 propriedades com escravos, ou 20,3% dos domicílios.

Em 1840, os domicílios eram em número de 143, com 3 propriedades pertencentes a absenteístas. No total, são 26 propriedades com escravos, portanto, 18,2% da amostra de domicílios, sendo que 2 eram de absenteístas.

A partir desses dados, podemos traçar o perfil dos proprietários e de suas propriedades, utilizando alguns indicadores que achamos importantes a fim de entender como estava composta a propriedade escrava em Guarapuava na primeira metade do século XIX. É fundamental entendermos que a economia local estava basicamente integrada à atividade de criação e comercialização de animais, bem como às atividades relacionadas à agricultura de alimentos. Isso é demonstrado quando apresentamos o quadro 11 com a ocupação dos proprietários.

No quadro 8, são apresentadas informações dos escravistas quanto ao número de propriedades para cada período das listas, o sexo do chefe da propriedade, o estado conjugal de cada um deles e a cor. Essas informações são importantes para traçarmos o perfil demográfico dos proprietários de escravos em cada período analisado.

Quadro 8. Características dos proprietários de escravos – Guarapuava – Anos Selecionados

Discriminação	1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Nº Propriedades	16	-	30	-	26	-
Sexo:						
Masculino	16	100%	28	93,3%	25	96,0%
Feminino	-		2	6,7%	1	4,0%
Estado Conjugal:						
Solteiro	4	26,7%	2	9,1%	17	26,1%
Casado	11	73,3%	20	90,9%	6	73,9%
Viúvo	-	-	-	-	-	-
Cor:						
Branca	12	80,0%	19	86,4%	21	91,3%
Parda	3	20,0%	3	13,6%	2	8,7%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Em 1828, dos 55 domicílios registrados, 16 eram de escravistas, o que perfaz 29,1%. Nos registros de 1835, a participação dos escravistas na localidade é de 20,3% e, em 1840, essa participação cai para 18,2%. Portanto, a posse de escravos era privilégio de poucos indivíduos, reduzida àqueles que tinham melhores condições de possuir essa “mercadoria”.

Gutierrez, em seu clássico estudo sobre os escravos e os senhores no Paraná, observa que, no Litoral, nos anos de 1804 e 1824, o percentual de proprietários de escravos foi de 20,3% e de 18,8%, respectivamente. Para o Planalto, esses números foram de 20,7% e de 18,9%, respectivamente¹³⁰. Dessa forma, Guarapuava mostrava suas especificidades de fronteira recente em comparação às outras áreas do Paraná, pois num período em que a propriedade de escravos estava na média de aproximadamente 19,0%, Guarapuava apresentava números em torno de 29,0%. Entretanto, não devemos esquecer que a região dos Campos Gerais mostrava diferenças com relação às outras áreas, visto que os proprietários de escravos de Castro, por exemplo, participavam com 25,7%; Palmeira com o surpreendente valor de 45,5% e Ponta Grossa com 27,1%. Assim, parece que a região como um todo se mostrava bastante peculiar em relação às outras áreas do Paraná.

Pelas modificações que estavam ocorrendo no número de propriedades com escravos – 16 propriedades em 1828, 30 em 1835 e 26 em 1840 –, parece que a localidade estava se caracterizando por movimentos de entradas e saídas de indivíduos no período.

Quanto às migrações, alguns comentários sobre suas particularidades entre os anos selecionados são pertinentes: dos 16 proprietários registrados em 1828, 11 permanecem na localidade quando dos registros da lista seguinte, 4 não aparecem mais na lista de 1835 e 1 está registrado em 1835 como “absenteísta”, mas sem escravo em sua propriedade. A movimentação dos escravistas pode ser vista a partir da tabela 2B (apêndice). Ali encontram-se os dados dos proprietários e das características de suas escravarias.

Em 1835, dos 30 proprietários registrados, 11 já estavam na localidade anteriormente; o proprietário Silvério Antonio de Oliveira não possuía escravos em 1828, mas na lista de 1835 aparece com 1 escrava; 18 proprietários são consequência das migrações para a região. Desses, 14 não aparecem mais na lista de 1840; 2 permanecem na localidade, mas sem escravos em suas propriedades e 9 migraram para a localidade naquele período, confirmando, portanto, os movimentos ainda permanentes de migrações para a localidade, mesmo que em menor grau. Assim, há 19 novos proprietários de escravos em Guarapuava em 1835, sendo que a grande maioria é de migrantes – apenas 1 proprietário com posse de escravo, Silvério Antonio de Oliveira,

¹³⁰ GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”* Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1986. p. 29.

dono da escrava Isabel, já estava na região em 1828. Já para o ano de 1840, há 10 novos proprietários de escravos, sendo que apenas 2, Antonio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, e Pedro José Pereira, já estavam em Guarapuava nos anos anteriores.

Dos 16 proprietários registrados em 1828, 3 proprietários não aparecem mais com a posse de escravos no ano de 1835. Um deles é Manoel de Souza, que provavelmente saiu da localidade, uma vez que não encontramos esse proprietário nos registros nas listas de 1835 e 1840. O outro é Joaquim Batista dos Santos, que possuía a escrava Maria em 1828, não tinha registro de escravos em 1835 e, em 1840 possui 2 escravos. O terceiro, finalmente, é o senhor Atanagildo de Almeida, que tinha o escravo José em 1828, não possui nenhum escravo nos anos seguintes e provavelmente se deslocou para outra área, pois não há qualquer registro seu em 1835 e 1840.

Dessa forma, Guarapuava se apresentava como uma localidade de fronteira aberta, onde as propriedades eram caracterizadas por indivíduos que estavam chegando a todo o momento, mesmo porque, considerando o seu povoamento a partir do ano de 1810, a partir de quando foi definitivamente ocupada, até o ano de 1840, são 30 anos de intervalo. Assim, se considerarmos os indivíduos que possuíam escravos em 1828 e suas idades, verifica-se que o proprietário mais jovem possuía a idade de 22 anos, logo, todos eles eram migrantes. Em 1835, conforme já observado anteriormente, há 19 novos proprietários de escravos, sendo que apenas 1 já estava na localidade. Portanto, a maioria das propriedades pertence a novos habitantes que estavam chegando em Guarapuava naquele ano.

No ano de 1840, o perfil dos proprietários se modifica, pois são 9 proprietários de escravos de um universo de 26 propriedades. Além disso, destes, 2 já estavam na localidade nos anos anteriores. Enfim, das 26 propriedades de Guarapuava neste ano, apenas 7 são de “novos habitantes”. Pode ser que sua população estava se estabilizando no período, entretanto, podemos concluir que a grande maioria não era de indivíduos originários de Guarapuava.

As propriedades eram chefiadas por homens em sua maioria, tanto que, em 1828, todas elas eram dessa forma, enquanto que, em 1835, surgem duas mulheres como chefes de domicílios e, em 1840, há apenas uma mulher chefiando domicílio. Normalmente era essa a configuração das propriedades, com os chefes sendo do sexo masculino, enquanto as mulheres recebiam a propriedade quando do falecimento do

marido ou mesmo por herança¹³¹. Fatores relacionados com a área de fronteira e com atividades voltadas para a agricultura e pecuária também poderiam favorecer a forte presença dos homens como chefes de domicílios.

As duas proprietárias registradas em 1835 são Clara Magdalena dos Santos e Ana Maria de Jesus, ambas “absenteístas”. No caso de suas propriedades, é necessário procurar documentos a fim de identificar de que forma foram distribuídas para mulheres. Algumas pistas podem ser encontradas na lista de 1835, em que identificamos algumas características das propriedades.

Ali se observa, por exemplo, que a proprietária Clara Magdalena dos Santos “*tem usufruto da fazenda durante a vida. Após sua morte fica pertencendo ao primo José de Araújo segundo determina o falecido Capitão Manuel Elias de Araújo*”.¹³² Já com relação a Ana Maria de Jesus, observa-se que “*Seu filho que serve como Capataz sabe ler suficientemente*”.¹³³

Assim, concluímos que a propriedade de Clara Magdalena dos Santos estava em usufruto, não sendo, portanto, passível de negociação até o seu falecimento. Na realidade, o proprietário da fazenda era Manuel Elias de Araújo, que em testamento provavelmente orientou para que a propriedade fosse administrada por ela até sua morte. No caso de Ana Maria de Jesus, a propriedade lhe pertencia efetivamente. Em 1840, a única proprietária continua sendo Clara Magdalena dos Santos, com seu domicílio caracterizado como “fazenda”, com escravos e agregados.

Quanto ao estado conjugal dos proprietários, cabem algumas explicações sobre a metodologia utilizada para defini-lo, visto que nem todos os registros apresentavam o estado conjugal dos indivíduos. No caso da lista de 1828, a partir do quadro 8, observa-se que estão registrados 15 indivíduos com o estado conjugal, entretanto, o número total de proprietários é 16. Nesse caso, um proprietário, o Capitão Domingos Inácio de Araújo não teve registrado seu estado conjugal. Sua propriedade aparece registrada como de “absenteísta” e, pelo que observamos, alguns registros específicos relacionados com esse tipo de propriedade não eram levantados, provavelmente porque, como se trata de uma propriedade onde seu chefe não residia permanentemente, não se levava em

¹³¹ José Flávio Motta estudando os proprietários de escravos em Bananal observa que “*esse pequeno peso relativo das mulheres entre os proprietários de escravos, decorre, em grande medida, do fato de a posse do plantel ser, como regra geral, sempre atribuída, no caso de escravistas casados, ao cônjuge do sexo masculino*”. MOTTA, José Flávio. “*Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*”. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. p. 116.

¹³² Conforme descrição encontrada na lista nominativa de habitantes de 1835.

¹³³ Ibid.

consideração as questões referentes ao proprietário, entre as quais, a que permitiria identificar seu estado conjugal.

Para os registros do ano de 1835, dos 30 proprietários listados, apenas 22 aparecem com registro do estado conjugal, pois se procede com os registros de “absenteístas” da mesma forma que em 1828 – encontramos, porém, o registro de alguns “absenteístas” no caso de proprietários com dois domicílios na localidade, sendo um registrado no rocio e outro na fazenda. Em tais registros normalmente aparece o estado conjugal do proprietário.

No ano de 1840, dos 26 proprietários de escravos, 23 aparecem com registros de seu estado conjugal, enquanto 2 deles também se classificam como “absenteístas” e sem registro do estado civil.

Assim, identificamos que a grande maioria dos proprietários de escravos de Guarapuava era casada, com poucos solteiros e nenhum viúvo fazendo parte dessa classe de proprietários, apesar de o comportamento relativo ser diferente nos anos selecionados. O fato de a maioria ser composta por casados e de não haver viúvos demonstram a idade possivelmente jovem da população.

A idéia de que a propriedade escrava seria mais pertinente a partir da consolidação do casal chefe de domicílio pode estar presente em Guarapuava. Além disso, é necessário averiguarmos a propriedade em si, com relação aos residentes e agregados, a fim de avaliarmos uma possível relação entre a concentração de indivíduos e suas atividades.

Quanto à cor dos proprietários, verificamos a predominância de brancos em todos os anos selecionados, o que não é novidade se considerarmos a estrutura social da época. Apesar disso, encontram-se 3 proprietários nos anos de 1828 e 1835 e 2 em 1840 registrados como homens e de cor parda. Pelas características das listas, esses indivíduos eram pessoas livres, pois não há nada que os identifique como “libertos” ou “escravos”. Um deles era Jacinto Mendes Araújo, casado e detentor de 2 agregados em seu domicílio, sobre o qual há uma observação no ano de 1835 informando que possuía uma pequena sorte de campos. Sua principal ocupação estava relacionada com a criação e a lavoura de alimentos, como pode ser verificado no quadro 11, onde apresentamos as ocupações dos proprietários de escravos conforme registros nas listas. O outro proprietário era Antonio José de Souza, também casado, detentor de 2 agregados em seu domicílio e com registro de ocupação identificando-o como criador e lavrador. Finalmente, havia o proprietário Jacó Dias Siqueira, igualmente casado, detentor de

agregados em seu domicílio e identificado como criador e lavrador. Pelos dados do quadro 11, verifica-se que sua propriedade foi uma das mais importantes na produção anual da localidade, ao menos no ano de 1835.

III.3 Idade média, domicílio e ocupação dos proprietários de escravos

As informações sobre as idades dos proprietários de cativos fortalecem a idéia de que a localidade tinha suas especificidades de fronteira recente, com fluxo populacional intenso. A maioria estava envolvida com as atividades da pecuária, criação de animais, invernagem, tropeirismo e agricultura de alimentos. As propriedades estavam formadas principalmente por casais casados, com filhos e agregados. Isso pode ser avaliado a partir dos dados incluídos no quadro 9.

Quadro 9 – Idade média, domicílios e ocupação dos proprietários de escravos.

Discriminação	1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Idade Média:						
. Proprietários	35,3		39,8		40,5	
. Cônjuges	28,4		30,3		32,4	
Espécie Domicílios						
Domicílios Singulares:	4	25,0%	2	6,7%	6	23,1%
. Solteiros Sós	1	6,2%	-	-	1	3,8%
. Solteiros Sós com agregados	3	18,8%	2	6,7%	5	19,1%
Domicílios Simples:	11	68,7%	19	63,3%	18	69,2%
. Casais	1	6,2%	4	13,3%	1	3,8%
. Casais com agregados	2	12,5%	9	30,0%	-	-
. Casais com filhos	5	31,2%	3	10,0%	5	19,1%
. Casais com filhos e agregados	3	18,8%	3	10,0%	12	46,3%
Domicílio Absenteísta:	1	6,2%	9	30,0%	2	7,7%
. Sós	-	-	5	16,7%	-	-
. Com agregados	1	6,2%	4	13,3%	2	7,7%
Total de Domicílios	16	100,0%	30	100,0%	26	100,0%

Ocupação:						
. Criação/Lavoura	10	62,5%	27	90,0%	17	65,4%
. Lavrador	2	12,5%	-	-	3	11,5%
. Negociante	-	-	-	-	1	3,8%
. Secos & Molhados	-	-	1	3,3%	-	-
. Inspetor	-	-	-	-	1	3,8%
. Padre	-	-	-	-	1	3,8%
. Sapateiro	-	-	1	3,3%	1	3,8%
. Carpinteiro	-	-	1	3,3%	-	-
. Soldo Militar	-	-	-	-	2	7,7%
. Indeterminada	4	25,0%	-	-	-	-
Total Ocupações	16	100,0%	30	100,0%	26	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

A idade média dos proprietários é jovem em todos os períodos selecionados. Apesar de evoluir a cada lista, percebe-se que a diferença entre a idade média registrada em 1840 em comparação com a idade média registrada em 1828 é de apenas 5,2 anos. Isso é interessante, visto que o intervalo entre as duas listas é de 12 anos, portanto, como já relatado anteriormente, os proprietários de escravos em Guarapuava estavam não só formando e consolidando suas posses, como também migrando para a região. Da mesma forma, as características dos cônjuges são muito parecidas, pois nesse mesmo intervalo de 12 anos sua idade média cresce menos do que a dos proprietários, apenas 4,0 anos¹³⁴.

O crescimento da idade média entre os anos de 1828 e 1840 está relacionado com o maior número de proprietários nas faixas etárias mais avançadas. Apesar disso, não se verificou crescimento nos casamentos em Guarapuava, pois, conforme os números do quadro 8, percebe-se que os proprietários casados perfazem 73,9%, enquanto que esse percentual foi de 90,9% em 1835, reduzindo para 73,9% em 1840. Tais índices se refletem na composição dos domicílios, pois, conforme pode ser visto no quadro 8, os classificados como “simples” reduzem sua participação de 68,7% para 63,3% em 1835, voltando a aumentar para 72,0% no ano de 1840. A redução que ocorre no ano de 1835, é reflexo do crescimento nos domicílios caracterizados como

¹³⁴ O cálculo da média de idade para os proprietários, bem como para os cônjuges, foi o resultado do somatório de todas as idades registradas nas listas dividido pelo número de registros encontrados. Cabe ressaltar que todos os proprietários na amostra são masculinos, pois as poucas mulheres não apresentaram registro de idade nas listas.

“absenteístas”, que pula de 1 para 9 domicílios, afetando, portanto, o porcentual a ser distribuído para os outros domicílios

Para demonstrar as idades dos proprietários, elaboramos a tabela 24, que apresenta o número de proprietários por faixa etária e por ano, a fim de compreendermos melhor como estava se comportando a movimentação dos proprietários na localidade.

Tabela 24. Número absoluto e porcentual dos proprietários de escravos por faixa etária – Guarapuava. Anos selecionados.

Faixa-Etária	1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 19	-	-	-	-	1	4,2%
20 a 29	4	26,7%	3	13,0%	3	12,5%
30 a 39	7	46,7%	13	56,5%	7	29,2%
40 a 49	1	6,7%	2	8,7%	8	33,3%
50 a 59	3	20,0%	3	13,0%	3	12,5%
60 a 69	-	-	2	8,7%	2	8,3%
Total	15	100,0%	23	100,0%	24	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Pelos números, observa-se que no período 1828/1835 a concentração de proprietários se encontra na faixa etária de 30 a 39. Isso não significa que em 1828 essa faixa não tivesse alguma representação – naquele momento, essa faixa etária participava com quase 47% dos proprietários, mas em 1835 sua participação se eleva para aproximadamente 56%. Em consequência, os proprietários na faixa etária de 20 a 29 reduzem sua participação no período. Como se trata de um período em que as migrações de proprietários foram intensas, infere-se que a maioria dos que estavam chegando em Guarapuava estava na faixa etária de 30 a 39, o que se confirma, pois, dos 19 proprietários que migraram para a localidade entre os anos 1828 e 1835, 11 estavam nessa faixa de idade.

Já para o período 1835/1840, observam-se alterações no perfil dos proprietários, visto que sua população estava realmente ficando mais velha em consequência da maior estabilidade desses proprietários, bem como da menor intensidade nas migrações. São 7 proprietários migrando e destes três estão na faixa etária de 20 a 29; dois na faixa de 30 a 39; um na faixa de 40 a 49 e, finalmente, um na faixa de 10 a 19. Portanto, existe uma

maior distribuição entre as faixas etárias, mas com tendência ao envelhecimento da população, haja vista que a faixa etária de 40 a 49 participa com 33%.

Se avaliarmos a grande faixa etária de 10 a 39 e a faixa a partir de 40 anos, verifica-se que, no ano de 1828, a participação de cada faixa foi de 73,4% e 26,6% respectivamente. No ano de 1835 essa participação foi de 69,5% e 30,5% e, finalmente, no ano de 1840, passa a ser de 45,9% e 54,1%. Enfim, todos esses dados sustentam que a população dos proprietários de escravos estava ficando mais madura em consequência das maiores possibilidades com relação às suas atividades.

É importante, entretanto, analisar individualmente o proprietário, visto que encontramos especificidades que podem nos ajudar a compreender melhor essa dinâmica.

Dos quatro proprietários que aparecem registrados na lista de 1828 na faixa etária de 20 a 29, três são casados, ou seja, a maioria, havendo apenas um solteiro. A idade média dos escravistas foi de 25,5 anos e a posse média de escravos desses proprietários foi de 2,5. A escravaria estava composta de 7 homens e 3 mulheres, portanto, a razão de sexo era de 233 – indicador importante, pois os escravos, em sua maioria, eram de origem crioula. A média de idade dos escravos dessas propriedades foi de 15,2 anos, portanto o plantel de escravos destes proprietários era bastante jovem. Os homens tinham idade média de 16,5 anos, enquanto para as mulheres a idade média era de 12,0 anos.

Dos quatro proprietários que se encontravam na faixa etária de 20 a 29 no ano de 1828, somente Francisco Mendes de Araújo não aparece mais com escravos no ano de 1835. Pelas listas, não é possível saber seu paradeiro, pois não encontramos seu registro nos anos seguintes. Os demais proprietários estão em Guarapuava no ano de 1835, entretanto, apenas José Siqueira Cortes se mantém na lista em 1840. O proprietário Francisco Ayres de Araújo está registrado no rol de habitantes de Guarapuava em 1840, porém naquele momento não há qualquer registro de escravos em seu domicílio, o que é estranho, pois o próprio Francisco, nos anos de 1828 e 1835, possuía 3 e 4 escravos respectivamente, além de encontrarmos o inventário de sua esposa, D. Gertrudes Escolástica Ferreira, no ano de 1875, em que aparece entre seus bens a posse de dois escravos. O outro proprietário é Manuel Ferreira dos Santos, que não aparece mais nos registros no ano de 1840. Pelos dados de seu domicílio no ano de 1835, sua propriedade se classificava como “absenteísta”, pois apresenta a característica de “fazenda”, com um agregado fazendo parte no domicílio. Também encontramos o inventário de sua esposa,

D. Balbina Francisca de Siqueira, aberto no ano de 1865. Nele se encontram informações valiosas para o estudo dessa família e suas relações com os escravos, pois a proprietária procura com detalhes apresentar seus últimos desejos em vida a partir do instrumento de testamento. Especificamente com relação aos escravos, D. Balbina declara que, após seu falecimento,

*“Os escravos, que meu finado marido deixou como libertos, com condição somente de me servirem durante minha existência, são os seguintes: Heleodoro e sua mulher Feliciano, Manoel, José Velho, José dos Santos, Isidoro, Eduardo, Diana, Joaquina, Libania, e Rita, os quaes todos tendo-me prestado bons serviços, ficam por isso gozando da liberdade. Declaro, que depois do falecimento de meu esposo, possuí mais dois escravos, sendo estes: José Marcos, meu afilhado e Generosa dos quaes fica liberto, sem mais condição alguma, o dito José Marcos, e fica também liberta a mesma Generosa, com a condição porem de servir por espaço de quinze anos a duas orfãs, que estou criando, de nomes: Maria Antonia dos Santos, e Porfiria Pedra, das quaes se alguma casar ficará ella servindo a que ficar solteira, e della não poderia retirar-se, sem completar os quinze anos, contados do dia de meu falecimento. Declaro, que a inverno denominada Paiol de Telha, que possuo na Fazenda do Capão Grande, e que principia desde o portão até o rio da reserva com as terras de cultura nella existentes, ficam pertencendo por meu falecimento a todos os escravos acima mencionados, e a suas famílias, para nella morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica como patrimônio dos mesmos”.*¹³⁵

De qualquer forma, pode se supor que no caso desses dois proprietários ou houve equívoco do recenseador no momento dos registros de seus domicílios, ou o proprietário Manuel Ferreira de Souza ainda não estava definitivamente habitando os Campos de Guarapuava – uma vez que se trata de uma propriedade “absenteísta”, a família poderia estar morando em outra localidade.

Antes de aprofundarmos um pouco mais nossa análise desses proprietários, achamos interessante descrever certas características dos demais proprietários que se encontravam na mesma faixa etária que esses em 1835.

¹³⁵ Transcrição de parte do testamento produzido por D. Balbina Francisca de Siqueira na data de 02 de julho de 1860, apensado ao Processo de Inventário *post mortem*, conforme termo de abertura de 20 de dezembro de 1865. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

Trata-se de três os proprietários, cuja idade média era de 25,0 anos. Dois deles estão chegando em Guarapuava à época, enquanto que o outro é Manuel Ferreira dos Santos. Eles tinham em seus plantéis 5 escravos ao todo, o que perfaz uma posse média de 1,6. Inferior, portanto, àquela apresentada pelos proprietários no ano de 1828. A idade média dos escravos era de 30,8 anos, bem acima da apresentada pela escravaria no período anterior. A razão de sexo dos plantéis apresentou indicador de 150, com três homens e duas mulheres. Apesar disso, entre os escravos a partir de 15 anos a razão de sexo é bastante equilibrada. Finalmente, todos os escravos estão registrados como crioulos.

Dentre esses proprietários, os mais velhos apresentam posse média de escravos superior à dos mais novos. Como referência, dos 43 escravos registrados em 1828, 16 (aproximadamente 37%) se encontravam entre as posses de apenas dois proprietários, estando um com 49 anos e o outro com 34 anos; outros 10 pertenciam a Antonio da Rocha Loures, que tinha a idade de 49 anos, e 6 a Manoel de Souza, com 34 anos.

Entre as 16 propriedades, havia apenas 2 com 4 escravos. Um dos proprietários era muito jovem, com 24 anos de idade, enquanto o outro tem 50 anos. Três propriedades apresentavam a posse de três escravos, entretanto, um dos proprietários não possui sua idade registrada. A idade média dos proprietários dessa faixa de posse é de 40,5 anos. Já os proprietários de posses com 1 a 2 escravos apresentavam idade média de 32,5 anos em 1828 e, como essas eram as propriedades com o maior número de escravos, influenciava diretamente na média geral da idade dos proprietários como um todo.

A partir dos dados do quadro 10, que fornece informações sobre a idade média dos proprietários por tamanho do plantel, não se confirma, por exemplo, nos anos de 1835 e 1840 a tendência que encontramos para os proprietários de 1828 quanto à relação idade e tamanho dos plantéis. É importante destacarmos mais uma vez que o número de proprietários apresentados no quadro acima não representa a totalidade da amostra, pois alguns deles não possuem o registro da idade nas listas, como é o caso de um proprietário em 1828; sete em 1835 e dois em 1840.

Quadro 10 – Idade média dos escravistas por tamanho do plantel.

Faixa de Plantel	1828		1835		1840	
	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média
1	8	33,1	7	39,1	3	35,3
2	1	28,0	6	43,1	9	40,1
3	2	40,5	3	31,3	3	42,0
4	2	37,0	3	37,3	2	45,5
5			2	37,0	3	37,3
6	1	34,0	1	47,0	1	58,0
7					1	28,0
8						
9					1	32,0
10 +	1	49,0	1	56,0	1	58,0
Total	15	35,3	23	39,8	24	40,5

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Verificando por tamanho do plantel, observamos que a idade média dos proprietários para a faixa com apenas um escravo se altera com relação à lista de 1835, com média de idade maior do que o intervalo entre as listas. Entretanto, para o ano de 1840 essa configuração se altera com a idade média dos proprietários se reduzindo para 35,3 anos. Ocorre que, dos oito proprietários listados em 1828, apenas dois continuam listados em 1835, com idade média de 45,5 anos, e cinco são novos proprietários, com idade média de 36,6 anos. Além disso, entre 1835 e 1840 há uma significativa redução no número de propriedades nessa faixa de plantel, com duas propriedades permanecendo entre uma lista e outra, cujos proprietários apresentavam idade média de 43,0 anos. Por fim, houve a migração para Guarapuava de um proprietário com a idade de 20 anos.

Para os proprietários com 2 escravos, a média de idade muda significativamente entre as listas, muito influenciada pelo número de proprietários, que cresce nos anos de 1835 e 1840, mas também pela possível consolidação dessas propriedades na localidade. Como pode ser observado no quadro 10, havia apenas uma propriedade nessa faixa de tamanho em 1828, enquanto que na lista de 1835 havia seis, sendo que a única propriedade de 1828 muda para uma outra faixa. Portanto, alguns dos proprietários com posse de dois escravos em 1835 são novos na localidade e quatro deles já estavam em Guarapuava em 1828, mas pertenciam a outra faixa de tamanho de plantel.

Em 1840, novamente se constata acréscimo de proprietários nessa faixa de tamanho de plantel, mas a idade média dos proprietários se reduz de uma lista para a

outra. Dos nove proprietários em 1840, apenas dois já estavam na lista anterior, apresentando idade média de 39,0 anos; dois pertenciam a uma outra faixa de tamanho de plantel e apresentam idade média de 67,5 anos e cinco são novos moradores, com idade média de 29,6 anos.

Apesar de permanecer praticamente estável o número de propriedades com três escravos, a idade média dos seus proprietários varia bastante no período analisado. De 40,5 anos em 1828, reduz-se para 31,3 em 1835 e avança para 42,0 anos em 1840. Os dois proprietários de 1828 mudam de faixa de tamanho de seus plantéis. Pela idade registrada na lista em 1835, supõe-se que a idade média em 1828 é de 52,5 anos. Portanto, a alteração da posse afetou a idade média das propriedades com três escravos. Dos três proprietários registrados em 1835, um, de 24 anos, tinha dois escravos em 1828 e os outros dois são novos na localidade, apresentando idade média de 35,0 anos. Obviamente os números pequenos da amostra devem ser considerados para se explicar essas variações.

Desses três proprietários registrados em 1835, um aparece na lista de 1840, com idade registrada de 38 anos, e os outros dois não mais aparecem nessa lista. Dos dois proprietários restantes, um deles aparece na lista de 1835 com a posse de quatro escravos e na lista de 1840 sua idade é de 40 anos, enquanto o outro é novo na localidade e tem 48 anos.

Da mesma forma, as propriedades com quatro escravos permanecem estáveis durante o período analisado. Dos registros de 1828 para os registros da lista de 1835, a idade média dos proprietários foi a mesma, ou seja, 37 anos. Para que isso ocorresse, a movimentação dos proprietários seguiu as seguintes características: dos dois proprietários registrados em 1828, um reduz o tamanho de seu plantel, enquanto o outro aumenta o tamanho de seu plantel para seis escravos e os três proprietários de 1835 estão chegando em Guarapuava no período entre as listas.

Já em 1840, o número de proprietários com quatro escravos se reduz para apenas dois e, dos três proprietários que estavam registrados em 1835 com esse tamanho de posse, dois não mais aparecem em 1840 e um aumenta sua posse para cinco escravos. Os dois registrados em 1840 são Jacó Dias de Siqueira e Elias José do Espírito Santo, que possuía dois escravos em 1835.

Está havendo alguma movimentação nas propriedades com cinco escravos a partir da lista de 1835, pois não havia nenhum registro para esse tamanho de posse em 1828, entretanto é um tipo de propriedade que permanece estável durante o período

entre as listas de 1835 e 1840. Também a idade média dos proprietários se manteve praticamente estável nas duas listas e isso é consequência da seguinte movimentação dos proprietários: uma das duas propriedades registradas em 1835 permanece na localidade em 1840 e a outra não; a propriedade de João Lustosa de Menezes aumenta sua posse de quatro para cinco escravos e, finalmente, há um proprietário que migra para a localidade no período.

Para a posse de seis escravos, tivemos apenas dois proprietários registrados nas listas aqui consideradas. A propriedade de Manoel de Souza, registrada na lista de 1828, desaparece das listas seguintes juntamente com seus escravos e em 1835 a propriedade de Manoel Mendes de Araújo aparece registrada com esse tamanho de posse. Apesar disso, encontramos algum tipo de discrepância com relação à idade desse proprietário, visto que em 1835 os registros indicavam a idade de 47 anos, enquanto em 1840 sua idade era de 58 anos.

Na lista de 1840, encontramos apenas um proprietário com posse de sete escravos e um com a posse de nove escravos. São eles, respectivamente, Antonio de Sá Camargo, que aparece na lista de 1828 sem escravos em sua propriedade, e Francisco Inácio de Araújo Pimpão, que migrou para a localidade no período, pois aparece nas listas de 1828 e de 1835. A única propriedade com 10 ou mais escravos registrada nas listas nominativas sempre pertenceu a Antonio da Rocha Loures, o que tem como consequência lógica a idade crescente de seu proprietário.

Com relação à estrutura domiciliar dos proprietários com escravos, é interessante verificarmos sua distribuição, considerando algumas peculiaridades da propriedade.

Em 1828, os domicílios simples eram maioria, com 68,7%. O tipo de domicílio formado por casal com filhos é o mais freqüente, com 31,2%. Num segundo plano, observa-se o domicílio formado por casal com filhos e agregados, com 18,8%. Não deixam de ser importantes os tipos de domicílios formados por solteiros sós, caracterizados como “singulares”, pois sua participação é de 25,0%.

Para o ano de 1835, constatamos importantes alterações com relação aos tipos de domicílios. Percebe-se que, apesar do crescimento no número de domicílios simples, a participação percentual desse tipo de domicílio no total se reduz de 68,7% para 63,3%. Isso acontece em função dos domicílios formado pelos “absenteístas”, que atingem o percentual de 30,0%. Além disso, o domicílio formado por casal com filhos cai de 31,2% para 10,0%. Isso porque os domicílios formados por casal sem filhos e aqueles

com agregados estão crescendo na localidade, pois, se participavam com 18,7%, em conjunto, no ano de 1828, em 1835 sua participação salta para 43,3%.

No ano de 1840, com a redução de domicílios caracterizados como de “absenteístas”, a participação do domicílio do tipo simples volta a crescer no conjunto dos domicílios, pois participa com 72,0%. Entretanto, o domicílio singular também volta a crescer em termos absolutos e relativos no total, pois, se sua participação havia se reduzido para 6,7% em 1835, em 1840, participa com 24,0%. Portanto, o domicílio simples é aquele que predomina em Guarapuava no período.

Algumas variações importantes acontecem nos anos selecionados com relação aos proprietários e suas propriedades. Primeiramente, há a importante condição que assumem os domicílios “absenteístas” no ano de 1835. Esse tipo de propriedade foi uma das características da região dos Campos Gerais no Paraná. Os proprietários procuravam terras para alargar suas posses e sua criação, ao mesmo tempo em que organizavam essa unidade com administradores, capatazes, feitores, escravos e agregados.

Os domicílios formados por casais com filhos reduzem sua participação de 50,0% em 1828 e passa a ser de 20,0%. É o que acontece também com os domicílios classificados como simples, que reduz de 4 para 2 domicílios em 1835. As propriedades que possuíam agregados em suas posses, eram em número de 9 em 1828 e passam a ser em número de 19 em 1835. Em 1840, entretanto, a predominância dos domicílios com casais com filhos é evidente, com 65,4% deles. Os domicílios formados por casais sem filhos é que surpreende, pois em 28 sua participação era de 18,7%, passa a ser de 43,3% em 35 e finalmente em 40 reduz significativamente para 3,8%. Para as propriedades classificadas como simples, apesar da redução importante que ocorre no ano de 1835, em 1840 sua participação no conjunto das propriedades volta a ser similar àquela que encontramos no ano de 1828.

Os domicílios “absenteístas” reduzem também sua participação, pois dos nove proprietários classificados em 1835, apenas dois aparecem registrados em 1840. Já para as propriedades que possuíam agregados em suas propriedades, praticamente 70,0% delas utilizavam essa mão-de-obra como fator fundamental na produção.

A dinâmica da propriedade e dos proprietários com relação à participação dos agregados também apresenta importante variação, pois esse tipo de mão-de-obra foi fundamental para as relações de produção e de integração com a sociedade local, uma vez que é crescente sua participação nos domicílios. Se em 1828 os domicílios com agregados possuíam participação de 56,2%, passam a participar com 60,0% no ano de

1835 e com 72,0% em 1840. Assim, os proprietários de escravos estavam estrategicamente organizando suas atividades a fim de utilizar tanto a mão-de-obra escrava como a dos agregados. Além disso, os números indicam que os homens tinham preferência em relação às mulheres, haja vista que havia no período 76 agregados e apenas 27 agregadas. Se excluirmos desse cálculo as crianças na faixa etária de 0 a 14, encontra-se um total de 63 agregados, sendo 50 homens e 13 mulheres, com razão de sexo de 384.

Antes de analisarmos as atividades em que os proprietários de escravos estavam envolvidos, é necessário tecermos alguns comentários sobre a metodologia empregada, haja vista que para cada lista encontramos algumas especificidades com relação à ocupação desses indivíduos.

Como na lista de 1828 não há, na maioria dos casos, o registro da ocupação e/ou atividades realizadas pelos proprietários, a metodologia para definir sua ocupação foi considerar os dados da lista de 1835, pois nesta lista os registros referentes às atividades dos proprietários estão completos. Assim, fizemos o cruzamento entre uma lista e outra para identificarmos a ocupação de cada um deles.

Com relação à lista de 1840, apesar de os registros estarem completos quanto à ocupação dos proprietários, também utilizamos a metodologia de cruzamento entre as listas, pois a ocupação de muitos proprietários possuía, em princípio, as mesmas características registradas na lista de 1835, mas, por algum motivo, eram denominados como “criador”, “estancieiro”, “fazendeiro” ou “guarda nacional”. De qualquer forma, analisamos cada caso ao trabalharmos com essas características em cada uma das listas.

Para que possamos entender melhor a distribuição de atividades para cada proprietário, consideramos interessante apresentar um quadro demonstrando não só as atividades de cada um deles para cada lista nominativa, mas também informações sobre a produção da propriedade, que obtivemos nos registros de 1835 e consideramos fundamentais, pois definem com precisão as atividades em que eles estavam envolvidos.

Acrescentamos que os dados referentes à lista de 1835 informam pelo menos duas atividades para cada proprietário – em alguns casos, até três.

No quadro 11, verifica-se que, em 1828, dez proprietários estavam com suas atividades voltadas para a criação e a agricultura, quatro estão registrados com “atividade indeterminada” e, finalmente, dois estão registrados como “lavrador”. Entretanto, ao verificarmos os registros do ano de 1828, temos que a maioria deles não possuía registro quanto às suas atividades, conforme pode ser notado no quadro abaixo.

Quadro 11 – Atividades, Produção Agropecuária e área Plantada dos Proprietários de Escravos.

Proprietários	1828	1835					1840
	Atividade	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Produção Animais	Área Produção (alq.)	Atividade
Antonio Jose Souza	Omissa	Criação	Milho	-	13	40	Lavrador
Antonio Rocha Loures	Capitão	Militar	Milho/feijão	Criação	284	555	Fazendeiro
Atanagildo de Almeida	Omissa	-	-	-	-	-	-
Atanagildo Jose Mendes	Omissa	-	-	-	-	-	-
Domingos Inácio Araújo	Capitão	Criação	Milho/feijão	-	698	176	-
Francisco Aires Araújo	Omissa	Criação	Milho	-	328	145	-
Francisco Mendes Araújo	Omissa	-	-	-	-	-	-
Jacinto Mendes Araújo	Omissa	Criação	Milho	-	44	35	-
Jacó Dias Siqueira	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	138	260	Estancieiro
Jerônimo Jose Caldas	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	104	45	Omissa
Joaquim Batista Santos	Omissa	-	-	-	-	-	Lavrador
João Carvalho Assunção	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	62	162	Inspetor
Jose Siqueira Cortes	Omissa	Criação	-	-	84	57	G.Nacional
Manoel de Souza	Omissa	-	-	-	-	-	-
Manoel Mendes Araújo	Alferes	Criação	Milho/feijão	-	299	126	Estancieiro
Manuel Ferreira Santos	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	237	160	-
Ana Maria Jesus	-	Criação	Milho/feijão	-	259	87	-
Benedito Mendes Araújo	-	Criação	-	-	30	-	-
Benjamim Jose Gonzaga	-	Militar	-	-	-	-	-
Bernardino Jose Lacerda	-	Criação	Milho/feijão	-	52	66	Omissa
Clara Magdalena Santos	-	Criação	Milho/feijão	-	200	34	Omissa
Elias Jose Espírito Santo	-	Carpinteiro	Milho/feijão	Criação	10	47	Sapateiro
Francisco Ferreira Rocha	-	Milho	Criação	-	57	75	-
Francisco Manoel Luz Franco	-	Criação	Milho	Escrivão	18	5	-
Hermenegildo Alves Araújo	-	Criação	-	-	15	-	Estancieiro
Ilegível	-	Criação	Milho/feijão	-	-	-	-
João Lustosa Menezes	-	Criação	Milho/feijão	-	70	156	G.Nacional
João Mendes	-	Criação	Milho/feijão	-	160	48	-

Araújo							
Joaquim Jose Lacerda	-	Juiz	Milho/feijão	Criação	64	55	Fazendeiro
Joaquim Mateus Silva	-	Criação	Milho	-	29	25	-
José de Almeida	-	Criação	Milho/feijão	-	260	127	-
Lucas Santos Cardoso	-	Criação	-	-	52	-	-
Ponciano Jose Araújo	-	Milho/feijão	Criação	-	58	132	Padre
Silvério Antonio Oliveira	-	Secos & Molhados	-	-	-	-	Negociante
Teodoro Ferreira	-	Criação	Milho/feijão	-	222	66	-
Antonio Sá Camargo	-	-	-	-	-	-	Fazendeiro
Domingos Floriano Machado	-	-	-	-	-	-	Criador
Francisco Antonio Rocha	-	-	-	-	-	-	Lavrador
Francisco Antonio da Silva	-	-	-	-	-	-	G.Nacional
Francisco Inácio Araújo Pimpão	-	-	-	-	-	-	G.Nacional
Joaquim Jose Souza	-	-	-	-	-	-	Capataz
Joaquim Mateos	-	-	-	-	-	-	Omissa
José Mendes Araújo	-	-	-	-	-	-	Criador
Jose Francisco	-	-	-	-	-	-	Capataz
Pedro Jose Pereira	-	-	-	-	-	-	Fazendeiro

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Seguindo nossa hipótese de trabalho, cruzamos as informações com a lista de 1835, que, por estar mais completa, ajudou-nos a definir melhor as atividades em que os proprietários estavam envolvidos.

Sendo assim, dos onze proprietários que consideramos na atividade da criação e/ou agricultura, dois possuíam registro como “capitão” (Antonio da Rocha Loures e Domingos Inácio de Araújo); um (Manoel Mendes de Araújo) estava registrado como “alferes” e os demais não possuem registro de suas atividades.

Cruzando as informações com a lista de 1835, pode-se verificar que os dois proprietários registrados com o título de capitão possuíam também a atividade de criação e lavoura e, em conjunto, produziram no total 982 cabeças entre gado vaccum, cavalar, muar, porcos, ovinos e cultivaram aproximadamente 731 alqueires de milho e/ou feijão. Logo, está claro que a denominação “capitão” não implicava ser esta a atividade principal dos indivíduos.

Tal denominação era atribuída, muitas vezes, àqueles que possuíam para o Império condições de liderança compatíveis com sua posição hierárquica na sociedade, mesmo porque, um dos principais objetivos do povoamento de Guarapuava era desenvolver atividades econômicas compatíveis com sua vocação, com muitas extensões de terra apropriadas para a agricultura e a pecuária. Os dados de 1835 não deixam nenhuma dúvida de que esses indivíduos estavam com suas atividades voltadas para a criação de animais e de produção agrícola.

Seguindo a mesma lógica, podemos identificar as atividades do “Alferes” Manoel Mendes de Araújo como sendo de criação e de agricultura, pois, segundo dados da lista de 1835, ele produziu aproximadamente 300 cabeças de gado vacum, cavalar e muar e cultivou 126 alqueires de produção agrícola.

Da mesma forma que identificamos as atividades dos três proprietários anteriores cruzando as informações com os registros de 1835, procuramos identificar a atividade daqueles para o qual havia o registro de “indeterminada”. Assim descobrimos, por exemplo, que Antonio José de Souza tinha atividades de criação e de lavoura de milho, pois é isso que aparece registrado em 1835. Entretanto, pelos números de sua produção – 13 cabeças de gado vacum, muar e cavalar e 40 alqueires de milho –, recorreremos também aos registros de 1840, que apresentam a lavoura como sua atividade principal.

Outro exemplo é o caso do proprietário Joaquim Batista dos Santos, cujo registro de atividade aparece somente na lista de 1840, definindo-a como lavoura. Assim, concluímos ser esta a sua ocupação.

Como para quatro desses proprietários não há registro em 1835 nem em 1840, não temos dados suficientes para verificarmos com maior precisão as características da propriedade, então consideramos sua atividade como “indeterminada”.

Com relação aos outros sete proprietários cuja atividade estava classificada como “omissa”, através dos cruzamentos das listas, concluímos que estariam inseridos nas atividades de “criação e lavoura”, visto que, em conjunto, produziram 997 cabeças de gado vacum, muar, cavalar, suínos e ovinos, além de cultivarem 864 alqueires.

Dos trinta proprietários com escravos em 1835, optamos por classificar 27 deles com atividade principal relacionada à “criação e lavoura”, pois nessa lista estavam registradas outras atividades pelas quais os chefes de domicílios se ocupavam como “juiz”, “padre” e “militar”.

Para alguns proprietários, porém, não foi possível identificar com clareza a atividade principal. É o caso, por exemplo, de Benjamim José Gonzaga, para o qual há o registro de estabelecimento “estacionado” referente a sua atividade em 1835, bem como o de “militar” recebendo “soldo” e a informação de que estava “em diligência para a capital da província”. Como ele não tem registro tanto na lista de 1828 como na de 1840, deduzimos que estava de passagem em Guarapuava no período.

Outro exemplo é o caso de Francisco Manoel da Luz Franco, que, apesar de ter em seus registros as atividades de “criação e lavoura”, apresenta produção, em princípio, reduzida para os padrões que verificamos para os outros proprietários que possuíam esse tipo de atividade como principal. Esse proprietário produziu, pelos registros, 18 cabeças entre gado vacum e cavalar e 5 alqueires de milho. Além disso, ele possuía um outro registro como “escrivão almoxarife de expedição”, com observação de que era “ótimo para ocupar qualquer emprego pois é dotado de boas qualidades tanto físicas como morais. Seu emprego é de escrivão do almoxarife de expedição”. Verificando os registros de 1840, sua atividade principal aparece como “empregado público”.

O caso de Joaquim José de Lacerda também desperta interesse, pois, segundo a lista de 1835, ele se ocupava em várias atividades: “juiz de paz”; produção de “lavoura de milho e feijão” e “criação”. Supusemos, então, que ele tinha como atividade principal aquela ligada à sua propriedade, o que se confirma ao analisarmos os registros da lista de 1840, em que aparece como “fazendeiro”.

Finalmente, temos o caso de Ponciano José de Araújo, que, na realidade, era o único padre local. Entretanto, pelos seus registros, identificamos que ele possuía grandes extensões de terra e praticava as atividades de “criação e lavoura”, pois produziu 58 cabeças entre gado vacum, cavalar, caprinos e suínos, além de cultivar 132 alqueires.

Assim, os 27 proprietários registrados com a atividade de “criação e lavoura” produziram em suas propriedades aproximadamente 3.800 cabeças entre gado vacum, muar, cavalar e outros e aproximadamente 2.600 alqueires de lavoura. Tal indicador é representativo, considerando-se que a região ainda estava sofrendo o impacto das fortes migrações, bem como da consolidação de suas atividades econômicas.

Com referência aos dados da lista de 1840, também cabem algumas explicações adicionais quanto à distribuição das atividades dos proprietários de escravos, visto que

percebemos possíveis equívocos em alguns registros quando os cruzamos com a lista de 1835.

Primeiramente, encontramos quatro registros da atividade “guarda nacional”, o que não identifica para nós uma atividade profissional em si. O que nos parece mais coerente é que esses proprietários tinham como atividade principal a “criação e lavoura”, mesmo porque, ao cruzarmos os dados com a lista de 1835, verificamos, por exemplo, que na propriedade de José Siqueira Cortes se praticava tanto a atividade de “criação” como de “lavoura”, pois contava com 84 cabeças e de 57 alqueires de lavoura. O mesmo acontece com o proprietário João Lustosa de Menezes, que produziu 70 cabeças de animais em sua propriedade e 156 alqueires de lavoura no ano de 1835.

Quanto aos dois outros proprietários com atividade de “guarda nacional”, apesar de não termos outras informações sobre seus domicílios, visto que eles aparecem registrados somente na lista de 1840 – na qual não há referências quanto ao tipo de domicílio nem registros de produção, número de animais ou terras agricultáveis –, supusemos que possuíam posses de terra na região, visto que pertenciam aos seus domicílios 5 escravos e 1 agregado, no caso do proprietário Francisco Antonio da Silva, e 7 escravos e 2 capatazes, no caso de Francisco Inácio de Araújo Pimpão. Essas são características de domicílios relativamente importantes na localidade, uma vez que os padrões de estrutura de posse das propriedades é de 1 a 4 escravos.

Não encontramos registro de atividade para outros quatro proprietários, então a caracterizamos como “indeterminada”. Entretanto, da mesma forma que fizemos com os outros proprietários, cruzamos as informações dessa lista – 1840 com os dados da lista de 1835 para que pudéssemos encontrar alguma pista que nos ajudasse a defini-la. Assim, o proprietário Jerônimo José de Caldas, pelas informações de 1835, produziu 104 cabeças de animais, bem como 45 alqueires de lavoura; Clara Magdalena dos Santos possuía uma propriedade na localidade na condição de absenteísta, com 200 cabeças e 34 alqueires de lavoura e a atividade de Bernardino José de Lacerda estava registrada como de “criação e lavoura de milho e feijão”. O proprietário Joaquim Mateos, porém, não possui registros nas listas anteriores à de 1840, em que sua propriedade com a característica de “estância”, ou seja, provavelmente se trata de uma propriedade absenteísta com posse de cinco escravos, portanto, sua estrutura de posse estava acima da média da localidade.

Finalmente, achamos oportuno tratarmos das atividades de dois proprietários, visto que, pelos registros de 1840, possuíam atividades que podemos considerar

secundárias ao levarmos em conta os aspectos econômicos e de renda. Um deles é João Carvalho de Assunção que no ano de 1835 tinha como registro de suas atividades a “criação e a lavoura de milho e feijão” com a produção de 62 cabeças de animais e 162 alqueires de lavoura. O outro proprietário é Ponciano José de Araújo que na lista de 1835 tinha em seus registros também as atividades de “criação e a lavoura de milho e feijão”, com a produção de 58 cabeças de animais e 132 alqueires de lavoura. Dessa forma, mas não alterando os dados inseridos no quadro 11, acreditamos que suas principais atividades econômicas estavam relacionadas com a “criação e a lavoura”.

Para que esses dados fiquem mais evidentes em nossa análise, procuramos demonstrar a partir dos registros de terras realizados na Vila de Guarapuava nos anos de 1854 a 1857 que a maioria desses proprietários tinha atividades fortemente voltadas para a criação e a invernagem de animais, bem como da agricultura de alimentos.¹³⁶

Quadro 12 – Registro de terras – Guarapuava – segunda metade do século XIX

Proprietário	Ano Registro	Local	Medida Original	Alqueire
Ana Maria Jesus	1854	Águas Belas	Medida Ignorada	-
Antonio José Souza	1856	Candói	1500x700 Braças	210
Antonio Rocha Loures	-	-	-	-
Antonio Sá Camargo	1855	Pinhão	11/2 Léguas	4.050
Atanagildo de Almeida	-	-	-	-
Atanagildo José Mendes	1855 1855	Cambrão Jordão	400x200 Braças 3 alqueires	16 3
Benedito Mendes Araújo	-	-	-	-
Benjamim José Gonzaga	-	-	-	-
Bernardino José Lacerda	1856 1856	Porcos Barra Alegre	3 Léguas ¾Léguasx500braças	16.200 225
Clara Magdalena Santos	-	-	-	-
Domingos Floriano Machado	-	-	-	-
Domingos Inácio Araújo	-	-	-	-
Elias José Espírito Santo	1856	Jordão	600 braças	72
Francisco Aires Araújo	-	-	-	-
Francisco Antonio Rocha	-	-	-	-
Francisco Ferreira Rocha	-	-	-	-
Francisco Inácio Araújo Pimpão	-	-	-	-
Francisco Manoel Luz Franco	1857	Morro Alto	50 braças	-
Francisco Mendes Araújo	1856	Caracu	3 Léguas	16.200
Hermenegildo Alves Araújo	1855	Rio das Pedras	17 Alqueires	17

¹³⁶ A partir da segunda metade do século XIX, e a fim de organizar a distribuição das terras devolutas e aquelas possuídas por título de sesmarias, o Governo Imperial promulga a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que “*Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros*”. Entretanto, tal Lei somente foi regulamentada a partir do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854 que “*Em virtude das autorizações concedidas pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, hei por bem que, para execução da mesma Lei, se observe o regulamento que com este baixa*”. www.webhistoria.com.br/lei1850.

	1855	Loc. Ignorada	3/4x1/2léguas	675
	1855	Trindade	11/2léguas	4.050
	1857	Morro Alto	Chácara 300braças	18
	1857	Ao norte	Chácara 100braças	2
Ilegível	-	-	-	-
Jacinto Mendes Araújo	-	-	-	-
Jacó Dias Siqueira	1855	Capão Alto	2x1 Léguas	3.600
Jerônimo José Caldas	1856	Pinhão	Medida Ignorada	-
	1856	Pinhão	¼ Léguas	112
Joaquim Batista Santos	-	-	-	-
Joaquim José Souza	-	-	-	-
Joaquim Mateos	-	-	-	-
Joaquim José Lacerda	-	-	-	-
Joaquim Mateus Silva	1855	Três Capões	3 Terrenos s/medida	-
João Carvalho Assunção	-	-	-	-
João Lustosa Menezes	1856	Reserva	3x1 Léguas	5.400
João Mendes Araújo	1856	Caracu	3 Léguas	16.200
José de Almeida	-	-	-	-
José Francisco	-	-	-	-
José Mendes Araújo	1856	Caracu	3 Léguas	16.200
José Siqueira Cortes	1856	Reserva	1 légua	1.800
	1857	Pinhão	Medida Ignorada	-
Lucas Santos Cardoso	1856	Cantagalo	2x1 Léguas	3.600
Manoel de Souza	-	-	-	-
Manoel Mendes Araújo	1856	Fazenda	Medida Ignorada	-
	1856	Mandinga	2 léguas	7.200
		Jordão		
Manuel Ferreira Santos	1855	Pinhão	Medida Ignorada	-
Pedro José Pereira	1856	Candoi	¾ Léguas	1.350
Ponciano José Araújo	1856	Guavirova	Medida Ignorada	-
Silvério Antonio Oliveira	-	-	-	-
Teodoro Ferreira	-	-	-	-

Fonte: Livro de Registro de Terras do Vigário da Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

A medida original é aquela considerada nos registros do vigário. Quanto à conversão para alqueire, foram consideradas as seguintes equivalências: 1 alqueire paulista = 5.000 braças quadradas, ou 2,42 hectares e 24.200 m²; 1 braça = 10 palmos ou 2,2 metros e 1 légua = 3.000 braças ou 6.600 metros. Adotamos o alqueire paulista porque a Província do Paraná foi por muito tempo Comarca de São Paulo.

Apesar de não identificarmos o registro de terras para 23 proprietários, por isso o quadro apresenta os dados em branco, pelo quadro 12 podemos verificar que, dos 21 com tal registro, 5 não possuem registro das medidas da propriedade e 3 podem ser consideradas mais voltadas para a atividade de agricultura de alimentos, como é o caso da propriedade de Atanagildo José Mendes e de algumas partes da propriedade de Hermenegildo Alves de Araújo. Indicamos essas possibilidades ao compararmos as características da dimensão dessas propriedades com as de outras propriedades. No caso

das propriedades do Rio das Pedras, do Morro Alto e de uma chácara de 100 braças, localizada ao norte de Guarapuava, de Hermenegildo Alves de Araújo, as dimensões se inserem nessas características acima. Isto é, o tamanho dessas posses é pequeno (37 alq.) ao compararmos com as grandes extensões de terras com mais de 1.000 alqueires. É o que acontece também com a propriedade de Atanagildo Mendes com aproximadamente 19 alqueires. Com esse tamanho nas propriedades não podemos afirmar que suas atividades estivessem voltadas para a criação de animais.

Treze proprietários que fazem parte dessa amostra, possuem posses de terra compatíveis com a atividade tanto de criação e invernagem de animais, como da lavoura de alimentos, visto a quantidade de terra que eles registraram no período. É o caso, por exemplo, do proprietário Antonio Sá Camargo com a posse de 4.020 alqueires, como também de Bernardino José de Lacerda com mais de 16.000 alqueires e da propriedade de Manoel Mendes de Araújo com mais do que 7.000 alqueires.

Com relação aos proprietários que não possuem registros de terras, é necessário avaliarmos algumas questões. Existem registros de terras que identificam de alguma forma propriedades que pertenceram em algum momento a esses indivíduos, visto que em alguns deles encontramos dados referentes não só à forma de compra e posse, mas vestígios de que foram terras pertencentes a eles, bem como dados que podemos definir como complementares ao registro e que também identificam a forma pela qual uma determinada propriedade foi adquirida.

Esse é o caso, por exemplo, de Antonio da Rocha Loures. Embora não possuísse registro de terras em seu nome, em 1856 o proprietário Francisco Alves da Rocha adquiriu no local denominado São João 1 légua em quadra dos herdeiros do Capitão Antonio da Rocha Loures.

Finalmente, a partir dos dados dos quadros 11 e 12, percebe-se que a ligação entre a propriedade de escravos e a ocupação na combinação criação/lavoura é muito forte. Comparando os dados desses proprietários de escravos com aqueles que não possuíam cativos, observa-se que, no caso do milho, a produção anual foi de 2.465 alqueires, enquanto que para os outros proprietários a produção foi de 3.090 alqueires. Considerando que encontramos nos registros 23 proprietários de escravos produzindo essa cultura, contra 74 proprietários de não cativos, o resultado médio para cada propriedade foi de 107,2 alqueires produzidos, contra um total de 41,7 alqueires produzidos pelos não proprietários de escravos.

Com relação à produção de animais, os proprietários de cativos produziram no ano o total de 3.754 cabeças, enquanto que os não proprietários de escravos produziram uma quantidade de 1.823. A produção de animais estava muito mais concentrada no gado vacum e no cavalar. Portanto, os proprietários de cativos apresentavam maiores condições quanto à produção e comercialização de sua produção do que as pessoas sem escravos em Guarapuava. Como hipótese, temos que essas propriedades, além de serem maiores, poderiam oferecer melhores condições com relação ao capital e ao trabalho.

Portanto, o caráter de fronteira de Guarapuava também se verifica com relação aos proprietários de cativos, pois a maioria deles eram homens, e com idade jovem. Percebe-se também que houve na primeira metade do XIX fortes migrações de proprietários, mas ao mesmo tempo verifica-se que algumas propriedades estavam se consolidando em Guarapuava, visto que das 16 existentes no ano de 1828, 10 continuavam na localidade no ano de 1835 (62,5%). Para o ano de 1835, das 30 propriedades registradas, 15 continuavam em Guarapuava no ano de 1840 (50,0%).

Com relação aos domicílios, a grande maioria era formada por aqueles caracterizados como “simples” e com filhos. Entretanto, é importante o crescimento dos domicílios de “absenteístas” durante os anos de 1828/1835. Essa foi uma das características dos proprietários em Guarapuava no início de seu povoamento, isto é, alguns proprietários possuíam outras propriedades fora de Guarapuava, muitos nos Campos Gerais, residindo, portanto naquelas propriedades. É o que se pode verificar ao verificarmos um trecho que fecha a lista de 1828;

*“Soma os fogoins dos sufragados(..), e povoadores existentes nesta Freg^a de N.S. de Bellen em Guarapuava, sincoenta e sinco. Emquanto os q` tem de sem mil Reis p^a sima contemplado nesta lista, he só o Alferes Manoel Mendes de Araújo, emquanto os mais não tem essa renda anual, porque os donos das maiores fazendas que se achão nestes campos são moradores na Freguezia de Palmeira”.*¹³⁷

Outra questão com relação aos domicílios é o importante crescimento da participação dos agregados. As propriedades estavam também demandando esse tipo de mão-de-obra, o que sugere que tanto ela como a mão-de-obra escrava eram fundamentais para tocarem as atividades das propriedades. Além disso, ela era

¹³⁷ Transcrição do trecho produzido pelos recenseadores referente à lista nominativa de habitantes do ano de 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

preferencialmente masculina e jovem, com razão de sexo superior àquela encontrada para os cativos. Finalmente, essas propriedades eram voltadas basicamente para as atividades de criação e da lavoura de alimentos, confirmado pelos registros de terras que demonstram o tamanho das posses para a maioria desses proprietários.

Podemos também avaliar algumas questões com relação às propriedades que possuíam escravos a partir de uma análise em cima dos inventários, considerando por tamanho dos plantéis.

Tabela 25. Algumas características das propriedades com cativos a partir dos inventários. Guarapuava – segunda metade do século XIX

Discriminação	1 a 4	5 a 9	10 ou +	Total
Escravos				
. Masculino	36	42	65	143
. Feminino	18	23	60	101
. RM	200	183	108	142
Origem				
. Crioulos	9	18	82	109
. Africanos	2	1	3	6
Faixa Etária				
. 0-14	8	14	36	58
. %	17,8%	29,8%	39,1%	31,5%
. 15-39	19	22	38	79
. %	42,2%	46,8%	41,3%	42,9%
. 40-59	15	11	16	42
. %	33,3%	23,4%	17,4%	22,8%
. 60 ou +	3	-	2	5
. %	6,7%	-	2,2%	2,7%
. Total	45	47	92	184
. %	100%	100%	100%	100%

Fonte: Processos de Inventário. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

A razão de sexo demonstra que as propriedades menores possuíam um indicador mais elevado do que as propriedades com maior número de cativos. Isso mostra que as possibilidades de arranjos familiares era mais intenso naquelas propriedades com plantéis maiores. Os dados também confirmam isso a partir do percentual de crianças nos plantéis, pois para aqueles com 10 ou mais cativos os infantes participam com

quase 40%. Para os plantéis com 1 a 4 escravos esse percentual não chega a ser de 18%. Esse perfil é crescente, considerando também os plantéis com 5 a 9 escravos.

Outro dado importante com relação à distribuição da escravaria por faixas etárias é com relação à participação da faixa etária acima dos 40 anos nos plantéis com 1 a 4 escravos. Com 40% dos cativos nessa faixa, sugere-se que esses proprietários poderiam estar enfrentando com maior dificuldade o acesso ao mercado de mão-de-obra escrava. Pode ser que as manumissões pudessem estar ocorrendo em menor grau por parte desses proprietários.

Ao mesmo tempo percebe-se uma razão de dependência baixa nesses plantéis, menor do que aqueles apresentados nas outras propriedades. Considerando o grupo de escravos aptos a alimentar os cativos com mais de 60 anos e entre 0 a 14 anos o indicador é de 32, enquanto que para os plantéis com 5 a 9 escravos, a razão é de 42 e finalmente os plantéis com 10 ou mais escravos o indicador é de 70. Portanto, verifica-se que as características dos plantéis menores foram, possivelmente, de aquisições de cativos no mercado.

Na tabela 26 procura-se demonstrar algumas peculiaridades quanto ao patrimônio dos escravistas considerando por tamanho do plantel. A partir dos inventários nota-se que a maioria era composta por plantéis de 1 a 4 escravos (62,2%). No total apurado verifica-se que os valores monetários são próximos. Entretanto, não devemos perder de vista que o número de proprietários por plantel é muito desigual, o que transforma essa possível equivalência monetária em uma distribuição dos bens bastante diferenciada.

Tabela 26. Características do patrimônio a partir do tamanho do plantel (valor nominal) – Guarapuava – segunda metade do século XIX

Discriminação	1 a 4		5 a 9		10 ou +		Total (em réis)
	Em réis	%	Em réis	%	Em réis	%	
. Raiz	174:046\$556	19,3%	156:835\$000	17,4%	176:090\$000	19,6%	506:971\$556
. Semoventes	62:080\$700	6,9%	80:115\$500	8,9%	85:833\$400	9,5%	228:029\$600
. Escravos	40:670\$000	4,5%	56:030\$000	6,2%	47:850\$000	5,3%	144:550\$000
. Dívidas Líquidas	(8:731\$163)	(1,0%)	18:536\$157	2,1%	1:779\$874	0,2%	11:584\$868
. Dívidas Ativas	3:256\$823	0,4%	30:080\$807	3,3%	2:995\$000	0,3%	36:332\$630
. Dívidas Passivas	(11:987\$986)	(1,3%)	(11:544\$650)	(1,3%)	(1:215\$126)	(0,1%)	(24:747\$762)
. Outros	5:002\$026	0,6%	2:380\$500	0,3%	-	-	7:382\$526

. Ouro/Prata	446\$000	-	192\$840	-	226\$400	-	865\$240
. Total	285:502\$105	31,7%	325:634\$647	36,2%	312:994\$800	34,8%	899:383\$822
. Proprietários	23	62,2%	10	27,0%	4	10,8%	37

Fonte: Processos de Inventário. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

Obs: O número de escravos com informação de preço foram de 54 para os plantéis de 1 a 4 , de 65 para 5 a 9 e de 57 para 10 ou mais.

Ao considerarmos individualmente as propriedades, verifica-se que do total dos bens arrolados, os proprietários com 1 a 4 escravos possuíam em média um valor patrimonial de aproximadamente 12:413\$000. No caso das propriedades com 5 a 9 cativos esse valor médio já pula para 32:563\$000, enquanto que as propriedades com 10 ou mais escravos esse valor é de 78:249\$000. No caso dos plantéis menores, das 23 propriedades, 7 delas possuíam bens que ultrapassaram a média dos valores apurados acima. É o caso, por exemplo, de Antonia Tavares de Miranda Lacerda, que possuía 4 escravos em sua propriedade e um importante valor para os bens de raiz (37:762\$000).

Para os plantéis com 5 a 9 escravos são quatro proprietários que possuíam bens com valores acima da média. O Padre Ponciano José de Araújo tinha bens no valor total de 57:192\$000. O ano da abertura de seu inventário foi em 1861 e esse valor foi um dos mais elevados de todos os processos analisados. Além do valor de seus escravos (3:780\$000), o Padre tinha bens de raiz no valor de 35:499\$000 e semoventes no total de 14:022\$000.

Eram dois os proprietários na faixa de 10 ou mais escravos que possuíam bens em valores superiores a média apurada. São eles Bernardino José de Lacerda que tinha 22 escravos em sua propriedade. Pela distribuição do valor de seus bens, permite inferir que era a propriedade que possuía a maior quantidade de cativos, bens de raiz e de semoventes. No total seus bens foram avaliados pelo valor de 136:483\$000. A outra propriedade é de José de Siqueira Cortes que tinha um total de bens de 92:013\$000. Portanto, esses dois proprietários detinham por volta de 25,4% de toda a riqueza apurada pelos inventários.

Achamos importante descrever um pouco o valor apurado para as dívidas ativas, principalmente para os plantéis de 5 a 9 escravos. Encontra-se no processo de inventário de Candido José dos Santos Almeida o valor de 20:587\$966 representando aproximadamente 57% do total das dívidas ativas. Observa-se pela descrição das dívidas que alguns indivíduos de Guarapuava deviam quantias importantes ao

inventariado. É o caso de José Joaquim de Almeida que devia o valor de 16:543\$000, como também de João Simão Gonçalves de Andrade com a quantia de 2:670\$000. Não se consegue definir com clareza o significado dessas dívidas, porém sugere que o proprietário tinha como prática financiar algumas atividades específicas para outras pessoas.

O que se percebe pelos dados das tabelas 25 e 26 é que os plantéis maiores possuíam melhores condições, visto a distribuição de suas escravarias, no que tange as possibilidades de formação de famílias escravas e de crescimento endógeno, como também detinham grande parcela da riqueza, em termos individuais. Ao mesmo tempo, percebe-se pela característica dos plantéis, isto é, média das propriedades na sua maioria entre 1 a 4 cativos, que havia uma distribuição mais equilibrada, no geral, quanto à distribuição dos bens, principalmente os de raiz, os semoventes e os escravos. Assim, ao avaliarmos os valores percentuais de cada item destes com relação ao total dos bens arrolados, considerando o tamanho dos plantéis, verifica-se que os plantéis com 1 a 4 escravos detinham, considerando esses bens, 31,7% do valor global. Enquanto isso, os plantéis com 5 a 9 escravos participam com 36,2% e os plantéis com 10 ou mais escravos com 34,8%.

III.4 Estrutura de posse de escravos – primeira metade do XIX

A partir das informações das listas nominativas de habitantes referentes à primeira metade do XIX, especificamente aos anos de 1828, 1835 e 1840, avaliamos o comportamento ao longo do tempo, da distribuição da escravaria em Guarapuava. A referência às três listas aqui consideradas nos permite avaliar as características das propriedades com relação à escravaria durante a primeira metade do século XIX, período que caracterizou a consolidação dos primeiros núcleos populacionais na região. A partir da segunda metade do período, as fontes de pesquisa são os processos de inventário *post mortem* referentes a 1852/1882.

Primeiramente, é importante retomarmos algumas considerações sobre os estudos de posse de cativos durante esse período, visto que transformações importantes estavam ocorrendo na acumulação de cativos, face aos movimentos internacionais do tráfico, concomitantemente com as políticas internas com relação à posse de cativos e com a economia nacional. Assim, podemos iniciar a análise da posse de escravos

afirmando que a grande maioria das propriedades em diversas áreas do país era predominantemente formada por pequenos escravistas, e isso também era a regra para Guarapuava¹³⁸.

Observa-se através das listas a importância que a atividade da pecuária e da criação tem no período considerado, haja vista a evolução tanto dos escravistas e de sua propriedade como dos escravos que se envolvem com aquela atividade. Mesmo considerando os não escravistas, observamos a influência da atividade pastoril como sustentáculo do crescimento econômico da região, tanto através das possibilidades de renda, quanto de subsistência.

A população escrava era de 43 indivíduos em 1828. Essa população perfazia 14,6% da população total da localidade, que era formada por 294 habitantes. Os proprietários de escravos eram em número de 16, enquanto que o total de domicílios era 55. Portanto, a propriedade escrava estava presente em 29,1% do total dos domicílios registrados nesta lista. Em termos de escravaria média, as propriedades possuíam 2,7 escravos.

Já para o ano de 1835, a população escrava passa a ser de 82 indivíduos, o que representa 11,5% de sua população total, composta por 712 almas. O total de propriedades com escravos era de 30 e a localidade possuía 148 domicílios. Portanto as propriedades com escravos correspondiam a 20,3% do total de domicílios. A escravaria média se mantém da mesma forma que aquela que encontramos para o ano de 1828, ou seja, 2,7 escravos.

Em 1840 a população escrava é de 95 indivíduos, enquanto os proprietários de escravos somavam 26 indivíduos. A população total de Guarapuava no ano de 1840 era de 795 almas. Portanto, a população escrava perfazia 12,0% e, como a localidade possuía 143 domicílios, as propriedades de escravos participavam com 18,2% do total de domicílios. A escravaria média é de 3,6 escravos, conforme podemos observar no quadro 13.

¹³⁸ Sobre as características de posse em diversas regiões do Brasil, consultar o trabalho de MOTTA José Flávio. *“Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”*. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999, p. 67-97.

Quadro 13. Distribuição da escravidão por proprietário – Guarapuava – Anos selecionados

Discriminação	1828	1835	1840
Escravos	43	82	95
. Masculino	29	49	60
. Feminino	14	33	35
. RM	207	145	171
Nº Proprietários	16	30	26
Média Plantel	2,7	2,7	3,6
. Masculino	1,8	1,6	2,3
. Feminino	0,9	1,1	1,3

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Esse incremento na posse média de escravos é decorrência dos intensos movimentos de migração da propriedade para a localidade, bem como da política de expansão da fronteira adotada pelo Governo Imperial. A razão de sexo da população escrava é elevada, considerando-se que a grande parte dos escravos era de origem crioula. Essa razão é relevante face às características de sua população, como também dos padrões estabelecidos tanto para o Paraná como para as economias com suas atividades voltadas para o mercado interno.

O crescimento da população escrava feminina supera o apresentado pela população escrava masculina no período. De uma posse média em 1828 de 0,9, aumenta-se para 1,3 no ano de 1840, representando um acréscimo de 44%, enquanto que a posse média para os homens cresce na ordem de 28%. Dos 16 proprietários em 1828, 87,5% possuíam entre 1 e 4 escravos, e apenas dois proprietários possuíam plantéis superiores a 5 escravos.

De qualquer forma, o perfil da posse de escravos em Guarapuava demonstra que o padrão dos plantéis era pequeno e que os plantéis menores, de 1 a 4 escravos, detinham 63% da escravidão, enquanto 37% se concentravam em apenas dois proprietários.

Para os anos subseqüentes, verificamos alterações importantes quanto à distribuição da posse de escravos, principalmente para 1840, visto que a participação dos proprietários de escravos nos pequenos plantéis, em relação ao total, que era de 87,5% em 1828, sofre redução para 68%.

Além disso, o número de escravos apresenta maior concentração entre aqueles proprietários com plantéis maiores, mesmo porque, ao analisarmos os números do

quadro 7, verificamos que 33% dos escravos estavam nas mãos de apenas 4 proprietários no ano de 1835, enquanto que esse percentual avança para 57% no ano de 1840, aumentando ainda mais a concentração em pequeno número de proprietários, mesmo considerando que o número desses proprietários cresceu para 32% das propriedades – um crescimento importante se considerarmos os outros dois anos estudados, que apresentaram números em torno de 13%.

Observamos um outro indicador interessante a partir do quadro 14: a posse média de escravos evolui no período analisado, passando de 2,7 escravos para 3,6 escravos por proprietário, crescimento esse que representa 40,7% da escravaria em 1828 e que teve como principal fator o aumento médio na posse de escravos.

Quadro 14. Tamanho dos plantéis e a estrutura de posse de escravos – Guarapuava – Anos selecionados

Plantel Escravos	1828		1835		1840	
	Quant.	Média	Quant.	Média	Quant.	Média
1 – 4	14	1,9	26	2,1	18	2,3
5 – 9	1	6	3	5,3	7	6,1
10 ou +	1	10	1	11	1	11
Total	16	2,7	30	2,7	26	3,6

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Isso nos faz concluir que a tendência das propriedades era possuir pequeno número de escravos, muito provavelmente em função das características econômicas da região, com atividades voltadas para a pecuária e a pequena lavoura, base de sustentação de sua economia e que caracterizou as populações escravas no Paraná.

Dessa forma, observa-se que o movimento da estrutura de posse de escravos em Guarapuava revela uma concentração menor no período 1828/1835 comparativamente ao período 1835/1840. Provavelmente isso se deva à ocupação inicial da região que se voltava para a expansão da fronteira face às determinações do Governo, mas que se modifica nos períodos seguintes, com o fortalecimento da atividade de criação, o que promoveria a ocupação das terras por fazendeiros e tropeiros.

No quadro 15, apresentamos os números referentes à posse média de escravos segundo as faixas etárias de seus proprietários. Observamos que a posse média evoluiu

em todo o período, principalmente para o último ano analisado, função provável da expansão da atividade da pecuária.

Ao analisarmos por cada ano selecionado, verificamos que a concentração dos proprietários para o ano de 1828 se dava na faixa etária mais jovem, ou seja, entre 20-39 anos, pois detinham 69% da posse de escravos. O restante estava concentrado na faixa etária entre 50-59 anos, com 19%. Finalmente, acrescentamos que havia apenas 1 proprietário na faixa etária mediana, ao mesmo tempo em que observamos a presença de 1 “absenteísta” fazendo parte da lista de proprietários.

Quadro 15. Perfil da escravidão por faixa etária dos proprietários

Faixa etária	1828	1835	1840
20-29	10	5	10
. Masculino	7	3	7
. Feminino	3	2	3
. RM	233	150	233
30-39	12	37	23
. Masculino	6	21	16
. Feminino	6	16	7
. RM	100	131	228
40-49	10	2	26
. Masculino	7	1	19
. Feminino	3	1	8
. RM	233	100	237
50-59	8	20	22
. Masculino	6	11	12
. Feminino	2	9	10
. RM	300	122	120
60-69	-	4	4
. Masculino	-	3	1
. Feminino	-	1	3
. RM	-	300	33
Absenteístas	3	14	9
. Masculino	3	11	5
. Feminino	-	3	4
. RM	-	367	125
Total	43	82	95
. Masculino	29	49	60
. Feminino	14	33	35
. RM	207	148	171

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Para o ano de 1835, verificamos que os proprietários na faixa etária entre 20-39 anos reduzem seus percentuais para 50%, principalmente em função da participação dos

proprietários classificados como “absenteístas”, que cresce muito no período, enquanto que para as outras faixas etárias, o perfil dos proprietários permanece praticamente o mesmo do ano de 1828. É importante ressaltar o crescimento que ocorre na faixa etária entre 30-39 anos, que passa de 7 proprietários em 1828, para 12 proprietários em 1835 – um aumento de 71%.

Já para o ano de 1840, verificamos algumas alterações importantes na distribuição dos proprietários por faixas etárias, visto que se eleva a concentração na faixa etária considerada mediana, com uma participação de 36%. Observa-se também que o número de proprietários “absenteístas” cai muito no período, levando-nos à hipótese de que os proprietários já estavam determinados a residir em suas próprias posses.

A concentração dos proprietários na faixa etária 20-39 anos principalmente nos dois primeiros anos analisados tem sua influência na política de ocupação adotada pelo Governo, que trouxe como estímulo a mobilidade social, com a migração de novos proprietários. Já para o ano de 1840, verificamos que o perfil dos proprietários se modifica, visto que aqueles que se deslocaram para a região provavelmente nos anos anteriores estavam formando e consolidando seu patrimônio.

A fim de verificarmos a distribuição dos proprietários por faixa etária, seria interessante consultarmos possíveis registros dos movimentos migratórios, pois trariam informações importantes sobre a condição dos proprietários, porém não fazem parte do *corpus* de nossas fontes.

Com relação à posse média de escravos, os proprietários na faixa etária de 20 a 29 detinham 2,5 escravos para o ano de 1828. Para os anos seguintes, o comportamento da escravaria oscilou bastante, visto que em 1835 esse número cai para 1,6, crescendo para 3,3 escravos em 1840. Analisando os dados, verificamos que a faixa etária jovem, de 20 a 39, possui em média 2,2 escravos no período 1828/1835, elevando-se para 3,5 no ano de 1840. Neste ano, tais proprietários detinham em média 2,9 escravos, para uma amostragem mais significativa. A maior média dos plantéis se verifica para a faixa etária de 50 a 59. Quando consideramos a faixa etária mais idosa, percebe-se um número médio de escravos inferior ao encontrado nas outras faixas etárias, levando-nos inicialmente às mesmas conclusões apontadas pela hipótese do ciclo de vida.

Finalmente, ao verificarmos os números médios de escravos considerando os proprietários “absenteístas”, apesar da significativa redução que tais números sofrem no ano de 1835, observa-se que a posse de escravos tende a ser elevada nos anos

selecionados. Como a economia local estava se consolidando na atividade da pecuária, podemos observar seus efeitos em função do crescimento médio da escravaria no período, que passa de 2,7 para 3,6 escravos por proprietário.

III.5 Estrutura de Posse – segunda metade do século XIX

Observa-se que na primeira metade do XIX a posse média de escravos foi de 3,1, enquanto que na segunda metade, a posse média foi de 6,7 escravos por propriedade, crescendo consideravelmente, com sinais de redução a partir da década de 1870. A partir da década de 1840, a estrutura de posse vai se alterando, atingindo o número médio de 7,1 escravos na década de 1860, refletindo-se também nos indicadores mediana e moda. A diferença observada entre a primeira e a segunda metades do século pode resultar da diversidade dos dois tipos de fonte. Além do fato de que em um caso observa domicílios e no outro caso (segunda metade) observa propriedades. Essa segunda precaução é tanto mais importante quanto em Guarapuava havia uma boa proporção de domicílios absenteístas.

Quadro 16. Estrutura de posse – Guarapuava – século XIX

Discriminação	1828	1835	1840	Inventários 1850	Inventários 1860	Inventários 1870
Nº Proprietários	16	30	26	7	10	17
Média						
. Escravos	2,7	2,7	3,6	5,4	7,1	6,2
. Homens	1,8	1,6	2,3	3,4	4,4	2,9
. Mulheres	0,9	1,1	1,3	2,0	2,7	2,6
Mediana						
. Escravos	1,5	2,0	3,0	4,0	4,5	3,5
Moda						
. Escravos	1,0	1,0	2,0	1,0	3,0	1,0

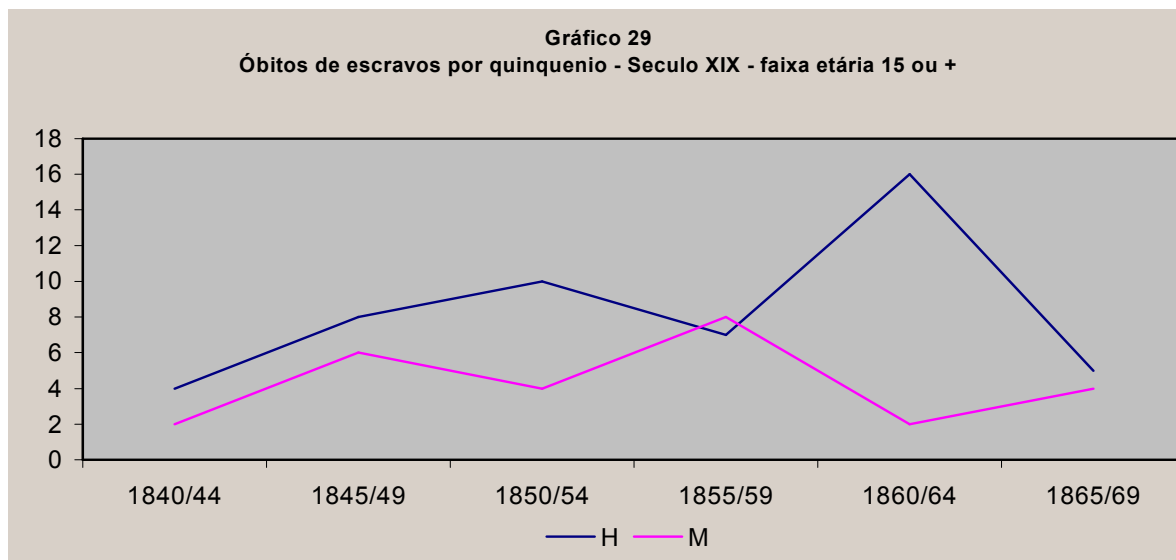
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Museu do Tropeiro em Castro. Inventários *post mortem*, Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava. IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, v. 9.

Temos como hipótese para esse processo o fortalecimento, a partir da década de 1850, não só das atividades ligadas à pecuária e à criação, mas certamente o movimento tropeiro que invade Guarapuava, principalmente após a abertura da estrada das missões.

Outro fator interessante que pode ser observado na tabela é o movimento por sexo da escravaria. Os homens reduzem bastante sua participação média nos plantéis a partir da década de 1870. Além disso, estão morrendo mais do que as mulheres no período analisado. Isso pode ser confirmado a partir dos dados dos registros de óbitos de escravos. O gráfico abaixo mostra a evolução de seus óbitos a partir da idade adulta, ou seja, 15 anos.

Optamos pela análise referente ao período até o ano de 1869, pois os padrões dos registros de escravos se alteram em função da Lei do Ventre Livre, de 1872 – após essa data, encontram-se registros de inocentes nos livros de pessoas livres. Além disso, iniciamos o levantamento a partir de 1840, face não só ao lapso que existe nos registros, como também à exigüidade dos registros nos anos anteriores, principalmente nas décadas de 1820 e 1830.

Os números informam que os homens em óbito são em número de 50, enquanto que as mulheres são 26, portanto, morrem no período 92% mais homens do que mulheres.



Fonte: Livro de Assento de Óbitos de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém, Guarapuava.

Acrescentamos aos dados dos óbitos de escravos adultos os dados para os óbitos dos infantes. Para estes, 82 entraram em óbito, sendo que 56,1% eram mulheres e 43,9%

homens. Ainda assim, considerando a faixa etária dos infantes e dos adultos, foram 54,4% de óbitos de homens contra 45,6% de mulheres. Portanto, na totalidade, os homens estavam morrendo em maior número do que as mulheres. Mesmo porque a distribuição da escravidão mostra que os homens eram maioria nos plantéis.

A estrutura de posse, considerando os tamanhos dos plantéis, sem se importar com a idade dos escravos, revela que a posse média também se altera ao longo do tempo. Os plantéis com 1 a 4 escravos na década de 1850 apresentavam posse média de 2,0; na década de 1860 esse número é de 2,6 escravos e na década de 1870 volta a ser de 2,0. Para os plantéis de 5 a 9 escravos, os resultados são 6,5, 6,6 e 8,0 respectivamente. Os plantéis com 10 ou mais escravos apresentam na década de 1850 o número médio de 17,0 escravos, para a década de 1860 o valor médio é de 19,0 escravos e, finalmente, para a década de 1870, 20,0 escravos.

Quadro 17. Tamanho dos plantéis e estrutura de posse – Guarapuava – segunda metade do XIX

	Propriedades		Homens	Mulheres	RM
	Abs.	%			
1850					
1 a 4	4	57,1%	5	3	167
5 a 9	2	28,5%	10	3	333
10 ou +	1	14,4%	9	8	113
Total	7	100,0%	24	14	171
1860					
1 a 4	5	50,0%	10	3	333
5 a 9	3	30,0%	14	6	233
10 ou +	2	20,0%	20	18	111
Total	10	100,0%	44	27	163
1870					
1 a 4	11	64,7%	13	9	144
5 a 9	4	23,5%	18	14	129
10 ou +	2	11,8%	16	20	80
Total	17	100,0%	47	43	109

Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível – Guarapuava.

Na década de 1850, o número de propriedades com 1 a 4 escravos perfazia 57,1%. Já na década de 1860, esse percentual cai para 50,0%, enquanto que na década

de 1870 sobe para 64,7%. Com relação ao indicador de razão de masculinidade, percebe-se, como já visto, que a tendência foi de maior equilíbrio a partir da década de 70. Porém, é relevante o indicador nos períodos anteriores, marcando profundamente as peculiaridades de Guarapuava para a população escrava.

III.6 A Propriedade

O quadro 18 procura demonstrar a composição, por tamanho do plantel, dos bens de raiz e dos semoventes dos proprietários de cativos. Procura-se descrever certas características dos bens de raiz a fim de identificar como estava composta a propriedade, isto é, se ela estava voltada mais para a pecuária, ou para a agricultura, ou mesmo as duas atividades. Primeiramente, observa-se que as propriedades com 10 ou mais cativos não apresenta na descrição desses bens áreas denominadas “capoeiras”. Parece que essa denominação se dava mais para àquelas áreas voltadas para uma agricultura de alimentos e para o abastecimento da propriedade. É o que acontece, por exemplo, com as propriedades com um menor número de cativos. Tanto os plantéis com 1 a 4 escravos como os plantéis com 5 a 9 escravos possuem terras de “capoeira”

Em uma das propriedades com 10 ou mais cativos aparece na descrição de seus bens um “engenho” A propriedade era de Maximiliana Ferreira dos Santos, viúva de José de Siqueira Cortes. Na descrição dos bens de raiz o avaliador escreve que “*foi avaliado o terreno de agricultura a margem direita do rio Iguassu compreendendo o engenho e mais campos, cazas e mais benfeitorias*”.¹³⁹ Portanto, havia em Guarapuava um certo dinamismo econômico que trazia outras possibilidades para os proprietários de cativos.

Um outro fato está relacionado com a produção de farinha de mandioca, pois nos autos de inventário de Joaquim José de Lacerda descreve-se que “*foi vista e avaliada uma casinha para fazer farinha de mandioca*”.¹⁴⁰ Assim, fica evidente que algumas propriedades na região produziam e beneficiavam o produto. Não temos maiores

¹³⁹ Descrição retirada do processo de inventário de Maximiliana Ferreira dos Santos, com termo de abertura na data de 08 de maio de 1872. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

¹⁴⁰ Descrição retirada do processo de inventário de Joaquim José de Lacerda, com termo de abertura na data de 30 de julho de 1877. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

informações sobre a produção de farinha, porém não deixam de ser importantes esses dados sobre as possibilidades econômicas de Guarapuava na segunda metade do XIX.

Percebe-se que as propriedades menores possuíam um número de animais inferior ao daquelas que tinham a posse de um maior número de escravos e isso acontece de forma linear, ou seja, as propriedades com 1 a 4 escravos têm menos animais do que as propriedades com 5 a 9 escravos e estas menos do que aquelas com 10 ou mais escravos.

Quadro 18. Composição dos Bens de Raiz e Semoventes, valor nominal e deflacionado (em réis) de acordo com a faixa de tamanho dos plantéis – Guarapuava 1850/1880

Discriminação	1 a 4	5 a 9	10 ou +
Raiz	Campos, rincão de campo, capoeiras, 9 alqueires capoeira, 16 alqueires capoeira, 20 alqueires capoeira, 34 alqueires capoeira, terras de cultura, potreiro, matos, Faxinal, 105 braças de terra de lavar, 5 alqueires capoeira, pastagens, invernadas, fazendas, piquetes, pastos.	Fazendas, invernadas, rincão de campo, campos, matos, poteiros, 30 alqueires capoeira, 30 alqueires capoeira, 20 alqueires capoeira, 20 alqueires matos, pastagens, 4 alqueires capoeira, campos de criar, 30 alqueires capoeira, terras de cultura, terras de lavar, piquetes, produção farinha mandioca.	Campos, matos, fazendas, invernadas, terras de planta, engenho.
Bens de Raiz (Valor Nominal)			
. Pecuária e agricultura			
. Pecuária	148:751\$220	144:335\$000	176:090\$000
. Agricultura	4:800\$000	12:500\$000	-
	20:495\$336	-	-
Bens de Raiz (Valor Deflacionado)			
. Pecuária e agricultura	39:650\$678	42:497\$574	48:060\$468
. Pecuária	771\$764	4:249\$380	-
. Agricultura	4:136\$703	-	-
Vacum	2.884	3.974	5.718
Cavalar	1.581	2.997	2.354
Muar	321	398	399
Ovino	13	136	-
Suíno	-	15	-
Total	4.799	7.520	8.471
Propriedades	23	10	4

Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

As propriedades com 1 a 4 escravos, em média, possuíam 208,6 animais em suas propriedades. Para as propriedades com 5 a 9 escravos, esse número atinge o valor de 752,0 e, finalmente, nas propriedades com 10 ou mais escravos, o número médio de animais é de 2.117,7. Portanto, podemos afirmar que existia uma relação direta entre o tamanho da posse de escravos e a riqueza da propriedade. Isso também pode ser confirmado ao verificarmos os bens de raiz de cada proprietário. Apesar de os registros de inventários serem pobres nesse sentido, pois não discriminam com detalhes o tamanho das propriedades, verifica-se que as propriedades menores possuíam menos escravos do que as propriedades maiores.

Os dados referentes à lista de 1835 permitem algumas considerações quanto à produção de alimentos de algumas propriedades. Dos 23 proprietários a que tivemos acesso, e considerando estudos já desenvolvidos quanto à média de consumo por alqueire/ano para um indivíduo, encontramos 43,5% das propriedades produzindo para consumo próprio. Portanto, provavelmente 56,5% das propriedades estavam produzindo para comercializar fora do raio de sua propriedade. Para chegarmos a esses números, utilizamos como padrão de consumo 9 alqueires/ano, em média, por indivíduo. No total são 170 pessoas na amostra, as quais, consumindo 9 alqueires/ano, implicam 1.530 alqueires. No entanto, a produção total foi de 2.425 alqueires, o que perfaz um excedente de 895 alqueires. Isso representa 36,9% da produção/ano. Portanto, parece-nos que não se produzia somente para o consumo, apesar do cuidado que temos que ter quanto ao destino dessa produção, haja vista que parte dela poderia estar sendo utilizada para alimentação dos animais.¹⁴¹

Quanto aos bens de raiz, é necessário tecermos alguns comentários em relação à elaboração do quadro 18. Os valores nominais resultam do somatório de todos os valores retirados dos processos de inventário, considerando cada faixa de tamanho do plantel. No caso dos bens deflacionados, utilizamos como índice de preços aquele elaborado por Eulália M. Lobo¹⁴². Ressaltamos que definimos esse indicador em função do fato de que três índices foram trabalhados nesta pesquisa e todos eles seguiram a

¹⁴¹ Quanto ao consumo utilizado de 9 alqueires/ano por pessoa é importante esclarecermos o seguinte: Esse indicador se refere ao consumo de farinha de mandioca, porém os paralelos são possíveis, dado que um alqueire de milho ainda como grão tinha um peso parecido com o de alqueire de farinha de mandioca.

¹⁴² ZAKIA, Octavio Canavarros; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barboosa e LOBO, Eulália Maria L. *“Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares”*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.24, nº 4, p.235/265, out/dez 1971. Nesse artigo os autores elaboraram tabela apresentando três índices de preços com ponderações diferentes. Utilizamos aqui a ponderação do ano de 1856, considerando como ano base 1850.

mesma tendência de alta de preços a partir da segunda metade do século XIX. Ressaltamos também que não consideramos absurdas essas conclusões tendo em vista que o período foi marcado por movimentos de alta dos preços dos alimentos, tanto interna como externamente.

Percebe-se pelos valores reais que a propriedade em Guarapuava estava não só atuando com mais intensidade nas atividades em conjunto da criação e da lavoura, pois a distribuição dos bens se concentra no período nessas duas atividades, bem como seus bens estavam mais valorizados. Apesar da aproximação, pois não devemos esquecer de outras variáveis que poderiam estar influenciando na avaliação e no tamanho das posses, é bastante pertinente o crescimento real de seus bens, visto que a economia local, pelo menos até meados da década de 70, ainda estava tendo reflexos da comercialização do gado.

Ao observarmos os valores deflacionados verifica-se que o total dos bens foi de 139:366\$567. Se distribuirmos percentualmente por tamanho dos plantéis, temos que as propriedades com 1 a 4 cativos participam com 32%, as propriedades com 5 a 9 cativos com 33,5% e aquelas com 10 ou mais escravos participam com 34,5%. Portanto, como desenvolvido anteriormente na sessão III.3, que aborda sobre a idade média, domicílio e ocupação dos proprietários de cativos, e apesar do peso individual dos proprietários de escravos na faixa de tamanho entre 10 ou mais cativos, havia uma distribuição mais equilibrada entre as faixas de tamanho dos plantéis com relação ao valor dos bens.

Quadro 19. Composição dos Bens de Raiz e Semoventes em (%) de acordo com a faixa de tamanho dos plantéis – Guarapuava 1850/1880

Discriminação	1 a 4 (%)	5 a 9 (%)	10 ou + (%)
Bens de Raiz – Valor Nominal:	100%	100%	100%
. Pecuária e Agricultura	85,5%	92,0%	100%
. Pecuária	2,8%	8,0%	-
. Agricultura	11,7%	-	-
Bens de Raiz – Valor Deflacionado:	100%	100%	100%
. Pecuária e Agricultura	89,0%	90,9%	100%
. Pecuária	1,7%	9,1%	-
. Agricultura	9,3%	-	-
Animais:	100%	100%	100%
. Vacum	60,1%	52,8%	67,5%
. Cavalar	32,9%	39,8%	27,8%
. Muar	6,7%	5,3%	4,7%
. Ovino	0,3%	1,8%	-
. Suíno	-	0,3%	-

Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

O quadro 19 procura acrescentar maiores informações sobre a participação dos bens de raiz e dos bens semoventes na composição dos plantéis. Apesar dos plantéis com 1 a 4 escravos distribuírem mais suas atividades entre a pecuária e a agricultura, ainda assim, as duas atividades em conjunto praticamente dominam o perfil econômico de Guarapuava. Para todas as faixas de tamanho do plantel o percentual de pecuária e agricultura em conjunto perfaz entre 90% e 100%. Essa era uma importante característica da economia de Guarapuava, pois a grande maioria das propriedades tinha como referência a produção e comercialização do gado, bem como a agricultura de alimentos. Isso pode ser visto também através da participação dos bens semoventes. O gado vacum é o que possui a maior participação no conjunto dos animais nas propriedades, seja nos maiores ou nos menores plantéis.

CONCLUSÃO – CAPÍTULO III

A propriedade de escravos em Guarapuava sempre foi muito pequena. Apesar disso, percebe-se que entre a primeira e a segunda metade do século XIX há o incremento no número médio de escravos nas propriedades. Em 1828, de 55 domicílios, 16 são de proprietários de escravos, o que perfaz 29,1%, e 1 era de absenteísta. Todas essas propriedades estavam envolvidas com as atividades locais integradas à criação de animais e à lavoura de alimentos. Em 1835, a participação dos escravistas foi de 20,3% e em 1840 se reduz para 18,2%. Em Guarapuava a posse de escravos foi privilégio de poucos domicílios.

Apesar desse pequeno número de proprietários de cativos em Guarapuava, se comparado com outros estudos com relação ao Paraná no mesmo período, verificamos que esse percentual de escravistas não foi tão pequeno assim, pois se no Paraná foi de 19%, conforme estudos de Gutierrez, em Guarapuava, como visto acima, no ano de 1828 chegou a ser de 29%. Mesmo considerando os anos seguintes verifica-se um percentual equivalente àqueles apresentados por outras localidades na região.

Essas propriedades também sofrem com o processo de migração, pois, das 16 registradas em 1828, 11 permanecem nos registros de 1835. Das 30 propriedades registradas neste ano, 18 são conseqüentes de migrações e 14 não reaparecem na lista de 1840. Por fim, neste ano, 10 propriedades são de novos proprietários. Confirma-se, assim, que os movimentos migratórios estão sendo fundamentais na configuração das propriedades locais.

A maioria das propriedades é chefiada por homens. A grande massa de proprietários era casada, havia poucos solteiros e nenhum viúvo, demonstrando, assim, a forte possibilidade de serem pessoas jovens, confirmado pela idade média dos proprietários. Além disso, percebe-se que a propriedade escrava em Guarapuava seria mais pertinente a partir da consolidação do casal, ou seja, existe uma relação direta entre o número de propriedades com escravos com domicílios formados por casais, com ou sem filhos.

Quanto à cor, os proprietários eram predominantemente brancos, o que não é novidade, pois, se considerarmos a estrutura social da época, formada por grupos

étnicos hierarquizados fortemente pela definição da cor dos indivíduos, percebemos que o *status* social pertence aos brancos.

As especificidades de fronteira determinavam as posses por indivíduos jovens e com intenção de consolidar seus domicílios, fazendo com que houvesse muitas migrações para a localidade. A diferença entre a idade média dos proprietários em 1840 em comparação com a idade média de 1828 é de apenas 5,2 anos, porém o intervalo é de 12 anos. Além disso, os proprietários com mais idade possuíam mais escravos do que os de menor idade.

Com relação à estrutura domiciliar, em 1828, a maioria era formada por casais com filhos (50%). O total de domicílios com agregados e escravos chega a 56%. Para o ano de 1835, os resultados são diferentes, pois os domicílios de maior peso são aqueles formados por casais sem filhos, além do crescimento entre as propriedades formadas por absenteístas.

Já em 1840, as propriedades com agregados sobre para 19, perfazendo 63% dos domicílios. A predominância dos domicílios com casais com filhos é a tônica, com 65%. Em função disso, há redução significativa de domicílios formados por casais sem filhos e dos absenteístas. As propriedades com agregados e escravos cresce para 70%, revelando certa estratégia por parte dos proprietários de escravos em possuir também a mão-de-obra agregada. A maior parte das propriedades possuía essa mão-de-obra conjuntamente com a dos escravos.

Com relação às ocupações dos proprietários os dados não deixam dúvidas de que a maioria dos proprietários estava envolvida com a pecuária e criação, pois são 11 no total em 1828. Dos 30 proprietários de 1835, 27 também estavam envolvidos com a atividade de criação e da lavoura de alimentos. Em 1840 as atividades também estão relacionadas com a criação e a lavoura, apesar de mudanças com relação à diversificação das ocupações dos proprietários.

Em termos de escravaria média, as propriedades possuíam 2,7 escravos em 1828. Em 1835, ela se mantém em 2,7, mas em 1840 salta para 3,6. Movimentos intensos de migração alteram a posse de escravos, afetados pela dinâmica econômica, em face da expansão da fronteira. Há importante crescimento das mulheres nos plantéis no período de 1828/1835, superando os homens, assim, a posse média, que era de 0,9 em 1828 passa a ser de 1,3 em 1835 para as mulheres cativas. Na segunda metade do XIX a posse média foi de 6,7 em função do fortalecimento de suas atividades econômicas, bem como do intenso comércio de animais.

O comparativo de produção das propriedades com cativos demonstram que essas propriedades produziram mais do que aquelas sem cativos. Parece que eles apresentaram maiores condições quanto à produção e comercialização da produção, enquanto que a ligação entre a propriedade de escravos e a combinação criação/lavoura é muito forte.

Outro fator importante é com relação aos dados dos inventários quanto às propriedades com maior ou menor número de cativos. Isto é, a razão de sexo mostra que as propriedades menores possuíam maiores razões do que as maiores propriedades, indicando que as propriedades maiores tinham maiores possibilidades de arranjos familiares. A participação dos infantes também corroboram essas conclusões, pois nos plantéis com maior número de cativos tinham um percentual de crianças mais elevado do que aquelas propriedades com um número menor de cativos. Verifica-se que a escravaria nos plantéis menores era mais velha indicando dificuldades de inserção no mercado e possivelmente menores manumissões. Enquanto isso o indicador de taxa de dependência era mais baixa nos plantéis menores do que os plantéis maiores, indicando que a necessidade de aquisição via tráfico era maior.

Com relação ao patrimônio dos escravistas, aqueles com 1 a 4 escravos tinham em média um patrimônio inferior aos que possuíam 5 a 9 escravos e estes um patrimônio menor do que os plantéis com 10 ou mais escravos. Os plantéis maiores com certeza possuíam melhores condições tanto em relação à formação de famílias escravas, como de crescimento endógeno da escravaria. Além disso, detinham grande parcela da riqueza. Entretanto, ao verificarmos a distribuição da riqueza em seu conjunto, observa-se que havia em Guarapuava uma menor concentração dessa riqueza pelas propriedades, isto é, mais ou menos 1/3 dela estava distribuída por todas as propriedades. Isso significa que a distribuição do patrimônio pelas propriedades estava mais para a dispersão.

Por fim, as propriedades tiveram como características um certo dinamismo que traziam outras possibilidades para os seus proprietários. Essas possibilidades estavam relacionadas com suas atividades. Por exemplo, na maioria dos casos, percebe-se que os maiores valores referentes aos bens de raiz estão relacionados com as propriedades voltadas para a atividade da lavoura e da pecuária em conjunto. Uma outra questão relacionada com a quantidade de animais nas propriedades indica que as maiores escravarias possuíam um número mais elevado de animais do que as propriedades com as menores escravarias. Finalmente, é importante ressaltar que a partir de estudos

quanto à média anual de consumo de milho na propriedade, verifica-se possibilidades de produção não só para o consumo, mas podendo ser comercializado fora do raio da propriedade.

CAPÍTULO IV - AS RELAÇÕES ENTRE SENHORES E ESCRAVOS E A FAMÍLIA ESCRAVA

INTRODUÇÃO

As possibilidades de formação da família escrava em Guarapuava foram concretas durante todo o século XIX. Isso porque, apesar de possuir uma escravaria pequena para os padrões brasileiros, mas não com relação ao Paraná e outras áreas voltadas para o abastecimento interno, demonstra que as propriedades e seus escravos possuíam estratégias muitas vezes parecidas e complementares a fim de promover arranjos matrimoniais entre eles. Tais arranjos não eram necessariamente voltados para uniões sancionadas pela Igreja, mas pelas possibilidades concretas de cada ator dessa grande peça atingir seus sonhos e desejos e para desenvolverem habilidades comuns aos seres humanos, como amor, carinho, afeição, coragem, medo etc.

Assim, Guarapuava foi uma dessas regiões do Brasil Meridional que produziu relações relativamente estáveis para a população escrava, onde a comunidade era provavelmente unida em se tratando de laços de afinidade e de estratégias parentais. Ao mesmo tempo, a atitude de seus proprietários permite inferirmos que eles também participavam dessas estratégias, oferecendo condições para que os escravos pudessem se relacionar melhor com outras pessoas, principalmente os livres.

Neste capítulo, abordamos questões relacionadas com as possibilidades de formação de famílias escravas a partir dos assentos de casamento dos escravos, como dos assentos de batismos e dos óbitos que se encontram arquivados na Paróquia Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, em ótimo estado de conservação. Neles há dados referentes à data do casamento; ao nome dos noivos; à origem, no caso de alguns escravos, bem como à sua cor, ao nome e, por vezes, à profissão de seu proprietário; o nome de seus pais e, em alguns casos, ao nome do proprietário de seus pais. Quanto aos registros de batismo dos escravos, encontra-se dados como o nome, a data do batismo, algumas vezes o pai, a mãe, os proprietários dos pais, o nome do padrinho e da madrinha. Com relação aos registros de óbitos encontramos o nome do cativo, a data do óbito, o proprietário, o estado conjugal, o nome do cônjuge, sua origem e finalmente o motivo do falecimento.

A partir desses dados, foi possível avaliar o número de casamentos realizados em Guarapuava desde o primeiro registro, que data de 1810. Também a condição jurídica dos noivos faz parte dos estudos, a fim de percebermos qual a estratégia usada pelos escravos ou proprietários para os arranjos matrimoniais.

Também estudamos as relações entre os proprietários e seus escravos a partir de análises como o perfil da propriedade com escravos casados e a distribuição dos bens inventariados.

Na segunda seção, com base nos assentos de batismos de escravos, mostramos como a família poderia estar se comportando ao longo do tempo. Tais registros nos informam sobre a data do batismo, o nome do escravo, o nome de seus pais, o proprietário de seus pais, o nome de seus padrinhos e sua condição jurídica. Nessa parte do trabalho, verificamos o número de batismos realizados em Guarapuava desde o ano de 1810. As relações de compadrio revelam situações interessantes, pois mostram certas estratégias peculiares à localidade, como, por exemplo, o expressivo número de pessoas livres como padrinho/madrinha.

O indicador de razão criança/mulher é avaliado na terceira seção. Tal indicador procura verificar a capacidade de auto-reprodução das escravarias. Portanto, se apresentar baixa relação pode-se concluir que a reprodução será mais dependente do tráfico. Comparam-se os dados de Guarapuava com outras localidades que produziram estudos sobre o tema. Também avalia tal indicador para a segunda metade do XIX a partir dos dados dos inventários *post mortem*.

Na quarta seção procura-se, sinteticamente, mostrar os movimentos dos preços dos escravos percebendo como a questão dos sexos poderia estar influenciando o mercado de preços dos cativos considerando períodos onde a oferta de mão-de-obra, bem como as leis que poderiam estar fracionando os plantéis poderiam estar trazendo seus reflexos para as relações de preço entre mulheres e homens.

Com base nos assentos de óbitos de escravos, mostra-se na seção quinta a distribuição dos óbitos ao longo do tempo. Esses registros nos informam a data do óbito, o nome do escravo, o sexo, sua origem, a cor, sua idade, o estado civil, o nome dos pais, a condição jurídica dos pais, o estado civil dos pais, a causa da morte, quem era o senhor do escravo e de seus pais.

IV.1 Casamento de escravos

Como desenvolvido nos capítulos anteriores com relação aos aspectos mais gerais da população de Guarapuava, das características demográficas da população escrava e de alguns aspectos da propriedade e dos senhores de escravos, voltamos a atenção para alguns aspectos mais específicos da população escrava local. Por isso, nesta parte do trabalho avaliamos, a partir dos dados referentes aos registros de casamento dos escravos, encontrados nos livros de assentos de casamento de escravos, as características dos escravos casados.

Tais dados nos fornecem diversas informações quanto a essas características, entre elas, a data do registro de casamento, os nomes dos noivos, em alguns casos sua origem, a cor do escravo, apesar de a maioria dos registros omitirem essa característica, sua idade, a condição jurídica, o nome e a profissão de seu senhor, o nome de seus pais e, quando pertinente, o nome do senhor de seus pais. Finalmente, alguns dados complementares que poderão nos ajudar na análise dos registros.

Essas informações são importantíssimas, pois, por muito tempo, as possibilidades de constituição e formação de famílias pelos escravos foram praticamente desconsideradas por inúmeros historiadores que, de alguma forma, estudaram a escravidão no Brasil. Os dados demonstram que, apesar das dificuldades de registros por parte dos recenseadores da época, havia interesse por parte tanto dos senhores como principalmente dos escravos na formação de famílias entre estes, fossem elas nucleares ou matrifocais.

O primeiro registro de casamento foi no ano de 1813, especificamente na data de 14/09 e o registro seguinte somente aparece em 1833. Há, portanto, um intervalo muito grande sem registros, não havendo na localidade fontes complementares que possam nos ajudar a entender esse lapso no tempo. De qualquer forma, essa falta de registros não nos permite inferir que não houve casamentos no período. Possivelmente haja registros em outra localidade, pois Guarapuava, à época, pertencia a Castro, ou talvez tenham sido extraviados. O último registro data de 19/11/1886.

O total de registros é de 141 casamentos realizados na localidade entre os anos de 1813 e 1849, o que dá um intervalo aproximado de 36 anos.¹⁴³ Nesse período, foram

¹⁴³ Ressaltamos que o total de casamentos com escravos é de 42 registros. Os demais referem-se a “libertos”, “livres” e “omissos”, assim identificados visto a falta de informação quanto à condição social dos indivíduos. Isso acontece nos registros, em função de que em algum momento de suas vidas essas

realizados 25 casamentos. Já para o intervalo entre o ano de 1850 até o ano do último registro de casamento entre os escravos, que foi 1886, também temos um intervalo de 36 anos. Entretanto, nesse período foram realizados 116 casamentos. Certamente devemos considerar o problema da falta de registros entre os anos de 1813 e 1833. Mesmo assim, a partir desses dados, podemos inquirir sobre a hipótese de que a possibilidade de união consensual entre a população escrava tenha sido fortalecida principalmente após as leis que interromperam o tráfico de escravos. É o que tentaremos responder em seguida.

Primeiramente, é necessário estudarmos um pouco mais as características dos Livros de Assentos de Escravos arquivados na Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. O livro tem como título “Assentos de Escravos” e observam-se os registros referentes aos batismos, aos casamentos e aos óbitos. O termo de abertura realizado pelo Vigário Francisco das Chagas Lima no ano de 1809 é o seguinte:

*“Este livro, que recebi com seus números competency em cada huma das folhas e rubrica = Peixoto = hade servir em a nova matriz de Guarapuava para os asentos de baptismos, casamentos e óbitos dos escravos. Vai também rubricado com o meu sobrenome = Chagas; e no fim leva termo de encerramento. Aos 16 de novembro de 1809. Francisco das Chagas Lima, Vigário da Vara e Igreja de Guarapuava”.*¹⁴⁴

Portanto, é necessária essa descrição a fim de avaliarmos a condição dos escravos apresentadas nos registros de casamento, pois dos 282 registros, 57 homens e 70 mulheres estão caracterizados como “omissos”, isto é, não encontramos nos registros nada que pudesse definir sua condição, por isso estamos identificando-os dessa forma. O que nos parece bastante plausível é que esses indivíduos poderiam ser classificados como “libertos” ou “livres”; primeiramente, porque ao identificarmos o nome deles nos registros, a grande maioria possuía nome e sobrenome, características essas que não era comum aos escravos, apenas três aparecem registrados com o primeiro nome, com origem africana, o que para nós pode ser identificado ou como “escravos” ou como

peças tiveram algum passado escravo, ou seja, nos registros aparecem, por exemplo, os pais como escravos de um determinado senhor. Em outro momento aparece observação declarando que um dos cônjuges, ou mesmo, os dois, foram batizados em determinado local fora de Guarapuava.

¹⁴⁴ Transcrição do trecho produzido pelo Vigário Francisco das Chagas Lima com relação ao Termo de Abertura do Livro de Assentos de Escravos. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

“libertos”; segundo, porque a maioria dos registros desses indivíduos possuem algum passado escravo, seja na identificação do ex-senhor, seja ao descrever seus pais como escravos ou libertos, ou mesmo nos comentários adicionais nos registros.

A fim de visualizarmos melhor as características dos registros de casamentos, apresentamos na tabela abaixo dados sobre essas características relacionadas com os “omissos”, tanto para os homens como para as mulheres.

Tabela 27. Características dos “omissos” no livro de registro de casamento de escravos. Guarapuava 1813/1886

Descrição	Homens	Mulheres	Total
Casado c/liberto(a)	25	31	56
Casado c/escravo(a)	2	9	11
Pai escravo	1	4	5
Mãe escrava	1	4	5
Pai liberto	3	8	11
Mãe liberta	5	5	10
Pai noivo(a) escravo	4	1	5
Mãe noivo(a) escravo	3	-	3
Pai noivo(a) liberto	8	3	11
Mãe noivo(a) liberto	4	3	7
S/registro	1	2	3
Total	57	70	127

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém - Guarapuava

Percebe-se, portanto, que o livro de assento de casamento de escravos apresenta características que identificam a existência de casamentos não apenas entre escravos, mas também de indivíduos que em algum momento de sua vida foram escravos ou mesmo tiveram relações com pessoas que foram escravas ou parentes próximos cativos.

Verifica-se que as mulheres predominam na condição em que o indivíduo possuía uma relação de parentesco mais próximo com o cativo. Isso porque, ao observar os números referentes à condição de pai ou mãe escrava, ou mesmo pai ou mãe liberta, as mulheres têm duas vezes mais essa característica, pois são 21 casos contra apenas 10 dos homens.

Entretanto, quando as relações são mais distantes com algum passado escravo, os homens predominam, pois na maioria dos casos eles estão se relacionando com mulheres que possuíam o pai ou a mãe escrava ou liberta. Assim sendo, consideramos

nessa parte da análise aqueles registros que indicam apenas os escravos casados. No total, são 42 registros em que ao menos um dos cônjuges é escravo. Na tabela 28, apresentamos a quantidade de casamentos por quinquênio, a fim de avaliarmos as variáveis que poderiam estar influenciando de alguma forma nesses casamentos.

Tabela 28 – Escravos casados por quinquênio. Guarapuava – século XIX

Período	Escravos		Escravas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
1810/1814	-	-	1	3,6%
1840/1844	8	23,5%	8	28,5%
1845/1849	2	5,9%	4	14,3%
1850/1854	7	20,6%	3	10,6%
1855/1859	3	8,8%	1	3,6%
1860/1864	1	2,9%	1	3,6%
1865/1869	5	14,8%	4	14,3%
1870/1874	3	8,8%	4	14,3%
1875/1879	2	5,9%	1	3,6%
1880/1884	2	5,9%	-	-
1885/1886	1	2,9%	1	3,6%
Total	34	100,0%	28	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém - Guarapuava.

Primeiramente, é importante esclarecer que os números não são iguais a cada quinquênio em função do fato de que havia cativos casando com indivíduos que não eram escravos. Conforme trabalhado no capítulo II, quando falamos sobre a evolução da população escrava em Guarapuava durante grande parte do XIX, fica a hipótese de que isso poderia estar influenciando também nos casamentos dos escravos, pois se percebe uma forte concentração de uniões conjugais nas décadas de 1840 e 1850. Sua população cresceu entre os anos de 1828 e 1854 na ordem de 10,2% ao ano. Além disso, a escravaria estava se concentrando nas idades mais produtivas, ou seja, os cativos de 15 a 39 anos eram os preferidos pelos proprietários, o que, de uma certa forma, poderia estimular as uniões conjugais. O percentual de escravos nessa faixa etária em 1828 foi de 44,2%; em 1835, esse percentual salta para 63,4% e, finalmente, em 1840 chega a ser de 65,3%. Acrescentamos a isso o aumento no número médio das posses de escravos, que também poderia trazer conseqüências sobre as uniões dos escravos.

Parece-nos que no período entre as décadas de 1840 e 1850 a pressão quanto ao fim do tráfico atlântico de escravos, bem como o fim do tráfico internacional de escravos, poderia estar estimulando os casamentos na localidade. Entretanto, já no período seguinte, a promulgação da lei de 1869, que proibia a separação de famílias escravas, provavelmente inibiu ações nesse sentido, como também o intenso movimento do tráfico interno, principalmente na década de 1870 que tornava os casamentos mais difíceis.¹⁴⁵ Porém, em termos de número de registros de casamentos, não nos parece que as leis que determinaram a interrupção do tráfico, bem como a inibição das uniões entre os escravos, influenciaram sobre as uniões entre os escravos em Guarapuava, pelo menos em termos oficiais.

Os números indicam que a frequência de casamentos entre escravos foi maior antes da década de 1850, pois os homens e as mulheres casados perfizeram quase 30% e 46% do total de registros, respectivamente. Quanto ao período pós 1850, acreditamos que, por se tratar de uma área onde as atividades estavam se fortalecendo face ao estímulo que a comercialização de animais promovia em função da demanda das áreas mais desenvolvidas do país, o peso do fim do tráfico não se fez sentir com intensidade. A partir da década de 1870, o percentual de escravos casados foi de 23,5%, enquanto para as escravas foi de 21,2% do total de casamentos em todo o período analisado. Ou seja, mesmo considerando os poucos registros de casamento entre os escravos, o período pós 1870 apresentou um número significativo.

Pelos registros de casamentos de escravos, percebe-se que a união oficial entre eles não foi uma prática muito comum, haja vista os próprios dados referentes às listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840 que apresentam taxas de casamento muito baixas, principalmente para os anos de 1828 e 1840, pois no ano de 1835 o percentual de casados não foi tão baixo assim.

Para fins de análise, elaboramos a tabela 29, que procura mostrar as características desses escravos quanto ao estado conjugal considerando o tamanho do

¹⁴⁵ A historiografia tem algumas explicações quanto ao movimento de casamentos de escravos. A Lei de 1869 que declarava ilegal a separação de escravos casados, pela venda, poderia ter desencorajado as uniões entre eles, conforme CONRAD, Robert. *“Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888”*. tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 45. Da mesma forma, Robert Conrad escreve que com o tráfico interno *“as relações familiares não eram garantia contra a separação”*. Ibid. p. 67. Warren Dean afirma que *“o recenseamento de 1872 leva a crer que já então a formação de famílias escravas sofrera um declínio. É possível que os fazendeiros dificultassem os casamentos a fim de contornar as exigências legais da lei de 1869, confirmada pela lei de 1871.”* DEAN, Warren. *“Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920”*. tradução de Waldívia Portinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 135.

plantel. Pelos dados, observa-se que as propriedades que possuíam de 1 a 4 escravos eram as que tinham o maior percentual de casados.

Tabela 29. Quantidade e percentual de escravos acima de 15 anos, segundo o estado conjugal – Guarapuava 1835 e 1840

Tamanho do Plantel	Solteiro				Casado				Viúvo			
	1835		1840		1835		1840		1835		1840	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1 a 4	31	53,4%	35	50,0%	10	17,2%	4	5,7%	-	-	-	-
5 a 9	9	15,5%	21	30,0%	3	5,2%	2	2,9%	1	1,7%	1	1,4%
10 ou +	3	5,2%	7	10,0%	-	-	-	-	1	1,7%	-	-
Total	43	74,1%	63	90,0%	13	22,4%	6	8,6%	2	3,4%	1	1,4%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Dos 30 plantéis de escravos no ano de 1835, 8 tinham escravos casados e apenas 2 possuíam escravos viúvos. Esses números fortalecem a idéia de que grande parte da população escrava de Guarapuava era formada por escravos solteiros e que a tendência da propriedade era de limitar a união formal de seus escravos. Limitar no sentido de que, no ano de 1835, conforme dados da tabela 29, existe o registro de 15 escravos entre casados e viúvos, o que perfaz 25,8% de sua população¹⁴⁶, mas não no sentido de que as possibilidades de constituição de famílias escravas estavam interrompidas, ou mesmo que poderia estar havendo limitações quanto a essas possibilidades, haja vista, que pelos indicadores da população em Guarapuava, a tendência foi de um número menor de casamentos oficiais, com formação de famílias escravas sem o amparo da lei.

¹⁴⁶ Robert Slenes, ao estudar a população escrava para Campinas no século XIX, observou que para uma população acima dos 15 anos de idade, os homens casados e/ou viúvos participavam com 23,0% no ano de 1829, enquanto que as mulheres tinham participação de 55,4%. SLENES, Robert W. *“A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX”*. População e família, São Paulo, Vol. 1, n.1. (jan/jun, 1998), CEDHAL, USP. p. 9-82. Francisco Vidal Luna, ao estudar as características dos escravos em São Paulo no ano de 1829, demonstra que os escravos africanos casados e viúvos perfizeram 30,5% de sua população, enquanto que os crioulos participaram com 29,0%. LUNA, Francisco Vidal. *“Características demográficas dos escravos em São Paulo (1777-1829)”*. Estudos Econômicos, São Paulo, 22(3): 443-483, set-dez, 1992. Um outro estudo foi realizado por José Flávio Motta para a região de Bananal em São Paulo. O autor chega à conclusão de que os escravos casados e viúvos para o ano de 1829 eram 18,2%. MOTTA, José Flávio. *“Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”*. São Paulo; FAPESP; Annablume, 1999. p. 301. Estudando a família escrava em Lorena no ano de 1801, Iraci Del Nero da Costa, Slenes e Schwartz chegam à conclusão de que 20,7% dos escravos estavam casados e viúvos. COSTA, Iraci Del Nero da & SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. *“A família escrava em Lorena (1801)”*. Estudos Econômicos, São Paulo, 17(2): 245-295, maio/ago, 1987. Gutierrez, ao estudar os escravos no Paraná, observa que os escravos casados e viúvos, para uma população escrava com 10 anos ou mais, participaram com 21,7% no ano de 1824 e 20,4% no ano de 1830. GUTIERREZ, Horácio. *“Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1896. p. 132.

A população escrava em 1840 também é constituída na maioria dos casos de indivíduos solteiros. Tirando os 25 escravos na faixa etária entre 0 a 14 anos, temos, portanto, 70 escravos com condições de formarem matrimônio. Destes, seis escravos são casados, um é viúvo e o restante está registrado como solteiro.

Desta forma, o perfil da escravaria em 1840, volta a ser como aquele apresentado no ano de 1828, isto é, de um percentual de solteiros bastante significativo, pois 90,0% deles se inserem nessa categoria. Assim, os números fortalecem a idéia de que a grande parte da população escrava em Guarapuava era formada por escravos solteiros.

Tanto que considerando os proprietários de escravos das listas nominativas de habitantes, como aqueles com registro de inventários, verifica-se que 13 deles casaram pelo menos um escravo em sua propriedade. Esses dados também confirmam o que já se levantou quanto a pouca incidência de casamentos nas propriedades em Guarapuava. Esses proprietários, em conjunto, autorizaram o casamento de 18 indivíduos, onde pelo menos um deles era escravo. Isso nos dá uma média de 1,4 casamento por propriedade.¹⁴⁷

Ao mesmo tempo, cruzando as informações dos proprietários com os registros de casamentos e de batismos de escravos, percebe-se que o número de batismos é muito superior, proporcionalmente, ao de casamentos. São 33 proprietários que batizaram 172 filhos de escravos, o que nos dá uma média de 5,2 crianças por proprietário. Assim, esses indicadores fortalecem a hipótese de que as possibilidades de formação de laços familiares eram muito fortes entre os escravos.

Outra constatação interessante a partir dos registros das listas é o fato de que, quando havia um maior equilíbrio entre os sexos, o número de casamento entre eles era maior – em 1828, dos 22 escravos com idade a partir de 15 anos, apenas um era casado e um era viúvo, com razão de sexo de 266; em 1835, porém, dos 57 escravos a partir dessa idade, 13 eram casados e 2 eram viúvos, o que perfaz 23% de escravos casados, com razão de sexo de 119, e em 1840, dos 70 escravos, seis eram casados e um era viúvo, com razão de sexo de 150. Como a tendência do plantel de escravos em

¹⁴⁷ Jose Flávio Motta ao estudar a família escrava em Bananal sugere que naquela localidade por ter um afluxo muito maior de homens as possibilidades de uniões eram muito mais difíceis para os cativos. MOTTA, José Flávio. *“Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”*. São Paulo, Annablume, 1999.

Guarapuava era de predominância dos homens, surge a hipótese de que essa característica estava influenciando nas taxas de casamento entre eles.

A partir dessas primeiras avaliações quanto às características dos escravos casados, analisamos as alianças matrimoniais dos cativos referentes à condição jurídica dos noivos como um todo, ou seja, verificamos todos os registros de casamentos, através da tabulação dos dados, e os inserimos numa pequena matriz, procurando, assim, perceber como os escravos estavam agindo estrategicamente a fim de promover uniões mistas entre si.

Tabela 30 – Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1813/1886

Condição jurídica da noiva	Condição jurídica do noivo				
	Escravo	Liberto	Livre	Omissa	Total
Escrava	22	4	1	2	29
Liberta	3	9	2	25	39
Livre	1	1	1	-	3
Omissa	9	31	-	30	70
Total	35	45	4	57	141

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Pela tabela 30, observa-se que para muitos indivíduos existem registros sem identificação, os quais estamos caracterizando com a condição de “omisso.”¹⁴⁸ Dos 141 registros de casamentos, 29 são de indivíduos considerados como “omissos”; 68 possuem pelo menos um dos cônjuges classificado como “omisso” e o restante é de indivíduos identificados.

O número de libertos presentes na amostra também é importante. Considerando que na Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Guarapuava de 08 de julho de 1867 o Presidente Major Manoel Marcondes de Sá, lendo a Portaria do Presidente da Província, datada de 23 de março do mesmo ano, declara

“Que o governo imperial resolveo pô si e pôr seos agentes a promover a liberdade dos escravos já pôr ser exigido a realização deste facto pela civilização e humanidade, e já

¹⁴⁸ Procedemos dessa forma, pois nos registros de casamentos de escravos não há qualquer referência quanto à condição jurídica desses indivíduos, porém muitos deles possuem algum passado escravo, seja por parte dos pais, seja por parte de um dos cônjuges ou mesmo por parte de algum proprietário. Observar as notas 143 e 144.

porque nas emergencias actuaes precisa de contingente para engrossar novas fileiras do exercito, cumprindo esta Câmara o seo dever quando pelas meias léguas, formasse a emancipação dos escravos desse Município, quer gratuitamente, e quer mediante a quantia designada pelo Ministério da Justiça sendo considerado relevante este serviço que recomendara a Munificencia Imperial os cidadãos que o prestam”.¹⁴⁹

Algumas hipóteses podem ser levantadas. Primeiramente, poderia estar havendo movimentos importantes de manumissão dos escravos face às determinações do Presidente da Província do Paraná. Além disso, verifica-se nos registros um número pequeno de libertos antes de 1850 - são cinco escravos e apenas uma escrava no período. Após 1860, encontram-se 39 casos de libertos, tanto para os homens como para as mulheres. Como são 46 casos de homens libertos e 40 de mulheres, chega-se à conclusão de que 92,8% dos libertos estão registrados a partir da década de 1860. Parece que as determinações do Presidente da Província com relação às manumissões poderiam estar sendo cumpridas com um certo rigor em Guarapuava.

Dos 42 registros de casamento com escravos, ou seja, daqueles que apresentam somente a condição “escravo” – desconsiderando-se as demais categorias, definidas como “libertos”, “livres” e “omissas” –, em 22 os noivos tinham a condição de escravos, o que representa 52,4% da amostra. Os outros 47,6% estavam se unindo com indivíduos considerados como superiores em termos de hierarquia social, demonstrando, assim, que os escravos procuravam se abrir em suas fronteiras ao mesmo tempo em que fortaleciam as possibilidades de formação de famílias fora do cativeiro. É isso, por exemplo, que sugere Kátia Vieira de Mello ao estudar o comportamento e as práticas familiares nos domicílios de escravistas em Castro na primeira metade do XIX. Para a autora, os escravos possuíam outros meios de ascensão, pois afirma que *“casamentos com livres podem estar informando possibilidade para a formação de famílias parcialmente livres no cativeiro, como também a inserção de forros e livres no*

¹⁴⁹ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava, Sessão Ordinária de 08 de julho de 1867. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Ofício nº 01.

meio escravo”.¹⁵⁰ Outros trabalhos também descrevem as comunidades escravas e as possibilidades concretas dos cativos não estarem fechados em si mesmos.¹⁵¹

Os dados também sugerem que os homens procuravam essa condição mais do que as mulheres escravas, visto que, dos 20 registros nessas condições, 13 se referem a homens. Não sabemos se trata de uma estratégia para promoverem mobilidade social ou se a predominância dos homens, característica das condições demográficas dos plantéis, leva a escolhas diferenciadas nos arranjos matrimoniais. Parece-nos que os homens poderiam ter maior possibilidade de se casar com um cônjuge de melhor condição social do que as mulheres. Carlos Lima, ao estudar os livres de cor em Castro e em Guaratuba, sugere que os homens livres de Castro, uma fronteira aberta, tinham mais condições de alcançar a mobilidade social.¹⁵² Pode ser que em Guarapuava essas condições também fossem propícias para os escravos do sexo masculino.

Ao considerarmos as possibilidades de os escravos se casarem “para cima” de suas origens, podemos supor que os crioulos poderiam fazê-lo com mais intensidade do que os africanos, pois, dos 64 escravos casados, 53 são de origem crioula e 11 são de origem africana. Dentre os escravos crioulos, 14 se casaram com parceiros escravos, o que perfaz 52,8%. No caso dos africanos, 8 se casaram com parceiros escravos, portanto, a grande maioria dos africanos se uniu com indivíduos da mesma condição. Esses dados permitem inferir que as possibilidades de mobilidade social entre os escravos africanos, em função de arranjos matrimoniais, era menor do que aquela verificada na população escrava crioula.¹⁵³

¹⁵⁰ MELO, Kátia Andréia Vieira de. “*Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes*”. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná, p. 150.

¹⁵¹ É o caso, por exemplo, de Adriano Lima ao estudar essa comunidade em Curitiba entre o final do século XVIII e o início do XIX LIMA Adriano Bernardo Moraes. “*Trajetórias de crioulos. Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c.1760 – c.1830)*”. Curitiba, 2001; do estudo de Terezinha Pardo no levantamento realizado na Catedral de Curitiba entre os anos de 1788-1888 PARDO, Teresinha Regina Busetti. “*Das relações familiares dos escravos no Paraná do século XIX*”. Curitiba, 1993.; de Alida Metcalf, que, ao estudar a vida familiar dos escravos em Santana do Parnaíba, constatou que 20,0% dos cativos casados ocorriam entre escravos e livres METCALF, Alida. “*A vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana do Parnaíba*”. Estudos Econômicos, v.17 (02): 229-243, maio/ago 1987 e de Horácio Gutierrez, que, ao estudar as relações entre senhores e escravos no Paraná, também encontrou esse tipo de arranjo entre os cativos GUTIERREZ, Horácio. “*Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*”. Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, 1986.

¹⁵² LIMA, Carlos Alberto Medeiros. “*Sertanejos e Pessoas republicanas: Livres de cor em Castro e Guaratuba (1801- 1835)*”. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n° 2, 2002, p.317-344.

¹⁵³ Diferentemente do que observou Kátia Vieira de Melo em Castro em sua pesquisa sobre alianças matrimoniais de escravos africanos e crioulos. A autora observou que os africanos tenderiam a ser mais “abertos à diversidade que os crioulos.” MELO, Kátia Andréia Vieira de. “*Comportamentos e práticas*

Isso talvez se explique pelas relações existentes entre as duas categorias de escravos. Além de a população crioula estar em número bem superior ao da população africana, deveria haver algum processo interno de exclusão praticado pelos escravos crioulos, criando dificuldades de ascensão social para os africanos via uniões legitimadas.

Um outro fator importante observando nos registros de casamentos de escravos africanos é que a maioria dos homens estava tendo uniões com indivíduos crioulos e livres, enquanto que para as mulheres as possibilidades pareciam menores, pois, dos escravos africanos, cinco se uniram com crioulas, dois com africanas e um com indivíduo livre. No caso das mulheres, duas se uniram com africanos e apenas uma com crioulo. Parece que as condições de Guarapuava para os homens africanos seguiam a norma segundo a qual os homens se casavam mais com pessoas fora de suas fronteiras. Em Castro, as mesmas condições apareceram para os africanos, de acordo com os resultados do trabalho de Kátia Vieira de Melo.¹⁵⁴ Mas também não podemos esquecer o problema de escassez de africanos nos plantéis, principalmente das mulheres africanas – consequência das especificidades dessa população caracterizada por alta razão de sexo.¹⁵⁵

Para observar com mais detalhes os movimentos nos casamentos de escravos em Guarapuava em função dos acontecimentos que, de uma certa forma, poderiam estar influenciando nas estratégias dos cativos, elaboramos algumas tabelas considerando períodos distintos a fim de analisarmos com maior detalhe o comportamento da escravaria com relação às uniões matrimoniais. Primeiramente, avaliamos o período 1813 a 1849, ou seja, anterior às leis favoráveis ao fim do tráfico internacional.

Tabela 31 – Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1813/1849

Condição jurídica da noiva	Condição jurídica do noivo				
	Escravo	Liberto	Livre	Omissa	Total
Escrava	10	1	-	2	13
Liberta	-	-	-	1	1
Livre	-	-	-	-	-
Omissa	2	3	-	6	11
Total	12	4	-	9	25

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes”. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004. p, 141.

¹⁵⁴ Ibid. p. 141.

¹⁵⁵ A razão de sexo para os escravos africanos a partir dos registros de casamento foi de 266, isto é, no total, foram oito homens e três mulheres.

Percebe-se que na primeira metade do século XIX, dos registros com casamento de escravos, 10 tinham a condição de cativos para os nubentes. Como são 15 registros, isso representa 66,6% do total dos casamentos. Ao mesmo tempo, se observarmos a condição pela qual um dos nubentes era escravo, ou seja, das uniões mistas, chegamos ao total de 5 registros, o que representa 33,3% da amostra. Os demais registros se referem a uniões entre indivíduos que tiveram algum passado escravo, seja na condição de “liberto”, seja na condição de “omisso”, visto que os registros informam, por exemplo, a condição de seus pais. Por exemplo, Maria Benedita, que se casou com Sebastião Simão Gomes em 30 de janeiro de 1844, era filha de João, escravo de Manoel José de Araújo, e de Maria Francisca, liberta.

Entretanto, no período 1850 a 1870, observam-se alterações nas estratégias referentes às alianças matrimoniais dos cativos. Pela tabela 32, dos 19 registros de casamentos entre escravos, 9 se referem a cônjuges escravos, o que representa 47,4%. Enquanto isso, os escravos estavam se unindo mais com indivíduos fora de sua condição jurídica, pois são 10 uniões nessas condições, o que perfaz 52,6% dos registros. Está claro que o perfil dos casamentos dos cativos entre os dois períodos se alterou bastante. Os homens parecem que eram os que mais procuravam essa diversidade, pois são 7 os que se casaram com indivíduos acima de sua condição, enquanto que para as mulheres foram apenas três.¹⁵⁶

Tabela 32– Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1850/1870

Condição jurídica da noiva	Condição jurídica do noivo				
	Escravo	Liberto	Livre	Omissa	Total
Escrava	9	2	1	-	12
Liberta	1	-	-	6	7
Livre	-	-	-	-	-
Omissa	6	11	-	10	27
Total	16	13	1	16	46

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Com relação ao número de casamentos, observa-se que no período 1813/1849 foram realizadas 15 uniões, enquanto que no período 1850/1870 são 19. O incremento

¹⁵⁶ As discussões sobre as alianças matrimoniais dos escravos também podem ser encontradas no trabalho sobre casamentos mistos em São Paulo: GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. “*Casamentos mistos, liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*”. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2004.

nos casamentos de escravos em Guarapuava entre os dois períodos, embora não muito expressivo, é significativo se considerarmos que entre 1814 e 1832 não há nenhum registro de casamento. Dessa forma, parece que o fim do tráfico internacional de escravos não se refletiu intensamente nas estratégias dos proprietários com relação ao estímulo aos casamentos oficiais em Guarapuava.

Já para o período 1871 a 1886, a lei de 1869, que proibia a separação de famílias escravas, leva ao incremento do tráfico interno de escravos em função da demanda forte pelas áreas cafeeiras, bem como pelas manumissões, produz seus efeitos na localidade. No total, houve 8 casamentos envolvendo escravos nesse intervalo. Ao compará-lo com os outros dois períodos, verifica-se uma redução significativa no número de uniões com cativos. A tabela 33 mostra as características das uniões matrimoniais nesse período. Dos oito registros de casamentos, em apenas três os nubentes são cativos (37,5%). Nos demais, os cativos estão se unindo com indivíduos fora de suas fronteiras, o que representa 62,5%. Portanto, verifica-se nos três períodos analisados não só um número cada vez menor de escravos casados, como um número cada vez maior de cativos se unindo com pessoas acima de sua condição jurídica.

Tabela 33– Alianças matrimoniais por condição jurídica dos noivos – Guarapuava 1871/1886

Condição jurídica da noiva	Condição jurídica do noivo				Total
	Escravo	Liberto	Livre	Omissa	
Escrava	3	1	-	-	4
Liberta	2	9	2	18	31
Livre	1	1	1	-	3
Omissa	1	17	-	14	32
Total	7	28	3	32	70

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Com relação à idade dos indivíduos casados, encontramos apenas 17 registros que a identificavam. Destes, 13 eram de origem crioula e 4 africanos. A condição de 10 deles era “liberto”; de 4 era “escravo”; de 1 era “livre” e de 2 “omisso”. A idade média dessa amostra de homens foi de 33,0 anos, sendo 33,7 anos para os indivíduos africanos e 29,3 anos para os crioulos.

No caso das mulheres, encontramos 13 registros. Nenhuma delas era de origem africana e havia 6 na condição de “liberta”; 2 “livre”; 1 “escrava” e 4 “omissa”.¹⁵⁷ A idade média das mulheres foi de 28,7 anos.

Por esses dados, percebe-se que os indivíduos de origem africana casavam com idade superior à dos crioulos e que a diferença de idade entre os homens e as mulheres não era expressiva, o que é um dado interessante, ao menos até aqui, visto que em alguns estudos os homens possuíam idade mais avançada do que a das mulheres. Nas palavras de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *“quanto mais velho era o cativo, maior a diferença etária entre ele e sua esposa; por outro lado, quanto mais nova esta, maior a referida diferença para com seu marido”*.¹⁵⁸

Parece que em Guarapuava as mulheres estavam se casando em idade mais alta, fortalecendo a hipótese de que os casamentos tardios com pequenas diferenças entre as idades dos nubentes podem ser explicados como legitimações de uniões consensuais prévias. Isso pode ser confirmado ao verificarmos os registros que identificam a idade do casal.

No caso dos escravos de origem africana, observa-se que os dois registros nos mostram os extremos em termos de idade: um dos casais é composto por um homem de 40 anos e uma mulher 45 anos; ele é de origem africana e tem a condição de “liberto”, enquanto ela é de origem crioula e também de condição “liberta”.

O outro caso é mais interessante ainda, pois o homem apresenta origem africana, condição de “liberto” e idade de 50 anos, enquanto sua mulher é de condição “livre”, tem 25 anos e é filha de Manoel Francisco Bello e Anna Maria de Jesus. Portanto, verifica-se que se trata de um casamento fora dos padrões normalmente percebidos entre africanos e crioulos, pois a maioria promovia uniões entre si, isto é, o casamento endogâmico.

As estratégias de hierarquização social são diferentes, mas demonstram a capacidade dos escravos de se inserirem a partir do casamento “para cima”, ou seja, a escolha do parceiro parece estar condicionada a uma melhor posição social.

Para os casais de condição crioula com idade definida, encontramos 10 registros. A idade média dos homens é de 32,1 anos e a das mulheres é de 29,0 anos. A diferença

¹⁵⁷ Para o cálculo da idade média dos escravos casados, procedemos da seguinte maneira: identificamos a idade nos registros de casamentos e, a partir desses dados, fizemos o somatório e posteriormente calculamos a média simples.

¹⁵⁸ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. *“A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850”*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. p. 154.

de idade entre os casais é de apenas 3,1 anos, menor, portanto, do que a idade encontrada em outros estudos relacionados com a população escrava.

Em três desses casais, a mulher é mais velha do que o homem. Este é o caso da noiva Maria Ursulina Oliveira, “omissa”, com idade de 34 anos e do liberto Ernesto Damásio, que possuía a idade de 22 anos; da liberta Maria, de 50 anos, e do liberto Mathias, com idade de 45 anos, e da liberta Miquelina Maria de Jesus, com 50 anos, e do escravo Fernando, com 47 anos.

Quanto aos outros casais, os homens possuem idade mais avançada do que as mulheres. Para esses sete casais, a idade média dos homens é de 29,6 anos, enquanto a idade média das mulheres é de 22,3 anos.

Percebe-se, pois, que, quando as mulheres são mais velhas do que os homens, a idade média do casal é maior do que quando o homem é mais velho do que as mulheres.

O intervalo de idade entre homens e mulheres já é maior do que aquele encontrado quando analisamos o plantel de “crioulos”, ou mesmo quando verificamos o plantel como um todo. Esse intervalo é de 7,3 anos para os sete registros em que os homens são mais velhos do que as mulheres.

Confirma-se aqui a tendência de que, quando os homens casam com mais idade do que as mulheres, o intervalo entre a idade deles em relação à das mulheres tende a ser maior do que a média de idade do plantel, considerando tanto “crioulos” como “africanos”.

Dos 17 registros de casais com idade identificada, apenas um casal era composto por nubentes de condição “escrava”. Nesse caso, a idade dele é de 30 anos e a idade dela de 18 anos – ambos pertenciam a Pedro Lustosa de Siqueira. Percebe-se que a diferença de idade entre eles é de 12 anos e, apesar de ser uma amostra frágil, visto ser o único casal “escravo” com idade registrada nos assentos de batismos, pode ser uma demonstração de que, quando pensamos em casais escravos, a tendência poderia ser de intervalos maiores entre eles.

Com relação à origem desses indivíduos, os registros de casamento parecem evidenciar que aqueles que não estão identificados, a grande maioria, são de origem brasileira; primeiramente porque, quando falamos em africanos, os registros são específicos ao identificá-los, ou seja, o indivíduo africano possui algum tipo de característica que o identifica como tal, por exemplo, “África”, “gentio Guiné”, “Luanda” ou “de nação”.

Em segundo lugar, aqueles indivíduos que não possuem nenhum tipo de registro de suas origens, apresentam outras características que nos levam a concluir que seriam de origem “brasileira” ou “crioula”. Essas características são referentes aos dados de seus pais, aos cruzamentos entre os registros de casamento e as listas nominativas de habitantes e até mesmo os registro de batismo.

Dos 34 registros de escravos homens, nove estavam identificados como “crioulos” e sete como “africanos”. Os 17 restantes não tinham registro de suas origens. Para as mulheres escravas, dos 28 registros, sete eram de origem “crioula” e três de origem “africana”, sendo que os demais registros não identificavam sua origem.

É interessante observar que mesmo considerando poucos registros identificando a origem dos escravos, eles confirmam a lógica do tráfico de africanos de desembarque predominantemente de homens, visto que, dos 16 escravos homens com registro de suas origens, 56,0% eram crioulos, enquanto 44,0% eram africanos. Para as mulheres, esses números são bem diferentes, pois dos 10 registros, 70,0% era de origem crioula e 30,0% africana.

Com relação à condição de “libertos”, de um total de 46 registros, encontramos apenas nove com a origem identificada. Há entre eles um fato interessante, pois, dos nove registros, oito eram “africanos” e apenas um era “crioulo”. Para as mulheres, de um total de 40 registros, encontramos apenas três com origem identificada, sendo duas “africanas” e uma “crioula”. No caso dos “omissos”, encontramos apenas três registros, com dois “africanos” e um “crioulo”, todos eles homens, não havendo nenhum registro para as mulheres.

Se considerarmos tanto a condição de “escravos” como a condição de “libertos”, vamos ver que o número de africanos no total dos registros não é incompatível com aquele que encontramos, por exemplo, nas listas nominativas de habitantes. Para os “escravos”, o total de africanos é de 20,0%, enquanto para os “libertos” esse percentual é de 17,0%. No caso das “escravas”, 11,0% eram africanas e apenas 5,0% “libertas”. Isso significa que, no total dos registros de casamentos considerando as condições de “escravos” e “libertos”, 13,0% eram de origem africana. Para as listas nominativas de habitantes, a média de “africanos” nos plantéis foi de 12,6%, portanto, muito próxima daquela que encontramos para os registros de casamento.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Estamos considerando aqui o total de escravos africanos nas listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840. Para o ano de 1835, são 12 escravos africanos de um total de 82 escravos, portanto, 14,6% da escravaria. Em 1840, são 6 africanos para 95 escravos, o que representa 6,3%.

Uma outra questão que achamos interessante para a análise quanto aos escravos casados foi inserir na pesquisa algumas análises quanto as características de alguns proprietários e de suas propriedades com relação à escravidão e de que forma estavam distribuídos seus bens. No total, são quatro proprietários que ao cruzarmos os dados de seus inventários com os registros de casamentos tiveram algum escravo casado. Os proprietários são José Siqueira Cortes que pelos registros de casamentos autorizou a união da escrava Balbina com o escravo Benedito, ambos de sua propriedade, ele crioulo e ela africana. O outro proprietário foi João Lustoza de Menezes que autorizou o casamento do escravo Miguel com a liberta Libânia Fernandes. Temos também o casamento de Feliciano e Theodoro, ambos escravos de Balbina Francisca de Siqueira e finalmente o casamento dos escravos Anna e Domingos de propriedade de Francisco Silvério de Oliveira. O quadro abaixo mostra essas características dos proprietários e das propriedades com escravos casados.

Quadro 20. Algumas características dos proprietários e das propriedades com escravos casados.
Guarapuava – segunda metade do século XIX

Discriminação	João Lustoza Menezes (1858)	José Siqueira Cortes (1859)	Francisco Silvério Oliveira (1862)	Balbina Francisca Siqueira (1865)	Total
Escravos	7	17	8	16	48
. Masculino	5	9	6	7	27
. Feminino	2	8	2	9	21
. RM	250	112	300	78	128
Origem					
. Crioulos		16	8	2	26
. Africanos		1	-	-	1
Faixa Etária					
. 0-14	4	9	-	-	13
. %	57,1%	52,9%	-	-	40,6%
. 15-39	2	5	7	-	14
. %	28,6%	29,4%	87,5%	-	43,7%
. 40-59	1	2	1	-	3
. %	14,3%	11,8%	12,5%	-	9,4%
. 60 ou +	-	1	-	-	1
. %	-	5,9%	-	-	3,1%
. Total	7	17	8	-	32

Fonte: Processos de Inventário. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

Observa-se que a razão de sexo dos plantéis como um todo mostra que os homens são maioria. Entretanto, esse indicador é diferente quando se analisa por tamanho do plantel, haja vista que àqueles que possuem de 5 a 9 escravos, como é o caso dos proprietários João Lustoza de Menezes e Francisco Silvério Oliveira a razão é elevada, seguindo a tendência apresentada por esses plantéis quando analisamos a estrutura de posse de escravos no capítulo III (Quadro 17). Parece que essas propriedades, mesmo considerando as uniões entre os escravos, continuavam a ter a tendência de altas razões de sexo, não significando, portanto, que as possibilidades de casamentos entre os cativos pudesse afetar de alguma forma os padrões de sexo das propriedades nessa faixa de tamanho.

Com relação às propriedades maiores, isto é, com 10 ou mais escravos a tendência foi de um maior equilíbrio entre os sexos. Isso acontece também quando se observam os dados do quadro 17 no capítulo III. Apesar de serem apenas 6 propriedades entre as décadas de 1850 e 1870, o indicador foi de 98 considerando todos os cativos inventariados, pois foram 45 escravos e 46 escravas. Assim, as propriedades com 10 ou mais escravos, em Guarapuava, tendiam ao equilíbrio entre os sexos, o que poderia facilitar as possibilidades de uniões entre os cativos.

Verificando a distribuição desses plantéis com escravos casados, a partir da idade dos cativos, percebe-se que a faixa dos infantes é muito significativa. No geral, eles participam com 40,6% da escravaria. Ao verificarmos individualmente os plantéis, a propriedade de João Lustoza de Menezes possuía 57,1% dos cativos nessa faixa etária, portanto, bastante elevada. É a mesma situação para o proprietário José Siqueira Cortes que possuía 9 escravos na faixa etária 0 a 14 anos de um total de cativos de 17, o que perfaz 52,9%. Portanto, existia uma forte tendência para o crescimento endógeno dessas escravarias.

Ao compararmos esses números com àqueles que encontramos para o total dos cativos para a segunda metade do século XIX, com base nos inventários, pode-se concluir que esses proprietários tinham muito mais crianças do que a média encontrada para os demais plantéis, pois o percentual de crianças foi de 32,6%, conforme pode ser verificado a partir dos dados do quadro 7.

A tabela 34 procura mostrar a distribuição dos bens inventariados desses proprietários que possuíam escravos casados nos plantéis em comparação com as demais propriedades. Procura-se verificar a composição dos bens ao mesmo tempo em que analisa sua participação no conjunto das propriedades.

Tabela 34. Distribuição dos bens inventariados. Guarapuava – segunda metade do século XIX

Discriminação	Proprietários com escravos casados		Total das propriedades (Em Réis)
	Valor em Réis	%	
. Raiz	129:346\$000	25,5%	506:971\$558
. Semoventes	66:509\$400	29,2%	228:029\$600
. Escravos	43:400\$000	30,0%	144:550\$000
. Dívidas Líquidas	4:733\$385	40,9%	11:584\$868
. Dívidas Ativas	6:954\$060	19,1%	36:332\$630
. Dívidas Passivas	2:220\$675	9,0%	24:747\$762
. Outros	613\$640	8,3%	7:382\$526
. Ouro/Prata	273\$240	31,6%	865\$270
. Total	244:875\$665	27,2%	899:383\$822

Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

Percebe-se que as propriedades com escravos casados e que representam apenas 10,3% das propriedades possuíam um significativo patrimônio, em termos de valor monetário, se comparado com as demais propriedades. No conjunto dos bens essas propriedades tinham 27,2% do valor de todos os bens arrolados. Individualmente, observam-se que os bens de maior importância participam até com maior intensidade. É o caso, por exemplo, dos escravos que participam com praticamente 1/3 do valor total dos cativos. Por falar em cativos, De um total de 244 escravos da amostra os proprietários com escravos casados perfaziam 20% da escravaria, ou seja, 1/5.

Também é significativo o valor dos bens “semoventes” para o conjunto desses proprietários com escravos casados com quase 30% do total. Os bens de “raiz” participam com 25,5% e os bens caracterizados como “ouro/prata”, apesar de sua pequena participação no total dos bens, possui participação de 31,6%.

A partir desses dados, sugere-se que as propriedades que possuíam escravos casados, além de possuírem um padrão de posse maior do que a média da localidade, as possibilidades de crescimento endógeno do plantel é mais significativo, ao mesmo tempo em que o patrimônio desses proprietários indica que as condições de acesso ao mercado escravo eram mais favoráveis, bem como a capacidade de maiores retornos

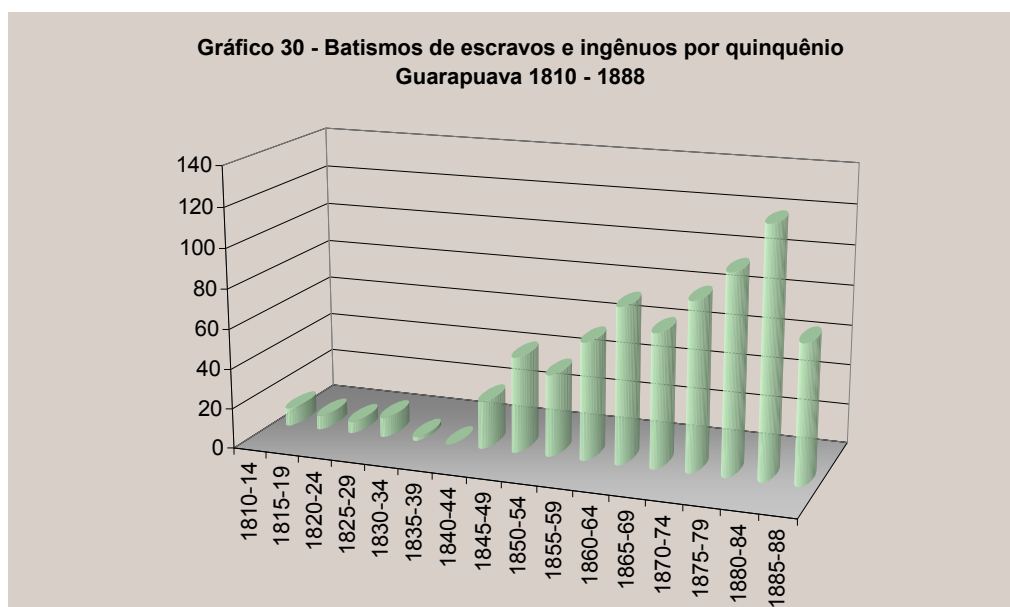
com relação às atividades econômicas, visto o perfil das propriedades quanto ao valor dos bens possuídos.

IV.2 Batismo de escravos e ingênuos

Os registros de batismo de escravos e ingênuos permitem compreender como a família escrava estava estrategicamente se comportando no tempo, em função dos arranjos individuais e coletivos dos escravos e de seus proprietários. Esses registros nos fornecem diversas informações importantes quanto à situação tanto do batizando, como de seus pais, de seus proprietários e de seus padrinhos e madrinhas – registros como a data de seu nascimento e do batismo, do sexo do batizando, de sua cor e condição jurídica; o registro de seus pais, com nome, cor, estado civil, nacionalidade, condição jurídica, profissão, proprietário e profissão do proprietário, em poucos casos. Quanto aos padrinhos e madrinhas, encontramos registros referentes ao seu estado conjugal, profissão e, em alguns casos, observações gerais com relação aos indivíduos.

Entre os anos de 1810 e 1888, temos o registro de 726 batismos de escravos. Desses, 356 são do sexo feminino e 370 do sexo masculino, o que nos dá uma razão de sexo de 104, demonstrando, assim, equilíbrio entre os sexos. Esse indicador é fundamental para entendermos a distribuição por sexo entre os recém-nascidos, pois normalmente tende ao equilíbrio, e isso é fato ao considerarmos os registros de batismos para Guarapuava.

A distribuição por faixas de ano, considerando intervalos quinquenais, é fortemente marcada pelo crescimento dos batismos de escravos a partir do intervalo 1840/1844 (gráfico 30). Podemos inferir que, de alguma forma, o mercado de escravos poderia estar influenciando nesses números, visto que o mesmo estava enfrentando crises de oferta permanente em função das leis que procuravam estancar o tráfico de escravos e de movimentações internas de compra e venda para áreas agroexportadoras, bem como para atender a produção crescente dos cafezais no Sudeste.



Fonte: Livro de Assento de Batismo de escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Percebe-se que na primeira metade do século XIX o número de batismos é muito inferior ao apresentado a partir da segunda metade. Não podemos apenas inferir que a causa disso é o pequeno número de escravos adultos que estavam chegando na região naquele momento. Esse é um dos fatores que poderiam estar influenciando nos nascimentos de escravos e conseqüentemente nos registros de batismo, mas outros fatores não podem ser descartados em nossa análise, como os efeitos do mercado de escravos, principalmente a partir da segunda metade do XIX, que influencia em muito as aquisições de escravos por parte de seus proprietários, fortalecendo, assim, tanto as possibilidades de formação de famílias escravas como de reprodução endógena de sua população.

Os dados referentes aos períodos 1830/1834 e 1835/1839 são intrigantes, pois aparecem registrados apenas dois batismos, o que naturalmente é inconsistente, dada a média de batismos nos anos anteriores. Provavelmente estamos diante de sub-registros ou de perda dos registros face à possibilidade de extravio de algum livro.

Estudando o tráfico atlântico para o Rio de Janeiro e seus efeitos na comunidade escrava de uma forma geral, Florentino e Góes afirmam que *“de fato, o compadrio é uma relação parental de base espiritual, mas nem por isso menos importante do que aquelas de outros tipos, como as de base consangüínea ou o parentesco por meio de alianças matrimoniais, por exemplo, sobretudo no âmbito de uma sociedade em que o*

cristianismo tudo plasma".¹⁶⁰ Eles completam o raciocínio concluindo que o batismo foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútuas.

A família escrava estava presente em Guarapuava tanto ao observarmos os registros de batismos como os dados dos inventários. Como tipologia para o trabalho, as famílias poderiam ser caracterizadas como legítimas, ou seja, os pais tinham as bênçãos da Igreja; matrifocais, quando aparece somente o registro da mãe, e consensual, quando o casal estava unido sem a sanção da Igreja. Assim, analisamos os registros de batismos com o intuito de levantar o grau de ilegitimidade considerando três períodos distintos, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 35. Números absolutos e percentual de legitimidade dos batizados – Guarapuava (1810-1888)

Condição da criança	Período						Total	
	1810-1849		1850-1870		1871-1888			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Natural	79	74,5%	219	83,3%	336	94,1%	634	87,3%
Legítimo	27	25,5%	44	16,7%	21	5,9%	92	12,7%
Total	106	100,0%	263	100,0%	357	100,0%	726	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

A tabela 35 demonstra que o índice de ilegitimidade foi bastante elevado para Guarapuava em todos os períodos. Entretanto, observa-se que o comportamento nos períodos foi diferente. Enquanto no intervalo 1810/1849 o índice de ilegitimidade ficou em 74,5%, no período 1871/1888 foi de 94,1%. 92 registros de batismos aparecem com o nome dos progenitores, determinando, assim, a constituição de famílias nucleares, ou seja, constituídas por pai e mãe. Entretanto, a grande maioria dos batismos mostra que as famílias eram constituídas por relações matrifocais. Apenas três registros não possuem referência aos pais, ou seja, não aparece o registro do nome nem do pai nem da mãe. Isso quer dizer que, das 726 crianças batizadas, 86,9% podem ser classificadas

¹⁶⁰ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. *“A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850”*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. p. 92.

como ilegítimas ou naturais. Como o casamento de escravos em Guarapuava foi bastante reduzido, conforme verificado na seção anterior, esse indicador de legitimidade corrobora de uma certa forma a tendência a poucas uniões na localidade. Porém, o percentual de ilegitimidade apresentado nos períodos não deixa de ser interessante, haja vista que o indicador mostra crescimento constante durante o intervalo estudado.

O estudo de Denize Aparecida sobre o compadrio em São Francisco do Sul e Joinville, no período que compreende o final da primeira metade do XIX até o final da escravidão, em 1888, mostra a mesma tendência de crescimento das taxas de ilegitimidade durante a segunda metade do XIX. Para a autora, isso pode estar relacionado com o tempo de criação das freguesias, que *“pode ter interferido nas estratégias e oportunidades dos cativos de organizar seus arranjos familiares legítimos”*.¹⁶¹

No caso de Guarapuava a ilegitimidade era muito menor do que a de Joinville, o que se entende pelo fato de que as escravarias em Guarapuava eram um pouco maiores do que as de Joinville. Mas a ilegitimidade de Guarapuava era menor que a de São Francisco do Sul, onde as escravarias eram maiores que em Guarapuava.

Góes, por sua vez, estudando os escravos na Freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, chegou a um índice de ilegitimidade de 79,3%, assegurando que *“a variação do índice de legitimidade das crianças batizadas, indica que o batismo de crianças naturais sempre foi a regra. Entre 1821 e 1824, e no ano de 1828 os filhos de pais casados superou a barreira dos 30%”*.¹⁶²

Entretanto, deve-se salientar que as escravarias em Inhaúma eram maiores que as de Guarapuava, de modo que a mesma taxa apresentada em Inhaúma e Guarapuava significa que o ambiente de Guarapuava era muito mais favorável à legitimidade do que o de Inhaúma. Enfim, a partir desses dados pode-se inferir que em Guarapuava parece que a ilegitimidade não era tão alta assim.

Estudando a sociedade colonial no período que compreende os anos de 1550/1835 na Bahia, Schwartz também analisa o índice de ilegitimidade de crianças escravas em paróquias do recôncavo entre os anos de 1723-1816, observando que esse índice, para a população escrava, era bastante elevado se comparado com a população

¹⁶¹ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba, 2004. p. 50.

¹⁶² GÓES, José Roberto. *“O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”*. Lineart, 1993. p. 62.

dos livres e conclui que “o casamento formal na Igreja não era comum entre os escravos, o que não significa que eles não tivessem família ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas”.¹⁶³

Um outro estudo que aborda taxas de ilegitimidade foi produzido por Slenes ao pesquisar a família escrava em Campinas no século XIX. Analisando o censo geral do ano de 1872, o autor sugere que os índices de ilegitimidade estariam relacionados com o tamanho da posse, pois os plantéis com 1 a 9 escravos tiveram indicador maior do que os plantéis com 10 ou mais escravos.¹⁶⁴

Motta, ao pesquisar a vida dos escravos de Bananal nas primeiras décadas do século XIX, observou que os índices de ilegitimidade foram menores do que o indicador de legitimidade para as crianças cativas. A partir disso, ele sugere que a evolução da família escrava, bem como a vida familiar dos cativos, melhorou no período. Quanto ‘a relação entre o tamanho das posses e o índice de ilegitimidade, ele chega à mesma conclusão que Slenes, afirmando que “à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, os filhos legítimos vão se fazendo cada vez mais presentes vis-à-vis os filhos naturais”.¹⁶⁵

Com relação aos padrinhos e madrinhas dos escravos, é surpreendente o índice de livres ou libertos formando o que chamamos de parentesco fictício, mas isso se dá de uma forma diferente se considerarmos a divisão dos períodos analisados. A fim de compreendermos melhor as relações de compadrio, dividimos o grande período 1810/1888 em três períodos menores: de 1810 a 1849, período esse que avalia as estratégias antes do fim do tráfico de escravos; de 1850 a 1869, período pós-tráfico e antes das leis que tornaram mais difíceis as uniões matrimoniais e finalmente o período 1870/1888, em que houve maior intensidade do tráfico interno de cativos, bem como da implantação da Lei do Ventre Livre, que determinou um outro *status* diante da sociedade para as crianças cativas –elas passaram a ser consideradas “ingênuas”.

Pelos registros, identifica-se a tendência de priorizar mais os homens no parentesco fictício, pois são 706 padrinhos, 675 madrinhas e 15 santas como madrinhas. Também encontramos 20 registros sem padrinho e 36 sem madrinha.

Dos 706 registros para os padrinhos, 68 padrinhos eram escravos, o que perfaz 9,6%; 29 eram libertos (4,1%) e os restantes 609 ou 86,3%, apesar de não haver registro

¹⁶³ SCHWARTZ, Stuart B. “Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835”. tradução Laura Teixeira Mota, São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 317/318.

¹⁶⁴ SLENES, Robert W. “Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. p. 101/103.

¹⁶⁵ MOTTA, José Flávio. “Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”. São Paulo, Annablume, 1999. p. 354/363.

de suas condições, podem ser consideradas pessoas livres não só em função das observações que existem em alguns casos, como também pela forma como seus nomes foram registrados – a presença do primeiro nome seguido pelo sobrenome é caso comum aos indivíduos livres. Servimo-nos também do cruzamento desses registros com outras fontes para identificar sua condição.

No caso das madrinhas, dos 675 registros, 81 são de escravas, o que, em termos percentuais, representa 12,4%; 30 são de libertas (4,4%) e os restantes 564, seguindo a metodologia aplicada aos padrinhos, são formados por pessoas livres.

O alto índice de padrinhos e madrinhas livres nos leva a supor que as condições do plantel no momento do batismo poderiam estar influenciando na escolha dos padrinhos – a maioria dos plantéis possuía pequeno número de escravos. Outra hipótese é que os escravos procuravam arranjos fictícios no sentido de se sentirem mais próximos de sua liberdade, assim, escolhiam para padrinhos indivíduos livres ou mesmo de posição elevada na sociedade local.

Considerando o cruzamento entre a categoria dos escravos, dos libertos, dos livres, das Santas e finalmente daqueles que não possuíam nem padrinhos nem madrinhas, a composição do compadrio obedece a seguinte matriz:

Quadro 21 – Condição Jurídica dos Padrinhos/Madrinhas – Guarapuava 1810/1849

Madrinha	Padrinho					
	Escravo	Liberto/Forro	Livre	Santo	S/Padrinho	Total
Escrava	8	1	12	-	-	21
Liberta/Forra	1	1	1	-	-	3
Livre	-	-	68	-	-	68
Santa	-	-	-	-	-	-
S/Madrinha	-	-	11	-	3	14
Total	9	2	92	-	3	106

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

No período, percebe-se que 7,5% dos batismos tinham escravos como padrinhos e madrinhas. No total, considerando os casais de padrinhos formados por ao menos um escravo, o número foi de 22, o que representou 20,7%. Ao considerarmos a distribuição por condição jurídica dos padrinhos e das madrinhas dos batizados, de uma amostra com 212 indivíduos batizados, os escravos participaram com 14,1%.

Quanto aos batismos em que estão presentes padrinhos e madrinhas livres, o percentual é de 64,1%. Quando consideramos os casos em que ao menos o padrinho ou a madrinha é livre, o percentual chega a ser de 75,5%. Finalmente, houve apenas um batismo em que os dois eram libertos, enquanto que, quando consideramos tanto os dois como libertos como apenas um deles nessa condição, o percentual é de 2,4%. Portanto, os padrinhos e madrinhas livres representam a maioria dos arranjos fictícios promovidos tanto pelos senhores como pelos escravos.

Esse quadro se modifica um pouco quando inserimos na análise os registros a partir de 1850. No período de 1850 a 1869, percebe-se um incremento pequeno no número de escravos como padrinhos e/ou madrinhas, tanto que, em termos relativos, os registros de batismos com casal de padrinhos formado por escravos chegam a 8,2%, enquanto que, considerando tanto essa hipótese como aquela em que um deles é escravo, numa amostragem de 490 indivíduos, o percentual de padrinhos/madrinhas escravos é de 14,3%. No caso dos indivíduos livres, o percentual é de 69,8% e, considerando os casos em que um ou ambos são livres, esse percentual é de 75,7%. Os batismos com os dois na condição de libertos foram em número de dois, enquanto que, considerando tanto essa hipótese como aquela em que um deles é liberto, o percentual foi de 3,9%.

Quadro 22 – Condição Jurídica dos Padrinhos/Madrinhas – Guarapuava 1850/1869

Madrinha	Padrinho					
	Escravo	Liberto/Forro	Livre	Santo	S/Padrinho	Total
Escrava	20	2	9	-	4	35
Liberta/Forra	6	2	1	-	2	11
Livre	3	3	171	-	5	182
Santa	-	-	4	-	-	4
S/Madrinha	6	1	4	-	2	13
Total	35	8	189	-	13	245

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

No período de 1870 a 1888, os arranjos fictícios sofrem mudanças importantes, dada a redução significativa de padrinhos e madrinhas escravos e conseqüentemente uma maior participação dos indivíduos livres e dos libertos no compadrio. Os escravos como padrinho e madrinha perfazem 4,5% dos batismos no período e, ao incluirmos na

amostra aqueles que são padrinho ou madrinha, o percentual passa a ser de 6,9%, portanto, bem inferior aos números relativos apresentados nos dois períodos anteriores. Já para os batismos em que ambos estão na condição de livres o percentual é de 79,5% e, ao incluirmos os padrinhos ou madrinhas nessa amostra, o percentual é de 85,2%. Os libertos como padrinho e madrinha que batizaram crianças cativas foram em número de 10, o que perfaz 2,7% dos batismos. Enquanto isso, quando consideramos todos eles batizando as crianças escravas e ingênuas, o percentual é de 4,7%. Isso sugere que os movimentos do tráfico interno poderiam estar influenciando também na estrutura do compadrio da população escrava, considerando-se as dificuldades de se conseguir nos plantéis escravos para serem padrinhos e/ou madrinhas.

Quadro 23 – Condição Jurídica dos Padrinhos/Madrinhas – Guarapuava 1870/1888

Madrinha	Padrinho					
	Escravo	Liberto/Forro	Livre	Santo	S/Padrinho	Total
Escrava	17	4	7	-	-	28
Liberta/Forra	2	10	4	-	-	16
Livre	5	5	298	-	3	311
Santa	-	-	11	-	-	11
S/Madrinha	-	-	8	-	1	9
Total	24	19	328	-	4	375

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

No caso de Inhaúma, no Rio de Janeiro, Góes percebeu que os batismos das crianças cativas eram preferencialmente seguidos de padrinhos e madrinhas escravos, porém isso só acontecia com maior intensidade nos plantéis grandes. Ele registra que nos menores plantéis era comum haver padrinho e/ou madrinha liberto ou livre, enquanto que nos plantéis em que se “batizaram 8 ou mais cativos elas eram 86.2% das madrinhas (contra 72.5% dos escravos padrinhos nestes mesmos plantéis).”¹⁶⁶

Em outro estudo, Dejalma Esteves, pesquisando sobre compadrio em Curitiba no período 1790-1834, conclui que os padrinhos e madrinhas escravos corresponderam a

¹⁶⁶ GÓES, José Roberto. “O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”. Lineart, 1993. p. 84.

28,9% dos casos. Portanto, os padrinhos livres são a maioria nas relações de compadrio no Termo de Curitiba.¹⁶⁷

Schwartz e Gudeman, ao pesquisarem sobre compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, chegam à conclusão de que 70% dos batismos de escravos tinham a presença de padrinho e madrinha livres. Os escravos participavam com 20% e os libertos com 10%. Para os autores, esse predomínio estava relacionado com algumas vantagens que o escravo poderia ter, pois *“a existência de um padrinho livre residindo na vizinhança representava vantagens para os escravos, vantagens de maior peso que aquelas propiciadas por amizades íntimas ou por laços de família, que levariam à escolha de outros escravos”*.¹⁶⁸

Na Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, Silva chegou a números bastante expressivos de padrinhos e madrinhas livres. O percentual ficou acima de 90%. Segundo ela, isso está relacionado com as características das comunidades escravas em regiões onde os pequenos plantéis são predominantes, além de uma população formada majoritariamente por crioulos. Já para a Freguesia de Nossa Senhora da Graça, os índices de padrinhos e madrinhas livres também superaram os dos escravos, porém não tão intensamente quanto na Freguesia de São Francisco Xavier, sugerindo, portanto, que o tamanho das posses não era o único fator que influenciava o apadrinhamento dos escravos. Na conclusão da autora, *“quanto mais próximo de 1888, mais aumentava o número de livres, de libertos e/ou forros”*.¹⁶⁹

Pela leitura dos quadros 24 e 25, observa-se que em Guarapuava havia mais padrinhos livres do que madrinhas. Provavelmente, as escolhas dos escravos, no caso do compadrio homem, recaíam com maior intensidade sobre indivíduos livres. No caso do apadrinhamento por escravos, as mulheres tinham uma participação maior no conjunto. Já os libertos e/ou forros possuíam praticamente a mesma participação, enquanto as madrinhas “santas” se encontram em 15 batismos. Como em outras localidades onde se estudaram os padrões de compadrio, também em Guarapuava a invocação de Nossa Senhora algumas vezes aconteceu no lugar das madrinhas.

¹⁶⁷ JUNIOR, Dejalma Esteves de Ávila. *“Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)”*. Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba, 2003. p. 28.

¹⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart B & GUDEMAN, Stephen. *“Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”*. In: REIS, João J. (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo, Brasiliense, 1988. p. 47.

¹⁶⁹ SILVA, Denize Aparecida da. *“Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888”*. Dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba, 2004. p. 85.

Quadro 24 - Condição Jurídica dos padrinhos de escravos e ingênuos no período 1810 a 1888

Condição Jurídica	Absoluto	%
Livre	609	86,3%
Escravo	68	9,6%
Liberto/Forro	29	4,1%
Total	706	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Quadro 25 - Condição Jurídica das madrinhas de escravos e ingênuos no período 1810 a 1888

Condição Jurídica	Absoluto	%
Livre	561	81,3%
Escravo	84	12,2%
Liberto/Forro	30	4,3%
Santa	15	2,2%
Total	690	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Mesmo considerando o tamanho dos plantéis, a partir dos registros de batismos percebemos que em Guarapuava os escravos e/ou ingênuos eram batizados preferencialmente por indivíduos livres. Entretanto, isso não ocorreu na mesma proporção ao considerarmos o tamanho do plantel com relação ao número de batismos. A fim de percebermos essa distribuição, apresentamos nas tabelas 26 e 27 o número de batismos e a situação jurídica dos padrinhos e madrinhas.

A partir delas, percebe-se que conforme vai aumentando o número de batismos na propriedade, aumenta também a participação dos indivíduos livres como padrinhos. Os escravos como padrinhos reduzem gradativamente sua participação nos plantéis, enquanto que os indivíduos forros não chegam a ter 5% do compadrio. Quanto às madrinhas, o movimento nos plantéis chega a ser praticamente o mesmo que ocorre com os padrinhos. Porém, esse movimento é mais intenso, pois se observa que a participação dos livres que foi de 76,3% para os plantéis com 1 a 4 escravos, saltando para 87,5% naqueles com 10 ou mais cativos. Enquanto isso, o número de escravas madrinhas sofre redução mais significativa do que de escravos padrinhos.

Ao fazer esse tipo de estudo para Curitiba, considerando o tamanho dos plantéis, Ávila Júnior observa que, apesar de a tendência do compadrio ser preferencialmente de indivíduos livres, a presença de padrinhos livres era mais intenso nos pequenos plantéis,

donde conclui que “os escravos venciam a dificuldade de buscar padrinhos escravos em outros plantéis porque a norma da localidade era a presença de plantéis pequenos”.¹⁷⁰

Considerando o tamanho das posses a partir do número de batismos na Freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, Góes percebeu que, ao escolher os padrinhos e madrinhas, os escravos davam preferência a outro escravo. Entretanto, nos plantéis menores, o autor percebeu que os padrinhos libertos ou livres eram mais presentes do que nos plantéis maiores.¹⁷¹

Analisando os quadros abaixo, verifica-se movimento diverso em Guarapuava, pois, quanto menor o plantel, maior a participação relativa dos escravos como padrinhos. Não queremos com isso afirmar que a possibilidade de encontrar cativos nesses plantéis fosse maior do que nos plantéis com maior número de escravos, porém é curioso verificar que nos plantéis menores as estratégias dos escravos ou dos proprietários fossem de escolher padrinhos escravos com maior intensidade do que nos plantéis maiores. Assim, os estudos mencionados não podem significar padrões definitivos para o estudo das relações entre tamanho do plantel e condição jurídica dos padrinhos e madrinhas.

Quadro 26 - Número de batismos e a condição jurídica dos padrinhos – período 1810 a 1888

Condição Jurídica	1 a 4		5 a 9		10 ou +	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Livre	242	84,0%	203	87,1%	164	88,6%
Escravo	34	11,8%	22	9,5%	12	6,5%
Liberto/Forro	12	4,2%	8	3,4%	9	4,9%
Total	288	100,0%	233	100,0%	185	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

¹⁷⁰ JUNIOR, Dejalma Esteves de Ávila. “Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)”. Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba, 2003. p. 31.

¹⁷¹ GÓES, José Roberto. “O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”. Lineart, 1993. p. 78 e 84.

Quadro 27 - Número de batismos e a condição jurídica das madrinhas – período 1810 a 1888

Condição Jurídica	1 a 4		5 a 9		10 ou +	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Livre	184	76,3%	195	80,9%	182	87,5%
Escrava	36	14,9%	32	13,3%	16	7,7%
Liberta/Forra	11	4,6%	12	5,0%	7	3,4%
Santa	10	4,2%	2	0,8%	3	1,4%
Total	241	100,0%	241	100,0%	208	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

O quadro 28 apresenta a pertinência ou não do padrinho e madrinha ao plantel do batizando no período de 1810 a 1888, permitindo a verificação de certos padrões de exo/endogamia do compadrio entre os escravos de Guarapuava. Para elaborá-lo, cruzamos as informações não só dos registros de batismos com as listas nominativas de habitantes, como também as informações com relação aos escravos padrinhos presentes no próprio registro de batismos. Por exemplo, verificamos que Margarida, filha de Maurícia, escrava de Ana Ferreira dos Santos, tem como padrinho o escravo Benedito e como madrinha a escrava Basília, ambos de propriedade de José de Siqueira Cortes, e que Manoela, filha de Eufrásia, escrava de Antonio Sá Camargo, tem como padrinhos Manoel e Gertrudes, ele de propriedade do Major Luis da Silva Gomes e ela escrava de Feliciano Maria de Oliveira.

Os dados informam que a maior probabilidade era de encontrar padrinhos e madrinhas fora das escravarias dos pais das crianças. Obviamente o tamanho do plantel poderia estar influenciando nas escolhas dos padrinhos, mas, de uma forma geral, observa-se que o comportamento do compadrio nas escravarias em Guarapuava seguia padrões de sociabilização segundo os quais o escravo procurava se sentir membro de uma família a partir dos laços de compadrio. Como observa Schwartz,

“De meados do século XVIII à década de 1870, quando se escolhiam escravos, na maioria dos casos não eram escravos do mesmo proprietário do batizado. Essa situação expressava o tamanho relativamente pequeno dos latifúndios escravagistas da área e também indica a capacidade dos escravos de formar laços além dos limites da propriedade, diante das tentativas estruturais de limitar esses laços. Embora tenha havido variações de um lugar para outro (...) os padrões de seleção

*indicam uma participação considerável dos próprios escravos na escolha dos padrinhos de batismo”.*¹⁷²

Quadro 28 - Pertinência do padrinho e da madrinha ao plantel do batizando – período 1810 a 1888

Discriminação	Padrinho		Madrinha	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Mesmo Plantel	11	16,2%	4	4,8%
Plantel Diferente	37	54,4%	47	55,9%
Indefinido	20	29,4%	33	39,3%
Total	68	100,0%	84	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Apesar de concordarmos com as afirmações de Schwartz quanto às escolhas dos padrinhos escravos recaírem preferencialmente sobre indivíduos de fora do plantel do batizando, não concordamos quanto à capacidade de escolha dos escravos com relação aos padrinhos, pelo menos em Guarapuava, pois lá é muito forte a tendência de os padrinhos serem senhores de escravos de um outro plantel ou mesmo parentes muito próximos desses senhores. Em Curitiba, no período entre 1750 e 1820, Schwartz conclui que nenhum escravo negro foi batizado pelo próprio senhor, enquanto que 5% tiveram como padrinhos ou madrinhas parentes do senhor. De 1820 até a abolição da escravatura, esses padrões continuavam sendo a norma. Para o autor, *“a separação de status implícita nessas estatísticas indica o fracasso de um paternalismo para superar as proibições inerentes aos papéis espirituais e econômicos em conflito”*.¹⁷³

A partir de seu estudo sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba no período de 1790 a 1834, Esteves também concluiu que os senhores raramente serviram de padrinhos para seus escravos. Entretanto, percebeu que havia formas indiretas de paternalismo, pois, cruzando informações da lista nominativa de habitantes com as do registro de batismos, encontra-se um percentual de 37,4% de padrinhos entre senhores de outros escravos que não os pais da criança batizada e de filhos dos senhores. Para o autor, parece que o distanciamento entre o senhor e o escravo não foi muito grande em Curitiba, ficando a impressão de que havia uma certa proximidade entre eles.

¹⁷² SCHWARTZ, Stuart B. *“Escravos, roceiros e rebeldes”*. Tradução de Jussara Simões, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2001. p. 276/277.

¹⁷³ Ibid. p. 274.

*“Em Curitiba, os dois padrões de escolha interagiram com muita facilidade. Tanto os escravos buscaram para padrinhos de seus filhos outros senhores de escravos que não seus próprios, como também convidaram outros escravos com o mesmo objetivo. Concluiu-se desta forma que, caso estas escolhas tenham sido feitas pelos próprios escravos, talvez o mundo dos senhores e dos escravos não tenham estado tão distantes um do outro”.*¹⁷⁴

Silva, ao pesquisar sobre o compadrio em Joinville a partir da segunda metade do XIX, conclui que não havia senhores batizando seus escravos; foram muito poucos os senhores que serviram de padrinho e madrinha – houve apenas cinco padrinhos e somente uma madrinha. No conjunto dos batismos, os senhores representaram 0,5% do total. Ela afirma que na Freguesia de São Francisco Xavier não apresentou nenhum caso em que o senhor fosse padrinho e em poucos casos foi possível supor *“um parentesco dos padrinhos com o proprietário, isto levando em conta o sobrenome”*.¹⁷⁵ Entretanto, para os ingênuos, parece que as relações entre o senhor e os escravos se modifica, pois na Freguesia se encontra o número de oito padrinhos e nove madrinhas tendo o mesmo sobrenome do senhor.

Mesmo nos estudos sobre o Recôncavo Baiano, Schwartz e Gudeman salientam que foram poucos os senhores escolhidos como padrinhos, mas algum tipo de paternalismo indireto poderia acontecer – os autores encontraram apenas quatro casos num universo de 264. Isso significa que essas relações eram raras e, *“embora possa ter havido outros casos em que o padre simplesmente negligenciou anotar os vínculos, duvidamos que paternalismo no sentido estreito (senhor e escravo) ou extensivo (senhor de um outro e escravo) fosse comumente expresso através do compadrio”*.¹⁷⁶

Em Guarapuava, como já assinalamos acima, os padrões de compadrio parecem tecer caminhos diferentes daqueles que esses estudos nos mostram. Apesar de acompanhar as características quanto aos padrões referentes ao número de batismos realizados pelos senhores de seus próprios escravos – quase não houve registro de

¹⁷⁴ JUNIOR, Dejalma Esteves de Ávila. *“Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)”*. Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba, 2003. p. 38.

¹⁷⁵ SILVA, Denize Aparecida da. *“Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888”*. Dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba, 2004. p. 79.

¹⁷⁶ SCHWARTZ, Stuart B & GUDEMAN, Stephen. *“Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”*. In: REIS, João J. (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo, Brasiliense, 1988. p. 45.

senhores batizando seus escravos –, o número de padrinhos e madrinhas parentes dos senhores ou mesmo senhores de outros escravos foi significativo. Isso demonstra que as relações entre os senhores e os escravos estavam mais próximas do que parecem e eram fortemente marcadas por um certo “paternalismo indireto”, como caracteriza Schwartz. Dos registros em que foi possível identificar o parentesco dos padrinhos e madrinhas, bem como daqueles indivíduos senhores de escravos, identificamos 118 padrinhos e 92 madrinhas nessas condições- senhores de escravos ou parentes dos senhores. Isso representa um percentual de 19,4% para os padrinhos e 16,4% para as madrinhas. A historiografia desconhece números tão significativos de padrinhos e madrinhas tão próximos dos senhores e de seus parentes batizando escravos e ingênuos. Além disso, alguns desses indivíduos batizaram mais de um cativo e/ou ingênuo. Para ilustrar essa afirmativa, apresentamos abaixo uma tabela informando as características dos padrinhos e madrinhas considerando as especificidades de cada um quanto a serem proprietários de escravos, cônjuges ou parentes próximos.

Tabela 36. Condição dos padrinhos e madrinhas e número de batismos

Padrinho/Madrinha	Características	Número de Batismos
Padrinho:		
. Antonio Rocha Loures Villaça	Proprietário de escravos	5
. Antonio França Loures	Proprietário de escravos	5
. Bento Siqueira Cortes	Proprietário de escravos	5
. Domingos Siqueira Cortes	Proprietário de escravos	4
. Domingos Ferreira Maciel	Proprietário de escravos	4
. Elias Siqueira Cortes	Proprietário de escravos	4
. Frederico Ernesto Virmond	Proprietário de escravos	5
. Isaías Ferreira Siqueira	Proprietário de escravos	4
. João Lustosa Danguí	Proprietário de escravos	5
. Joaquim José Danguí	Proprietário de escravos	7
. Pedro Lustosa Siqueira	Proprietário de escravos	6
Madrinha:		
. Balbina Francisca Siqueira	Proprietária de escravos	4
. Brígida Maria Rosário	Proprietária de escravo	4
. Francisca Balbina Siqueira	Casada com Joaquim J. Danguí	6
. Francisca F. Siqueira Maciel	Casada com Bento S. Cortes	4
. Maria ^a França	Casada com Antonio F. Loures	4
. Maria Lustosa Siqueira	Irmã Pedro Lustosa Siqueira	7
. Maximiliana Ferreira Siqueira	Proprietária de escravos	5
. Placidina Maria Jesus	Proprietária de escravos	6

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Observa-se que não foram poucos os senhores de escravos padrinhos e madrinhas. O número de 723 registros não corresponde ao total dos batismos, visto que

três registros não apresentam o nome do pai nem da mãe. Percebe-se claramente a tendência de padrinhos livres e/ou libertos nas relações de compadrio e, mais ainda, essa tendência é muito forte, mesmo considerando a presença de pelo menos um escravo como padrinho, representando quase 79% dos registros.

Os padrinhos escravos, no total, representam 21% da amostra e, quando consideramos os dois como escravos, esse número é de apenas 6%. Isso significa que as relações de compadrio estavam fortemente marcadas pela opção dos escravos em definir com mais intensidade o futuro de seus filhos a partir de uma relação profunda de atingirem com mais facilidade sua liberdade e *status* social.

Se considerarmos que os recenseadores estavam preocupados em registrar os indivíduos na condição de escravos e de libertos, considerando suas particularidades na sociedade e nos levantamentos dos dados, observa-se que 55 deles apareciam com pelo menos um sendo liberto, o que representa 7% do total de registros de batismos. Se considerarmos o número de forros na população total, sua participação é relativamente importante.

Encontramos dificuldade, porém, para definir aqueles que não possuem registros, pois, pelas características apresentadas, na maioria dos casos esses indivíduos poderiam ser considerados como livres, primeiramente pela questão já levantada com relação aos seus nomes e segundo porque identificamos vários deles no cruzamento de fontes como as listas nominativas de habitantes, os registros de casamentos e os inventários.

A distribuição dos batismos a partir da análise por proprietário indica que havia certa concentração, ou seja, poucos proprietários registraram um número expressivo de batismos em sua propriedade. Isso pode ser verificado a partir do quadro abaixo, no qual procuramos mostrar a relação entre a frequência dos batismos e a propriedade.

Quadro 29. Relação entre a frequência de batismos e o nº de proprietários – Guarapuava 1810/1888

Frequência dos Batismos	Nº Proprietários	%
1	74	35,9%
2	35	17,0%
3	34	16,5%
4	12	5,8%
5	15	7,3%
6	6	2,9%
7	8	3,8%
8	8	3,8%
9	1	0,5%
10	1	0,5%
11	2	1,0%
12	1	0,5%
13	2	1,0%
14	2	1,0%
15	-	-
16	1	0,5%
17	2	1,0%
18	1	0,5%
19	-	-
20	-	-
25	1	0,5%
Total	206	100%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos; Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Dos 726 registros de batismos, encontramos dois que se referem a filhos de libertas, ou seja, nos registros está identificado que a mãe – e somente a mãe, pois não há registro do pai – está na condição de liberta. A tabela mostra que 35,9% das propriedades estão concentradas naqueles proprietários que batizaram apenas 1 escravo, porcentagem representada pelos 74 registros nessa faixa de frequência, porém a escravaria dessas propriedades representou apenas 10,1% do total dos registros de batismos no período – 35 proprietários batizaram duas crianças na propriedade, o que representa 17,0% da amostra. Com relação aos batizados, representam 9,6% do total dos registros apresentados. Isso aponta para a estrutura de posse da segunda metade do século XIX, pois é nela que se concentram os batismos.

As propriedades com a frequência de 3 registros são em número de 34, o que perfaz 16,5% do número total de proprietários, enquanto que a escravaria representa em torno de 14,0%. Para a frequência com 5 batismos, encontramos 15 propriedades, o que representa 7,3% e, com relação aos batizados, 10,3%.

Se avaliarmos por intervalos maiores na frequência dos batismos, os resultados apresentados quanto ao número de propriedades e ao número de batizados são os seguintes: a) no intervalo de 1 a 4 batismos, encontramos 155 propriedades, o que perfaz 75,2% do total de propriedades, e os batizados são em número de 294, o que representa 40,5%; b) no intervalo de 5 a 9 batizados, o número de propriedades é de 38, perfazendo 18,5%, enquanto o número de registros de batizados é de 240, o que perfaz 33,1%, e c) a partir de 10, o número de proprietários é de 13, o que representa 6,3% das propriedades, e o número de registros de batismos é de 191, representando 26,4% do total dos registros.

Enquanto há uma concentração maior das propriedades que tiveram como frequência o intervalo de 1 a 4 batismos, a distribuição dos batizados é mais homogênea pelas propriedades. Isso significa que um número importante de batismos ocorreu em poucas propriedades, o que fortalece a hipótese de que a família escrava estava se desenvolvendo dentro da propriedade e com o aval dos proprietários.

Um outro dado interessante é que, dos 206 proprietários que estavam batizando seus escravos ou filhos de escravos, 43 são mulheres, o que representa 20,8% das propriedades. Obviamente muitas delas são viúvas que herdaram seus bens de seus maridos, mesmo assim, pelos padrões iniciais de Guarapuava, esse número é importante.

A questão do compadrio na realidade é mais complexa. Estudos recentes mostram que os escravos que buscavam para padrinhos de seus filhos outros escravos foram de aproximadamente 20,0%. O problema é que a diferença populacional é muito maior, o que certamente influenciou a política de apadrinhamento entre a população escrava. Em Guarapuava, talvez por suas especificidades, a quantidade de escravos que buscavam como padrinhos para seus filhos outros escravos foi menor. Isso pode ser visto a partir dos dados dos quadros 24 e 25, que demonstram a condição jurídica dos padrinhos e das madrinhas.

Neles encontramos um percentual bem menor de escravos como padrinhos e madrinhas, se comparado com os apresentados pelos estudos de Schwartz para a Bahia e de Ávila Júnior para Curitiba. Enquanto em Curitiba os padrinhos livres representaram

75,3% dos casos, em Guarapuava esse percentual foi de 85,1%. Para os padrinhos escravos, o percentual foi de 10,0%, portanto, bem inferior ao valor de 23,5% encontrado para Curitiba. Mas é importante destacar que são períodos diferentes – os estudos para a Bahia e Curitiba são referentes ao final do século XVIII e início do XIX –, por isso o cuidado na análise dos números é fundamental, pois, além de se tratarem de localidades diferentes, os contextos também o são.

No caso das madrinhas, a situação não foi diferente, pois as madrinhas livres corresponderam a 80,3% em Guarapuava e, em Curitiba, esse percentual foi de aproximadamente 68,0%. As madrinhas escravas, que perfaziam 12,0% para Guarapuava, em Curitiba chegavam a quase 30,0%.

Um outro indicador que pode ser interessante é o fato de que os elementos forros como padrinhos possuíam, apesar do número pequeno, um percentual cinco vezes maior do que aquele que encontramos para Curitiba, no caso dos padrinhos, e o dobro para as madrinhas. Acrescentamos a isso os 15 registros da Virgem Nossa Senhora de Belém como madrinha.

Quadro 30. Padrinhos e Madrinhas de escravos com a condição de forros – Curitiba e Guarapuava – Século XVIII e XIX

Condição	Curitiba (1)		Guarapuava (2)					
	1790/1834		1810/1849		1850/1869		1870/1888	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Forro:								
. Padrinho	18	1,3%	2	1,9%	8	3,3%	19	5,1%
. Madrinha	28	2,0%	3	2,8%	11	4,5%	16	4,1%
Total:								
. Padrinhos	1.411	-	106	-	245	-	375	-
. Madrinhas	1.395	-	106	-	245	-	375	-

Fonte: (1) Catedral Basílica Menor de Curitiba. Livro de Registros de Batismo (1790-1834); IN; AVILA JÚNIOR, Dejalma Esteves. “*Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)*”. (2) Livro de Assento de Batismo de escravos. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

Percebe-se que os números se modificam quando consideramos a primeira metade do século XIX. Tanto para Curitiba como para Guarapuava o número de forros batizando os escravos é muito pequeno, porém Guarapuava, ainda assim, apresenta em termos percentuais um valor superior àquele apresentado por Curitiba. Ao mesmo

tempo, verifica-se que a partir da segunda metade do XIX os números, mesmo pequenos, crescem muito, sugerindo que a nova configuração do mercado de escravos estava produzindo seus efeitos também com relação ao compadrio.

Com isso, talvez possamos concluir que os escravos em Guarapuava não estavam criando relações de reciprocidade que pudessem aproximá-los mais de outros companheiros de cativeiro. Entretanto, concordamos com a idéia de que, quando tinham possibilidade de escolha, provavelmente a tendência era escolherem os cativos como compadres.

Não podemos esquecer, porém, que o tamanho da posse em Guarapuava era pequeno e isso provavelmente influenciava nas escolhas dos padrinhos, embora os escravos pareçam vencer algumas dificuldades quando possível, haja vista que os dados referentes à pertinência do padrinho e da madrinha mostram que a maioria dos escravos padrinhos (55,0%) e madrinhas (56,1%) era de plantel diferente daquele a que pertenciam os pais do batizando.

Uma outra possibilidade para analisarmos esses números é considerar que os escravos e/ou os senhores poderiam ter que escolher esse tipo de estratégia a fim de possibilitar o compadrio escravo a partir de outros plantéis, em função do reduzido número de escravos em suas propriedades.

Um outro tipo de avaliação é que poderia trazer alguns questionamentos com relação ao compadrio escravo é a relação a que nos propusemos a fazer considerando o proprietário e o número de batismos em sua propriedade. Para isso, apresentamos os quadros 26 e 27 que demonstram essas possibilidades de compadrio.

As propriedades que batizaram de 1 a 4 escravos tendem a apresentar um número de padrinhos/madrinhas livres menor do que as propriedades que possuíam o registro de mais do que 5 escravos. Além disso, a quantidade de compadres escravos foi superior nas propriedades com 1 a 4 escravos.

A dificuldade de se encontrar padrinhos/madrinhas de mesma condição jurídica era menor nas propriedades com poucos registros de batismos do que nas com um maior número de batismos. Isso comprova que os escravos procuravam vencer suas dificuldades de buscar padrinhos cativos. Pelos dados, quanto maior o número de batismos na propriedade, maior a tendência dos padrinhos em serem de condição jurídica livres. No caso das madrinhas, isso é até mais significativo.

Cruzando os dados das listas nominativas com os registros de batismos, pode-se verificar que existem muitos registros de padrinhos/madrinhas livres como sendo

proprietários de escravos, ou suas esposas e seus filhos. Como apresentado por Ávila Júnior, tais resultados demonstram um novo padrão em termos de compadrio escravo.¹⁷⁷

Para Guarapuava, parece-nos que os padrões de escolha permitem inferir que o sistema patriarcal pudesse estar sendo utilizado com maior força na localidade, considerando-se o número de senhores de escravos como padrinhos, bem como escravos batizando outros escravos de senhores diferentes.

Várias são as possibilidades, haja vista o cruzamento não só de dados referentes aos escravos contidos nas listas nominativas de habitantes, inventários, registros de casamentos e batismos, mas também os relativos aos proprietários e seus familiares. Para exemplificar, temos os filhos de Benedita e Basília, escravos de José de Siqueira Cortes e de Maximiliana Ferreira dos Santos: a) a escrava Magdalena teve como padrinho o Alferes Domingos Ferreira Maciel e como madrinha sua esposa, Balbina Francisca de Siqueira, sobrinha de José de Siqueira Cortes e de Maximiliana Ferreira dos Santos; b) a escrava Teresa teve como padrinho Pedro Lustosa de Siqueira e como madrinha Maria Lustosa de Siqueira, ambos irmãos e sobrinhos de José de Siqueira Cortes; c) a escrava Ignês teve como padrinho João Ferreira dos Santos e como madrinha Ana Maria de Jesus, irmão de Maximiliana Ferreira dos Santos e sobrinha de José de Siqueira Cortes respectivamente e) o escravo Ricardo teve como padrinho Domingos de Siqueira Cortes Filho e como madrinha Maximiliana Ferreira de Siqueira, filhos de Domingos de Siqueira Cortes, que era irmão de José de Siqueira Cortes.

Um outro exemplo é o caso da escrava Angélica, também de propriedade de José Siqueira Cortes, filha de Florinda e com pai incógnito. Seu padrinho é Manoel Félix de Siqueira e a madrinha é sua esposa, Eugênia Ferreira de Siqueira, respectivamente genro e filha de Maximiliana Ferreira dos Santos.

Apesar disso, não devemos nos esquecer de que Guarapuava, embora pertencesse à Província do Paraná, apresentando padrões muito parecidos com os descritos por Gutierrez no que tange aos aspectos de co-pertinência étnica, principalmente com relação à naturalidade brasileira, possuía diferenças importantes com relação à igualdade entre os sexos, o percentual de crianças nos plantéis e a incidência de casamentos entre os escravos.

¹⁷⁷ JUNIOR, Dejalma Esteves de Ávila. *“Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)”*. Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba, 2003.

Quanto aos progenitores masculinos, temos algumas informações. Por exemplo, sabemos que, dos 23 registros com origem identificada, dezessete ou 73,9% são de crioulos e 26,1% são de africanos; 4 estão na condição de libertos e três como livres; em um dos registros o pai é falecido e, dos 14 registros que apresentam a cor do pai, 9 são de pretos; 4 de pardos e 1 de mulato.

Os proprietários dos pais são 23 no total, o que, considerando esses proprietários em relação ao número de pais (92), nos dá uma média de 4 escravos por propriedade, média essa compatível com o tamanho de posse em Guarapuava no período. Pela lei de 1871, segundo a qual as crianças nascidas a partir daquela data estariam livres, observam-se 384 registros, o que significa mais da metade dos registros apurados no período.

Encontramos apenas dois registros em que os escravos possuíam a idade adulta – caso de Fortunato, que aparece registrado como nascido em 1836 e com registro de batismo no ano de 1864, e de Manoel, com batismo registrado em 1841, mas com a observação de que já era adulto no ato do registro.

Quanto à cor dos batizados, encontramos o registro de 299 escravos e ingênuos com essa característica identificada. Desses, 60% estavam registrados como pardos; 36% como pretos; 3% como fulas e 1% como mulatos. De alguma forma, os registros demonstram que havia tendências de hierarquização a partir da cor. Mas se acrescentarmos a possibilidade de que os sem cor identificada fossem socialmente considerados como pretos, o percentual de pretos salta para 73,7%, enquanto o de pardos se reduz para 24,7% e o de mulatos e fulas para 1,6%.

Quanto às mães, encontramos 268 registros de cor, sendo que 49% eram pretas; 39% pardas e 12% mulatas. Pelos dados, aparentemente as mães estavam se unindo com indivíduos superiores na hierarquia, pois, pelo percentual dos filhos pardos, não seria possível, com essa distribuição, encontrarmos esse número de indivíduos.

Com relação ao estado conjugal das mães, encontramos nos registros apenas seis casadas, os outros registros apresentam solteiras ou não identificam o estado conjugal. Quanto à nacionalidade ou origem, apenas duas são africanas e, com relação à profissão, encontramos doze registros, sendo que onze eram cozinheiras e uma se dedicava a serviços domésticos.

No total são 206 proprietários para 726 registros de batismos, o que nos dá 3,5 batismos para cada proprietário. Em princípio, esse número nos fornece uma média de filhos por propriedade, entretanto, precisamos investigar com mais detalhes essa

hipótese a partir dos registros e do cruzamento de informações com outras fontes, como os inventários, a fim de averiguarmos o número médio de crianças no plantel e de filhos por escravas. A concentração de um número significativo de registros de batismos numa propriedade apenas modifica o perfil apresentado acima.

Uma outra questão importante se refere à idade das mães escravas. Os registros informam que elas pariam cedo, pois nos 17 registros a que tivemos acesso, 47,1% delas estavam tendo filhos na faixa etária de 15 a 19 anos; 41,2% na faixa de 20 a 24 e 11,7% na faixa de 10 a 14.

Ao mesmo tempo, as escravas estavam concebendo em intervalos pequenos, por volta de 2 anos – intervalo esse já pesquisado e bastante compatível com aquele apresentado por Florentino em seus estudos no agro fluminense. Considerando as mães sem idade e uma amostragem considerável, a média de intervalação foi de 2,3, o que fortalece a hipótese de que as mães cativas, além de parirem mais novas, tinham intervalos menores de procriação.¹⁷⁸

Por faixas etárias, observa-se que as mães estavam tendo filhos em intervalos diferentes. Na faixa etária de 16 a 20 anos, o intervalo é de 2,3 anos, mas na faixa seguinte esse intervalo é maior, com 2,7 anos. Já na faixa etária de 25 a 29 e de 30 a 34, o intervalo é de 2,1 e 2,0, respectivamente. O intervalo sobe a partir da idade de 35 anos, o que é normal dadas as características naturais das mulheres.

IV.3 Razão criança/mulher

Ao compararmos os dados do número de crianças nas faixas etárias de 0 a 4 anos e de 0 a 9 anos com o número de mulheres escravas nas faixas etárias consideradas como férteis, isto é, de 15 a 39 anos, de 15 a 44 anos e de 15 a 49 anos, conforme

¹⁷⁸ Com relação aos intervalos entre os nascimentos, podemos citar: CHARBONNEAU, Hubert; GYLLEMETTE, André; LÉGARÉ, Jaques; DESJARDINS, Bertrand; LANDRY, Yves, NAULT, François. *“Naissance d’une population. Les français établis au Canada au XVII^e siècle. Paris”*: Institut National d’études Démographiques/ Presses Universitaires de France; Montreal: Presses de l’Université de Montreal, 1987, p.161. Os autores escrevem que “intervalle moyen entre naissances à 30 ans (en années) (femmes mariées à 15-29 ans)” era de 2,07 entre os pioneiros no Canadá (século XVII) e de 2,30 entre os franceses (século XVIII). Isso mostra que, apesar de variações, também ocorria o mesmo no interior na qual estavam as mulheres escravas em Guarapuava. Portanto, apesar das precauções que devemos ter em função da impossibilidade de se reconstituir famílias completas e de ser muito pequena a amostra, fica mais uma demonstração de que não se justificam as expectativas muito antigas de taxas de fecundidade extremamente baixas entre as mulheres escravas. Por outro lado, fica demonstrado que as condições de fronteira (muitos homens, plantéis pequenos) não deprimiam muito as condições para que as mulheres escravas tivessem filhos. Louis Henry também chega a conclusões parecidas em seu trabalho sobre Demografia Histórica: HENRY, Louis. *“Técnicas de análise em Demografia Histórica”*. Tradução de Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. UFPR, Curitiba, 1977.

quadro 31, pode-se verificar a capacidade de auto-reprodução da população escrava. Baixa a relação, podemos inferir que a reprodução da mão-de-obra escrava era de caráter exógeno. A relação criança/mulher nos indica as possibilidades de auto-reprodução de uma dada população. Uma pequena relação entre crianças/mulheres nos mostra a pouca fertilidade das mulheres e conseqüentemente de reprodução natural. Quanto menor essa relação maior a dependência com relação ao tráfico negreiro.

Alguns estudos demonstram diferenças importantes quanto a capacidade de reprodução natural da população escrava. Se considerarmos tais dados como verdadeiros, pode-se afirmar então, pelo quadro 31 que a população escrava no Brasil não poderia se reproduzir apenas de uma forma endógena. Verificam-se, pelos dados, que as localidades de São Paulo eram dependentes do tráfico de homens escravos face a baixa relação entre crianças/mulheres, somente Lorena apresentou uma relação até certo ponto importante e diferenciada dos padrões daquelas faixas etárias.

Para Bananal a relação entre crianças/mulheres apresenta-se baixa confirmando a hipótese de dificuldades da escravaria de se reproduzir por si própria. O autor sugere que alguns fatores são importantes para explicar tais números: primeiramente, a idade média da população escrava, em segundo plano, as taxas de casamento entre a população feminina concomitantemente nas suas preferências em ter menos filhos¹⁷⁹.

Para Mariana, verifica-se o maior indicador na relação crianças/mulheres dando-nos um perfil de que a reprodução natural era um fator importante de crescimento da população escrava em Minas Gerais, o que para o Paraná também é relevante visto a faixa etária considerada para as mulheres.

Os números mostram que existia um índice importante na relação crianças/mulheres em Mariana, apesar de não permitir dizer que este fosse também o único fator responsável pela reposição. Para a autora parece que é correta a afirmação de que exista uma ligação entre os níveis de produtividade da economia e a exploração física dos escravos.

O declínio da atividade aurífera e a condução da economia para as atividades de subsistência para abastecer o mercado interno, o predomínio dos pequenos e médios plantéis, e a proximidade entre senhores e escravos deve ter contribuído para reduzir os níveis de exploração dos escravos.

¹⁷⁹ O autor identifica para aquela localidade algumas características da escravaria a fim de explicar a relação menor existente entre crianças/mulheres escravas, visto que suas sugestões avançam no sentido de que haveria uma maior propensão ao casamento das africanas e ao mesmo tempo uma tendência dessas em gerarem um menor número de filhos.

Quadro 31. Relação Criança/Mulher – Anos Seleccionados

Localidade/Ano	Crianças		Mulheres			Relação						
	0-4	0-9	15-39	15-44	15-49	0-4/ 15-39	0-4/ 15-44	0-4/ 15-49	0-9/ 15-39	0-9/ 15-44	0-9/ 15-49	0-9/ 10-49
Itu (1) 1829	269	505		938	968		287	278		538	522	
Mogi (1) 1829	184	378		569	596		323	309		664	634	
São Paulo (1) 1829	248	508		891	918		278	270		570	553	
Bananal (2) 1801 1817 1829	42 77 106				115 246 301			365 313 352				
Lorena (2) 1801	128				196			653				
Mariana (3) 1810 1820 1830 1840											930 1010 930 1000	
Paraná (4) 1804 1824												1030 840
Guarapuava (5) 1828 1835 1840	4 9 14	10 15 18	4 21 23		5 26 25	1000 430 610		800 346 560	2500 714 783		2000 577 720	

Fonte: (1) Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. “Escravos e senhores no Brasil no início do Século XIX. São Paulo em 1829”. Estudos Econômicos, São Paulo, V.20, P.349-379, set-dez, 1990 (2) José Flávio Motta. “Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal 1801 – 1829”. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. (3) Carla Maria C. Almeida. “Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750 – 1850”. População e Família, São Paulo, vol. 1, n° 1, p. 235-260, jan/jun, 1998. (4) Iraci del Nero e Horácio Gutierrez. “Paraná - Mapas de Habitantes 1800-1830”. São Paulo, FIPE/USP, FINEP, 1985. (5) Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No caso do Paraná, Horácio Gutierrez mostra que a razão criança/mulher é alta. O autor sugere que na região tudo leva a crer que o “*perfil jovem da população escrava no Paraná nas três primeiras décadas do século XIX, deveu-se em boa medida à existência de uma natalidade elevada entre os cativos. À reprodução natural poder-se-iam atribuir, razoavelmente, o equilíbrio dos sexos encontrado entre os escravos, as baixas idades medianas e as altas razões crianças-mulheres*”.¹⁸⁰

Em todas as faixas analisadas e considerando os anos seleccionados, verifica-se que a relação entre crianças/mulheres em Guarapuava é superior àquela encontrada para

¹⁸⁰ GUTIERREZ, Horácio. “Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1986. p. 122.

as regiões de São Paulo, com exceção de Lorena. Para o ano de 1828 encontram-se números bastante significativos dando-nos um perfil de que a reprodução natural era um fator importante para o crescimento da população escrava na região. Entretanto, para os anos seguintes, verificamos que os números apresentados se alteram significativamente, demonstrando que o crescimento da população escrava em Guarapuava não poderia ser apenas em função da reprodução natural.

Apesar de sua composição por sexo ser bastante diferenciada, Guarapuava, mesmo assim, apresenta uma capacidade de reprodução importante e superior àquela encontrada nas regiões paulistas, considerando a relação entre crianças/mulheres na população escrava. Portanto, e, apesar das altas razões de sexo e do ambiente de voracidade da fronteira, havia ênfase na reprodução endógena. A composição e a relação entre crianças/mulheres em Guarapuava poderia fortalecer apenas essa interpretação quanto a reprodução natural entre os escravos, porém a migração crescente e potencial da população escrava para Guarapuava derruba em tese essas afirmações. O fluxo constante de entradas de escravos oriundos de outras regiões e principalmente do Paraná mascarava, de uma certa forma, essa análise de crescimento vegetativo.

Ao analisarmos os inventários *post mortem*, a partir da segunda metade do século XIX, vamos nos deparar com valores ainda mais significativos quanto a razão criança/mulher. Apesar de um número pequeno de inventários, pode-se perceber que o indicador era elevado para Guarapuava, visto que na década de 1850 foi de 3.667 na faixa etária de 0 a 9 anos para as crianças e na faixa 15 a 39 anos para as mulheres. Nas décadas seguintes, apesar de menor, ainda assim os números se apresentam elevados para Guarapuava. Acrescentamos em nossas análises alguns proprietários de cativos que achamos interessantes do ponto de vista do plantel de cada um deles, pois fortalece a idéia de que apesar de possuírem um número importante de homens escravos nas propriedades, a razão criança/mulher demonstra a capacidade de reprodução endógena de sua escravaria.

É o caso de José de Siqueira Cortes, que no processo de inventário aberto em 1859 possuía 17 escravos. Como pode ser observado no quadro 32, a razão criança/mulher foi de 7.000, portanto, muito elevada. Se analisarmos a composição do plantel como um todo encontram-se 9 homens e 8 mulheres, entretanto, ao observamos o plantel com a idade acima dos 14 anos, encontra-se o número de 5 homens e 3 mulheres, portanto uma razão de sexo de 167. É o que acontece também para a propriedade de Bernardino José de Lacerda que em seu inventário do ano de 1877

possuía 22 escravos. A razão criança/mulher foi de 6.000, também muito elevada para os padrões desse indicador no Brasil. O plantel tinha como característica o equilíbrio entre os sexos, porém, os escravos com a idade acima de 14 anos eram em número de 11 e as escravas 5, portanto, com razão de sexo de 220.

Assim, ao observarmos esses números, confirma-se a hipótese de que Guarapuava apesar de possuir plantéis fortemente marcados por homens, isso não impediu que a reprodução endógena fizesse parte das estratégias de crescimento da escravaria. No ano de 1872, a partir dos dados do recenseamento geral do governo, observa-se que Guarapuava continuava a apresentar um indicador importante quanto à razão criança/mulher, apesar das diferenças com relação a Palmas. Mesmo assim, no geral, Guarapuava mostra que a reprodução endógena também fazia parte das estratégias dos escravos e dos proprietários.

Quadro 32. Razão criança/mulher a partir dos inventários das décadas de 1850, 1860 e 1870, do recenseamento geral do ano de 1872 e de alguns proprietários de cativos. Guarapuava

Discriminação	Crianças		Mulheres	Relação	
	0 – 4	0 – 9		0-4/15-39	0-9/15-39
. 1850 (1)	5	11	3	1667	3667
. 1860 (1)	3	8	4	750	2000
. 1870 (1)	-	8	8	-	1000
. 1872: (2)	97	200	209	464	957
. Guarapuava	68	147	114	596	305
. Palmas	29	53	95	1290	558
. José S. Cortes (3)	3	7	1	3000	7000
. Bernardino J. Lacerda (3)	2	6	1	2000	6000
. Domingos S. Cortes (3)	2	5	3	667	1667
. Pedro S. Cortes (3)	3	6	5	600	1200

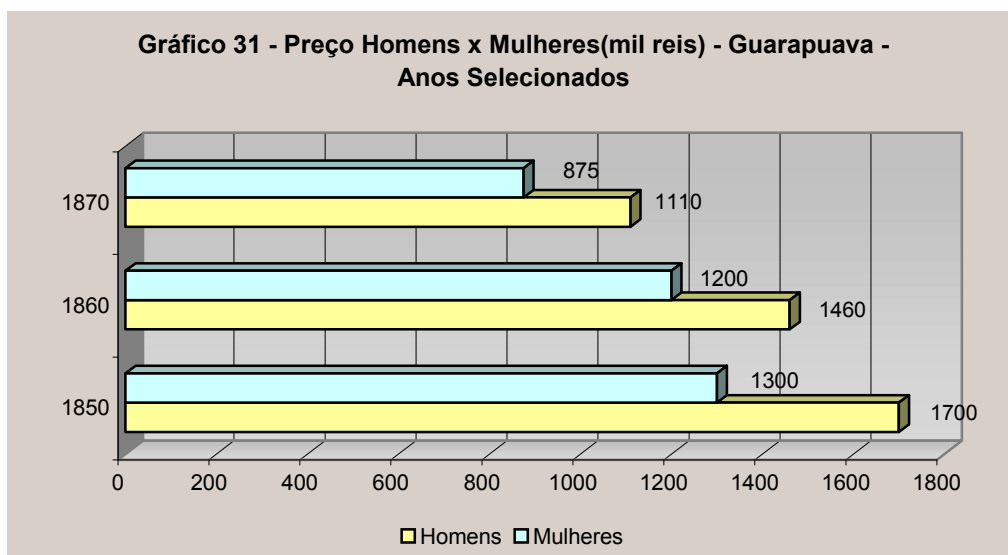
Fonte: (1) Inventários *post mortem* – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava; (2) IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1872, V.9; (3) Inventários *post mortem* de José Siqueira Cortes, Bernardino José de Lacerda, Domingos Siqueira Cortes e Pedro Siqueira Cortes arquivados na 1ª Vara Cível de Guarapuava

IV.4 Preços dos escravos

Com relação aos preços dos escravos e seu movimento durante os períodos de crise de oferta em função do fim do tráfico, é comum se verificar na historiografia que a mão-de-obra escrava teve seus preços valorizados, principalmente após o fim do tráfico

de escravos, em 1850. A partir dos registros de inventários, percebe-se que na década de 1850 do século XIX as mulheres que se encontravam na faixa etária de 15 a 39 tinham um preço médio nominal em torno de 76,4% daquele estipulado para os homens. Na década de 1860, essa equivalência foi de 82,1% e, na década de 1870 o preço das mulheres era 78,7% do preço dos homens. Tanto os movimentos de oferta no mercado de cativos como as leis que estavam fracionando os plantéis influíam na relação de preço entre mulheres e homens. Talvez após a implantação da Lei do Ventre Livre os proprietários poderiam estar depreciando o valor das escravas, visto as menores possibilidades de produção de escravos.

O gráfico abaixo mostra essa evolução nos preços dos escravos a partir dos registros de inventários. A partir da década de 1850, há um forte incremento nos preços dos escravos, mas, apesar disso, os preços se reduzem nos períodos posteriores. No período de 1850/1860, essa redução é menos intensa no caso das mulheres do que no dos homens, pois, enquanto a redução ficou em 7,7% para as escravas, os homens tiveram redução de 14,1%. No período seguinte, essa proporção se altera significativamente, pois enquanto o preço dos homens se reduz em aproximadamente 23,9%, o das mulheres se reduz em 27,1%.



Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava

IV.5 Óbitos de escravos

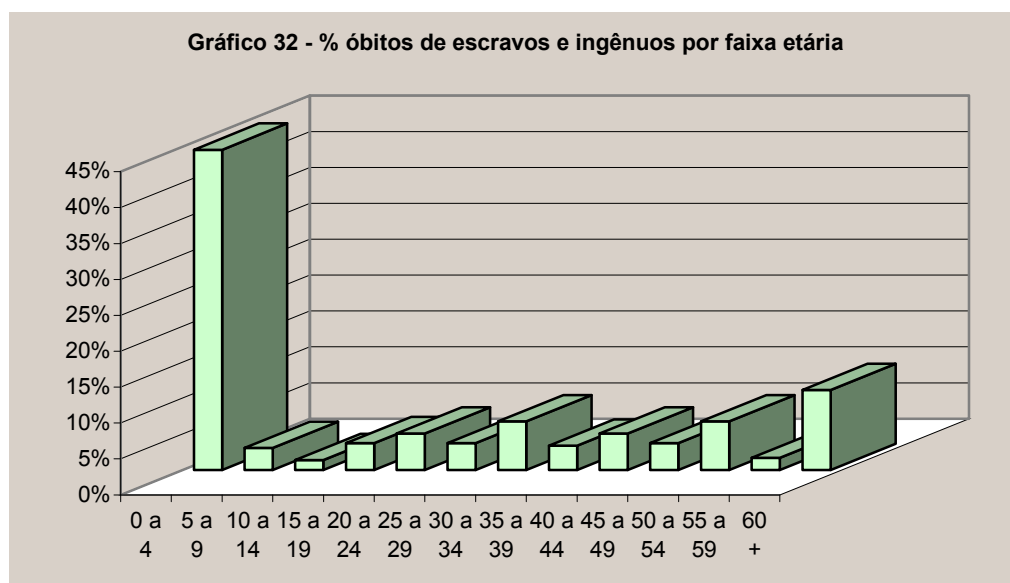
Para analisar a evolução e as características dos registros referentes aos óbitos de escravos em Guarapuava, consideramos dados como data de óbito, causa da morte, nome, sexo, origem, cor, idade, estado conjugal e profissão do escravo falecido; nome, condição jurídica e origem de seu pai; nome, condição jurídica, cor e origem de sua mãe; estado conjugal de seus pais e nome do senhor do escravo falecido, do senhor do pai e do senhor da mãe, todos presentes nos registros.

Com relação aos registros, devemos acrescentar que todos apresentam data do óbito, nome, sexo e idade do escravo falecido, mas nem sempre sua origem, estado conjugal e profissão é definida – de fato, esta aparece em apenas um registro. Com relação a registros que identificam o pai, a maioria informa também sua condição jurídica e origem. Nem todos os registros informam o nome da mãe, mas na maioria dos casos informa sua condição jurídica e origem e alguns informam também sua cor. O estado conjugal dos pais e a causa da morte são informados na maioria dos casos. Finalmente, poucos informam o nome dos senhores dos progenitores, mas todos informam o nome do senhor do falecido.

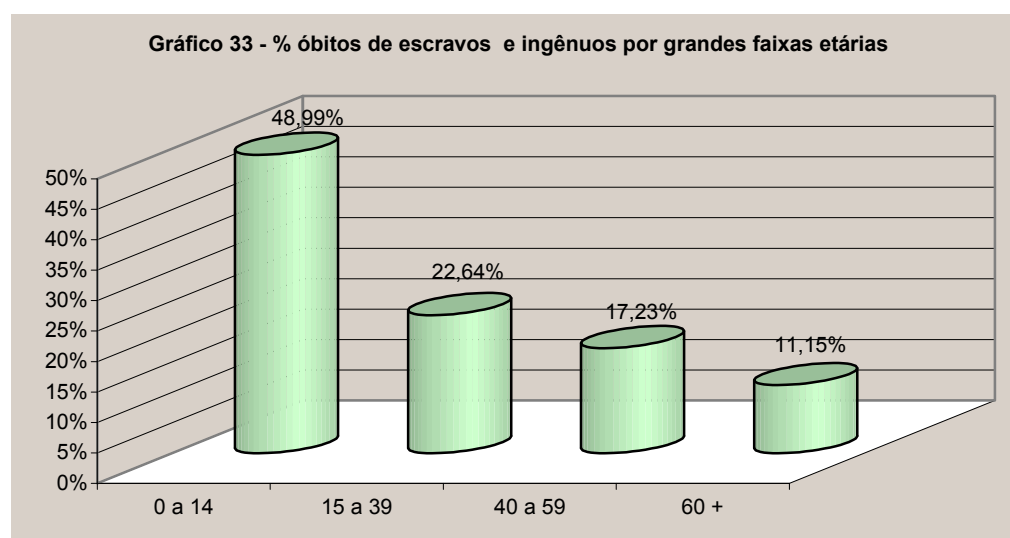
No total, são 299 registros de óbitos, sendo 160 de homens e 139 de mulheres. O primeiro registro data de 1810 e o último de 1885 e alguns intervalos, como o de 1815/1824, não possuem nenhum tipo de registro de óbito, o que sugere que sub-registros eram freqüentes neste caso.

A evolução dos óbitos revela que no intervalo entre 1810 e 1840 foi fortemente marcado por sub-registros ou perda de livros, haja vista que neste temos o registro de apenas 7 óbitos. A partir da década de 1840 é crescente o número de registro de óbitos, sendo que o período entre 1880 e 1886 apresenta o maior número de registros, com 62 óbitos.

Com relação à idade dos escravos, observamos pelos gráficos abaixo que a distribuição dos óbitos seguia uma lógica comum de um maior índice de mortalidade na faixa etária dos infantes, porém essa lógica não aplicava apenas a essa faixa etária, pois se encontra um número razoável de óbitos em outras faixas etárias.



Fonte: Livro de Assento de Óbitos de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém, Guarapuava.



Fonte: Livro de Registros de óbitos – Paróquia Nossa Senhora de Belém, Guarapuava.

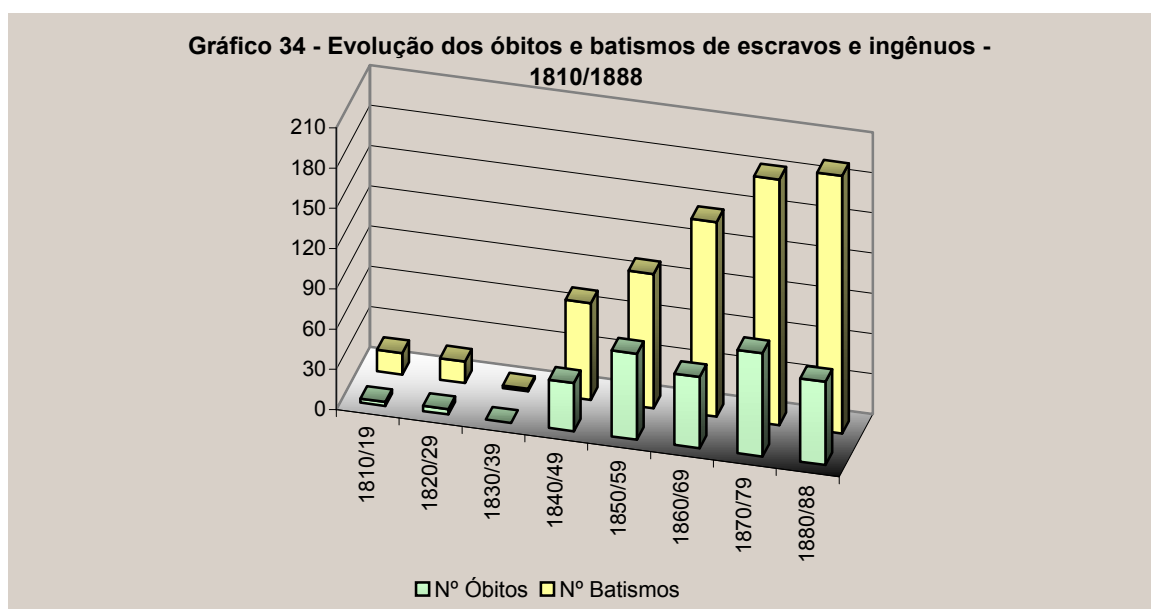
O gráfico 32 mostra o percentual de óbitos por faixas etárias quinquenais. Ao observá-lo, fica claro que a faixa etária de 0 a 4 possui maior participação nos óbitos, com aproximadamente 45%. Entretanto, é interessante o percentual apresentado pelas outras faixas etárias, principalmente pela faixa a partir de 60 anos, que tem uma participação de 11% do total de óbitos.¹⁸¹ Apesar dos sub-registros, esses

¹⁸¹ Em Curitiba, no período entre os anos de 1815 e 1820, Carlos Lima encontrou números muito próximos dos de Guarapuava, com 45% para as crianças com menos de 15 anos de idade e de

indicadores são interessantes para se avaliar a possibilidade de sobrevivência dos escravos. O gráfico 33, que mostra o percentual de óbitos por grandes faixas etárias – a faixa etária dos infantes, dos jovens e dos idosos – possibilita melhor visualização.

Os números indicam que a faixa etária de 0 a 14 anos participa com 49% dos óbitos; a faixa de 15 a 39, com 23%; a de 40 a 59, com 17% e a faixa a partir de 60 anos, com 11%. Se considerarmos a faixa a partir de 40 anos, o percentual de óbitos fica em 28%, portanto, superior ao da faixa de 15 a 39, que é de 23%.

Tais indicadores sugerem que a população escrava em Guarapuava tinha, de alguma maneira, algum tipo de relação na propriedade que poderia estar levando a uma convivência mais próxima a fim de preservar seus escravos, pois os mesmos significavam dinheiro, principalmente na pecuária. Outra possibilidade é de que a economia própria dos escravos, na fronteira, poderia estar permitindo melhores roças de subsistência, sobretudo tendo em vista a forte sazonalidade da pecuária. Isso pode ser confirmado ao compararmos os dados de óbitos e nascimentos por década. No gráfico 34 que apresenta essa evolução nos números de registros, podemos observar que o número de batismos é superior ao número de óbitos em todos os períodos.



Fonte: Livro de registro de óbitos e de batismos de escravos – Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava

aproximadamente 9% para os idosos. MOURA, Ana Maria da Silva & LIMA, Carlos A. M. Lima. *“Devoção e incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa”*. Curitiba, Peregrina, 2002. p. 140.

Nas primeiras décadas da primeira metade do século XIX, os registros são escassos e fragmentados, pois encontramos problemas nos dados para a década de 1830 para os registros de óbito e de batismo – havia apenas dois registros de batismos e nenhum de óbitos. Pela sequência e lógica dos dados, parece que a partir da década de 1840 houve certa estabilidade com relação aos registros, pois é a partir então que percebemos serem mais consistentes e freqüentes. Também nesse caso não nos esquecer dos sub-registros, mas se eles continuam acontecendo, provavelmente ocorrem para os registros de batismos e de óbitos. Portanto, as hipóteses aqui levantadas são coerentes com a idéia de que a população poderia estar tendo taxas positivas de crescimento natural.

Com relação à origem dos escravos, a partir dos registros de óbitos, que são 299, encontramos a origem de 131. Os crioulos eram maioria, com 65%, enquanto os africanos perfaziam 35%. Para os africanos, identificamos apenas 4 com procedência definida, todos eram de Guiné. Assim, verifica-se um número expressivo de escravos africanos, o que merece estudo mais aprofundado. Todos os óbitos de africanos se encontram na faixa etária a partir de 20 anos, pois os recém-nascidos e os infantes eram, por natureza, crianças brasileiras. Entretanto, e como hipótese de trabalho, ao considerarmos os escravos sem registro de origem como crioulos, o percentual chega a ser de 84%.

Ao considerarmos por grandes faixas etárias, o resultado é o seguinte: a faixa de 20 a 39 anos participou com 26,1% dos óbitos; a faixa de 40 a 59, com 41,3% e a faixa a partir de 60 anos, com 32,6%. Isso significa que a população africana estava conseguindo permanecer nas propriedades por períodos longos de tempo, ou por questões naturais relacionadas com a estrutura física deles, ou devido a estratégias senhoriais de manutenção e preservação da mão-de-obra.

Se analisarmos os óbitos por décadas, esse índice cresce mais significativamente a partir da década de 1850, com 26,1% do total dos registros. Na década de 1870, houve o maior número de óbitos de escravos africanos, confirmando assim as possibilidades de que os africanos estavam permanecendo nas propriedades por um tempo expressivo de sua vida.

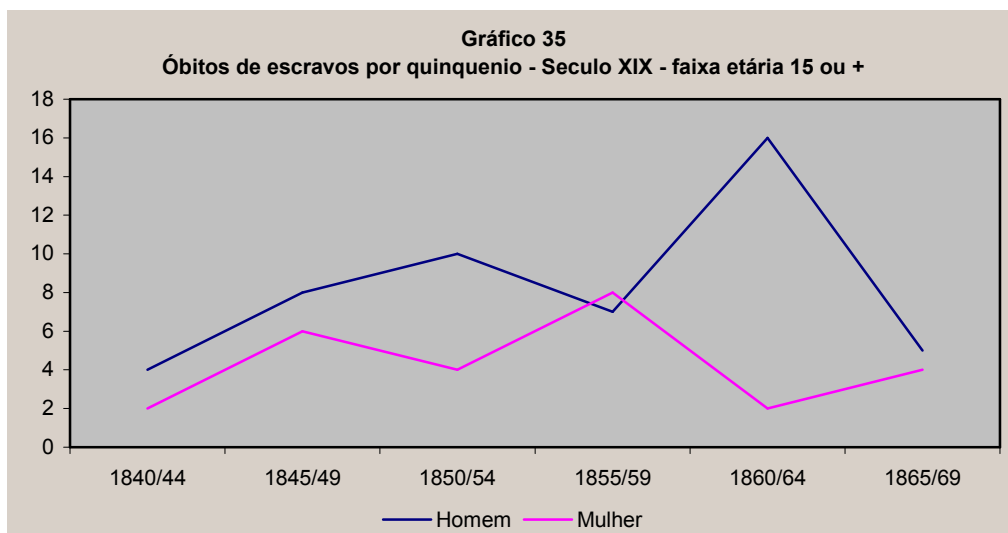
Quanto ao estado conjugal, a maioria dos africanos estava registrada como solteira, com apenas cinco casados e três viúvos, o que representa 17,4% de sua

população. Os homens eram a grande maioria, com 35 indivíduos, e a razão de sexo era de 318, padrões até mesmo elevados para a população africana se comparados com os de outras localidades onde era predominante a participação dos africanos nos plantéis. Dos escravos casados, 4 eram homens e apenas 1 mulher. Três eram casados com outros escravos, sendo um “de nação”. Para um deles não havia identificação do cônjuge e para o outro havia a observação de que tinha esposa ignorada, pois não morava com ela. Quanto aos viúvos, todos eram homens casados com escravas.

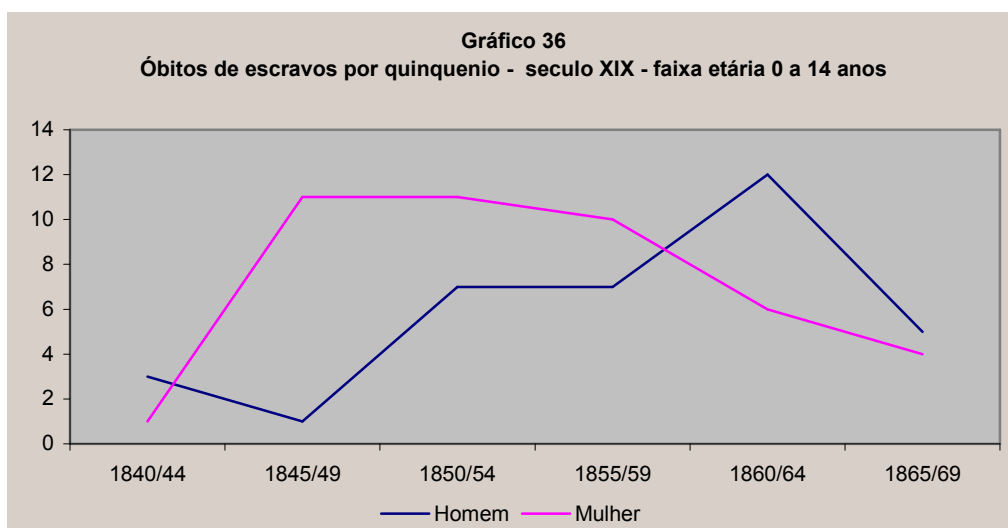
Os homens possuem idade média de 50,8 anos, enquanto para as mulheres a média é de 46,2 anos. A partir desses dados, verifica-se que a idade média dos homens era maior do que a idade média das mulheres e que os homens se caracterizavam por uma expectativa de vida superior à das mulheres.

As causas da morte eram basicamente enfermidade, mas alguns registros eram mais definidos quanto ao tipo de doença. Também havia mortes provocadas por ataques de índios e encontramos um registro em que o escravo foi condenado e executado por ter praticado homicídio contra seu proprietário.

A fim de avaliarmos como estavam se comportando os óbitos de escravos em Guarapuava, também elaboramos gráficos demonstrando a evolução do número de escravos falecidos por sexo. Assim, podemos ter uma compreensão mais detalhada de como estavam evoluindo as características da escravaria, principalmente se olharmos indicadores como a razão de sexo, por exemplo. Os gráficos mostram a evolução por quinquênio dos óbitos dos escravos considerando as faixas etárias de 0 a 14, bem como a grande faixa a partir de 15 anos de idade.



Fonte: Livro de Registro de óbitos – Paróquia Nossa Senhora de Belém, Guarapuava.



Fonte: Livro de Registro de óbitos – Paróquia Nossa Senhora de Belém, Guarapuava.

Pelos gráficos se percebe que, para a faixa etária a partir dos 15 anos, no período 1840/1869, morreram 92% mais homens do que mulheres, pois houve 50 óbitos do sexo masculino contra 26 do sexo feminino, o que é normal uma vez que havia mais homens na população, resultando maior frequência de óbitos entre eles. Por esses números, podemos concluir que a razão de sexo da população escrava nesse período foi de 192, confirmando, assim, a tendência demonstrada em todo o estudo de que os proprietários de escravos de Guarapuava tinham a preferência pelo braço masculino.

Quanto à faixa etária de 0 a 14 anos, o perfil se altera significativamente, pois são as mulheres que predominam nos registros de óbitos. São 43 óbitos do sexo feminino contra 35 do sexo masculino, portanto, com razão de sexo de 81. Talvez a estratégia fosse priorizar os homens nos plantéis, por isso os cuidados poderiam estar sendo direcionados para eles, em detrimento das mulheres, mas essa é apenas uma hipótese que deverá ser investigada em estudos posteriores. Ou talvez a realidade revelada pelos números aqui apresentados fosse mascarada pelos sub-registros. Finalmente, poderíamos pensar numa demografia em que o sexo feminino poderia estar sendo dominante a partir dos nascimentos dos escravos – hipótese que pode ser descartada, dados os registros de batismos anteriormente estudados na seção IV.2 em que, dos 726, 370 eram de homens.

CONCLUSÃO – CAPÍTULO IV

As possibilidades de formação da família escrava em Guarapuava foram concretas durante todo o século XIX. Isso porque, apesar de possuir uma escravaria pequena, demonstra que as propriedades e seus escravos possuíam estratégias a fim de promoverem arranjos matrimoniais entre eles.

Tais arranjos não eram necessariamente voltados para uniões sancionadas pela Igreja, mas se pautavam pelas possibilidades concretas de cada ator dessa grande peça atingir seus sonhos e desejos como indivíduos. Assim, Guarapuava foi uma dessas regiões que produziu concretamente relações estáveis entre sua população escrava, que provavelmente era unida no que se refere a laços de afinidade e de estratégias parentais. Ao mesmo tempo, a atitude de seus proprietários permite inferirmos que eles também participavam dessas estratégias, oferecendo condições para que os escravos pudessem se relacionar melhor com outras pessoas, principalmente com as livres.

Dos 141 registros de casamentos para o período 1813 a 1886, percebe-se que, na primeira metade do século XIX, foram realizados 25 casamentos, enquanto que, na segunda, foram 116. A ausência de registro de casamento entre de 1813 a 1833 se configura em um problema para nossas análises, embora a avaliação dos registros por quinquênio nos leve à conclusão de que os escravos estavam se casando em maior proporção antes da década de 1850.

Talvez o forte crescimento populacional na primeira metade do século e com as escravarias se concentrando nas faixas etárias mais produtivas poderiam estar influenciando no número de casamentos em Guarapuava, além das pressões para o fim do tráfico internacional. Quanto à segunda metade, com a promulgação da Lei de 1869 que proibiu a separação de famílias escravas e com o intenso tráfico interno em face da demanda pelas áreas cafeeiras, poderia estar trazendo reflexos inversos com relação ao estímulo aos casamentos dos cativos.

Outro fator notado a partir dos dados das listas nominativas de habitantes é que, quanto maior o equilíbrio entre os sexos, maior era a possibilidade de casamento entre os escravos. Em 1828, quando a razão de sexo dos escravos, a partir de 15 anos foi de 266, encontra-se apenas 1 casado e 1 viúvo. Para o ano de 1835, quando a razão de sexo

foi de 119, os casados são em número de 13 e os viúvos 2. Em 1840, com razão de sexo de 150, os casados são 6 e os viúvos 1. Ao mesmo tempo, observa-se que em 1835 o percentual de casados e viúvos não foi tão baixo assim, visto que atingiu 25,8% da população escrava.

As possibilidades de ascensão social a partir das redes de uniões são outro dado importante. Verifica-se que a maioria dos escravos estava se casando com cônjuge também escravo. Entretanto não é desprezível a importância que toma a participação de parceiros considerados superiores em termos de hierarquia social. Os homens parecem que procuravam mais essa condição do que as mulheres. Não sabemos se isso era uma estratégia mais intensa por parte deles a fim de promoverem a mobilidade social ou se as condições demográficas dos plantéis, com maior participação dos homens, influenciavam as escolhas diferenciadas nos arranjos matrimoniais.

Outra questão é que os escravos crioulos tinham mais condições de casarem para cima do que os africanos. A mobilidade social era maior entre eles. As estratégias dos cativos foram diferenciadas no tempo. Ao separarmos por períodos verificam-se algumas diferenças nos arranjos. Entre 1813/1840 os casamentos onde um os nubentes eram escravos, 66,6% tinham essa condição. Entretanto, no período 1850/1870 dos registros de escravos, 47,4% os dois eram cativos. Portanto, os escravos estavam se unindo com mais intensidade com indivíduos fora de sua condição jurídica. No período 1871/1886 as uniões entre os cativos se reduzem muito. Considerando os nubentes como escravos o percentual foi de 37,5%, portanto bem inferior ao que acontece anteriormente. Parece que a lei de 1869, o incremento do tráfico e as manumissões estavam tendo seus reflexos em Guarapuava.

Quando se verifica a origem dos escravos, percebe-se que os africanos casados estão procurando parceiros da mesma origem com mais intensidade do que a de crioulos. As possibilidades de mobilidade social dos africanos eram menores do que para os crioulos. Isso também se explica pelo número de crioulos nos plantéis, bem superior. Por isso, sugere-se que havia restrições, excluindo desse processo, os escravos africanos.

Também a origem dos escravos de Guarapuava pode ser averiguada a partir dos registros de óbitos. Os crioulos são maioria, com 65%, entretanto há um percentual significativo de africanos (35%). Todos os óbitos registrados entre os africanos são de indivíduos acima da idade de 20 anos, mas os dados levam à conclusão de que a população africana estava permanecendo nas propriedades por longos períodos de

tempo – não sabemos se por questões naturais relacionadas com a estrutura física dos escravos ou se por estratégias de seus proprietários com relação à manutenção e preservação dessa mão-de-obra.

Considerando a idade média dos escravos casados, percebe-se que os homens se casam com idade mais avançada do que as mulheres, entretanto a diferença é pequena. Além disso, os escravos africanos se casavam com idade superior à dos escravos crioulos.

Os registros de casamento que informam a origem dos escravos permitem inferir a lógica do tráfico, visto que, dos escravos homens, 56% eram crioulos e 44% eram africanos. Para as mulheres, 70% eram crioulas e 30% africanas. Ou seja, a quantidade de homens africanos é bem superior à de mulheres africanas.

Como os registros informam também o casamento dos indivíduos “libertos”, ao incluirmos na análise os escravos, verifica-se que o número de africanos no total dos registros não é incompatível com os dados das listas nominativas de habitantes, pois, pelos registros de casamento, os africanos perfaziam 13% da escravaria, enquanto que, pelos dados das listas, esse percentual é de 12,6%.

O intervalo de idade entre homens e mulheres africanas permite inferir que, quando as mulheres eram mais velhas do que os homens, a idade média do casal era maior do que quando os homens são mais velhos. Ao mesmo tempo, quando os homens são mais velhos, o intervalo entre a idade deles e a idade das mulheres tende a ser maior do que a média geral dos escravos casados.

Complementando esse raciocínio, observa-se que as mulheres em geral estavam se casando com idade mais alta fortalecendo a hipótese de que os casamentos tardios podem ser explicados como legitimações de uniões consensuais prévias.

Analisando algumas propriedades onde haviam escravos casados, verificamos que os homens são maioria nos plantéis, o que sugere que não necessariamente o equilíbrio entre os sexos seria o fator determinante para um maior número de casados nas propriedades, ao mesmo tempo em que nas propriedades com 5 a 9 escravos a razão de sexo era ainda maior. Mesmo considerando que essas propriedades possuíam escravos casados, não modificava o indicador razão de sexo. Quanto às propriedades maiores, existe o equilíbrio entre os sexos. Os infantes participam muito nesses plantéis com 40,6%. Existia uma forte tendência para o crescimento endógeno dessas escravarias. Enfim, essas propriedades possuíam um percentual de crianças superior aquelas encontradas para a média dos outros plantéis.

Quando se fala em patrimônio das propriedades com escravos casados, percebe-se que elas possuíam um significativo patrimônio. No conjunto, elas possuíam 26,3% do valor de todos os bens. Os bens de maior importância são mais significativos ainda, pois os escravos participam com 1/3, enquanto que esses proprietários detinham 20% da escravaria total, ou seja 1/5. Esses proprietários além de terem um tamanho de posse superior à média das propriedades de cativos em Guarapuava, as possibilidades de crescimento endógeno no plantel é mais significativo, ao mesmo tempo em que a distribuição de seu patrimônio indica que o acesso ao mercado escravo era mais favorável.

Para os registros de batismos, encontra-se equilíbrio entre os sexos. Por faixas quinquenais, há um forte crescimento dos registros a partir do período 1840/1844, sugerindo que o mercado de escravos estava influenciando nesse comportamento da população escrava, pois as estratégias poderiam estar sendo direcionadas para um certo crescimento endógeno, dadas as constantes crises de oferta em função das diversas leis que procuravam estancar o tráfico de escravos e das movimentações no mercado interno de compra e venda a fim de atender a produção dos cafezais do Sudeste.

Dos 299 registros que fazem referência à cor dos batizados, 60% são de pardos; 36% de pretos; 3% de fulas e 1% de mulatos. Quanto às mães, dos 268 registros, 49% eram de pretas; 39% de pardas e 12% de mulatas. Assim, sugere-se que elas estavam se unindo com pessoas superiores na hierarquia, pois o percentual dos filhos pardos não é coerente com a distribuição de cor das mães.

O parentesco fictício é surpreendente no que tange a participação de livres ou libertos. É claro que o número da escravaria poderia estar influenciando nos arranjos quanto ao compadrio. Entretanto, não podemos descartar as possibilidades que os escravos tinham em se sentirem mais livres ou próximos da liberdade. Também separamos por períodos, entre 1810/1840 os compadres escravos participam com 14,1%. No período 1850/1869 o percentual de compadres escravos não se altera muito com 14,3%. Porém, no período 1870/1888 o quadro se altera muito, pois os compadres escravos perfazem 6,9%. Sugere que os movimentos do tráfico poderiam estar influenciando na estrutura do compadrio em Guarapuava.

Além disso, os homens como padrinhos eram mais livres do que as mulheres. Outra questão interessante é que por número de batismos, quanto maior esse número a participação dos indivíduos livres cresce como compadres. O que é curioso, visto que os plantéis menores tinham padrinhos mais escravos do que os maiores. Portanto, nos

plantéis menores as estratégias dos escravos ou dos proprietários eram de escolher padrinhos escravos.

Quanto à pertinência dos padrinhos, o estudo mostra que a tendência foi de encontrar padrinhos fora das escravarias dos pais das crianças. Além disso, é que as escolhas dos padrinhos recaiam em muito sobre outros proprietários de escravos, ou mesmo parente destes. Em Guarapuava o porcentual desse tipo de padrinho foi alto se comparado com outros estudos. As relações de compadrio em Guarapuava fortalecem a idéia de que os escravos ou mesmo os proprietários estavam definindo com mais intensidade o futuro da escravaria a fim de atingirem sua liberdade e status social.

De qualquer forma as possibilidades de encontrarem padrinhos escravos foi menor em Guarapuava do que em outras localidades. E isso aconteceu tanto para os homens como para as mulheres. Portanto, os casamentos e a escolha dos compadres mostram ter havido muita relação entre os escravos com os livres circundantes, sobretudo fora da camada dos proprietários. Interferia nisso a pequenez dos plantéis. Mas, conforme se mostra no capítulo I, a população livre local era de não brancos em grande parte. Desse modo, a combinação de fronteira, plantéis pequenos e migrações de não brancos livres pode ter produzido uma comunidade escrava muito específica.

Com relação aos óbitos de escravos, temos 299 registros, sendo 160 de homens e 139 de mulheres. A maior concentração se dá no período 1880/1886. Apesar da concentração dos óbitos estar na faixa etária dos infantes, são interessantes os números com referência às outras faixas etárias, visto que a grande faixa de 0 a 14 participa com 49%; a faixa de 15 a 39 com 23%; a faixa de 40 a 59 com 17% e a faixa a partir de 60 anos com 11%.

A mortalidade infantil é alta para os escravos, entretanto os números indicam um valor importante para as outras faixas etárias. Pode ser que esses números indiquem que a escravaria pudesse ter uma convivência mais próxima com o proprietário, a fim de preservar seus escravos, visto que os mesmos representavam dinheiro, um bem. Outra questão é que a economia própria dos escravos poderia estar permitindo melhores roças de subsistência sobretudo em função da sazonalidade da pecuária. Quanto ao número de óbitos verifica-se que os homens por serem maioria na população morriam mais do que as mulheres. Mas de qualquer forma a lógica de fronteira também aparece a partir dos registros de óbitos, visto que o número de homens era maior do que o de mulheres.

Com relação as mães escravas, elas pariam cedo, pois os registros informam que 47,1% pariam na idade de 15 a 19 anos. 41,2% na faixa 20 a 24 anos. Com isso

podemos inferir o quanto de reprodução endógena os senhores podiam esperar em Guarapuava. Elas concebiam em intervalos pequenos, isto é, por volta de 2 anos. Isso confirma que as mães escravas tinham intervalos de procriação pequenos, muito próximos daqueles apresentados pelas mulheres livres.

A razão criança/mulher é um outro indicador que mostra que os padrões em Guarapuava fortalecem a hipótese de que a reprodução endógena também era um fator importante na reprodução da escravaria. Mesmo considerando uma composição por sexo bastante diferenciada, as propriedades de cativos em Guarapuava apresentam uma capacidade importante de reprodução ao compararmos com outras áreas. Portanto, apesar da veracidade de área de fronteira, altas razões de sexo, havia ênfase na reprodução endógena.

Finalmente, mostramos algumas famílias escravas e suas redes de parentesco a partir de diagramas no início do trabalho. Notam-se diversos tipos de arranjos familiares em Guarapuava. Famílias legalmente constituídas e extensas. Famílias matrifocais e relativamente extensas. Famílias formadas na primeira metade do século, momento onde as dificuldades de formação poderiam ser maiores. Propriedade onde existiu mais de uma família escrava constituída. Podemos inferir a partir do estudo dessas famílias escravas que fazia muito sentido para os escravos essa extensa rede de parentesco. Também observa-se que isso tudo pôde ser consagrado através de atribuições de nomes, pois estudiosos do parentesco se referem sempre, quanto aos sistemas africanos de parentesco, à grande importância das relações entre gerações alternadas, isto é, entre avós de ambos os sexos e netos, pois encontramos um caso que demonstra essas relações. Portanto, toda essa rede se consubstanciou e solidificou usando tanto laços consagrados pela igreja quanto laços consensuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode compreender a escravidão em Guarapuava durante o século XIX sem entendermos o processo de ocupação e povoamento que ocorreu no mesmo período, a partir da política diversionista implantada pelo governo quanto ao interesse na defesa territorial e do desenvolvimento econômico da região. Tal política determinou um forte processo migratório da população livre e daqueles que possuíam cativos. A montagem deliberada dos plantéis de escravos fizeram parte do processo de formação dessas escravarias em Guarapuava.

As especificidades de área de fronteira determinaram a masculinização da população em seu conjunto, o que afetou também na distribuição da população escrava. Apesar de estudos específicos para o Paraná concluir sobre o um certo padrão de equilíbrio entre os sexos ser predominante na região, Guarapuava apresenta um outro tipo de padrão com altas razões de sexo. Com isso, a escravaria mostra-se com suas peculiaridades e que trouxeram outras configurações e relações entre os cativos e seus proprietários.

Talvez por isso e em função de suas atividades estarem voltadas para o mercado interno e basicamente para as atividades da pecuária e da lavoura de alimentos o plantel era muito pequeno e, mais ainda, a escravaria também foi muito pequena. Assim, as estratégias adotadas pelos escravos para a sua sobrevivência configuraram em um tipo de relação com os senhores talvez um pouco diferente daquela que normalmente encontramos na historiografia, de muita violência e castigo. Não queremos afirmar com isso que a sociedade escravista de Guarapuava era branda nas relações com os cativos, mesmo porque não se pode pensar desta forma quando escrevemos sobre a escravidão.

Mas apesar de ser uma população pequena ela cresce durante todo o século XIX. Além disso, percebe-se o quanto os senhores estavam voltados para o crescimento da escravaria a partir da utilização dos homens. Isso é corroborado quando analisam-se os números de crioulos na população cativa de Guarapuava. As características dos escravos também estavam influenciando na formação de laços familiares entre eles, pois a cor tinha seus reflexos diretos nas propriedades, pois aquelas com um maior número de escravos apresentavam maiores possibilidades de mobilidade social como também possibilidades de formação de famílias.

As estratégias dos proprietários de cativos não só estavam voltadas para a reprodução endógena da escravaria, mas era forte, pelo menos na primeira metade do XIX, as migrações e as compras no mercado interno. As taxas de dependência mostram isso, ao mesmo tempo em que as propriedades maiores possuíam melhores condições de reprodução dentro do próprio plantel do que as propriedades menores. Mais uma vez as especificidades de fronteira se fazem presentes em Guarapuava visto o indicador de dependência da população cativa, pois mesmo tendo no interior dos plantéis um maior número de crioulos, as taxas eram baixas.

A propriedade de cativos em Guarapuava sempre foi pequena no conjunto das propriedades como um todo. Apesar disso, ela se manteve nos patamares encontrados por Gutierrez para o Paraná. Entretanto, percebe-se que a posse de escravos vai crescendo concomitantemente com a maior dinâmica econômica. Com o incremento na comercialização de animais para a feira de Sorocaba, verifica-se o aumento no número médio de cativos. O perfil das propriedades demonstra que na maioria dos casos era formada por casais. Importante destacar que as propriedades de absenteístas são importantes na localidade. Elas crescem muito no período 1828/1835.

Com relação aos arranjos familiares, observa-se que nas propriedades com maior número de escravos, como descrito acima, essas possibilidades eram mais factíveis, visto que a razão de sexo era menor nas escravarias maiores, possibilitando melhores condições de se unirem. Ao mesmo tempo, nessas propriedades o número de crianças sempre foi superior confirmando assim que a reprodução endógena era mais forte nessas propriedades.

A dinâmica das propriedades determinavam maiores possibilidades de formação de riqueza, pois quanto maior a posse, maior o nível de riqueza da propriedade. Quer dizer, a propriedade com cativos possuía melhores condições de inserção no mercado interno do que as outras propriedades. O que não é nenhuma novidade, visto as condições pelas quais essas propriedades tinham com relação à acumulação de capital a ser investido na produção em comparação com as outras propriedades.

Os escravos tiveram, sim, possibilidades de relações estáveis entre si no cativoiro. Ao mesmo tempo em que eles próprios criaram estratégias em seu mundo para fortalecerem essas relações, os proprietários também algumas vezes ou na maioria das vezes participaram desse processo. A proximidade com o mundo dos livres foi muito intensa, principalmente se verificarmos as redes de parentesco fictício ou não. Dois são esses momentos para compreendermos as estratégias de uniões entre eles.

Primeiramente a primeira metade do XIX que promoveu um maior número de escravos casados. Como hipótese para isso as pressões para o fim do tráfico de escravos e a concentração maior da escravaria nas idades mais produtivas. Na segunda metade com a lei que proibiu a separação de famílias escravas e com o intenso tráfico interno pode ter influenciado nos estímulos aos casamentos.

No geral, observando os dados das listas nominativas para a primeira metade do XIX, quanto maior o equilíbrio entre os sexos havia maiores possibilidades de formação de famílias no interior de seus plantéis. A própria condição do escravo também influenciava em suas escolhas. Apesar das dificuldades de parceiros nos plantéis, observa-se que as possibilidades de ascensão social a partir das redes de uniões é importante. Os escravos procuravam com intensidade outros parceiros de condição social diferente, tentando assim uma maior aproximação com a liberdade ou de mobilidade social.

Tanto os africanos como os crioulos também tinham suas estratégias ao permitirem arranjos matrimoniais. Essa característica produziu diferenças nas possibilidades dos escravos de se unirem. Processos de endo/exogamia fizeram parte quando das escolhas dos parceiros. Percebe-se que os africanos por terem menores possibilidades de escolherem seus parceiros da mesma origem produziam relações exogâmicas, mas com dificuldade, pois os crioulos parecem que não permitiam com facilidade esse tipo de união.

Os registros de batismos de cativos e ingênuos confirmam a tendência de constituírem famílias sancionadas ou não pela igreja em Guarapuava. E mais, os cativos mostram relações fortes de compadrio que levam a sugerir que procuravam com intensidade pessoas livres e libertas. Mais ainda, o percentual de proprietários de cativos de outras propriedades ou mesmo parentes do senhor tinham uma participação importante como compadres. As estratégias dos plantéis foram diferenciadas, pois quanto maior o número de batismos maior a tendência de os escravos terem como compadres pessoas livres. Parece que as propriedades que batizavam menos escravos a tendência foi de aproximação maior com o cativo. Os arranjos fictícios privilegiaram compadres fora das escravarias dos pais da criança.

De tudo isso, podemos inferir que em Guarapuava as possibilidades de formação da família escrava foi muito forte. Não só em função das características de sua população, mas influenciada por seus senhores que procuraram estratégias de manutenção e de fortalecimento dos cativos nas propriedades. Assim, as relações entre

casamento e compadrio em Guarapuava mostram ter havido muita relação entre os escravos com os livres circundantes. Tudo isso como consequência da pequenez de seus plantéis. Portanto, a combinação de fronteira, plantéis pequenos e migrações de não-brancos livres pode ter produzido uma comunidade escrava muito específica.

As estruturas familiares e suas redes de parentesco permitem concluir que em Guarapuava tivemos diversos arranjos, sejam eles de famílias legalmente constituídas, extensas, algumas famílias em uma única propriedade, famílias formadas desde os primeiros povoadores da localidade, enfim, os sonhos de formarem sua própria comunidade, bem como suas famílias, parecem que se concretizaram de alguma forma pelos cativos dentro das propriedades em Guarapuava.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Primárias

1.1 Manuscritas

1.1.1 Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava. “Livro de Atas (nº1), Junta Classificadora dos Escravos Libertos pelo Fundo de Emancipação”.

1.1.2 Fórum de Guarapuava. “Processos de Inventário”, Cartório da 1ª Vara Cível.

1.1.3 Paróquia Nossa Senhora de Belém- Guarapuava. “Livro nº 1B de Assento de Óbitos de escravos, 1822/1880”.

_____ “ Livro nº 2B de Assentos de Óbitos de Filhos e Mulheres escravas, 1871/1886”.

_____ “ Livro nº 3B de Assentos de Batizados de escravos, 1810/1886”.

_____ “ Livro de Batismos de Ingênuos, 1872/1883”.

_____ “ Livro de Assentos de Casamentos, 1809/1869”.

_____ “ Livro de Casamentos, 1822/1869”.

_____ “ Livro de Casamentos de Pessoas Livres, 1869/1875”.

_____ “ Livro de Casamentos de Pessoas Livres, 1875/1879”.

_____ “ Livro de Assentos de Casamento, 1879/1883”

1.1.4 Arquivo do Departamento de História da UFPR

Lista Nominativa de Habitantes de Guarapuava, 1828.

Lista Nominativa de Habitantes de Guarapuava ,1835.

1.2. Impressas

1.2.1 Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava.

Relatórios da Província:

“Vasconcellos, Zacarias G. Relatório do Presidente da Província do Paraná, Curitiba, 1854”.

Cordeiro, Jose F. “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1859”.

Nogueira, Antonio B.G. “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1860”.

Nogueira, Antonio B.G.. “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1862”.

Amaral, Joaquim T. “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1864”.

André Augusto de Pádua Fleury. “Relatório da Província do Paraná, 1866”.

Carvalho, Luiz ^a “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1870”.

Abranches, Frederico J.C. “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1874”.

Lins, Adolpho L. “Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1876”.

Leis e Decretos:

Governo da Província do Paraná. “Título II. Art.2º: Fixa o Orçamento da Província. 1855”.

Governo da Província do Paraná . “Título XVI: Trata sobre Esmolas e Folias, Art. 104 e 105. 1862”.

Governo da Província do Paraná. “Título IX: Trata sobre Escravos e Mendigos, Art. 67,68,69,70,71,72,73. 1862”.

Governo da Província do Paraná. “Lei nº367. Art. Único: Trata da incidência do imposto sobre os Escravos. 1874”.

Governo da Província do Paraná. “Lei nº221. Art 1º: Fixa valores anuais para a emancipação de crianças escravas. 1874”.

Governo da Província do Paraná. “Título II. Art.2º: Fixa o Orçamento da Província. 1874”.

Governo da Província do Paraná Governo da Província do Paraná. “Título II. Art.2º: Fixa o Orçamento da Província. 1875”.

Governo da Província do Paraná. “Título II. Art.2º: Fixa o Orçamento da Província. 1877”.

Governo da Província do Paraná. “Título II. Art.2º: Fixa o Orçamento da Província. 1877”.

1.2.2 Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava

Atas da Câmara Municipal:

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 10 de novembro de 1855”. Livro de expediente nº1, pag. 22,23,24.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 7 de janeiro de 1857”. Livro de expediente nº1, pag. 18,19,20.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 31 de outubro de 1859”. Livro de expediente nº1, pag. 59,60,61,62.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 19 de outubro de 1861”. Livro de Registros de Ofícios nº1, pag 77,78,79.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 03 de janeiro de 1862”. Livro de Registros de Ofícios nº1, pag 80,81.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 08 de janeiro de 1862”. Livro de expediente nº1, pag. 83,84,85,86,87.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 28 de janeiro de 1865”. Livro de expediente nº1, pag. 133,134.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 02 de janeiro de 1871”. Livro de expediente nº1, pag. 193,194.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 30 de dezembro de 1872”. Livro de expediente nº2, pag. 18,19,20.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 04 de janeiro de 1875”. Livro de expediente nº2, pag. 46,47.

Câmara Municipal de Guarapuava. “Ata da Sessão ordinária realizada em 03 de janeiro de 1877”. Livro de expediente nº2, pag. 70,71,72.

Câmara Municipal de Guarapuava. ”Projeto de Posturas. Art 1º: Fica sujeito ao imposto a entrada de Escravos para o Município. Ata Sessão ordinária em 04 de setembro de 1883”. Livro de Registro de Expediente nº1, pag 119,120.

1.2.3 Biblioteca da Universidade Federal do Paraná

Lista Nominativa de Habitantes de Guarapuava, 1840.

1.2.4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Estatística do Império do Brasil – IBGE

2. LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

ABREU, ALCIOLY T.G. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 1986.

ALENCASTRO, LUIS FELIPE DE. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, CARLA MARIA C. DE. *Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*. População e Família. São Paulo, V. 1, Nº 1, P. 235-260, jan/jul, 1998.

ANDRADE, RÔMULO. *A família escrava na perspectiva da micro-história (estudo em torno de um inventário e um testamento oitocentista: Juiz de Fora, 1872-1876*. Juiz de Fora. Revista de História. Vol. 2, nº 1, 1996.

————— *Família escrava e estrutura agrária nas Minas Gerais oitocentistas*. População e Família. São Paulo, V. 1, Nº 1, P. 181-209, jan/jul, 1998.

————— *Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família e as solidariedades (Zona da mata de Minas Gerais, século XIX)*. Anais do X Seminário sobre a economia mineira.

BARICKMAN, B.J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)*. Revista Afro-Ásia, 21-22, 1998-1999, 177-238.

————— *As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo baiano, 1835*. População e Família. São Paulo, Nº 2, P. 7-59, 1999.

————— *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria X. L. de A Borges. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BAUER, JOSÉ DE ARAÚJO. *Reminiscências. História de Palmas*. 2ª ed. Palmas: Kayganguê, 2002.

BELLOTTI, HELOÍSA LIBERALLI. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo 1765/1775*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

- BELUZZO, ANA M. DE MORAIS; AMOROSO, MARTA ROSA; SEVCENKO, NICOLAU; PICCOLI, VALÉRIA. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo, BNP Paribas, 2003.
- BERLIN, IRA & MORGAN, PHILIP (org.). *Cultivation and culture*. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1993.
- BETHEL, LESLIE. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869; tradução de Vera Nunes Neves Pedroso*. São Paulo. USP, 1976.
- BLACKBURN, ROBIN. *The making of New World Slavery*. London/New York: Verso, 1997.
- BOTELHO, TARCÍSIO RODRIGUES. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. População e Família. São Paulo, V. 1, Nº 1, P. 211-234, jan/jul, 1998.
- BRANDÃO, TANYA MARIA PIRES. *A elite piauiense: família e poder*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- CAMPOS, ALZIRA L. DE ARRUDA. *Os agregados no tempo dos capitães-generais: o exemplo da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP, 1978, Mimeografado.
- CARDOSO, CIRO F. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense. 1987.
- CARDOSO, CIRO F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. RJ. Vozes, 1979.
- CARDOSO, FERNANDO H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. RJ. Paz e Terra, 1977.
- CASAL, PADRE AIRES DE. *Corografia Brasílica*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945 (1ª ed. 1817).
- CASTRO, HEBE MARIA MATTOS DE. *Ao sul da história*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987.
- CHALHOUB, SIDNEY. *Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio*. Revista brasileira de História. Volume nº8 (16) mar/ago. São Paulo. ANPUH, 1988.
- CHARBONNEAU, HUBERT; GYLLEMETTE, ANDRÉ; LÉGARÉ, JAQUES; DESJARDINS, BERTRAND; LANDRY, YVES; NAULT, FRANÇOIS. *Naissance d'une population. Les francais établis au Canada au XVII siècle*. Paris: Institut National

d'études Démographiques/ Presses Universitaires de France; Montreal: Presses de l'Université de Montreal, 1987.

CONRAD, ROBERT. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888); tradução de Fernando de Castro Ferro*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1975.

————— *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, MILTON C. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. “Joaquim Nabuco, crítico da formação social escravista imperial.” In: DI CREDDO, MARIA DO CARMO SAMPAIO (org.). Assis. UNESP, 1996.

DA COSTA, IRACI DEL NERO. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo, IPE/USP. Ensaio Econômico, 1981.

————— *Por uma definição abrangente da categoria Agregado*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA/USP, v.1, n.1, 1994.

DA COSTA, IRACI del N. & GALLARDO, DARIO H.G. *Paraná: Mapas de Habitantes (1798-1830)*. São Paulo: 1985, IPE - USP.

DA COSTA, EMÍLIA V. *Da senzala à colônia*. São Paulo. Ciência Humanas, 1982.

DA COSTA, EMÍLIA V. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

DA COSTA, IRACI del N.& SLENES, ROBERT W.& SCHWARTZ, STUART B. *A família escrava em Lorena (1801)*. Estudos Econômicos, Maio/Ago.1987.

DE CASTRO, ANTONIO BARROS. *Trabalho escravo, economia e sociedade; coordenador: Paulo Sérgio Pinheiro; tradução de Beatriz Vianna Boeira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

DE MELLO, ZÉLIA M. C. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo. Hucitec, 1985.

DEAN, WARREN. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

DI CREDDO, MARIA do CARMO SAMPAIO. *A propriedade da terra no vale do Paranapanema – A Fazenda Taquaral (1850-1910)*. São Paulo: 1987. Tese doutorado-USP.

————— *O Estado, a lei de terras de 1850 e a propriedade de terra no Brasil*. Assis: UNESP, s.d.

*Fontes Históricas: abordagens e métodos. “O inventário como fonte para a análise da mudança nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso.”*In: DO CREDDO, MARIA DO CARMO SAMPAIO (org.). Assis. UNESP, 1996.

ELTIS, DAVID. *The rise of African Slavery in the Americas*. Cambridge: Cambridge U.P, 2000.

ENGEMANN, CARLOS. *Comunidade escrava e grandes escravarias no sudeste do século XIX*. Anais do Congresso de História Econômica e Economia de Empresas. Caxambu, Minas Gerais, 2003.

ENGEMANN, CARLOS; ASSIS, MARCELO & FLORENTINO, MANOLO. *Sociabilidade e mortalidade escrava no Rio de Janeiro – 1720-1742*. Ensaaios sobre a escravidão. Manolo Florentino e Cacilda Machado (org). Belo Horizonte, UFMG, 2003.

FAORO, RAIMUNDO. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo. Porto Alegre, 1979.

FERRARINI, SEBASTIÃO. *A escravidão negra na Província do Paraná*. Curitiba. Lítero-Técnica, 1971.

FERREIRA, ROBERTO GUEDES. *Trabalho, família, aliança e mobilidade social: estratégias de forros e seus descendentes – Vila de Porto Feliz, São Paulo, século XIX*. Anais do Encontro de História Econômica e Economia de Empresas, Caxambu, Minas Gerais, 2003.

FLORENTINO, MANOLO. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A paz das senzalas: família escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Manolo Florentino, José Roberto Góes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Tráfico Atlântico e socialização parental entre os escravos do agro fluminense, séculos XVIII e XIX. Manolo Florentino e José Roberto Góes. População e Família. São Paulo, V. 1, Nº 1, P. 83-118, jan/jun, 1998.

FLORENTINO, MANOLO & MACHADO, CACILDA. *Sobre a família escrava em plantéis ausentes do mercado de cativos: três estudos de casos (século 19)*. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.

FRAGOSO, JOÃO LUIS RIBEIRO. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920: um estudo das relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado.

FRAGOSO, JOÃO LUIS RIBEIRO & FLORENTINO, MANOLO. *Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 17, Nº 2, P. 151-173, mai/ago, 1987.

_____. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro, Diadorin, 1993.

_____. *Parentesco e família entre os escravos no século XIX: um estudo de caso*.

FRANCO, ARTHUR MARTINS. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. Tipografia João Haupt & Cia. Curitiba, 1943.

FRANCO, MARIA SILVIA DE CARVALHO. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ° ed. São Paulo. UNESP, 1997.

FRANCO NETTO, FERNANDO. *Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880)*. Guarapuava, PR, UNICENTRO/UNESP, 2000. Dissertação de Mestrado.

_____. *Algumas considerações sobre a estrutura de posse de cativos e a hipótese do ciclo de vida: Guarapuava século XIX*. V Congresso de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu, Minas Gerais, 2003.

_____. *Dinâmica da população escrava numa área de fronteira nova: Guarapuava (1828/1870)*. Desafios e Perspectivas, V.1, P. 255-274, Guarapuava, 2002.

_____. *Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava – 1850/1880*. Analecta, Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Guarapuava, V.2, P. 155-169, 2001.

FURTADO, CELSO. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo. Cia editora Nacional, 1998.

FURTADO, CELSO. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. RJ. Paz e Terra, 1999.

GALLARDO, DARIO H. G. *Senhores e Escravos no Paraná (1800-1830)*. São Paulo: 1986. Dissertação de Mestrado – USP.

GALLARDO, DARIO H.G. *Terras e gado no Paraná tradicional*. São Paulo: 1996. Tese doutorado – USP.

GALLARDO, DARIO H. G. *Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*. Estudos Econômicos, Maio/Ago. 1987.

GALLARDO, DARIO H. G. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. Revista Brasileira de História. Volume nº8 (16). mar/ago. São Paulo. ANPUH, 1988.

GENOVESE, EUGENE D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação; tradução de Laís Falleiros*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.

A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Tradução Maria Inês Rolim, Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GOLDSCHMIDT, ELIANA REA. *Casamentos mistos, liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2004.

GÓES, JOSÉ ROBERTO. *São muitas as moradas: desigualdades e hierarquia entre os escravos. Ensaio sobre a escravidão*. Manolo Florentino e Cacilda Machado (org). Belo Horizonte, UFMG, 2003.

O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória, Espírito Santo, Lineart, 1993.

GOENDER, JACOB. *A escravidão reabilitada*. São Paulo. Ática, 1990.

GOENDER, JACOB. *O escravismo colonial*. 6ª ed. São Paulo. Ática, 1992.

GRAF, MARCIA E. de C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba. Grafipar, 1981.

GUTMAN, HERBERT. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. NY, Vintage Books, 1976.

HENRY, LOUIS. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Tradução de Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. UFPR, Curitiba, 1977.

HOBBSAWM, ERIC J. *A era das Revoluções (1789-1848)*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

IANNI, OCTÁVIO. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2ª ed. São Paulo. Hucitec, 1988.

JÚNIOR, DEJALMA ESTEVES DA ÁVILA. *Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa*

Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834). Monografia de conclusão de curso. UFPR. Curitiba, 2003.

JUNIOR, FRANCISCO FERREIRA. *A prisão sem muros: Guarapuava e seus degredados no século XIX*. Monografia de conclusão de curso de especialização em Ensino de História do Brasil, UNICENTRO, 2004.

KARASCH, MARY C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, HERBERT S. *A Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

KOWARICK, LUCIO. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.

KRUGER, NIVALDO. *Palmas: paisagem e memória*. Fundação Santos Lima, Curitiba, 2002.

LARA, SILVIA H. *Escravidão no Brasil: balanço historiográfico*. Revista de História. V.3, nº 1, p. 215-244, 1992.

LIBBY, DOUGLAS C. *Demografia e escravidão*. Revista de História. V.3, Nº 1, P.267-294, 1992.

_____ *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

LIMA, ADRIANO BERNARDO MORAES. *Trajetórias de crioulos. Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (1760-1830)*. Curitiba, 2001.

LIMA, CARLOS ALBERTO MEDEIROS. *Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas*. Anais do encontro da ABPHE. Caxambu, MG, 2003.

_____ *O patriarcalismo dos sítios volantes. Co-residência, autonomia e dependência pessoal entre livres de cor em Castro e Guaratuba (1832-1835)*. UFPR. Curitiba, Relatório de Pesquisa, Departamento de História, 2002.

_____ *Escravos artesãos: preço e família (Rio de Janeiro, 1789-1839)*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 30, Nº 3, P. 447-484, jul/set, 2000.

_____ *Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias no Rio de Janeiro (1765-1844)*. Afro-Ásia, Salvador, n.24, 2002.

_____ Um pai amoroso os espera: sobre mestiçagens e hibridismo nas Américas Ibéricas. In: MOURA, Ana Maria da Silva (org.). Desigualdades, Rio de Janeiro: LEDDES.

_____ *Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844)*. Lócus – Revista de História. Juiz de Fora, V. 6, N.2, 2000, P. 99-110.

_____ *Em certa corporação: politizando convivências em irmandades negras no Brasil escravista (1700-1850)*. História: questões e debates. Ano 16, n.30, 1999.

_____ *Vida social e hierarquia em duas vilas do Paraná no primeiro terço do século XIX*. In: SANTOS; BARROS; FALCCI (org.) Espacialidades, Vassouras, LESC, 2004.

LUNA, FRANCISCO VIDAL. *Características demográficas dos escravos em São Paulo (1777-1829)*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 22, Nº 3, P. 443-484, set/dez, 1992.

LUNA, FRANCISCO V. & DA COSTA, IRACI del N. *Minas colonial: economia e sociedade*. Estudos Econômicos. FIEPE, 1982.

_____ *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, 13(1), jan/abr, 1983.

_____ *Vila Rica: notas sobre casamentos de escravos (1727-1826)*. Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 1981.

_____ *A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos*. Revista Ciência e Cultura. V. 32(7), 1981.

_____ *Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*. História e população. Estudos sobre a América Latina . Org. Sergio Odilon Nadalin, Maria Luiza Marcilio e Altiya Pillati Balhana. São Paulo, Fundação sistema estadual de análise de dados, 1990. pp. 226-236.

LUNA, FRANCISCO VIDAL & CANO, WILSON. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH, UNICAMP, out-1983.

LOVEJOY, PAUL. *Transformations in slavery*. Cambridge: Cambridge U.P. 1983

LUNA, FRANCISCO VIDAL & KLEIN, HERBERT S. *Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829*. Estudos Econômicos. São Paulo, V 20, Nº 3, p. 349-379, SET/DEZ, 1990.

- LINHARES, MARIA Y. L. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro. Tempo, Vol. I – Artigo, 1996.
- LOBO, EULÁLIA MARIA. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930*. Revista Brasileira Economia. Rio de Janeiro, 25(4):235/265, out/dez, 1971.
- MACEDO, F.R. AZEVEDO. *Conquista pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Fundação Cultural. 1995.
- MACHADO, CACILDA, ENGEMANN, CARLOS & FLORENTINO, MANOLO. *Entre o geral e o singular: histórias de fazendas escravistas da América do Sul – séculos XVIII e XIX*. Ensaios sobre a escravidão. Manolo Florentino e Cacilda Machado (org). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- MACHADO, MARIA H. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo. EDUSP, 1994.
- MACHADO, BRASIL PINHEIRO. *Esboço de uma sinopse da História Regional do Paraná*. História: Questões e Debates. Curitiba, V. 8, Nº 14/15, P. 177-205, jul/dez, 1987.
- MAESTRI, MÁRIO. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo; UPF, 2002.
- MARCONDES, GRACITA G. & ABREU, ALCIOLY T.G. *Escravidão e Trabalho*. Guarapuava. UNICENTRO, 1991.
- MARCONDES, RENATO LEITE. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998.
- _____. *Estrutura de posse de cativos no Paraná e em Minas Gerais (1872-1875)*. Anais do II encontro do Centro de Estudos dos Oitocentos, São João Del Rei, Minas Gerais, 2004.
- _____. *Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811)*. Topoi, Rio de Janeiro, mar, 2001, P. 41-71.
- MARCONDES, RENATO LEITE & MOTTA, JOSÉ FLÁVIO. *Preços e comercialização do café no Vale do Paraíba paulista: Bananal em inícios do século XIX*. Revista Brasileira de Economia. FGV, V. 53, Nº 2, abr/jun, 1999.
- MARQUES, CLÁUDIA ELIANE PARREIRAS. *Economia e demografia nas minas oitocentistas*. Anais do X Seminário sobre a economia mineira.

MARTINS, ROBERTO BORGES. *Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*. Estudos Econômicos, USP/São Paulo, v.13, n.1, jan-abr, 1983, pp.181-209.

MARTINS, ROMÁRIO. *História do Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MARTINS, WILSON. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MATTOS, HEBE MARIA. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1993.

MARX, KARL. *Contribuição à crítica da economia política*. 2º ed. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

MARX, KARL. *O Capital*. Vol. II . Livro I. 12ª ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1989.

MATTOSO, KÁTIA M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1990.

Família e sociedade na Bahia do século XIX.
Tradução do original em francês por James Amado. São Paulo, Corrupio, CNPq, 1988.

Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC, Salvador, Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 1978.

MELLASSOUX, CLAUDE. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MELO, KÁTIA A V. DE. *Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFPR, Curitiba, 2004.

MELLO, PEDRO CARVALHO DE. *Aspectos econômicos da organização do trabalho na economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-1888*. *Revista Brasileira de Economia*. n°32 (1): 19-67. Rio de Janeiro, jan/mar 1978.

MELLO, PEDRO CARVALHO DE & SLENES, ROBERT W. *Análise econômica da escravidão no Brasil*

MENARD, RUSSEL R. & SCHWARTZ, STUART. *Por que a escravidão Africana? A transição da força de trabalho no Brasil, no México e na Carolina do Sul*. Tradução Mônica Dantas.

MENDES, CLAUDINEI M.M. *Ensaio Historiográfico: Caio Prado Júnior e a História do Brasil*. In: ALVES PAULO (Org.). Assis. UNESP, 1997.

- MINTZ, SIDNEY. *Caribbean transformations*. New York: Columbia U.P, 1989.
- MOTTA, JOSÉ FLÁVIO. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- *O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829)*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 21, Nº 3, P.409-434, set/dez, 1991.
- MOTTA, JOSÉ FLÁVIO & COSTA, IRACI DEL NERO. *Vila Rica: inconfidência e crise demográfica*. Estudos Econômicos. São Paulo, 22(2), 321-346, mai-ago, 1992.
- MOTTA, JOSÉ FLÁVIO & MARCONDES, RENATO LEITE. *O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 30, N. 2, P. 267-299, abr/jun, 2000.
- MOTTA, JOSÉ FLÁVIO & VALENTIM, AGNALDO. *A estabilidade das famílias em um plantel de escravos em Apiaí (SP)*. Texto inédito Afro-Asia.
- MOTTA, MÁRCIA M. MENENDES. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOURA, ANA MARIA DA SILVA & LIMA, CARLOS A M. *Devoção e incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba, Ed. Peregrina, 2002.
- MULLER, DANIEL PEDRO. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838.
- NADALIN, SERGIO ODILON. *Paraná: ocupação do território, população e migração*. Curitiba: UFPR, 2001.
- *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte, ABEP, 1994.
- *A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade*. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 7 letras, 2004, v.4, n.7, jul-dez, 2003, pp.222-275.
- NOVAIS, FERNANDO. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

- NOZOE, NELSON & COSTA, IRACI DEL NERO DA. *Achegas para a qualificação das listas nominativas*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 21, Nº 2, P. 271-284, maio-ago, 1991.
- NOZOE, NELSON & MOTTA, JOSÉ FLÁVIO. *Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829)*. LOCUS: Revista de História, Juiz de Fora, V. 5, Nº 1, P. 51-84, 1999.
- OGURA, PATRÍCIA BORGES. *Viver na fronteira: uma análise estrutural da família, das ocupações e estratégias cativas na busca da manumissão, a partir da Lista de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Castro (1875)*. Monografia de conclusão de curso, Departamento de História, UFPR, Curitiba, 2004.
- OLIVEIRA, PATRICIA PORTO DE. *Batismo de escravos adultos e o parentesco espíritual nas Minas Setecentistas*. Anais da V jornada setecentista. Curitiba, 2003.
- PAIVA, CLOTILDE ANDRADE; CARVALHO, JOSÉ A MAGNO; LEITE, VALÉRIA MOTTA. *Demografia*. Minas Gerais, CEDEPLAR/UFMG.
- PAIVA, CLOTILDE ANDRADE; GODOY, MARCELO MAGALHÃES. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. (org.) SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre história e educação. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, FAPERJ, 2001.
- PAIVA, CLOTILDE ANDRADE ; KLEIN, HERBERT S. *Escravos e livres nas Minas Gerais do Século XIX: Campanha em 1831*. Estudos Econômicos. São Paulo, V.22, Nº1,P.129-151, jan-abr, 1992.
- PENA, EDUARDO SPILLER. *O Jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999, 362p.
- PETRONE, MARIA THERESA SCHORER. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.
- PIERONI, GERALDO. *Os excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia*. Brasília, Ed. UNB, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; In. POLANYI, KARL. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTO CARREIRO, CARLOS H. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro. Rio, 1975.
- PRADO JÚNIOR, CAIO. *História econômica do Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1970.

- PRADO JÚNIOR, CAIO. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 8ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1965.
- QUEIRÓZ, SUELY ROBLE REIS DE. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo. Ática, 1987.
- REIS, JOÃO J. *O levante dos Malês na Bahia: Uma interpretação política*. Estudos Econômicos. n° 17, 1987.
- SAINT-HILAIRE, AUGUSTE de. *Viagem a comarca de Curitiba*. São Paulo. Nacional, 1964.
- SAMARA, ENI DE MESQUITA. *O papel do agregado na região de Itu (1780/1930)*. Coleção Museu Paulista, São Paulo, USP, 1977.
- SAMPAIO, ANTONIO JUCÁ DE. *A família escrava e a agricultura mercantil de alimentos: Magé, 1850-1872*. População e Família. São Paulo, V. 1, N° 1, P. 119-141, jan/jun, 1998.
- SAMPAIO, PATRICIA MELO. *Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX*. Revista de Humanidades, V.3, N.6, out/nov, 2002.
- SANTOS, CARLOS ROBERTO DOS. *Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887*. UFPR. Curitiba. 1974. Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, JONAS RAFAEL DOS. *Demografia escrava numa economia voltada para o abastecimento do mercado interno: Mogi das Cruzes (1777-1829)*. População e Família. São Paulo, n° 4, P. 53-71, 2002.
- SANTOS, ZELOÍ APARECIDA MARTINS DOS. *Os “Campos de Guarapuava” na política indígena do Estado Provincial do Paraná. (1854-1889)*. Dissertação de Mestrado. UNICENTRO/UNESP. 1999.
- SAUVY, ALFRED. *Elementos de demografia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- SCHWARTZ, STUART B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo. Cia das Letras, 1988.
- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, STUART & GUDEMAN, S. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In: REIS, J.J. (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- SCOTT, REBECCA J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

SILVA, DENIZE A DA. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFPR, Curitiba, 2004.

SIMONATO, ANDRÉA JÁCOME. *O parentesco entre os cativos no meio rural do Rio de Janeiro em 1860. População e Família*. São Paulo, V. 1, Nº 1, P. 143-179, jan/jun, 1998.

SLENES, ROBERT. W. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava*. Revista brasileira de História. São Paulo. ANPUH, 1988.

A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. População e Família. São Paulo. V.1, Nº 1, P. 9-82, jan/jun, 1998.

Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 5, Nº 10, P. 166-196, mar/ago, 1985.

Os múltiplos de porcos e diamante: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH, UNICAMP, junho-1985.

SOARES, LUIZ CARLOS. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro no século XIX*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 8, Nº 16, P.107-142, mar/ago, 1988.

SOUZA, LAURA de MELLO. *O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial*. Estudos Históricos, 1989. Vol.3.

TEIXEIRA, HELOÍSA MARIA. *Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana – 1850-1888*.

TEIXEIRA, PAULO EDUARDO. *O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830*. Revista Brasileira de Estudos de População, V. 19, Nº 1, jan/jun, 2002.

VASCONCELLOS, MARIA CRISTINA DE. *Casar ou não, eis a questão. Os casais e as mães solteiras escravas no Litoral Sul-Fluminense, 1830-1881*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, V. 24, Nº 2, 2002.

VENANCIO, RENATO PINTO. *Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804*. Anais da V jornada setecentista. Curitiba.

VERSIANI, FLÁVIO RABELO & OLIVEIRA, JOSÉ RAIMUNDO. *Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco :1777-1887*. Projeto de pesquisa com apoio do CNPQ e do PROCAD.

WACHOWICZ, R.C. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

WESTPHALEN, CECÍLIA MARIA. *Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná?*. Revista da SBPH, Curitiba, N° 13, P. 25-63, 1997.

WESTPHALEN, CECÍLIA MARIA & BALHANA ALTIVA PILATTI. *Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno*. Comunicação apresentada ao Seminário de Evolução e Modernização da Agricultura Brasileira. Centro de Pós-Graduação da FGV, Rio de Janeiro, 1976.

WESTPHALEN, CECÍLIA M. & CARDOSO, JAYME ^a *Atlas histórico do Paraná*. 2ª ed. Curitiba. Livraria do Chaim, 1986.

APÊNDICES

Trajetória das mães desde o nascimento até o casamento e/ou óbito.

1 Proprietário Antonio José de Souza

1.1 Inácia encontra-se registrada na lista nominativa de habitantes de 1828 com a idade de 8 anos. Casa-se com Joaquim Ribeiro, liberto, em 05/02/1848, portanto com idade aproximada de 28 anos. Possui o registro de três filhos, sendo todos eles com registro de batismo anterior ao seu casamento oficial. São eles; Maria, registrada em 26/12/1842, portanto, sua mãe Inácia tinha por volta de 22 anos de idade, tendo como padrinhos José dos Santos e Antonia, ela escrava de Pedro José Pereira. O segundo filho é Escolástica registrada em 03/02/1845, sendo padrinhos Francisco Nunes e Helena, ela escrava de Clara Magdalena dos Santos e finalmente Verônica nascida em 25/10/1846 tendo como padrinhos José dos Santos Chagas e Brígida Maria do Rosário. A filha Verônica aparece nos registros como mãe de Ana, neta de Inácia, registrada em 06/06/1862, portanto com 16 anos de idade. Quanto ao registro de óbitos não encontramos nada que pudesse estar relacionado com a escrava Inácia.

2 Proprietário Benjamim Simões de Oliveira

2.1 Encontramos o registro de batismo da escrava Rita em 07/04/1867, filha de Ana e tendo como padrinhos Pedro Batista da Rocha e Brasiliana Cândido Bello. Posteriormente o registro de seu casamento, ela já liberta com o nome de Rita Luisa Ferreira com Sebastião Leal Santos, africano e liberto em 07/06/1879. Não há registros de filhos nem de óbito.

3 Proprietário Pedro Lustosa de Siqueira

3.1 Encontramos o registro de batismo da escrava Francisca, filha de Bernardina, em 08/10/1870, sendo padrinhos João Lustosa Danguí e Gertrudes Lustosa Danguí. Há o registro de seu casamento com Antonio dos Santos em 02/09/1885, portanto ela com aproximadamente 15 anos. Não encontramos registro de batismo de filhos nem de óbito.

Quadro 1A - Intervalo entre os batismos dos filhos de mães com idade conhecida no primeiro batismo

Proprietário	Escrava	Idade	Registro de Nascimento	Intervalo
Antonio Rocha Loures	Thereza	24	21/03/1818	-
		31	29/08/1825	7,4
		34	06/08/1828	3,0
Jacinto Mendes Araújo	Verônica	12	01/11/1820	-
		15	01/04/1823	2,6
		17	08/04/1825	2,0
		18	29/10/1826	1,5
		20	21/10/1828	2,0
Jacinto Mendes Araújo	Mafalda	16	18/12/1842	-
		20	15/12/1846	4,0
Bernardino José Lacerda	Catarina	21	25/07/1841	-
		22	14/03/1842	0,8
		23	15/12/1843	1,7
		25	02/09/1845	1,7
		28	04/03/1848	2,5
		29	02/12/1849	1,7
		33	16/10/1853	3,8
		37	30/12/1857	4,1
		43	22/05/1863	5,4
Bernardino José Lacerda	Quitéria	20	22/06/1848	-
		30	14/04/1858	9,8
		33	13/11/1861	2,6
		40	14/06/1868	6,6
		41	13/08/1869	1,2
Bernardino José Lacerda	Joana	19	13/09/1864	-
		21	26/12/1866	2,2
José Siqueira Cortes	Basília	15	15/09/1844	-
		18	05/04/1847	2,6
		20	09/04/1849	2,0
		24	29/03/1853	3,9
		25	27/08/1854	1,4
		28	26/12/1857	3,3
		30	27/10/1859	1,8
		32	12/11/1861	2,1
		33	13/12/1862	1,1
		40	17/06/1869	6,5

Anna Ferreira Santos Caldas	Margarida	18	05/10/1867	-
		19	23/11/1868	1,1
Domingos Siqueira Cortes	Josefa	19	01/01/1868	-
		20	21/11/1869	1,8
		22	06/11/1871	2,0
Balbina Francisca Siqueira	Bernarda	18	18/06/1863	-
		19	18/11/1864	1,4
Domingos Ferreira Maciel	Joanna	16	20/10/1876	-
		22	23/08/1882	5,8
Manoel Batista Bello	Joanna	14	15/01/1878	-
		17	04/07/1881	3,0
		19	26/08/1882	2,1
		22	25/08/1886	3,0
Pedro Alexandrino Araújo	Quitéria	22	06/10/1878	-
		24	26/12/1880	2,2
		27	02/06/1883	2,5
		29	14/03/1885	1,7
Pedro Siqueira Cortes	Rita	15	23/10/1876	-
		20	24/03/1881	4,4
Pedro Siqueira Cortes	Theresa	20	03/01/1878	-
		23	17/04/1881	3,2
Pedro Siqueira Cortes	Dina	23	16/01/1880	-
		25	04/02/1882	2,1
Pedro Siqueira Cortes	Ambrosina	20	16/01/1880	-
		22	03/09/1882	2,7

Fonte: Livro de Assento de batismos de escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Quadro 1B - Intervalo entre os batismos dos filhos de mães com idade conhecida no primeiro batismo por quinquênio

Intervalo de idade	Nº Casos	Média	Mediana	Moda
10 a 15	1	2,6	2,6	-
16 a 20	10	2,3	2,0	2,0
21 a 24	9	2,7	2,2	1,7
25 a 29	6	2,2	2,1	2,5
30 a 34	4	2,0	1,9	-
35 a 39	2	3,9	3,9	-
40 a 44	2	5,9	5,9	-

Fonte: Livro de Assento de batismos de escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Quadro 1C. Intervalo aproximado entre os batismos dos filhos de mães sem idade no primeiro batismo

Intervalo em anos	Nº de casos
1	54
2	112
3	59
4	22
5	15
Média	2,3
Mediana	2,0
Moda	2,0

Fonte: Livro de Assento de batismos de escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava

Tabela 2A – Chefes de Domicílios por faixa etária e por sexo. Guarapuava, 1828, 1835 e 1840

Faixa Etária	1828		1835		1840	
	Abs.		Abs.		Abs.	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
15 – 19	-	-	5	-	5	-
20 – 24	8	-	12	-	17	-
25 – 29	10	-	19	2	14	2
30 – 34	14	-	16	4	23	2
35 – 39	4	-	22	2	10	-
40 – 44	3	1	14	2	27	2
45 – 49	5	-	15	-	8	1
50 – 54	6	-	7	1	7	1
55 – 59	1	-	6	-	4	-
60 ou +	3	-	7	-	7	1
Total	54	1	123	11	121	9

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro – Castro.

Tabela 2B.Características da população do Estado do Paraná e dos Municípios de Guarapuava e Palmas – 1872

Características	Paraná	Guarapuava	Palmas
População Total	126.722	5.161	3.301
Livres:	116.162	4.585	3.028
Homens	59.304	2.447	1.612
Mulheres	56.858	2.138	1.416
Escrava:	10.560	576	273
Homens	5.506	308	118
Mulheres	5.054	268	155
Raças:			
Branços	69.698	2.924	1.571
Pardos	34.745	1.321	694
Pretos	13.192	506	350
Caboclos	9.087	410	686
Estado Civil:			
Solteiros	82.802	3.479	2.338
Casados	37.561	1.505	850
Viúvos	6.359	177	113
Idades:			
1 a 11 meses	5.052	99	210
1 a 5 anos	15.141	709	470
6 a 10	13.854	697	308
11 a 15	13.393	604	252
16 a 20	14.210	584	266
21 a 25	13.930	547	355
26 a 30	13.459	470	447
31 a 40	15.468	621	566
41 a 50	11.273	466	238
51 a 60	6.497	251	94
61 a 70	2.753	76	22
71 a 80	1.119	17	10
81 a 90	394	7	2
91 a 100	125	1	4
Maiores de 100	53	-	4
Não determinadas	1	-	-
Profissões			
Liberais:			
Religiosos	30	1	2
Advogados	11	-	-
Juizes	13	4	-

Escrivães	15	-	-
Procuradores	4	-	-
Oficiais Justiça	12	1	-
Médicos	23	2	-
Cirurgiões	-	-	-
Farmacêuticos	8	-	-
Parteiros	12	1	2
Professores	112	1	2
Empregados Públicos	242	8	1
Artistas	365	12	-
Militares	249	-	-
Marítimos	529	-	-
Pescadores	31	-	-
Capitalistas	44	-	-
Profissões industriais e comerciais:			
Manufatureiros	60	3	-
Comerciantes	2.641	137	59
Manuais/ Mecânicas:			
Costureiras	2.038	192	52
Operários:			
Canteiros, mineiros	-	-	-
Metais	247	18	-
Madeiras	548	30	-
Tecidos	-	-	-
Edificações	286	6	7
Couro e peles	55	-	-
Tinturaria	-	-	-
Vestuários	156	-	-
Chapéus	2	-	-
Calçados	315	18	7
Agrícolas:			
Lavradores	41.545	1.229	533
Criadores	80	51	1
Pessoas Assalariadas:			
Jornaleiros	6.178	115	439
Serviços domésticos	15.166	1.012	713
Sem profissão	55.705	2.320	1.480
Nº Casas	19.162	811	440
Nº Fogos	22.126	855	440

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil 1872, IBGE, V. 9

**Tabela 2C. Características da população escrava nos Municípios de Guarapuava e Palmas –
Paraná - 1872**

Características	População Escrava					
	Guarapuava			Palmas		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	576	308	268	273	118	155
Raça:						
Pardos	237	126	111	79	44	35
Pretos	339	182	182	194	74	120
Estado Civil:						
Solteiros	545	296	249	253	107	146
Casados	16	8	8	14	8	6
Viúvos	15	4	11	6	3	3
Nacionalidade:						
Brasileiros	549	290	259	227	93	134
Africanos	27	18	9	46	25	21
Idade						
2 a 5 anos	68	30	38	29	10	19
6 a 10	79	37	42	24	9	15
11 a 15	65	38	27	26	14	16
16 a 20	57	29	28	31	21	17
21 a 25	59	34	25	28	13	16
26 a 30	54	48	21	27	9	22
31 a 40	88	31	40	66	29	40
41 a 50	68	21	37	11	9	4
51 a 60	26	5	5	8	2	6
61 a 70	9	1	4	2	2	-
71 a 80	2	1	1	-	-	-
91 a 100	-	-	-	-	-	-
Maiores de 100	-	-	-	-	-	-
Não determinado	-	-	-	-	-	-

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, IBGE, V. 9.

Tabela 2B. Proprietários e escravos a partir das Listas Nominativas de Habitantes de 1828, 1835 e 1840

Proprietário	1828						1835						1840					
	Escravos	Sexo	Idade	Natu.	Cor	E.Civil	Escravos	Sexo	Idade	Natu.	Cor	E.Civil	Escravos	Sexo	Idade	Natu.	Cor	E.Civil
Antonio R. Loures	Bento	M	40		N	S	Sebastião	M	13	Crioulo	P	S	Sebastião	M	17		Mulato	S
	Joaquim	M	20		P	S	Luciano	M	21	Crioulo	P	S	Luciano	M	26		Mulato	S
	Luciano	M	14		P	S	Rafael	M	16	Crioulo	P	S	Rafael	M	20		Pardo	S
	Rafael	M	9		N	S	José	M	10	Crioulo	P	S	Jerônimo	M	27		Pardo	S
	Sebastião	M	5		P	S	Joaquim	M	3	Crioulo	P	S	José	M	12		Pardo	S
	José	M	2		P	S	Teodoro	M	2	Crioulo	P	S	Joaquim	M	7		Mulato	S
	Manoel	M	1		P	S	Antonia	F	26	Crioula	P	V	Antonia	F	22		Mulata	S
	Antonia	F	38		P	V	Maria	F	4	Crioula	P	S	Francisca	F	2		Mulata	S
	Teresa	F	34		P	S	Antonia	F	46	Crioula	P	S	Antonia	F	50		Mulata	S
	Francisca	F	1		P	S	Tereza	F	41	Crioula	P	S	Tereza	F	46		Mulata	S
							Claudina	F	1	Crioula	P	S	Claudina	F	4		Mulata	S
Manoel de Souza	Veríssimo	M	22		P	S												
	Joaquim	M	20		P	S												
	Manoel	M	12		P	S												
	José	M	10		P	S												
	Brígida	F	60		P	S												
	Antonia	F	9		P	S												
Francisco A. Araujo	Manoel	M	22		P	S	Manoel	M	25	Crioulo	Mulato	C						

	Maria	F	40		P	S	Miguel	M	24	Crioulo	Mulato	C						
	Anastácia	F	8		P	S	Belelir	F	18	Crioula	Mulata	S						
							Maria	F	45	Crioula	Mulata	C						
							Anastácia	F	16	Crioula	Mulata	S						
Jacinto M. Araujo	José	M	6		P	S	José	M	13	Crioulo	Preto	S						
	Verônica	F	20		N	S	João	M	5	Crioulo	Preto	S						
	Mafalda	F	2		P	S	Mafalda	F	11	Crioula	Mulata	S						
Antonio J. Souza	Inacia	F	8		P	S	Inacia	F	15	Crioula	N	S	Inacia	F	20		Mulata	S
João C. Assunção	Albina	F	13		P	S	Domingos	M	39	Crioulo	N	C	Salvador	M	23		Pardo	S
							Albina	F	18	Crioula	P	S	Albina	F	24		Parda	S
Joaquim B. Santos	Maria	F	7		N	S							Incógnito	M	20	Africa	N	S
													Vitória	F	45		N	C
Atanagildo J. Mendes	Maria	F	20		N	S												
Manual F. Santos	José	M	12		P	S	Manoel	M	17	Crioulo	P	S						
	Felicidade	F	14		P	S	Henrique	M	50	Crioulo	N	C						
							Maria	F	40	Crioula	N	C						

José S. Cortes	Lucio	M	30		N	C	Benedito	M	23	Crioulo	N	S	Benedito	M	28		P	S
	Benedito	M	16		N	S	Pedro	M	17	África	N	S	Pedro	M	20		P	S
	Veríssimo	M	20		N	S												
	Américo	M	20		N	S												
Manoel M. Araújo	Francisco	M	30		N	S	Francisco	M	37	Africa	N	S	Manoel	M	26		P	S
	Francisco	M	20		N	S	Paulo	M	21	Africa	N	S	Paulo	M	24		P	S
	Manoel	M	22		N	S	Manoel	M	18	Africa	N	S	Joaquim	M	24		P	S
	Paulo	M	15		N	S	Inácio	M	17	Africa	N	S	Inácio	M	16		P	S
							Joana	F	16	Crioula	N	S	Maria	F	26		P	S
							Maria	F	31	Africa	N	S	Joana	F	20		Mulata	S
Domingos I. Araújo	Gabriel	M	35		N	S	Vicente	M	21	África	S							
	Pedro	M	20		N	S	Jacinto	M	15	África	S							
	Vicente	M	16		N	S	Francisco	M	10	Crioulo	S							
							Ana	F	18	Crioula	S							
Jerônimo J. Caldas	Antonio	M	11		N	S	Antonio	M	19	Crioulo	N	S	Antonio	M	24		P	S
													Maria	F	20		P	S
Francisco M. Araújo	Domingos	M	12		N	S												
Jaco D. Siqueira	Luis	M	12		N	S	Luis	M	19	África	N	S	Luis	M	24		P	S

							Ledubina	F	35	Crioula	N	C	Antonio	M	30		P	S
													Zacarias	M	2		P	S
													Ledubina	F	34		P	S
Atanagildo de Almeida	José	M	6		N	S												
Benedito M. Araújo							Elias	M	20	África	N	S						
							Francisca	F	8	Crioula	P	S						
Bernardino J. Lacerda							Inacio	M	25	Crioulo	N	S	Inácio	M	20		Mulato	S
							Antonio	M	16	Crioulo	N	S	Antonio	M	19		Mulato	S
							Antonia	F	29	Crioula	N	S	Catarina	F	32		P	S
							Catarina	F	15	Crioula	N	S						
Elias J. E. Santo							Benedita	F	45	Crioula	N	S	João	M	1	África		
							Ana	F	17	Crioula	N	S	Benedita	F	80	África		
													Ana	F	19		P	S
													Maria	F	5		P	S
Clara M. dos Santos							Eleutério	M	26	Crioulo	P	S	Eleutério	M	24		Mulato	S
							Helena	F	20	Crioula	N	S	Sergio	M	18		Mulato	S
													Helena	F	21		P	S
													Claudina	F	20		P	S

Francisco M. Da Luz							Ana	F	38	Crioula	N	C						
Hermengildo A Araújo							Benedita	F	12	Crioula	N	S	Benedita	F	19		N	S
Ilegível							Francisco	M	2	Crioulo	Mulato	S						
							Joana	F	1	Crioula	N	S						
							Maria	F	25	Crioula	N	C						
							Ilegível	F	4	Crioula	Mulata	S						
João L. Menezes							Pedro	M	1	Crioulo	N	S	Miguel	M	40		P	S
							Antonio	M	2	Crioulo	N	S	Antonio	M	4		P	S
							Maria	F	25	Crioula	N	S	Adão	M	1		P	S
							Maria	F	17	Crioula	N	S	Maria	F	20		P	S
													Eva	F	3		P	S
Joaquim J. Lacerda							Joaquim	M	27	Crioulo	N	S	Joaquim	M	30		P	S
							Fernando	M	7	Crioulo	N	S	Fernando	M	10		P	S
							Rosa	F	28	Crioula	N	S	Rosa	F	28		Mulata	S
Joaquim M. Silva							Ilegível	M	31	Crioulo	Mulato	C	Daniel	M	26		Mulato	C
							Pedro	M	17	Crioulo	N	S	Antonio	M	8		Mulato	S
							Antonio	M	10	Crioulo	N	S	Riter	M	3		Mulato	S

							Conceição	F	29	Crioula	Mulata	C	Maria	F	28		Mulata	C
													Luiza	F	1		Mulata	S
Silvério A Oliveira							Isabel	F	15	Crioula	P	S	Joaquina	F	16	África		S
													Catarina	F	20	África		S
Teodoro F. Maciel							Miguel	M	25	Crioulo	N	C						
							João	M	21	Crioulo	N	S						
							Maria	F	21	Crioula	N	C						
Ana M. Jesus							Antonio	M	21	Crioulo	N	S						
Francisco F. Rocha							Fidelis	M	9	Crioulo	Mulato	S						
João M. Araújo							Pedro	M	18	África	N	S						
José de Almeida							José	M	21	Crioulo	N	S						
Lucas S. Cardoso							Onofre	M	14	Crioulo	N	S						
Ponciano J. Araújo							Feliciano	M	28	Crioulo	N	V	Feliciano	M	33		Mulato	V
							Cláudio	M	20	Crioulo	Mulato	S	Cláudio	M	25		Mulato	S
							Celso	M	12	Crioulo	N	S	Sergio	M	11		Pardo	S

							Dimas	M	6	Crioulo	N	S	Dimas	M	8		Pardo	S
							Samuel	M	2	Crioulo	N	S	Samuel	M	4		Pardo	S
Benjamim J. Gonzaga							Benedito	M	16	Africa	P	S						
Antonio Sá Camargo													Luiz	M	16		P	S
													Salvador	M	20		P	S
													Constantino	M	21		P	S
													José	M	23		P	S
													Candido	M	12		P	S
													Campolim	M	1		P	S
													José	M	20		P	S
													Rita	F	22		P	S
													Esmeria	F	17		P	S
Domingos F. Machado													João	M	16		Mulato	S
													Francisca	F	50	África		S
Francisco A Silva													Bento	M	17		P	S
													Inácio	M	2		P	S
													Sebastião	M	1		P	S
													Ana	F	19		P	S
													Joana	F	4		P	S

Francisco I. A Pimpão													Francisco	M	14		P	S
													Vicente	M	30		P	S
													Jacinto	M	31		P	S
													Domingos	M	23		P	S
													Quitéria	F	18		P	S
													Maria	F	18		P	S
													Ana	F	10		P	S
José Francisco													João	M	30		P	S
													Miguel	M	28		P	C
													Maria	F	30		P	C
Pedro J. Pereira													Joaquim	M	20		P	S
													Antonia	F	34		P	S
Francisco A Rocha													Francisco	M	45		Mulato	C
Joaquim J. Souza													Manoel	M	23		P	S
													Henrique	M	48		P	S
José M. Araújo													Pedro	M	20		P	S
													Caetano	M	10		P	S

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1835 e 1840. Arquivo Histórico de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro.

Tabela 2C. Proprietários e escravos a partir dos Inventários *post mortem* das décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880

Proprietário	Data	Escravos	Sexo	Idade	Cor	Naturalidade	Preço em Réis
Roza D. Loures	1852	Elias	M	40			550\$000
		Sebastião	M	28			500\$000
		José	M	7	Mulato		500\$000
		Francisca	F	35			600\$000
Domingos F. Machado	1854	João	M		Mulato		800\$000
		Manoel	M				600\$000
		Honorato	M				500\$000
		Francisco	M				200\$000
		Antonio	M				100\$000
		Catarina	F				400\$000
Antonio A lima	1855	Gertrudes	F				800\$000

Veríssimo J. Marcelino	1858	Germano	M	27	Mulato		2:000\$000
		Ana	F	34	Mulata		1:800\$000
João L. Menezes	1858	Antonio	M	24		Crioulo	1:700\$000
		Adão	M	17	Mulato		1:700\$000
		José	M	13	Mulato		1:500\$000
		Manoel	M	6	Mulato		900\$000
		André	M	6 meses	Mulato		500\$000
		Maria	F	45	Mulata		800\$000
		Rita	F	11	Preta		1:500\$000
José S. Cortes	1859	Benedito	M	50		Crioulo	400\$000
		Miguel	M	60		África	200\$000
		Ambrosio	M	22		Crioulo	1:600\$000
		Cipriano	M	23		Crioulo	1:600\$000
		Adão	M	24		Crioulo	1:600\$000
		Lucidoro	M	12		Crioulo	1:000\$000
		João	M	8		Crioulo	600\$000
		Henrique	M	5		Crioulo	400\$000
		Manoel	M	3		Crioulo	400\$000
		Rosa	F	40/Doente		Crioulo	600\$000
		Basília	F	30		Crioulo	1:500\$000
		Florinda	F			Crioulo	1:600\$000

		Josefa	F	12	Mulata	Crioulo	1:000\$000
		Joana	F	6		Crioulo	800\$000
		Mariana	F	9		Crioulo	800\$000
		Marcela	F	2		Crioulo	300\$000
		Vitoriana	F	4 meses		Crioulo	150\$000
Ponciano A Pereira	1859	Mateus	M	Velho			100\$000
Candido A Santos	1861	Bento	M	36		Crioulo	1:600\$000
		Benedito	M	36		Crioulo	1:600\$000
		Crespim	M	36			2:000\$000
		Caetano	M	28	Mulato		1:600\$000
		Job	M	18		Crioulo	2:000\$000
		Francisca	F	40	Mulata		800\$000
		Herondina	F			Crioulo	600\$000
Ponciano J. Araújo	1861	Isidoro	M			Crioulo	1:350\$000
		Sebastião	M	Fugido		Crioulo	300\$000
		Cláudio	M	Aleijado/ Fugido		Crioulo	180\$000
		Leonarda	F			Crioulo	1:350\$000
		Joana	F				600\$000
Maria F. Rocha	1861	Rafael	M	55		Crioulo	200\$000

		Jose	M	45		África	800\$000
		Francisco	M	25		Crioulo	2:400\$000
Candido A Araújo	1862	Salvador	M				1:600\$000
		Joaquim	M				1:400\$000
		Miquelina	F				1:000\$000
Francisco S. Oliveira	1862	Crispim	M	38		Crioulo	1:600\$000
		Sebastião	M	20/Dote		Crioulo	400\$000
		Ignácio	M	25/Dote		Crioulo	400\$000
		Januário	M	18/Dote		Crioulo	400\$000
		Rufino	M	15/Dote		Crioulo	400\$000
		Luis	M	19/Dote		Crioulo	400\$000
		Ana	F	44		Crioulo	500\$000
		Joana	F	22/Dote		Crioulo	400\$000
Ilegível	1862	Jose	M	13			1:400\$000
		Joaquim	M	7			1:400\$000
		Miguel	M	1			1:000\$000
		Joaquina	F	28			500\$000
Balbina F. Siqueira	1865	Heleodoro	M				Libertos
		Manoel	M				Libertos

		Jose	M				Libertos
		Jose Santos	M				Libertos
		Isidoro	M				Libertos
		Eduardo	M				Libertos
		Jose Marcos	M				Libertos
		Feliciano	F				Libertos
		Diana	F				Libertos
		Joaquina	F				Libertos
		Libania	F				Libertos
		Rita	F				Libertos
		Generosa	F				Libertos
		Adelaide	F	45			400\$000
		Bernarda	F	20		Crioula	1:400\$000
		Maria	F	11		Crioula	1:350\$000
Candido P. Cordeiro	1866	Benedito	M	50			400\$000
		Paulo	M	10			900\$000
Gertrudes Fernandes	1868	Thereza	F	Metade Valor			400\$000
Bernardino J. Lacerda	1868	Calixto	M	25		Crioulo	1:500\$000
		Aprigio	M	24		Crioulo	1:500\$000
		Candido	M	20		Crioulo	1:500\$000

		Severiano	M	18		Crioulo	1:000\$000
		Isidoro	M	29		Crioulo	800\$000
		Roberto	M	40		Crioulo	800\$000
		Thomé	M	50		Crioulo	800\$000
		Antonio	M	52		Crioulo	700\$000
		Lauriano	M	6		Crioulo	400\$000
		Ignacio	M	60		África	50\$000
		Elias	M	28		Crioulo	1:500\$000
		Alexandre	M	15		Crioulo	800\$000
		Joaquim	M	40		África	1:400\$000
		Catarina	F	50		Crioulo	400\$000
		Quitéria	F	40		Crioulo	1:000\$000
		Jovina	F	23		Crioulo	800\$000
		Guilhermina	F	10		Crioulo	700\$000
		Marcolina	F	9		Crioulo	700\$000
		Laura	F	8		Crioulo	400\$000
		Laurentina	F	3		Crioulo	200\$000
		Laurinda	F	2		Crioulo	200\$000
		Joana	F	8/Metade valor		Crioulo	400\$000
Rita R. França	1870	Benedito	M	45			900\$000
		Adão	M	35			900\$000
		Jose	M	56			350\$000

		Maria	F	46			650\$000
		Bernanrda	F	35			1:200\$000
Manoel S. Lima	1872	Manoel	M	Velho			300\$000
		João	M				1:500\$000
		Claudino	M				1:500\$000
		Antonia	F				200\$000
		Mauricia	F				650\$000
Maximiliana F. Santos	1872	João	M				1:400\$000
		Lucidoro	M				400\$000
		Ricardo	M				800\$000
		Brás	M				1:000\$000
		Miguel	M				900\$000
		Josepha	F				1:500\$000
		Francisca	F				900\$000
		Antonia	F				800\$000
		Maria	F				600\$000
		Julia	F				700\$000
		Ignes	F				400\$000
		Theresa	F				900\$000
		Marcelina	F				800\$000
		Magdalena	F				800\$000

		Benedita	F				700\$000
Antonio J. Souza	1874	João	M	29			800\$000
		Verônica	F	22	Parda		800\$000
		Maria	F	12	Parda		800\$000
Domingos S. Cortes	1874	Raimundo	M	42	Preta	Crioulo	900\$000
		Miguel	M	44	Preta	Crioulo	800\$000
		Jesuino	M	44	Preta	Crioulo	900\$000
		Antonio	M	25	Fula	Crioulo	900\$000
		Simão	M	25	Mulato	Crioulo	900\$000
		Pedro	M	20	Mulato	Crioulo	900\$000
		Severo	M	18	Preta	Crioulo	900\$000
		Marcos	M	10	Mulato	Crioulo	630\$000
		Luiz	M	3	Mulato	Crioulo	400\$000
		Jose	M	1	Mulato	Crioulo	250\$000
		Mariano	M	31	Preta	Crioulo	800\$000
		André	M	18	Fula	Crioulo	900\$000
		Sipião	M		Preta	Crioulo	1:400\$000
		Tiburcio	M		Preta	Crioulo	1:800\$000
		Florinda	F	42	Preta	Crioulo	720\$000
		Josefa	F	23	Fula	Crioulo	800\$000
		Rita	F	21	Fula	Crioulo	720\$000

		Dina	F	10	Mulata	Crioulo	660\$000
		Efigênia	F	10	Preta	Crioulo	660\$000
		Joana	F	8	Fula	Crioulo	560\$000
		Teresa	F	8	Preta	Crioulo	560\$000
		Ezidia	F	5	Fula	Crioulo	350\$000
		Francisca	F	14	Preta	Crioulo	560\$000
		Madalena	F		Mulata	Crioulo	1:000\$000
		Vitória	F		Preta	Crioulo	1:000\$000
Gertrudes F. Escolástica	1875	Firmino	M	53			120\$000
		Margarida	F	33	Parda		300\$000
Pedro dos Santos	1875	Benedito	M	Liberto			
		Maria	F	50	Preta		100\$000
Simões G. Oliveira	1875	Floriano	M				800\$000
Joaquim A Ribeiro	1876	Jose	M	47	Mulato		400\$000
		Jose	M	14	Mulato		1:200\$000
		Diogo	M	8	Mulato		750\$000
		Luciano	M	12	Mulato		850\$000
		Manoel	M	6	Mulato		500\$000
		Sebastião	M				100\$000

		Maria	F	13	Mulata		800\$000
		Isabel	F	7	Mulata		450\$000
Maria T. Lacerda	1876	Luciano	M	27	Mulato		1:400\$000
		Joana	F	30	Preta		700\$000
		Marcelina	F	19	Preta		700\$000
		Laurinda	F	9	Mulata		400\$000
		Sebastiana	F	7	Preta		300\$000
		Rita	F	5	Preta		250\$000
Hermenegildo A Araújo	1877	Felisberto	M	61	Preto	África	300\$000
		Manoel	M	30	Preto	Crioulo	1:000\$000
		Eduardo	M	15	Preto	Crioulo	800\$000
		Benedita	F	62	Preto	Crioulo	300\$000
Antonio F. Souza	1877	Constantina	F	Criança		Crioula	400\$000
		Benedita	F	7		Crioula	200\$000
Benjamim O Pereira	1877	Melchior	M	62	Fula		300\$000
		João	M	29	Pardo		1:200\$000
		Maria	F	34	Mulata	Crioula	400\$000
Ana Antonia	1877	Adriano	M	40	Preto		900\$000

		André	M	42	Preto		600\$000
		Tília	F	40	Mulata		400\$000
Joaquim J. Lacerda	1877	João	M	50			
		Fernando	M	46	Pardo		900\$000
		Jose	M	45	Pardo		1:000\$000
		Pedro	M	25			1:000\$000
		Amando	M	8			600\$000
		Laura	F	53	Pardo		400\$000
		Maria	F	31	Pardo		1:400\$000
		Prudência	F	33	Pardo		1:500\$000
Ana R. Caldas	1877	Boa Ventura	M	23	Preto	Crioulo	1:000\$000
Maria F. Oliveira	1877	Pedro	M	40/Doente	Preto		100\$000
Rosa Guimarães	1880	Manoel	M	26			1:100\$000
Antonia T. Miranda	1880	Roberto	M	46	Preto		500\$000
		Catarina	F	56	Preta		100\$000
		Quiteria	F	54	Preta		600\$000
		Guilhermina	F	23	Preta		1:000\$000

Mathias Jingle	1880	Gracindo	M	46	Mulato		1:000\$000
		Anselmo	M	14	Mulato		1:200\$000
Benjamim Oliveira	1881	Benedito	M	29	Fulo		1:000\$000
		Antonio	M	21	Mulato		1:000\$000
		Benedito	M	50			400\$000
		Paulo	M	10			900\$000
Pedro S. Cortes	1882	Ildefonso	M	50	Mulato	Crioulo	
		Adão	M	55	Preto		
		Matias	M	35	Preto		700\$000
		Francisco	M	32	Fula		700\$000
		João	M	30	Fula		1:000\$000
		Pacífico	M	27	Fula	Crioulo	
		Benedito	M	25	Fula	Crioulo	
		Mateus	M	22	Preto	Crioulo	1:000\$000
		Manuel	M	23	Preto	Crioulo	1:000\$000
		Belmiro	M	36	Mulato	Crioulo	
		Abdonias	M	20	Preto	Crioulo	
		Procópio	M	19	Fula		1:000\$000
		Davi	M	20	Mulato	Crioulo	
		Raimundo	M	9	Fula	Crioulo	1:000\$000
		Sebastião	M	8	Preto	Crioulo	1:000\$000

		Job	M	2	Preto	Crioulo	600\$000
		João	M	10	Mulato	Crioulo	1:000\$000
		Ana	F	40	Preta		500\$000
		Teodora	F	36	Preta		500\$000
		Felícia	F	35	Fula/Doente		50\$000
		Generosa	F	33	Preta		300\$000
		Jesuína	F	24	Preta	Crioulo	500\$000
		Dina	F	15	Mulata	Crioulo	800\$000
		Teresa	F	12	Preta	Crioulo	800\$000
		Vitória	F	11	Fula	Crioulo	800\$000
		Ambrosina	F	10	Fula	Crioulo	800\$000
		Rita	F	10	Preta	Crioulo	800\$000
		Policena	F	5	Fula	Crioulo	800\$000
		Maria	F	4	Fula	Crioulo	800\$000
		Sabíola	F	2	Preta	Crioulo	

Fonte: Processos de Inventários – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava; MARTINS, Sebastião Meira. *“Pioneiros do Vale do Ente Rios 1818-1951”*.

Tabela 2D. Características dos proprietários de escravos a partir dos inventários *post mortem* – Guarapuava – segunda metade do século XIX

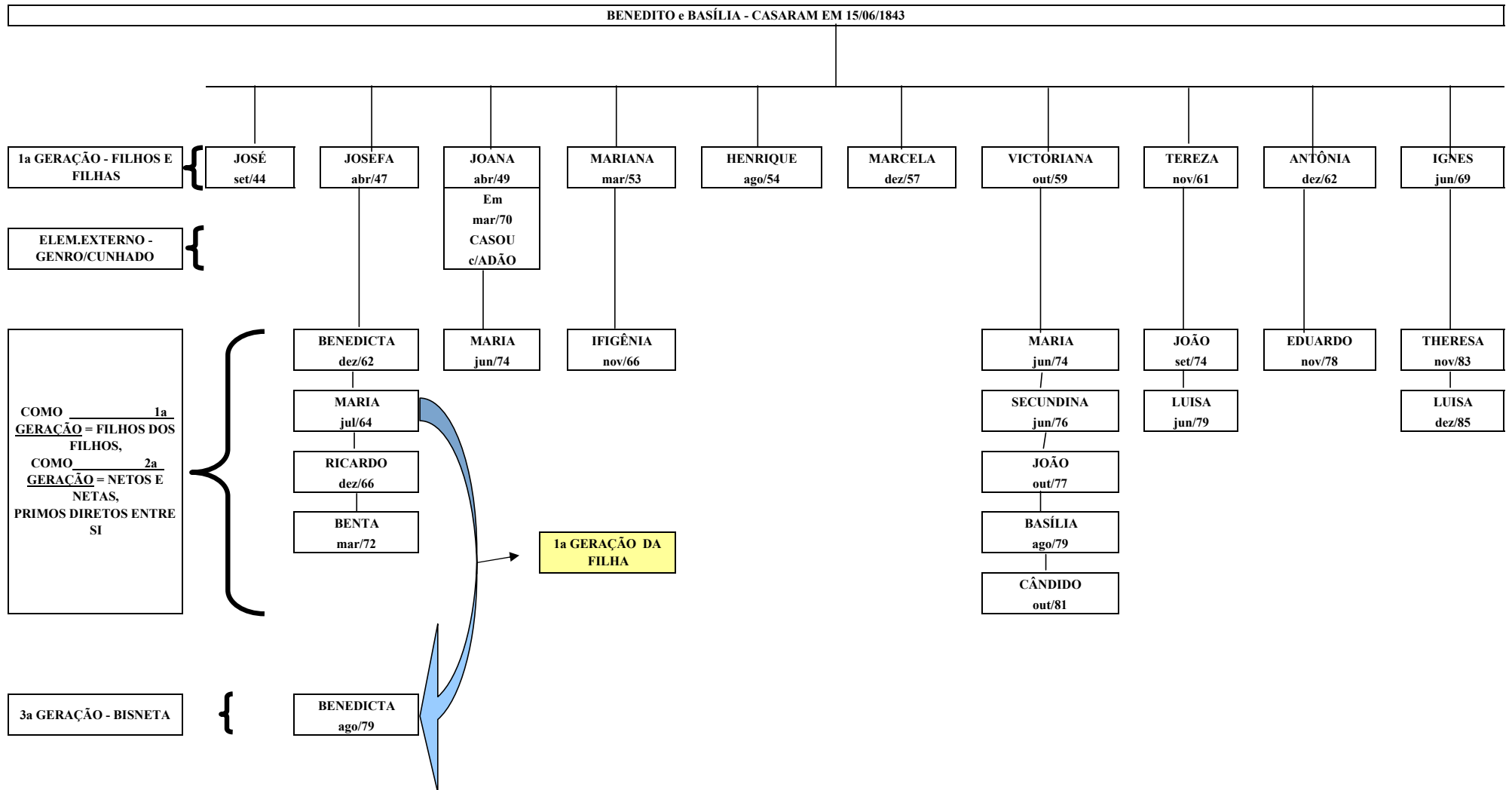
Proprietários	Nº Escravos	Ano	Escravos	Raiz	Semoventes	Ouro/Prata	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Outros	Total
Roza D. Loures	4	1852	2:150\$000	7:162\$200	1:159\$000				12\$000	10:483\$200
Domingos F. Machado	6	1854	2:600\$000	11:750\$000	7:218\$000					21:568\$000
Antonio A Lima	1	1855	800\$000	980\$000	201\$000		890\$141		1:923\$680	4:794\$821
Veríssimo J. Marcelino	2	1858	3:800\$000	250\$931						4:050\$931
João L. Menezes	7	1858	8:600\$000	12:500\$000	8:820\$000					29:920\$000
Ponciano A Pereira	1	1859	100\$000	2:100\$000				1:215\$126	116\$646	1:101\$520
Jose S. Cortes	17	1859	14:550\$000	44:600\$000	29:868\$000		2:995\$000			92:013\$000
Candido A Santos	7	1861	10:200\$000	8:800\$000	4:765\$000		20:587\$966	295\$290	883\$200	44:940\$876
Ponciano J. Araújo	5	1861	3:780\$000	35:499\$000	14:022\$000		3:000\$000		891\$000	57:192\$000
Maria F. Rocha	3	1861	3:400\$000	20:266\$000	8:849\$200		2:366\$682	709\$240	279\$680	34:452\$322
Candido A Araújo	3	1862	4:000\$000	16:610\$000	3:110\$500		897\$000	5:992\$243		18:725\$257
Francisco S. Oliveira	8	1862	4:500\$000	21:006\$000	10:131\$000	46\$840	3:959\$060	2:220\$675	184\$000	37:606\$225
Incógnito	4	1862	4:300\$000	50\$000				224\$380		4:125\$620
Balbina F. Siqueira	16	1865	3:150\$000*	20:000\$000	17:690\$400	226\$400			429\$140	41:495\$940
Candido P. Cordeiro	2	1866	1:300\$000	7:420\$000	6:437\$000				66\$500	15:223\$500
Gertrudes Fernandes	1	1868	400\$000	3:200\$000	162:000			131\$800	105\$000	3:735\$200
Bernardino J. Lacerda	22	1868	17:550\$000	80:490\$000	38:275\$000				168\$000	136:483\$000
Rita R. França	5	1870	4:000\$000	13:690\$000	8:375\$000		2:533\$781	3:965\$900	40\$000	24:762\$881
Manoel S. Lima	5	1872	4:150\$000	14:150\$000	7:011\$000					25:311\$000
Maximiliana F. Santos	15	1872	12:600\$000	31:000\$000						43:600\$000
Antonio J. Souza	3	1874	2:400\$000	10:150\$000	85\$000			398\$300	40\$000	12:276\$700

Gertrudes E. Ferreira	2	1875	420\$000	18:668\$000	7:762\$000				48\$000	26:898\$000
Pedro dos Santos	2	1875	100\$000	630\$000	523\$000	8\$000			228\$000	1:489\$000
Simões G. Oliveira	1	1875	800\$000		360\$000					1:160\$000
Joaquim A Ribeiro	8	1876	5:850\$000	7:150\$000	2:816\$000					15:816\$000
Maria T. Lacerda	6	1876	3:750\$000	6:950\$000	4:845\$000	146\$000			26\$000	15:717\$000
Hermenegildo A Araújo	4	1877	2:400\$000	14:500\$000	1:805\$000			718\$044	42\$800	18:029\$756
Antonio F. Souza	2	1877	600\$000	3:165\$000	7:745\$000					11:510\$000
Benjamim P. Oliveira	3	1877	1:900\$000	7:350\$000	1:335\$000				952\$440	11:537\$440
Ana Antonia	3	1877	1:900\$000	6:700\$000	595\$000				127\$500	9:322\$500
Joaquim J. Lacerda	8	1877	8:600\$000	25:340\$000	12:112\$500			5:062\$785	356\$300	41:346\$015
Ana R. Caldas	1	1877	1:000\$000	4:282\$000						5:282\$000
Maria F. Oliveira	1	1877	100\$000	800\$000	1:040\$000			257\$690		1:682\$310
Rosa Guimarães	1	1880	1:100\$000		2:484\$000	15\$000			60\$000	3:659\$000
Antonia T. Miranda	4	1880	2:200\$000	37:762\$425	2:025\$000	169\$000			853\$600	43:010\$025
Mathias Jingle	2	1880	2:200\$000	4:000\$000	3:766\$000			2:341\$163	67\$180	7:692\$017
Benjamim Oliveira	4	1881	3:300\$000	8:000\$000	12:637\$000	254\$000			79\$000	24:270\$000

Fonte: Processos de Inventários- Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

GRAFICO 1A - FAMÍLIA DE BENEDITO E BASÍLIA - CONSAGUINEO

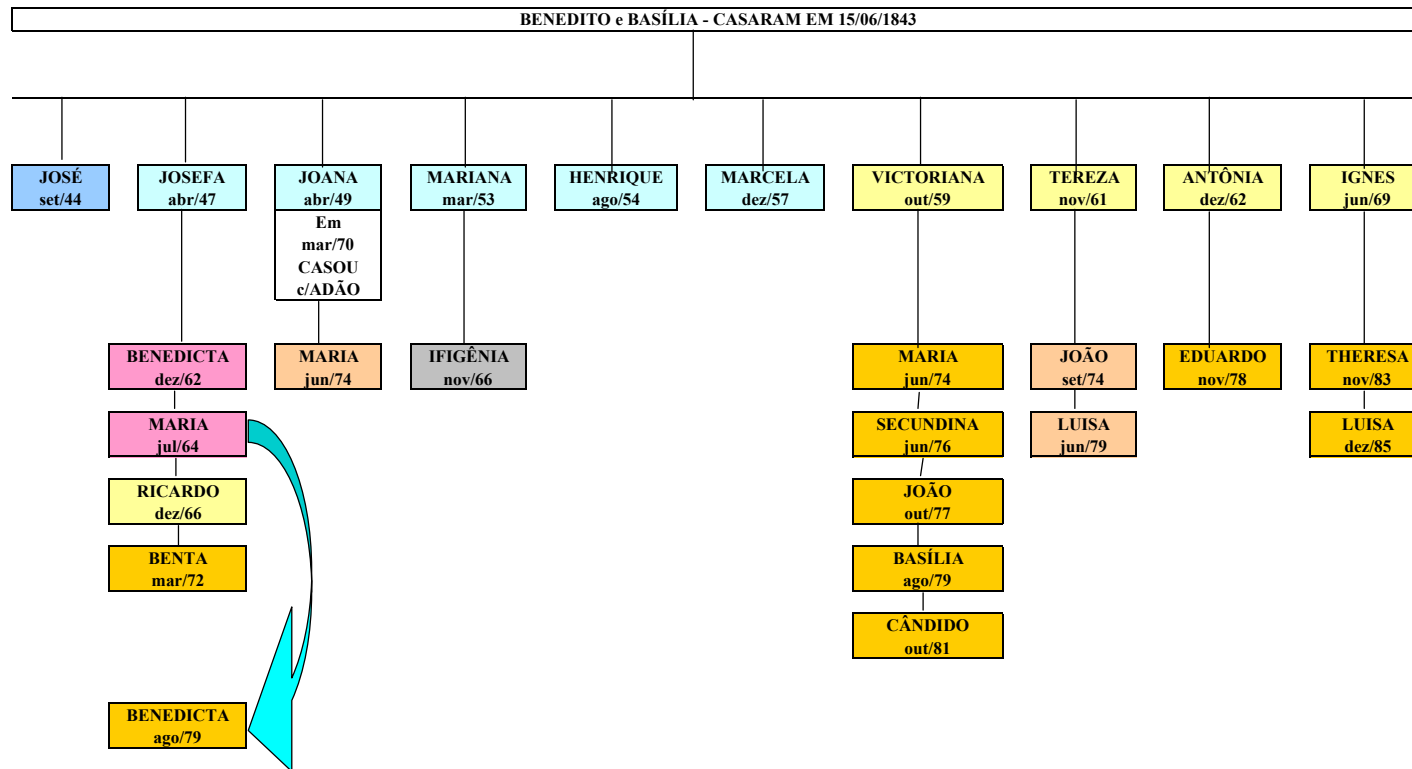
PROPRIETÁRIO: JOSÉ SIQUEIRA CORTES



Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 1B - FAMÍLIA DE BENEDITO E BASÍLIA - PROPRIETÁRIOS

PROPRIETÁRIO: JOSÉ SIQUEIRA CORTES



COMO PROPRIEDADE DE JOSÉ DE SIQUEIRA CÔRTEZ, ATÉ O SEU INVENTÁRIO EM 30/04/1859, PASSANDO PARA MAXIMILIANA FERREIRA DOS SANTOS (ESPOSA) APÓS ESTA DATA.

JÁ NASCEM COMO PROPRIEDADE DE MAXIMILIANA FERREIRA DOS SANTOS, ESPOSA DE JOSÉ DE SIQUEIRA CÔRTEZ

NASCEM LIVRES, MAS A MÃE É ESCRAVA DE MANOEL FÉLIX DE SIQUEIRA, CASADO C/ EUGENIA FERREIRA DE SIQUEIRA, FILHA DE MAXIMILIANA, QUE RECEBEU P/ PARTILHA AMIGÁVEL EM VIDA.

NASCEM COMO PROPRIEDADE DE ISAIAS FERREIRA DE SIQUEIRA, FILHO DE MAXIMILIANA. A MÃE, JOSEFA, ESTÁ ESCRAVA DELE, RETORNA P/MAXIMILIANA, PASSANDO DEPOIS PARA ELIAS DE SIQUEIRA CÔRTEZ.

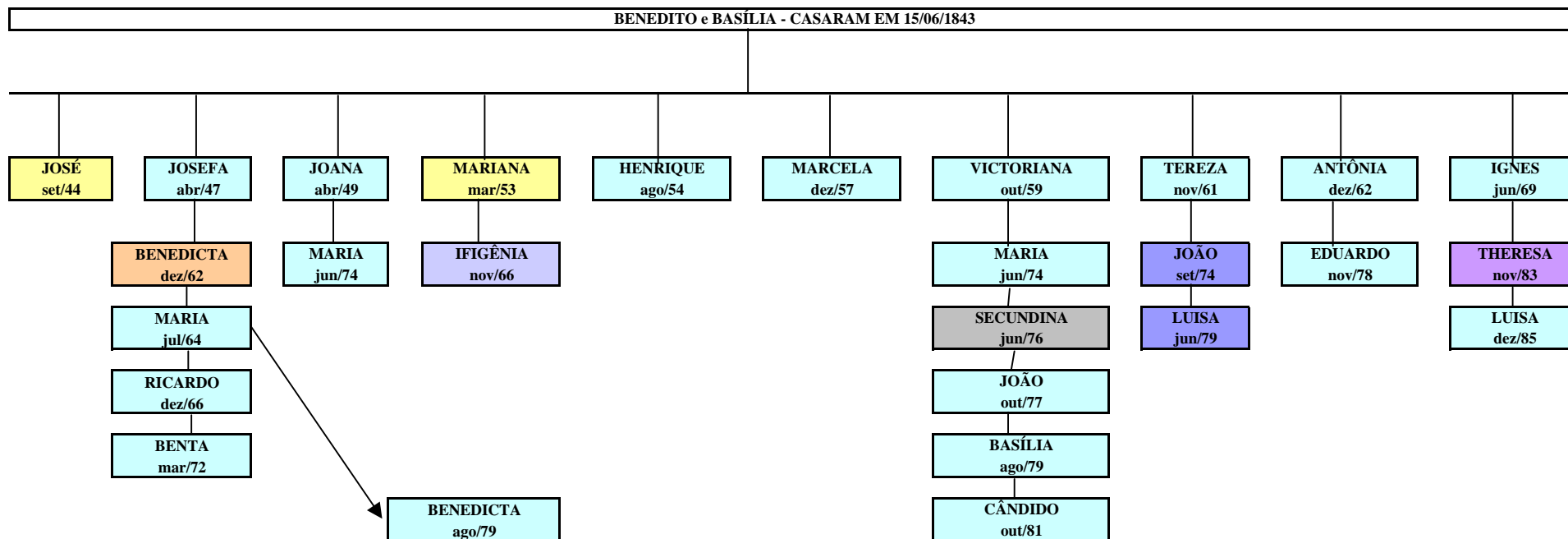
NASCEM LIVRES, MAS A MÃE É ESCRAVA DE ELIAS DE SIQUEIRA CÔRTEZ, CASADO C/ MARIA CLARA DE SIQUEIRA, FILHA DE MAXIMILIANA, QUE RECEBEU P/PARTILHA AMIGÁVEL EM VIDA.

ESCRAVO DE MANOEL FÉLIX DE SIQUEIRA, GENRO DE MAXIMILIANA FERREIRA DOS SANTOS.

NASCEU ESCRAVA DE ELIAS DE SIQUEIRA CÔRTEZ, POIS A MÃE, MARIANA, JÁ ESTAVA COMO SUA ESCRAVA

GRAFICO 1C - FAMÍLIA DE BENEDITO E BASÍLIA - PADRINHOS

PROPRIETÁRIO: JOSÉ SIQUEIRA CORTES

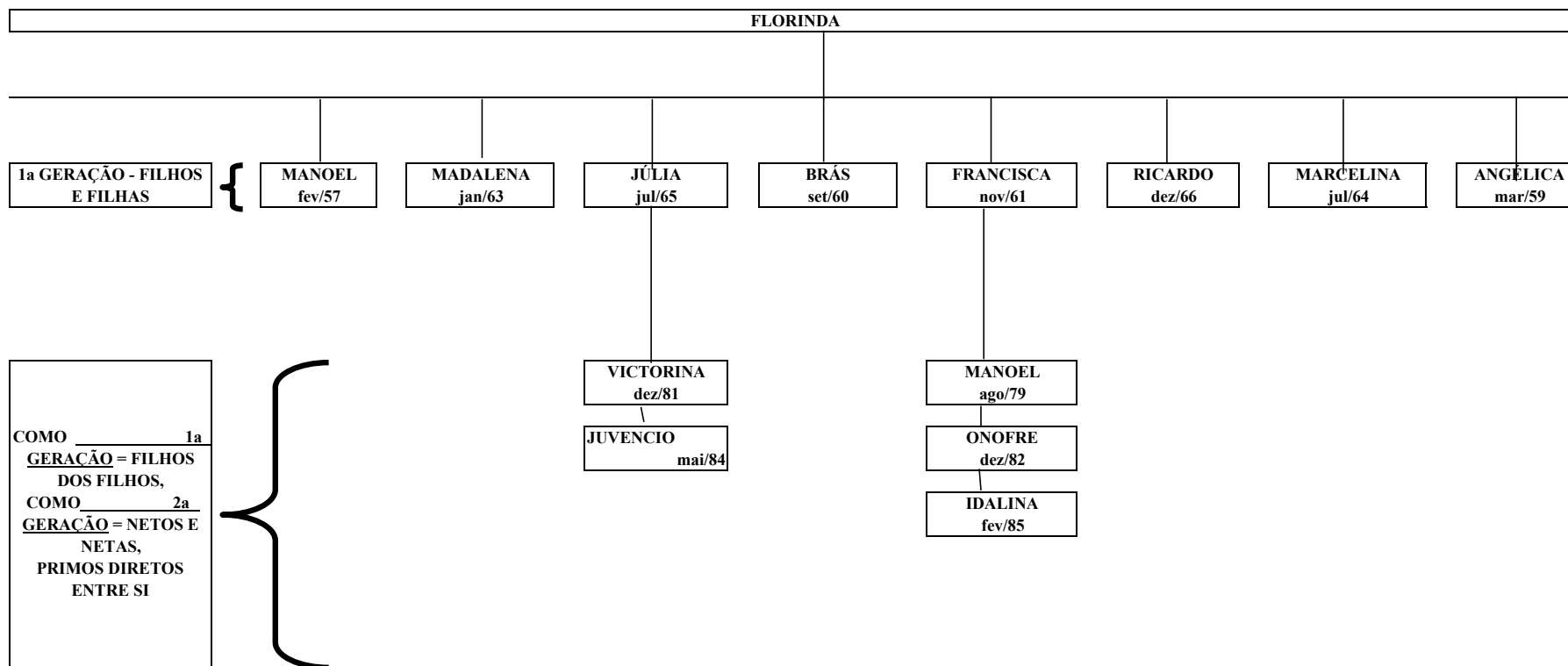


- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.
- PADRINHO E MADRINHA SÃO ESCRAVOS
- O PADRINHO É BENEDITO, SEU AVÔ. MADRINHA É BENEDITA, ESCRAVA DE MAXIMILIANA FERREIRA DOS SANTOS.
- O PADRINHO É BENEDITO, SEU AVÔ. MADRINHA É LIVRE.
- O PADRINHO É BENEDITO, SEU AVÔ, LIBERTO. MADRINHA É LIBERTA.
- O PADRINHO É MIGUEL, ESCRAVO DE JOÃO LUSTOZA DE MENEZES. A MADRINHA É LIBÂNIA FERNANDES, LIBERTA. SÃO CASADOS.
- PADRINHO É LIVRE E MADRINHA É ESCRAVA.

Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 2A - FAMÍLIA DE FLORINDA - CONSAGUINEO

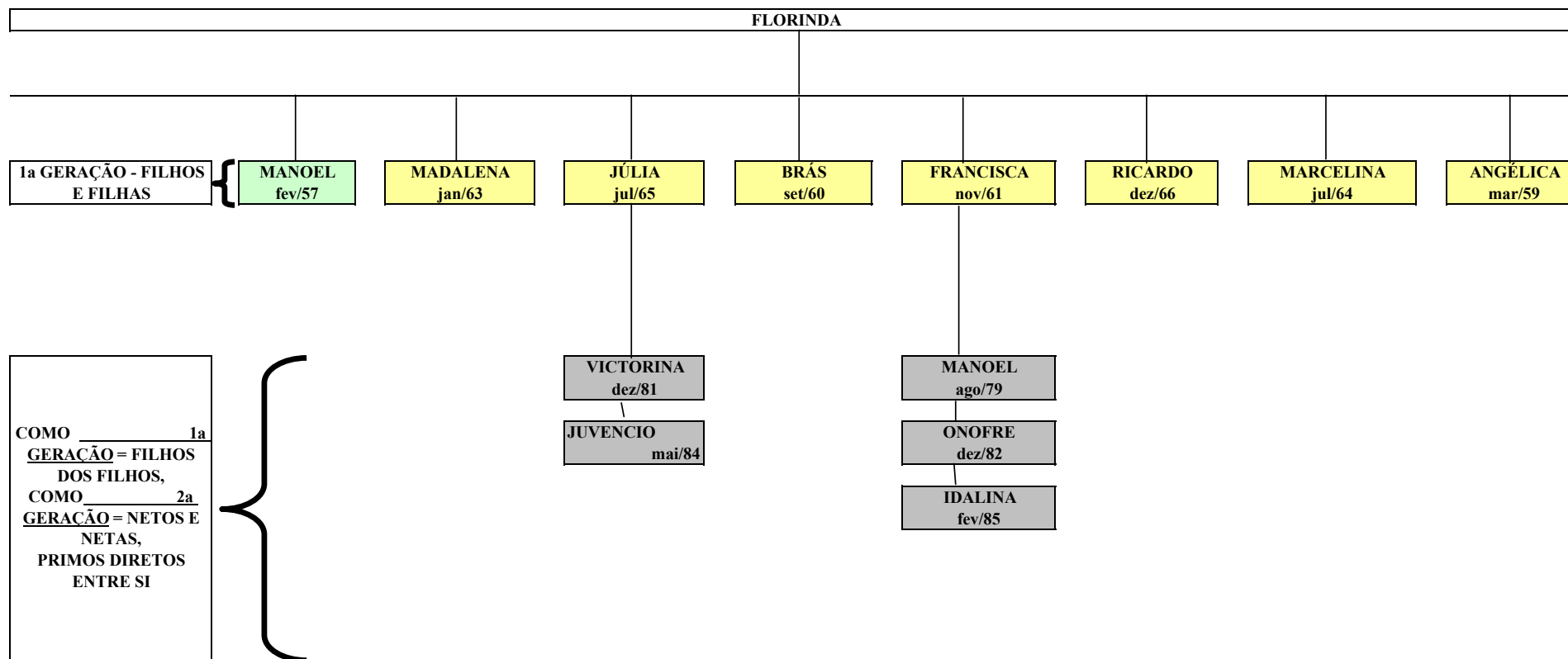
PROPRIETÁRIO: JOSÉ SIQUEIRA CORTES



Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 2B - FAMÍLIA DE FLORINDA - PROPRIETÁRIOS

PROPRIETÁRIO: JOSÉ SIQUEIRA CORTES



COMO PROPRIEDADE DE JOSÉ DE SIQUEIRA CÔRTEZ, ATÉ O SEU INVENTÁRIO EM 30/04/1859, PASSANDO PARA MAXIMILIANA FERREIRA DOS SANTOS (ESPOSA) APÓS ESTA DATA.

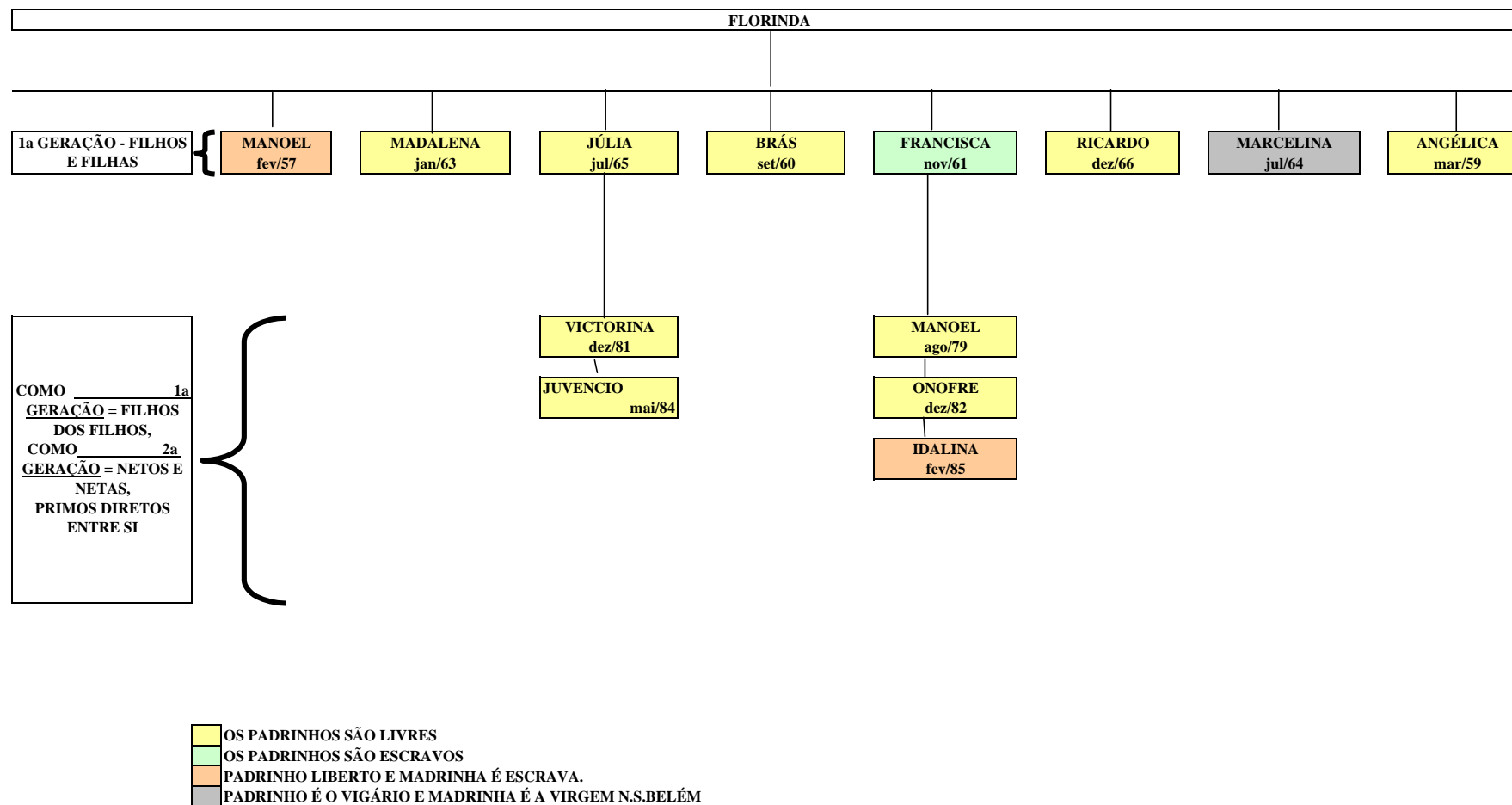
JÁ NASCEM COMO PROPRIEDADE DE MAXIMILIANA FERREIRA DOS SANTOS, ESPOSA DE JOSÉ DE SIQUEIRA CÔRTEZ

NASCEM LIVRES, MAS A MÃE É ESCRAVA DE ELIAS DE SIQUEIRA CÔRTEZ, CASADO C/ MARIA CLARA DE SIQUEIRA, FILHA DE MAXIMILIANA, QUE RECEBEU P/PARTILHA AMIGÁVEL EM VIDA DE MAXIMILIANA, OU P/INVENTÁRIO

Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 2C - FAMÍLIA DE FLORINDA - PADRINHOS

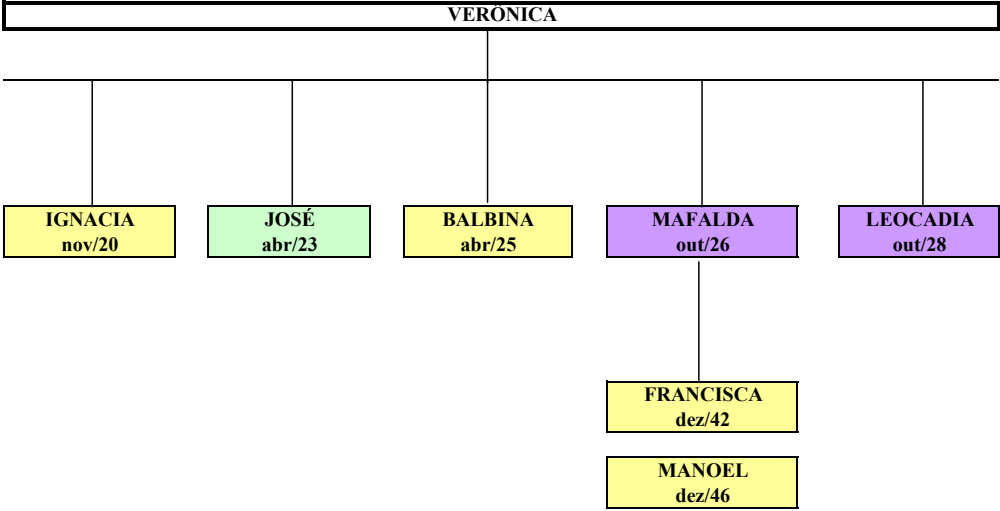
PROPRIETÁRIO: JOSÉ SIQUEIRA CORTES



Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 3A - FAMÍLIA DE BENEDITO E JOSEPHA, DE ALEXANDRINA E DE VITTALINA

PROPRIETÁRIO: JACINTO MENDES ARAÚJO

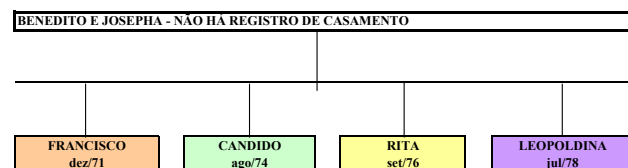


- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.
- O PADRINHO É LIVRE E A MADRINHA É ESCRAVA.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES E PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS.

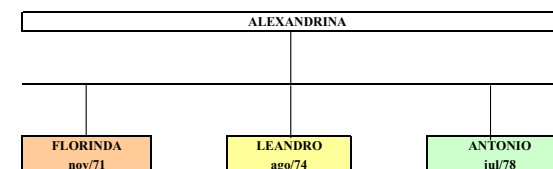
Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 4A - FAMÍLIA DE BENEDITO E JOSEPHA, DE ALEXANDRINA E DE VITTALINA

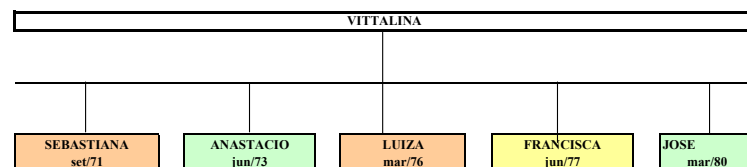
PROPRIETÁRIO: JOÃO SIMÃO G. ANDRADE



- O PADRINHO É ESCRAVO E A MADRINHA LIBERTA.
- OS PADRINHOS SÃO OS PRÓPRIOS SENHORES.
- O PADRINHO É LIVRE E PROPRIETÁRIO DE ESCRAVOS. A MADRINHA É A VIRGEM NOSSA SENHORA DO BELÉM.
- O PADRINHO É LIVRE E A MADRINHA LIBERTA.



- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.
- OS PADRINHOS SÃO ESCRAVOS.
- O PADRINHO SÃO LIBERTOS.

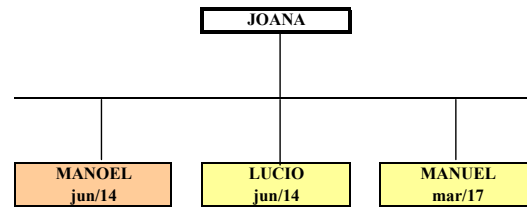


- OS PADRINHOS SÃO LIVRES E PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS..
- OS PADRINHOS SÃO LIBERTOS.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.

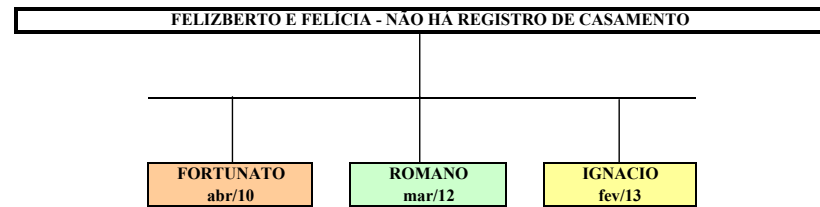
Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRÁFICO 5A - FAMÍLIA DE JOANA E DE FELIZBERTO E FELÍCIA

PROPRIETÁRIO: DIOGO PINTO AZEVEDO PORTUGAL



■ NÃO HÁ REGISTROS DE PADRINHOS.
■ OS PADRINHOS SÃO LIVRES.

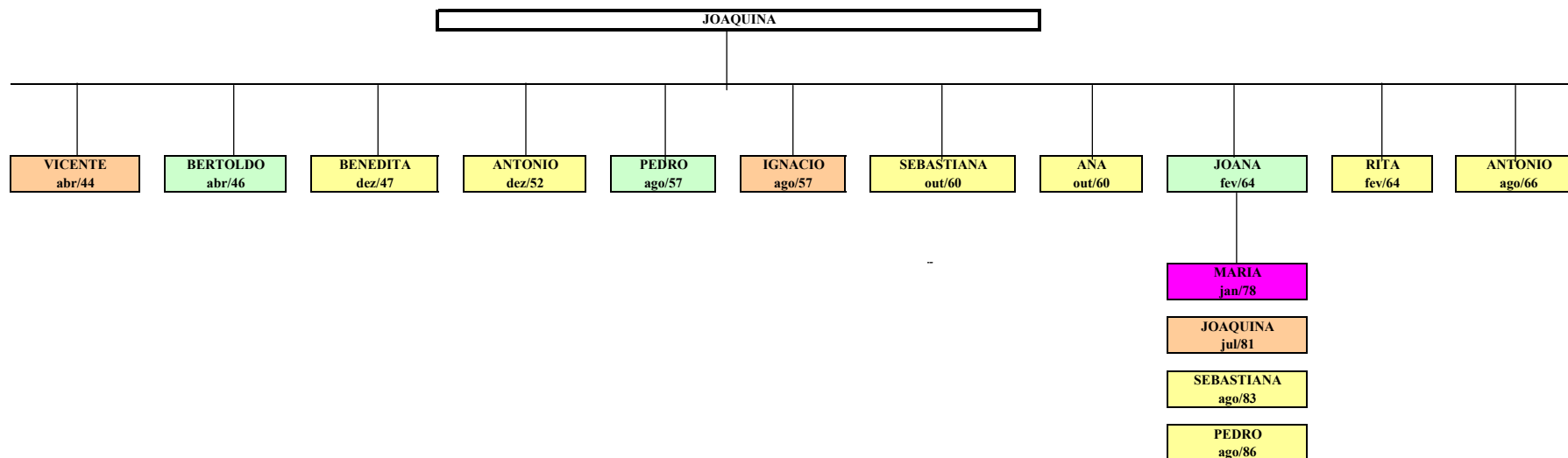


■ OS PADRINHOS SÃO LIVRES. O PADRINHO É PROPRIETÁRIO DE ESCRAVOS.
■ NÃO HÁ REGISTRO DE PADRINHOS.
■ OS PADRINHOS SÃO LIVRES. O PADRINHO É PROPRIETÁRIO DE ESCRAVOS.

Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 6A - FAMÍLIA DE JOAQUINA

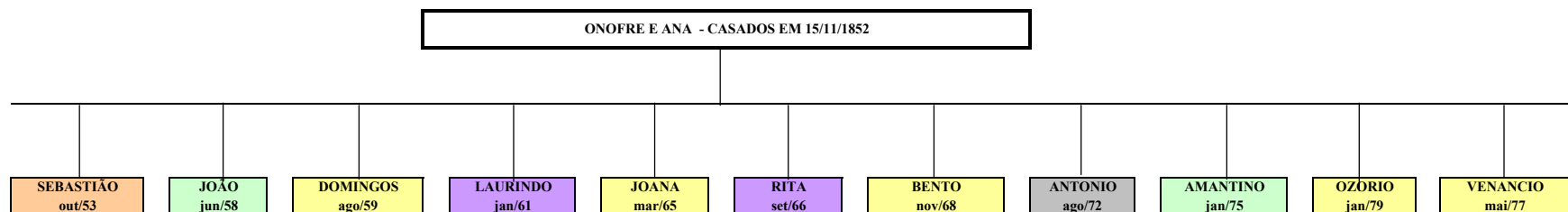
PROPRIETÁRIO: MANOEL BATISTA BELLO



- PADRINHO SÃO LIVRES. O PADRINHO É PROPRIETÁRIO DE ESCRAVOS.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES E PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.
- O PADRINHO É LIBERTO E A MADRINHA É LIVRE.

Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.

GRAFICO 7A - FAMÍLIA DE ONOFRE E ANA
 PROPRIETÁRIO: NORBERTO MENDES CORDEIRO



- PADRINHO E MADRINHA SÃO ESCRAVOS.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.A MADRINHA É FILHA DE MANOEL BATISTA BELLO, PROPRIETÁRIO DE ESCRAVOS.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES E PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS.
- OS PADRINHOS SÃO LIVRES.A MADRINHA É FILHA DE NORBERTO MENDES CORDEIRO

Fonte: Livro de Assento de Batismos de escravos - Arquivo da Paróquia NossaSenhora de Belém de Guarapuava.